

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

CARINE BOTELHO PREVIATTI

**A destituição do vivido no processo de formação de fronteiras urbanas de acumulação
para o capital.** Uma reflexão a partir da Barra da Tijuca - RJ.

Versão Corrigida

São Paulo

2022

CARINE BOTELHO PREVIATTI

A destituição do vivido no processo de formação de fronteiras urbanas de acumulação para o capital. Uma reflexão a partir da Barra da Tijuca - RJ.

Versão Corrigida

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Geografia

Orientadora: Profa. Dra. Isabel Aparecida Pinto Alvarez

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

P944d Previatti, Carine Botelho
A destituição do vivido no processo de formação de fronteiras urbanas de acumulação para o capital. Uma reflexão a partir da Barra da Tijuca - RJ / Carine Botelho Previatti; orientador Isabel Aparecida Pinto Alvarez - São Paulo, 2022.
387 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Destituição do vivido. 2. Fronteira urbana. 3. Barra da Tijuca. 4. Resistências. 5. Produção do espaço. I. Alvarez, Isabel Aparecida Pinto, orient.
II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA TESE**Termo de Anuência da orientadora**

Nome da aluna: Carine Botelho Previatti

Data da defesa: 19/01/2022

Nome da Profa. orientadora: Isabel Aparecida Pinto Alvarez

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 18/03/2022



Assinatura da orientadora

PREVIATTI, Carine Botelho. **A destituição do vivido no processo de formação de fronteiras urbanas de acumulação para o capital.** Uma reflexão a partir da Barra da Tijuca - RJ. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Aprovado em: 19 de janeiro de 2022

Banca Examinadora

Profa. Dra. Isabel Aparecida Pinto Alvarez
Instituição FFLCH - USP
Julgamento Orientadora

Prof. Dr. César Ricardo Simoni Santos
Instituição FFLCH - USP
Julgamento Aprovada

Prof. Dr. Jorge Luiz Barbosa
Instituição UFF - RJ
Julgamento Aprovada

Prof. Dr. Danilo Volochko
Instituição UFPR - PR
Julgamento Aprovada

Aos meus pais, Nelson (*in memoriam*) e Maria Angélica, por me ensinarem a amar.
À Isabel, por me ensinar que a humanidade dos atos e afetos está atrelado à abstração
dos conceitos e práticas teóricas.
À Penha, por me ensinar que é preciso resistir até o fim.

AGRADECIMENTOS

Ao longo desses quatro anos de doutorado, pude continuar acompanhando a permanência dos atuais moradores da Vila Autódromo. A cada nova visita, temporalmente curta, fui tentando captar, com palavras e fotografias, as subjetividades daquele espaço fragmentado, quase como um mundo separado, onde a vida parece se sobressair a paisagem monótona do concreto, vidro e jardins milimetricamente produzidos dos inúmeros prédios e construções dos outros espaços do entorno.

As emoções do campo sempre sobrepujaram a tentativa de explicação em palavras da realidade que estava sendo presenciada. O vazio espacial onde antes residiam famílias e suas casas, a pungência da vida compartilhada, as crianças correndo, as pessoas passando e conversando, até mesmo o campo de obras em que a Vila se transformou ao longo do tempo da construção do Parque Olímpico, o pó, o barulho ensurdecedor das maquinarias de construção civil, hoje dão lugar ao silêncio do vento e dos passarinhos que ainda procuram refúgio nas poucas árvores remanescentes às demolições. Cada passo leva à lembrança daquilo que a Vila foi um dia, o mato e a vegetação alta ainda guardam fragmentos de algumas casas, a recordação do traçado das ruas, do muro que delimitava a comunidade do antigo autódromo, a lagoa e os barcos de pesca ancorados. A Vila Autódromo é de fato um museu aberto, principalmente para todos que ainda guardam na memória, o afeto que se estabeleceu nesse pequeno terreno da cidade do Rio de Janeiro ao longo dos anos de luta pela permanência. Tantas histórias e tantas lembranças dos moradores e antigo moradores, cujas nuances essa pesquisa tentou apresentar pelas lentes das entrevistas e dos trabalhos de campo, realizados ao longo desses sete anos em que amizades foram construídas e muitos questionamentos, tanto teóricos quanto pessoais, foram realizados.

É necessário, portanto, agradecer:

A minha família, Nelson (*in memoriam*) e Maria Angélica, pessoas que me guiaram e me proporcionaram todas as bases necessárias, tanto físicas quanto emocionais, para lidar com as frustrações e aprendizados trilhados nos diversos percursos da minha vida. Pai, você é parte constante dos meus dias, e sua falta é imensa. Mãe, um dia você escreveu que temia pelo meu futuro e pelas minhas escolhas. Espero que hoje, a certeza de que tudo o que vocês me ensinaram faz parte de quem eu sou e que me orgulho imensamente de tê-los como meus pais. A minha irmã, Camila, a mais velha, que sempre soube o que queria ser e tudo aquilo que não queria ser. Meu exemplo de ser humano quando criança, a bailarina sempre séria e concentrada, que parece durona e brava, mas que no fundo, é uma das pessoas mais sensíveis que tenho em

minha vida, capaz de, com um olhar, saber tudo o que se passa dentro de mim. Obrigada por toda nossa vida partilhada, pelos nossos “léxicos familiares”, por tantos momentos de risadas, alegrias, brincadeiras, estudos conjuntos, conversas, companheirismo e apoio. Sinto imenso orgulho da mulher que se tornou, que muda a vida de inúmeras crianças e profissionais da área da educação todos os dias. Ao meu companheiro Andre, a pessoa responsável por transformar em figuras todas as ideias malucas que minha pesquisa suscitou. Obrigada pela revisão do texto, por nossas conversas e discussões. Seu jeito de sempre me questionar, de quase nunca concordar comigo (!), fundamentaram muitas reflexões necessárias e foram parte considerável na formação da pessoa que sou hoje. Sem você eu não teria me aventurado no mundo acadêmico, não teria enfrentado minhas frustrações pessoais de frente e tido a coragem de não desistir em diversos momentos desse tortuoso percurso. Obrigada por sua compreensão comigo, principalmente em relação as minhas inseguranças costumeiras; por me ensinar a ter paciência comigo e com meu tempo de aprendizagem e por estar caminhando ao meu lado com nossos filhotes na construção da nossa família.

À minha orientadora, Profa. Dra. Isabel Aparecida Pinto Alvarez, por acreditar na minha dedicação e por proporcionar a oportunidade de desenvolver minha pesquisa por meio da geografia crítica, com debates, discussões e apontamentos que foram fundamentais para o desenvolvimento do tema, para a escrita e para as reflexões que a pesquisa suscitou. Agradeço por seu olhar sempre atento, por me permitir desdobrar a investigação da tese para além do que havia sido inicialmente proposto e, principalmente, por me ajudar a compreender os processos teóricos que se localizam na prática social. Agradeço especialmente por ser o exemplo de profissional, mas sobretudo, de ser humano, que inspira todas as pessoas que têm a oportunidade de desfrutar de seus ensinamentos e da sua presença.

A minha família do Rio de Janeiro: tia Thereza, Luciane, Fernando (Nando) e Bruno. Por me acolherem nesses sete anos de pesquisa de campo em todos os momentos em que precisei viajar ao Rio; por se preocuparem comigo, por cuidarem sempre da minha alimentação – essa menina não come! – e principalmente, por ter tido a oportunidade de estar mais próxima de vocês, conhecê-los e saber que ganhei nesses anos de pesquisa, pessoas maravilhosas que carregarei sempre comigo.

Aos meus amigos da Vila Autódromo, minha segunda família no Rio de Janeiro: Maria da Penha, Luiz Cláudio, Nathália e Dona Antônia. Foi um privilégio imenso ter conhecido vocês e ter sido acolhida por essa família maravilhosa, que só me ensina e só me ajuda a pensar e a compreender a mundo com muita compaixão e amor.

Aos moradores atuais e ex-moradores das comunidades de Vila Autódromo, em especial a Sandra Maria, Sandra Regina, Dona Dalva, Dona Denise, Robson e Damiana; a Jaqueline da Barrinha; ao Jorge, guerreiro da antiga Vila Recreio II e a Comissão de Moradores de Rio das Pedras - Andreia, Lorena, Antônio, Conceição e Casemiro: meu sincero agradecimento pelo tempo dispendido comigo para as entrevistas e para os questionamentos da pesquisa, que foram essenciais para a construção das reflexões e desdobramentos da tese.

A Dra. Adriana Bevilaqua, Defensora Pública do Núcleo de Terras e Habitação do Estado do Rio de Janeiro, por acreditar no meu trabalho, na seriedade da minha pesquisa e sempre me receber para troca de informações e dúvidas acerca dos processos jurídicos e políticos relacionados às resistências dos moradores das comunidades. Minha sincera admiração pelo trabalho que realiza, por sua dedicação e sensibilidade ao lidar com os casos mais difíceis e mais complicados e por trazer um alento ao coração das pessoas que sofrem todos os dias, ameaças de remoção pelo poder público.

Aos meus amigos do Quarteto: Renan, Thiago e Damião, sem os quais minha entrada no processo seletivo do doutorado na Geografia não teria sido possível. Obrigada pela amizade que foi construída e cultivada ao longo desses anos acadêmicos, pelas palavras de apoio, correções ao texto, leituras conjuntas e principalmente, pelas risadas e momentos de descontração, essenciais para tornar a luta diária mais leve e o projeto do porvir mais possível.

A minha prima Roberta, por trilhar junto comigo e compartilhar as dores e as alegrias da academia e da vida familiar; a aproximação pessoal desses últimos anos foi fundamental para minha estabilização emocional e a troca acadêmica, que é muito mais do que teoria, mas que se inscreve na vida diária, com seus conflitos e incertezas, é mais leve e mais produtiva com você ao meu lado. Que sigamos sempre juntas meu Tatazinho!

Ao Pedro e aos integrantes do Grupo de Estudos de Marx: Sofia, Rangel e Nádia. Meu imenso obrigada pela troca de conhecimento, pelas inúmeras tardes de estudo e de construção de uma leitura, não somente das obras marxianas, mas também do mundo atual. Esse momento de pausa e reflexão semanal durante esse tempo que estamos vivendo de extremo preconceito, ódio, violência e incerteza foi e é fundamental para manter a sanidade e a esperança de que alguma coisa pode mudar. Obrigada pelas comidas deliciosas, pelas risadas e pelo companheirismo e amizade que espero, perdurem para além dos nossos tempos de pesquisa e formação.

Aos professores doutores César Ricardo Simoni Santos e Fabiana Valdosky Ribeiro, pelas contribuições inestimáveis realizadas no exame de qualificação, que proporcionaram revisões e reflexões posteriores e que são parte fundante do texto hoje apresentado. Ao

professor César, por inúmeras oportunidades acadêmicas apresentadas ao longo da minha formação, meu sincero agradecimento e admiração.

Aos integrantes dos grupos de estudos que participei ao longo dos anos de doutorado, especialmente a Profa. Dra. Ana Fani Alessandri Carlos, por todas as reflexões e aprendizados. A Carolina, Olívia, Felipe e Alex; Tatiana, Elisa, Thais, Denys e Otto. Obrigada pela ajuda com minha pesquisa e também por toda troca de conhecimento e de debates.

Aos amigos construídos na academia e que continuam fazendo parte atuante da minha vida: Júlio, Eduardo e Savanna. Obrigada por todos os momentos compartilhados, pelas trocas de experiência, por conversas, cafés, risadas, viagens, enfim, por estarem e continuarem trilhando os caminhos da vida profissional e pessoal ao meu lado.

Aos meus familiares que acompanharam de perto e de longe, os percursos tortuosos dos meus anos de pesquisa: Renata Navas, Linete, Titi Vanda, Renata Botelho, Nalice, Neide - obrigada pelo apoio e pela compreensão.

Aos meus familiares Nobinho, Ya, Ba e Ma's: a pandemia nos afastou das comilanças conjuntas, mas nos mantivemos unidos, mesmo que afastados fisicamente. Obrigada por todo apoio ao longo desses anos de pesquisa e formação.

Vivian e Marcos: a vida nos aproximou por gatinhos e agora no caminho da construção de nossas famílias, da qual vocês fazem parte: sinto que ganhei irmãos. Obrigada por poder compartilhar tantos momentos com vocês, pelas risadas, churrascos, comilanças, resgates de bichanos e também pelas conversas sérias e necessárias sobre os caminhos a trilhar.

Aos meus amigos mais próximos: Danizinha, Vivi, Massako, Luka, Carla, Marcolinos, Julio Grande, Steve – obrigada por fazerem parte da minha vida e apoiarem meus sonhos e minhas inseguranças. Por compartilharmos ao longo de tantos anos, momentos felizes e tristes nas vidas uns dos outros, conquistas, sonhos, frustrações e muitas mudanças, que nos afastaram em alguns momentos, mas que nos fortaleceram em outros.

Agradeço ao CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - pelo financiamento via bolsa de estudos que tornou possível a realização deste trabalho.

Preso à minha classe e a algumas roupas,
vou de branco pela rua cinzenta.
Melancolias, mercadorias espreitam-me.
Devo seguir até o enjoo?
Posso, sem armas, revoltar-me?
Olhos sujos no relógio da torre:
Não, o tempo não chegou de completa justiça.
O tempo é ainda de fezes, maus poemas, alucinações e espera.
O tempo pobre, o poeta pobre
fundem-se no mesmo impasse.
Em vão me tento explicar, os muros são surdos.
Sob a pele das palavras há cifras e códigos.
O sol consola os doentes e não os renova.
As coisas. Que tristes são as coisas, consideradas sem ênfase.
[...]
Uma flor nasceu na rua!
Passem de longe, bondes, ônibus, rio de aço do tráfego.
Uma flor ainda desbotada
ilude a polícia, rompe o asfalto.
Façam completo silêncio, paralisem os negócios,
garanto que uma flor nasceu.
Sua cor não se percebe.
Suas pétalas não se abrem.
Seu nome não está nos livros.
[...]
É feia. Mas é uma flor. Furou o asfalto, o tédio, o nojo e o ódio.
Andrade, Carlos Drummond de. A Flor e a náusea. A rosa do povo: Cia das
Letras, 2002

Vila Autódromo atual, área onde ficavam casas e a AMPAVA



Fotografia retirada pela pesquisadora em 14 de janeiro de 2018.

RESUMO

PREVIATTI, Carine Botelho. **A destituição do vivido no processo de formação de fronteiras urbanas de acumulação para o capital.** Uma reflexão a partir da Barra da Tijuca - RJ. 2021, 381 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2021.

A motivação da pesquisa partiu da observação empírica de um processo em curso: as resistências às remoções de comunidades localizadas na Barra da Tijuca no Rio de Janeiro, perpetradas pelo poder público e intensificadas durante a realização dos Jogos Olímpicos Rio-2016. O plano do vivido, o cotidiano e as resistências das comunidades entrevistadas - Vila Autódromo, Barrinha, Rio das Pedras e Vila Recreio II – instigaram a compreensão do processo de produção da Barra da Tijuca como uma fronteira de expansão do capital relacionado ao setor imobiliário. Esse movimento iluminou a composição de um campo de forças no processo de produção do espaço urbano, das estratégias do Estado na mediação para a realização dos interesses econômicos e políticos dos poucos proprietários fundiários desse fragmento espacial da metrópole carioca. A hipótese que a pesquisa percorre é de que a produção do espaço na Barra da Tijuca se revela enquanto uma fronteira urbana de expansão econômica de acumulação do capital da metrópole do Rio de Janeiro, mobilizada como uma nova centralidade que demanda, para sua realização, recursos cada vez mais ampliados de expropriação dos trabalhadores que habitam esses espaços; expropriações essas que atravessam o corpo e as relações afetivas que se realizam pelo/no espaço, constituindo o que denominamos como um processo de destituição do vivido. A problemática da tese e o movimento de exposição partem, portanto, da noção de produção do espaço urbano no modo de produção capitalista em uma metrópole situada na periferia do sistema, cujo pressuposto são os processos de destituição do vivido, consubstanciados na radicalidade dos momentos expropriatórios vivenciados pelos moradores da Barra da Tijuca, que ultrapassariam o sentido material de uma viabilização da acumulação econômica, mas se concretizariam, sobretudo, por meio das tentativas de apagamento das relações sociais engendradas nas e pelas práticas de resistência, procurando minar as formas de uma organização social e de uma luta de classes no urbano, que seria portadora de uma virtualidade, de um movimento em construção de uma utopia.

Palavras-chave: Destituição do vivido. Fronteira urbana. Barra da Tijuca. Resistências. Apropriação. Cotidiano.

ABSTRACT

PREVIATTI, Carine Botelho. **The destitution of the lived in the process of capital accumulation through urban frontiers.** A reflection from Barra da Tijuca - RJ. 2021, 381 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

The research motivation came from the empirical observation of an ongoing process: the resistance process against removals from communities located in Barra da Tijuca in Rio de Janeiro, perpetrated by the government, and intensified during the Rio-2016 Olympic Games. The lived plan, the daily life and the resistance of the interviewed communities - Vila Autodromo, Barrinha, Rio das Pedras and Vila Recreio II - instigated the understanding of the production process of Barra da Tijuca as an expansion of capital frontier related to the real estate sector. This process illuminated the composition of a field of forces in the process of urban space production, of the State's strategies in mediating this process for the realization of the economic and political interests of the few landowners in this spatial fragment of the Rio de Janeiro metropolis. The hypothesis that the research runs through is that the production of space in Barra da Tijuca reveals itself as an urban frontier of economic expansion of capital accumulation in the metropolis of Rio de Janeiro, mobilized as a new centrality that demands, for its realization, increasingly processes of expropriation of workers who inhabit these spaces; these expropriations that cross the body and affective relationships that take place through/in space, constituting what we call a process of destitution of the lived. The thesis' problematic and the exhibition movement, therefore, depart from the notion of production of urban space in the capitalist production mode in a metropolis located on the periphery of the system, whose presupposition is the processes of destitution of the lived, embodied in the radicality of the expropriation processes experienced by the residents of Barra da Tijuca, which would go beyond the material sense of enabling economic accumulation, but would materialize, above all, through attempts to erase the social relations engendered in and by resistance practices, seeking to undermine the forms of an organization social and a class struggle in the urban, which would be the bearer of a virtuality, of a movement in the construction of a utopia.

Keywords: Destitution of the lived. Urban frontier. Barra da Tijuca. Resistances. Appropriation. Everyday Life.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Barra da Tijuca.....	56
Figura 2 – Macrozoneamento da cidade do Rio de Janeiro.....	91
Figura 3 – Área de Planejamento – AP4 com suas Regiões Administrativas e delimitação morfológica do bairro Barra da Tijuca	92
Figura 4 – Delimitação da fronteira de expansão do capital urbano – Barra da Tijuca	95
Figura 5 – “Justiça é que vai dizer quem são os reis da Barra”.....	101
Figura 6 – Lançamentos por ordem cronológica da Carvalho Hosken S/A	110
Figura 7 – Imagens Barra da Tijuca – 1969 – anexos ao Plano Lúcio Costa.....	115
Figura 8 – Plano de Diretrizes para as Vias Arteriais da Planície de Jacarepaguá.....	119
Figura 9 – Fotografias antigas Barra e ligação zona sul.....	127
Figura 10 – Baixada de Jacarepaguá, subzonas determinadas	131
Figura 11 – BR 101 – atual Avenida das Américas entroncamento com Av. Salvador Allende – Barra da Tijuca/Recreio dos Bandeirantes, 1969 – 2020	133
Figura 12 – Croqui original do Centro Metropolitano	134
Figura 13 – Empreendimentos implantados e projetados em 1980.....	141
Figura 14 – Crescimento da área urbanizada da cidade do Rio de Janeiro	152
Figura 15 – Equipamentos Jogos Pan-Americanos e entorno no ano de 2008.....	170
Figura 16 – Valorização de imóveis na cidade do Rio de Janeiro 2002-2007	171
Figura 17 – Terrenos e empreendimentos de propriedade da Carvalho Hosken.....	183
Figura 18 – Parque Olímpico modo Legado 2030 Destaques à esquerda: antiga Vila Autódromo sem as habitações na faixa marginal.....	184
Figura 19 – Atual Centro Metropolitano – distribuição por empresas	187
Figura 20 – Centro Metropolitano - 2018.....	188
Figura 21 – Empreendimentos Centro Metropolitano - 2018.....	190
Figura 22 – Espaços dentro do Centro Metropolitano.....	192
Figura 23 – Ilha Pura	194
Figura 24 – Ilha Pura e imediações	197
Figura 25 – Apresentação do conjunto habitacional OUC Rio das Pedras	205
Figura 26 – Delimitação área OUC Rio das Pedras	208
Figura 27 – Vila Autódromo atual - vista panorâmica	218
Figura 28 – O corpo que afronta enquanto ato político.....	242
Figura 29 – Aglomerados Subnormais Censo 2010	271

Figura 30 – Placa Vila Autódromo atual – antes e depois da remoção.....	280
Figura 31 – Antiga foto do Autódromo Nova Caledônia, 1950	284
Figura 32 – Rio das Pedras – delimitação espacial panorâmica por ano.....	296
Figura 33 – Delimitação AIES – Vila Autódromo atual	299
Figura 34 – Fotos casas da Lagoa e casas da “favela”	301
Figura 35 – Vila Autódromo e entorno 1999	302
Figura 36 – Vila Recreio I e II – Antes e depois do processo de remoção.....	304
Figura 37 – Vila Autódromo – evolução das remoções por ano	315
Figura 38 – Via Autódromo e entorno em 2016.....	322
Figura 39 – Rua Nelson Piquet – vista dos dois lados	324
Figura 40 – Vila Autódromo – casas atuais e núcleos familiares.....	325
Figura 41 – Fachadas das casas novas.....	327
Figura 42 – Casa remanescente	328
Figura 43 – Vila Autódromo – vazio com resto das casas antigas	330
Figura 44 – Percurso Museu das Remoções – Placas com frases dos moradores	335
Figura 45 – BRT Trans Olímpica – Estação Parque Olímpico	339
Figura 46 – Mural retratando as mulheres e a luta da Vila Autódromo	341
Figura 47 – Barrinha ou Lagoa da Barra	343
Figura 48 – Barrinha ou Lagoa da Barra – vista e delimitação de área.....	345
Figura 49 – Rio das Pedras por áreas	347

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Área de construção nova licenciada em m ² segundo GLF e DLF 1998-2005.....	161
Tabela 2 – Valores de venda apartamentos Ilha Pura em 3 dezembro de 2018	198
Tabela 3 – Resumo da Operação Urbana Zona Oeste	207
Tabela 4 – Comunidades Removidas na cidade do Rio de Janeiro	277
Tabela 5 – Comparativo Plano Popular e Proposta de Remoção da Prefeitura.....	311
Tabela 6 – Lista de práticas que auxiliaram no processo mais geral de remoção	317

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Preço do m ² ofertado para venda residencial	137
Gráfico 2 – Habite-se - Número de certidões de área licenciada residencial e comercial 2009-2014	174
Gráfico 3 – Valor do metro quadrado comercial – período 2003-2008	177
Gráfico 4 – Negociações residenciais concretizadas (via pagamento do ITBI) por bairro entre os anos de 2011 e 2020.....	181
Gráfico 5 – Índice Domicílios em favelas 1960-2000.....	270
Gráfico 6 – Migração para áreas de favelas por Estado/Município 1960-2000	273

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Acibarra	Associação dos Empresários da Barra
ACRJ	Associação Comercial do Rio de Janeiro
AEIS	Área de Especial Interesse Social
Alerj	Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro
Amabarra	Associação dos Moradores da Barra
AMPAVA	Associação dos Moradores e Pescadores da Vila Autódromo
APO	Autoridade Pública Olímpica
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BRT	Bus Rapid Transit
CEPAC	Certificados de potencial adicional de construção
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEF	Caixa Econômica Federal
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego
CGO	Coordenadoria Geral de Obras
COB	Comitê Olímpico Brasileiro
COHRE	Centre on Housing Rights and Evictions
COI	Comitê Olímpico Internacional
COJO	Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos
COL	Comitê Organizador Local
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DEM	Partido Democratas
DER	Departamento Estadual de Rodovias
DLF	Departamentos de Licenciamento e Fiscalização
D.O.	Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIFA	Fédération Internationale de Football Association
Firjan	Federação das indústrias do Rio de Janeiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEO-RIO	Geotécnica do Município
GLF	Gerência de Licenciamento e Fiscalização
INCC	Índice Nacional de Custo de Construção

IOC	International Olympic Committee
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPP	Instituto Pereira Passos
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
ITERJ	Instituto de Terras do Rio de Janeiro
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
NUTH	Núcleo de Terras e Habitação
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OUC	Operação Urbana Consorciada
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PECRJ	Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro
PEU	Plano de Estruturação Urbana
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Parceria Público-Privada
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PT	Partido dos trabalhadores
SETRANS	Secretaria Estadual de Trânsito
SMH	Secretaria Municipal de Habitação
SMO	Secretaria Municipal de Obras
SMU	Secretaria Municipal de Urbanismo
SUDEBAR	Superintendência de Desenvolvimento da Barra da Tijuca
TCM	Tribunal de Contas do Município
TCU	Tribunal de Contas da União
TOP	The Olympic Partners
TUBSA	Tecnologies Urbanes Barcelonas S.A.
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UPP	Unidade de Polícia Pacificadora
VLT	Veículo Leve sobre Trilhos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	21
INTRODUÇÃO	30
PARTE I: A FRONTEIRA URBANA	38
PARTE II: A DESTITUIÇÃO DO VIVIDO	48
I. A FRONTEIRA URBANA DO CAPITAL NO RIO DE JANEIRO	55
1. A CENTRALIDADE ANUNCIADA ABRINDO UMA FRONTEIRA DE EXPANSÃO 57	
1.1. FRONTEIRA DE EXPANSÃO E O ÁLIBI DA CENTRALIDADE.....	65
1.2. A BARRA DA TIJUCA	88
1.3. UM RETORNO À GÊNESE: A HISTÓRIA DE FORMAÇÃO DA BARRA DA TIJUCA..	96
1.4. O ASSIM DENOMINADO “DONO” DA BAIXADA DE JACAREPAGUÁ	106
2. MOMENTOS DA CONSTRUÇÃO DA FRONTEIRA: CONTRADIÇÕES E CONFLITOS	114
2.1. PLANO PILOTO 1969 – A CONVERGÊNCIA DA FORMA CENTRALIDADE.....	124
2.1.1. <i>A consolidação da fronteira Barra da Tijuca e a força política dos proprietários</i> <i>fundiários</i>	138
2.2. ANOS 90 – A INSERÇÃO DA BARRA NO MERCADO MUNDIAL.....	151
2.3. JOGOS OLÍMPICOS E A CONSOLIDAÇÃO DA BARRA COMO PRODUTO IMOBILIÁRIO	
173	
2.3.1. <i>Os empreendimentos na constituição da fronteira urbana</i>	182
3. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS – PARTE I	210
II. A DESTITUIÇÃO DO VIVIDO	218
4. COTIDIANO, APROPRIAÇÃO E RESISTÊNCIA	219
4.1. ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, DESPOSSessão E EXPROPRIAÇÃO.....	228
4.2. A APROPRIAÇÃO DO LUGAR PELO CORPO	238
4.3. O COTIDIANO E AS RESISTÊNCIAS ENQUANTO UM PROCESSO	252
5. AS REMOÇÕES NO RIO DE JANEIRO	265
5.1. AS COMUNIDADES DA BARRA DA TIJUCA EM RESISTÊNCIA.....	280
5.2. OS PROCESSOS DE REMOÇÃO E AS RESISTÊNCIAS POSSÍVEIS.....	304

5.3. A RESISTÊNCIA ENQUANTO UM PROCESSO DE APROPRIAÇÃO	335
6. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS – PARTE II.....	354
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	360
REFERÊNCIAS	365
ANEXO A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA DIRIGIDA	386

APRESENTAÇÃO

Não é demais mencionar, para refutar, a confusão entre *diferença*, *distinção*, *separação*, *segregação*. A diferença é incompatível com a segregação, que a caricatura. Quem diz “diferença”, diz relações, portanto, proximidade-relações percebidas e concebidas, portanto, inserção numa ordem espaço-temporal dupla: próxima e distante. A separação e a segregação rompem a relação. Constituem, por si sós, uma ordem totalitária, que tem por objetivo estratégico quebrar a totalidade concreta, espedaçar o urbano. A segregação complica e destrói a complexidade (Lefebvre, 2019, p.149)

Durante a realização da minha pesquisa de mestrado, entre os anos de 2014 e 2016, com visitas frequentes à Vila Autódromo, foi possível observar que, a cada ida a campo, um pedaço da Vila não existia mais e, no seu lugar, geralmente, encontrava-se uma pilha de entulho com muitos fios, vazamento de água, pedaços de vidro ou azulejos e outras partes das casas demolidas. As crianças que ainda moravam na comunidade e que sempre tiveram muita liberdade em brincar por todas as partes do terreno, continuavam empinando pipa, jogando futebol ou correndo em meio aos destroços, não sendo raro ver muitas delas com ferimentos causados pelos objetos dos escombros. Esse cenário ficou ainda mais frequente depois que foram demolidas todas as áreas de lazer das crianças na comunidade, como o parquinho, a quadra de futebol e a mesa de pingue-pongue, por exemplo. Igualmente, aos poucos, todos os comércios foram fechando, seus donos aceitando as negociações com a prefeitura. Aos moradores restantes, era preciso caminhar até o outro lado da Avenida Embaixador Abelardo Bueno, em direção ao bairro de Curicica, onde havia supermercados, farmácias, padarias e outros comércios para adquirirem os produtos necessários para a manutenção da vida.

Igualmente, pôde-se acompanhar períodos em que o caminhão de lixo municipal não entrava na comunidade para fazer a coleta, o que causava fortes odores, presença de ratos, moscas e mosquitos. Esses últimos, em tempos de transmissão de doenças, como os vírus zika, chikungunya e dengue transmitidos pelo mosquito *aedes aegypti*¹, eram muito frequentes dentro da comunidade, especialmente em função dos diversos vazamentos de água provocados pelas demolições das casas.

O esvaziamento da vida cotidiana dos moradores da Vila Autódromo se desenrolava assim, a cada ida a campo, na forma de embates frequentes entre os moradores, que lutavam para permanecer no seu lugar de realização da vida, e as coações físicas e psicológicas praticadas pelos agentes da prefeitura, no intuito de remover toda a comunidade. Essas práticas

¹ Disponível em: <https://br.blastingnews.com/brasil/2016/06/cnn-diz-que-as-olimpiadas-do-rio-serao-realizadas-em-um-pais-devastado-00951459.html>. Acesso em 11 de julho de 2018.

coercitivas eram possíveis de serem captadas principalmente na fala dos moradores, nas assembleias ou nas entrevistas que realizei. A mais mencionada pelos moradores e ex-moradores era a entrada dos agentes da prefeitura em suas casas para realizar medição, muitas vezes sem serem autorizados pelos próprios residentes. Os que resistiam às investidas, recebiam ligações constantes ao longo dos dias desses mesmos agentes, que utilizavam frases tais como: “quem ficar por último não vai receber nada”; “seu vizinho já negociou, por que você ainda está resistindo?”; “seu familiar já veio até a prefeitura negociar, você está colocando em risco a sua família tentando ficar”, dentre muitas outras.

No meio de todo o conflito e da luta pela permanência, uma moradora foi surgindo e se estabelecendo como uma das principais lideranças. Conheci-a na minha primeira ida à campo – eu com medo do que encontraria, se seria bem recebida, se conseguiria realizar minha pesquisa de mestrado, e ela atarefada com a preparação do cafezinho, se deslocando entre a Associação de Moradores – a AMPAVA – e sua casa, que eu viria a frequentar muitas vezes nos anos seguintes. Nascia ali, naquele primeiro dia, meu respeito e minha admiração por uma das responsáveis pela permanência dos atuais moradores na Vila Autódromo, Maria da Penha, ou Dona Penha, como todos a conhecem.

Quando da entrada para o doutorado, julgou-se, conjuntamente com minha orientadora, que poderia ser interessante uma pesquisa que partisse da experiência que eu já carregava de todos os conflitos, embates, histórias e perdas afetivas que a remoção da Vila Autódromo acarretou para seus moradores e apoiadores, mas em uma perspectiva que não ficasse somente resumida ao processo expropriatório em si nem a justificativa utilizada pelo poder público para a realização do processo de remoção, mas que pudesse compreender o movimento de constituição do espaço onde a Vila está inserida, na própria Barra da Tijuca, marcado pela violência do Estado por meio da construção de grandes projetos, que expulsam a população trabalhadora de seus espaços. Voltei a fazer minhas viagens para o Rio, dessa vez, ao contrário das viagens curtas que muitas vezes fiz ao longo do mestrado, com intuito de ficar mais tempo, para que pudesse apreender de modo mais completo, as nuances desse processo que pretendia investigar.

Acredito que seja necessário, nesse primeiro momento, algumas pontuações teóricas essenciais, principalmente de algumas terminologias que serão utilizadas ao longo de todo o trabalho, visto que nenhuma escolha foi realizada de forma acidental ou mesmo sem a atenção e cuidados necessários com intuito de que a tese pudesse revelar o imbricamento entre os níveis do social, do político e do econômico na produção do espaço, desvelando a violência e segregação intrínsecas à sua produção.

A utilização do termo “remoção”, por exemplo, foi adotada nesse trabalho em contraposição às terminologias empregadas pelo poder público, tais como: realocação, remanejamento, reassentamento; termos que mascaram as reais intenções, objetivos e ações impetradas seja de forma jurídica, verbal ou física. Assim, a palavra “remoção”, mais que um simples ato de mudança física de determinado lugar, abrange um processo social mais amplo, como estabelece Justino (2016, p.166):

Nesse contexto, é importante retomar o significado do termo remoção que vai desde um “fazer deslocar” a um “fazer desaparecer”. No caso da remoção de comunidades não se trata, na maioria das vezes, de um simples deslocamento (de um lugar para outro), mas de desaparecimento, posto que os laços construídos no local onde se vive, a história e toda a relação comunitária se extinguem.

Partindo desse entendimento do apagamento das diferenças, compreende-se que o Estado, aliado aos interesses dos poucos proprietários fundiários da Barra da Tijuca, ao longo dos anos e por meio de diversos mecanismos jurídicos e urbanísticos, procuram hierarquizar a Barra em relação ao restante da metrópole carioca, por meio da transformação de fragmentos selecionados, principalmente através de planos de ordenamento urbano que modificavam diretrizes sobre o parcelamento e uso do solo, sobre potenciais construtivos cada vez maiores e mais extensos, em uma clara tentativa de homogeneizar o espaço, ao mesmo tempo em que ampliava a segregação socioespacial. Os trabalhadores moradores das comunidades estudadas sofreram, em diferentes momentos, tentativas de remoção com justificativas diversas apresentadas pelo poder público, cujas reais intenções apontam para o completo apagamento dessas vidas e desses corpos no espaço, tratados enquanto barreiras aos processos de valorização pretendida para essa parte da metrópole.

O diferencial colocado por Lefebvre (2013), se refere a diferença, ao que pode se contrapor ao processo mais geral de padronização do espaço abstrato sendo, portanto, aquilo que poderia persistir e resistir a esse processo. Mas, como ele mesmo adverte, existem limites para a capacidade de integração e, neste sentido, as diferenças podem ou não significar algum tipo de mudança significativa em direção a uma quebra do atual paradigma:

As diferenças permanecem ou começam nas margens da homogeneização, como resistências ou como externalidades (laterais, heterotópicas, heterológicas). Os diferentes são, antes de tudo, os excluídos: periferias, favelas, espaços proibidos, guerras e guerrilhas. Mais cedo ou mais tarde, no entanto, os poderes de centralidade e homogeneização existentes tendem a absorver as diferenças, o que conseguem caso permaneçam na defensiva e não entrem em contra-ataque. Então, a centralidade e a normalidade mostram os

limites de sua capacidade de integrar, recuperar ou eliminar o que tenha transgredido (tradução nossa)² (Lefebvre, 2013, p.405).

Optei, em muitas passagens da tese, pela utilização da palavra “comunidade” em detrimento da palavra “favela”, ou aos termos técnicos designados pelos órgãos públicos como “assentamentos subnormais” ou “assentamento não urbanizado³”.

Segundo apontamentos de Souza (2020), é indispensável ter clareza sobre as distinções entre os dois termos linguísticos, bem como suas utilizações políticas e sociais ao longo dos anos. Nessa perspectiva, para a autora, o termo “comunidade” nasceu e se difundiu a partir da década de 90, por meio de planos de ordenamento urbano e campanhas midiáticas promovidas pelo Estado, com intuito de contrapor a terminologia “favela” e os estigmas sociais a ela associados, sendo apropriada também por seus moradores. No entanto, para a autora, a terminologia favela tem sido retomada com maior força a partir dos anos 2000, tanto por apoiadores quanto por moradores, enquanto uma forma de contrapor justamente as alterações espaciais e sociais associadas às ações empreendidas pelos órgãos governamentais.

Nas entrevistas realizadas por Souza (2020, p.20) para sua pesquisa, com moradores do complexo da Maré, em sua maioria inseridos em grupos políticos de atividades culturais ou educacionais, por exemplo, o termo favela foi identificado como o que mais representava a identidade desses moradores. Para a autora, “A prioridade em relativizar o que há de comum entre favela e comunidade parte do entendimento do que é apropriado da experiência que se tem nesses espaços. Assim, usar o termo favela significa fortalecer uma história de resistência”. Mas, dentro desse debate, Souza (2020, p.16) estabelece também a importância de “reconhecer a favela como possibilidade comunitária”, movimento que apareceu também ao longo das entrevistas realizadas para a tese, quando os moradores se referem a si mesmos ou a moradores de outras favelas enquanto parte de uma comunidade.

Ao longo da realização dessa pesquisa, foi possível compreender que o termo comunidade contém as contradições sociais que são colocadas enquanto subjetividades próprias

² “Las diferencias se mantienen o comienzan en los márgenes de la homogeneización, sea como resistencias, sea como exterioridades (lo lateral, lo heterotópico, lo heterológico). Lo diferente es en primer término lo excluido: las periferias, las barriadas de chabolas, los espacios de juegos prohibidos, de las guerras y de las guerrillas. Tarde o temprano, sin embargo, la centralidad existente y las potencias homogeneizantes tienden a absorber las diferencias, lo que logran si éstas permanecen a la defensiva y no pasan al contraataque. Entonces, la centralidad y la normalidad muestran los límites de su capacidad de integración, de recuperación o de eliminación de lo que haya transgredido”.

³ Segundo o IBGE, o termo assentamento subnormal se refere a um conjunto de unidades habitacionais caracterizadas por ausências: de título de propriedade, carência de serviços públicos básicos (saneamento, rede de água, energia elétrica, coleta de lixo etc.) e irregularidades na forma e tamanho dos lotes. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/default.php>.

dos lugares denominados como favelas, com uma estrutura política de afirmação do lugar de moradia, de ajuda mútua e comunitária, com inúmeros conflitos que também se dão nesses mesmos espaços, ou seja, não é possível uma romantização do termo comunidade como se houvessem somente relações harmônicas entre seus moradores, todos com objetivos em comum. Dito de outra forma, o termo comunidade foi imposto pelo Estado mas apropriado pelos moradores também enquanto um sentimento de pertencimento com o lugar, enquanto moradores de comunidades.

Nesse sentido, em nosso entendimento e em função das muitas entrevistas realizadas, o termo comunidade foi apropriado pelos moradores enquanto uma referência ao seu local de residência, lazer e vida cotidiana, carregando a noção de pertencimento, caracterizado por eles também enquanto uma forma de resistência.

Igualmente, ao tratar do conflito pelo espaço, identifiquei sujeitos e agentes desse espaço: políticos, construtoras e a classe trabalhadora, segmentada em função da divisão social do trabalho. São sujeitos inseridos no universo do trabalho principalmente através do setor de serviços, como: faxineiras, camelôs, cuidadoras, professores, catadores de material reciclável, massoterapeutas, jardineiros, vendedores, manicures, mecânicos, entre tantos outros. O universo das relações de trabalho e, portanto, dos rendimentos familiares que possibilitam a realização da vida, é muito grande, o que não os torna iguais nem resume, por outro lado, suas relações sociais e trajetórias de vida.

Portanto, optei, ao longo do trabalho de pesquisa, por apontá-los enquanto um grupo da classe trabalhadora mal remunerada e sem direitos, em oposição a nomenclatura frequentemente utilizada pelos entrevistados, de “pobre”. Essa escolha foi fruto de reflexões que culminaram em um entendimento de que: primeiramente, o conjunto de relações e condições de consumo e modos de vida apresentados por esses sujeitos são típicos de uma parcela trabalhadora da população brasileira que vive por meio de rendimentos intermitentes, ou seja, não apresentavam, em sua maioria, as seguridades de um trabalhador contratado. Segundo, porque acredito que designá-los pelo termo “pobres” seria generalizar e destituir esses sujeitos de uma identidade própria, construída na luta. Como alertava Martins (2002, p.11-12):

A sociedade que exclui é a mesma sociedade que inclui e integra, que cria formas também desumanas de participação, na medida em que delas faz condição de privilégios e não de direitos [...] Não deve ser temida a reflexão que nega o simplismo e a piedade de rotular parcelas da população sem compreender a sociedade como totalidade contraditória e crítica, como processo social e histórico. Sem ela não é possível construir a esperança como práxis comunitária, pois a práxis depende de consciência social e consciência social que não resulte da crítica social é apenas alienação, instrumento da reiteração do iníquo. Pois, a esperança não é o já dado a alguns e não a outros.

O já dado é apenas indício do possível, mutilado porque concedido a alguns e negado a muitos. A pobreza, convém lembrar, já não é mais nem principalmente a carência material. As pobrezas se multiplicaram em todos os planos e contaminaram até mesmo âmbitos da vida que nunca reconheceríamos como expressões de carências vitais.

A pesquisa aqui desenvolvida permite entender a pobreza para além de um dado quantitativo referente à renda. A luta dos moradores entrevistados contra processos de remoção, seus encontros, descobertas e desdobramentos permitem a compreensão de que, em muitos momentos, seus sujeitos tiveram ganhos no aspecto econômico, mas, por outro lado, um conseqüente empobrecimento da vida. A luta, que partiu da necessidade primeira pelo lugar, conforme aponta Ribeiro (2012), permitiu a eles estabelecer outras relações, a construir laços que enriquecem a vida, se não materialmente, no âmbito social.

Ressalto que ao todo, foram realizadas ao longo desses quatro anos de doutorado⁴, dez visitas de campo ao Rio de Janeiro, algumas que tiveram duração de quinze dias corridos, outras mais curtas, nas quais pude realizar entrevistas e também acompanhar reuniões, eventos, palestras e ações não só dos moradores da Vila Autódromo, mas das redes compostas por apoiadores e líderes de outras comunidades da metrópole, que também passaram ou ainda estão passando por processos de tentativas de remoção pelo poder público, destacando-se as reuniões do Conselho Popular e do Museu das Remoções. Soma-se ainda algumas entrevistas com a Defensora Pública responsável pelo processo da Vila Autódromo, Dra. Adriana Bevilaqua, sujeito fundamental da luta de resistência de diversos moradores do Rio de Janeiro por meio de ações jurídicas que visam pôr fim aos processos expropriatórios.

A pesquisa foi realizada a todo momento, com registros em caderno, diários nos quais anotava minhas impressões, dúvidas, angústias, descobertas. Em nenhum momento, contudo, consegui tratar os sujeitos com os quais eu tinha contato nas idas a campo como objetos de pesquisa. O impacto da vida deles também se refletia na minha: chorei ao fazer entrevistas – e depois durante as transcrições também –, vibrei ao saber das pequenas conquistas, me alegrei com os encontros e me orgulhei das falas e da coragem demonstrada por muitos dos meus entrevistados, em não ceder aos processos de expropriação.

Parte da metodologia da pesquisa de campo se imbricou na pesquisa, de forma que trechos das entrevistas são utilizados ao longo do texto como um relato oral dos entrevistados e suas memórias, incorporadas ao movimento que construiu as reflexões teóricas, as dúvidas e as descobertas.

⁴ Levando em consideração que o último ano do doutoramento ocorreu durante o período da pandemia em decorrência do vírus SARs-COVID-2 e que, portanto, não foram feitas viagens a campo.

Nesse sentido, em janeiro de 2018 foram realizadas 26 entrevistas semiestruturadas à moradores e ex-moradores da Vila Autódromo durante uma semana. A proximidade já adquirida durante a pesquisa de mestrado com alguns dos moradores mostrou-se fundamental para a obtenção das entrevistas com o maior número possível de pessoas e informações mais concretas acerca do seu cotidiano atual. Os conflitos que ainda se estabelecem na comunidade entre os moradores que permaneceram, bem como os novos desdobramentos do processo, fazem parte da análise aqui colocada. As entrevistas realizadas com moradores que foram removidos ou que aceitaram acordos de indenização com o poder público procuraram também problematizar que tipo de sociabilidade passou a existir nesse outro lugar onde agora vivem e como a percepção do processo pela permanência vivenciados por eles e por suas famílias influenciaram em suas decisões individuais pela saída.

Igualmente, em maio de 2019, fiz entrevistas com as lideranças de outras três comunidades localizadas na Barra da Tijuca, que ajudaram na reflexão acerca da ampliação via Estado, principalmente por meio de parcerias público-privadas, dos processos de destituição. Essas entrevistas também revelaram a importância da luta pela permanência dos moradores remanescentes da Vila Autódromo a outros processos semelhantes de remoção praticados ou ainda em curso, pelo poder público. Tive a oportunidade de visitar parte da gigante Rio das Pedras e conhecer a Barrinha, uma comunidade tão escondida que muitos moradores do Rio de Janeiro nem sabem da sua existência. Só pude conhecer um pouco da Vila Recreio II por meio de fotos e vídeos apresentados por um de seus ex-moradores, o Jorge, comunidade que foi totalmente removida pelo poder público em 2011, mas visitei o espaço onde ela ficava no final do Recreio dos Bandeirantes, que hoje faz parte de uma avenida ampliada para passagem do BRT Transoeste e de um retorno para automóveis.

O roteiro de perguntas para a aplicação das entrevistas (Anexo I) se concentrou em temas relacionados ao sentimento de pertencimento com o lugar, à sociabilidade entre os moradores, aos momentos de conflito; e às mudanças físicas concretas, sociais e políticas percebidas por eles ao longo dos anos, baseado principalmente nas suas memórias. A aplicação efetiva das entrevistas foi desenvolvida para que a pessoa entrevistada pudesse se sentir à vontade para falar sobre suas impressões, seus medos, suas inquietações e lembranças, com direcionamentos às questões do roteiro, quando necessário.

Durante as idas à campo e na aplicação das entrevistas, ficou evidente que a questão de gênero se apresentava. As principais lideranças entrevistadas eram mulheres, tanto das comunidades estudadas quanto da rede de apoiadores. Em alguns momentos, nas entrevistas principalmente, essa questão se colocou como algo de certa forma “naturalizado”: por serem

mulheres, eram as representantes mais diretas dos interesses das suas famílias e dos rumos que estas tomariam de acordo com as escolhas, táticas e estratégias que elas próprias empregavam durante o processo de resistência às remoções. No entanto, acreditei que uma discussão superficial do papel do feminino na luta de classes que se coloca no urbano seria totalmente inadequada frente a importância que tal tema desempenha na vida cotidiana. Dessa forma, optei por não realizar um debate mais detalhado desse tema, que pode ser aprofundado posteriormente, dando destaque ao cotidiano urbano dessas lideranças femininas frente aos processos da destituição do vivido e do real potencial delas na construção de uma utopia.

As incursões a campo também tiveram por objetivo visitas a dois empreendimentos localizados no entorno da Vila Autódromo e que foram construídos concomitantemente ao processo de remoção: o Centro Metropolitano e o residencial de luxo Ilha Pura. Foi possível realizar visitas aos dois empreendimentos, com possibilidade de um maior aprofundamento nos dados do condomínio de apartamentos. Tentei por diversos meios e por inúmeras vezes, contato com as grandes construtoras da Barra da Tijuca, principalmente Carvalho Hosken, Grupo Teruszkin e Tegra incorporadora, responsáveis pelos dois empreendimentos citados. Nunca fui recebida nem nunca consegui retorno aos questionários que foram enviados por e-mail após contatos telefônicos. Igualmente, tentei realizar entrevistas e visita à Acibarra, que intermedia e por muitas vezes, também organiza, determinados eventos e negócios relativos ao setor imobiliário, sem infelizmente ter sucesso.

No entanto, considero que toda a extensa pesquisa que foi realizada para, de certa forma, suprir essa lacuna do não retorno dos agentes fundiários e imobiliários da Barra tenha sido suficiente para o entendimento desse processo mais geral da mobilização do espaço enquanto uma fronteira de expansão dos capitais ligados ao setor imobiliário na metrópole do Rio de Janeiro ao longo dos anos, que utilizou, em diversos momentos, o alibi de uma nova centralidade. Como fonte de pesquisa utilizei muitos documentos jurídicos que foram possíveis de serem encontrados, bem como diversas matérias jornalísticas, que traziam, muitas vezes, referências relevantes para o entendimento desse processo.

As fotografias que, em sua maioria, foram retiradas nas idas a campo, bem como imagens históricas de arquivos públicos e figuras que se referem a mapas de diversos momentos, são apresentadas com intuito de trazer ao leitor uma maior compreensão visual dos lugares que são descritos e analisados ao longo de toda a pesquisa, mas também por entender que os mapas são partes integrantes do mundo de representações que se almeja para o estabelecimento de um espaço hierarquizado, concebido de forma a ser homogêneo, mas que se mostra totalmente fragmentado e segregado, como já alertava Lefebvre (2013).

Acredito que uma visão mais ampla da Barra da Tijuca enquanto a formação de uma fronteira de expansão e acumulação do capital relacionado ao setor imobiliário possa ser melhor apreendida, de forma que as contradições e os conflitos no e pelo espaço, presentes ao longo de toda a pesquisa por meio da análise dos planos de ordenamento urbano, das fotografias, das imagens dos mapas, das ações praticadas pelo poder público e pelos proprietários privados possam ser apresentadas.

O discurso espacial se descortina por meio desses documentos em direção à radicalidade dos processos expropriatórios, que são iluminados por meio das entrevistas, das memórias, dos relatos dos moradores das comunidades e de suas estratégias empregadas na prática da resistência contra as remoções. Nesse sentido, procurou-se construir um movimento na tentativa de apreensão de uma totalidade, de um processo que ainda está em andamento, como será abordado a seguir.

INTRODUÇÃO

Efetivamente, toda reflexão que não se contenta com refletir, com ratificar as pressões, com aceitar os poderes e legalizar a força das coisas, toda outra reflexão contém uma utopia. Isso significa que ela procura seu ponto de inserção na prática e não separa o conhecimento de uma política que não coincidiria com a do poder em vigor [...] Ora, estamos engajados em mostrar o irreduzível: conflitos, contestações que impedem o fechamento e causam rachaduras nas muralhas [...] (Lefebvre, 1991, p.84)

O movimento da pesquisa aqui apresentada partiu de um processo empírico em curso, cujos desdobramentos trouxeram inquietações e resultaram na construção de uma problemática. Dessa forma, o olhar partiu do nível local, dos conflitos e contradições que se estabelecem em um pequeno fragmento espacial da metrópole do Rio de Janeiro, na tentativa de compreensão de processos que se realizam e se articulam entre o nível global e o nível intermediário de análise, conforme método problematizado por Lefebvre (2019).

Dentro dessa perspectiva, a pesquisa inicialmente teve a preocupação de entender o processo de resistência à remoção de uma comunidade que vivenciou, nos últimos anos, um violento processo de ação do Estado para efetivar sua desestruturação social e material. Trata-se da Vila Autódromo, comunidade localizada no bairro da Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, que sofreu processos de remoção parcial relacionados às obras viárias para construção do BRT (Bus Rapid Transit) Transolímpica e ampliação de avenidas adjacentes ao Parque Olímpico, durante os preparativos para os Jogos Olímpicos Rio 2016. No entanto, as tentativas de remoção dessa comunidade, originalmente uma vila de pescadores que ocuparam as margens da Lagoa de Jacarepaguá por volta de 1960, antecederam o megaevento esportivo em si. Oficialmente, a primeira delas aconteceu em 1993, com a abertura de processo civil público pela prefeitura da cidade do Rio de Janeiro contra os moradores, pela alegação de danos ambientais (Processo Nº 0081973-19.1993.8.19.0001)⁵, que se estendeu até 2013 com ordem judicial de remoção sem ação financeira compensatória dos moradores com residências localizadas na faixa marginal da lagoa (Processo No 0075959-18.2013.8.19.0001). No mesmo ano grande parte dos moradores, cerca de 200 famílias, começam a aceitar as negociações ofertadas pelo poder público para sua saída.

⁵ Existem três processos jurídicos da Vila Autódromo, dois deles já encerrados, dos anos 1993 (Processo Nº 0081973-19.1993.8.19.0001) e 2013 (Processo No 0075959-18.2013.8.19.0001) e um ainda em andamento, aberto no ano de 2015 (Processo No 0159686-98.2015.8.19.0001). Todos estão disponíveis no Fórum Central da cidade do Rio de Janeiro, onde é preciso solicitar uma senha provisória para acesso aos processos completos. No decorrer do trabalho, serão utilizados como referência os números a que se referem a cada passagem aos processos específicos.

Todo o processo de resistência e de remoção não foi linear e muito menos homogêneo, revelando conflitos, contradições, embates e ações violentas, tanto físicas quanto emocionais, a todos os envolvidos, sejam moradores, ex-moradores, apoiadores e agentes públicos, o que coloca o próprio movimento da expropriação enquanto parte essencial dos processos de acumulação do capital pelo espaço.

Segundo levantamento realizado e divulgado pela Prefeitura do Rio de Janeiro (Plano urbanização, 2016), 275 famílias da comunidade teriam que ser reassentadas em outro local em função de obras de infraestrutura relacionadas aos Jogos Olímpicos. No entanto, o Plano Popular da Vila Autódromo⁶, que tinha por principal objetivo a não remoção de nenhuma família, elencava 82 famílias que precisariam ser realocadas em outras residências dentro da própria comunidade em função dessas mesmas obras de infraestrutura alegadas pela Prefeitura.

Os embates, desde o número total real de famílias que habitavam no espaço, bem como a necessidade de saída da comunidade para obras diversas alegadas pela Prefeitura da cidade, se estenderam por todo o longo processo de negociações e resistências das famílias que hoje permanecem. Nesse sentido, é possível afirmar que, das quase 450⁷ famílias que moravam no local, hoje permanecem cerca de 30, habitando em vinte novas casas construídas pelo poder público e entregues um mês antes do início oficial dos Jogos⁸.

A permanência dessas poucas famílias, após um longo e violento processo, revela a luta pelo espaço em uma metrópole capitalista periférica, na qual a condição do espaço como mercadoria e como propriedade privada são fundamentais para elaboração de estratégias por parte do setor fundiário, das incorporações e do Estado, na perspectiva de torná-lo cada vez mais produtivo, a fim de viabilizar e produzir a valorização do capital, bem como ganhos rentistas associados a esse processo. Nesse sentido, a história da Vila Autódromo revela uma luta pelo uso do espaço, pautado nas possibilidades de sociabilidade e afetividade presentes entre os moradores, bem como nas diferentes camadas de consciência política, construídas a

⁶ Plano de Desenvolvimento Urbano, Econômico, Social e Cultural da Vila Autódromo foi elaborado pelo Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza, do Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, coordenado pelo Prof. Dr. Carlos Vainer e pelo Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU) da Universidade Federal Fluminense (UFF), coordenado pela Profa. Dra. Regina Bienenstein, junto aos moradores, cujas propostas principais eram a urbanização da área e o reassentamento dos moradores da faixa marginal da lagoa. Ganhou um prêmio por sua elaboração em 2013, do Urban Age Award, da Associação Alfred Herrhausen, do Deutsche Bank, em parceria com a London School of Economics, valor que seria convertido na construção da creche popular, que nunca ocorreu.

⁷ Segundo dados levantados pelo primeiro Plano Popular da Vila Autódromo, elaborado em 2011. Disponível em: <http://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaaudromo.pdf>

⁸ Maiores detalhes sobre todo o processo de remoção podem ser acessados em: Previatti, Carine Botelho. Segregação Socioespacial na realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016 na região da Barra da Tijuca – RJ: comunidade Vila Autódromo. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-24082016-101115/pt-br.php>.

partir do fato de produzirem e habitarem o lugar e de suas relações com a metrópole. Pela pesquisa realizada, esses elementos mostraram-se essenciais no processo de resistência dos moradores, e, ainda que estes termos não sejam empregados por muitos deles, indicam que se tratou de uma luta do uso contra a mercantilização do espaço, calcado na propriedade privada. Essas trinta famílias remanescentes na Vila Autódromo representam hoje, uma exceção à processos similares de remoção ocorridos em todas as cidades sede de megaeventos esportivos e sua luta revela as possibilidades de construção de uma outra maneira de se habitar na cidade.

Dessa forma, compreende-se a resistência mais como uma prática socioespacial contínua e menos como uma ação específica que se encerra no momento em que as imediatidades das expropriações são apaziguadas – porque nunca são plenamente resolvidas ou solucionadas. Acreditou-se, portanto, ser fundamental analisar outras comunidades da Barra da Tijuca, cujos moradores passaram por ou ainda estão inseridos em processos de resistência contra tentativas de remoção praticadas pelo poder público e pelas empresas privadas, cujos ganhos de capital se realizam por meio da produção do espaço. Foram então conduzidas pesquisas de campo a outras três comunidades situadas na Barra da Tijuca, onde foi possível compreender, ainda que de uma maneira bastante fragmentada, processos de remoção já realizados ou ainda em curso na cidade: Rio das Pedras⁹, Barrinha e Vila Recreio II – essa última totalmente removida pelo poder público em 2011.

Parte-se da compreensão de que não é possível uma generalização do processo de remoção e resistência a partir desses poucos casos apresentados. No entanto, acredita-se que, a partir da realidade prática-sensível da vida cotidiana dos entrevistados, seja possível um aprofundamento de algumas temáticas teóricas mais amplas. O esforço da investigação está em tentar, a todo momento, relacionar o mundo cotidiano, apontado e problematizado por Lefebvre (1991), presente nos relatos dos entrevistados e das suas famílias, a processos expandidos, pautados e realizados no plano do global, que poderiam permitir uma compreensão da própria formação e continuidade da vida diária que se realiza na cidade.

⁹ Importante pontuar que a pesquisa não irá se aprofundar no debate sobre os grupos paramilitares – comumente denominados de milícias – que são automaticamente associados à comunidade de Rio das Pedras. Durante a pesquisa, foi fundamental ler autores que estudam o tema há muitos anos com intuito de buscar uma compreensão a mais uma das camadas de expropriação a que os moradores dessa comunidade em específico são submetidos no seu cotidiano. Se os estudos mostraram que esse tema seria essencial para entender os limites às próprias formas de resistência contra processos de remoção movidos pelos moradores da comunidade, revelaram também que esse tema é muito complexo e muito específico, sendo impossível apontá-lo de forma simplista. Ao mesmo tempo, julgou-se que aprofundar esse tema desviaria o foco dos reais objetivos do trabalho. Aos leitores que se interessarem por saber mais sobre o tema, ficam recomendados os trabalhos: Alves, J. (2003) e Zaluar & Conceição (2007).

Nesse sentido, as entrevistas, leituras e levantamento de dados realizados conduziram a pesquisa à necessidade de descortinar o plano da produção do espaço urbano como um nível fundamental de análise para a compreensão do cotidiano e das práticas de resistência dos moradores das comunidades da Barra da Tijuca, que foram ou ainda estão sendo ameaçadas de remoção pelo poder público, suas estratégias no campo da luta pela permanência em seus locais de constituição da vida diária, onde tecem e desenvolvem relações sociais e onde, muitos deles, possuem sentimentos de pertencimento e apropriação.

Ocorre que, se as inúmeras entrevistas realizadas para a pesquisa revelaram a composição de um campo de forças no processo de produção do espaço, também iluminaram as estratégias do Estado, as mediações que faziam daquele lugar a realização dos interesses econômicos e políticos que se encontram fora dele e que, em grande parte, se orientam, inclusive, no plano global.

Deste modo, o plano do vivido, o cotidiano e a resistência da Vila Autódromo instigaram a pesquisa a compreender o processo de acumulação por meio da abertura das fronteiras urbanas do capital e como a formação ou mesmo a intencionalidade, ou no caso estudado, o alibi da criação de centralidades econômicas no espaço urbano pressupõem, na atualidade, a realização conjunta de processos de expropriação cada vez mais radicalizados, incidindo no corpo e nas relações sociais que também se estabelecem no espaço, ou seja, na impossibilidade de realização da vida de forma plena para grande parte da população, principalmente para aqueles inseridos na classe trabalhadora com remuneração intermitente.

A problemática da tese e o movimento de exposição partem, portanto, da noção de produção do espaço urbano no modo de produção capitalista em uma metrópole situada na periferia do sistema, cujos pressupostos são processos que foram identificados pela pesquisa e serão denominados de *destituição do vivido*. Chegamos à essa adjetivação da noção de destituição pela análise do processo de remoção a partir da sua vivência pelos moradores. A nossa hipótese é que a destituição não é apenas material, de maneira a viabilizar uma acumulação econômica, mas é, sobretudo das relações engendradas na constituição da vida, minando as possibilidades de sobrevivência, de organização social, de luta e de construção da utopia. Neste sentido, a pesquisa revelou que a destituição do vivido é um processo político, de luta de classes.

Ao mesmo tempo, a investigação e análise dos processos vivenciados pela comunidade nos remeteu à discussão sobre a produção das fronteiras urbanas de acumulação, enquanto pressuposto do processo de destituição, conduzindo a pesquisa para a dimensão do processo econômico e da ação política como necessárias para a busca da totalidade.

Essas descobertas da pesquisa empírica também trouxeram, por outro lado, a necessidade de diferenciar o método de apreensão, da maneira como foi possível compreender a realidade que se colocava enquanto objeto da pesquisa e a forma do método de exposição enquanto fundamentos da análise realizada.

Nesse sentido, foi necessário realizar uma inversão da ordem de apresentação, que colocou a abertura e posterior avanço do processo da fronteira urbana da Barra da Tijuca, em um primeiro momento, como fundamental para o entendimento dos processos cada vez mais radicalizados das expropriações, que por outro lado apontam para as práticas de resistência e os embates e conflitos pelo uso em detrimento ao valor de troca no âmbito de uma luta de classes no urbano, cujo desdobramento material é a destituição do vivido.

A indissociabilidade entre a prática e a teoria se colocam nesse movimento como partes constitutivas essenciais para descortinar a produção da fronteira urbana do capital ligado ao setor imobiliário na metrópole do Rio de Janeiro, que demanda a destituição do vivido das populações trabalhadoras de menor remuneração que habitam esses espaços, colocando a segregação socioespacial e as práticas da realização da vida, não como opostos ou polos duais, mas sim como pressupostos da produção desse espaço.

Nessas condições, toda atividade técnica, toda “disciplina” especializada do conhecimento, revela-se simultaneamente reduzida e redutora. A totalidade desaparece da consciência porque se ausenta da realidade. Onde está ela? Quais são sua forma e sua consciência? A realidade global aparece como uma soma de diferenças, de defasagens, de distorções. As atividades parciais, com eixo numa tal diferença para compreendê-la (inutilmente, uma vez que para apreender uma diferença seria necessário conceber o conjunto), não podem agir sobre ela (sempre se pode isolá-la, cortá-la, tratá-la separadamente). Essas atividades fragmentárias acabam por esvaziar a totalidade, por evacuá-la. Vazio ocupado por ideologias, por palavras; conjunto que mantém o poder político repressivo (Lefebvre, 1968, p.94).

Nessa perspectiva, é necessário articular que a produção do espaço implica na produção de uma materialidade que não está autonomizada da produção e das relações capitalistas, sendo produzida como parte dessas relações e de seus conflitos. O que move o capital e o que faz com que ele se desenvolva são as contradições, presentes em toda a análise, e a busca da superação desse movimento se coloca enquanto a necessidade de descortinar o que funda esse processo, sem o qual é impossível pensar um projeto de superação.

Perseguindo o método de análise proposto por Lefebvre, a totalidade seria um quadro de referência possível, que se abriria como uma via ou como o horizonte de algo potencialmente novo, ao mesmo tempo em que abarcaria também as ideologias, as simplificações do mundo, a atomização dos fragmentos. Como salienta Volochko (2019, p.513): “a totalidade expressa uma

busca por apreender as mediações que articulam os diferentes momentos que constituem determinado processo, determinado momento, que parte, mas vai além, do plano fenomênico”.

A totalidade que é visada pelo Estado, autoritária, gestora, violenta, não abarca a totalidade da vida social porque também existe o que se contrapõe a esse processo, no plano da prática, no vivido, no cotidiano, onde se realizam as alienações, mas também onde podem surgir outros modos de vida, uma diferença. Compreende-se, portanto, que a realidade só pode ser apreendida para além de uma simples somatória de tudo o que existe, mas dialeticamente, por meio das contradições que se colocam em um processo em movimento, em construção.

A totalidade? Dialeticamente falando, ela está presente, aqui e agora. E não está. Em todo ato humano, e talvez desde a natureza viva, existem todos os momentos: trabalho e jogo, conhecimento e repouso, esforço e fruição, prazer e dor. Mas esses momentos exigem uma “objetivação” na realidade e na sociedade; assim como aguardam uma formação que os elucide e os proponha. Próxima nesse sentido, a totalidade está, portanto, igualmente distante: imediatidade vivida e horizonte (Lefebvre, 2019, p.160).

A produção de lugares desiguais na cidade que são, de certa forma, hierarquizados diante do processo de produção em sua totalidade, colocam em evidência um conflito que se estabelece entre as iniciativas hegemônicas da produção dos lugares e a vida cotidiana dos que ocupam esses mesmos espaços, mediados pela cidade em conexão com o nível mundial. Essa contradição ilumina a discussão sobre a produção social do espaço e sua apropriação e dominação privadas, colocando a importância da análise dos níveis para sua compreensão: o local, o intermediário e o distante, dentro da perspectiva social, econômica e política (Lefebvre, 2001).

É possível compreender que a perspectiva do método, como colocado pelo autor, que incorpora a teoria e a prática, pressupõe uma análise dialética da realidade vivida de forma dinâmica, não como algo fixo ou já encerrado. Nesses termos, quando Lefebvre (2019) propõe a importância da análise do nível do vivido, ele salienta que nesse nível não é possível perceber somente a morada, por exemplo, só o vivido, porque o poder global necessita se realizar para ser reconhecido, ele existe no local. Enquanto representação de um poder do Estado, por exemplo, ele tem que se realizar plenamente como repressão, como política, como organização e produção do espaço, como regularização do modo de se organizar o espaço.

Desse modo, o global aparece no local, por meio e através do nível intermediário, que é representado pela cidade. Existe, para o autor, uma conexão profunda de mediação entre elementos de um nível com o outro, que não podem ser separados, porque são constitutivos, compõem momentos e uma totalidade; a mediação liga e transforma as relações em todos os

níveis: o global se realiza pela mediação do local e o local se constitui pela mediação do global, se apresentam interconectados e expressam a prática socioespacial.

Assim, se a produção do espaço, do ponto de vista econômico, ocorre sob a racionalidade da busca do lucro e do crescimento, no plano do político, sob a lógica do planejamento, o espaço se normatiza e se instrumentaliza. Já no plano social, o espaço denuncia a vida, e, desse modo, a sociedade em seus conflitos, pois o econômico e o político se confrontam com as necessidades da realização da vida humana, que se concretizam e se expressam na e através da vida cotidiana, isto é, no plano do lugar (Carlos, 2011, p.79).

Essa orientação metodológica se coloca como fundamental para a compreensão dessa totalidade que compõe o movimento da fronteira e da destituição, pois é pelo espaço e no espaço onde, dialeticamente, se inscrevem as relações conflitantes entre os níveis, que se interconectam ao se realizarem. Portanto, é nesse plano onde as contradições se apresentam de maneira mais acentuada, o que salienta a importância metodológica sobre como a percepção da realidade está pautada pela prática.

É possível entender que o cotidiano de resistência dos moradores da Vila Autódromo, por exemplo, se articula e só pode ser compreendido pela forma como se relaciona às estratégias do Estado e dos interesses privados, de diferentes níveis de poder, na produção do espaço. Nesse cenário, as incorporadoras, as construtoras, os proprietários fundiários e as imobiliárias que atuam na região da Barra da Tijuca, por exemplo, exercem um poder econômico e político local, mas que extrapolam esse nível; o megaevento olímpico representa um nível global, na constituição das instituições que compõe o Movimento Olímpico, mas atua no nível intermediário, através e pelo Estado, implicando em conflitos que se estabelecem no nível local. O processo de resistência, enquanto uma prática socioespacial que parte do lugar, se inicia na tentativa de barrar os processos de expropriação cada vez mais ampliados, que abarcam a habitação e se inscrevem na vida cotidiana, mas detém a potência para transformar, no plano intermediário, do encontro com o outro, os processos da destituição do vivido, que podem inclusive, mudar estruturas e dimensões colocadas no plano global.

Entende-se, portanto, que as disputas que os moradores passam a enfrentar ao longo do processo de expropriação expõem um projeto mais amplo, de constituição de uma fronteira urbana de acumulação do capital na Barra da Tijuca, que precisa ser apreendido quanto aos seus conteúdos, contradições e descontinuidades.

Nesse movimento, o objetivo da pesquisa foi o de aprofundar a análise sobre o processo de produção da Barra da Tijuca como uma fronteira de expansão permanente do capital nos seus diferentes momentos, em suas continuidades e descontinuidades, apreendendo os conflitos e contradições entre os interesses hegemônicos – econômicos e políticos – e as

necessidades sociais, neste caso, olhando especialmente para os processos de destituição do vivido dos moradores das comunidades que habitam, ou resistem em habitar, esses mesmos espaços.

A hipótese que a pesquisa percorre é de que a produção do espaço na Barra da Tijuca se revela enquanto uma fronteira urbana de expansão econômica de acumulação do capital da metrópole do Rio de Janeiro, mobilizada enquanto uma nova centralidade que demanda, para sua realização, processos cada vez mais ampliados de expropriação dos trabalhadores que habitam esses espaços; expropriações essas que atravessam o corpo e as relações afetivas que se realizam pelo/no espaço, constituindo o que denominamos como um processo de destituição do vivido, que sinalizaria para a não possibilidade de construção por meio da resistência, de uma utopia.

Optou-se, nesse sentido, por uma divisão da tese em duas partes que se constituem enquanto pressupostos uma da outra. Dessa forma, compreende-se que a destituição do vivido tem o sentido na fronteira urbana de expansão do capital e que a fronteira tem, como seu pressuposto, a destituição enquanto um processo que se dá para além do plano econômico, da vida, das relações sociais e afetivas que se constroem e se realizam no espaço e que devem ser apagadas enquanto uma luta que possibilitaria a superação desse próprio processo.

A escolha metodológica de iniciar as discussões por meio da abertura da fronteira e da mobilização da forma centralidade pelo Estado e pelos proprietários fundiários da Barra da Tijuca se colocou durante a fase da escrita da tese como parte importante para o melhor entendimento desse movimento: se o olhar partiu do local, dos conflitos e contradições das remoções das comunidades estudadas e das práticas de resistências contínuas dos moradores para permanecerem nos seus locais de moradia e práticas sociais que pudessem superar a destituição do vivido, a exposição desse processo precisa ser iniciada por meio de uma análise que colocasse em perspectiva o outro desse processo, o pressuposto de que a fronteira dos capitais relacionados ao setor imobiliário na Barra da Tijuca só se realiza por meio da destituição do vivido.

Nesse sentido, a problemática urbana e os processos do cotidiano (Lefebvre, 1991), suscitaram o entendimento de que a divisão de classes hoje se coloca enquanto uma luta de classes no urbano, potencializando a discussão de uma superação dessa condição que só poderia acontecer por meio das práticas de resistência aos processos da destituição do vivido, como será melhor apresentado por meio da divisão dos capítulos em duas partes que se complementam de forma intrínseca – ou seja, só acontecem por meio do seu outro -, como será aprofundado a seguir.

Parte I: A Fronteira urbana

Desse modo, o ato geral de produzir da sociedade no sentido de permitir sua reprodução enquanto espécie, como ato de produção da vida em todas as suas dimensões, apresentar-se-ia como ato de *reprodução do espaço*, ao mesmo tempo que este espaço aparece como condição e meio de realização das novas atividades em sua totalidade, no seio da reprodução da sociedade capitalista e permitindo sua crítica (Carlos, 2011, p. 68 – grifos da autora)

As considerações apresentadas remetem a pesquisa para a construção de uma compreensão do movimento de produção e de reprodução dos espaços urbanos dentro do sistema capitalista na atualidade enquanto propulsor da criação de processos contínuos de expansão e acumulação por meio da abertura de fronteiras urbanas, ao mesmo tempo em que produz processos ampliados de expropriação.

A produção das fronteiras urbanas implica na mobilização do espaço, que requer, por sua vez, uma racionalização estatal para sua execução, seja através de planos de ordenamento urbano, via normatização jurídica, seja efetivamente realizando obras de infraestrutura tais como: abertura de ruas, avenidas, túneis, redes de saneamento básico, iluminação, dentre outros.

A noção da mobilização do espaço em Lefebvre (2016) se coloca como fundamental para o entendimento dos ciclos de valorização e desvalorização do espaço. Nesse movimento, que localiza a produção do espaço dentro do processo mais geral da própria produção e reprodução do sistema capitalista, o autor procura problematizar as diferentes escalas espaciais tendo por premissa a composição orgânica¹⁰ média diferencial do espaço urbano, i.e., a composição social média desse ramo de produção.

Ao considerar o espaço enquanto importante campo econômico, uma das formas pelas quais o capitalismo superaria suas crises, principalmente a partir dos anos 70, olhando para processos que se realizavam na França, o autor problematizou o caráter da lenta rotação do capital incorporado na terra, que ficaria de certo modo, preso a materialidade do espaço, tal qual analisado por Marx (2017a), em relação ao capital constante. O tempo de consumo dos capitais constantes seria mais lento do que o tempo do capital variável, não alterando a grandeza de

¹⁰ “A composição do capital deve ser considerada em dois sentidos. Sob o aspecto do valor, ela se determina pela proporção em que o capital se reparte em capital constante ou valor dos meios de produção e capital variável ou valor da força de trabalho, a soma total dos salários. Sob o aspecto da matéria, isto é, do modo como esta funciona no processo de produção, todo capital se divide em meios de produção e força viva de trabalho; essa composição é determinada pela proporção entre a massa dos meios de produção empregados e a quantidade de trabalho exigida para seu emprego. Chamo a primeira de composição de valor e a segunda, de composição técnica do capital. Entre ambas existe uma estreita correlação. Para expressá-la, chama a composição de valor do capital, porquanto é determinada pela composição técnica do capital e reflete suas modificações, de composição orgânica do capital” (Marx, 2017a, p.689).

valor no processo de produção e sendo consumido aos poucos por meio de sua realização no âmbito da circulação.

Mas o capital busca superar essa lenta rotação e o conceito da mobilização do espaço foi formulado por Lefebvre (2016) no sentido de tentar entender os conteúdos desse processo. Dessa forma, a mobilização do espaço é, por um lado, a consolidação da produção do espaço como um setor econômico, o que requer a abertura de novas possibilidades de produção e isso significa tanto uma expansão extensiva como a mobilização de fragmentos internos à grandes aglomerações urbanas.

Por outro lado, tal mobilização exige olhar para as práticas e lutas que se contrapõem a esse processo. O espaço é também o lugar da realização da vida e, por isso, quanto maior sua mobilização pelo capital e o Estado, tanto maiores os conflitos e lutas pelo espaço que iluminam a organização social em torno de outro futuro, outro projeto de sociedade e de espaço (Alvarez, 2019, p.504).

A discussão que Lefebvre (2016) propõe, se baseia na cidade de Paris no final do século XIX, portanto, um cenário distinto do vivenciado pelos moradores da Barra da Tijuca na constituição dos espaços, principalmente após o estabelecimento de diversos planos de ordenamento. É importante, no entanto, destacar as premissas discutidas pelo autor de modo a compreender principalmente o papel central que o espaço urbano passa a configurar na sociedade capitalista para a própria reprodução do sistema produtivo e os conflitos advindos desse processo.

Nesse sentido, a proposta desta pesquisa se estrutura sobre o papel estratégico que assume o processo de reprodução das metrópoles para a própria reprodução do capital, aprofundando as contradições e conflitos entre os ditames do processo de acumulação e as necessidades e desejos que se colocam no âmbito da reprodução da vida social.

Como pressuposto dessa discussão, está a compreensão do espaço urbano como condição, meio e produto da sociedade, ou seja, o espaço pensado como produto social, realizado através do trabalho historicamente construído e que se materializa para o uso e a apropriação diversos, em diferentes momentos históricos, como discute Carlos (2011). O espaço produzido é assim também condição da reprodução social e o meio pela qual ela se realiza.

Espaço entendido aqui como produto histórico e social, produto e condição de práticas e relações sociais que são, também, espaciais. A noção de produção que tem no trabalho categoria central ultrapassa, no entanto, o sentido estrito da produção de bens e objetos, para alcançar um significado amplo, que abarca a produção de relações sociais e de produção de valores, de representações, da vida em todas as suas dimensões (Alvarez, 2008, p.12).

No capitalismo, este processo é determinado pelos interesses ligados à reprodução do capital, em que o uso do espaço é pautado pelas relações do valor de troca, das mercadorias e da propriedade privada do solo urbano, em detrimento do uso e da reprodução da vida social. “Nesse contexto, o próprio espaço assume a condição de mercadoria como todos os produtos dessa sociedade” (Carlos, 2011, p.64). O espaço, por ser produto social, se torna uma mercadoria que, pela análise marxiana, torna-se uma abstração, um espaço padronizado e voltado ao consumo, à propriedade privada e ao individualismo.

No plano econômico há um deslocamento de capitais para a produção de espaços seletivos dentro das metrópoles, que determinam a partir da sua materialidade, uma raridade espacial em relação ao resto da cidade e sua consequente precificação. O espaço produzido como valor dentro do sistema capitalista, necessita da sua renovação – constitutiva do ciclo econômico inerente ao próprio sistema. É o Estado que detém a potência para a realização dessas transformações espaciais, com o estabelecimento de normas, decretos, zoneamentos e planos diretores. A raridade, nesse sentido, é uma construção social artificialmente estruturada, à medida em que é criada pelo próprio processo de produção e carrega consigo possibilidades de venda e de valorização, como a vista para parques, painéis verticais de plantas, prédios autossustentáveis e, no caso das metrópoles periféricas, a ausência de populações trabalhadoras de menor poder aquisitivo também se constituem em elementos de produção dessa raridade. Por isso, os processos de remoção se apresentam como uma parte necessária desse processo, ou seja, é preciso remover as populações de trabalhadores dos fragmentos selecionados para a valorização pretendida.

Nesse aspecto, a propriedade privada do solo urbano se coloca enquanto a mediação necessária para compreensão da segregação socioespacial, uma vez que a localização de cada um na cidade, principalmente em relação à moradia, acaba determinada pelo valor que cada indivíduo pode pagar para usufruir dos espaços, o que delimita os acessos e sinaliza que cada um tem um lugar específico dentro das cidades capitalistas. Ou seja, as possibilidades concretas de apropriação estão necessariamente mediadas pela propriedade, o que coloca claros limites ao processo.

O conflito pelo espaço se aprofunda em função da propriedade privada e da lógica de produção do espaço como mercadoria, que são os elementos determinantes dos processos de segregação socioespacial, uma vez que impedem que grande parte da população possa habitar os espaços ou os usufruir nas cidades. Esse processo nega o uso da habitação e os modos de vida, que são suplantados pela lógica do consumo, do valor de troca, subsumidos pela vida cotidiana (Lefebvre, 1991).

Para o autor, o cotidiano é produto da história e surge no momento em que as relações sociais da vida cotidiana – trabalho, lazer, vida privada – estiverem submetidas à lógica da mercadoria. Analisando esse processo na Europa a partir do final do século XIX, enquanto constitutivo da sociedade de consumo, que invade a vida e as relações sociais, muda o tempo, que se torna pautado pela reprodução das relações de produção, a hipótese construída pelo autor é a de que o modo de produção capitalista passa a abarcar, com os mecanismos próprios da reprodução, também os espaços-tempos da vida.

A cotidianidade surge enquanto um conceito dentro do movimento da passagem do capital industrial para o urbano, que racionaliza a vida e as práticas sociais ao tempo da produção das mercadorias. Sob o capitalismo, o cotidiano se revela com seus conteúdos, contemplando o vivido e outras relações sociais, que são normatizadas e que entram nos espaços e nos tempos e que vão se constituindo como prática urbana, como lugar de conflitos (Carlos, 2019).

Nessa análise, portanto, a vida cotidiana contém especificidades próprias ao modo de produção capitalista, enquanto constituidores da vida social: a generalização da forma mercadoria e a valorização do valor passam a reger a vida social, condicionando os tempos e racionalizando as relações do vivido, pautadas pelo valor de troca, pela propriedade privada e pelas mercadorias. O tempo social muda, porque as necessidades que se colocam são outras, agora pautadas pelo tempo do consumo e da mercadoria inseridas dentro dos lazes, da troca social, da habitação e da construção das cidades. Assim, o plano da prática urbana desvenda o cotidiano, que não é só o vivido propriamente dito, mas a vida transformada, subsumida pela mercadoria. O movimento da acumulação do capital se concretiza avançando sobre a realização da vida, submetendo e incorporando o vivido às relações da troca e das abstrações da mercadoria. Conforme problematiza Lefebvre (1991, p.35):

Tratando-se do cotidiano, trata-se, portanto, de caracterizar a sociedade em que vivemos, que gera a cotidianidade (e a modernidade). Trata-se de defini-la, entre os fatos aparentemente insignificantes, alguma coisa de essencial, e ordenando os fatos. Não apenas a cotidianidade é um conceito, como ainda podemos tomar se conceito como fio condutor para conhecer a “sociedade”, situando o cotidiano no global: o Estado, a técnica e a tecnicidade, a cultura (ou a decomposição da cultura) etc. Eis, a nosso ver, a melhor maneira de tratar a questão, o procedimento mais racional para captar nossa sociedade, penetrá-la e defini-la.

Nesse sentido, para o autor, é no cotidiano que se realiza a prática social, a práxis, do global, que só existe enquanto realização no cotidiano. É o lugar da repetição, da norma, da opressão, mas também das contradições, da luta, das possibilidades criadoras, das

possibilidades do uso – no sentido de apropriação. O uso permitiria, enquanto possibilidade que se encontra nas brechas do sistema capitalista, a festa e a fruição, desprovidas das relações que se pautam somente pelo consumo e pela troca. Assim, para Lefebvre (1991), é no cotidiano que podemos encontrar o homem fragmentado, mas também seu potencial de transformação das relações capitalistas dominantes, do fim das atividades de exploração. O cotidiano contém, portanto, a virtualidade de uma nova forma de realização da vida.

A luta pela permanência de alguns moradores da Vila Autódromo nos seus espaços de socialização e vivência, e a negação da propriedade privada em detrimento a uma posse coletiva poderia ser problematizada enquanto aquilo que se contrapõe ao homogêneo, aquilo que se diferencia enquanto transgressões que envolvem as formulações de um projeto do futuro presentes no plano da prática, do cotidiano enquanto um projeto revolucionário que pode se concretizar ou não, ser possível ou impossível nos termos colocados por Lefebvre (2001).

A reprodução do espaço se coloca como fundamental para a concepção do projeto possível, pois é onde se estabelecem esses conflitos entre a racionalização da vida e sua apropriação: reúne todos os níveis de realidade da consciência, os núcleos e as estratégias, a prática e as privações. Dessa maneira, o cotidiano potencializa a análise da produção do espaço como uma categoria importante para a compreensão da sociedade atual: “A estratégia que visa a programação do cotidiano é global; é uma estratégia de classe” (Lefebvre, 1991, p.203).

Lefebvre (2016) foi um dos primeiros pensadores a reconhecer o processo de produção do espaço como parte fundamental do processo de reprodução do capital. O autor formulou a hipótese de que o capitalismo não se desenvolveu e sobreviveu às suas próprias crises somente a partir da sua expansão para lugares onde o processo de produção-distribuição-circulação-troca não estavam ainda capitalizados ou plenamente articulados, mas sim que houve um aprofundamento desse processo para abarcar todos os setores da vida social, no sentido de fragmentar cada vez mais a vida e, com essa fragmentação, tornar possível que as diferentes formas de realização da vida sejam pautadas pela forma mercadoria.

Nesse contexto, o capitalismo adentrou a vida de tal maneira que a reprodução das relações de produção perpassa todos os momentos do cotidiano e tendem a transformá-lo para o consumo, para a fragmentação do homem, ao passo em que o tempo das formas de viver ganham outras dimensões espaço-temporais. As relações sociais, todos os tempos da vida se tornam mercadorias, tendo por premissa a “valorização das coisas e a desvalorização do homem” (Marx, 2017a, Livro I, sessão II, capítulo 4, p.223-254).

Essa re-produção das relações de produção não coincide mais com a reprodução dos meios de produção; ela se efetua através da cotidianidade,

através dos lazeres e da cultura, através da escola e da universidade, através das extensões e proliferações da cidade antiga, ou seja, através do espaço inteiro (Lefebvre, 2016, p.47).

Importante perceber que Lefebvre (Ibidem) prolonga a obra de Marx (1978), ao procurar desvendar quais seriam os elementos novos que se colocariam, na segunda metade do século XX, enquanto constituidores para que o processo capitalista pudesse superar suas crises. A partir dos anos 70, Lefebvre (2013), ao olhar para o espaço, já percebe que o que era antes tratado enquanto um setor secundário passa a ser a centralidade da reprodução capitalista, porque é possível refletir que, primeiro, esse setor mobiliza ainda uma quantidade de capital variável bastante significativa; e segundo, que pode ser pensado como um setor para compensar a queda na reprodução das mercadorias.

Nesse aspecto, é fundamental pontuar que Marx (2017a), trabalhou com a noção de produção das relações sociais e do mundo da mercadoria, que são as bases do mundo capitalista, tomando por princípio que toda produção se realiza como reprodução continuada do capital em sua forma ampliada. O autor apontou como este processo é instável e que, a longo prazo, acaba por produzir uma crise estrutural ao próprio processo de reprodução, decorrente da tendência de queda da taxa de lucro¹¹. O objetivo de Marx (Ibidem), circunscrito ao contexto do século XIX, era explicar como o capital continuaria se reproduzindo, processo apontado por Marx no capítulo VI de *O Capital* (1978). Lefebvre (1973) vai prolongar este debate ao transplantar tal problemática para o século XX: como o capitalismo continua se reproduzindo dentro dessa mudança da sociedade industrial para uma sociedade urbana e quais são os novos conteúdos colocados para a sociedade na reprodução continuada do capital.

Uma das grandes contribuições do autor para a superação e prolongamento da obra marxiana se refere a produção do espaço urbano como um campo de expansão possível para o capitalismo dentro dos seus ciclos de crise. Um dos apontamentos do autor para esse movimento seria por meio da ação direta da indústria da construção civil, que contém um ganho elevado em função da composição orgânica baixa, ou seja, maior proporção de capital variável do que capital constante em relação a outros setores da economia. Esse setor abriria a possibilidade de

¹¹ Lei da queda tendencial da taxa de lucro, teoria desenvolvida e apresentada por Karl Marx no tomo III do *Capital* (2017b). A tendência do capitalista individual é sempre aumentar seu lucro por meio da extração da mais-valia, o sobretrabalho expropriado da força de trabalho. No livro I, Marx (2017a), demonstrou que há uma tendência para a elevação da composição orgânica do capital em nível global, ou seja, um crescimento do capital constante em relação ao capital variável, pois o capitalista individual, por meio das revoluções tecnológicas e da concorrência com outros capitalistas, tende a investir em mais maquinaria para reduzir o tempo do trabalho necessário ao trabalho e poder extrair mais valor. Com isso ele prioriza o seu lucro individual, que acarreta eventualmente, uma redução na média do lucro global. Essa diminuição relativa do trabalho vivo na produção em relação ao capital fixo ocasiona uma queda na extração da mais-valia, gerando a tendência da queda da taxa de lucro.

uma maior extração da taxa de lucro e poderia ser utilizado, portanto, para compensar a tendência a queda das taxas de lucro. É possível, dessa forma, analisar o deslocamento da produção das mercadorias, que seriam os produtos “móveis”, para a produção das mercadorias “imóveis” – o imobiliário como fração da construção, criando ainda uma potencialidade para uma mais-valia absoluta.

Conforme discutem alguns autores tais como Oliveira (2013a), Alvarez (2012) e Simoni-Santos (2006), a crise no processo de produção capitalista seria resultado de um movimento de sobreacumulação da sua própria produção, que engendrou a necessidade de repensar os processos de reinvestimento do capital, ou seja, em mudanças estruturais para que a mais-valia gerada pudesse ser absorvida novamente dentro do ciclo de produção, como explicita Simoni-Santos (2006, p.105): “a cada novo ciclo de acumulação capitalista, o capital se reproduz ao se conservar e se ampliar simultaneamente”.

Aqui trata-se de pensar a produção da materialidade do espaço enquanto mercadoria, como um setor econômico que produz valor e valor de uso, compondo o processo geral de circulação do capital e participando, portanto, de suas contradições. Por outro lado, a produção do espaço tomada enquanto atividade econômica também permitirá a reprodução das relações de produção, uma vez que se trata também de produzir espaços-tempos da vida cotidiana e não tão somente da produção de mercadorias *per se*. Desse modo, não seria mais possível pensar a produção do espaço tendo em vista apenas seu uso para a circulação e distribuição do valor dentro do sistema capitalista de produção, mas também, e sobretudo, como valor produzido no processo de reprodução do capital.

Nesse ponto, insere-se a discussão sobre a valorização do espaço, empreendida por autores como Carlos (2011), ao sinalizar para o fato de que não é possível simplesmente transplantar a teoria marxista da renda da terra para a reprodução dos espaços urbanos capitalistas, principalmente em função da terra, no meio agrícola, ser meio de produção: mesmo depois de ter parado de produzir determinado produto ela volta a ser terra. É nesse aspecto que reside a diferença entre a teoria da renda da terra de Marx (Livro III, tomo 2, sessão VI, 1985-1986) e a tese que a autora elabora sobre a valorização do espaço, mediada por uma construção social, ou seja, produto do trabalho social que se constitui pela propriedade privada como uma parcela do total do valor socialmente produzido, como salienta Alvarez (2017b, p.247), ao analisar a teoria de Carlos: “[...] a propriedade do solo urbano realiza parcela do valor, que se constitui como conjunto da cidade, de modo que esta realização pressupõe a própria produção da cidade como valor e não como resultado da distribuição do valor”.

Na cidade capitalista, a natureza enquanto matéria prima é transformada via trabalho social em espaço, por meio de um processo e não de uma evolução direta, o que significa que a terra urbana contém trabalho incorporado, ou seja, pensando a cidade como produto do processo civilizatório, que se materializa no espaço. Ao se realizar concretamente como espaço enquanto um produto do trabalho humano, é possível discernir que são produzidos não só na sua materialidade física, mas também na sua virtualidade social (Carlos, 2011). Dentro dessa lógica, temos a criação da localização como valor, ou seja, a criação de fragmentos selecionados dentro das cidades que passam por processos de valorização dentro da constituição das metrópoles, porque recebem investimentos diferenciados que auferem à terra e, conseqüentemente, à sua localização, valores também diferenciados: “as melhorias urbanas são seletivas e não eliminam as desigualdades socioespaciais; contraditoriamente, as reproduzem” (Alvarez, 2012, p.65).

A segregação é a negação do urbano e da vida urbana. Seu fundamento é a existência da propriedade privada do solo urbano, que diferencia o acesso do cidadão à moradia, produzindo a fragmentação dos elementos da prática socioespacial urbana e separando os lugares da vida enquanto elementos autônomos. Neste sentido, a existência da propriedade privada do solo urbano vai revelando uma função econômica como realização continuada do valor; uma função jurídica que a realiza enquanto direito garantido pela constituição federal que torna inquestionável sua existência e uma função social e neste nível a existência da propriedade privada da terra realiza a desigualdade que está na base do desenvolvimento da sociedade capitalista (Carlos, 2007a, p.112).

Neste processo, os ganhos relativos à mobilização da propriedade privada se estabelecem, de um lado, como remuneração advinda do monopólio de uma parte da superfície da terra que, para ser empreendida, necessita da posse e domínio desse fragmento da superfície. Para estender-se, o capitalismo precisou mobilizar a propriedade privada, vinda como conteúdo da história, monetizando os rendimentos a serem conseguidos pelo trabalho futuro a ser nela empregado. Esses rendimentos da propriedade são as rendas, que são a parcela da mais valia socialmente produzida destinada aos grupos/classes sociais que são detentoras do solo. Assim, nas reflexões de Alvarez (2017, p.501), a análise realizada por Lefebvre é potente para o entendimento de que “a produção do espaço não comportaria apenas a possibilidade de valorização, mas também os ganhos advindos da renda da propriedade”:

[...]é preciso sublinhar aqui a *espacialidade* desse conceito: a *composição orgânica média*. Ela não corresponde a um elemento extra espacial, abstrato como o “valor” (de uso e de troca), mas a uma *localização*. [...] As relações entre setores e países à escala planetária se concretizam, assim, enquanto relações *espaciais*, não mais separando o espaço geográfico do espaço econômico ou do espaço político, ou misturando-os no “socioeconômico” e

no “sociopolítico”. A economia política do espaço ganha assim toda a sua dimensão. Desse modo, o *valor de uso* do espaço torna-se *político* (Lefebvre, 2016, p.121 – grifos do autor).

No espaço urbano, esses ganhos advindos da propriedade estão diretamente relacionados à possibilidade de valorização futura do espaço e, por isso ganham contornos da especulação, fomentada pelas formas de conexão entre os setores imobiliário e o financeiro, como aponta Lefebvre (1973, p.95 – grifos do autor): “O capitalismo não subordinou apenas a si próprio setores exteriores e anteriores: *produziu* setores novos transformando o que preexistia, revolvendo de cabo a rabo as organizações e as instituições correspondentes”.

Nessa análise, há um salto qualitativo: a nova realidade social não seria mais pautada prioritariamente pelos processos produtivos industriais, mas também através da produção do espaço como constituidor de uma nova problemática, de uma crise, que vai se realizar através da própria sociedade e da vida cotidiana, como apontam as análises de Lefebvre (2001). Assim, a análise da mobilização do espaço traz referências essenciais para se compreender a constituição do mundo em que estamos atualmente inseridos, sendo necessário a consideração dos diferentes níveis que a integram: o econômico, o político e o social.

O espaço é estratégico e instrumental porque se torna central para a manutenção e a reprodução das relações sociais de dominação e exploração, sendo fundamental à sobrevivência do capitalismo. O espaço não diz respeito apenas à materialidade (o que poderia reduzir sua análise ao papel dessa materialidade na produção e circulação de capitais), mas as suas relações constitutivas e, portanto, às práticas socioespaciais (que, de todo modo, não estão dissociadas do processo do capital, mas não se restringem a elas). Assim, mais do que força produtiva, o espaço revela os tempos-espacos da vida, as fragmentações, a segregação, as alienações, e também as transgressões e resistências (Alvarez, 2019, p.498).

Nessa perspectiva, tem sido possível observar que o processo de mercantilização das grandes metrópoles se aprofunda atualmente, tendendo para uma padronização do espaço por meio das parcerias entre o Estado e as empresas privadas – notadamente as construtoras e grandes incorporadoras imobiliárias, muitas vezes de alcance global. A produção de lugares desiguais na cidade, que são hierarquizados, colocam em evidência um conflito que se estabelece entre as iniciativas hegemônicas dos agentes dessa produção e a vida cotidiana dos que ocupam esses mesmos espaços, portanto a luta que se realiza no e pelo espaço.

Conforme já alertava Lefebvre (2004, p.23, tradução nossa), os processos de planificação acontecem de forma concomitante: “O espaço é dividido em parcelas que são compradas e vendidas e seu preço depende de uma hierarquia. É assim que o espaço social,

enquanto homogeneização, é fragmentado em espaços de trabalho, lazer, em produção material de serviços diversos”¹².

Nesse contexto, **a vida se normatiza em espaços reduzidos a uma função específica** [...] o indivíduo se reduz à condição de usuário, enquanto o ato de habitar, como momento de apropriação criativa, se reduz do de morar, ou seja, à simples necessidade de abrigo. Esse processo materializa-se no plano do lugar – como aquele em que se instaura o vivido – ao passo que o plano do imediato, **a morfologia, reproduz uma hierarquia social que vai em direção à segregação socioespacial, fragmentação dos espaços-tempos da vida humano em seus acessos diferenciados, marcando as diferenças de classe**. O plano do vivido se encontra regulado por instituições, por códigos, por uma cultura, que se projeta na realidade prático-sensível a partir de uma ordem distante, isto é, **de uma totalidade** mais vasta que domina e orienta o processo por meio do Estado (Carlos, 2011, p.65- grifos nossos).

A pesquisa desenvolvida revelou os aspectos destacados no excerto acima, nas reflexões apontados por Carlos (2011): o processo de constituição da fronteira de expansão do capital da metrópole do Rio de Janeiro na Barra da Tijuca se estabeleceu desde o primeiro momento da valorização identificado pelas reflexões aqui desenvolvidas, enquanto constituidor da segregação socioespacial. Ao ser anunciada pelo Estado enquanto uma nova centralidade na cidade, no final dos anos 1970, foi marcado por processos e intervenções na morfologia, que almejavam a construção de uma homogeneização, não só dos espaços construídos, mas sobretudo, das classes sociais que poderiam habitar e usufruir desses espaços. Condição que colocava a propriedade privada como elemento essencial, primeiramente por meio de intensificados processos de grilagem e expropriação característicos de uma acumulação primitiva, até de remoções continuadas da população trabalhadora que ocuparia esses espaços em anos posteriores, colocando em evidência também processos de fragmentação do espaço e dos tempos sociais que nele se inscreviam. **Essas considerações serão trabalhadas ao longo do primeiro capítulo.**

Foram identificados na pesquisa três momentos distintos de impulsos de valorização das propriedades – processos que nem sempre se realizaram como valorização, mas que certamente impulsionaram a especulação, pautados em projetos futuros de construção imobiliária, que foram acionados pelo Estado por meio de planos e das efetivas obras de infraestrutura; **esses momentos serão trabalhados no segundo capítulo.**

¹² “Or l’homogénéisation s’accompagne d’une fragmentation. L’espace se divise en parcelles qui s’achètent et se vendent. Leur prix dépend d’une hiérarchie. C’est ainsi que l’espace social, tout en s’homogénéisant, se fragmente en espaces de travail, de loisirs, de production matérielle, de services divers”.

Por meio de uma hierarquização intraurbana, os pedaços selecionados pelos arranjos econômicos e políticos irão determinar as obras de construção em infraestrutura ao longo dos anos, com destaque para o surgimento e perpetuação de um produto imobiliário distinto, anunciado e vendido enquanto um diferencial dessa parte da metrópole: os condomínios multifuncionais ou os denominados bairros autônomos da Barra, tendo por pressuposto uma escalada nos processos expropriatórios das comunidades localizadas nessas áreas. No momento atual, a retomada da região administrativa da Barra da Tijuca como uma fronteira de expansão do capital, especialmente às frações associadas ao setor imobiliário, foi possível em função dos Jogos Olímpicos, cuja força global em termos econômicos e discursivos, dava suporte a esse processo de construção da centralidade, da hierarquização dos fragmentos selecionados do espaço, **discussões presentes no terceiro capítulo.**

A remoção parcial ou integral de comunidades vai se naturalizando socialmente ao longo dos três momentos elencados e, muitas vezes, é justificada pelo poder público como uma necessidade para que toda sociedade seja beneficiada, o que traz uma outra dimensão da violência sobre essas comunidades: a de não serem reconhecidas em uma de suas necessidades mais básicas: a de habitar, **aspectos que serão aprofundados ao longo da parte II.**

Parte II: A destituição do vivido

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante - identidade - lugar. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo (Carlos, 2007b p.17).

Quando a reprodução do espaço se torna fundamental para a reprodução do próprio sistema capitalista, os conflitos pela cidade se intensificam, especialmente para aqueles moradores inseridos de forma precária no urbano, que muitas vezes tentam resistir aos processos de expropriação, inicialmente para sobreviver e permanecer na cidade, tendo em vista que a construção dos espaços abstratos é impeditiva do corpo, da apropriação. Dessa forma, as lutas pela permanência também se colocam enquanto potência para alcançar outras dimensões, abrindo possibilidades para compreensão da cidade enquanto um espaço de realização da vida e não só de realização da mercadoria, tendo por ponto de partida a apropriação do lugar da moradia.

Nesse aspecto, as relações dialéticas que se apresentam na tríade - a vida cotidiana, as resistências e a apropriação -, se inscrevem enquanto um movimento necessário de análise para

a pesquisa. A vida cotidiana, nos termos trabalhados por Lefebvre (1991), da subsunção da vida às relações pautadas e mediadas pelo capitalismo, é confrontada pelas práticas de resistência, enquanto um movimento em contínua construção conforme apontado por Ribeiro (2012), que se evidenciam na luta pela permanência na cidade, tendo por ponto de partida a moradia e o uso do corpo no espaço. A apropriação do lugar enquanto pertencimento para a realização da vida, como discute Carlos (2007b), aparece enquanto o terceiro termo desse movimento.

Julgou-se essencial, portanto, entender como o processo de destituição do vivido está atrelado ao próprio funcionamento do modo capitalista de produção que, ao valorizar determinados fragmentos da cidade, requer a expulsão dos trabalhadores. A destituição, no plano do vivido, significa a perda material, simbólica, afetiva, relacionada ao uso e ao pertencimento dos moradores com o lugar e, ao mesmo tempo, a impossibilidade e capacidade de organização social para resistir.

O que este processo pode revelar sobre a produção da metrópole é que a luta pelo espaço, travada a partir das alianças entre o Estado, proprietários fundiários, incorporadoras e construtoras, encontra a população que reivindica o uso desse espaço, ou seja, implica na radicalidade da expropriação como estratégia de classe como uma das formas possíveis para conter a organização e a luta social que poderiam ser caminhos na construção de uma utopia. Revela-se, assim, que os possíveis ganhos – lucro ou rendas – requerem concretamente a destituição das possibilidades de constituição da vida, do encontro, da formação de experiências políticas e um apagamento das noções de pertencimento com o lugar e das formas de sociabilidade que podem se contrapor aos processos da reprodução das relações de produção.

A utopia aqui apontada segundo termos problematizados por Lefebvre (1991), ou seja, um movimento que só seria possível na prática, no plano do vivido e no urbano, que congregaria as diferenças. As possibilidades do encontro com o outro, para o autor, trariam a potência para o nascimento de algo novo, que poderia ou não superar o cotidiano programado e a vida subsumida à mercadoria. As contradições advindas da prática socioespacial, da realização da vida enquanto apropriação, festa, fruição, seriam o contraponto à vida cotidiana, e carregariam a possibilidade ou a impossibilidade de uma transformação.

[...] a concepção do urbano visa também à *re-apropriação*, pelo ser humano, de suas condições no tempo, no espaço, nos objetos. Condições que lhe eram e lhe são arrancadas, para que só as reencontre mediante a compra e a venda. Pode-se-ia dizer que o tempo, âmbito dos valores, e o espaço, meio de troca, podem reencontrar-se numa unidade superior, o urbano? Sim, sob a condição de se especificar bem o que cada um já sabe: que se trata de uma utopia, de

um não lugar, de um possível-impossível; mas que confere seu sentido ao possível, à ação [...] (Lefebvre, 2019, p.195).

Para Lefebvre (2019), a utopia significa o movimento de uma transformação por meio da prática que, como assinala em diversos momentos, pode ser possível ou impossível. Nesse aspecto, o autor não determina um modelo para que uma mudança efetiva ao modo de produção capitalista, ao cotidiano programado e à sociedade burocrática do consumo dirigido possam ser superados, só aponta as possibilidades e impossibilidades para que um caminho possa ser trilhado nesse sentido. No entanto, segundo o autor (ibidem, p.147), esses caminhos de superação só poderiam ser efetivamente colocados em prática no urbano, que carrega as diferenças: “a forma urbana reúne tais diferenças, ora mínimas, ora máximas. Só se define por essa e nessa unidade que reúne as diferenças (todas as diferenças, ou seja, as diferenças que formam um todo)”.

É no encontro com o diferente, com o outro, que nega a propriedade privada, o valor de troca e as relações sociais mediadas e pautadas somente pelas mercadorias, que o movimento em direção à uma superação da reprodução das relações de produção seria viável. O espaço diferencial não é algo que se destaca simplesmente por ser distinto em aspectos morfológicos/concretos de outros espaços, mas por ser representante possível de um devir, negativo das forças que tendem a fragmentar e a homogeneizar os espaços. Ele é, portanto, móvel e dinâmico, inserindo-se no interior das contradições do espaço

O espaço diferencial retém particularidades, retomadas através do filtro do espaço homogêneo. Uma seleção é feita. As particularidades cuja homogeneização não foi levada a termo sobrevivem, restabelecem-se com outro sentido. Reconhecemos aqui um grande problema teórico: a retomada de unidades significantes, destacadas de seu contexto inicial. Deparamo-nos com esse problema a propósito da filosofia, das ideologias e dos mitos. Reencontramo-lo novamente a propósito do espaço. Salientamos o papel da prática. Somente a prática urbana pode resolvê-lo, porque é ela que o coloca (Lefebvre, 2019, p.148).

Nesse aspecto, se as resistências dos moradores das comunidades estudadas pela pesquisa nasceram primeiramente do nível local, do vivido e da necessidade primeira de morar, foi reivindicado e percebido socialmente no plano intermediário, no contato com os outros, em função de colocações do nível global, trazendo à tona as contradições socioespaciais que se apresentam claramente na mediação da metrópole do Rio de Janeiro.

A escolha pela comunidade da Vila Autódromo e por outras que também estavam ou ainda estão localizadas na região da Barra da Tijuca, se fundamenta pela resistência de parte dos moradores aos processos de tentativas de remoções perpetrados pelo poder público,

justificando a escolha metodológica da realização de entrevistas com os moradores que resistiram e permaneceram no seu local de habitação e também com parte dos moradores que foram removidos ou que aceitaram acordos de indenização com o poder público. As entrevistas realizadas trouxeram muitos elementos para pensar o processo de expropriação ampliada pelo qual os moradores têm passado ao longo dos anos, que não incide somente sobre o econômico, sobre a propriedade privada ou as conseqüentes indenizações recebidas, mas, sobretudo, na destituição do vivido, nas relações sociais desfeitas, nos afetos, nas trocas compartilhadas entre pessoas que vivenciavam em suas vidas cotidianas, aspectos e relações que não eram alienadas.

Por um lado, foi possível identificar que a produção do espaço como mercadoria, como um produto imobiliário ao longo dos anos na Barra da Tijuca, que parece não ter se concretizado plenamente, no sentido de proporcionar a realização da valorização pretendida para as diversas frações do capital, revelou uma crise do próprio sistema na sua produção. Por outro lado, no plano social, a pesquisa revelou o processo defendido enquanto uma destituição do vivido. A discussão elaborada parte das reflexões em Marx (2017) em torno dos processos da acumulação primitiva do capital, que tem por premissa a constituição de momentos cada vez mais ampliados de expropriações, como discute Fontes (2010), e que se mostrou, no caso estudado, imbricado com a produção do espaço urbano – **discussões que serão realizadas no capítulo quatro.**

Em função da premissa metodológica, a pesquisa procurou partir do local, das entrevistas com os moradores da Vila Autódromo para que, durante o processo de compreensão da resistência pela permanência em seu lugar social, fosse possível discernir as ordens distantes, relacionadas aos fluxos globais do capital e ao Estado, implicando na produção da metrópole, atravessando diretamente a vida dos seus moradores. O entendimento do processo de produção da região da Barra da Tijuca como uma fronteira de acumulação do capital ligado do setor imobiliário do Rio de Janeiro foi alçada a partir da luta travada por aqueles que resistiram a esse processo e que iluminaram a possibilidade de compreensão da sua totalidade, descortinando o nível do econômico e do político.

A resistência, aqui pensada e desdobrada segundo apontamentos teóricos, é problematizada como um conjunto de ações e práticas que não se limitam a um momento específico da vida, mas na dimensão de como, para esses moradores, as próprias formas de existência são resistências (Ribeiro, 2012).

Criar (produzir) o espaço planetário como suporte social para uma vida cotidiana metamorfoseada, aberta a múltiplas possibilidades, permitirá abrir o horizonte. É o amanhecer anunciado pelos grandes utópicos (que não foram *utópicos*, pois mostraram as possibilidades): Fourier, Marx e Engels, cujos

sonhos e imaginação continuam estimulando o pensamento teórico tanto quanto seus conceitos.

Falava de uma *orientação*, nada mais e nada menos. É o que chamaríamos de sentido: um órgão que percebe, uma direção que se concebe, um movimento vivido que caminha em direção ao horizonte. Nada que se assemelhe remotamente a um sistema (Lefebvre, 2013, p. 451 – grifos do autor – tradução nossa)¹³.

Logo, o âmbito do vivido não se coloca enquanto uma hierarquia, apartado do plano político e econômico, mas apresenta uma extensa e praticamente infinita quantidade de práticas discerníveis. Dentro do processo da crise urbana que se opera hoje nas grandes cidades brasileiras, como discute Damiani (2004), a produção do espaço se apresenta de forma imbricada e dialética com as maneiras necessárias para se sobreviver na cidade, para grande parte da população. A resistência, nesse cenário, se apresenta para muitas pessoas como obrigatória e permanente, faz parte e se inscreve na vida diária, moldando as relações sociais, **desdobramentos e análises que serão trabalhadas no capítulo cinco.**

Dentro dessa perspectiva, é necessário entender a resistência com suas ambiguidades e com suas contradições. Ela não é necessariamente, ou a todo momento, aquilo que representa o negativo ou que revela o negativo do urbano; ela coloca em evidência, sobretudo, as contradições do processo de produção do espaço que se inscreve na vida. As práticas de resistência podem, e a pesquisa desenvolvida revela um pouco dessas ambiguidades e contradições, ratificar o próprio processo hegemônico em alguns momentos.

A resistência dos moradores da Vila Autódromo, da Barrinha, de Rio das Pedras e da Vila Recreio II, sinaliza para o processo constituidor de uma forma de viver a cidade que se contrapõe à lógica hegemônica da sociabilidade do espaço como mercadoria, pautado no valor de troca e na propriedade privada como fundamentos sociais da vida. A negativa de alguns dos moradores remanescentes da Vila Autódromo em aceitar processos de negociação com o poder público, da “troca” da sua habitação por um ou mais apartamentos nos conjuntos habitacionais ou mesmo valores indenizatórios muito altos, nunca computados em outras histórias de remoção de comunidades, são indicativos desse movimento.

Da mesma forma, a pesquisa de campo e as entrevistas demonstraram que foi o processo de resistência à desapropriação das residências que levou muitos moradores a

¹³ “Crear (producir) el espacio planetario como soporte social de una vida cotidiana metamorfoseada, abierta a las múltiples posibilidades, permitiría abrir el horizonte. Es el alba que anunciaban los grandes utopianos (que no fueron utópicos, pues mostraron las posibilidades): Fourier, Marx y Engels, cuyos sueños e imaginación siguen estimulando el pensamiento teórico tanto como sus conceptos.

Hablaba de una orientación, nada más y nada menos. Es lo que llamaríamos un sentido: un órgano que percibe, una dirección que se concebe, un movimiento vivido que camina hacia el horizonte. Nada que remotamente se parezca a un sistema”.

desenvolver uma compreensão mais profunda sobre os fundamentos de constituição das cidades capitalistas, com seus desdobramentos e contradições. Partiram, portanto, da imediatividade da necessidade premente de sobreviver na cidade para, no processo de resistência, iniciar ou aprofundar um conhecimento sobre a forma ampliada da reprodução do capital na contemporaneidade, que necessita do espaço urbano para sua realização.

Carlos (2001, p.359), ao buscar o entendimento da produção da metrópole, afirma: “O espaço fragmentado, partido, valorizado pela ação do poder político, penetra na vida cotidiana, desestabilizando-a, redefinido o papel de cada habitante nos lugares da metrópole pela limitação ao uso do espaço”. O que observamos e analisamos na pesquisa, revelou essa dimensão da ação do Estado no processo de abertura de novas fronteiras à expansão do capital, e as maneiras como a violência estadista e do capital perpassou a vida cotidiana das comunidades ameaçadas e removidas.

É importante refletir justamente que o uso social do lugar foi mudando via intervenções estatais e privadas, notadamente do setor imobiliário. Para os moradores da Vila Autódromo que aceitaram negociações com o poder público, por exemplo, o uso do lugar social foi totalmente suprimido, ao passo que, para os que resistiram até o final, esse mesmo lugar social foi padronizado via construção de casas iguais, em uma pretensa homogeneização do espaço antes construído através de gerações familiares, que carregavam consigo significações e memórias afetivas.

Igualmente, as incursões a campo e a pesquisa documental e histórica revelaram também contradições que se estabelecem dentro do Estado, sendo este, por um lado, indutor e articulador, principalmente por meio das parcerias público-privadas, dos processos de expansão imobiliária da Barra da Tijuca e, conseqüentemente, do seu par dialético, de destituição das populações moradoras das comunidades. Por outro lado, esse mesmo aparelho estatal apresenta mecanismos que são mobilizados por essa população nos processos de resistência às remoções, como os instrumentos jurídicos da titulação de posse para moradia que foi concedido aos moradores da Vila Autódromo, ou a delimitação de áreas de especial interesse social – AIES – em Rio das Pedras e Vila Autódromo, por exemplo. Há que se destacar também a atuação fundamental da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, no Núcleo de Terras e Habitação (NUTH), na defesa e na assistência jurídica aos moradores ameaçados de remoção na cidade. Problematisa-se o campo de forças não homogeneizantes que compõem o Estado em suas diferentes instâncias e que lançam luz sobre os conflitos e as contradições atuais que se colocam na produção dos espaços urbanos, **aspectos que serão desenvolvidos ao longo do capítulo três e cinco.**

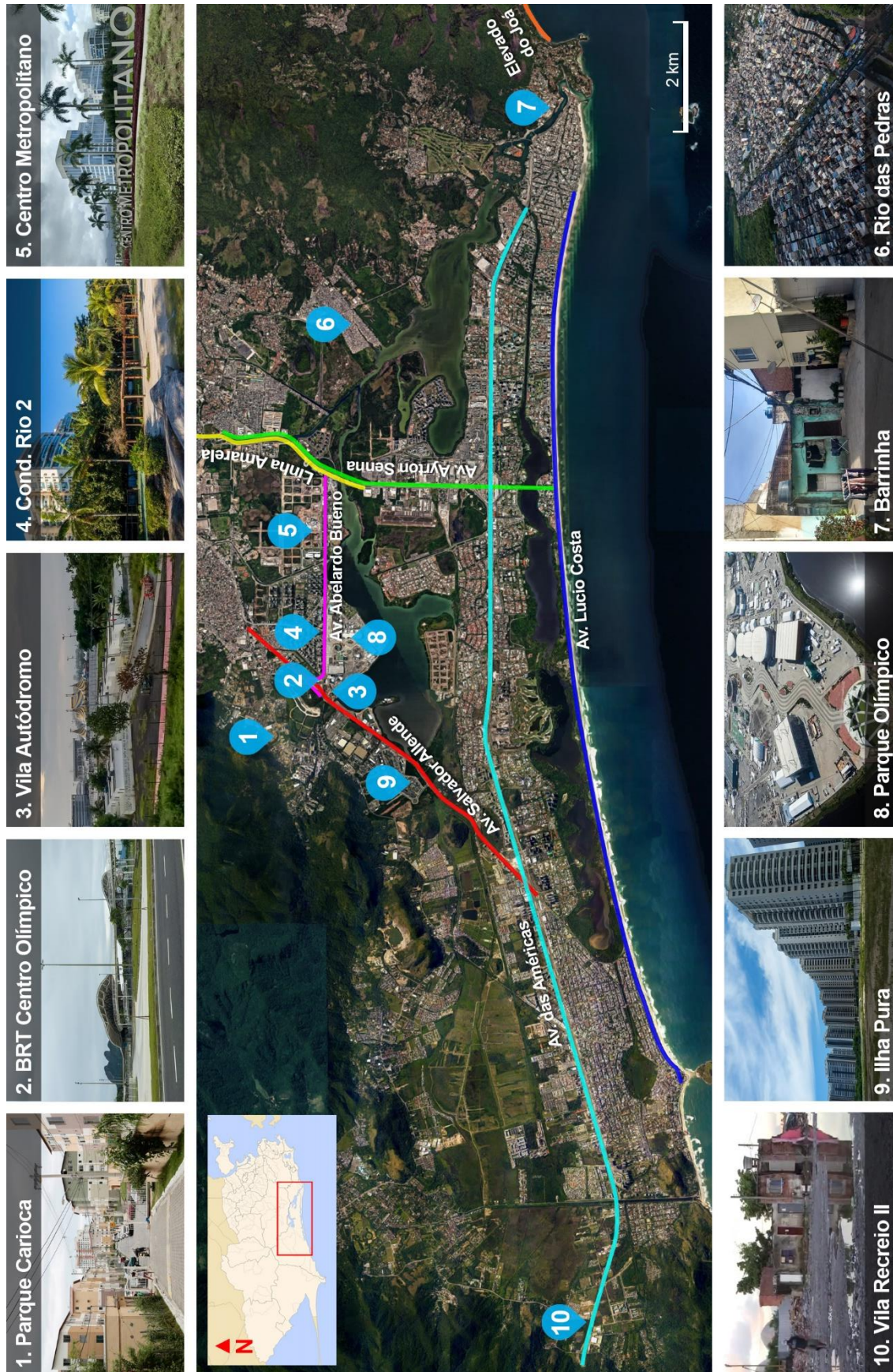
Os processos de remoção da população trabalhadora da Barra da Tijuca se apresentam enquanto camadas de expropriações realizadas pelo poder público e pelos poucos proprietários fundiários ao longo dos anos de constituição da fronteira do capital, colocando em evidência a necessidade de uma radicalização sempre ampliada das destruições, não somente das edificações físicas que compõem as comunidades, mas, sobretudo, das resistências a esse processo, visando a destituição do pertencimento com o lugar, das redes de solidariedade e dos laços comunitários. O processo de destituição do vivido coloca em evidência as contradições e conflitos na produção do espaço, no embate entre os níveis econômico, político e social, se inserindo no campo mais geral da luta de classes no urbano, que visam expropriar também as possibilidades de construção de uma utopia.

Entende-se que a compreensão de como ocorreram os processos de resistência dos moradores desse fragmento espacial da metrópole carioca, o histórico pela permanência, os sujeitos e agentes envolvidos, foi fundamental na busca pela problemática do processo de reprodução dos espaços nas cidades brasileiras na contemporaneidade, principalmente no que tange aos processos de expansão de fronteiras econômicas do capital no espaço urbano, em um movimento desigual de valorização e desvalorização de fragmentos espaciais, que são concebidos como homogeneizantes, ao mesmo tempo em que potencializam a hierarquização e a segregação socioespaciais.

I. A FRONTEIRA URBANA DO CAPITAL NO RIO DE JANEIRO

Que diferença faz para o mapa, se ele te contém? [...]
O mapa não se importa se eu estou dentro dele ou não;
mas eu estou, dentro do mapa. [...]
O mapa é abstrato, o mapa é livre, imaterial.
O mapa não precisa de pernas, nem de asas...
O mapa não voa nem corre, não sente desconforto, e não tem opinião. [...]
Todos são iguais perante a lei
e todos são iguais perante o mapa. [...]
Há 2 mil quilômetros dali, passaram as viaturas da polícia, imparciais,
que garantiram a passagem das viaturas da nova cidade, olímpica,
e em seguida passou a viatura do mapa, indiferente.
Vai sair quem quiser, quem não quiser fica.
Vai sair quem quiser, quem não quiser fica.
Cidade bem policiada, cidade bem mapeada, canteiro de obras, bilheteria.
O mapa é imparcial, não tem opinião,
É exatamente como aquele agente de segurança privada:
não é representante do estado, nem da comunidade,
a sua única preocupação é o acordo que tem com a propriedade.
Pro mapa não há governo, pro mapa não há guerra civil,
não há golpe de estado, não há revolução.
Nunca é noite no mapa
Realização: Ernesto de Carvalho. Recife, 2016.
<https://vimeo.com/175423925>

Figura 1 – Barra da Tijuca



Imagens dos locais: 2), 3), 5), 7) e 9) Fotografias registradas pela pesquisa; 1) <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/minha-casa-minha-divida-vida-dos-ex-moradores-da-vila-autodromo-22019040-4>; 4) <https://www.carvalhohosken.com.br/bairro/rio-2/>; 6) <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/queiroz-se-escondeu-na-favela-de-rio-das-pedras.html>; 8) [https://epoca.globo.com/vida/esporte/noticia/2016/08/0-preco-do-legado-do-legado-do-parque-olimpico-da-barra.html](https://epoca.globo.com/vida/esporte/noticia/2016/08/0-preco-do-legado-do-parque-olimpico-da-barra.html); 10) <https://www.youtube.com/watch?v=TsXe4re7R9g&feature=youtu.be>;

Fonte: Figura do mapa Google satélite com produção nossa.

1. A centralidade anunciada abrindo uma fronteira de expansão

A segregação, inimiga das reuniões e do encontro, pode deter o movimento? O espaço homogêneo, sem “topias”, sem lugares, sem contrastes, indiferença pura, caricatura de relação entre o urbano e seus componentes, pode aprisionar a realidade urbana até sufocá-la? Certamente. Ele pode até aparecer democrático. A democracia urbana implicaria a igualdade dos lugares, a participação igual nas trocas globais. A centralidade produziria a hierarquia, portanto a desigualdade. E, no entanto, a dispersão não acarreta a segregação? Os sobressaltos revolucionários podem romper os limites da realidade urbana? Às vezes, sem dúvida (Lefebvre, 2019, p.140).

Na Barra da Tijuca observa-se a intensificação, nos últimos anos, de processos contínuos de segregação, por meio da expulsão ou ameaças de remoção de várias comunidades. O olhar para esse processo, a partir da geografia urbana, remeteu a pesquisa, através dos conceitos de produção e reprodução do espaço, a procurar entender e problematizar os outros níveis de análise que são intrínsecos a esse processo, ou seja, os níveis econômico e político.

Nessa perspectiva, identificou-se uma possível relação entre as constantes tentativas da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro para a remoção da comunidade Vila Autódromo e de outras localizadas na Barra da Tijuca, e uma possível valorização imobiliária atrelada ao direcionamento de recursos públicos e privados para esse fragmento espacial da metrópole. Partindo dessa orientação, foi possível sintetizar esse movimento em três períodos:

- a) a partir de 1969, com a implementação do Plano Piloto de ordenação urbana de autoria do arquiteto Lúcio Costa (Plano Piloto, 1969), cujo principal objetivo era a restituição “natural” da centralidade política nessa área da cidade, que representaria a confluência dos eixos norte-sul e leste-oeste, por meio da construção do denominado Centro Metropolitano e do Centro Cívico e pelo deslocamento de serviços públicos e maciço investimento em infraestrutura e em obras de ligação terrestre com as zonas sul e central;
- b) no final dos anos 80 e início dos anos 90, com a implantação dos Planos Estratégicos Municipais e a inserção da metrópole carioca nos modelos das cidades “globais”, com financiamentos das agências internacionais;
- c) e finalmente, a partir de 2009, com o anúncio da realização dos Jogos Olímpicos de verão em 2016, que direcionava grande parte dos recursos públicos em construções e infraestrutura para a Barra da Tijuca, anunciada como o futuro coração dos jogos.

Os pontos em comum, que são aparentemente visíveis nos três momentos mencionados, são o alto valor de investimentos públicos na região, principalmente no que se refere as obras

de infraestrutura relacionadas à ligação viária dessa parte da cidade com as zonas sul e central, sinalizando para a abertura de uma fronteira de expansão do capital na metrópole carioca, utilizando o alibi da construção de uma nova centralidade. Esse processo tem como pressuposto alianças e estratégias descontínuas e, por vezes, conflitantes, formadas pelo Estado e frações específicas do capital, especialmente dos proprietários de terras, dos setores imobiliário e de serviços, com vistas a impulsionar a produção do espaço, a partir da mobilização de grandes glebas fundiárias existentes na Barra e inserindo-a, dessa maneira, no circuito dos capitais que fluem de outros locais.

Para compreender como a Barra da Tijuca se inscreve hoje como uma frente de expansão do capital em sua vertente imobiliária e rentista, que pressupõe processos ampliados de expropriação, foi fundamental, primeiramente, realizar um entendimento sobre a área a ser estudada por meio de uma compreensão dos mapas e das delimitações territoriais presentes nos planos de zoneamento e de ordenação urbana atuais. Igualmente, julgou-se fundamental um retorno à gênese desse processo, no intuito de buscar os fundamentos do que compõe essa fronteira de expansão do capital na metrópole carioca na atualidade.

Essa sistematização, no entanto, não pretende descrever minuciosamente todos os detalhes dessa expansão imobiliária, tampouco apresentar uma versão linear, mas sim, revelar elementos constitutivos, visto que são construções sociais permeadas por contradições e conflitos que permitem a análise de uma compreensão do momento atual; se movem de forma dialética entre interesses privados e públicos não homogêneos nos âmbitos políticos e econômicos, pesando sobre o social, mudando a vida cotidiana das populações que habitavam ou ainda moram nesses espaços.

É possível afirmar que o fragmento espacial da metrópole carioca que é comumente designado como Barra da Tijuca, se mantém enquanto uma fronteira permanente de expansão do capital ligado ao setor imobiliário do Rio de Janeiro. Mas esse processo exigiu forjar uma centralidade, em um primeiro momento como representação e, mais adiante, como mero produto imobiliário, como fator fundamental para a sua constituição e permanência.

Nesse sentido, a hipótese que guia essa primeira parte da tese será problematizada através da discussão sobre como, no movimento de constituição da metrópole carioca ao longo dos anos, a Barra da Tijuca vai se constituindo como uma nova fronteira de expansão do capital relacionado ao setor imobiliário por meio da mobilização da forma centralidade pelo Estado e pelos proprietários fundiários, nos três momentos identificados.

Para iniciar a discussão, foi considerado fundamental apresentar o recorte da pesquisa: inicialmente a Barra da Tijuca é apresentada como unidade político administrativa, sendo

enquadrada em determinados zoneamentos e legislação específica de gestão estatal. O foco da pesquisa exigiu, porém, delimitar um fragmento espacial da Zona Oeste da metrópole do Rio de Janeiro – no interior do que se configura como Barra da Tijuca –, que até meados dos anos 60, era tida como uma região rural, com propriedades de veraneio para a elite carioca moradora da Zona Sul: praias ainda não urbanizadas, sem orla ou serviços comerciais, ou seja, uma paisagem ainda pouco edificada e com poucas articulações por vias terrestres com as outras partes da cidade. No entanto, destaca-se uma condição que distingue essa parte da Zona Oeste com todo o restante da metrópole carioca: o monopólio de terras nas mãos de quatro famílias, que remeteu à necessidade de identificar um pouco a gênese dessa distribuição, e é um fator determinante na produção do espaço até os dias atuais e, portanto, para a consolidação e expansão da Barra enquanto uma fronteira permanente dos capitais relacionados aos setores imobiliários e rentistas.

Observa-se, no processo de retorno à gênese, um fato marcante no que diz respeito ao monopólio dessas terras, cuja concentração se manteve, desde a época das sesmarias, nas mãos de poucos proprietários, com imbrólios jurídicos que contestam, muitas vezes, a legalidade e legitimidade da propriedade privada. As consequências de tal monopólio são fundamentais para o entendimento dos próprios processos econômicos, políticos e principalmente sociais, que se estabelecem nesse fragmento espacial da atual metrópole carioca. A maior ou menor capitalização desse espaço ao longo do tempo, se relaciona diretamente ao monopólio dessas terras e às alianças de seus proprietários com o Estado. Essa situação é muito marcante na década de 1980, quando apenas quatro famílias retinham a integralidade das terras na região e, portanto, detinham as estratégias e alianças decorrentes para a valorização deste patrimônio.

Se fez necessário, dessa forma, compreender também como se realizou a ocupação dessa área desde seu início, mesmo que de maneira bastante sucinta, no intuito de trazer elementos que apontem para as contradições presentes na produção atual da região e suas diversas implicações, principalmente as que incidem sobre a vida das populações que nela residem.

Nesse primeiro momento, é possível problematizar a Barra da Tijuca através de dois aspectos principais: por uma morfologia muito diferente do restante da cidade e pelo monopólio fundiário. A forma de viabilizar o patrimônio como capital seria incorporando essas terras ao processo de edificação constante.

No entanto, foi possível identificar que no processo da produção do espaço e na incorporação dos fragmentos à essa lógica da produção capitalista, nem todas as frações do capital são realizáveis ao mesmo tempo. Em um primeiro momento, por exemplo, percebeu-se

que a expansão da fronteira não ocorreu prioritariamente através da incorporação imobiliária e da construção enquanto elementos chaves desse processo, mas através principalmente da propriedade da terra, na gradual transformação do caráter da propriedade rural, de lazer e segunda residência, para a urbana, como será mais aprofundado adiante.

Para a realização desse momento, foi fundamental a publicação do Plano Piloto de 1969 ancorado em outros planos de ordenação urbana da metrópole carioca, principalmente no Plano de Diretrizes para as Vias Arteriais na Planície de Jacarepaguá, de 1950 e do plano Doxiadis de 1965, que acarretaram mudanças fundantes nas ligações entre a Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro e as zonas central e sul. Os planos, que serão mais profundamente discutidos, tinham por objetivo um zoneamento da região oeste para futuro adensamento, ao mesmo tempo em que apontavam para a construção de ligações viárias entre a Barra da Tijuca e a Zona Sul e o centro da cidade, de forma a viabilizar o adensamento populacional, conteúdo necessário de uma propalada centralidade das decisões – centralidade política – na Barra da Tijuca, que seria promovida por meio da construção do Centro Metropolitano, do Centro Cívico e das áreas adjacentes.

A terra, que até então tinha um uso coletivo, no entorno das lagoas, nas áreas abertas que eram transitáveis, nas propriedades prioritariamente habitadas por pescadores e agricultores, passam a ser propriedades urbanas, através dos planos de ordenamento e do zoneamento das áreas. A problematização que a pesquisa coloca nesse primeiro momento é que o Plano Piloto teve o sentido de levar para essa área a realização da propriedade como propriedade urbana, estimulando a destituição das populações locais do acesso às terras, fragmentando o espaço e colocando-o potencialmente no circuito da valorização do espaço urbano.

A centralidade, enquanto forma urbana que é própria do urbano, foi anunciada como centralidade política a ser constituída e que necessitava de uma ampla intervenção construtiva para sua realização. O anúncio da centralidade, por meio dos planos, era também o anúncio do urbano e, portanto, o passaporte para que a Barra da Tijuca se transformasse em fronteira do capital, através da articulação de interesses entre os proprietários fundiários, construtores e incorporadores – que ora se fundem no mesmo personagem/família, ora não. Os planos anunciaram a potência do lugar como nova área urbana a ser edificada na metrópole do Rio de Janeiro e o papel do Estado foi fundamental nesse processo, ao solicitar a elaboração do Plano Piloto e a posterior execução de muitas obras, especialmente as vias de ligação dessa parte da Zona Oeste com a Zona Sul e central da metrópole carioca. Os planos sustentavam a ideologia do crescimento racional, harmonioso e ordenado, remetendo à uma pretensa padronização desse

fragmento espacial, ao mesmo tempo em que criavam uma hierarquização desses mesmos espaços ao distingui-los de outras áreas já consolidadas.

A produção dessa pretensa centralidade na Barra da Tijuca à época do Plano Piloto, contemplava o assentamento de populações de trabalhadores como constitutivas à própria produção dessa centralidade nos moldes do planejamento modernista: o próprio Estado, que naquele momento solicitou o Plano Piloto e implementou medidas para sua execução e realização também assentou, através da construção de loteamentos populares, pelo menos dois grandes núcleos de moradores¹⁴ de menor poder aquisitivo nessa mesma região, advindos de remoções praticadas pelo próprio poder público, nas zonas sul e central da cidade nos anos 60.

Na concepção do urbanismo modernista e da gestão estatal predominante nesse momento, os assentamentos das populações trabalhadoras se colocavam enquanto partes constitutivas do próprio Plano Piloto, que almejava dar uma funcionalidade específica para os fragmentos selecionados. Dessa forma, é possível apontar que essas populações serviram, nesse primeiro momento, como mão de obra necessária às construções e a sua posterior manutenção, como pedreiros, jardineiros, porteiros, empregadas domésticas. Ao mesmo tempo, a presença desses trabalhadores e a formação de pequenos comércios e serviços ligados à reprodução da vida cotidiana, revelaram o uso urbano do lugar, anunciando sua potencial produção e expansão em fragmentos, como mercadoria.

Diante dessas primeiras colocações, procura-se explorar quais foram os interesses econômicos e políticos que se colocavam com a implementação do Plano Piloto em 1969 e a quais interesses atendia; quem eram os proprietários imobiliários à época da consecução do Plano, quais suas possíveis ligações e interesses políticos e econômicos e como foram possíveis os assentamentos das populações de trabalhadores na região dentro desse contexto.

Igualmente, a pesquisa procura salientar que a não realização plena do Plano Piloto nesse primeiro momento não significou, necessariamente, que não houve abertura e valorização. Foi possível identificar que, o que não se realizou plenamente foram os conjuntos das edificações físicas pretendidas, o que estava aparente no processo, mas as construções viárias e

¹⁴ Inicialmente, o plano era a construção de habitações populares por meio da Cohab-GB – Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara – com financiamento do BNH – Banco Nacional de Habitação -, para abrigar famílias que estavam sendo removidas da zona sul, principalmente dos bairros Leblon e Lagoa, tais como: Praia do Pinto e Parque Leblon, Ilha das Dragas, Catacumba, Parque da Gávea e Rocinha. O plano não se concretizou totalmente, vindo a abrigar famílias que também perderam suas casas em uma enchente em 1966, tornando a ocupação da área planejada já densamente povoada desde seu princípio. Os loteamentos principais nesse período que abrigaram as famílias removidas ou reassentadas pelo poder público foram o Gardênia Azul e Cidade de Deus. Dados gerais disponíveis em: <http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/586-cidade-de-deus-o-bairro-que-virou-filme>.

de infraestrutura iniciadas nesse período, serviram como frente para a constituição da fronteira, viabilizando o deslocamento futuro de capitais, ao articulá-la fisicamente à urbanização mais consolidada da metrópole.

Outro aspecto relevante para a problematização desse primeiro momento foi a tentativa, em 1988, de um grupo de empresários da Barra da Tijuca de emancipar a região do restante da cidade. O principal argumento dos separatistas se ancorava em uma pretensa possibilidade de desburocratizar a resolução de questões de infraestrutura e locomoção que seriam necessárias desde o zoneamento realizado em 1981, utilizando justificativas de que haveria poucos investimentos públicos realizados ao longo dos anos, principalmente pela prefeitura do Rio de Janeiro na Barra, em contrapartida a alta taxa de impostos pagos por seus moradores ao restante da metrópole carioca. Ou seja, esse grupo já apontava para um discurso de reforma do Estado, de cunho neoliberal, que despontou no Brasil na década de 90.

Dessa forma, esse discurso carregava pontos importantes do embate que se estabelecia entre os poucos proprietários de terras dessa parte da cidade e o poder público, já colocando em perspectiva a força do capital relacionado ao setor imobiliário privado da Barra da Tijuca, tanto dos latifundiários quanto das poucas empresas de construção, algumas delas, pertencentes aos próprios proprietários fundiários, como a Carvalho Hosken, por exemplo.

A articulação econômica e política dessas forças não levou à separação da Barra da Tijuca do Rio de Janeiro, mas intensificou, nos anos seguintes, processos de remoção de diversas comunidades estabelecidas na região, como o caso da Vila Autódromo, cujo primeiro processo de remoção remonta a 1993, ou seja, a força econômica dos capitais fundiários se ancorava em uma força política que defendia seus interesses de ampliação da renda fundiária e dos lucros advindos das construções.

O segundo momento identificado pela pesquisa pode ser compreendido a partir dos anos 90, com a intensificação dos capitais internacionais, oriundo de agências internacionais como o Banco Mundial, incidindo sobre o nível local, por meio das obras de infraestrutura viária e construções imobiliárias, por meio de um modelo de cidade pautado em financiamentos e consultorias internacionais, com uma racionalidade assentada na homogeneização do espaço. Importante destacar que os investimentos não são direcionados para toda a região oeste da metrópole carioca, mas para uma parte significativa denominada amplamente como Barra da Tijuca, em uma área fisicamente delimitada por diversos planos de ordenamento, identificada pela pesquisa no subcapítulo 1.2.

A fronteira já aberta de expansão se consolidou com os primeiros loteamentos e grandes obras de infraestrutura urbana voltados para a construção da Barra da Tijuca como um

novo produto, dos condomínios fechados e da pretensa segurança pública. Os trabalhadores de menor poder aquisitivo que foram assentados pelo Estado no primeiro momento, agora precisam ser removidos para que a valorização pretendida se concretize de fato e, para tanto, o plano político local necessita de financiamentos das agências internacionais.

São lançados os Planos Estratégicos, que apontam para necessidade de execução de todas as obras de infraestrutura urbana durante diferentes mandatos políticos municipais e estaduais, cujas diretrizes devem seguir os modelos pré-determinados mundialmente, como será discutido no subcapítulo 2.2. Nesse ponto, a pesquisa procura aprofundar a análise desse segundo momento identificado da fronteira no fragmento analisado da Barra da Tijuca, articulando o nível local a fluidez dos capitais internacionais e ao apagamento das diferenças.

Finalmente, a continuidade desses processos de intensa valorização da terra na Barra da Tijuca e das renovadas tentativas de remoção das comunidades se consolida com o anúncio, em 2009, da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de Verão de 2016. O Dossiê de candidatura da cidade do Rio de Janeiro sinalizava para uma continuação dos projetos propostos por Lúcio Costa no seu Plano Piloto na Barra da Tijuca, local escolhido para receber grande parte dos investimentos do poder público e da iniciativa privada para as construções dos equipamentos esportivos, denominada no plano como o “coração dos jogos Rio-2016”:

A Barra da Tijuca é a área de expansão natural do Rio de Janeiro, o lugar preferido pelas famílias para adquirir seu primeiro imóvel. Por isso, as atividades comerciais na região também estão em pleno crescimento. As prioridades da cidade no que diz respeito à rede de transporte público, à melhoria habitacional e à limpeza e proteção ambiental avançarão consideravelmente com os Jogos Olímpicos Rio 2016 (Dossiê, v.1, p.43, 2008).

[...] O desenvolvimento da região da Barra da Tijuca é baseado no Plano Piloto criado por Lúcio Costa, e o planejamento proposto para os Jogos irá revigorar a sua visão para a região, acelerando uma série de projetos importantes para o seu legado [...] (Dossiê, v.2, p.202, 2008).

Grande parte dos investimentos urbanos na malha viária da cidade serão direcionados para a Barra da Tijuca nos anos seguintes ao anúncio da realização do megaevento. Quatro grandes projetos de linhas de BRT, por exemplo, dos quais três foram efetivamente implementados, estão na região oeste da cidade, tendo o bairro da Barra da Tijuca como um ponto nodal, no Terminal Alvorada. A linha Transoeste, o primeiro modal desse tipo de transporte entregue pela prefeitura, faz ligação da nova linha de metrô no Jardim Oceânico, ponto de conexão com a Zona Sul e o Centro da cidade, com Campo Grande e Santa Cruz, passando pelo Recreio dos Bandeirantes, por meio da abertura do Túnel da Grota Funda, ligação que já constava em projetos públicos desde a década de 50. A Transcarioca, outra linha do BRT,

serve por sua vez como conexão entre o Aeroporto Internacional Tom Jobim – Galeão – e Madureira, passando pelo Terminal Alvorada. Também foram realizadas obras na duplicação do Elevado do Joá, que conecta a Barra e a Zona Sul da cidade, bem como alargamentos de avenidas e construções de viadutos, como o realizado na Avenida Abelardo Bueno, adjacente à comunidade Vila Autódromo.

Não será o intuito dessa pesquisa, porém, listar todas as obras de infraestrutura realizadas na Barra da Tijuca nesse terceiro momento, mas sim, buscar através dessa mobilização de obras urbanas realizadas em parcerias público-privadas, uma compreensão para os processos de valorização da propriedade fundiária da região que perdura e se intensifica ao longo dos anos.

Importante perceber que esse movimento de construções imobiliárias na Barra da Tijuca, que ocorre com maior linearidade a partir dos anos 80, recebe grande visibilidade no final dos anos 90, principalmente ao longo das quatro tentativas realizadas pela cidade do Rio de Janeiro em sediar Jogos Olímpicos, presentes nos Planos Estratégicos – PECRJ 2004, 2009 e 2016 –, que acabam por ocasionar a candidatura e a realização dos Jogos Pan-Americanos em 2007 na cidade, fator que incide novamente sobre novas construções realizadas na Barra, como a Vila dos Atletas, também conhecida como a Vila do Pan, localizada próxima a área do Centro Metropolitano, e as Arenas esportivas próximas ao antigo Autódromo de Jacarepaguá, atual Parque Olímpico.

Da mesma forma, essas considerações remetem para a reflexão de que, nesse terceiro momento, com a propriedade fundiária já consolidada e fragmentada, os ganhos seriam advindos da concretização da construção e da incorporação imobiliárias, pois somente o plano não seria mais suficiente para auferir os ganhos do capital fundiário e rentista, como será mais aprofundado.

No primeiro momento, o plano e a abertura das estradas de ligação com a Zona Sul e central foram elementos que permitiram situar a Barra da Tijuca como potencial área urbana, atrativa para os empreendimentos imobiliários. Nesse último momento, a propriedade é mobilizada de modo mais efetivo para que a incorporação e a construção imobiliárias se realizassem concretamente, mesmo que a venda e o uso não estejam se realizando plenamente. O primeiro momento significou a consolidação do mercado imobiliário da Barra da Tijuca; neste último momento, trata-se da produção do espaço como produto imobiliário, conceito trabalhado por Carlos (2011), de modo que outras frações do capital são realizadas e, portanto, as construções no Centro Metropolitano – já previsto no primeiro momento – finalmente se efetiva, bem como a construção do residencial “bairro modelo” Ilha Pura.

Esses dois empreendimentos, construídos, entregues e hoje praticamente vazios, servirão como pontos de valorização e de especulação dentro do eixo Barra da Tijuca – Jacarepaguá, agora em direção à consolidação do que foi denominado como uma centralidade, onde o valor de troca suplanta em absoluto todas as formas de uso; um espaço planejado, abstrato, árido e totalmente destituído de possibilidades do encontro, da fruição e da festa, como será discutido adiante.

1.1. Fronteira de expansão e o álibi da centralidade

Na consolidação da metrópole do Rio de Janeiro, a criação de novos produtos imobiliários foi constitutiva do movimento de acumulação do capital, como apontou estudo realizado por Ribeiro, (1997). Ao analisar os diversos momentos nos quais a produção da moradia foi sendo produzida na metrópole do Rio de Janeiro, ao longo do extenso período que abarcou dados de 1870 a 1989, o autor se debruçou no entendimento histórico da passagem da propriedade da terra dentro da perspectiva da valorização do capital.

No final do século XIX, o autor identificou um avanço em terras antes consideradas rurais, de loteamentos e construções de moradias, que foram produzidos por proprietários privados, principalmente após obras de infraestrutura e transporte empreendidas pelo Estado. O aumento na densidade populacional, a consolidação de empresas imobiliárias maiores e a abertura e incorporação de terras antes agrícolas ao zoneamento urbano ocasionaram um aumento considerável nas construções e loteamentos, no início do século XX. É nesse momento que, para o autor, se consolidaram as grandes incorporadoras imobiliárias, ancoradas pelos dispositivos jurídicos introduzidos nas leis municipais junto a um aumento do crédito hipotecário e do zoneamento urbano¹⁵, que proporcionarão um diferencial de localização, que permitiu, por sua vez, um diferencial de renda pela construção e pela valorização auferida a determinados fragmentos da metrópole.

No entanto, a pesquisa desenvolvida permite defender que o processo de valorização do espaço urbano não pode ser dimensionado apenas pelo fragmento em si: cada espaço participa, de modo geral, da valorização que se dá via produção do espaço. Evidentemente, a presença seletiva de certas infraestruturas, de parques e equipamentos públicos, do sistema de transporte agrega maior valor aos fragmentos, mas a explicação não recairia somente na

¹⁵ Entendemos, ao contrário do que o autor coloca, que o zoneamento é uma mediação do Estado para garantir a hierarquização e seletividade do espaço intraurbano, induzindo a diferenciação espacial, mas não é a única explicação. Na realidade, na maior parte das vezes, o zoneamento só ratifica os interesses dos proprietários.

localização, como salienta Alvarez (2019, p.500): “Trata-se de uma localização que se explica pela composição, pelos deslocamentos e pela fixação de capitais, o que permite entender a produção desigual do espaço em diferentes escalas”.

A localização é uma produção social capitalista e o uso de determinadas parcelas do espaço urbano é estipulada por sua valorização ou até pelo potencial de valorização futuro, isso porque, em primeiro lugar, as atividades e relações sociais ocorrem, necessariamente, num lugar da superfície terrestre. Deste modo, se o acesso a essa superfície está mediado pela propriedade da terra, que se constitui no âmbito de um mercado imobiliário, os ganhos derivados do domínio da propriedade se assentam no fato de que existe a possibilidade de um trabalho futuro ser nela empreendido. Não é a terra em si que produz valor, mas o seu domínio garante ao detentor o monopólio sobre o lugar e o direito de usufruir de uma parcela da riqueza social, caso o disponibilize neste mercado.

[...] uma reflexão da produção do espaço a partir da composição orgânica média (do setor da construção e de outros ramos) pode ser importante para um análise que supere uma leitura dualista como cidade formal/cidade informal, por exemplo, uma vez que demanda uma reflexão sobre estratégias de diferentes frações do capital e sua articulação com o Estado na produção do espaço, definindo a localização desigual dos investimentos (do setor produtivo, da infraestrutura, do terciário avançado, da construção civil), que se materializariam como capital, culminando num processo de valorização diferencial do espaço. Essa condição, associada ao fato de que o acesso ao espaço se dá pela mediação da propriedade privada, conforma, por outro lado, a localização a partir do uso, de modo que as morfologias se associam às desigualdades das frações de capitais e às práticas socioespaciais, revelando as segregações (Alvarez, 2019, p.500).

Esse processo ganha todo seu contorno nas cidades, com a concentração de valor, pelo adensamento das edificações e sua verticalização, decorrentes diretamente do aumento no preço dos terrenos, conforme discute Simoni-Santos (2017). Nesse sentido, no urbano, o processo de valorização, decorrente dos investimentos realizados nas edificações e infraestrutura, está sempre associado à especulação, que é fomentada pelos setores do mercado imobiliário, ao definirem lógicas diferenciadas de atuação no espaço e, pelo Estado, através da mediação das leis que define as diretrizes de uso e ocupação e pelo planejamento, ao mesmo tempo em que coloca em evidência a disputa pelo uso desse espaço.

Como salientou Lefebvre (2013), a produção do espaço é simultaneamente uma produção material e simbólica, o que pressupõe sua construção social. A localização na cidade implica em uma produção material desigual e diferenciada e também em uma representação do espaço produzido ou a ser produzindo, identificando seus fragmentos com diferentes classes sociais. Essa construção social é histórica, ou seja, acontece dentro de um período e num

contexto predeterminado. No sistema capitalista, é produzido principalmente através da ação do Estado em parceria com os setores privados, na indissociabilidade da realização da vida social. No entanto, é importante lembrar que não há equilíbrio entre os agentes produtores desse espaço, pois sua estrutura já está posta como desigual, o que ocasiona a luta e o conflito pelo espaço.

É assim que a trindade capitalista "terra-capital-trabalho" é estabelecida no espaço, que não pode permanecer abstrata e só pode ser concentrada em um espaço institucional triplo: primeiro, global ou mantido como tal, o da soberania, onde se revelam as coerções, portanto um espaço fetichizado, reduzindo as diferenças; segundo, fragmentado, separador, disjuntivo, que localiza as particularidades, lugares e locais, com o objetivo de controlá-los e negociá-los; e, finalmente, hierárquica, que estabelece os lugares desprezíveis e os nobres, os proibidos e os soberanos (Lefebvre, 2013, p.319 – tradução nossa)¹⁶.

Nos estudos desenvolvidos por Ribeiro, (1997) para a metrópole do Rio de Janeiro, o fator simbólico e subjetivo aparecem como necessários para a consolidação do novo produto imobiliário em meados do século XX, o “Copacabana-apartamentos”. Por meio da análise de vários veículos midiáticos da época, o autor identificou a formação de um novo modo de vida urbano, pautado no individual e na figura feminina como protagonista, com novos hábitos e costumes associados a um princípio de modernidade. Se consolida nesse período também a dicotomia Zona Sul e Zona Norte, a primeira vinculada a elite carioca e a segunda, aos trabalhadores, as linhas férreas e aos conjuntos habitacionais populares.

Igualmente, a partir de 1976, o autor (ibidem) identificou a emergência de um outro novo produto que começava a movimentar o mercado imobiliário, por intermédio de um processo de expansão da fronteira urbana em direção à Barra da Tijuca: a produção dos condomínios fechados. Essa nova maneira de morar era vendida, de certa forma, por meio da criação simbólica de novas necessidades aos futuros moradores e compradores dos empreendimentos que estavam sendo construídos à época, em consonância com as aplicações dos parâmetros abstratos do Plano Piloto. Esses condomínios construídos da década de 70 e início dos anos 80, como Novo Leblon, Barramares e outros, apregoavam uma pretensa segurança em relação à Zona Sul e Central da metrópole carioca, e já apresentavam uma ampla gama de infraestrutura e serviços dentro das dependências dos empreendimentos.

¹⁶ “Así se establece en el espacio la trinidad capitalista «tierra-capital-trabajo», que no puede permanecer abstracta y que sólo puede concentrarse en un espacio institucional triple: en primer lugar, global o mantenido como tal, el de la soberanía, donde se despliegan las coacciones, por tanto espacio fetichizado, reductor de las diferencias; en segundo lugar, fragmentado, separador, disyuntivo, que localiza las particularidades, los lugares y las localizaciones, con el propósito de controlarlas y negociarlas; y por último, jerarquizado, que ubica los lugares despreciables y los nobles, los prohibidos y los soberanos”.

É importante considerar esse momento analisado por Ribeiro, (1997), pois ele se constitui logo após a apresentação do Plano Piloto, que definia a formação de uma nova centralidade no Rio de Janeiro através da criação do Centro Metropolitano na Barra da Tijuca. Assim, esses novos condomínios podem ser considerados frutos dessa centralidade, até então apenas anunciada, mas cuja representação motivou o mercado de terras e de edificações. A estratégia de tornar a Barra da Tijuca a nova fronteira urbana do capital na produção do espaço se estabelece principalmente pela legitimidade estatal dos projetos urbanos, que produz uma hierarquia dos espaços intraurbanos, ao mesmo tempo em que promove uma tentativa de homogeneização interna desses mesmos espaços e aprofunda o processo de segregação socioespacial, com a expulsão dos setores mais empobrecidos da classe trabalhadora.

A criação de uma centralidade se tornou uma estratégia colocada em prática na publicação do Plano Piloto no final da década de 60, quando a ocupação dessa parte da cidade ainda era muito pequena, necessitando principalmente de grandes obras de articulação com a Zona Sul e Central, que movimentavam a economia por concentrarem não somente os serviços públicos e uma gama variada de empresas privadas, como também de potenciais compradores para os imóveis que poderiam ser construídos na vasta quantidade de terras disponíveis. A estratégia de mobilização da forma centralidade serviu, nesse sentido, como um catalizador para a realização das obras de infraestrutura pelo Estado, aliada ao zoneamento do Plano que transformava a terra rural em urbana, ao mesmo tempo em que dava uma certa garantia e segurança para os investidores privados.

Como discutido por Lefebvre (2019), a centralidade, como uma forma do urbano, engloba conteúdos variados: uma centralidade que já passou pela história lúdica, religiosa, política, comercial, sendo hoje, fortemente, a centralidade das decisões. Em nosso entendimento, era fundamental que o Plano Piloto tivesse a discussão da centralidade para que a condição de terra urbana da Barra da Tijuca pudesse ser de fato vislumbrada ou visualizada como uma potencialidade para os negócios.

A confirmação dessa hipótese se coloca quando observamos, como será aprofundado no capítulo 2 dessa primeira parte da tese, que, mesmo não tendo efetivamente realizado todas as construções elencadas no Plano (Plano Piloto, 1969) na década de 80, a Barra da Tijuca foi o local com maior concentração de construções imobiliárias no Rio e com o maior aumento na densidade populacional, como aponta Ribeiro, (1997, p.321):

[...] A Barra da Tijuca permanece à margem do crescimento da cidade até a década de 70. Com efeito, em 1960 ela concentra apenas 0,07% dos domicílios da cidade e o mesmo percentual referente à população. Ela começa a ser minimamente ocupada a partir de 1970, quando os dados censitários revelam

o crescimento populacional de cerca de 160%, intensificado no período 70/80, quando a população cresce 627%, sendo que no conjunto da cidade esta taxa é de apenas 21,8%.

Para Alves, G. (2014, p.110), a compreensão dos “conteúdos de centralidade” é fundamental para o entendimento da própria reprodução social através de sua espacialidade, tendo por premissa que as diferenças socioespaciais carregam consigo as tentativas de homogeneização do espaço que, por sua vez, requerem o investimento em fragmentos selecionados na cidade, ou seja, produzem a hierarquização. A autora discorre sobre a produção de centralidades em uma mesma cidade, por meio de escalas espaciais, fazendo uma correlação entre o que pode ser considerado *centro* e como o seu par dialético, a *periferia*¹⁷, poderia esclarecer as questões acerca da produção e reprodução dos espaços urbanos brasileiros atualmente.

Segundo apontamentos de Damiani, (2006, p.145), ao analisar a relação centro-periferia na metrópole de São Paulo, haveria a produção conjunta de diversas escalas do que poderia ser denominado de centralidade, bem como de diferentes formas do que poderia ser denominado de periferias, “compreendidas como espaços da repetição de processos”.

Desta perspectiva, a noção de centralidade e periferia se torna importante: produz-se o tempo todo periferia, periferias diversas – inclusive em relação ao centro; e a centralidade inclui a multiplicação dos centros, sua diferenciação, aspecto este fundamental: a centralidade é desigual, diferenciada, múltipla (Damiani, 2006, p.144-145).

Lefebvre (2019) salienta que a relação centro-periferia carrega como pressuposto os conflitos inerentes ao próprio fenômeno urbano. Não há uma cisão no poder político, mas sim uma fragmentação desse poder através do que o autor denomina de *policentralidade*, enquanto formação de centros diferenciais, que se dispersam e potencializam a segregação. A segregação no urbano é o urbanismo, que produz as políticas fragmentadas, localizadas, que não dão conta da totalidade. A centralidade, nesse aspecto, é complexa: tem muitas subjetividades sociais, políticas e econômicas.

Nesse sentido, a valorização espacial atribuída ao centro é principalmente social e política, incorporada através da consolidação e adensamento de estruturas espaciais que garantem sua funcionalidade econômica. No entanto, para Lefebvre (2001), o significado da

¹⁷ “A relação conflitual “centro-periferias”, apesar da sua importância, não é a única nem sequer a essencial. Está subordinada a uma relação conflitual bem mais profunda: a relação entre a *fragmentação* do espaço (fragmentação que é, antes de mais, *prática*, visto que o espaço tornado mercadorias se vende e se compra – mas que é também *teórica*, pois que as ciências especializadas o recortam) e, por outro lado, a capacidade global das forças produtivas e do conhecimento científico: elas podem produzir espaços à escala planetária e até interplanetária” (Lefebvre, 1973, p.19 – grifos do autor).

centralidade é ainda maior e abarcaria a própria cidade: o lugar do encontro e da união, ao passo que, dialeticamente, também é o local das decisões políticas e econômicas. O autor problematiza que as segregações aparecem dentro da crise de implosão/explosão da cidade – movimento mais amplo que abarca a passagem do campo para as cidades e que produz o urbano, o ponto crítico – pautadas pela propriedade privada e pela racionalização do Estado, que vai conceber o espaço enquanto uma centralidade do consumo em detrimento ao espaço vivido e percebido por seus habitantes (Lefebvre, 2013). Nessa explosão, a extensão do tecido urbano, através principalmente do crescimento das indústrias, vai produzir as periferias urbanas, que são o negativo do centro – ou da cidade para Lefebvre (2016): irão dividir o conteúdo da centralidade em outros lugares na cidade e causar a fragmentação do espaço. A segregação será um dos conteúdos dessa forma urbana – espaços periféricos da implosão e negativos da centralidade.

Descobrimos o essencial do fenômeno urbano na centralidade. Mas na centralidade considerada com o movimento dialético que a constitui e a destrói, que a cria ou a estilhaça. Qualquer ponto pode se tornar central: esse é o sentido do espaço-tempo urbano. **A centralidade não é indiferente ao que ela reúne, ao contrário, pois ela exige um conteúdo. E, no entanto, não importa qual seja esse conteúdo.** [...] Ele é a própria forma do urbano, revelada. Na realidade urbana tudo se passa como se tudo o que a compõe pudesse se aproximar, ainda e sempre mais. Assim se concebe o urbano, assim ele é percebido, assim é sonhado, confusamente (Lefebvre, 2019, p.132).

Nessa perspectiva, é importante salientar que a mobilização da forma centralidade durante os anos na Barra da Tijuca não poderia ser pensada sem o contexto de um modelo metropolitano estratégico mais amplo. Por exemplo, as novas tentativas de implementação dessa centralidade na região em planos recentes reforçam, por sua vez, a própria centralidade do centro da cidade, principalmente por meio do projeto Porto Maravilha¹⁸, ou seja, revelam a hierarquização dos espaços na metrópole do Rio de Janeiro, produzidos para desempenharem funções diferenciadas, mas que nem sempre tiveram a potência para disputarem a centralidade política e econômica localizada no centro da cidade¹⁹.

Desde a troca da sede econômica do governo e transferência da capital para Brasília, em 1960, a concentração das empresas e das repartições públicas se mantiveram, em sua

¹⁸ O Projeto Porto Maravilha é uma Operação Urbana Consorciada na zona portuária da cidade, região central, que provocou a demolição do viaduto da Perimetral e diversas remoções de comunidades que moravam em barracões na localidade (LACERDA, Larissa; WERNECK, Mariana e RIBEIRO, Bruna, 2017). Foi finalizada antes do início dos Jogos Olímpicos, mas não fazia parte da Matriz de Responsabilidade dos Jogos (DINIZ, Nelson, 2014).

¹⁹ “Caixa diz que Porto Maravilha era inviável desde o começo”. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/06/apos-prejuizo-bilionario-ao-fgts-caixa-diz-que-revitalizacao-do-porto-do-rio-e-inviavel.shtml>

maioria, na Zona Central²⁰, sinalizando para o fato de que a centralidade pretendida para a Barra da Tijuca não teve propriamente um conteúdo econômico, tampouco político, mas prioritariamente imobiliário. A mobilização da forma centralidade pelos planos de ordenamento e pelo próprio Estado, ao longo dos anos, teve como principal objetivo formular a abertura e o posterior avanço da fronteira de expansão dos capitais relacionados ao setor imobiliário e da realização da propriedade fundiária dos poucos proprietários privados, não sendo, portanto, uma centralidade que concretamente pudesse absorver as repartições públicas da Zona Central ou as empresas já instaladas. Igualmente, é importante apontar que essa centralidade não teria os mesmos princípios de investimento aos designados para o projeto do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (COMPERJ), mas seria potencialmente o local de moradia para os futuros investidores e novos empresários que se beneficiariam das zonas de crescimento econômico anunciadas pelo governo ao longo dos últimos anos (Binsztok & Barbosa, 2019).

Nesse aspecto, a mobilização da forma centralidade no centro da cidade do Rio de Janeiro ainda carregaria a potência para o diferencial, do encontro com o diferente, como apontado por Lefebvre (2019) – uma centralidade cuja forma seria a da simultaneidade, do encontro, do lúdico –, pois a concentração dos bancos, das repartições públicas, dos bares, restaurantes e de uma vida noturna congregam a possibilidade de pessoas de classes diferentes se encontrarem.

Mas o processo de produção do espaço na Barra da Tijuca não carrega essa dimensão: os condomínios fechados, as torres de escritórios com suas guaritas e restrições de acesso e circulação, são indicativos da seletividade de acesso dos seus frequentadores e moradores. Além disso, as construções, o volume, a distribuição, o arruamento, apontam para a produção de lugares de passagem, de circulação, da permanência ditada pela fragmentação da vida e da necessidade do uso do automóvel. É uma produção do espaço como produto imobiliário que não pressupõe o encontro, a simultaneidade, a não ser como processo que sustenta fundamentalmente o econômico, planejado de maneira abstrata, que se pretende homogênea, mas que fragmenta a vida de seus moradores e segrega as diferenças. Como ressaltava Lefebvre (2016, p.44 – grifos nossos):

²⁰ A cidade de São Paulo, a título de exemplo, concentra também grande parte das suas empresas e repartições públicas na zona central, mas possui a produção de novas centralidades financeirizadas, que carregam características distintas no sistema de acumulação e da produção do urbano, como a região da Avenida Paulista e da Avenida Luiz Carlos Berrini, onde a ocupação dos imóveis era alta antes do ano pandêmico de 2020, e onde a construção civil e o capital financeiro ganharam novos contornos e novas formas de expansão, como analisam alguns autores tais como: ALVAREZ, Isabel A. P., 2017; CARLOS, Ana F A, 2004; BOTELHO, A., 2005; dentre outros.

O espaço não seria nem um ponto de partida (ao mesmo tempo mental e social, como na hipótese filosófica), nem um ponto de chegada (um produto social ou o lugar dos produtos), mas um intermediário em todos os sentidos desse termo, ou seja, um meio e um instrumento, um ambiente e uma mediação. Nessa hipótese, o espaço é um instrumento político intencionalmente manipulado, mesmo se a intenção se dissimula sob as aparências coerentes da figura espacial. É um meio nas mãos de “alguém”, individual ou coletivo, isto é, de um poder (por exemplo, um Estado), de uma classe dominante (a burguesia) ou de um grupo que tanto pode representar a sociedade global, quanto ter seus próprios objetivos, como os tecnocratas, por exemplo. Daí as questões que só se colocam nessa hipótese: **“Quem possui tal representação do espaço? E por quê?” Nessa hipótese, a representação do espaço sempre serviria a uma estratégia, sendo ao mesmo tempo abstrata e concreta, pensada e desejada, isto é, projetada.**

Do ponto de vista da produção do espaço como um produto imobiliário, a construção da pretensa centralidade na Barra da Tijuca necessitou, irremediavelmente, da formulação do Plano Piloto enquanto representação de um espaço que se pretendia hierarquizado frente a outros fragmentos da metrópole carioca: na criação de uma raridade espacial, onde uma parcela da elite pudesse habitar longe dos espaços nos quais moram prioritariamente a população trabalhadora na zona sul e central por exemplo; onde fosse possível, por meio de um pretense ordenamento espacial, uma racionalidade segregante e fragmentada. Nesse processo, foi fundamental a expulsão dos trabalhadores de menor renda que viviam e ainda vivem nesses espaços há muitos anos; onde construíram suas casas, suas vidas, suas famílias e onde estabeleceram relações ao frequentar escolas, igrejas, comércios.

O que foi sendo construído nessa parte da metrópole carioca, principalmente através das parcerias público-privadas mais recentes, poderia ser pensado como uma centralidade que é imobiliária e rentista, ligada a comércios e serviços, e que não pode ser considerada desprezível se levarmos em conta a densidade demográfica e o tamanho dessa região na metrópole, como será discutido adiante. É necessário, portanto, perceber como a forma centralidade foi sendo mobilizada pelo Estado e pelas empresas privadas, para viabilizar uma fronteira de expansão do capital ligado ao setor imobiliário da metrópole carioca, destrinchando seus conteúdos econômicos, políticos e sobretudo sociais. O econômico aqui pensado a partir da propriedade fundiária e das construções imobiliárias que vão, ao longo do processo histórico de formação dessa parte da metrópole, se colocando no movimento de valorização e desvalorização dos fragmentos espaciais, e como pressupostos de processos de destituição das comunidades locais que habitavam ou ainda permanecem na Barra da Tijuca.

A centralidade é claramente uma forma com conteúdos diversos. Mas o que se evidencia na análise dessa pesquisa é que a mobilização da centralidade como forma urbana foi necessária para potencializar a expansão da Barra da Tijuca enquanto uma fronteira de expansão.

Ela foi mobilizada enquanto uma representação do espaço, e o Plano Piloto de 1969 já apontava nesta direção. Na constituição da metrópole do Rio de Janeiro e no processo de expansão para a Zona Oeste, a Barra da Tijuca ganhou um papel diferenciado ao longo dessa estruturação e o conteúdo econômico e político que eram vislumbrados nessa representação ainda são processos em marcha.

Importante realçar que o processo nunca foi homogêneo, pois não foi toda a Zona Oeste que recebeu os investimentos ou os planos de ordenação. Fica bastante evidente, ao analisarmos os momentos elencados durante a tese, que a fragmentação da propriedade fundiária acarreta uma hierarquização do espaço e, em certo sentido, uma homogeneização, considerando que a Barra foi pensada para desempenhar uma função específica. Mentalmente, no plano do que Lefebvre (2013) classifica como o concebido, o planejamento e o urbanismo aparecem enquanto possibilidades de transformação do espaço de uma Barra da Tijuca ainda com traços rurais e uma natureza que serve também como um álibi na criação do novo produto imobiliário já no início dos anos 70. É por meio desse mesmo mecanismo dos planos e do ordenamento urbano que se coloca o apagamento dos diferentes, o abafamento de todas as contradições da produção do espaço da metrópole.

De acordo com Simoni-Santos (2015), enquanto um dos dispositivos vinculado aos processos de acumulação do capital, o termo *fronteira* seria caracterizado como uma zona de contato, definido pela interpenetração entre aquilo que é externo e o que é interno ao processo. Segundo o autor, a discussão sobre as fronteiras nacionais ganhou outros conteúdos ao se colocar em destaque o caráter permanente da acumulação do capital, que se voltou, principalmente a partir do século XX, para os processos de produção do espaço na absorção do excedente social através da construção civil e do urbano. A fronteira geográfica abriria o espaço para novas fronteiras de acumulação, ao incorporar ao sistema capitalista aquilo que ainda não era plenamente capitalista, com processos e relações exógenos ao processo de acumulação. No entanto, em seus estudos, o autor deixa clara a distinção entre um movimento que produz os processos da expansão urbana, ou seja, da reprodução dos espaços metropolitanos, de um movimento de expansão da denominada fronteira externa:

[...] a fronteira de expansão capitalista que ganhou expressão em meados do século XX em território brasileiro é essencialmente urbana. Isso significa que não só o seu conteúdo é urbano, resultando de seu avanço um extenso processo de urbanização do território que novas porções territoriais foram inseridas recorrentemente nos circuitos de produção e realização da mais-valia. [...] O avanço da fronteira urbana no território brasileiro inseriu recorrentemente novos rincões territoriais no universo da circulação capitalista. Assim, uma espécie de reserva territorial foi utilizada na mesma medida em que a

urbanização fazia avançar a fronteira externa do capitalismo no Brasil (Simoni-Santos, 2015, p.24-25).

Para compreender a Barra da Tijuca enquanto uma fronteira de expansão contínua dos capitais ligados ao setor imobiliário na metrópole do Rio de Janeiro, a discussão da fronteira se coloca como essencial.

Smith (1996) estabelece uma análise entre o que foi considerado o mito da fronteira de expansão geográfica nos Estados Unidos na época do imperialismo e os conceitos e termos que foram transplantados para as cidades americanas no final da década de 90, designados como a nova fronteira urbana. Os termos, segundo o autor, possuem conotações ideológicas muito similares, uma vez que propagam uma pretensa neutralidade ao remeter-se à distinção social entre os colonizadores e os habitantes originários, e hoje, entre os moradores de áreas centrais degradadas e os “outros”.

Para o autor, ambos os processos e suas representações são importantes formadores da própria concepção da identidade americana. A definição do que constituía a fronteira externa, no período da “conquista” de territórios ainda não inseridos dentro do circuito capitalista de acumulação, era a presença dos denominados “selvagens”, que precisavam ser dominados e civilizados. Quanto ao momento mais recente, da “reconquista” das áreas centrais das cidades americanas no século XX, envolveria a produção, no imaginário coletivo norte-americano, de áreas dominadas por populações criminosas e violentas, novamente vistas como “selvagens”. As ações necessárias para que houvesse uma mudança nas cidades americanas por ele analisadas seria a destruição do velho para a sua “renovação” e, conseqüentemente, uma alteração na população que habitaria esses locais.

Desse modo, Smith (1996) problematiza o conceito da fronteira interna, que estaria relacionado ao movimento de vai e vem do capital, mostrando que áreas que foram, em um determinado momento, abandonadas pelo capital em termos de investimentos, pelo processo do desenvolvimento desigual na escala urbana, passam a receber novos investimentos públicos e privados, motivando o processo de gentrificação. Ou seja, trata-se da reinserção desses espaços que foram desvalorizados no processo geral de circulação do capital, em um novo momento, que requer uma destruição ou reorganização espacial praticamente completa para sua transformação e que acentua a diferenciação interna em espaços já desenvolvidos:

Hoje o elo entre a expansão econômica e a geográfica permanece, dando ao imaginário da fronteira sua potência, mas a forma dessa conexão é muito diferente. A expansão econômica hoje não ocorre mais puramente por meio da expansão geográfica absoluta, mas sim por uma diferenciação interna de espaços já desenvolvidos. [...] A produção do espaço em geral e a gentrificação em particular são exemplos desse tipo de desenvolvimento

desigual endêmico às sociedades capitalistas. Bem como uma fronteira real, a fronteira da gentrificação é avançada não tanto por meio das ações de pioneiros intrépidos, mas por meio das ações de proprietários coletivos do capital (Smith, 1996, Prefácio – tradução nossa)²¹.

O autor salienta, no entanto, que o processo da nova fronteira urbana atrelada a gentrificação não ocorreu de maneira igual em todas as partes do mundo, onde as especificidades históricas podem ou não ter conduzido a experiência dos fenômenos analisados de forma conjunta ou fragmentada, alertando que “a potência da imagem de fronteira depende da sutileza presente nessa combinação do econômico com o espacial” (Smith, 2007, p.17).

Refletindo sobre a fronteira como acumulação do capital no Brasil, que se localiza na periferia do sistema capitalista, Martins (1998) e Oliveira, (2013a) discutiram a necessidade permanente de o capital manter áreas ainda não plenamente inseridas dentro do sistema mais geral de acumulação, em uma espécie de hibridismo caracterizado por mecanismos de formas “modernas” e “atrasadas”, tanto na agricultura quanto na posterior consolidação das periferias nas grandes cidades brasileiras por meio da autoconstrução das habitações²². Ou seja, tal como em Smith, a fronteira não aparece, para esses autores, como o externo ao processo de acumulação, mas como parte constitutiva dele, que pode assumir formas híbridas em alguns momentos, e que se intensifica por meio da produção do espaço urbano.

Olhando para o processo de inserção da Barra da Tijuca ao movimento de expansão da fronteira da cidade do Rio de Janeiro ao longo dos anos, é possível perceber um imbricamento entre os momentos da expansão da fronteira de acumulação, frente a integração

²¹ “Today the link between economic and geographical expansion remains, giving the frontier imagery its potency, but the form of that connection is very different. Economic expansion today no longer takes place purely via absolute geographical expansion but rather involves internal differentiation of already developed spaces. [...] The production of space in general and gentrification in particular are examples of this kind of uneven development endemic to capitalist societies. Much like a real frontier, the gentrification frontier is advanced not so much through the actions of intrepid pioneers as through the actions of collective owners of capital”.

²² Na discussão dos mecanismos híbridos discutidos pelos autores mencionados na agricultura, foi fundamental que as relações se mantivessem separadas, com leis trabalhistas “atrasadas” no campo como próprio do dispositivo do processo de modernização brasileiro. Nesse aspecto, quando o latifúndio avança a fronteira, no território, se apropria de formas não propriamente capitalistas do trabalho excedente do camponês. Uma das formas é aquela na qual o trabalhador do campo produz na terra que é do proprietário, um cultivo e o que ele precisa para viver – subsistência. Não haveria um salário e dessa forma, essa força de trabalho seria gratuita para o proprietário fundiário – que acumularia um valor ainda maior por sua produção. Do mesmo modo, quando a frente pioneira vai abrindo os caminhos, deslocando populações, expulsando o camponês que já preparou a terra, ou seja, grilando e se apropriando dessa terra por meio da violência extraeconômica, incorpora gratuitamente o trabalho que foi colocado na terra, ou seja, uma das formas primitivas de acumulação do capital. A dinâmica da fronteira é incorporada como um dispositivo da dinâmica financeira no Brasil.

Na cidade, a autoconstrução entraria como um elemento do conjunto das coisas que representam a força de trabalho, ou seja, dos elementos necessários para a sobrevivência do trabalhador, sua habitação. Quando o próprio trabalhador usa suas horas livres para arcar com o custo que é o da sua própria remuneração, da sua força de trabalho, ele reduz o custo da sua própria reprodução social, fazendo cair os salários e gerando uma alta taxa de rentabilidade para o capital brasileiro.

mais profunda de novas porções do território e de populações aos processos mais dinâmicos da acumulação capitalista, com uma constante tentativa de destruição e apagamento de tudo o que ocupava esses mesmos espaços, de forma a “criar” um novo. Obviamente, esse processo não é linear e tampouco abarca toda a área que se pretendia englobar nos planos de ordenamento ou nas políticas públicas; há conflitos e resistências que muitas vezes se colocam como barreiras ao processo mais geral da expansão.

A pesquisa realizada por Simoni-Santos (2015), ao olhar para o movimento constitutivo da fronteira externa brasileira, argumenta que foi a inserção de áreas ainda não plenamente capitalistas ao processo produtivo que possibilitou a acumulação primitiva essencial para a própria consolidação da economia industrial e urbana brasileiras. E que a extensão desse processo hoje, principalmente a partir da segunda metade do século XX, se estabelece por meio de processos que se voltam para o urbano, que se estabelece por mecanismos de diferenciais geográficos da valorização e desvalorização também nas cidades brasileiras. Assim, alguns fragmentos urbanos são desvalorizados dentro da própria lógica do sistema capitalista, que busca áreas com melhor rentabilidade para seus ciclos de acumulação ampliada, como coloca o autor: “é a reprodução do espaço urbano metropolitano que explica a acumulação, fornecendo ao capital a fonte, o material e o meio a partir dos quais se elaboram as novas estratégias de acumulação” (Simoni-Santos, 2015, p.23).

[...] a fronteira de expansão capitalista que ganhou expressão em meados do século XX em território brasileiro é essencialmente urbana. Isso significa que não só o seu conteúdo é urbano, resultando de seu avanço um extenso processo de urbanização expandida do território, como é por meio mesmo da urbanização do território que novas porções territoriais foram inseridas recorrentemente nos circuitos de produção e realização da mais-valia (Ibidem, p.24).

Nessa perspectiva, é possível problematizar que atualmente no Brasil, a acumulação do capital está intrinsecamente relacionada à reprodução do espaço urbano, com participação ativa e essencial do Estado, fornecendo os meios geográficos necessários às novas estratégias de expansão do sistema capitalista.

Robira (2018), ao se debruçar sobre os conceitos da acumulação primitiva trabalhados por David Harvey (2014) e Rosa Luxemburgo (1985) – que procuraram superar a análise histórica apresentada por Marx (2017a) durante a passagem do sistema feudal para o capitalismo – estabeleceu que o movimento de desvalorização acaba por criar em seu interior metropolitano o que a autora denomina de “territórios-reserva”, enquanto uma chave interpretativa para o entendimento da própria reprodução ampliada do capital em suas dinâmicas de produção e reprodução do espaço metropolitano.

De acordo com apontamentos feitos por Robira (2018), haveria uma necessidade de preservar espaços que conteriam características não plenamente capitalistas dentro dos territórios centrais, enquanto fontes de reserva para serem utilizadas em momentos de crise do sistema capitalista, ou mesmo para seus novos ciclos de reprodução, denominados de “territórios adormecidos”, “territórios não metropolitanos”, ou de “territórios reserva”.

Os espaços ocupados por populações de trabalhadores com menor rendimento, como as favelas, as beiras de rios e córregos, as encostas dos morros, ou seja, espaços que não foram produzidos necessariamente dentro dos padrões urbanos de ordenamento ou planejamento das cidades, por exemplo, e cujas relações sociais não são totalmente mediadas pelo valor de troca, vistos pela autora enquanto territórios não capitalistas propriamente ditos, seriam os territórios-reserva analisados pela autora, também classificados de marginais, no sentido de serem espaços com pouco acesso a infraestrutura ou serviços providos pelo Estado:

[...] porque as suas particulares estruturas urbanas, sociais e econômicas, subprodutos do processo de acumulação territorial, invalida-os temporalmente para a própria acumulação e, não obstante, serão espaços a transformar nas sucessivas operações urbanísticas de ajuste do espaço urbano às necessidades do capital (Robira, p.10, 2018).

Seriam espaços não plenamente capitalista, híbridos, por guardarem em seu interior composições residuais espaciais do ciclo de acumulação anterior, oferecendo a desvalorização necessária para a reinserção em um novo momento de ajuste espacial, que também serviriam enquanto estoques territoriais para investimentos em ciclos futuros.

Internamente, esses espaços seriam utilizados para a continuidade dos circuitos de “acumulação molecular” do sistema capitalista ao serem mobilizados em reformas urbanas. Não obstante, os territórios-reserva analisados por Robira (2018) seriam parte constitutiva necessária à expansão do capital pelo espaço em seus momentos de crise, como problematizou Luxemburgo (1985), ou seja, o capital necessitaria buscar constantemente, para sua realização, territórios ainda não plenamente inseridos no modo capitalista de produção, em sua forma primitiva de acumulação. O movimento do argumento proposto por Robira (2018) acaba incorrendo nos mesmos preceitos propostos por Luxemburgo (1985), obviamente levando-se em consideração as especificidades analisadas por cada autora e seus próprios momentos históricos de problematização: Luxemburgo (1985), analisou processos relacionados as crises inerentes ao sistema capitalista em seu próprio ciclo de produção, que requereria uma constante busca por locais externos para consumo da sobreacumulação identificada por ela. O imperialismo seria o ponto chave desse processo, pois o capital poderia ser produtivamente consumido e empregado em locais ainda não plenamente inseridos no sistema. Já Robira (2018),

analisando mais recentemente como o capital demanda os espaços urbanos para sua constante reprodução no ambiente metropolitano, argumenta que fragmentos ainda não plenamente inseridos no sistema, ou inseridos em ciclos de acumulação pretéritos, seriam as chaves interpretativas que solucionariam os momentos de crise mais prementes do capital.

No movimento interpretativo utilizado pelas duas autoras, portanto, o capital precisa necessariamente de espaços externos para sua realização. Já Harvey (2014), argumenta que o capital pode também, por meio dos processos de acumulação por espoliação ou desposseção, destruir ou desvalorizar estruturas ou fragmentos espaciais já plenamente inseridas ao sistema para reinseri-los em um novo ciclo de acumulação.

Essa tese também é defendida por Simoni-Santos (2015), recolocando os territórios-reserva de Robira (2018), por meio de processos de desvalorização e da expansão de fronteiras urbanas, no ciclo de acumulação primitiva continuada do capital metropolitano.

Se até agora o espaço urbano foi tratado, pela carga histórica materializada em suas estruturas, como um depositário de capital obsoleto que deve ser destruído pelos sucessivos ciclos de acumulação, é hora de considerar a desvalorização, decorrente da obsolescência de certos espaços, em seus aspectos positivos para a acumulação, como um mecanismo de produção de uma “reserva territorial” de acumulação primitiva do espaço urbano. Isso trará repercussões tanto para o capital produtivo quanto para o especulativo (Simoni-Santos, 2008, p.44-45).

O autor, procurando estabelecer um entendimento da expansão do sistema capitalista pelo e no espaço brasileiro, em momentos de crise de sobreacumulação, através do que denomina como uma expansão da fronteira econômica, problematiza o conceito de “território-reserva” de Robira (2018), principalmente pós anos 90, quando a revalorização dos terrenos centrais das grandes metrópoles os colocam como novas formas de reprodução do capital em detrimento da expansão imobiliária para áreas periféricas, como o autor verifica ter sido o processo que marcou períodos anteriores da economia do país, principalmente no período entre as décadas de 50 a 80.

Esse novo processo, Simoni-Santos (2015) denomina de *fronteira interna*, cuja lógica de reprodução ampliada do capital se expande para áreas já plenamente inseridas dentro do ciclo do capital, mas que são desvalorizadas e recolocadas sob diferentes configurações no processo da acumulação de capital. Como salienta Simoni-Santos (2008, p.32), o capital não mais precisa de espaços externos ou mesmo híbridos dentro da composição do sistema, mas passam a operar em conflito com segmentos propriamente capitalistas, “numa expansão que pode se prolongar ao infinito, uma vez que consome a si mesma e não depende da disponibilização reiterada de porções não-capitalistas do território”.

Ainda para Simoni-Santos (2015), a destruição dos espaços já totalmente inseridos dentro do sistema capitalista seria o novo nesse processo, ou seja, não seria mais necessário manter “territórios-reserva” ou “adormecidos” com características não plenamente capitalistas ou mesmo espaços híbridos para a realização dos novos ciclos de valorização dos fragmentos espaciais. Eles ocorreriam pelos próprios mecanismos de destruição-renovação, tendo em vista os investimentos futuros e potenciais através do próprio movimento de diferenciação espacial, como também problematizava Smith (2007, p.17-18):

No que diz respeito à base espacial, a expansão econômica ocorre hoje não por meio da expansão geográfica absoluta, mas pela diferenciação interna do espaço geográfico. A produção atual do espaço ou do desenvolvimento geográfico é, portanto, um processo acentuadamente desigual. A gentrificação, a renovação urbana e o mais amplo e complexo processo de reestruturação urbana são todos parte da diferenciação do espaço geográfico na escala urbana; e, embora estes processos tenham sua origem em um período anterior à atual crise econômica mundial sua função hoje é reserva uma pequena parte do substrato geográfico para um futuro período de expansão.

Dentro dessas perspectivas, em um primeiro momento, a Barra da Tijuca poderia até ser pensada dentro das características apresentadas por Robira (2018), enquanto um território-reserva do capital da cidade do Rio de Janeiro, no ciclo de valorização do capital imobiliário. No entanto, acreditamos, por toda a pesquisa teórica e empírica realizada, que a Barra da Tijuca sempre se apresentou enquanto uma fronteira de expansão do capital, como colocado por Simoni-Santos (2015), na qual porções de terras foram “deixadas vazias”, mesmo quando necessária a violência empregada pelo Estado em processos de remoções, de forma a atingir a lucratividade almejada pelos proprietários fundiários que detêm o capital nessa parte da metrópole carioca. A expropriação, característica já apontada por Marx (2017a) enquanto intrínseca ao próprio modo de produção capitalista, permanece de forma cada vez mais radicalizada por meio da violência nos ciclos identificados pela pesquisa.

Nesse movimento, as obras de infraestrutura viárias, realizadas pelo Estado na Barra da Tijuca já começavam a valorizar o monopólio das terras privadas dessa região ao colocá-las em um circuito futuro de construção imobiliária; foi o momento em que a propriedade estava se transformando, entrando no circuito urbano de produção, identificada pela pesquisa como o primeiro momento da valorização, mobilizada pelo Plano Piloto de 1969 enquanto uma potencial zona de expansão do capital imobiliário, congregando áreas para futuro adensamento populacional, por meio de ações e investimentos estatais. Tal processo exigiu, no entanto, a pretensa produção de uma nova centralidade na metrópole carioca expressa, no plano, pela construção do Centro Metropolitano. A representação do espaço, mobilizada pelo plano e

ancorada na ação do Estado foi, a nosso ver, fundamental para inserir a Barra da Tijuca como nova fronteira urbana do capital, viabilizando a passagem de terra rural, com fragmentos de uso coletivo, para a propriedade privada urbana e a atração de investimentos.

A expansão da fronteira nesse primeiro momento se dá prioritariamente via abertura da ligação terrestre com a zona sul e central da cidade e a forma centralidade entra na argumentação do Plano Piloto nesse aspecto. Para se tornar uma fronteira de expansão do capital ligado ao setor imobiliário seria necessário mobilizar a atração dos capitais, e o anúncio da construção dos prédios públicos e das obras de infraestrutura e terrestres, como a abertura de avenidas e pontes, entram como elementos âncoras do Estado para a consolidação desse processo, mesmo que, naquele momento, não tenha se concretizado da forma como havia sido planejado. Mas a potência para um futuro adensamento já estava posta, a centralidade como uma necessidade para potencialidade da Barra da Tijuca se tornar uma fronteira.

Em um segundo momento, poderíamos pensar que a expansão da fronteira externa se concretiza parcialmente, com novos planos de zoneamento e adensamento de toda a Zona Oeste, particularmente do bairro da Barra da Tijuca, que alcança um primeiro movimento de valorização imobiliária ligada à construção dos condomínios residenciais e comerciais fechados, os denominados condomínios multifuncionais. Nesse ponto, os termos ideológicos relacionados ao centro da cidade selvagem, como colocado por Smith (1996), remetem à construção de um discurso que colocava a Barra da Tijuca como um local seguro para se morar, longe dos problemas de violência e altas taxa de criminalidade enfrentadas pelos moradores do Centro e da Zona Sul da cidade, que estavam mais próximos dos moradores dos morros cariocas, ainda que apresentasse muitos problemas relacionados à distância e à deficiência de transporte público.

Nesse segundo momento, pesa significativamente para a captação dos capitais privados das empresas de construção e imobiliárias na consolidação de algumas das construções, a força política que assumem alguns personagens da Barra da Tijuca, principalmente após a tentativa de emancipação dessa parte da cidade do restante do Rio de Janeiro, que acarreta, por sua vez, uma intensificação nos processos de remoção de diversas comunidades que habitam esse fragmento espacial da metrópole carioca. Planos Estratégicos são lançados colocando o Rio de Janeiro na “disputa” pelos investimentos internacionais. Nestes dois momentos fica muito evidente o papel do Estado e dos planos na representação do espaço, como elementos motores da produção da nova fronteira urbana.

No terceiro momento, poderíamos supor que o que se coloca é um movimento da fronteira externa imbricado com a interna, ou seja, da consolidação de prédios e obras que já

constavam na primeira publicação do Plano Piloto, mas também da destruição de espaços já plenamente inseridos dentro do circuito de valorização do capital em ocasiões anteriores a um novo ciclo de valorização. Nesse momento, são elementos essenciais a retomada da construção de uma nova centralidade na Barra da Tijuca que seria materializada pela construção do Centro Metropolitano, que carrega consigo os aportes de valorização necessárias para as construções e investimentos estatais em infraestrutura, com novas vias de ligação dessa parte da cidade ao restante da metrópole, agora, rumo a Zona Norte e Oeste.

A chave explicativa para esse momento foi a retomada das obras elencadas no Plano Piloto de 1969, como a efetiva construção de muitas das edificações anunciadas no plano, que colocam em um outro patamar o próprio movimento da valorização da propriedade fundiária, ancorada em processos rentistas-imobiliários. Não são mais espaços adormecidos, que aguardavam as valorizações, que já vinham ocorrendo nos outros momentos explicitados. A terra em si já foi valorizada; o que se coloca de novo nesse momento é a elevação da condição da reprodução com a necessidade de um capital construtivo, a incorporação e a mobilização de investimentos estatais que garantem a realização futura desses empreendimentos.

O retorno à construção do Centro Metropolitano enquanto possível centralidade, ilumina esse processo e potencializa a expansão da fronteira urbana do capital. Ela carrega potencial futuro de adensamento, de uma expectativa de valorização. A expansão da fronteira urbana requer que se mobilize a centralidade – nova ou já existente – enquanto possibilidade de valorização e o Centro Metropolitano pode ser entendido como uma âncora desse processo, sinalizando para a presença efetiva do Estado alimentando esse processo que se apresenta, sobretudo, como a construção de uma centralidade enquanto estratégia. Nesse sentido, podemos entender a Barra da Tijuca como uma fronteira de expansão do capital, especialmente o imobiliário.

É o poder público que realiza obras de infraestrutura viárias de ligação metropolitana da Zona Oeste com o restante da cidade, com a implementação dos BRTs (*Bus Rapid Transit*) e a nova linha de metrô. É o Estado quem realiza obras de alargamento de avenidas, construção de túneis e viadutos, ampliação do saneamento básico e desapropriação de trabalhadores que residem nas comunidades que, assentadas por esse mesmo Estado em outros momentos, agora precisam desocupar esses mesmos espaços para a valorização pretendida pelos capitais relacionados ao setor imobiliário.

O resultado, no terreno, é uma extraordinária *dualidade de espaços*: o que por sua vez **dá a impressão de uma dualidade de poder político: de um equilíbrio instável, de uma explosão rapidamente inevitável. Impressão enganosa, uma vez que as capacidades repressivas e integrativas do**

espaço dominante são atestadas com precisão. A dualidade continuará, e se uma reversão da situação não ocorrer, o espaço dominado se degradará. **“Dualidade” significa contradição e conflito.** O conflito se resolve produzindo diferenças imprevistas, ou é reabsorvido, caso em que deixa apenas as diferenças induzidas (as diferenças internas ao espaço dominante). A dualidade conflituosa, como estado transitório entre a oposição (diferenças induzidas) e a contradição-transcendência (diferença produzida), não pode durar para sempre, embora possa permanecer perto de uma "posição de equilíbrio" que alguma ideologia formula como situação ótima (Lefebvre, 2013, p.405-406 – tradução nossa, grifos nossos)²³.

Como alerta Lefebvre na passagem acima, os conflitos entre aquilo que se pretende homogêneo e o diferente são características muitas vezes entendidas enquanto duais, polos opostos, mas fazem parte constitutiva de um mesmo processo. A dominação do espaço, por meio dos aparatos estatais, por meio de leis, decretos, normativas ou até mesmo pela violência física e repressiva, se coloca enquanto uma tentativa constante de apagamento da diferença, daquilo que não está dentro das normas e padrões vigentes. Ao mesmo tempo, as diferenças podem também ser absorvidas, e muitas vezes o são, dentro do processo de homogeneização do espaço, o que tende a fragmentar ainda mais a vida cotidiana.

Os conflitos que advêm desse movimento entre o que resiste e o que provoca as modificações espaciais têm se aprofundado atualmente, principalmente com a criação de denominados novos centros ou novas centralidades. Esse processo provoca a desvalorização das áreas centrais, pois os investimentos serão canalizados para atender às novas demandas que o “surgimento” dessas “novas centralidades” implicam. Mas como demonstrado por Neil Smith (2007), essa desvalorização serve ao próprio ciclo do capital e é inerente a ele: o centro concentra muito investimento materializado e nunca deixa totalmente de ser interessante para o capital. O deslocamento dos capitais para a formação de novas centralidades ou para a reestruturação de centros tradicionais depende de políticas do Estado e das possibilidades efetivas de garantir, ao processo de acumulação dos capitais envolvidos, as taxas crescentes almeçadas.

A constante tentativa dos governos das cidades mundiais para sediarem megaeventos esportivos na atualidade, por exemplo, acarretam mudanças rápidas e bruscas no espaço urbano.

²³ “El resultado, sobre el terreno, es una extraordinaria dualidad de espacios: que da a su vez la impresión de una dualidad de poder político: de un equilibrio inestable, de una explosión rápidamente inevitable. Impresión engañosa ya que están precisamente atestiguadas las capacidades represivas e integradoras del espacio dominante. La dualidad continuará, y si no tiene lugar una inversión de la situación, el espacio dominado se degradará. “Dualidad” quiere decir contradicción y conflicto. El conflicto se resuelve produciendo diferencias imprevistas, o bien se reabsorbe, en cuyo caso no deja sino las diferencias inducidas (las diferencias internas al espacio dominante). La dualidad conflictiva, en tanto que estado transitorio entre la oposición (diferencias inducidas) y la contradicción-transcendencia (diferencia producida), no puede durar siempre, aunque pueda mantenerse cerca de una “posición de equilibrio” que alguna ideología formula como situación óptima”.

Esse modelo de política pública, ou de planejamento urbano pensado através dos chamados planos estratégicos, com suas bases voltadas ao mercado privado, tem sua origem nos grandes centros mundiais a partir da reestruturação do sistema capitalista nas décadas de 70 e 80, com raízes em modelos de planejamento norte-americanos de “empresariamento urbano” (Harvey, 2005), que visam a adoção de diretrizes e medidas empresariais para um ordenamento urbano planificador e fragmentado.

Essas políticas tendem a tratar a cidade como vantagens comparativas, transformando todas as frações urbanas em negócio, em uma analogia com uma grande empresa, apta a atrair e receber investimentos estrangeiros. O espaço urbano, nesse contexto, se torna cada vez mais uma mercadoria, que é fragmentado para atender aos interesses específicos das classes dominantes, principalmente através da elaboração e implantação de grandes projetos urbanos, que se pretendem homogeneizantes, com intervenções que visam a “recuperação” e “revitalização” de espaços que interessam ao sistema de valorização atual.

Na verdade, não se coloca à venda a cidade real, marcada por contradições, por profunda desigualdade socioespacial, mas elegem-se alguns de seus atributos como sendo a cidade em si, desprovendo-a de seu conteúdo histórico e social. Nesse sentido, o valor de troca se impõe sobre o uso e o valor de uso, e a constituição de novas centralidades aparece como necessidade nesse espaço configurado de acordo com os interesses da acumulação (Alvarez, 2012, p.78).

Dessa forma, a requalificação de áreas centrais em diversas cidades mundiais passa a ser pauta para uma nova reformulação produtiva do capital, principalmente por meio das parcerias público-privadas. No Rio de Janeiro, por exemplo, é possível problematizar que esse processo se tornou visível com as intensificadas tentativas, via Planos Estratégicos (Prefeitura, 2004, 2009, 2016), de colocar o projeto do Porto Maravilha em andamento, o que acabou sendo efetuado conjuntamente com o direcionamento de recursos na construção da pretendida nova centralidade na Barra da Tijuca.

Segundo reflexões de Lencioni (2017, p.53), a grande quantidade atual da produção dessas centralidades nas cidades capitalistas é explicitada muito mais pela necessidade do capital em se reproduzir via setor imobiliário do que de fato pelas “necessidades da cidade de desempenhar as funções de comércio e de serviços”. Conclui a autora que, “em suma, a multicentralidade não é um produto das funções urbanas, mas dos investimentos imobiliários”.

A criação de novas centralidades em um contexto atual, implicaria em processos de especialização metropolitana dos espaços, em uma hierarquização e tentativas de padronização espacial que carregam consigo uma divisão territorial técnica do trabalho em fragmentos específicos da metrópole, que acarretam a segregação como parte intrínseca ao próprio processo.

Nesse aspecto, se destacam o acesso diferencial de cada habitante no seu próprio local de moradia, bem como aos serviços a que tem ou não acesso, como discute Alvarez (2012, p.72): “abrindo novas fronteiras de valorização imobiliária, criando novas centralidades, redefinindo possibilidades de uso e apropriação e, finalmente, aprofundando a hierarquização e a segregação”. Igualmente, Alvarez (Ibidem), adverte para a necessidade de não se analisar todos os processos como se fossem idênticos, partes de um modelo fechado e estático, visto que a participação do Estado e das empresas privadas nesse movimento contém particularidades e devem ser pensadas por um viés que também contemple uma perspectiva histórica de cada localidade, cada vez mais atravessa por processos que se inscrevem no âmbito global.

Lefebvre (2013;2016) compreende a produção do espaço como um produto do processo de produção capitalista, como uma extensão necessária desse processo, principalmente durante os ciclos de crise intrínsecos ao capital. Os conflitos imanentes dessa nova expropriação pelo mercado, via Estado, os agentes privados e a sociedade são temas aprofundados pelo autor nessa discussão. A estruturação desse tipo específico de cidade tem como origem a cidade industrial e se intensifica através do planejamento modernista e da criação dos espaços funcionais, prevalecendo o consumo do espaço em contrapartida ao consumo no espaço.

Dessa forma, o autor estabelece que a produção do espaço passa a ser uma chave essencial para pensar a própria sobrevivência do capitalismo, decorrente da composição orgânica do capital. A produção e a reprodução do espaço, principalmente do urbano, se inscrevem como potencialidade, nos momentos cíclicos das crises inerentes ao sistema capitalista de produção, de aumentar a produção de mais-valia, por conter uma composição orgânica do capital baixa, ou seja, dentro do setor da construção civil incorpora-se mais trabalho vivo do que outros setores da economia produtiva, que pode ser uma contra tendência à queda da taxa de lucro.

A produção do espaço como mercadoria envolve produção de valor, de uso e de troca. A tendência que se coloca é que os agentes hegemônicos elevam essa produção, no sentido de garantir o processo de acumulação em sua concepção produtiva – circulação, produção de valor. No entanto, nesse mesmo processo, o uso não desaparece, porque tem uma necessidade intrínseca à própria mercadoria, visto que o valor de troca não se realiza se não houver valor de uso e conseqüente uso. Lefebvre (2013) adverte que o espaço como produto carrega em si valor, é uma contínua possibilidade de acumulação a partir de um valor já constituído. Ele pode agregar valor e, ao mesmo tempo, se consome nesse processo, carrega consigo a possibilidade de desvalorização.

Logo, para o autor, a compreensão da produção do espaço não se dá a partir da coesão, mas sim pela dialética, que produz e mantém os espaços – e as pessoas que dele se apropriam, em uma relação constante de conflito entre o uso dado aos espaços pela realização da vida versus a sua apropriação privada, presentes nas necessidades do capital. Nessa análise, Lefebvre (2016), determina os sujeitos envolvidos em constante relação de conflito: o Estado, com sua racionalidade, as empresas, principalmente aquelas ligadas ao ramo de produção do espaço, como imobiliárias e construtoras, e a sociedade.

As contradições do espaço não advêm de sua forma racional, tal como ela se revela na matemática. **Elas advêm do conteúdo prático e social e, especificamente, do conteúdo capitalista.** Como efeito, o espaço da sociedade capitalista pretende-se racional quando, na prática, é comercializado, despedaçado, vendido em parcelas. Assim, ele é simultaneamente global e pulverizado. **Ele parece lógico e é absurdamente recortado.** Essas contradições explodem no plano institucional. Nesse plano, percebe-se que a burguesia, classe dominante, dispõe de um duplo poder sobre o espaço; primeiro, pela propriedade privada do solo, que se generaliza por todo o espaço, com exceção dos direitos das coletividades e do Estado. Em segundo lugar, pela globalidade, a saber, o conhecimento, a estratégia, a ação do próprio Estado. **Existem conflitos inevitáveis entre esses dois aspectos, e notadamente entre o espaço abstrato (concebido ou conceitual, global e estratégico) e o espaço imediato percebido, vivido, despedaçado e vendido [...]** (Lefebvre, 2016, p.55 – grifos nossos).

Por essa perspectiva, os conflitos pelo espaço ganham contornos de uma luta de classe no urbano, pautadas e permeadas pela propriedade privada e pela mediação do Estado, que procuram racionalizar o espaço por meio de planos de ordenamento e de leis e diretrizes que visam a realização de uma homogeneização dos fragmentos espaciais selecionados para receberem investimentos e futuras construções. No âmbito do espaço concebido, a metrópole do Rio de Janeiro, por exemplo, é planejada para atender aos ditames dos capitais internacionais, às agências tais como o Banco Mundial e, durante a realização dos Jogos Olímpicos, ao Comitê Olímpico Internacional, que por sua vez, fragmentam os espaços de realização da vida da população trabalhadora habitante desses mesmos espaços, que devem lutar para que a realização plena da vida possa se realizar.

No caso específico da Barra da Tijuca, podemos problematizar que foram os ditames dos setores imobiliários e de serviços que procuram, há muito tempo, transformar a região em uma frente de expansão do capital ligado ao setor imobiliário, processo que se intensificou de forma temporalmente rápida em função da realização dos Jogos Olímpicos e da potência financeira representada por esse megaevento em todas as partes do mundo.

A pretendida centralidade enquanto estratégia, que foi almejada durante muitos anos para essa parte da metrópole carioca se consolidou nas construções efetivamente realizadas,

mas não na sua utilização, conforme os dados levantados pela pesquisa sobre a produção imobiliária. Ao mesmo tempo, a pesquisa realizada junto às comunidades estudadas, reforçou a análise de que, para a produção dessa pretendida centralidade, foram necessárias a intensificação de processos de destituição, que aprofundam as desigualdades socioespaciais, colocando em evidência a segregação socioespacial, uma vez que as remoções têm por objetivo proporcionar a valorização do espaço, por meio de projetos que buscam viabilizar um processo de reestruturação urbana, sob o alibi, o discurso, de que são projetos urbanos que visam a melhoria de vida dos habitantes de toda a metrópole carioca. A planificação do espaço, nesse sentido, serve a uma classe dominante, pela valorização da propriedade privada e pelo afastamento, via intervenções Estatais, do diferente, dos corpos que negam esse processo.

A Vila Autódromo, como uma morfologia que expressava o oposto a esse processo, uma vez que era lugar de uso, de práticas socioespaciais de uma população trabalhadora, representava um entrave, no plano físico, à valorização em curso e, no plano da representação do espaço, porque desviava do homogêneo, ainda que trouxesse em seu conteúdo a segregação socioespacial, as vivências, em parte compartilhadas, apontavam para a existência de uma identidade com o lugar, fruto de uma história de lutas. E, portanto, guardava a potência da reflexão e da ação em torno de uma utopia.

A intencionalidade do poder público, ao longo dos anos, aliada a interesses dos proprietários de terras da Barra da Tijuca em transformar a região em uma nova centralidade da metrópole do Rio de Janeiro, demandou processos de expulsão da população trabalhadora para garantir o seu potencial de valorização. Populações essas que foram, em muitos casos, assentadas por esse mesmo poder estatal na região em outros momentos, que requeriam a valorização de outras áreas da cidade.

A fragmentação dos espaços da vida, que relaciona a propriedade privada e a divisão social do trabalho, coloca em evidência um cotidiano limitado, organizado e desigual. Portanto, é necessário olhar para os processos constituidores da produção do espaço não somente enquanto parte de uma condição geral da produção capitalista, no âmbito econômico, da produção-circulação-troca, porque esse processo também incorpora o local da realização da vida, o plano do vivido, que é permeado pela forma mercadoria em todas as suas dimensões.

Uma lógica curiosa rege esse espaço que o vincula ilusoriamente à informatização. E isso esconde relacionamentos e conflitos "reais" sob sua homogeneidade. Além disso, parece que essa lei ou esquema do espaço, com sua lógica de homogeneidade-fragmentação-hierarquização, alcançou um escopo maior e uma espécie de generalidade, com efeitos análogos, no

conhecimento e na cultura, no funcionamento de toda a sociedade (Lefebvre, 2013, p.58 – tradução nossa)²⁴.

A tríade proposta por Lefebvre (2013) para a compreensão da estruturação das cidades capitalistas após os anos 70 se fundamenta na segregação como forma intrínseca da produção e reprodução das cidades, marcado por processos de homogeneização, fragmentação e hierarquização, ainda presentes na construção das cidades atuais, um processo que fica aparente em todas as suas contradições, nas diversas tentativas de construção da pretensa centralidade na Barra da Tijuca, na continuidade da produção de uma fronteira de expansão imobiliária na metrópole carioca.

Lencioni (2017, p.25 e p.37), exemplifica que Lefebvre utiliza a tríade – hierarquização, fragmentação e homogeneização – decorrente de estudos pautados na discussão de Karl Marx sobre o trabalho, que o autor prolonga para o entendimento do espaço produzido na sociedade capitalista. E discute que a homogeneização dos espaços nas grandes metrópoles mundiais é tão visível quanto a própria homogeneização das classes hegemônicas, que se assemelham em todas as partes do mundo, com seus signos e representações. No entanto, a autora observa que, ao passo que existe essa homogeneidade planetária, dentro de uma mesma cidade, existe um abismo entre classes sociais, concluindo que “A distância entre as classes sociais não é e nunca foi exclusivamente topográfica, ela é, sim, social” (Lencioni, 2017, p.25).

As diferenças fragmentam o homogêneo. O espaço parece logicamente e historicamente fragmentado porque é imanente a essa sociedade a fragmentação. Essa fragmentação se apresenta em tudo, incluindo-se aí e, como razão originária, a fragmentação do trabalho. Somente pela compreensão dessa profunda fragmentação, em todos os níveis e esferas dessa sociedade, que é possível compreender as contradições dessa sociedade (Lencioni, 2017, p.25-26).

Dessa forma, é possível compreender que, segundo reflexões de Lefebvre (2013), existe um processo de padronização do urbano num plano global, representado pelas estruturas iguais que seriam produzidas no espaço em todas as partes do mundo e que tenderiam a criar um consumo repetitivo do espaço, tais como grandes conjuntos habitacionais verticais, aeroportos, rodovias. Esse espaço que se pretende homogêneo é fragmentado em pedaços, ou seja, a separação de partes desse espaço maior por funções específicas, predeterminadas para o cotidiano das pessoas: o lugar para trabalhar, o lugar para o lazer, o lugar para o morar. Essa

²⁴ “Gobierna una curiosa lógica de este espacio que la anuda ilusoriamente a la informatización. Y que oculta bajo su homogeneidad las relaciones «reales» y los conflictos. Además, parece que esta ley o esquema del espacio con su lógica de homogeneidad-fragmentación-jerarquización haya logrado un alcance mayor y una especie de generalidad, con efectos análogos, en el saber y la cultura, en el funcionamiento de toda la sociedad”.

divisão do espaço auxilia no seu controle pelo Estado - ao passo que se pretende racional e quantificável -, e na sua melhor distribuição para as empresas e o mercado. Lefebvre (2013) chega, portanto, a uma contradição desse modelo de produção, pois, ao mesmo tempo que se pretende uma homogeneização e uma racionalização funcional do espaço, há uma hierarquização interna que, ao mesmo tempo e contraditoriamente, acaba por criar sua própria fragmentação.

A produção dos espaços, ao mesmo tempo homogêneos e fragmentados, só são possíveis através das forças e ações políticas que, racionalmente e quantitativamente, difundem o próprio ciclo de acumulação do capital no e pelo espaço. Os fragmentos do espaço acabam sendo hierarquizados por conta de suas funções preestabelecidas, determinando o lugar de cada um na cidade, delineando a segregação socioespacial e a dissolução das relações sociais, tendo a propriedade privada papel fundamental nesse processo. Nessa perspectiva, o valor de troca subjaz o uso também na reprodução da cidade, principalmente através da apropriação privada sobre uma construção social, trazendo à tona a discussão, já presente em Marx (1978), sobre a reestruturação das relações de produção, agora abarcando todos os momentos da vida.

A formação espacial da Barra da Tijuca, a sua gênese e a sua história, pressupõem o entendimento, ao longo dos três períodos identificados pela pesquisa, de onde a intensificação das alterações urbanas foi mais visível, levando-se em consideração não somente a realização efetiva das construções pretendidas, mas também a valorização da terra e sua transformação enquanto uma zona predominantemente rural para a propriedade urbana em seus desdobramentos. Assim, é fundamental buscar os conteúdos que formam a pretendida nova centralidade da Barra da Tijuca, o papel que ela exerceu na expansão da fronteira capitalista em seus ciclos de valorização, enquanto um conceito que é mobilizado nos discursos, nos planos e nas ações do poder público e das empresas privadas, notadamente dos poucos proprietários fundiários.

Necessário, portanto, entender a que *Barra da Tijuca* esse trabalho se refere.

1.2. A Barra da Tijuca

Para os fins que interessam a essa pesquisa, julgou-se necessário esclarecer que Barra da Tijuca compreende um conjunto de denominações político-territoriais, de gestão do espaço (zona de planejamento) e até de marketing – uma vez que a denominação *Barra da Tijuca* é por vezes utilizada em informativos imobiliários, comerciais ou até mesmo residenciais, em áreas

geográficas que se encontram para fora das delimitações territoriais oficiais, como estratégia de venda de imóveis e ou de comércios e serviços.

É possível apontar como hipótese para essa aparente discrepância entre o que é apresentado nos mapas, planos urbanos e zoneamentos oficiais como Barra da Tijuca e aquilo que é comumente denominado de Barra da Tijuca, como uma projeção de fronteira, ou seja, sua representação “oficial” versus sua apresentação “comercial”, o que coloca em evidência também as mobilizações dos planos urbanos como constitutivos de uma representação do espaço, mobilizando a especulação.

O movimento da expansão da fronteira urbana não está circunscrito a delimitações que são político-administrativas; o processo mostra que os embates, a luta pelo espaço, não abrangem igualmente toda a região administrativa, tampouco o que é denominado de área de planejamento de uma forma homogênea e temporalmente igual. O que o processo revela é que a zona de expansão da fronteira e da pretendida centralidade se localiza em termos mais específicos, o que coloca em evidência o processo como produção de uma hierarquização e a própria dissimulação das estratégias de classe no espaço, cuja realidade fica oculta ou é substituída por representações desse espaço, como alerta Lefebvre (2019, p.170):

O pensamento dos tecnocratas oscila entre a representação de um espaço vazio, quase geométrico, tão somente ocupado pelos conceitos, pelas lógicas e estratégias no nível racional mais elevado, e a representação de um espaço finalmente preenchido, ocupado pelos resultados dessas lógicas e estratégias. Eles não percebem, em primeiro lugar, que todo espaço é produto e, em seguida, que tal produto não resulta do pensamento conceitual, o qual não é, imediatamente, força produtiva. O espaço, considerado como produto, resulta de relações de produção assumidas por um grupo atuante.

A “ilusão urbanística”, para Lefebvre (2019), assume a função de reduzir a prática social ao quantitativo, à lógica e à racionalidade dos planos de ordenamento urbano que determinam as fronteiras geográficas de áreas por meio de zoneamentos, leis e separações que se estabelecem em um espaço abstrato, geométrico, vazio do ponto de vista social, onde são definidas as obras urbanas e as intervenções. Dessa forma, há um apagamento daqueles que viviam nesses espaços previamente, tanto no plano do discurso, como no próprio plano em si, da funcionalidade do modelo que norteia as proposições. A prática urbana não é reconhecida porque ela tem um potencial de insurreição, e, para Lefebvre (2001), é por meio do encontro com o diferente, da presença, da possibilidade de viver experiências cotidianamente e socialmente que se coloca a essência do que é o urbano. O urbanismo enquanto uma ciência parcelar que fraciona o espaço, posta com uma racionalidade, uma funcionalidade, um ordenamento que se estrutura e se projeta dentro e para o sistema capitalista, acaba

reproduzindo as relações de classe ao negar a congregação e as trocas sociais, que contém a possibilidade de uma transformação.

Nesse aspecto, pode-se dizer que, contraditoriamente, parcela-se o espaço para que, do ponto de vista da acumulação do capital, haja a captura e investimento dos recursos necessários para as remodelações pretendidas para esses espaços, aprofundando o próprio processo de fragmentação e hierarquização dentro das cidades, ao passo se que pretende criar uma homogeneização que caracterize, que crie de forma artificial, um diferencial entre esses espaços e outros da cidade.

A ação política redefine e cria fronteiras no espaço como desdobramento da propriedade, separando o vivido do concebido que sustenta a ação política. As fronteiras produzem os espaços de integração-desintegração no que se refere à produção imediata do valor, impondo uma hierarquia de fora para dentro: do centro da reprodução, no âmbito do mundial, sob a égide da valorização do capital, reproduzindo formas de segregação-integração. O espaço integrado serve de metonímia – atua por redução. Ele é a cara, o conteúdo e o sentido do discurso sobre a cidade. Os lugares dissimulam os conteúdos do processo de produção, bem como os conteúdos, os sentidos e as estratégias do capital, além das alianças e o modo como o processo de valorização se expande, tomando o espaço como centro do processo de valorização, e com isso, a realização da propriedade privada da riqueza social (Carlos, 2009, p.302).

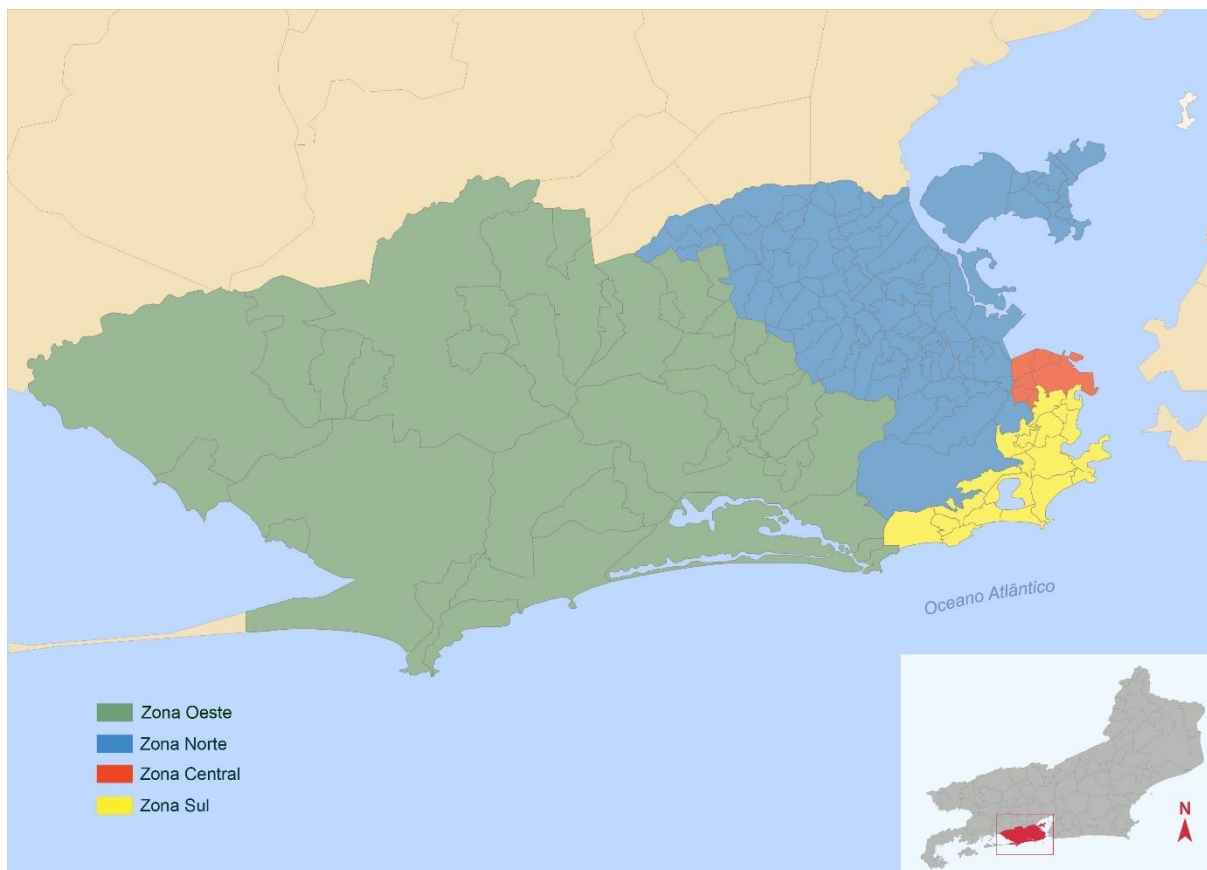
A criação imobiliária de um novo produto na Barra da Tijuca dos condomínios fechados multifuncionais, que foi iniciado nas décadas de 70 e 80 por meio de ações do Estado em parcerias com os poucos proprietários dessa área da metrópole, criou um diferencial para o mercado imobiliário em relação ao então vendido modelo dos apartamentos de luxo de Copacabana, Ipanema e Leblon, tendo por objetivo principal o adensamento da Barra. Mas que deveria ser realizado dentro de um perfil socioeconômico específico, destinado a um público comprador em particular: a classe média alta da sociedade carioca.

Do ponto de vista político-administrativo, o termo *Barra da Tijuca* refere-se a: um bairro (terceiro nível da subdivisão territorial metropolitana); uma Região Administrativa (segundo nível da subdivisão territorial metropolitana) que também pertence a uma Área de Planejamento, AP4 (primeiro nível da subdivisão territorial metropolitana), denominada de Baixada de Jacarepaguá. Todas essas divisões situam-se na Zona Oeste da cidade.

É possível depreender de uma análise visual superficial sobre a figura a seguir, a extensão da Zona Oeste, que representa quase dois terços do território total da cidade. Também

é possível observar que a cidade está dividida espacialmente em quatro áreas territoriais denominadas de: Zona Central, Zona Norte, Zona Sul e Zona Oeste²⁵.

Figura 2 – Macrozoneamento da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Produção nossa

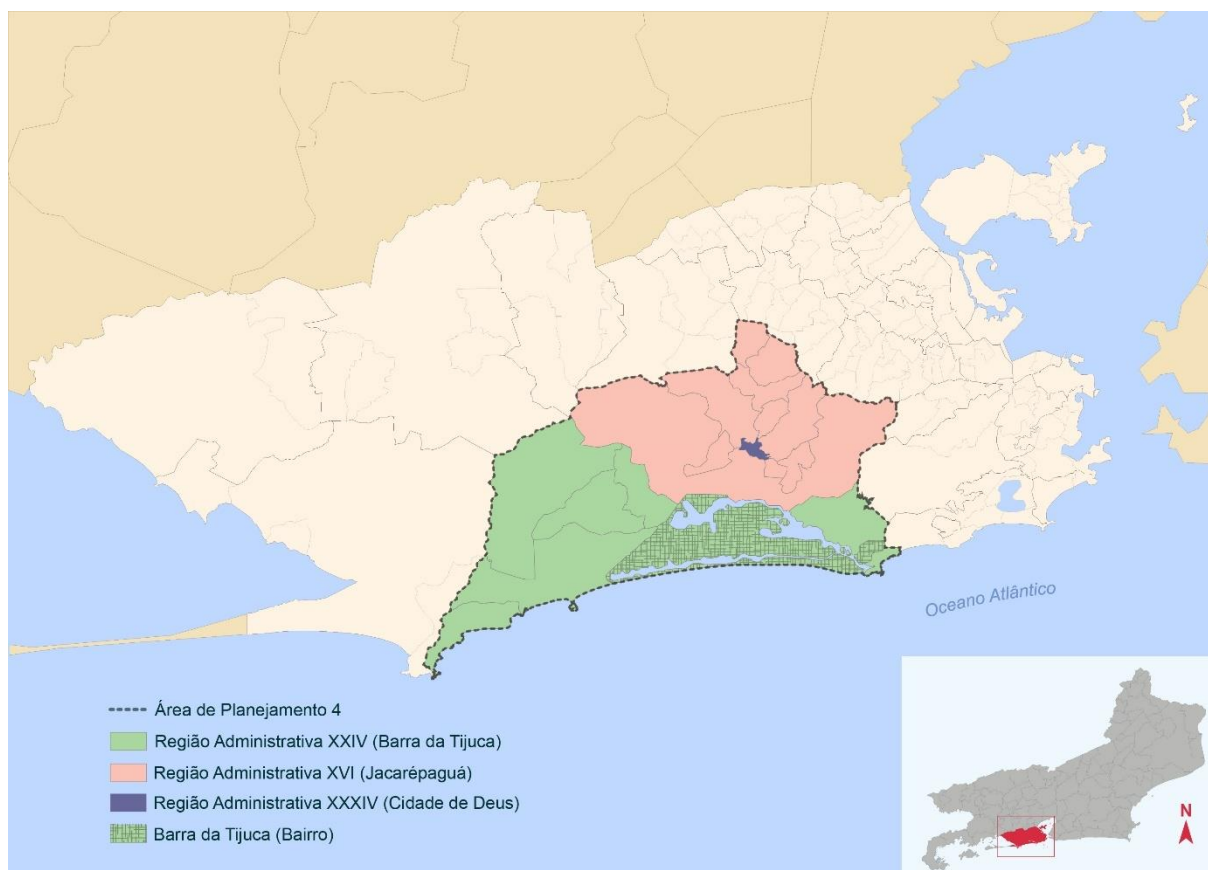
O Centro e a Zona Sul são os espaços mais antigos da cidade, ocupados desde a época da residência da família real portuguesa no Brasil, no período colonial. Hoje, o Centro ainda concentra o comércio e alguns serviços públicos, permeados por poucas áreas de habitação e a Zona Sul se destaca pelos bairros de alto padrão e pelos atrativos da indústria do turismo. Segundo dados do último censo populacional realizado na cidade (IBGE, 2010)²⁶, a zona mais densamente povoada da cidade é a Norte, com 10.185 hab/km², distribuídos em 260 km² de área. Na Zona Norte é possível encontrar grandes conjuntos habitacionais populares,

²⁵ O zoneamento do município foi publicado em 1976, através de decreto, especificando as macrozonas e seus desmembramentos por zonas específicas. A Barra da Tijuca configura como ZE 5, por exemplo. Decreto n. 322 de 3 de março de 1976. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1976/32/322/decreto-n-322-1976-aprova-o-regulamento-de-zoneamento-do-municipio-do-rio-de-janeiro>

²⁶ <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/rio-de-janeiro/panorama>

construídos junto às linhas férreas, principalmente durante o período da ditadura militar brasileira, sendo considerado o subúrbio²⁷ da cidade. Já a Zona Oeste é a área mais extensa, com cerca de 832 km² e a menor densidade demográfica, um total de 2.851 hab/km².

Figura 3 – Área de Planejamento – AP4 com suas Regiões Administrativas e delimitação morfológica do bairro Barra da Tijuca



Fonte: Produção nossa

Na figura acima, procurou-se ilustrar, através da base de dados disponível na Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, as divisões que compõem as Regiões Administrativas da área delimitada de macroplanejamento AP4, de forma a entender um pouco as especificidades dessas denominações geográficas, topográficas e terminológicas.

A Região Administrativa da Barra da Tijuca (RA XXIV) compreende atualmente oito bairros: Recreio dos Bandeirantes, Grumari, Vargem Grande, Vargem Pequena, Joá, Itanhangá,

²⁷ A categoria subúrbio é discutida, entre outros autores, por Fernandes (2011), que teve o intuito de problematizar como a expansão geográfica da cidade do Rio de Janeiro estava atrelada a conceitos mais ideológicos na definição daquilo que seria considerado periferia ou parte da área metropolitana da cidade. O autor mobiliza elementos ligados aos tipos de transporte que são planejados e executados para cada parte da cidade, e como o discurso ajuda a formar a atual divisão de zonas adotada pela cidade e suas áreas de valorização.

Camorim e Barra da Tijuca. Segundo dados da Prefeitura do Rio de Janeiro de 2010²⁸, a região possuía 16.597,10 ha, com população de 300.823 habitantes e 136.743 domicílios. Somente o bairro da Barra da Tijuca – com aproximadamente 29% da área total da Região Administrativa – congregava, nesse mesmo ano, 135.924 habitantes, cerca de 60% da população da RA, em 65.369 domicílios distribuídos em 4.815,06 ha de território computado, sendo por volta de 52,7% de litoral.

A Área de Planejamento 4 (AP4), Baixada de Jacarepaguá, engloba um total de 293.783.351,28 m² e inclui três regiões administrativas: a já mencionada RA XXIV Barra da Tijuca, a RA XVI Jacarepaguá com 126.606.496,88 m² e a XXXIV RA – Cidade de Deus com 1.205.773,57 m².

O que a pesquisa de campo revelou é que, por diversas vezes, a denominação de Barra da Tijuca acaba por englobar partes específicas de áreas compreendidas nessa divisão da AP4, ou seja, fragmentos espaciais de bairros como Cidade de Deus ou mesmo Rio das Pedras, localizados dentro da Região Administrativa de Jacarepaguá, e que concentram as maiores comunidades da região, entram por vezes na denominação Barra da Tijuca. Processo semelhante pode ser observado em bairros mais distantes da própria concentração dos investimentos urbanos atuais, como o é o caso por exemplo de empreendimentos que se localizam no bairro do Recreio dos Bandeirantes.

Uma reportagem do Jornal O Globo, de 2002²⁹ já apontava como o mercado imobiliário se beneficia das nomenclaturas dos bairros para lançar novos empreendimentos desde o final dos anos 70, como se fosse possível, de forma simbólica, “estender” o bairro para além das suas fronteiras de zoneamento, ao nomear os novos condomínios com nomes da zona sul, como “Novo Leblon”, “Nova Ipanema” e outros. Com o adensamento do bairro da Barra da Tijuca e aumento nas construções, como relata a reportagem, o mercado imobiliário estaria nomeando os novos condomínios em bairros como Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes como “Nova Barra”, por exemplo.

Julgou-se importante salientar, portanto, que existem as divisões político-administrativas oficiais, e que nem sempre são as vivenciadas fisicamente nos espaços por seus habitantes ou pelas construtoras e agentes imobiliários. Os fragmentos que foram analisados

²⁸ Acesso em março de 2018. Disponível em:

<http://pcrj.maps.aregis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=64a420b88f524ce1ba5ee3458bf85800>.

²⁹ “Para o mercado, a Barra da Tijuca nem pertence à zona oeste do Rio”. Acervo Digital Jornal O Globo, Morar bem, p. 2, 21 de julho de 2002. Acesso em maio de 2020. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=artigo&ordenacaoData=relevancia&allwords=Esticaram+o+bairro&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2000&anoSelecionado=2002>.

durante a pesquisa, encontram-se fisicamente inseridos, por vezes, em uma área geográfica oficial distinta da anunciada em planos, relatórios ou mesmo documentos oficiais.

Apenas como um exemplo, a área que hoje abriga o complexo do Centro Metropolitano é elencada como pertencente à Baixada de Jacarepaguá e hoje, pertence à região administrativa RA XVI Jacarepaguá, mas é anunciada em todos os veículos midiáticos, até mesmo no site das incorporadoras proprietárias dos terrenos, como localizado na *Barra da Tijuca*³⁰.

Já os moradores da Vila Autódromo, comunidade que foi parcialmente removida para a construção das adjacências do Parque Olímpico, relatam que tiveram os CEPs (Código de Endereçamento Postal) de suas contas de telefone, água e luz elétrica, por exemplo, alterados ao longo dos anos, como relata a atual moradora Maria da Penha Macena:

Nosso CEP mudou três vezes nesse período de remoções. Antes aqui era do bairro de Curicica; durante o período do anúncio dos Jogos Olímpicos e do processo mais intenso de remoção, o CEP mudou para Barra da Tijuca e hoje em dia, nós temos o CEP de Jacarepaguá.

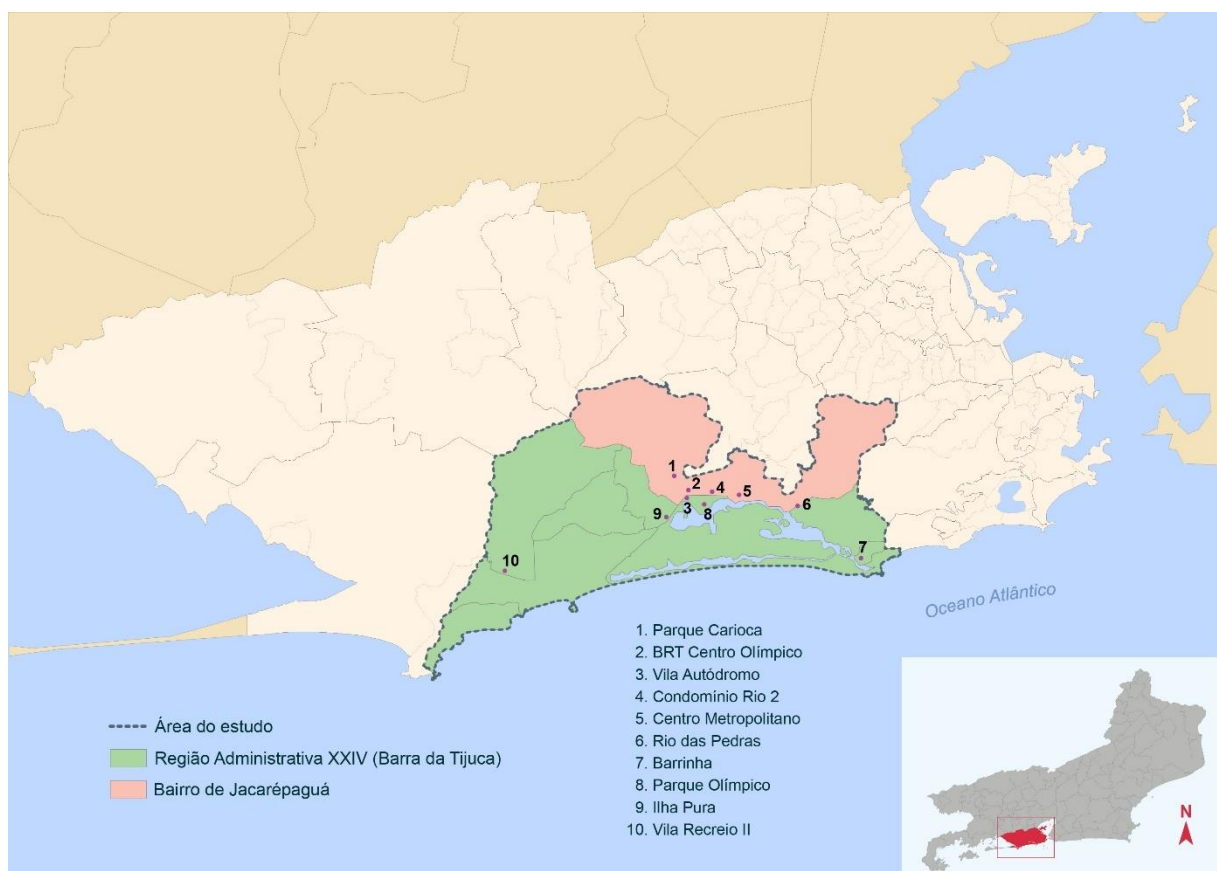
Fisicamente, a comunidade estaria situada em uma zona limítrofe entre os bairros de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, portanto, as mudanças de CEP, relatadas pela moradora, poderiam ser explicadas por essa relativa proximidade física, o que não poderia ser replicado, de outro modo, para a área que compreende o Centro Metropolitano, por exemplo, que se situa fora do perímetro do bairro da Barra da Tijuca e pertence oficialmente ao bairro de Jacarepaguá. Ambas, Vila Autódromo e Centro Metropolitano estão inseridas, no entanto, na área de planejamento da Baixada de Jacarepaguá AP4 e integram o conjunto de ações públicas e privadas que são elencadas muitas vezes nos planos de ordenamento urbano como simplesmente Barra da Tijuca.

Essas breves considerações têm o intuito de mostrar, a partir de dados oficiais, como os mapas que são utilizados nos planos de ordenamento urbano, por exemplo, acabam por ocultar, de maneira intencional, determinados processos e práticas socioespaciais, ou mesmos as próprias divisões territoriais concebidas pelo Estado que são, de certa forma, manipuladas nos discursos privados e públicos, procurando alavancar possibilidades de maior rentabilidade aos empreendimentos imobiliários.

³⁰ Todos os empreendimentos listados no site da Carvalho Hosken, por exemplo, que estão localizados no Centro Metropolitano, são anunciados como Barra da Tijuca, até mesmo no nome dos empreendimentos: Universe Empresarial Barra da Tijuca, Shopping Metropolitano Barra, Hotel Hilton Barra. Disponível em: <https://www.carvalhohosken.com.br/condominio/universe-empresarial/>

A partir das análises dos mapas oficiais, julgou-se fundamental fazer uma delimitação do que a pesquisa revelou como sendo a fronteira de expansão do capital associado ao setor imobiliário da Barra da Tijuca. Nesse sentido, a área estudada, no tracejado da figura do mapa abaixo, compreende a Região Administrativa da Barra da Tijuca e o Bairro de Jacarepaguá, onde as intervenções propostas no Plano Piloto foram pensadas e onde houve a concentração dos investimentos públicos e privados, ao longo dos anos, com destaque para os três momentos de valorização identificados pela pesquisa.

Figura 4 – Delimitação da fronteira de expansão do capital urbano – Barra da Tijuca



Fonte: Produção nossa

A maioria dos investimentos aconteceu, de maneira mais concentrada, junto às principais vias de ligação, como ao longo da Avenida das Américas nos dois primeiros momentos da valorização, apresentado de forma mais aprofundada no capítulo 2.1, e cujos processos foram intensificados ao longo do segundo e terceiro momentos identificados pela pesquisa, discutidos nos subcapítulos 2.2 e 2.3, com a construção efetiva dos grandes empreendimentos tais como o Ilha Pura, o Centro Metropolitano, o Parque Olímpico e, mais recentemente, em direção à Rio das Pedras com a Operação Urbana Consorciada.

São também os fragmentos espaciais com a maior concentração de terras entre os quatro proprietários fundiários, especialmente os terrenos pertencentes a empresa de construção Carvalho Hosken e, portanto, onde se realizou de fato a expansão do capital enquanto fronteira urbana e onde estão presentes os conflitos pelo espaço e as resistências aos processos de remoção da população trabalhadora e moradora das comunidades entrevistadas.

A grande concentração das terras nas mãos de poucos proprietários fundiários foi a base que sustentou a forma como o espaço foi sendo ocupado na Barra da Tijuca, ao longo dos seus momentos, através de um movimento pautado em ações políticas, econômicas e sociais que, historicamente, permitem uma compreensão de como a fronteira de expansão vai sendo delineada e mobilizada pelo capital em seus processos de valorização.

1.3. Um retorno à gênese: a história de formação da Barra da Tijuca

Cardoso, A., (1989) e Cosentino (2015) esclarecem em seus estudos que a formação histórica da região foi baseada, desde à época sesmarial, na distribuição de grandes parcelas de terras pelo Estado para poucos proprietários. Os autores alertam ainda para a grilagem dessas terras nos anos posteriores, fato que determinou a concentração fundiária da Barra da Tijuca nos anos 80, entre quatro proprietários privados: Pasquale Mauro, proprietário da instituição financeira Banco de Crédito Móvel (BCM); Carlos Fernando de Carvalho, proprietário da construtora Carvalho Hosken; Tjong Hiong Oei, proprietário da Empresa Saneadora Territorial Agrícola, (ESTA S.A.); e Múcio Athayde, proprietário do Grupo Desenvolvimento. Para Cardoso, A., (1989, p.163): “a questão da legitimidade do direito de propriedade na região é até os dias de hoje motivo de contestação judicial, sendo constantes as denúncias relativas à ‘grilagem’ de terras ou à ilegalidade de títulos de propriedade”.

É possível identificar que a ocupação da área hoje compreendida como a Região Administrativa da Barra da Tijuca remonta à 1594, com a doação das terras pelo então governador Salvador Correia de Sá aos seus dois filhos, Martim de Sá e Gonçalo Correia, conforme pesquisa histórica desenvolvida por Rudge (1983) e Pechman (1987). Segundo esses autores, as duas glebas foram destinadas às plantações de cana de açúcar e à construção de engenhos na região, que era então muita pantanosa e de difícil acesso. Para Pechman (1987), a estrutura fundiária de latifúndio dos engenhos se manterá sem modificações significativas até o início do século XX na região, quando surgem os imbróglis da divisão de terras.

Alguns autores, tais como Martins (1998;2015) e Holston (2010;2013) analisaram mais profundamente os mecanismos de formação da propriedade privada da terra no Brasil,

principalmente pautados pela Lei de Terras promulgada em 1850, que transfere a centralidade que assumia a mão de obra escravizada para a renda capitalizada, principalmente no que tange à potencialidade de crédito hipotecário.

O país inventou a fórmula simples da coerção laboral do homem livre: se a terra fosse livre, o trabalho tinha de ser escravo; se o trabalho fosse livre, a terra tinha de ser escrava. O cativo da terra é a matriz estrutural e histórica da sociedade que somos hoje (Martins, 2015, p. 10).

Martins (1998, p.675) salienta que a gênese dos imbrólios de terras brasileiras reside principalmente, no favorecimento político, no apadrinhamento de filhos e afilhados que, ao longo dos anos, puderam produzir e reproduzir a apropriação privada da terra, primordialmente pública, o que poderia esclarecer “o caráter posição da contratualidade das relações sociais em nossa sociedade e da própria modernidade. O contrato existe quando é do interesse de quem manda, de quem tem dinheiro e poder para invocar em seu favor as instituições jurídicas e judiciais”.

De acordo com Holston (2015), os ditos proprietários de terras na época das sesmarias podiam tirar vantagem das ambiguidades contidas nos incentivos ao cultivo das terras públicas, anexando grandes áreas às suas propriedades, que eram posteriormente legalizadas. Os invasores, como os classifica o autor, reivindicavam grandes glebas de terras e as demarcavam apenas com instrumentos agrícolas ou pequenas construções feitas nos terrenos. Como a legalização dessas terras começava pela sua usurpação, eles definiam a invasão de terra como uma maneira de obter os direitos legais de propriedade, seguindo “manobras jurídico-burocratas, as quais são elaboradas no sentido de manter os conflitos sob o controle das teias da burocracia até que uma solução extrajudicial, política e oportuna possa ser garantida” (Holston, 2010, p.10).

Pietro (2016), em sua pesquisa de doutorado, faz uma análise detalhada sobre o processo de grilagem de terras no Brasil, discutindo acerca do processo de grilagem, ou seja, da adulteração de documentos através da utilização de grilos para o envelhecimento de títulos de propriedade fabricados. “A ação desses insetos provoca o envelhecimento dos papéis e, dessa maneira, estes, transformados em documentos “legais”, são utilizados para “comprovar” a dominação da terra por meio de uma cadeia sucessória que teria sido consolidada ao longo da história” (Pietro, 2017, p.11). Para o autor, os grileiros de terras produziram, primeiramente, dentro do aparato estatal, leis e políticas fundiárias que favoreceriam “a legitimação da propriedade privada grilada” (Pietro, 2017, p.3), para então, no decorrer da cadeia hereditária dessas propriedades, agora privadas, recorrer a essas mesmas leis para anexar novas terras griladas às antigas, perpetuando, assim, um processo que, segundo o autor, é a base para o

entendimento da própria sociedade brasileira: “pode-se depreender que o processo de apropriação privada da terra pública é um fundamento da formação territorial brasileira do período colonial à contemporaneidade, da terra como domínio público (sesmarias) ao seu estabelecimento como propriedade privada” (Pietro 2017, p.2).

Para envolver a propriedade numa teia de transações legítimas, o invasor pode pagar os impostos da sua posse, vender uma de suas partes, doar uma fração a uma organização religiosa, pedir seu levantamento, usá-la como garantia em um empréstimo, deixá-la como herança, ou dá-la como dote. Seus herdeiros e sócios continuariam a honrar essas transações tomando o cuidado de pagar em dia os impostos e taxas. Mais importante ainda, eles deverão sem demora registrá-las nos livros da paróquia mais próxima, a qual em muitos lugares servia de cartório. Todos os papéis acumulados nessas transações - recibos, promissórias, procurações, levantamentos, acordos, contabilidade etc. - eram utilizados para provar que o Estado e a Igreja as haviam sancionado. É uma técnica, como vemos, que requer um conhecimento jurídico considerável. Sua utilização dissimula, no interior de uma teia de alegações legítimas, a usurpação e a fraude. O objetivo é sobrecarregar essa teia com relações sociais a tal ponto que, e mesmo com a passagem do tempo, seu desmantelamento se torna impossível, de maneira tal que a legitimação, por um decreto do executivo ou um ato do legislativo, se torna inevitável. Nesse tipo de complicação, a fraude encontra na lei seu cúmplice (Holston, 2010, p.15-16).

Segundo Alvarez (2017), a Lei de Hipotecas, promulgada pelo governo brasileiro em 1864, consolidou o caráter mercantil da terra, potencializando a formação de um mercado imobiliário e fictício.

Dessa forma, é possível estabelecer que o processo de apropriação privada da terra pública está na base da formação econômica brasileira, principalmente através dos monopólios da terra, como é possível depreender através dos processos históricos que deram origem a distribuição das terras da atual região da Barra da Tijuca nas mãos de apenas quatro indivíduos.

Através de estudos desenvolvidos por Pechman (1987) e Castro (1977), é possível entender um pouco da história inicial da distribuição das terras do que se hoje conhece por Barra da Tijuca. Segundo os autores, as sesmarias dos irmãos Sá abrangiam toda a várzea de Jacarepaguá, ocupando da Lagoa da Tijuca à leste até Guaratiba à oeste, e de Deodoro ao norte, até o oceano, ao sul. Após a morte dos dois irmãos, grande parte da propriedade foi vendida pela viúva de Gonçalo a Salvador Correia de Sá e Benavides, segundo Visconde de Asseca, um sobrinho, e uma outra parte pertencia à Victória de Sá, que vendeu uma das glebas, dando origem a dois engenhos: o do Camorim e o de Nossa Senhora dos Remédios. O Visconde de Asseca também desmembra suas terras em lotes que deram origem a outros quatro engenhos: de Fora, da Taquara, d'Água e da Serra. A partir desses desmembramentos, cada engenho terá

uma história particular e, como alerta Pechman (1987), é necessário levar em consideração que existem várias versões para as divisões de terras que se seguiram à essa época.

Uma dessas versões aponta que o primeiro imbróglgio da repartição da propriedade privada da região se estabeleceu após a morte de Victória de Sá, que teoricamente deixou em testamento suas terras ao Mosteiro de São Bento, que por sua vez as loteou e vendeu à Companhia Engenho Central de Jacarepaguá. No entanto, como apurado por Castro (1977), o Mosteiro não tinha efetivamente o título de propriedade das terras, nem o testamento original deixado por sua beneficiária. Esse particular não impediu, entretanto, que a Companhia Engenho Central vendesse as glebas para o Banco de Crédito Móvel S.A. em 1981. O Banco, mesmo tendo seus títulos contestados judicialmente, foi aos poucos loteando e vendendo as terras, expulsando a população agrária que vivia nesses locais, principalmente por meio de ações violentas e até mortes de posseiros, como aponta Pechman (1987). Esse mesmo autor discute como essas ações, classificadas como grilagem de terras, são a base para o entendimento de todas as vendas de terra que se seguiriam.

Conforme aponta Cosentino (2015, p.24):

[...] o Banco se apossou das áreas através de “compradores”, supostos “terceiros”, de fato, consórcios e títeres, tais como Joseph Wesley Finch, Empresa Saneadora Territorial Agrícola (ESTA S.A.), Cia Litorânea de Imóveis, Cia Recreio dos Bandeirantes Imobiliária S.A. e Desenvolvimento Engenharia Ltda, que também negociavam os terrenos, ignorando a decisão judicial. A ESTA, de propriedade de Tjong Hiong Oei – conhecido como o Chinês da Barra -, que se apoderou da maior parte dos terrenos na região, na impossibilidade de loteá-los ante a decisão do Agravo 130, adotou a estratégia de facilitar a aquisição de grandes áreas por empresas imobiliárias como Gomes de Almeida, Carvalho Hosken, Grupo Teruskin, João Fortes, Plarcon Engenharia, Brascan, entre outras.

Pechman (1987, p. II. 202) analisa diversas reportagens vinculadas entre os anos de 1978-79 no Jornal O Cruzeiro, sobre o imbróglgio de terras da Barra da Tijuca. Uma das reportagens de 1979 chama atenção pelo seu conteúdo, ao afirmar que diversos empreendimentos já construídos e que ainda existem, estariam na área que pertenceria aos herdeiros Sá, pois faziam parte das terras da antiga fazenda Vargem Grande e que “O Banco de Crédito Móvel, através de seus liquidantes, a ESTA S/A, a Cia. Litorânea de Imóveis (Múcio Ataíde), a Cia. Recreio dos Bandeirantes Imobiliária e a Desenvolvimento Engenharia continuam negociando os terrenos, contrariando decisão do tribunal”.

É, portanto, interessante notar que, apesar de todas as denúncias e ações judiciais sobre quem seriam os reais proprietários das terras da Barra da Tijuca, os loteamentos e construções dos condomínios fechados, os “novos produtos imobiliários”, já estavam em andamento nessa

parte da metrópole carioca e foram intensificados nos anos seguintes. Uma situação bastante significativa desse processo foi a concentração fundiária nas mãos de apenas quatro proprietários, já mencionados, o que ocasionou a repartição não só das terras, mas também dos empreendimentos e loteamentos que seriam gradualmente lançados nos anos seguintes.

Uma reportagem de 1981 publicada pelo do Jornal do Brasil, dedicou uma página completa para a divulgação dos quatro proprietários de terras da Barra da Tijuca à época. São apontados quem seriam esses quatro proprietários fundiários e algumas particularidades associadas aos litígios na compra e repartição das terras aos quais suas empresas ou propriedades estavam relacionadas. Por sua relevância, julgou-se importante para os pontos discutidos por esse trabalho, trazê-la na integralidade, e com destaques a trechos específicos.

Por exemplo, a figura do mapa da região da Barra da Tijuca, na parte superior da reportagem, procura demonstrar pelas legendas a distribuição das terras entre os proprietários. Essa visualização permite discernir com maior nitidez como de fato, toda a região estava dividida entre esses proprietários de terras, de forma até mesmo concentrada. É possível perceber, por exemplo, que a maior parte das terras do Recreio dos Bandeirantes eram de propriedade de Pasquale Mauro, do BCM e que grande parte da região denominada de baixada de Jacarepaguá, onde localiza-se a Vila Autódromo e grande parte dos empreendimentos construídos para os Jogos Olímpicos, são da empresa Carvalho Hosken, de propriedade de Carlos Carvalho.

Quem melhor resume as lutas pelo domínio da Barra é o Sr. Avelino da Cunha Mendes que, há 40 anos, no 9º Ofício de Registro de Imóveis, acompanha as escrituras. “Isso vem desde as Ordenações. Basicamente as terras chegaram aos atuais ocupantes por duas linhas: as do Mosteiro de São Bento e as do Visconde de Asseca. A partir de 1881 surge como maior dono das terras na Barra do Banco de Crédito Móvel, que já nasceu em liquidação e neste processo se encontra há um século, vendendo glebas para muitas das atuais empresas e incorporadores que atuam naquela região. Seu último dono conhecido foi o Sr. Olofernes de Castro. Hoje os maiores proprietários da Barra são a Esta, a Carvalho Hosken, o grupo Desenvolvimento e Pasquale Mauro (Jornal do Brasil, 1981, p.30).

A reportagem também discute o imbróglio judicial quanto aos títulos de propriedade das terras, destacando que houve de fato uma decisão favorável à empresa Carvalho Hosken, por exemplo, em 1974, “atingindo posse e domínio sobre a totalidade da área da Barra”. No entanto, existiu também nessa mesma decisão judicial, uma transferência de decisão para o Supremo Tribunal Federal em 1975, que permaneceria sem resolução. Ainda segundo dados extraídos da reportagem, para o “Desembargador Pontes de Miranda [...] trata-se do mais notável grilo que até hoje se fez e pretende continuar-se, no Distrito Federal”.

Mesmo entre esses quatro ditos proprietários de toda a região da Barra da Tijuca, existem controvérsias quanto a quem seria o maior detentor de terras:

Calos Fernando de Carvalho, dono da Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções, diz que tem 12 milhões de metros quadrados; mas João Mauro, filho de Pasquale Mauro, liquidante do Banco de Crédito Móvel, gerente dos negócios da família, insiste em que sua área vai a 13 milhões de metros quadrados – apesar de funcionários de uma de suas empresas, a Pasquale Mauro Mineração, estimarem em 7 milhões de m² a área que lhes resta. Depois vem as propriedades de Tjong Hiong Oei, dono da Esta, estimadas em 3 milhões de metros quadrados. E as de Múcio Athayde, do grupo Desenvolvimento, que diz ter 1,5 milhão de metros quadrados (Jornal do Brasil, 1981, p.30).

Ao detalhar as trajetórias pessoais de cada um dos quatro proprietários, nessa mesma reportagem, Carlos Carvalho declara sobre sua percepção da região àquela época: “Felizmente nossas autoridades já estão convencidas de que a Barra é o maior e mais importante processo de desenvolvimento urbano que existe no mundo. [...]” E prossegue, afirmando que “a Barra será o pólo de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, tornando-se, inclusive, atração turística internacional. [...]” (Ibidem). Já segundo Múcio Athayde:

Houve um marco decisivo para o desenvolvimento da Barra. Foi uma reportagem de José Fontes publicada pelo JORNAL DO BRASIL. Graças ao interesse que despertou, o carioca descobriu que o Rio caminhava para lá; e as autoridades decidiram abrir os túneis para ligá-la à Zona Sul e ao Centro, e ao contratar o urbanista capaz de planejar a região, que nos lugares mais ermos começava a ser infestada pelas favelas. Foi então contratado o professor Lúcio Costa, pelo Governador Negão de Lima, e ele deu uma parada em tudo, até colocar a casa em ordem (Ibidem).

Importa destacar que, na afirmação de um dos proprietários de terras da Barra da Tijuca, o Plano Piloto seria o grande marco para que a região pudesse ser planejada a fim de evitar as populações de trabalhadores, ao mesmo tempo que reafirmaria o papel fundamental desempenhado pelo Estado para a sua execução. Tratava-se, portanto, de uma estratégia de classe.

Salienta-se o papel prioritário desempenhado pelos poucos proprietários fundiários e pelas grandes construtoras imobiliárias na região da Barra da Tijuca desde o princípio de sua formação urbana, que criaram uma demanda específica para valorização da terra, com construção dos edifícios destinados a produção de uma seletividade socioespacial, cuja consolidação só foi possível por meio das obras de infraestrutura praticadas pelo Estado e pelos processos contínuos e cada vez mais intensificados de expropriações.

Oliveira, (1978), ao procurar entender a lógica da especulação imobiliária a partir da metrópole de São Paulo, salienta que a valorização da terra se dá, sobretudo, pelo investimento público em melhorias que possibilitam uma ampliação da renda fundiária e sua apropriação privada, que podem ser localizadas em três momentos: venda de partes estratégicas de uma gleba loteada, por exemplo, sempre colocando primeiro à venda as áreas mais afastadas ou pior localizadas, aumentando o valor das vendas com a procura pelos lotes “melhores”; reserva de áreas para comercialização futura à comerciantes e, por fim, formando comissões de moradores com intuito de cobrar do poder público melhorias ao redor do loteamento, como instalação de rede elétrica, asfalto, linhas de transporte público. Tendo alcançado esses investimentos, são vendidos por fim os lotes que estavam à espera da valorização, “permitindo dessa vez, aumentar a renda diferencial e, conseqüentemente, aumentar a renda fundiária auferida pelo proprietário do solo” (Oliveira, 1978, p. 78).

Assim, para melhor compreendermos a lógica da especulação imobiliária, devemos verificar que esta pode estar ligada ou à produção ou ao consumo. No primeiro caso, a renda diferencial refere-se à diferença de custos de produção entre os investimentos de capitais em situações diferentes, ou seja, quando a localização dificultada pelos acessos, principalmente ao mercado, permite uma circulação mais lenta do capital, tornando assim o lucro das operações menores. Caso inverso ocorre quando o investimento é feito em uma área bem situada, ou seja, haverá nesse caso uma maior rapidez na circulação do capital, havendo, pois, um lucro extraordinário sobre o lucro médio. Este fato faz com que o aluguel em uma ou outra área seja diferente, quando parte da mais-valia apropriada, sob forma de lucro extraordinário, é transferida para os proprietários sob a forma de renda da terra (Oliveira, 1978, p. 81).

Nesse caso, percebe-se que as áreas da Barra da Tijuca que foram alcançadas inicialmente pelas vias de acesso construídas pelo Estado, desde o primeiro momento da valorização e da constituição da fronteira urbana, eram as mais bem localizadas para receberem os investimentos privados, como a construção dos primeiros empreendimentos imobiliários pela Carvalho Hosken no início da Barra nos anos 80 revelam, e que será apontado no subcapítulo 1.4. Esse movimento perdurou enquanto estratégia de concepção e realização de um espaço fragmentado até os dias atuais, com a mediação do Estado.

Conforme aponta Simoni-Santos (2018, p.206-207), a renda diferencial seria um processo cuja construção se basearia em dois pilares principais, que confeririam uma rentabilidade superior à fração dos capitais privados relacionados ao setor imobiliário: a localização de um terreno e as condições excepcionais de produção. Para o autor, ao dialogar com a teoria desenvolvida por Lefèvre (1982), na construção civil, o valor do terreno integra parte do capital constante no processo produtivo, entrando como custo repassado no preço final da mercadoria vendida, do imóvel construído. E prossegue sua análise, ao afirmar que:

Contudo, a construção de edifícios com diversos pavimentos reproduz verticalmente, em parte, a metragem original monopolizável, multiplicando por pavimento construído parte do direito à renda que a propriedade da extensão originária conferia ao seu detentor. Isso sugere que, além dos resultados imediatos do trabalho particular realizado num determinado empreendimento deste tipo, o proprietário – a incorporadora, o contratante ou mesmo a construtora - se apropria de uma massa de mais-valia superior àquela exclusiva do processo de trabalho incorporado ao terreno. Desse ponto de vista, sem sair do campo dos interesses da acumulação, nem tudo o que resulta do processo de trabalho pode ser identificado à mais-valia produzida direta e tão-somente pelo trabalho particular realizado num determinado empreendimento produtivo. [...] o monopólio de condições específicas definidas pela localização do terreno constituiria o fundamento de uma rentabilidade superior do capital variável ligada à maior produtividade da força de trabalho verificada nos termos da valorização. Esse elemento adicional que confere a possibilidade de obtenção de lucros extraordinários para empreendimentos particulares que desfrutam de condições excepcionais de produção está no campo do que seria a chamada renda diferencial (Simoni-Santos, 2017, p. 206-207).

No caso específico da Barra da Tijuca, em muitos dos empreendimentos, o proprietário do terreno também realiza a construção ou o loteamento e posterior edificação de casas ou dos prédios, ou seja, esse custo inicial do terreno inexistente – mas ele é computado no custo de produção – e é possível vender o produto imobiliário com um lucro maior do que em empreendimentos cujos proprietários não são os construtores ou as incorporadoras.

Sendo os terrenos propriedades das incorporadoras ou construtoras que os adquiriu de maneira duvidosa, como apontam grande parte dos estudos sobre as terras da Barra da Tijuca, e a grande maioria dos empreendimentos serem verticais, os lucros advindos das construções realizadas são muito superiores aos lucros médios, logo, representam os lucros extraordinários. O processo de acumulação tende a ser mais intensivo, uma vez que esses proprietários controlam as etapas de valorização porque controlam a propriedade e a construção, e a fronteira de expansão é, nesse sentido, uma fronteira do capital imobiliário-rentista.

A centralização da terra na mão de poucos proprietários e sua utilização como bem privado para a própria expansão do capital gera, de forma dialética, a luta pelo espaço. O Plano

Piloto de Lúcio Costa, por exemplo, exaltava as belezas naturais da região e as grandes construções que privilegiariam a população que pudesse pagar por elas, mesmo já havendo na região assentamentos populacionais adensados.

Dessa forma, os projetos de ordenação urbana presentes no Plano Piloto se apresentaram não somente como uma maneira de ordenar o espaço da Baixada de Jacarepaguá, uma área com características até então turísticas e recreativas para grande parte da população carioca. Seu objetivo era mais amplo e se referia principalmente a própria estruturação da Cidade-Estado, na criação do “Rio do Futuro”, que conteria as naturezas “agrestes e selvagens”³¹, ao mesmo tempo que se estabeleceria como um local ordenado, disciplinado, racional, de forma a unir as unidades perdidas com a expansão da cidade nos eixos sul – a centralidade do centro histórico da cidade e a expansão residencial da elite para a Zona Sul – e no eixo norte, a partir das ferrovias, a zona industrial da cidade com formação dos conjuntos habitacionais populares construídos pelo Estado.

A Barra da Tijuca, e o Centro Metropolitano, significariam a junção desses eixos sul-norte agora interligados ao eixo leste-oeste, ocupando a cidade de maneira ordenada e que realizaria, “por fim, a conciliação com suas origens, articulando natureza e civilização, planejamento racional e humanização” (Cardoso, A., 1989, p.160). Seria assim criado o livre acesso à Baixada de Jacarepaguá, na visão de Lúcio Costa, que se articularia às vias de circulação já existentes e significaria a ligação urbana almejada para a futura metrópole, constituindo, portanto, o primeiro processo de valorização e abertura da fronteira urbana, identificados por essa pesquisa, que necessitou da elaboração do plano e de seus desdobramentos.

Nesse processo, se destacava a concentração da propriedade fundiárias com apenas quatro grande famílias, agentes privados, cujas atuações políticas e econômicas foram se consolidando ao longo dos anos, em arranjos e costuras de leis, decretos, planos de urbanização, doações de campanha à partidos políticos, parcerias público-privadas, enfim, em complexos mecanismos que misturam costuras institucionais e favorecimentos ou atuações políticas, cujo único objetivo era aumentar exponencialmente a propriedade de seus ativos reais ou potenciais.

Dentre essas famílias, um agente privado se destacou ao longo da pesquisa para a consolidação da Barra da Tijuca na fronteira do capital do setor imobiliário, cuja influência e atuação, com maior prevalência após a publicação do Plano Piloto, afetaram sobremaneira a

³¹ Termos amplamente utilizados na publicação de Corrêa, 1936.

vida da população trabalhadora habitante da Barra da Tijuca até os dias atuais. Julgou-se fundamental, desse modo, apresentar brevemente esse agente e suas articulações e estratégias, no intuito de compreender os fundamentos do movimento que compõe a constituição da fronteira urbana na Barra da Tijuca e sua consequência na destituição do vivido.

1.4. O assim denominado “dono” da Baixada de Jacarepaguá

Conforme Faulhaber e Siqueira (2019, p.589), a complexidade da constituição da produção do espaço urbano carioca requer, para um entendimento mais aprofundado, uma análise que coloque em perspectiva o seleto grupo de empresas do ramo de construção civil e imobiliário, que, enquanto um grupo econômico, congregaria estratégias empresariais administrativas, de investimentos e fundiárias e, sobretudo, arranjos institucionais com o Estado, por meio principalmente de “acesso privilegiado a fundos públicos, incentivos e isenções fiscais”, que colocariam essas empresas em uma posição de dominação e centralização dos capitais relacionados ao setor imobiliário.

Nesse sentido, para os autores, a compreensão das relações históricas e geográficas dessas empresas, em relação a sua acumulação e ao poder de decisão que exercem sob o Estado nas implementações dos planos de ordenamento urbano, em mudanças de leis e diretrizes de financiamento, taxas, impostos, potencialidades construtivas e demais mecanismos jurídicos e institucionais que propiciam um aumento não só nas construções, mas na potencialidade dos ganhos de capital, se coloca enquanto necessária para um entendimento da produção do espaço, especialmente da metrópole do Rio de Janeiro.

Os autores pontuam, por exemplo, como as diversas políticas de fortalecimento do mercado nacional empreendidas nos treze anos de governo (2003-2016) dos presidentes Lula e Dilma, do Partido dos Trabalhadores (PT), tais como “valorização do salário mínimo e a ampliação do crédito ao consumo” (Faulhaber e Siqueira, 2019, p.590), bem como os programas voltados para o desenvolvimento de habitações populares, como o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), que financiava a compra de terrenos e construção de habitações; e o Programa de Aceleração do crescimento (PAC), que incentivou obras de infraestrutura nas cidades – especialmente em relação aos megaeventos sediados no país em 2014 e 2016. Ambos influenciaram para o aumento nos projetos de construção que foram, em sua maioria, realizados pelas mesmas empresas construtoras, fortalecendo a centralização e o poder de ação desses grupos econômicos. No caso da cidade do Rio de Janeiro, especificamente, alguns projetos

elencados pelos autores se colocaram fundamentais para a perpetuação desse processo de centralização, tais como:

No primeiro ano da gestão de Paes, a prefeitura criou o Programa Municipal de PPPs, denominado PROPAR-RIO e a Agência Rio-Negócios (Decreto Municipal 31.182/2009), inspirada na agência inglesa *Think London* e na colombiana *Invest Bogotá*, para atrair o potencial investidor e auxiliá-lo na compreensão de leis de incentivo vigentes no município, além de aproximar o empresariado aos dirigentes políticos e à imprensa local (Faulhaber e Siqueira, 2019, p.592-593).

A consolidação de relações políticas com os interesses fundiários das quatro famílias detentoras das terras da Barra da Tijuca parece ser consenso entre os pesquisadores que se debruçaram um pouco sobre esse tema (Cosentino, 2015; Teixeira, 2018; Faulhaber e Siqueira, 2019). Dentre essas famílias, a Carvalho Hosken ganha destaque estratégico, por deter grande parte das terras da Baixada de Jacarepaguá, local escolhido pelo poder público para receber as grandes obras de infraestrutura na preparação e realização dos Jogos Olímpicos em 2016. Dois equipamentos dos jogos, o Parque Olímpico e a Vila dos Atletas, por exemplo, foram realizados com participação direta dessa empresa, por meio de parcerias público-privadas.

A própria captação do megaevento teve participação ativa da construtora, no planejamento dos projetos urbanos e dos equipamentos para os Jogos e com garantias para as construções, tendo o proprietário e presidente, Carlos Fernando Carvalho, integrado inclusive a delegação brasileira que viajou à cidade de Copenhague em 2009, quando do anúncio do Rio de Janeiro como futura sede dos Jogos Olímpicos:

O prefeito do Rio, Eduardo Paes, enalteceu em seu discurso o empresário Carlos Carvalho, que recebeu a homenagem de empresa do ano, exemplificando que ele sempre foi um modelo de empreendedor, pela preocupação com a cidade e a qualidade daquilo que se fazia, principalmente, na região da Barra da Tijuca. "Em 2009, o Dr. Carlos Carvalho nos acompanhou na missão a Copenhague e deu as garantias necessárias naquilo que é mais importante em uma Olimpíada, além da segurança, que é a construção da Vila dos atletas e alguns meses depois já iniciou as obras sem qualquer garantia de financiamento ou incentivo governamental. Esse é o reconhecimento desses 450 anos do Rio de Janeiro, que comemoramos, no ano que vem a gratidão, respeito e agradecimento profundo de todos os cariocas, pois se conseguimos hoje, viver uma história diferente, devemos ao senhor"³².

As ligações políticas da Carvalho Hosken são anteriores ao megaevento olímpico em si. Na campanha para a prefeitura da cidade, no ano de 2012, por exemplo, foi possível apurar,

³² “Destaque ADEMI homenageia os 450 anos do Rio de Janeiro”. ADEMI Associação de dirigentes de empresas do mercado imobiliário, Rio de Janeiro, 08 de dezembro de 2014. Disponível em: https://www.ademi.org.br/article.php3?id_article=60238. Acesso janeiro de 2020.

junto a dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que a incorporadora Carvalho Hosken doou R\$ 150 mil para o então candidato e futuro prefeito Eduardo Paes³³. Esse valor é ainda maior se consideramos que o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, atual MDB), na época o partido de Eduardo Paes, recebeu uma doação dessa mesma empresa no valor de R\$ 350 mil. Para os comitês, no total, foram R\$ 650 mil, sendo R\$ 100 mil para o Comitê Financeiro para Prefeito, do Partido Verde (PV), R\$ 500 mil para o Comitê Financeiro Único do PMDB e R\$ 50 mil para o Comitê Financeiro para Vereador do Partido Social Cristão (PSC). No total, a Carvalho Hosken doou para a campanha de 2012, R\$ 1.750.000,00.

A constituição da Carvalho Hosken S.A. que, segundo informações publicadas no site da própria companhia³⁴, é uma empresa do ramo de engenharia e construção, privada e familiar, com capital fechado e sede na cidade do Rio de Janeiro, remonta aos anos de 1951³⁵. Tendo primeiramente realizado obras na construção na cidade de Brasília³⁶ junto ao arquiteto Lúcio Costa, teria iniciado³⁷ suas atividades na cidade do Rio de Janeiro³⁸, com a construção e entrega, em 1982, de um conjunto de dois prédios comerciais interligados internamente, denominado de Charles de Gaulle, no centro da cidade, próximo ao aeroporto Santos Dumont³⁹.

Durante a década de 80, a construtora realizou quatro empreendimentos na zona sul do Rio, três deles no bairro de classe alta, Leblon⁴⁰, e um em São Conrado⁴¹. Todos esses condomínios são residenciais de alto padrão, consolidando a construtora em um ramo de desenvolvimento de habitações para a classe econômica com altos rendimentos da metrópole carioca até os dias atuais.

³³ Prefeito da cidade do Rio de Janeiro eleito em 2008 e 2012, com início do mandato em 1º de janeiro de 2009 até 1º de janeiro de 2017, pelo Partido Movimento Democrático Brasileiro – PMDB e na eleição de 2020, com início do mandato em 1º de janeiro de 2021, iniciando no partido Democratas – DEM, e atualmente filiado ao Partido Social Democrático – PSD.

³⁴ Disponível em: <https://www.carvalhohosken.com.br/sobre-nos/>. Acesso ao longo de toda a pesquisa da tese.

³⁵ O registro mais antigo da empresa foi encontrado no Jornal do Brasil em 1960, um despacho da Secretaria de Agricultura e Indústria à época autorizando a inclusão da Carvalho Hosken & Cia Ltda. em uma concorrência pública. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 02 de julho de 1960, 1º caderno, p.8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/6869. Acesso em março de 2020.

³⁶ Obras da Carvalho Hosken em Brasília. Suplemento do Jornal do Brasil. Brasília, 21 de abril de 1967, p.5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/98498. Acesso em março de 2020.

³⁷ De acordo com pesquisa de Faulhaber e Siqueira (2019, p.597), a companhia teria realizado diversas obras de residenciais para a classe média e de baixa renda, em várias partes do país, principalmente por meio de financiamentos junto ao Instituto de Aposentaria e Pensão (IAP) e pelo Banco Nacional de Habitação (BNH).

³⁸ Foi possível encontrar uma publicação de 1967 em que a Carvalho Hosken ganha uma licitação pública para construção de conjunto habitacional popular na Cidade Nova, centro do Rio. “CEPE-1 escolhe firma para construir apartamentos de 14 andares na Cidade Nova”. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1967, 1º caderno, p.5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/030015_08/107420. Acesso em março dec2020.

³⁹ Centro Comercial Charles de Gaulle, disponível em:

https://ssl8671.websiteseuro.com/degaulle/v1/historia_cdg.asp. Acesso em março de 2020.

⁴⁰ Max Leblon e Verde Leblon, lançados em 1984, residenciais com 1 torre, 4 dormitórios, 153m². Quintas e Quintais, 4 blocos de apartamentos com metragens variando de cerca de 64 a 73m².

⁴¹ Village São Conrado, condomínio com 9 edifícios, com metragens de 166 a 401m².

Na mesma época da construção dos edifícios na zona sul, e seguindo a própria abertura da Barra da Tijuca por meio de obras de infraestrutura realizadas pelo Estado em função do Plano de Lúcio Costa (Plano Piloto, 1969), a construtora realizou o lançamento de dois prédios residenciais⁴², ambos localizados no início da Barra no sentido vindo da zona sul, também direcionados à classe alta.

Conforme dados da reportagem do Jornal The Guardian⁴³, Carlos Carvalho teria comprado cerca de 10 milhões de metros quadrados de terras na Baixada de Jacarepaguá em 1973, dos quais 2,5 milhões de metros quadrados ainda estariam vazios à espera de construções futuras. De acordo com Faulhaber e Siqueira (2019, p.598), a compra desses extensos lotes foi realizada por Carlos Carvalho, ao adquirir a “Barra da Tijuca Imobiliária S.A. e a Imobiliária Curicica”.

Elenca-se a trajetória dos lançamentos realizados pela construtora ao longo dos anos na figura formulada abaixo. É fundamental perceber que a espacialização desses empreendimentos construídos pela empresa expressa um percurso que segue a própria constituição e abertura da Barra da Tijuca enquanto fronteira de expansão do capital ligado ao setor imobiliário na metrópole carioca ao longo dos anos e também sinaliza para os potenciais ganhos advindos das construções que a Carvalho Hosken pretendia obter por meio do imobiliário.

A partir dos anos 90, a Carvalho Hosken lançou, como um produto imobiliário “diferenciado” na Barra da Tijuca, o conceito de “bairros planejados”⁴⁴, que seria um conglomerado de condomínios residenciais multifuncionais, contando com todos os serviços e áreas de lazer para seus moradores, que a pesquisa traduz como “ilhas fechadas”, onde uma classe média alta mora, faz compras, frequenta a igreja, academia, pratica esportes, sem a necessidade de sair da sua “bolha”⁴⁵ social.

⁴² Atlântico Sul, lançamento final 1980, torre única, com apartamentos de 140 e 1253 m² e Itanhangá Rios, mesmas características do anterior, com apartamentos de 154 e 414 m².

⁴³ “O empresário carioca na esperança de um bilionário legado olímpico”. Jornal The Guardian. Rio 2016, 12 agosto de 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/sport/2015/aug/12/o-empresario-carioca-na-esperanca-de-um-legado-olimpico-proprio-de-bilhoes>. Acesso janeiro de 2019.

⁴⁴ Entram nessa denominação praticamente todos os empreendimentos lançados após os anos 90, sinalizados na figura 6, como: Rio-2, Península, Cidade Jardim, Ilha Pura, Centro Metropolitano e futura Lagoa da Barra.

⁴⁵ “As palavras carregam universos. O uso do termo “bolha”, empregado reiteradamente pelas pessoas desse paraíso de bonanças alude a um material estéril, supostamente protegido, mas necessariamente frágil. Uma “bolha” também sugere um espaço razoavelmente “purificado” e leve que, se perfurado, perde a própria existência e o propósito. Já “submundo” e “buraco” acionam referenciais depreciativos e produzem efeitos perversos. São pessoas que não reparam nos corpos, nos muros divididos e, quando o fazem, podem reagir de forma violenta – o medo justificaria o encarceramento, a segregação”. “Como os mais ricos encaram nossa desigualdade, segundo a antropologia”. Portal Uol, 16 de maio de 2020. Acesso em maio de 2020. Disponível

Figura 6 – Lançamentos por ordem cronológica da Carvalho Hosken S/A



Fonte: Google mapas – produção nossa

O discurso que serve enquanto uma justificativa atrativa para atrair novos moradores para esses espaços é de uma pretensa segurança e comodidade que os impede de se confrontar com as diferenças; é um modo de viver planejado para a realização de cada atividade dentro de um lugar predeterminado, construído para atender as necessidades de uma vida cotidiana programada, como alertava Lefebvre (2019), ao realizar uma discussão sobre a produção do habitat na prática urbana a partir da análise do habitar.

O embate entre essas duas categorias, para o autor, acontece através da criação de um conceito ou pensamento que se coloca em prática a partir do final do século XIX na criação de formas de habitação ditas funcionais, que restringiram a vida social do ser humano nas grandes cidades. “O habitat foi instaurado pelo alto: aplicação de um espaço global homogêneo e quantitativo obrigando o ‘vivido’ a encerrar-se em caixas, gaiolas, ou ‘máquinas de habitar’” (Lefebvre, 2002, p. 81). O autor, nessa discussão, vai trabalhar com a totalidade social, realizada nas relações sociais e na sua materialidade, denominado de práxis social, ou seja, o que é pertencimento e uso e sua negação como forma do habitat, articulado à cidade produto, campo da mediação. Nesse sentido, o habitat se realiza no esvaziamento da atividade do habitar.

Essa contradição ilumina novamente a discussão sobre a produção social do espaço e sua apropriação e dominação privadas, colocando a importância da análise dos níveis para sua

compreensão: o local, o intermediário e o distante, dentro da perspectiva social, econômica e política (Lefebvre, 2001). As instituições, por exemplo, ligariam o habitat ao plano do global, presentes através das remodelações urbanas e das formas de se habitar no plano local, que se realizam via Estado, por normas sociais pré-estabelecidas.

Na Barra da Tijuca, como se procura aprofundar no capítulo 2, a produção dos fragmentos selecionados com atuação direta do Estado em obras de infraestrutura, abertura de estradas, avenidas, loteamentos e modificações espaciais realizadas por meio de planos de ordenamento do espaço de maneira racional, está intrinsecamente relacionada ao poder político e econômico exercido pelos poucos proprietários fundiários ao longo dos anos, principalmente intensificados nos três momentos identificados ao longo da elaboração da tese.

A estratégia utilizada pela Carvalho Hosken, dos bairros planejados, foi essencial para que houvesse o aproveitamento máximo das suas propriedades fundiárias, ou seja, foram construídas minicidades nas grandes glebas da Barra no intuito de uma valorização maior advinda das construções, ao contrário dos edifícios de torre única que foram construídos no Leblon, em momento anterior, por exemplo. A pesquisa de Faulhaber e Siqueira (2019, p.600), chama atenção para:

[...] a articulação que se repete nas fases de incorporação, construção e comercialização desses grandes empreendimentos. Proprietária do terreno, a Carvalho Hosken, em busca de um investimento maior de capital, costuma associar-se a outras empresas para que estas possam construir os edifícios e comercializar suas unidades. Apenas em 2010, o grupo criou uma imobiliária própria, CH Barra Consultoria Imobiliária Ltda. No caso dos bairros planejados, grandes glebas servem de reserva para futura incorporação, conformando um mecanismo especulativo, de controle de oferta e de expectativa de maiores ganhos futuros.

Segundo informação extraída no relatório de demonstrações financeiras 2017-2018 da Carvalho Hosken (Demonstrações, 2018, p.31)⁴⁶, “o *core business* da Companhia consiste em operações de permuta, onde há a troca de terrenos por unidades imobiliárias de empreendimentos em construção, sendo nossa responsabilidade a realização das obras de infraestrutura (urbanização) em áreas de domínio público”.

Dessa forma, o objetivo de sua empresa, como colocado por Carlos Carvalho na reportagem do The Guardian, teria sido a transformação da Barra em um “novo Rio”, fator que teria sido finalmente alavancado pela realização dos Jogos Olímpicos em 2016: “A parte mais

⁴⁶ No website da companhia estão disponíveis para download, cinco relatórios contábeis referentes aos anos: 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018. A análise está baseada no documento de 2018. Disponível em: <https://www.carvalhohosken.com.br/relatorios/>. Acesso em maio de 2020.

difícil do desenvolvimento desse plano era trazer a infraestrutura de serviços e as Olimpíadas trouxeram isso. É um pulo de bilhões e bilhões”. Sem dúvida, como a pesquisa foi destrinchando, a construtora Carvalho Hosken, tendo seu presidente como agente fundamental, vem mobilizando, ao longo dos anos, diferentes estratégias que visam a valorização das suas propriedades e o lucro individual de seu capital particular.

Carlos Carvalho aparece não somente como um dos quatro proprietários da Barra, como anunciado nos anos 80, ou só como um proprietário fundiário com mais de 10 milhões de metros quadrados, mas sobretudo enquanto um agente que articula politicamente, frente às doações de campanha e, por meio de parcerias público-privadas, alterações no zoneamento e no parcelamento do solo através da implantação de novas leis e decretos que visam aumentar o lucro potencial dos seus empreendimentos. Além disso, beneficia-se da utilização de toda a infraestrutura pública mobilizada pelo Estado, desde a elaboração do Plano Piloto, que valoriza exponencialmente a potencialidade dos seus ganhos enquanto latifundiário e capitalista. Os Jogos Olímpicos aparecem nesse cenário, como ele próprio afirma, enquanto o potencializador máximo desse processo, que se revela e materializa por meio das próprias construções realizadas pela empresa.

Ao falar sobre a construção dos seus empreendimentos ao longo dos anos, em uma entrevista concedida à agência de reportagem BBC Brasil em 2015, durante a preparação dos equipamentos para a realização dos Jogos Olímpicos, Carlos Carvalho evidencia sua posição enquanto um agente que pretende modificar e padronizar os fragmentos espaciais da Barra da Tijuca para atender a uma classe social específica, que possa pagar para morar em um de seus “bairros planejados”, por meio do apagamentos dos diferentes – dos corpos dos trabalhadores que moram nesses mesmos fragmentos espaciais da metrópole onde ele possui suas propriedades fundiárias:

[...] Para botar tubulação de água e de luz há um custo alto, e quem mora paga. **Como é que você vai botar o pobre ali? Ele tem que morar perto porque presta serviço e ganha dinheiro com quem pode, mas você só deve botar ali quem pode, senão você estraga tudo, joga o dinheiro fora.** Há muitos bairros que agasalham pessoas com poder aquisitivo mais modesto. Foi o meu caso. Eu vim morar em Jacarepaguá porque era onde meu pai podia morar. Nasci ali, fiz escola pública e fiz minha vida. Cada um pode fazer a mesma coisa.

[...]

Carvalho - Desde os anos 1970, quiseram transformar muitas dessas áreas em ocupação de baixa renda. Mas em termos de favela, não de baixa renda arrumada. **Todo o tempo foi uma luta de defesa do patrimônio. Houve tentativa de invasão em muitas terras. Um exemplo delas é a atual favela de Rio das Pedras, mas a minha terra é a que está ao lado, limpa.** A verdade é que o processo político aqui na Barra é dividido entre os que querem

arrumar e se eleger, e os que querem destruir e se eleger através dos pobres, sendo pai dos pobres, fazendo um discurso falso, sem fazer aquilo que deveria ser feito. Usam o pobre para dizer que são políticos a favor do pobre. **E é nisso que não quero me envolver, porque esse problema não é meu.** [...] – grifos nossos⁴⁷

É importante pontuar alguns trechos da fala de Carlos Carvalho, dentre eles, a afirmação de que o processo de constituição da Barra da Tijuca e das construções realizadas por sua empresa, em sua maioria em terrenos de sua propriedade, sempre foi um processo que visou a defesa do patrimônio privado. A população trabalhadora, em sua maioria, com remuneração esparsa, serve aos propósitos da constituição da fronteira da Barra apenas como mão de obra barata, apta a exercer ofícios na construção civil e na manutenção dos empreendimentos, como jardineiros, porteiros e faxineiros, mas não enquanto moradores. Outro trecho interessante para a análise realizada na tese, da consolidação da Barra enquanto uma fronteira dos capitais do setor imobiliário, se refere às terras que o proprietário fundiário alega estarem “limpas”, ao lado da atual Rio das Pedras. Como será aprofundado ao longo do capítulo 2, o novo eixo de valorização desse fragmento espacial da Barra parece agora se voltar justamente para esse trecho de terras entre a comunidade e o Centro Metropolitano, fato identificado pela pesquisa como parte constitutiva do terceiro momento de valorização, conforme será tratado a seguir.

⁴⁷ BBC Brasil, 2015. “Como é que você vai botar pobre ali?” diz bilionário “dono da barra da tijuca”. Publicado em 10 de agosto de 2015. Acesso em 17 de junho de 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150809_construtora_olimpiada_jp.

2. Momentos da construção da fronteira: contradições e conflitos

Como é preciso abrir fronteiras de valorização, por meio do imobiliário, o urbanismo que se coloca como hegemônico não é o que pretende regular a cidade, tornando-a rigidamente funcional, mas, sim, aquele que se assenta no discurso da atração de “investimentos globais”, para os quais é preciso (re)qualificar parcelas dos espaços urbanos. Uma trama bastante imbricada entre os inúmeros mecanismos do setor financeiro, o setor imobiliário e o Estado e, grande parte das vezes, com recursos do Banco Mundial e agências multilaterais, impulsiona a reprodução do espaço. Ora vinculando mais diretamente os investimentos e fundos públicos na produção de “novos lugares urbanos”, por meio das políticas de requalificação, ora sujeitando os habitantes, cidadãos, diretamente às políticas de crédito/endividamento, para que possam, com seus corpos e desejos, fazer uso de um lugar para simplesmente reproduzirem-se [...] Desconsidera-se, sobretudo, a realidade urbana preexistente, especialmente quando se trata de assentamentos precários, ou de comunidades de baixos rendimentos (Alvarez, 2013, p.118-119).

De acordo com todo o levantamento teórico realizado por essa pesquisa, é possível afirmar que a abertura do Plano Piloto para a baixada de Jacarepaguá, do arquiteto Lúcio Costa, lançado oficialmente em 1969, representa uma das primeiras tentativas organizadas pelo poder público para o planejamento e expansão da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Algumas de suas diretrizes foram incorporadas em planos posteriores, sendo ainda hoje um importante instrumento de compreensão da expansão geográfica da zona oeste da metrópole do Rio de Janeiro.

Nas figuras mais abaixo, retiradas do próprio Plano Piloto, é possível observar como as áreas que sofreriam as intervenções urbanas ainda apresentam características rurais, com destaque para os grandes loteamentos populares horizontais e as extensas áreas com vegetação rasteira, típica de áreas litorâneas.

No entanto, é importante salientar que o Plano Piloto não foi o primeiro instrumento de ordenamento lançado oficialmente pelo Estado para a Zona Oeste da cidade, sendo a expansão para essa parte da cidade já apontada no Plano Agache, de 1930, que “previa ligação dos transportes rápidos com Sepetiba e Santa Cruz através da Baixada de Jacarepaguá” (Plano Piloto, 1969, p.6).

Figura 7 – Imagens Barra da Tijuca – 1969 – anexos ao Plano Lúcio Costa



"[...] urbanização da área imensa que se limita ao Sul numa orla de praia ligeiramente arqueada, contida a Leste pelas pedras do Focinho e da Gávea, e a Oeste pelos morros do Rangel, do Caeté e Boavista, e dividida pelo Pontal em dois segmentos desiguais, para que se espraia plana até o sopé dos maciços da Pedra Branca e da Tijuca, a conchegando-se a eles no caprichoso contorno e formando dois bolsões retalhados por numerosos canais e extensas lagoas: os Campos de Sernambetiba e a Baixada propriamente dita, limitada ao norte por Jacarepaguá" (Plano Piloto, p.8). Fonte: Plano Piloto, fotografias anexas, produção própria.

Já o plano diretor Doxiadis, encomendado pelo então Estado da Guanabara⁴⁸ e entregue em 1965, foi, segundo Abreu (2013), uma resposta governamental ao processo de expansão urbana provocado na cidade pelo processo de intensificação de abertura e utilização de ruas e estradas dos anos 50 e 60. Os novos contornos morfológicos necessitavam também de mudanças estruturais de conteúdo, pautadas na cientificidade dos planos de ordenamento urbano. Nesse sentido, o objetivo do Plano Doxiadis era projetar a cidade para um período longo, do final dos anos 60 até os anos 2000, principalmente por meio da construção de redes

⁴⁸ A cidade do Rio de Janeiro tornou-se o estado da Guanabara em 21 de abril de 1960, de acordo com a Constituição de 1946 e a Lei no. 3 752, de 14 de abril de 1960 e teve sua fusão com o Estado do Rio de Janeiro passando a categoria de município e capital fluminense em 1975. Maiores informações disponíveis em: <http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/71-um-rio-de-muitos-janeiros/3365-a-fusao-do-estado-da-guanabara-ao-estado-do-rio-de-janeiro>

de infraestruturas e viárias elencadas de uma maneira hierarquizada em relação as porções do espaço, e homogênea em relação às obras pretendidas. Como salienta Rezende (2014), o método urbano de Doxiadis compreendia uma nova forma de pensar as cidades contemporâneas, para além dos ideários da escola modernista, do qual o arquiteto também fazia parte e propunha que:

A cidade seria estruturada em comunidades hierarquizadas e auto-suficientes para determinadas funções, baseadas em padrões indefinidos pela teoria Eqüística⁴⁹, o que constitui o seu instrumento central de intervenção. A interdependência entre os agrupamentos humanos, em que os grandes serviriam de centro para os menores e seriam, eles próprios, servidos por outros ainda maiores a justificava. Uma hierarquia de funções deveria ser definida, segundo o plano, de modo que as cidades fossem planejadas de maneira racional, da menor à maior das comunidades (Rezende, 2014, p.7).

Dessa forma, é possível apontar que as modificações propostas pelo Plano Doxiadis ao espaço em transformação do então Estado da Guanabara, reforçam o caráter abstrato desse espaço, muitas vezes pensado enquanto um vazio, que deve ser ordenado e preenchido sem incorporar de fato as práticas socioespaciais que já são vivenciadas nesses mesmos locais pela população que neles reside. Para Abreu (2013, p.145), “é a partir dessa época que a evolução da cidade retoma o seu curso original – baseado na separação das classes sociais no espaço – um curso que havia sido apenas temporariamente sustado durante o período populista”.

Importante salientar, para a hipótese que percorre essa primeira parte da tese, que o Plano Doxiadis previa a expansão da cidade para além do seu Centro Histórico, que era considerado saturado e com perda de atividades econômicas e políticas, para áreas ainda apontadas como “livres” a oeste, e que poderiam abrigar um novo centro para o Estado da Guanabara. Lúcio Costa frisa em seu Plano Piloto, que Doxiadis já sinalizava para a importância viária da ligação oeste “[...] no sentido da base industrial e portuária de Sepetiba e reconhece a fatalidade da criação de um novo polo CBD (*Central Business District*) para contrabalançar o CBD original, isto é, o atual centro da cidade [...]” (Plano Piloto, 1969, p.6).

Esse novo centro, segundo Doxiadis, seria construído na região de Santa Cruz, o que Lúcio Costa critica, ao problematizar que o plano não levava em consideração a:

[...] "carga propulsora" da BR-101 em Santa Cruz, quando o ponto de confluência natural seria a baixada de Jacarepaguá enquanto "um ponto natural de confluência dos eixos leste-oeste, o do norte, rodoferroviário, e o rodoviário do sul, através das brechas existentes entre as serras do Engenho

⁴⁹ Teoria própria formulada pelo arquiteto Doxiadis, que almejava um equilíbrio entre os diversos elementos que compunham as cidades ao planejar agrupamentos ou unidades que não tivessem mais um crescimento pautado por vias lineares, mas sim parabólicas formando conexões entre eles (Villaça, 1999; Rezende, 2014).

Velho, dos Pretos Forros e o tampão do Valqueire, e que portanto é aí que o novo CBD deverá surgir (Plano Piloto, 1969, p.6-7).

Havia, então, apontamentos nos primeiros planos de ordenação urbana da cidade, para essa expansão da Zona Oeste, vista como “natural” e necessária à própria economia do Rio de Janeiro. Importante apontar que, em 1960, o governo federal foi transferido para Brasília, construída e planejada pelo próprio urbanista Lúcio Costa⁵⁰, e o Rio de Janeiro deixa sua hierarquia como Distrito Federal da nação para ser o Estado da Guanabara. Essa transformação de nomenclatura de cidade para estado foi pensada à época como uma possibilidade de solução para a crise econômica que já se abatia na atual metrópole carioca, que, aliada aos planos mencionados, teriam a finalidade de trazer uma nova dinâmica de construções imobiliárias e de infraestrutura necessárias à retomada dos ciclos do capital.

Muitas alterações são percebidas na cidade com essa mudança, principalmente no que tange ao declínio de utilização dos prédios centrais, onde funcionava a maior parte dos serviços públicos da cidade. A função portuária também perde força nesse período bem como o setor financeiro, com a transferência da Bolsa de Valores para a cidade de São Paulo.

Para Abreu (2013), essa época ocasionou dois grandes efeitos sobre a espacialidade da cidade. O primeiro deles foi grande número de remoções feitas de forma violenta e agravadas durante o período da ditadura militar, com supressão dos direitos civis da população, que possibilitaram a construção de habitações de alto padrão na Zona Sul e de conjuntos habitacionais populares no subúrbio da cidade.

Conforme discutem Brum (2012) e Zaluar (2006), a prática de remoção e reassentamento de moradores de comunidades em diferentes áreas da cidade foi parte integrante das políticas públicas de habitação na cidade do Rio de Janeiro, principalmente por meio da construção de loteamentos populares ou conjuntos habitacionais ligados ao programa do Banco Nacional de Habitação (BNH)⁵¹. Essas construções foram mais extensas na Zona Norte,

⁵⁰ Igualmente importante chamar a atenção para o fato de que a ligação entre Lúcio Costa e a empresa construtora Carvalho Hosken remonta ao período de construção da cidade de Brasília, como é possível compreender por meio de uma análise ao histórico de obras realizadas pela empresa em seu próprio website: <https://www.carvalhohosken.com.br/sobre-nos/>. É possível afirmar, portanto, que já existia uma ligação comercial entre o arquiteto e a empresa construtora durante a elaboração e posterior publicação do próprio Plano Piloto.

⁵¹ Instituído em 1964 com sede na cidade do Rio de Janeiro durante o período da ditadura militar brasileira, o programa foi um dos eixos de uma política governamental voltada para o desenvolvimento urbano por meio da construção de habitações ditas populares, mas que só conseguiam atender as camadas médias da sociedade brasileira, principalmente por se constituir como um banco gestor e financiador para construção e aquisição da propriedade privada. A base financeira do programa, dentro do período de sua existência, foi baseada prioritariamente através de participação compulsória via Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e voluntária, via Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) – pelas cadernetas de poupança e das letras imobiliárias. Encerrado em 1986 por decreto presidencial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De12291.htm. Acesso em março de 2018.

seguindo os traçados dos trens, construídos a partir de 1858, e das indústrias que se estabeleceram nessa parte da cidade principalmente pela localização que era favorável ao escoamento da produção, como discute Abreu (2013). Para o autor, o deslocamento das indústrias que se localizavam em áreas centrais da cidade para a Zona Norte ocorreu por volta do início do século XX, seguindo os traçados dos trens, que serão, posteriormente, também indutores dos conjuntos habitacionais, como discute Fernandes (2011).

O segundo aspecto levantado por Abreu (2013) diz respeito a expansão imobiliária na cidade que ampliou seus negócios em direção a bairros considerados nobres, como São Conrado e Barra da Tijuca, com auxílio do Estado, principalmente após a construção da autoestrada Lagoa-Barra prevista no Plano Piloto. Houve também a construção de um anel viário em torno da cidade, que contribuiu para a maior ocupação do espaço e a expansão das dinâmicas até então concentradas na região central, como apontado no Plano Doxiadis.

A relação entre os meios de transporte de massa e a expansão física da cidade, no que tange a espacialidade da sua ocupação, também foram determinantes ao tipo de investimento que seria aplicado aquele fragmento espacial ao longo dos anos. Nas zonas Central e Sul, por exemplo, os bondes foram utilizados como meio principal de locomoção nos primeiros anos de formação da cidade, posteriormente precedidos pelos ônibus urbanos. Já nas zonas industriais, o transporte construído por meio de investimentos públicos e privados, foi o ferroviário. E, na Barra da Tijuca, o meio escolhido como forma prioritária de investimento foi o individual, o automóvel e, posteriormente, linhas de ônibus que cortavam os pontos da cidade. Santos (1977, p.25), ao olhar para esse processo de constituição da mobilidade na cidade do Rio de Janeiro ao longo de sua formação urbana, conclui que:

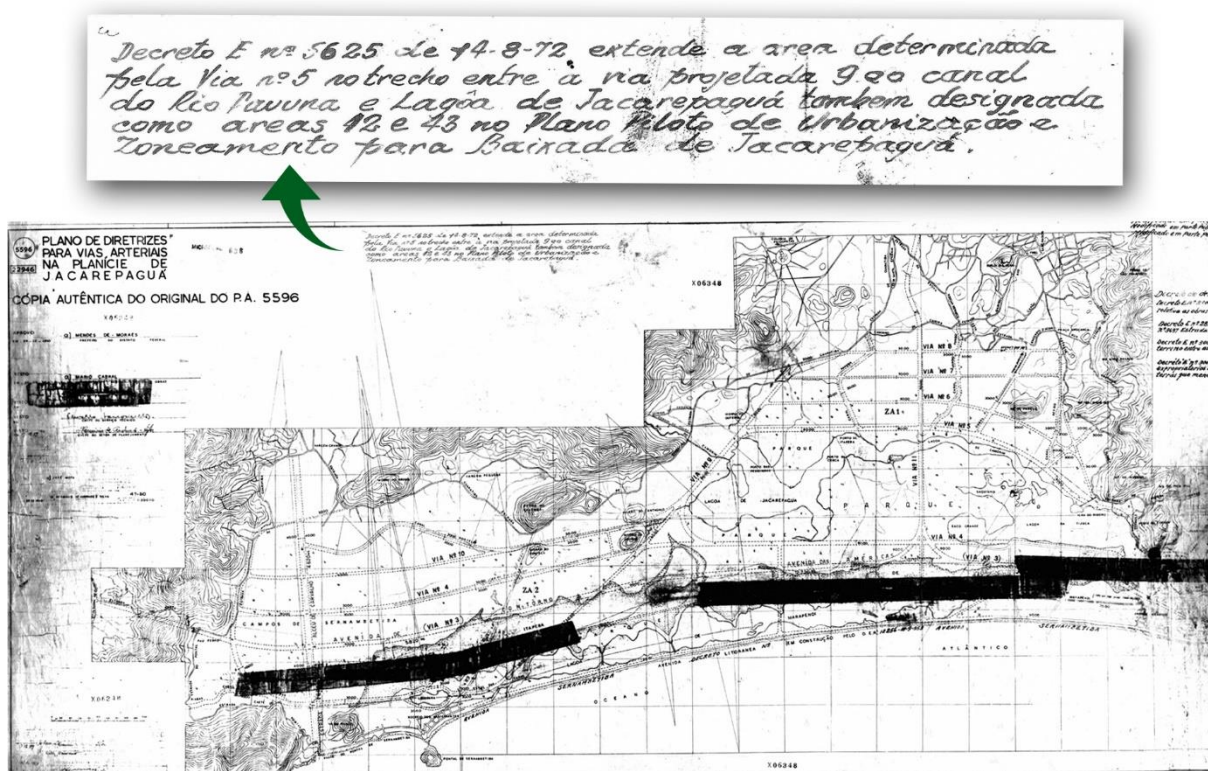
Trens e bondes foram, sem dúvida, indutores do desenvolvimento urbano do Rio. Mas o caráter de massa destes meios de transporte tem de ser relativizado, como também devem ser relativizados os seus papéis frente ao ambiente urbano. É que trem, bondes e, mais tarde, ônibus (e os sistemas viários correspondentes) só vieram “coisificar” um sistema urbano preexistente, ou pelo menos um sistema de organização do espaço urbano, cujas premissas já estavam prontas em termos de representação ideológica do espaço e que apenas esperavam os meios de concretização. Em outras palavras, o bonde fez a zona sul, porque as razões de ocupação seletiva da área já eram “realidade” [...] Já o trem veio responder a uma necessidade de locomoção de pessoas de baixa renda e de atividades menos “nobres” (indústrias, por exemplo) – grifos do autor.

Para encerrar a análise dos planos que precederam o Plano Piloto, é necessário e indispensável citar que, em 1950, o poder público havia realizado o mapeamento e o lançamento

de um plano denominado de Plano de Diretrizes para as Vias Arteriais da Planície de Jacarepaguá, que trazia um zoneamento territorial entre as áreas dessa parte da cidade.

A figura do mapa do Plano de Diretrizes traz algumas informações pertinentes que precisam ser destacadas: a designação de que a Barra ainda era considerada agrícola, destacando, portanto, o caráter rural ainda presente nesse fragmento espacial e os traçados das vias e entroncamentos, com destaque para o localizado entre a Avenida das Américas e a Via 11⁵², que se mantiveram até os dias atuais com poucas modificações.

Figura 8 – Plano de Diretrizes para as Vias Arteriais da Planície de Jacarepaguá



Fonte: Figura extraída de: <http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/imagenspaa/19/0/132.JPG> - produção própria

Importante destacar que o Plano de Diretrizes foi uma das bases utilizada pelo arquiteto Lúcio Costa na elaboração do Plano Piloto, destacando-se na imagem um trecho escrito à mão no mapa original do Plano de Diretrizes, que traz informações sobre um Decreto

⁵² Via 11, que será posteriormente denominada de Avenida Alvorada e, em 1994, passará a se chamar Avenida Ayrton Senna. Fonte: “Av. Alvorada, na Barra, ganha o nome do tricampeão”. Acervo Jornal o Globo, Esportes, p.28, 03 de maio de 1994. Acesso em fevereiro de 2019. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=avenida+a+lvorada&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1990&anoSelecionado=1994&mesSelecionado=5&diaSelecionado=3#>.

de Lei que foi implementado durante o Plano Piloto, que adicionou mais dois lotes na via 5, de números 42 e 43, que hoje pertencem ao traçado do Centro Metropolitano.

Além da alteração no traçado da Via 11 para abrigar o Centro Metropolitano, o Plano Piloto também sugeriu alterações no Plano de Diretrizes em relação à delimitação das áreas de lagoas e rios, com faixa de proteção às construções, bem como a criação de dois outros centros urbanos, um localizado no Jardim Oceânico na Barra e o outro no Recreio, junto a antiga avenida Sernambetiba⁵³, criando uma espécie de triângulo entre os três Centros.

Essa paisagem, ainda com grandes superfícies sem edificações, foi paulatinamente sendo inserida no circuito de produção e realização do setor imobiliário. Para tanto, foi fundamental a criação de uma infraestrutura viária de articulação com outras partes da cidade. Segundo Abreu (2013, p.144), o crescimento demográfico aliado à concentração de investimentos na Zona Sul da cidade acarretou novas intervenções do poder público no espaço, principalmente a partir de 1950, por meio de sucessivos planos de ordenamento urbano: “a necessidade de diversificação das opções de reprodução do capital a nível da cidade como um todo, reduzem então a questão urbana a um ‘problema viário’, e passam a exigir uma transformação mais ampla da forma urbana”. Ainda segundo o autor, o investimento público recairá sobre o meio de transporte individual, com intensificação de aberturas de vias e construções de túneis e viadutos, principalmente nas áreas sul e central, também em direção à Zona Oeste.

Na realidade, existiam ligações rodoviárias anteriores entre a região da Barra da Tijuca e outras partes da cidade do Rio de Janeiro, construídas no século XIX, notadamente com a Zona Norte, como as estradas de Furnas, das Canoas, da Gávea e dos Bandeirantes. No entanto, eram caminhos tortuosos, em percursos cortados por serras, com acesso mais restrito. A primeira linha de ônibus, por exemplo, que realizava o percurso entre o Largo do Tanque, na Zona Norte, e a Barra da Tijuca, data de 1940 e tinha horários restritos.

Em 1929 foi inaugurada a Estrada do Joá, conectando a região da Zona Sul à Barra, via São Conrado, pela Avenida Niemeyer, que havia sido inaugurada em 1916, mas com trecho de circulação restrito para automóveis só até São Conrado. Com a Estrada do Joá, o tempo de percurso entre a Barra e o centro da cidade e a Zona Sul diminuiu, mas foi com a abertura do Túnel Dois Irmãos, em 1970, e da estrada Lagoa-Barra, nesse mesmo ano, que o percurso

⁵³ Atual Avenida Lúcio Costa, cujo nome foi modificado em 19 de junho de 1998, para homenagear o arquiteto Lúcio Costa, falecido em 13 de junho de 1998. Fonte: “Rio muda nome de avenida para Lúcio Costa”. Jornal Folha de São Paulo, Cotidiano, 20 de junho de 1998. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff20069824.htm>. Acesso em março de 2019.

terrestre se tornou mais viável. Posteriormente, em 1990, houve a construção da Linha Amarela, também cortando vários trechos de serra e necessitando da abertura de túneis, que ligariam a Zona Norte da cidade de forma mais rápida à Zona Oeste.

A ocupação habitacional da Zona Oeste também era muito esparsa, com relatos históricos de três grandes loteamentos habitacionais na década de 30: um realizado pela falida “Imobiliária Tijucamar”, o *Tijucamar*; o segundo denominado de *Jardim Oceânico*, como uma continuação do *Tijucamar*, pela “Barra da Tijuca Imobiliária”⁵⁴, no início do trecho da Barra da Tijuca para quem chega pela Zona Sul; e o terceiro no “Recreio dos Bandeirantes”, na outra extremidade oeste, com acesso mais facilitado para os que acessavam a região via Zona Norte. Distribuídos dentro da Região Administrativa da Barra da Tijuca, essas ilhas de habitação tinham pouco ou nenhuma ligação com o restante da cidade e a infraestrutura básica era ainda muito precária, tendo sido só efetivamente ocupada após a efetivação do Plano Piloto. As habitações restantes eram voltadas para o turismo de segunda residência, bem como pequenas chácaras dedicadas à agricultura familiar e alguns vilarejos de pescadores, como o formado pelos primeiros habitantes da Vila Autódromo a partir de 1960. As concentrações habitacionais e de serviços eram ainda pequenas, podendo-se destacar a Vila Militar construída em 1908⁵⁵ e os conjuntos habitacionais promovidos por intervenções estatais, como o Cidade de Deus, em 1966, e algumas habitações no Gardênia Azul⁵⁶.

Um registro histórico interessante diz respeito ao loteamento popular privado realizado em 1957 no terreno de uma antiga fazenda de laranjas na Baixada de Jacarepaguá. Os antigos moradores, pequenos lavradores que habitavam o local há mais de 20 anos e retiravam todo o seu sustento da terra, foram removidos por meio de um decreto em 1952⁵⁷.

⁵⁴ Também proprietária de dois lotes na lagoa de Jacarepaguá, cujo controle acionário será adquirido pela construtora “Carvalho Hosken S.A.” em 1975 (Longhi, 1989).

⁵⁵ Disponível em: <http://www.1de.eb.mil.br/historico>. Acesso em março de 2018.

⁵⁶ Segundo reportagens, o bairro do Gardênia Azul teve início em 1952, através da autoconstrução de casas de pessoas que passaram a residir no local, um terreno até então vazio e pantanoso. Em 1955, José Padilha Nunes Coimbra realizou um loteamento irregular na área, vendendo os terrenos a populações de menor poder aquisitivo, normalmente trabalhadores que eram atraídos ao local pelas novas construções que estavam sendo realizadas no entorno da Baixada de Jacarepaguá. Em 1960, os próprios moradores criaram uma Associação para reivindicar a urbanização e regularização fundiária dos lotes, que foi realizada pela Cohab durante o mandato do então governador Carlos Lacerda (UDN - União Democrática Nacional, de 1960-1965), dentro do programa de remoção de favelas empreendido na zona sul e central da cidade. “Onde a tranquilidade resiste ao tempo”. Acervo Jornal O Globo, 04 de junho de 1992, Barra, p.18-19. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=&ordenacaoData=relevancia&allwords=Gard%C3%A2nia+Azul&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1990&anoSelecionado=1992&mesSelecionado=&diaSelecionado=>

⁵⁷ “Desapropriação da Fazenda Curicica”. Jornal A Noite. Rio de Janeiro, 26 de agosto de 1952, p.2. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/348970_05/14277.

Segundo matéria do Jornal O Globo, o terreno foi comprado pela então “Imobiliária Curicica” – comprada posteriormente pela Carvalho Hosken, em 1973 – e dividido em duas glebas com lotes destinados a moradores de menor poder aquisitivo, dando origem ao atual bairro de Curicica⁵⁸, onde a construtora ainda detém terras sem incorporação, adjacente ao Parque Olímpico e vizinho ao conjunto habitacional de alto padrão, Ilha Pura, construído pela mesma empresa em 2016.

É importante retomar à reflexão de que a construção dos espaços fragmentados que são projetados contraditoriamente para serem homogêneos nas cidades, em todas as partes do mundo, são constitutivas de um movimento mais amplo que remete à própria sobrevivência da reprodução do sistema capitalista na atualidade, em um processo de vai e vem de valorização e desvalorização imobiliárias, como já discutido em Smith (2007).

A análise baseia-se também na compreensão de que o planejamento urbano é um instrumento utilizado para planificar a cidade e tornar seus espaços tecnicamente divididos e ordenados, não levando em consideração que o espaço urbano é fruto de uma construção social. Nos espaços que sofreram ou que estão destinados a sofrer intervenções urbanísticas, existem pessoas que vivem, que mantêm relações pessoais afetivas com o espaço, com a casa onde habitam, com o quintal onde plantaram suas árvores frutíferas, onde cresceram seus filhos, onde morreram seus ancestrais. Portanto, o espaço não pode ser visto como um vazio, como um objeto dado e que pode ser livremente reproduzido, sem que haja conflitos sociais e lutas por direitos, muitas vezes, infringidos, como no caso dos moradores das comunidades que foram ouvidos no âmbito dessa pesquisa.

Lefebvre (2001, p.103), já alertava para a racionalidade dessa forma de se pensar o espaço, remetendo-se à realidade evidenciada nos Estados Unidos na década de 60:

Ao mesmo tempo, esta sociedade pratica a segregação. A mesma racionalidade que pretende ser global (organizadora, planificadora, unitária e unificante) se concretiza ao nível analítico. Ela projeta a separação para a prática. Tende (como nos Estados Unidos) a se compor de guetos ou parkings, como o dos operários, o dos intelectuais, o dos estudantes (o campus), ou os dos estrangeiros e assim por diante, sem esquecer o gueto dos lazeres ou da ‘criatividade’, reduzindo à miniaturização e aos trabalhos manuais. Gueto no espaço e gueto no tempo. Na representação urbanística, o termo ‘zoning’ já implica em separação, segregação, isolamento nos guetos arranjados. O fato torna-se racionalidade no projeto.

⁵⁸ “Os dois lados do Parque Curicica”. Arquivo Jornal O Globo, 23 de abril de 1992, Barra, p.23. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=Curicica&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1990&anoSelecionado=1992>.

Villaça (1999), ao analisar os planos de ordenação urbana nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, em seus processos históricos lineares, afirma que os planos de ordenação urbana no Brasil foram utilizados como legitimadores para o pretense “caos urbano” das grandes cidades. O adensamento populacional e a falta de políticas públicas concretas, na visão desse autor, foram responsáveis pela utilização dos planos de uma maneira positivista, muitas vezes por agentes sociais que não tinham qualquer contato físico real com o meio, para ordenar os fragmentos da cidade, ao mesmo tempo em que dissimulavam os conflitos e os interesses envolvidos na reconstrução dos espaços. O autor denomina então os planos urbanísticos brasileiros como “Plano Discurso”, justamente por não incluírem a participação popular dentro de suas diretrizes, por não ouvirem as pessoas que ocupam os espaços destinados às intervenções, privilegiando somente a acumulação do capital urbano e imobiliário que valoriza determinados espaços e segrega a população.

Para Oliveira, (1978, p.87), a ideia do “caos urbano” é ideologicamente inviável, se analisarmos que é própria do modo como a acumulação do capital se constitui no espaço, com maiores investimentos em determinados locais o que vai conseqüentemente auferir maior renda da terra os proprietários fundiários, é “produto do modo de pensar capitalista [...] é coerente com a lógica da especulação imobiliária, que também, por sua vez, está coerente com o modo de produção capitalista”.

Da mesma forma, para Alvarez (2019a, p.71), é necessário compreender que as contradições que se expressam no espaço apontam em direção à totalidade da análise pretendida, que poderia compreender não só a dimensão dos processos mais gerais do planejamento e da ordenação dos espaços, enquanto indispensáveis à própria continuidade do ciclo de reprodução ampliada do capital, mas, sobretudo, “da apropriação do espaço pelo uso, pelas práticas sociais, revelando as contradições e lutas por ele”.

Como Lefebvre (2019, p.167) já apontava, o urbanismo, enquanto uma pretensa ciência parcelar, pode ser pensado e executado enquanto uma atividade que se anuncia como neutra ao usar os ideários científicos, mas que nada mais faz do que perpetuar os processos mais gerais de acumulação do capital no e pelo espaço, “que pretende dominar e submeter a sua *ordem* o processo de urbanização, assim como a prática urbana”.

Não cabe, no âmbito dessa pesquisa, fazer uma análise minuciosa dos planos anteriores elaborados para a Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, tendo em vista que consideramos o Plano Piloto como o elemento fundamental na representação e produção do espaço da Barra da Tijuca como fronteira imobiliária no Rio de Janeiro e sua implementação dá origem aos conflitos e lutas pelo espaço no momento atual.

Resumidamente, nos **elemento basilar em todo o processo** planos anteriores, Agache (1930), Doxiadis (1965) e o Plano de Diretrizes para as Vias Arteriais da Planície de Jacarepaguá (1950), podemos notar a preocupação com a implementação de vias de articulação entre a Zona Oeste e outras regiões da cidade e um zoneamento que, nesse primeiro momento, era rural e permitia e incentivava o assentamento de populações trabalhadoras em seus planos, fator que vai sendo gradativamente alterado ao longo dos próximos anos.

2.1. Plano Piloto 1969 – a convergência da forma centralidade

[...] Bloqueada pelos maciços da Tijuca e da Pedra Branca, que lhe dificultam acesso, **preservou-se “in natura” enquanto a cidade derramava-se como um líquido pela Zona Norte e se comprimia contida entre os vales e as praias da Zona Sul.** À medida, porém, que se tornava acessível, foi pouco a pouco perdendo as características originais e muito do **ar agreste** que, não obstante, ainda é seu maior encanto. E graças a um sistema conjugado de túneis e viadutos a meia encosta, **expõe a região a uma ocupação imobiliária indiscriminada e predatória.**

Vê-se pois o Governo do Estado e, portanto, a SURSAN e o próprio DER diante de uma série de indagações: Qual o destino dessa imensa área triangular que se estende das montanhas do mar numa frente de vinte quilômetros de praias e dunas e que, conquanto próxima, a topografia preservou? Em que medida antecipar, intervir? Como proceder? E, conseqüentemente, diante da **necessidade de estabelecer determinados critérios de urbanização, capazes de motivar e orientar as providências cabíveis no sentido da implantação da infraestrutura indispensável ao desenvolvimento ordenado da região** [...] (Plano Piloto, 1969, p.3 – grifos nossos).

É possível extrair desse pequeno recorte do Plano Piloto acima, alguns elementos que poderiam remeter para ao conceito da fronteira externa, trabalhado por Smith (1996), como a mobilização dos conceitos de “selvagem”, principalmente no que se refere à descrição da paisagem contida na Barra da Tijuca nesse período, “in natura” ou com “ar agreste”, também como uma forma bucólica de estabelecer as diferenças entre a paisagem dessa parte da metrópole, criada dentro de um zoneamento rural, do restante já inserido no circuito urbano de intervenção. O Plano Piloto também menciona uma “ocupação imobiliária indiscriminada e predatória”, que só seria possível de ser “contida” ou “resolvida” por meio do ordenamento racional de um plano urbano.

Os três núcleos populacionais de menor poder aquisitivo mencionados, Cidade de Deus, Gardênia Azul e Curicica, foram construídos apenas alguns anos da produção do Plano Piloto em 1969, anunciando a concentração de mão de obra e trazendo à tona as contradições e descontinuidades da produção da pretendida centralidade na Barra da Tijuca desde seu início. Portanto, já existiam pessoas que moravam nas áreas destacadas pelo Plano como “in natura”

ou como “agreste”, isto é, não eram espaços vazios que precisavam ser ordenados e “preenchidos” por meio de um plano de ordenamento urbano que estipularia as edificações que deveriam ser construídas em determinados fragmentos do espaço.

Em reportagem publicada pelo jornal O Globo, em 1979, sob o título: “Plano Piloto da baixada já tem dezenove favelas”⁵⁹, fala-se sobre um estudo da Superintendência do Desenvolvimento da Barra da Tijuca (Sudebar), ligada à Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, sobre o levantamento que estava sendo realizado por esse órgão a respeito da existência de 5.078 barracos distribuídos em dezenove favelas dentro do perímetro de 160 km² de atuação do Plano Piloto na Baixada de Jacarepaguá. O estudo, denominado de “Diagnóstico da situação das favelas em área do Plano Piloto” já apontavam que, em 1971, haveria na região cerca de treze favelas e outras seis teriam se constituído entre os anos de 1975-77. Por meio de entrevistas que estavam sendo realizadas com os moradores das favelas, segundo a reportagem, a Sudebar poderia estimar a viabilidade dessas 25 mil pessoas serem “absorvidas” nos conjuntos habitacionais populares previstos para serem construídos no escopo do Plano Piloto, denominado de “Plano Paralelo”, com estimativa para atender de 120 a 200 mil pessoas. No entanto, só um levantamento preciso sobre as situações econômicas dessas famílias poderia determinar a real possibilidade do pagamento das parcelas previstas para obtenção dos apartamentos, “cuja renda familiar esteja compreendida entre três e sete salários-mínimos”⁶⁰.

Na mesma matéria, o Subsecretário de Planejamento Municipal, Henrique Bandeira de Mello, atribui o surgimento e o aumento no número das favelas na região à necessidade de mão-de-obra barata, e sua moradia próxima aos locais que ofereceriam trabalho. Aponta que existiriam cerca de “60 mil pessoas que moram na área (sem contar com os favelados) [que] precisam de mão-de-obra, e o favelado passa ser uma espécie de quebra-galho, pois faz serviço de bombeiro, pedreiro etc.”. Para o subsecretário, o problema das favelas estava sendo “minimizado” pelo poder público na construção dos conjuntos habitacionais, mas que, “na verdade, para atender a demanda da população favelada o que se deve fazer é deslocá-los para locais próximos que já têm infraestrutura”.

⁵⁹ “Plano Piloto na Baixada já tem 19 favelas”. Acervo Jornal O Globo, 31 de agosto de 1979, Grande Rio, p.9. Acesso em maio de 2019. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=Plano+Paralelo&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1970&anoSelecionado=1979&mesSelecionado=8>.

⁶⁰ Legislação Municipal do Rio de Janeiro. Decreto nº 1756 de 11 de setembro de 1978. Acesso em maio de 2019. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1978/176/1756/decreto-n-1756-1978-altera-os-limites-da-area-de-implantacao-do-plano-paralelo-previsto-no-decreto-n-324-de-03-de-marco-de-1976>

Apontava-se assim, dentro do próprio governo à época, conflitos e disputas na produção do espaço. Os assentamentos ou construção de loteamentos se constituíam enquanto bairros da classe trabalhadora de menor rendimento, locais longe da infraestrutura e do centro da cidade, designados para um segmento de classe que, mesmo na era de crescimento do PIB, era substancialmente negado pelo próprio processo do capital sendo considerada ‘um quebra galho’. Assim, o trabalho precarizado, a habitação precária, o estigma, a violência, se colocavam como o conteúdo real e concreto do urbano forjado pelo Estado e pelos proprietários fundiários na produção da Barra da Tijuca.

É possível argumentar que o Plano Piloto continha, em seus princípios, uma similaridade com o processo da acumulação primitiva próprio do movimento da fronteira externa, discutido por Smith (1996) e por Simoni-Santos (2015), ao incorporar as zonas até então rurais da cidade do Rio de Janeiro, a um circuito de acumulação e produção da terra urbana, como fica bastante evidente no trecho transcrito abaixo, do documento complementar ao Plano Piloto, publicado em 1980. O plano se mostraria flexível, mas dentro dos ditames dos proprietários fundiários e da acumulação crescente do capital, utilizando como justificativa um pretenso atendimento às parcelas da população trabalhadora de menor rendimento, e que nunca ocorreu efetivamente:

O Plano Piloto, muito mais que um plano diretor, é um plano conceitual que busca estabelecer uma filosofia de ocupação do território, traduzida em critérios e normas definidas e claras. Desde que esses critérios sejam mantidos, o Plano é flexível, acompanha e é re-alimentado com a evolução da cidade e permanece aberto a proposições que respondam às aspirações da iniciativa privada ao mesmo tempo que atendam às necessidades sociais (Baixada de Jacarepaguá, 1980, p.4).

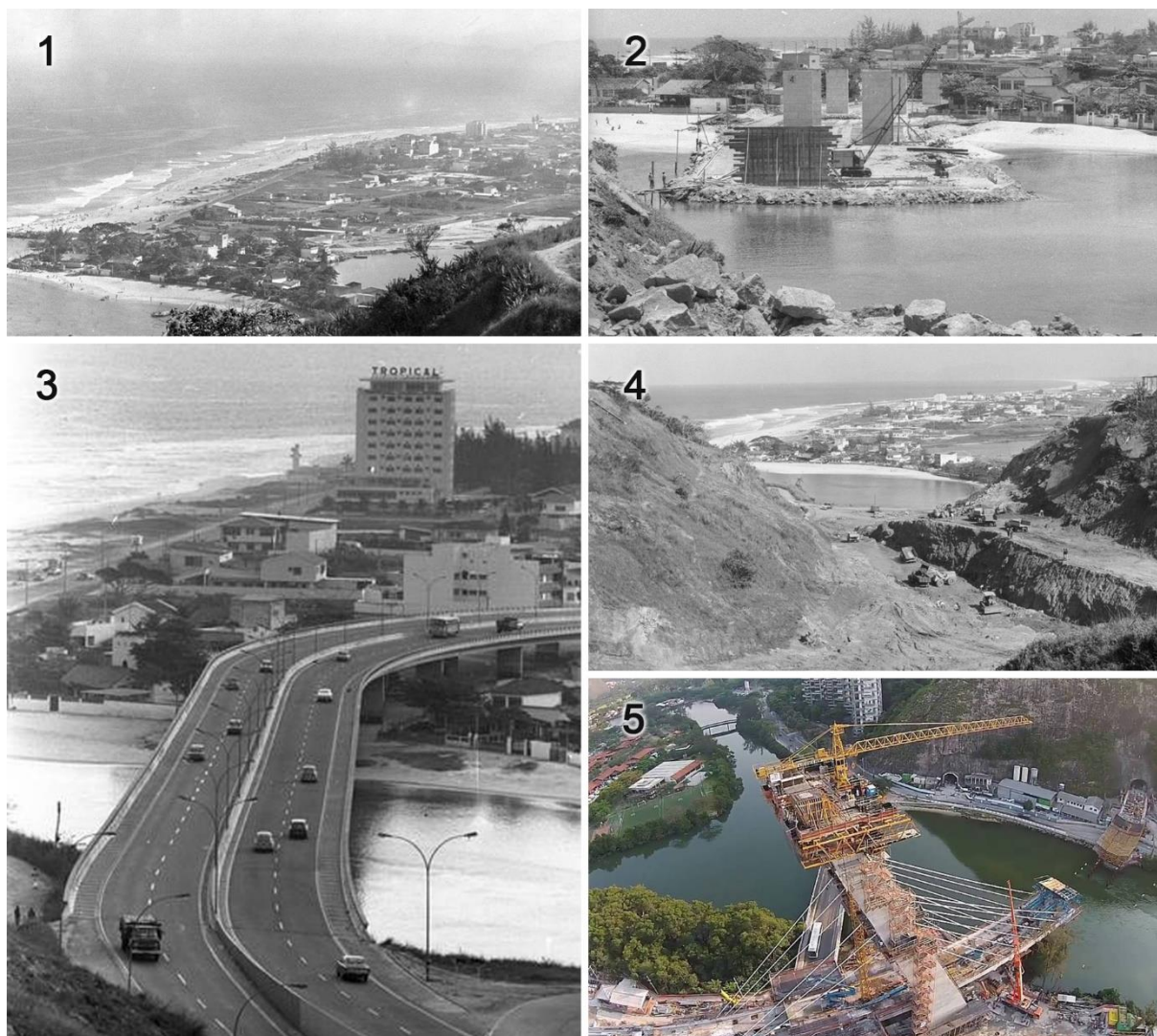
A infraestrutura viária, predominante como sistema de transporte, já se constitui num fator de seletividade de uso e ocupação da Barra da Tijuca, cujo processo de ocupação demográfica e de urbanização foi induzido pela implantação de estradas e, posteriormente, túneis e viadutos, que colocam em evidência também para qual classe social estava sendo projetada, uma vez que o percentual de pessoas que possuía automóvel na década de 1970 era bem restrito.

Cardoso, A. (1989, p. 160), ao apontar essa forte ligação entre as obras de infraestrutura e o Estado à época do Plano Piloto, ressalta as obras e faz uma crítica a esse modelo de intervenção, ao afirmar que:

Caberá ao governo Negrão de Lima a iniciativa de efetuar a ligação da região com a zona sul, através da construção do Elevado das Bandeiras, que incluía os túneis Dois Irmãos, Joá e o de São Conrado. A ligação com Jacarepaguá é

melhorada através da pavimentação da Av. Alvorada e da Av. das Américas. Já está colocada, com objetivo de governo, a ocupação da Barra, se elabora um plano destinado não apenas a disciplinar esta ocupação, mas também a criar o “Rio do futuro”, “arejado, medido e calculado”, “imposição e consequência do Anel Rodoviário”, que “não poderia resultar do raciocínio frio dos computadores”, e que deveria “aliar a beleza selvagem da Baixada ao progresso da cidade”. **Seria então na Barra da Tijuca que o Rio de Janeiro efetuaria por fim a conciliação com suas origens, articulando natureza e civilização, planejamento racional e humanização.** - (grifos nossos).

Figura 9 – Fotografias antigas Barra e ligação zona sul.



Legenda: 1) Vista aérea da Barra da Tijuca em 1969. 2) Construção de ponte de ligação Barra zona sul, 1969. 3) Vista da ponte ligação Barra zona sul concluída em 1975. 4) Obras de construção do Túnel do Joá com Jardim Oceânico ao fundo, 1967. 5) Construção da Ponte Estaiada do metrô Jardim Oceânico, 2014.

Fonte: Acervo digital Jornal O Globo. Acesso em janeiro de 2018. Disponível em:
<http://acervo.oglobo.globo.com/fotogalerias/a-urbanizacao-da-barra-da-tijuca-9331589>

Nas fotografias históricas acima, retiradas do acervo digital do jornal O Globo, é possível observar as construções das estradas de ligação durante o período do Plano Piloto, que estabeleceriam essa conexão mais direta de forma rodoviária, principalmente entre a Zona Sul

da cidade e a região da Barra da Tijuca, que começa também a apresentar um visível crescimento nas edificações e construções nesse mesmo período.

Seria importante destacar que a figura 9 retrata a construção de parte das estruturas utilizadas futuramente na implantação do metrô subterrâneo em 2014, que hoje conecta de forma mais rápida a Barra da Tijuca à Zona Sul e Central da metrópole. Sendo, no entanto, a única estação desse tipo de modal de transporte, o metrô foi inaugurado já não conseguindo suprir a demanda de pessoas que dependem do transporte público para acessar as outras partes da cidade. Além disso, para chegar até o Jardim Oceânico de outras partes da Zona Oeste ou mesmo do próprio bairro da Barra da Tijuca, é necessário pegar BRTs, ou ônibus de linhas que atendem as ruas mais internas dos bairros, que foram sensivelmente reduzidas nos últimos anos pela Prefeitura, o que prolonga ainda mais o tempo de deslocamento da grande maioria dos trabalhadores que cruzam a cidade (Dossiês 2013; 2014; 2015).

Também ocorreu uma obra de duplicação do Elevado do Joá como parte do pacote de mobilidade destinado aos Jogos Olímpicos em 2014, cuja primeira construção pode ser vista na figura 4, em 1967. A ampliação do Elevado teve ao todo 5 km de extensão e a abertura de uma nova pista e de dois túneis de ligação, que permitem agora a operação em fluxo contínuo, tanto de carros indo em direção à Zona Sul como os que vão em direção à Barra. A obra contou também com a construção de uma ciclovia à beira do mar⁶¹.

Uma das principais estratégias do Plano Piloto para adensar a região de estudo era a criação de centralidades, que seriam espécies de incentivadores para o desenvolvimento das áreas em seu entorno. Dessa forma, são elencados por Lúcio Costa a construção de um centro político, o Centro Cívico, que deveria ser construído na continuidade da Via 11, atual Avenida Ayrton Senna, em direção a atual Linha Amarela, na denominada “Pedra da Panela”⁶²; um centro econômico, o *Central Business District* (CBD) ou Centro Metropolitano, que deveria ser construído em área já apontada; e dois centros urbanos principais, um no início da Barra da Tijuca em sua ligação com a zona sul, no Jardim Oceânico, e “outro em Sernambetiba, contíguo ao Recreio”⁶³ (Plano Piloto, 1969, p.8).

O denominado Centro Comercial da Barra, próximo ao Jardim Oceânico, chegou a ser projetado e lançado pela Desenvolvimento Engenharia Ltda, uma incorporadora e construtora

⁶¹ A inauguração da ciclovia aconteceu no dia 17/01/2016, apenas três meses de sua queda parcial, que ocorreu em 21/04/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/04/parte-da-ciclovias-desaba-em-sao-conrado-zona-sul-do-rio.html>. Acesso em 21 de abril de 2016.

⁶² Atual bairro do Anil.

⁶³ Não foi efetivamente realizado.

imobiliária, mas não foi totalmente finalizado. O “bairro humano”⁶⁴, como foi denominado pelo grupo que executou o projeto, foi apelidado posteriormente de “Athaydeville” em homenagem ao fundador da construtora, Múcio Athayde e tinha a previsão de conclusão de todas as obras em 1980, não sendo realizado por fraudes e atrasos.

Das 76 torres cilíndricas residenciais do projeto original, quatro foram efetivamente planejadas e lançadas no mercado imobiliário, das quais apenas três foram construídas e somente duas delas entregues, uma em 1990 e a outra em 1994. A terceira torre, conhecida como Torre H, ficou parcialmente construída, com 190 apartamentos e até os dias atuais, permanece desabitada e em processo jurídico movido pelas pessoas que adquiriam os imóveis, mas nunca puderam morar neles. A Desenvolvimento Engenharia pediu falência em 2005.

Importante destacar que Lúcio Costa, em diversos momentos do Plano Piloto, salienta que a Via 11 deve ser tratada como uma área nobre, de futura valorização, na qual ele aconselha o plantio de “Palmeiras imperiais”. Seria por meio dessa via que a ligação entre o Centro Cívico e o Centro Metropolitano seria realizado, bem como a ligação com a Avenida das Américas, mostrando, portanto, a abrangência já pretendida em termos de circulação. Esse aspecto é muito relevante, se problematizarmos que, atualmente, esses espaços planejados na década de 70, receberam os aportes de capital necessários para a concretização da infraestrutura, acarretando a valorização de todos os terrenos no seu percurso, como apontado na figura 4.

Nesse aspecto, é possível compreender que a fronteira do capital nesse momento, não demandava uma necessária concretização dos centros de Lúcio Costa. Somente o plano e a potencialidade futura daquilo que estava sendo projetado e planejado já foi suficiente para, em primeiro lugar: efetivar uma transformação do zoneamento até então rural para o urbano; em segundo lugar, fomentar um processo de valorização, em parte real, em parte especulativo, baseado em produções futuras. As obras de infraestrutura empreendidas pelo Estado e algumas edificações construídas acarretaram um processo de valorização do espaço por envolverem trabalho, a produção do valor. O proprietário fundiário, mesmo que não tenha realizado investimentos diretos, beneficiou-se deste processo por deter o monopólio de frações da terra urbana. É o próprio processo que mostra que a propriedade privada pode ter um potencial de gerar valor, através do trabalho que pode ser incorporado nesse local, mesmo se for em um momento futuro.

⁶⁴ Informações e documentos sobre esse empreendimento e sua história foram extraídos do site “Paraíso Ocupado”, que disponibilizou os arquivos históricos sobre o Centro comercial e os desdobramentos da sua realização. Disponível em: <http://www.paraísoocupado.com/centro-comercial-da-barra/>

No próprio Plano Piloto, em anotações, Lúcio Costa argumenta que a harmonia de todos os projetos propostos deveria ser fundamental na elaboração concreta dos loteamentos apontados, tanto das áreas dos núcleos comerciais e residenciais, quanto dos locais onde determina novas intervenções, como a da criação de polos de turismo. Que a construção desses loteamentos, que estivessem em consonância com as propostas do Plano, levaria a mais loteamentos, o que recairia sobre o valor pago na terra em relação aos ganhos futuros auferidos pelas construções em todo o entorno.

Nesse sentido, ele argumenta que os gastos adicionais que os proprietários dos terrenos teriam ao fazer as modificações urbanas expressas no plano não seriam relevantes, pois “[...] na maioria dos casos tais áreas foram adquiridas por ínfimo preço, os alegados prejuízos serão relativos, pois não corresponderão ao valor efetivo do investimento senão à limitação dos lucros pretendidos nas futuras transações” (Plano Piloto, 1969, p.13). Vê-se claramente, portanto, que o chamado ordenamento urbano, longe de ser benéfico a toda sociedade, como propagado, constituía-se em uma estratégia para potencializar os negócios imobiliários.

Da mesma forma, Lúcio Costa aponta que seria natural essa valorização, e não um processo que é artificialmente criado durante o próprio ciclo de acumulação do capital, no documento denominado de “Baixada de Jacarepaguá”, publicado em 1980:

Assim, é perfeitamente natural que a iniciativa privada se antecipe e force a sua presença e demanda e implantação parcelada da infra-estrutura, e é igualmente natural que as terras contíguas ao seu percurso se valorizem, resultando então daí, por vias travessas, o almejado processo gradativo de ocupação (Baixada de Jacarepaguá, 1980)

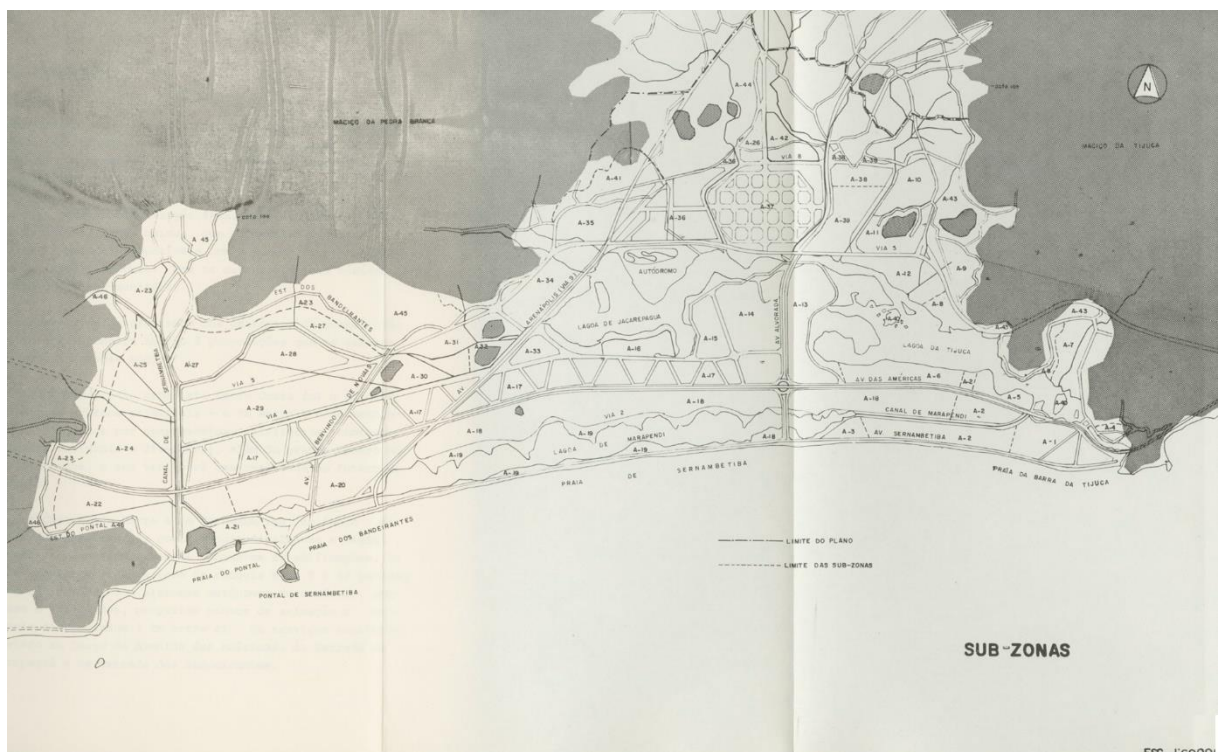
Esse documento teve por objetivo a sistematização das ações que seriam efetivamente implementadas por meio das diretrizes estabelecidas no Plano Piloto, aprovadas através do Decreto Municipal nº 324 de 3 de março de 1976⁶⁵, que dispunha sobre o parcelamento e zoneamento da Baixada de Jacarepaguá, com responsabilidade da Sudebar. O decreto delimitava a área como Zona Especial 5 – ZE-5, que integrava a Área de Planejamento 4, com diretrizes para o parcelamento e uso do solo e do gabarito das construções, pela divisão dessa área em 46 subzonas, com suas especificações técnicas.

Tendo sido publicado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e pela Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, com Lúcio Costa constando como um “consultor”, no documento são elencadas as necessárias obras que foram descritas no Plano

⁶⁵ Decreto 324 de 03 de março de 1976. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1976/32/324/decreto-n-324-1976-aprova-instrucoes-normativas-de-natureza-comum-a-toda-a-area-da-ze-5-baixada-de-jacarepagua>.

Piloto, trazendo as diretrizes e mapas para a efetivação dessas intervenções urbanas, como no item zoneamento, por exemplo, onde são elencadas a altura das edificações e serem construídas entre o Centro da Barra e o de Sernambetiba, na Avenida das Américas, compondo o que denominava-se de “nuclearização”, ou seja, núcleos residenciais e comerciais que seguiriam um padrão arquitetônico definido e planejado, de forma a compensar “o uso rarefeito do solo” e viabilizar a implantação de infraestrutura nos pequenos espaços elencados (Baixada de Jacarepaguá, 1980, p.11-12).

Figura 10 – Baixada de Jacarepaguá, subzonas determinadas



Legenda: Loteamentos Tjucamar e Jardim Oceânico na Subzona A-1, Recreio dos Bandeirantes Subzona A-20 e Cidade de Deus subzona A-44. Núcleos novos como Nova Ipanema, Riviera dei Fiori, ficam na subzona A-18

Fonte: retirado do documento Baixada de Jacarepaguá, 1980, p.17

No decreto que norteia as intervenções e o zoneamento, também foram delimitadas três áreas que deveriam ser destinadas à construção dos conjuntos habitacionais multifuncionais dentro do âmbito do já mencionado Plano Paralelo: zonas A-23, A-27 e A-28, localizadas no canto superior esquerdo do mapa, praticamente em área limítrofe da delimitação de interferências do Plano Piloto no espaço. São elencadas as condições para o parcelamento dos lotes e os critérios para edificação das construções dos novos espaços, como destacados na figura os loteamentos Tjucamar e Jardim Oceânico, no início da Barra na subzona A-1, futuros

núcleos residenciais na subzona A-18, como o Nova Ipanema⁶⁶ e Riviera dei Fiori, bem como a delimitação do loteamento de assentamento dos trabalhadores removidos pelo poder público na Zona Sul, na Cidade de Deus e em Gardênia Azul, na subzona A-44, por exemplo. Na extremidade oposta os loteamentos Tijucamar e Jardim Oceânico, o loteamento que poderia ser realizado no Recreio dos Bandeirantes, na subzona A-20, colocando, portanto, uma espécie de abrangência triangular sobre os novos empreendimentos, visando o futuro adensamento de toda a AP4.

Dessa forma, o plano parcela os fragmentos do espaço e designa, por meio do zoneamento, quais atividades devem ser realizadas em cada um desses espaços, bem como todas as diretrizes para construções de edifícios, arruamento, calçamento etc. Determina como a vida irá se estabelecer nesses espaços planejados, concebidos para serem ocupados por uma parcela da elite carioca, com um cotidiano programado por meio do próprio plano.

A caracterização fundamental do plano é ser um instrumento de urbanização para áreas pertencentes em sua totalidade a particulares, devendo, portanto, ser implantado pela empresa privada. Cabe ao poder público, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, orientar a urbanização e desenvolver a região, assim como coordenar a implantação da infra-estrutura, a cargo, praticamente em sua totalidade, de organismos subordinados diretamente ao Estado do Rio de Janeiro (Baixada de Jacarepaguá, 1980, p.2 – grifos nossos)

Os conjuntos propostos no Plano Piloto tinham, por princípio, uma mistura entre trabalho, moradia e lazer dentro de um mesmo núcleo construído, ou seja, previa locais específicos para funções e atividades pré-determinados, dentro dos princípios do urbanismo modernista, com a implantação de minicentros conectados a avenidas principais. Seu objetivo era uma nuclearização de zonas residenciais e comerciais ditas coletivas, que poderiam ser acessadas pelos moradores de cada núcleo construído. As separações das funções, com faixas residenciais em núcleos isolados, os condomínios fechados, e faixas para o comércio e serviços, especialmente shopping centers ou boulevards com estacionamentos privativos para os automóveis, sendo as vias de acesso, na sua maioria, projetadas e posteriormente construídas para a circulação dos veículos, privilegiando o individual ao coletivo, principalmente em função

⁶⁶ Alguns nomes dos empreendimentos da Barra remetem a outras áreas da cidade, especialmente zona sul, como se fosse uma extensão simbólica desses bairros. Segundo reportagem do Jornal O Globo, essa estratégia foi muito utilizada pelas construtoras imobiliárias para atrair compradores, desde o início da década de 70: “Esticaram o bairro: ao fazer lançamentos, construtoras batizam áreas da cidade com nomes tradicionais”. Caderno morar bem, 21 de julho de 2002, p.1. Acesso em maio de 2020. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=Esticaram+o+bairro&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2000&anoSelecionado=2002>.

das longas distâncias que são dificilmente percorridas a pé, são algumas das características que se colocavam no Plano Piloto e que ainda podem ser observadas nas construções e edificações.

Figura 11 – BR 101 – atual Avenida das Américas entroncamento com Av. Salvador Allende⁶⁷ – Barra da Tijuca/Recreio dos Bandeirantes, 1969 – 2020



Legenda: vista direção Recreio-Barra, é possível ver na foto de 2020 o local onde hoje fica o Terminal Alvorada, ponto de confluência de linhas de BRT da zona oeste

Fonte: Plano Lúcio Costa, anexo fotográfico, 1969. Google Maps, 2020. Produção própria.

Adicionalmente aos loteamentos residenciais, o centro político – Centro Cívico – e o centro comercial e administrativo – Centro Metropolitano – se colocavam no Plano Piloto enquanto os grandes objetivos dos projetos urbanos de Lúcio Costa. O Centro Metropolitano, por exemplo, era apresentado não como uma nova centralidade, que disputaria a concentração de serviços públicos e privados com o centro da cidade, mas sim como um “novo centro autônomo, à maneira de Copacabana e Tijuca, [...], novo polo estadual de convergência e irradiação” (Plano Piloto, 1969, p.6).

Essa convergência mencionada no plano se daria através da localização geográfica “privilegiada” onde seria construído o futuro CBD, por meio de uma conexão definitiva com as zonas Sul e Central e com a Zona Norte, pelos eixos viários de confluência já mencionados, que fariam a ligação desse centro à área oeste de Santa Cruz, destinada no Plano para a instalação das indústrias por ser uma área acessível às rodovias já existentes, tornando o Centro Metropolitano, portanto, um eixo Norte-Sul e Leste-Oeste, “o verdadeiro coração da Guanabara” (Plano Piloto, 1969, p.7).

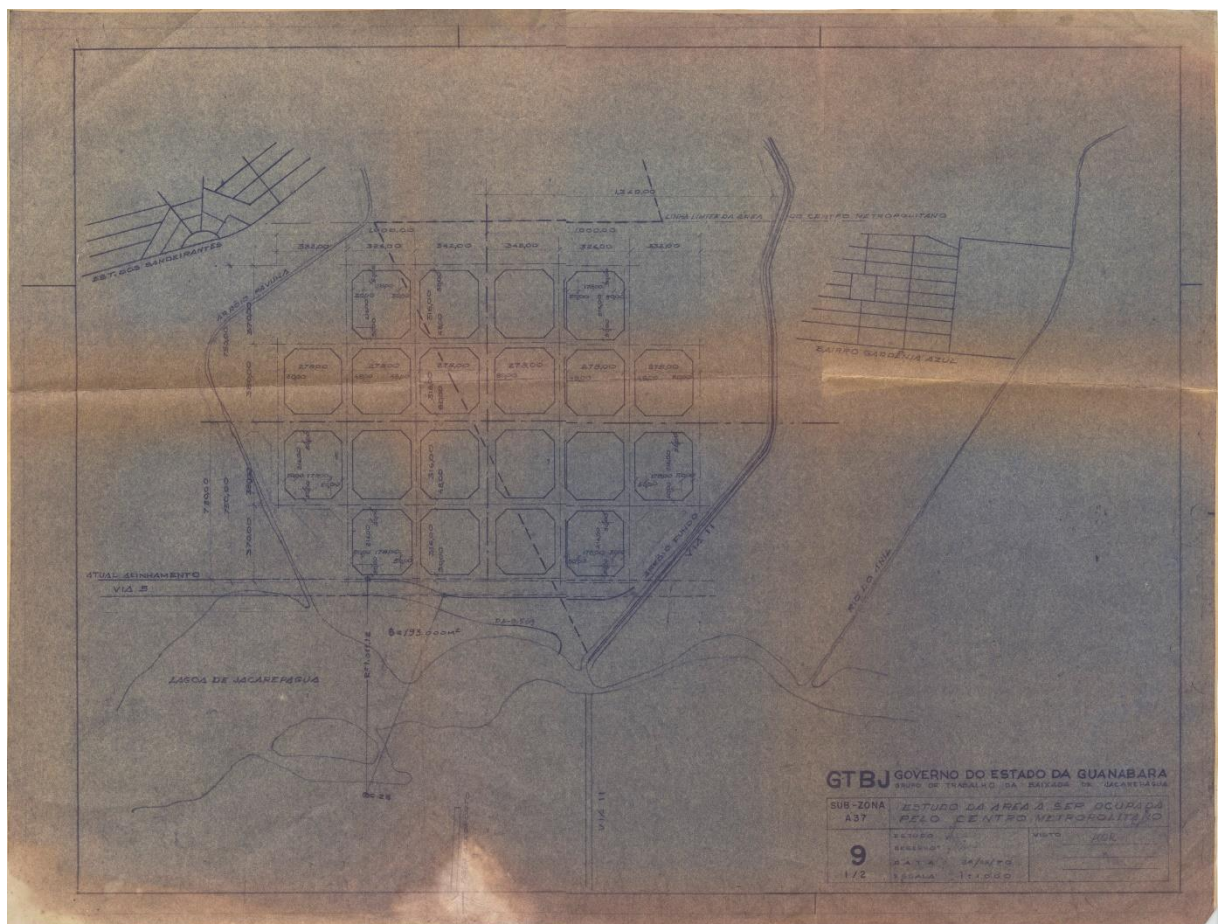
Nesse sentido, o Centro Metropolitano se colocava como o grande objetivo do Plano Piloto de Lúcio Costa, no seu traçado e planejamento interno de ocupação, seguindo os moldes

⁶⁷ Antiga Via 9.

do planejamento modernista, mas também seria a justificativa necessária para a realização das obras de infraestrutura que seriam realizadas pelo poder público, necessárias para tornar esse fragmento a frente de expansão imobiliária pretendida.

Conforme já foi abordado, a centralidade, enquanto uma forma do urbano, congrega elementos distintos que a compõe. A utilização da forma centralidade pelo Plano Piloto foi necessária enquanto uma mobilização que visava, principalmente por meio do plano de ordenamento e das modificações realizadas através do investimento público, potencializar a expansão da Barra da Tijuca como uma fronteira de expansão diferenciada do restante da metrópole carioca.

Figura 12 – Croqui original do Centro Metropolitano



Fonte: Estudo da Área a ser ocupada pelo Centro Metropolitano, 24 de fevereiro de 1970. Disponível: <http://www.jobim.org/Lucio/handle/2010.3/83>. Acesso em março de 2018.

Através de análise do croqui elaborado por Lúcio Costa sobre o local onde seria construído o Centro, como mostra a figura acima, é possível verificar que o espaço ainda é praticamente o mesmo proposto, no que hoje é denominado de Avenida Embaixador Abelardo Bueno, no entroncamento com a Linha Amarela. O Plano Piloto previa a desapropriação dessa

área assinalada no Croqui, que era privada, de maneira a proporcionar sua futura construção pelo poder público, algo que facilitaria as obras necessárias no espaço e sua posterior comercialização, mas que acaba não ocorrendo.

A efetiva construção do Centro Metropolitano não seria realizada pelos próximos anos, como o próprio Lúcio Costa pontua em suas observações no documento de 1980. Para o arquiteto, a pretendida valorização da área seria gradualmente construída com a própria melhoria na infraestrutura do entorno, por meio da efetivação das obras propostas pelo Plano ao poder público à época, ou seja, que a construção poderia ser privada, mas que sua valorização dependia da ação do Estado, como aponta claramente o trecho abaixo:

Durante muito tempo ainda, deixe-se a várzea tal como está, com o gado solto, pastando. E só quando a urbanização da parte restante, da Barra a Sernambetiba, se adensar; quando a infra-estrutura, organizada nas bases civilizadas e generosas que se impõem, existir, e a força viva da expansão o impuser, - aí então sim, terá chegado o momento de implantar o novo centro que, parceladamente embora, já deverá nascer na sua escala definitiva (Plano Piloto, 1960, p.13).

Um dos fatores que poderiam contribuir para essa valorização, como também apontado no Plano, seria a realização de uma Exposição Internacional na Barra da Tijuca, a Expo-72, em terreno previamente estabelecido, que ficaria em área adjacente a determinada para a construção do CBD⁶⁸.

Segundo Molina (2013), a realização da Exposição Internacional de 1972, na Barra da Tijuca, carregava consigo a possibilidade de realização de obras de infraestrutura na região, tão monumentais quantas as realizadas para a Exposição de 1922 na Zona Sul. No plano de captação do evento, previam-se obras viárias, como um metrô de ligação entre a Barra e a Zona Sul, um monotrilho até o Aeroporto Internacional do Galeão, um anel viário de interligação entre as diferentes zonas; todas essas obras também mencionadas por Lúcio Costa em seu Plano Piloto, como obras que seriam realizadas pelo Estado, através de parcerias com a iniciativa privada e que aumentariam a valorização das edificações já construídas e dos terrenos, tendo em vista as possibilidades de construções futuras.

⁶⁸ A implantação do pavilhão que abrigaria o evento estaria localizada, segundo Plano, ao longo da via 11, em uma área delimitada como parque biológico, mas que, segundo Lúcio Costa, era muito ampla e merecia melhor destino do que meramente servir como um espaço de preservação ambiental, “como porque assim se integrará melhor ao ambiente e servirá de benfazejo contraste para o recreio e distensão da população adensada no futuro grande Centro Metropolitano NS-LO que lhe ficará contíguo” (Plano Piloto, 1969, p.12). Igualmente, nessa área, deveriam ser futuramente construídas uma universidade, “vinculada ao novo Secretariado de Ciência e Tecnologia” (idem), bem como seria utilizado para construções posteriores de outras instituições científicas.

As obras, listadas por uma publicação do Jornal do Brasil em 12 de novembro de 1969⁶⁹, deveriam ser realizadas até a data do início da Expo-72 e se referiam basicamente à parte de infraestrutura, tais como:

Sistema viário com a duplicação parcial, em tempo hábil, da BR101, até seu entroncamento com a via 11, e a duplicação desta via com a construção de ponte, já em fase de projeto, sobre a lagoa Camorim; Dragagem e saneamento da lagoa do Camorim e da Lagoa da Tijuca, notadamente nas enseadas denominadas Saco Grande e Saquinho; Instalação de estação telefônica da Cetel, de acordo com os planos em estudo, antes de junho de 1971; Instalação de tratamento de esgotos na região da exposição; Efetivação do projeto da Cedag para adução de água potável à área da Barra da Tijuca antes de junho de 1971; Instalação de linha de transmissão de luz e energia pela concessionária, se possível ainda no ano de 1970, para atender ao canteiro de obras do parque; Estudo, pela Secretaria de Serviços Públicos de sistema de transporte coletivo, seja por ônibus, seja por sistemas mais avançados de metropolitano.

Apesar desse planejamento, problemas e desacordos diversos fizeram com que a realização desse evento fosse oficialmente cancelada em 1969, como discute Cosentino (2015, p.31-42). O autor salienta que a tentativa e não efetivação da Expo-72 no Rio de Janeiro significou um marco importante para o estabelecimento de uma frente de captação de eventos pela cidade enquanto possibilidades de atração de investimentos, principalmente internacionais, o que irá se perpetuar pelas próximas décadas.

O que o resgate histórico sobre a Expo-72⁷⁰ nos revela, olhando para os processos que se desenrolam na Barra da Tijuca hoje, são a efetivação de muitas das construções já previstas em 1969, tanto na parte viária, quanto na construção de edifícios comerciais e públicos, o que traz à tona a reflexão de como o primeiro momento da valorização da terra, com o alibi da centralidade, foi a base necessária para que fossem consolidados os próximos ciclos da produção da Barra como um novo produto imobiliário.

Este plano do Centro Metropolitano não foi realizado nas décadas posteriores, mas foi mobilizado em alguns momentos pontuais, principalmente após os anos 80, enquanto um projeto que seria implementado. De certa forma, representava um símbolo da centralidade pretendida para a região da Barra da Tijuca, principalmente na perpetuação do sentido atribuído

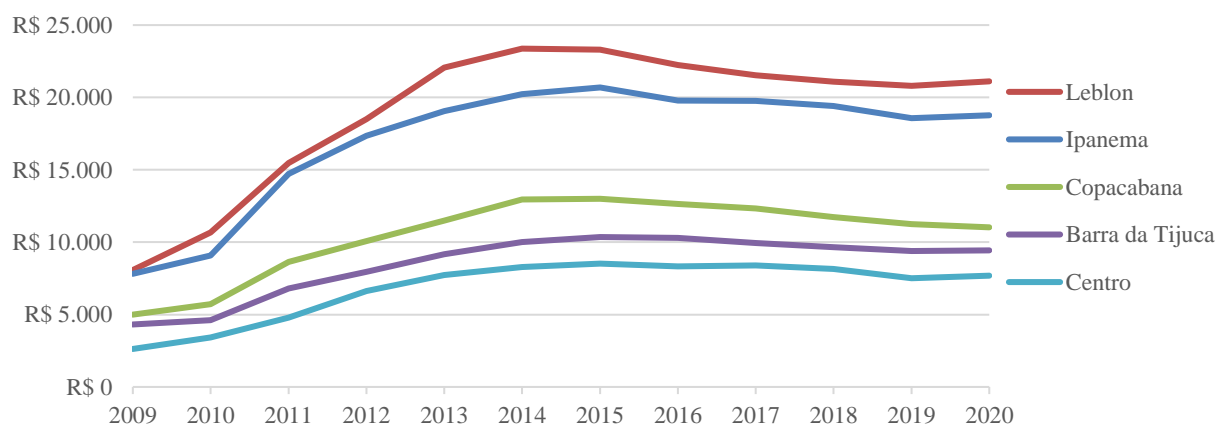
⁶⁹ “Estado recebe relação de obras que deve executar para implantar a Expo-72”. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 12 novembro de 1969, 1º caderno, Cidade, p.5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_08&pasta=ano%20196&pesq=Expo-72&pagfis=144001. Acesso em janeiro de 2018.

⁷⁰ Em 1993, foi anunciado pela construtora Carvalho Hosken no mesmo terreno que abrigaria a Expo-72, a construção do “bairro modelo” Península, o que causou uma declaração indignada do próprio Lúcio Costa, para quem a área deveria ser preservada enquanto reserva ambiental. “Lúcio Costa se indigna”. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 06 de maio de 1993, caderno Cidades, p.17. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=88651. Acesso em maio de 2020.

a ele no próprio Plano Piloto, de uma zona de confluência natural de ligação entre as partes da metrópole carioca. **Delineiam-se, portanto, já na metade do século XX, algumas especificidades do espaço que hoje abriga uma das áreas imobiliárias com um dos metros quadrados mais valorizado da metrópole do Rio de Janeiro.**

Dados levantados pela pesquisa junto ao Secovi-RJ, por exemplo, mostram o aumento no preço do metro quadrado residencial para venda, no período de 2009-2020 do bairro da Barra da Tijuca, em comparação com bairros da Zona Sul e Centro. Mesmo não ultrapassando os valores dos metros quadrados dos três bairros da Zona Sul – Leblon, Ipanema e Copacabana – o bairro da Barra da Tijuca sofre uma queda menor entre 2014 e 2019, se aproximando novamente dos valores de Copacabana. Importante frisar que esse período analisado diz respeito ao ciclo olímpico, terceiro momento da valorização identificado pela pesquisa, que será melhor referenciado adiante, bem como a um período de grave crise econômica no Brasil, reduzindo consideravelmente o número de unidades vendidas.

Gráfico 1 – Preço do m² ofertado para venda residencial



Fonte: Pesquisa e compilação Secovi-RJ – produção nossa

A não efetivação plena dos empreendimentos e obras públicas de infraestrutura previstos no Plano Piloto, bem como a não construção do Centro Metropolitano na década de 70, não significam que o plano não tenha sido bem-sucedido. Ele foi parte constitutiva necessária para o momento de crise econômica pelo qual a cidade passava e, sobretudo, sinalizou a possibilidade de uma nova forma de captação e direcionamento de recursos para a produção da cidade, pautados no imobiliário e no modelo rodoviário-modernista vigente à época, ou seja, ele captou possíveis excedentes de capitais e pavimentou o caminho para uma valorização futura. Propiciou o investimento estatal em diversas obras de infraestrutura, tanto nas ligações rodoviárias dessa parte da cidade com o restante, como também, abertura de ruas,

avenidas e aterramento ou drenagem de lagoas e córregos necessárias, principalmente, para viabilizar as construções do Autódromo de Jacarepaguá e do Riocentro, em 1977, por exemplo.

2.1.1. A consolidação da fronteira Barra da Tijuca e a força política dos proprietários fundiários

A construção dos grandes condomínios fechados no meio da década de 70, com infraestrutura de serviços, como o Novo Leblon, Barramares e outros, concentrava uma população de alto poder aquisitivo ao mesmo tempo em que criava “vazios” espaciais, principalmente com o intuito de uma valorização futura do solo ou para facilitar a venda das unidades, como apontado por Cardoso, A. (1989, p.162):

Avaliando-se a ocupação ano a ano, pode-se verificar que é a partir de 1974 que se inicia o processo de crescimento acelerado. Mais significativo, ainda, é que das 45.906 pessoas residentes em 1980, 28,5% tinham 1 ano ou menos de moradia no local. **Evidencia-se, assim, a importância da Barra como frente de expansão urbana da cidade**, a partir do deslocamento de parcelas da população que serão responsáveis pelos índices de crescimento mais elevado do município na década de 70. **Cabe, porém, ressaltar que esta população apresentava um perfil de renda peculiar, com cerca de 40% situando-se na faixa de rendimento acima de 20 salários.** Este perfil é bastante diferente do restante da cidade, onde esta faixa se situa em torno de 9% do total da população. Esta tendência, que se manifesta também como uma baixa participação relativa de famílias com rendimento baixo – 5% com rendimento até 1 salário – mostra que a Barra é, em verdade, uma frente de expansão para os setores da população de maior poder aquisitivo.

A consolidação dessa frente de expansão é alcançada por meio dos planos e daquilo que foi efetivamente construído que, por intermédio dos poucos proprietários fundiários, auferem um preço elevado à terra que acaba por “selecionar” quais tipos de empreendimento serão construídos e quais empresas dispõem de capital para arcar com os aportes iniciais da construção. Os lançamentos imobiliários são direcionados, portanto, para um público específico que pode pagar para morar no “agreste carioca”. Ao mesmo tempo, essa frente de expansão aponta para o fato de que as possíveis concessões políticas dos latifundiários junto ao poder público, também definem o que deve ser feito e onde; as obras de infraestrutura acompanham os lançamentos imobiliários e não o inverso. Também definem quem pode comprar o que será construído, através da materialidade das construções, o que por sua vez, cria a valorização da terra e do seu entorno. Com isso, a cada novo empreendimento realizado, a terra vai encarecendo e, conseqüentemente, esse movimento sinaliza para quem pode pagar para morar nesses locais.

A propriedade fundiária urbana, nos termos já explicitados por Carlos (2011), seria parte constitutiva do próprio processo de produção e valorização do espaço, como condição, produto e meio do processo de reprodução da sociedade e da acumulação do capital. Nesse aspecto, as contradições socioespaciais poderiam ser entendidas não no plano da renda e da distribuição, mas sim da produção de valor, por terem trabalho vivo incorporado no processo de produção do espaço, não só pensando em seus fragmentos, mas sim na sua totalidade. Dessa forma, a valorização dos espaços segue uma lógica da própria acumulação ampliada do capital, como salienta Alvarez (2017b, p.248):

Deste modo, apreende-se que a generalização da produção do espaço como mercadoria coloca a necessidade de ir além da teoria de uma renda fundiária urbana, para compreender a sua dinâmica, tendo em vista que no espaço urbano não se trata da distribuição do valor apenas, mas da sua própria produção como valor e, portanto, a realização da propriedade como realização de frações deste valor e potencializando a especulação, à medida que se constitui na mediação inexorável para a obtenção de ganhos pautados no trabalho já acumulado, mas, sobretudo, no trabalho futuro.

A produção do produto imobiliário Barra da Tijuca, a partir de 1976, como já apontado em Ribeiro, (1997), tendo por premissa a constituição dos condomínios fechados de luxo que ofereciam um “novo modo de viver” na cidade do Rio de Janeiro, iniciados com o Plano Piloto, foi pensado, não só como um produto distinto do que já existia frente ao imobiliário verticalizado de luxo da zona sul da cidade, mas sobretudo, diante do monopólio da terra e das próprias empresas de construção, como uma fronteira imobiliária que produziria ganhos extraordinários aos seus proprietários, com o aumento cada vez maior nos lançamentos e nas construções, processo esse ancorado, sobretudo, no Estado como indutor das obras de infraestrutura.

Nesse sentido, em uma matéria do ano de 1973 do acervo do jornal O Globo⁷¹, foi publicada uma Carta da Bolsa de Imóveis do Rio de Janeiro em resposta à Associação Comercial da Barra da Tijuca, sobre quais bairros apresentariam uma valorização imobiliária mais rápida. Além de classificar os bairros da Zona Sul, tendo Ipanema e Leblon como os que tiveram maior valorização em comparação com Copacabana, principalmente frente a densidade demográfica desses bairros, o jornal aponta que a Barra da Tijuca já se colocava como uma frente de expansão significativa dos capitais imobiliários, ao afirmar que:

⁷¹“Bolsa de Imóveis dá seu testemunho”. Acervo Jornal O Globo, Grande Rio, 07 de janeiro de 1973, p.5. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=lan%C3%A7amento+imobili%C3%A1rio+Barra+da+Tijuca&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1970&rio=on>

Os bairros da Praia da Gávea e Barra da Tijuca são atualmente os de ritmo de valorização imobiliária mais rápida da Guanabara. São os bairros do presente e serão, cada vez mais, os bairros do futuro. As diferenças entre Copacabana e a Barra da Tijuca é que enquanto Copacabana tem, cada vez mais o máximo de habitantes com o mínimo de espaço, a Barra da Tijuca terá o mínimo de habitantes com o máximo de espaço, graças ao plano-piloto Lúcio Costa.

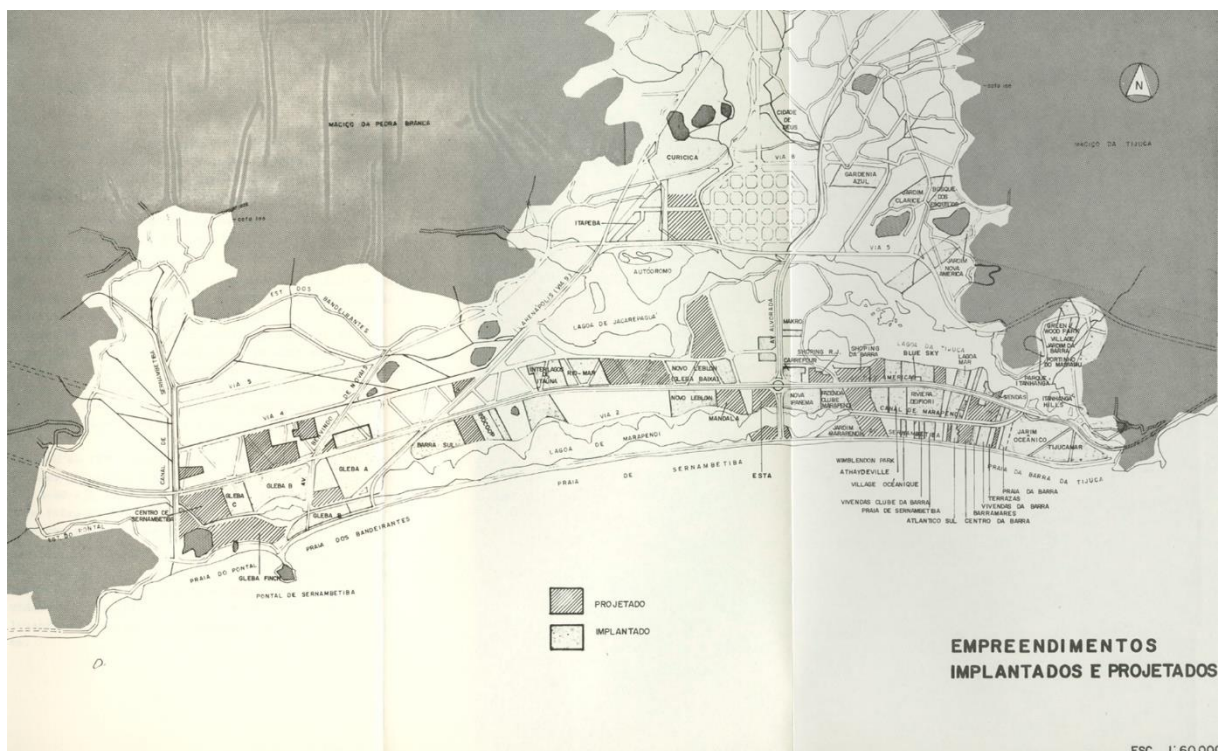
Igualmente, em uma matéria de página inteira, publicada por esse mesmo veículo jornalístico no ano de 1975⁷², discute-se a inauguração de um loteamento denominado de Nova Ipanema, localizado ao lado da Lagoa de Marapendi. Com uma área total de 400 mil metros quadrados, dos quais uma parte seria destinada à construção de três edifícios residenciais no lançamento e outros cinco posteriormente, com 600 apartamentos no total e 116 lotes para construção de casas unifamiliares. Anunciado como a única gleba do bairro da Barra da Tijuca urbanizada e com serviços implementados, como saneamento básico e poços artesianos para água potável de seus futuros moradores, o empreendimento seria autossuficiente, com a inauguração de um shopping center, um hipermercado e escolas em sua área, anunciando o novo produto imobiliário da Barra, os condomínios fechados multifuncionais.

A forma dos lançamentos por etapas, ou seja, das construções espaçadas na morfologia física, que auferem a alta rentabilidade pretendida tanto pelos incorporadores como pelos próprios proprietários fundiários será uma maneira lucrativa encontrada para, gradualmente, dar vazão aos empreendimentos já lançados na região e para a consolidação dos próximos projetos, acarretando um maior lucro ao processo de construção e venda e, ao mesmo tempo, valorizando toda a área ao seu redor.

Como elencado no documento que auxiliou a projeção do Plano Piloto, entre os anos de “1973 e 1976, o valor da terra cresceu na Baixada de Jacarepaguá 622%, somente em duas outras partes do Município o crescimento ultrapassou 100% (Jacarepaguá 111% e Centro 105%)” (Baixada de Jacarepaguá, 1980, p.13). Através do mapa anexado ao documento, é possível visualizar as construções pretendidas e realizadas nessa época, que colocam em evidência a prática das construções por etapas nesse período.

⁷²“Tamoyo inaugura bairro de Nova Ipanema, na Barra”. Acervo Jornal O Globo, Grande Rio, 07 de julho de 1975, p.9. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=lan%C3%A7amento+imobili%C3%A1rio+Barra+da+Tijuca&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1970&rio=on>

Figura 13 – Empreendimentos implantados e projetados em 1980.



Legenda: da esquerda para a direita: Centro de Sernambetiba (projetados); Condomínios Barra Sul Novo Leblon, Nova Ipanema, Athayde Ville, Riviere Del Fiori, Tijucamar e Jardim Oceânico (implantados); Centro da Barra (projetado) Fonte: imagem retirada do documento: Baixada de Jacarepaguá, 1980, p.22

Outra reportagem do acervo do jornal O Globo, de 1975, intitulada “Um exemplo a ser seguido”⁷³, elenca uma reunião entre o então secretário municipal de planejamento e os dirigentes da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi), sobre a questão do zoneamento da Barra da Tijuca para o uso do solo em relação às construções que estavam crescendo muito no período, após a abertura da estrada Lagoa-Barra e do aumento no número de pedidos de licenciamentos para os bairros de Jacarepaguá, Lagoa e Barra da Tijuca. De acordo com o que teria sido dito na reunião, o dirigente da Ademi teria afirmado que haveria um entendimento entre a iniciativa privada e o governo à época e o então secretário teria dito:

Hoje, o empresário tem de consultar o Estado sobre o tipo de construção que pretende fazer naquela região e, futuramente, ele terá apenas de atender à legislação existente. O planejamento para as novas áreas habitacionais será feito "sem medo de ferir a sensibilidade de escalões municipais, estaduais ou federais, pois o Governo, como um todo quer mostrar a urbanização da Barra da Tijuca como exemplo a ser seguido.

⁷³ “Um exemplo a ser seguido”. Acervo Jornal O Globo, Grande Rio, 07 de julho de 1975, p.9. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=lan%C3%A7amento+imobili%C3%A1rio+Barra+da+Tijuca&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1970&rio=on>

De acordo com Molina (2013, p.188-189) “ocupar essa área significava, também, produzir um ‘novo’ Rio de Janeiro, diferente e distante daquele em que as contradições socioespaciais estavam mais aparentes do que nunca”. Tendo como os agentes principais de expansão, conforme destaca o autor, a prefeitura da cidade e as grandes empresas imobiliárias, a região da Barra começa a ser construída como uma nova centralidade para a cidade, se consolidando principalmente com os condomínios de luxo, os centros comerciais, os grandes shoppings centers e outros serviços que “induziram a diversidade de uso do solo” (Molina, 2013, p.189).

Algumas particularidades desse primeiro momento da consolidação da fronteira urbana da cidade do Rio de Janeiro em direção à Zona Oeste, notadamente na Barra da Tijuca, mais precisamente, na Área de Planejamento AP4 – Baixada de Jacarepaguá, precisam ser aprofundadas, de forma a entendermos melhor os posteriores momentos da valorização pelos quais esse fragmento espacial da metrópole carioca vem passando.

O primeiro desses fatores que incidiram de maneira significativa na efetiva produção do espaço dessa região da cidade foi o Decreto n° 3.046 de 27 abril de 1981⁷⁴, instrumento jurídico utilizado pelo poder público para a realização de alterações no zoneamento e parcelamento do solo que afetariam toda a dinâmica construtiva pelos próximos anos. Esse novo decreto revogava o anteriormente em vigor, n° 324 de 3 de março de 1976. O poder público se consolidava, nesse sentido, como o regulador necessário para que as construções fossem efetivamente realizadas pelos proprietários privados, como já havia declarado o então secretário municipal de planejamento em 1975.

O decreto de 1981 é importante, principalmente, por trazer significativas mudanças ao Plano Piloto, como o aumento no gabarito das construções e da divisão previamente estabelecida no decreto de 1976, de toda a AP4 em suas 46 subzonas, modificando as especificidades técnicas de cada uma, que permitiram o aumento no potencial de construção previamente determinado no Plano Piloto, bem como o parcelamento e loteamento do solo, já inserido nesse momento em uma dinâmica própria do urbano. O aumento no gabarito permitia, entre outras coisas, a construção de hotéis e edifícios comerciais ou residenciais com pavimentos maiores na orla da praia, de até quinze andares, o que contradizia uma das principais preocupações do Plano Piloto, que era a de não construir de altos edifícios na orla marítima, como já ocorria na Zona Sul da cidade, mas que atendia aos interesses dos investidores

⁷⁴ Leis Municipais, disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/1981/305/3046/decreto-n-3046-1981-consolida-as-instrucoes-normativas-e-os-demais-%E2%80%A6>

imobiliários. Uma vez mais, fica evidente que o Plano Piloto serviu aos propósitos dos proprietários fundiários somente enquanto representação.

As principais alterações ao projeto original previsto por Lúcio Costa diziam respeito às permissões para construções residenciais com alturas maiores do que as especificadas no plano, bem como a não desapropriação da área designada para a construção do *Central Business District*, o Centro Metropolitano, mas abria a possibilidade de construção de edifícios residenciais dentro do seu perímetro, o que não tinha sido idealizado por Lúcio Costa. As terras do Centro Metropolitano, já de propriedade da construtora Carvalho Hosken, se mantêm em mãos privadas até os dias atuais. O decreto também confirmava a não realização da construção do Centro Cívico, um dos marcos principais do Plano Piloto na almejada construção da centralidade na Barra da Tijuca, local que concentraria grande parte dos serviços públicos da cidade, localizados no centro. Fica evidente que a centralidade política almejada por Lúcio Costa foi sendo preterida, ao longo dos anos, em nome da produção imobiliária que atendia aos interesses dos poucos proprietários fundiários dessa parte da metrópole carioca.

Já existiam diversos conflitos à época entre o escritório do arquiteto idealizador do plano de urbanismo para a região oeste e os poucos proprietários de terras, principalmente em fatores relacionados às valorizações almejadas por esse grupo e a influência que tinham junto ao poder público⁷⁵. O decreto de 1981 foi, portanto, contrário a muitas das diretrizes que Lúcio Costa pretendia, dando maior flexibilização às incorporadoras imobiliárias que resultariam no próprio movimento da especulação, com o aumento no potencial construtivo em várias áreas, como já apontado.

Após a publicação do decreto, cinco estudantes de arquitetura e urbanismo elaboraram um trabalho de monografia denominado “Revisão do Plano Piloto da Baixada de Jacarepaguá – planejamento integrado” (Revisão do Plano Piloto, 1982). O trabalho se destaca diante de muitos outros produzidos no mesmo período por conter rabiscos escritos à mão pelo próprio Lúcio Costa⁷⁶, que foi entrevistado, bem como outros profissionais críticos⁷⁷ ao Plano Piloto, moradores da região e construtoras.

⁷⁵ “Meio século após plano de Lúcio Costa, planejamento urbanístico do Rio está à deriva”. *Jornal o Globo*, Rio, 07 de abril de 2019, disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/meio-seculo-apos-plano-de-Lucio-costa-planejamento-urbanistico-do-rio-esta-deriva-23580044>

⁷⁶ “Plano Lúcio Costa, 50 anos: quando o próprio urbanista comentou um trabalho estudantil sobre a Barra”. *Jornal O Globo*, Rio, Bairros, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/plano-Lucio-costa50-anos-quando-proprio-urbanista-comentou-um-trabalho-estudantil-sobre-barra-23802403>. Acesso, março de 2018.

⁷⁷ Dentro os críticos ao plano, o grupo aponta os professores Vera Lucia Ferreira Motta Rezende e Maurício de Abreu.

O grupo de estudantes salienta em seu estudo que a Barra ainda era praticamente vazia, portanto, passível de “um reajuste de tendências”, acreditando ser possível estabelecer parâmetros mais eficazes que pudessem atender às reais necessidades espaciais para elaboração de um novo plano de ordenamento urbano.

A principal crítica da monografia, que se faz interessante apresentar diante dos objetivos desta pesquisa, está relacionada à grande autonomia que teria sido delegada ao denominado Grupo de Trabalho da Baixada de Jacarepaguá (GTBJ), de Lúcio Costa, composto por profissionais e técnicos escolhidos por ele, ao longo dos anos, que podiam intervir no espaço sem seguirem parâmetros normativos de outras partes da cidade, ou seja, sem terem que respeitar ou responder a uma participação mais concreta do Estado na determinação das normas e das concessões que estavam sendo planejadas. Por se tratar de uma Zona Especial de Planejamento (ZE-5), as intervenções urbanas contavam com a pouca participação inclusive de órgãos governamentais fundamentais nessa etapa de ordenamento espacial, como as instituições que cuidavam da implementação do saneamento básico, da luz elétrica, do gás e até mesmo da comunicação. O trabalho aponta que, depois de 1976, com a criação da Sudebar, houve um maior controle dessas ações e propostas, que passam a obedecer a certos critérios técnicos já pré-determinados, não sendo influenciados ou baseados apenas nas conversas informais entre o GTBJ e os empresários da região, como era realizado até então, mas sim destacando um trecho fundamental que coloca em evidência a proximidade entre os interventores urbanos à época e os poucos proprietários fundiários:

A Baixada de Jacarepaguá era dividida em grandes glebas pertencentes a particulares, das quais grande parte era a ESTA, Carvalho Hosken, Grupo Desenvolvimento, EMBLAPLAN, Peixoto de Castro, ECIA, DRAUDT ERNANI, Pascoale Mauro - o Governo não possuía nenhum terreno nesta área. **Foi em discussão com os empresários, pela aprovação dos seus projetos, que surgiu a ideia da doação de áreas para o serviço público, além das obrigatórias** (a SUDEBAR está localizada em terreno doado pela ESTA); cada um cedia um pouco: o grupo de trabalho em alguns critérios para urbanização, e os empresários nas doações (Revisão Plano Piloto, 1982, p.17 – grifos nossos).

Mais uma vez, fica bastante evidente a capilaridade dos proprietários fundiários da região na elaboração dos planos de ordenação urbana, se inscrevendo desde o início das alterações espaciais realizadas na Barra da Tijuca, principalmente através de doação de terras para atividades de interesse público⁷⁸ em troca de liberação de normas construtivas, por meio

⁷⁸ Importante lembrar que os três terrenos indicados por Lúcio Costa no Plano Piloto para serem doados pelos proprietários fundiários para a construção do Centro Cívico, do Centro Metropolitano e da Expo-72 nunca foram efetivados, continuando em mãos privadas, notadamente da construtora Carvalho Hosken.

das doações de campanha em troca de decretos e leis que favorecem os empreendimentos e as terras dos proprietários e, mais recentemente, na participação efetiva nos projetos por meio das PPPs.

Esse processo de uma relação intrínseca entre os níveis econômico e político na produção do espaço parece corroborar com a análise de Lefebvre (2016, p.60 – grifos do autor): “Ora, é evidente, agora, que o espaço *é* político. O espaço não é um *objeto científico* descartado pela ideologia ou pela política; ele sempre foi político e estratégico”. Ao colocar o espaço como o nível intermediário de análise, onde incidiriam as ações do nível global sob o local, o autor coloca em evidência a importância de se analisar a produção desse espaço não por seu viés descritivo ou quantitativo, mas sim pelo viés político, o que acaba por revelar as estratégias de classe e o plano econômico que se inscrevem nele. Nesse sentido, em diversos momentos, Lefebvre (2016) adverte: “O Espaço não é neutro, ele é político”, e sua produção é todo o tempo perpassada por interesses divergentes das diversas frações do capital, e que necessitam do Estado para sua efetiva realização.

No caso analisado, fica bastante evidente que os interesses dos grupos hegemônicos, dos poucos proprietários fundiários da Barra da Tijuca, aliados às poucas empresas de construção, ou, no caso da Carvalho Hosken e de outras analisadas, ao mesmo tempo proprietários e construtores, ditaram as normas urbanísticas e planos de zoneamento que foram realizados ao longo dos anos nessa parte da metrópole carioca, ou seja, ditaram a expansão da fronteira, controlada totalmente pelo capital em suas vertentes fundiária e imobiliária.

Em pesquisa desenvolvida por Cardoso, A. (1989, p.163), na região da Barra da Tijuca entre os anos de 1979 e 1985, fica evidente o poder que os quatro proprietários fundiários da Barra da Tijuca exercem sobre a produção do espaço, uma vez que, ao monopolizar a propriedade fundiária, eles definem quais obras e edificações são realizadas, em função de seus interesses e estratégias específicos. Desse modo, o panorama que mescla as intervenções estatais em determinados fragmentos espaciais da região, com a construção efetiva de prédios direcionados tanto à residência das classes mais altas quanto de bens de serviços ou escritórios também voltados a atender essa classe social, já se fazia presente naquele momento, sinalizando para a estratégia de constituição de um espaço seletivo, hierarquizado e segregador.

É possível observar que o modelo de construção urbana, principalmente dos bairros da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes seguiram os parâmetros modernistas estabelecidos pelo Plano Piloto, mesmo com suas alterações. Os condomínios ditos multifuncionais, que agregam moradia, lazer, igrejas, centros comerciais são construídos uns próximos aos outros, em verdadeiras ilhas privadas, com poucos acessos públicos. Os grandes

shopping centers e faixas de comércio e serviços ao longo das extensas avenidas seguem um modelo norte americano projetado para a circulação de automóvel, principalmente o individual, em distâncias difíceis de serem percorridas a pé.

O Plano Piloto até previa a construção de vias de acesso para transporte público, como as linhas Amarela, Vermelha, Azul e Verde, das quais apenas as primeiras foram efetivamente realizadas, uma vez que foi priorizando o transporte individual. No local destinado no Plano para a construção da linha azul, foi recentemente inaugurado o BRT Transcarioca.

Nos anos seguintes, por meio desses novos decretos e aliados aos investimentos públicos, houve intensificação de construções na região, tanto comerciais quanto residenciais. Na área próxima à Vila Autódromo, por exemplo, foram efetivamente construídos o Riocentro e os condomínios multifuncionais já apontados com previsão de execução no documento da Baixada de Jacarepaguá, em 1980, tais como Ipanema, Novo Leblon, Barramares, Riviera Del Fiori e Atlântico Sul, esse último de construção da Carvalho Hosken. Houve o estabelecimento do primeiro hipermercado na região, da companhia francesa Carrefour em 1978, na Avenida Alvorada, atual Ayrton Senna e a construção do Barra Shopping em 1981, também da construtora Carvalho Hosken, um dos maiores e mais procurados shoppings da região até os dias atuais ⁷⁹.

Adicionalmente, em um terreno dessa mesma construtora, foi estruturada, em 1985, a “Cidade do Rock”, localizado na Avenida Salvador Allende, ao lado ao Riocentro. Esse espaço abrigaria várias edições⁸⁰ dos festivais de rock produzidos pelo empresário carioca Roberto Medina, proprietário de uma empresa de publicidade denominada Artplan, até ter sua área expandida em 2011⁸¹, durante a preparação da Barra da Tijuca para os Jogos Olímpicos, onde foi construído o residencial Ilha Pura, que abrigou a Vila dos Atletas.

O aumento nas construções imobiliárias na Barra da Tijuca entre os anos de 1986 e 1987, denominado de boom imobiliário⁸², consolidou essa parte da cidade enquanto uma

⁷⁹ O Barra Shopping e todo o complexo que o compõe atualmente, que inclui o New York City Center que congrega cerca de 50 lojas; o Centro Médico BarraShopping com 45 clínicas; o Centro Empresarial BarraShopping, conjunto de 11 edifícios comerciais interligados por uma passarela; e o VillageMall, novo shopping de alto padrão, é administrado pela Multiplan, com total de área edificável de 78,153 m², com público estimado nas classes sociais A e B, como disponível em: <https://www.multiplan.com.br/pt-br/shopping-centers/rio-de-janeiro/barrashopping>

⁸⁰ Um trabalho mais detalhado sobre esse evento foi realizado por CARNEIRO, Luiz Felipe. Rock in Rio: a história do maior festival de música do mundo. São Paulo: Editora Globo, 2011.

⁸¹ Disponível em: <http://piniweb17.pini.com.br/construcao/infra-estrutura/rock-in-rio-226744-1.aspx>. Acesso em janeiro de 2018.

⁸² “O paraíso do mercado imobiliário”. Acervo do jornal O Globo, 30 de outubro de 1986, matutina, jornal de bairro, Barra, p.8. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=Boom+imobili%C3%A1rio&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1980&anoSelecionado=1986#>

fronteira de expansão para o capital de grandes empresas de incorporação, como aponta Cardoso, A. (1989). O autor, ao estudar e comparar a atuação de quatro empresas do ramo de incorporação e construção na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1979 e 1985, concluiu que a concentração fundiária nessa parte da cidade propiciou, aliada aos planos de ordenamento espacial e intervenções estatais, uma exclusividade na atuação dessas empresas de grande porte na região, “de forma a otimizar sua capacidade econômica e produzir um espaço que exprime claramente as consequências de suas políticas de maximização do lucro imobiliário e fundiário” (Cardoso, A., 1989, p.156).

Um dos fatores analisados pelo autor, também exposto na publicação do jornal O Globo, de 1986⁸³, foi o aumento na oferta de financiamentos imobiliários e a estabilização da economia, que viabilizou a compra de imóveis, principalmente para a classe média, levando a um aumento de cerca de vinte vezes na média dos lançamentos residenciais na Barra entre os anos de 1980 e 1986 e **uma valorização no metro quadrado de mais de 90%**. Esse adensamento populacional significativo e a transformação espacial rápida trouxeram consigo as contradições do processo de reprodução do espaço urbano, principalmente presentes na tentativa de emancipação em relação ao Rio de Janeiro.

O discurso do grupo de empresários favoráveis à emancipação, cujo objetivo era tornar a Barra da Tijuca um município próprio, tinha como ponto principal o argumento de uma pretensa falta de investimentos da prefeitura do Rio de Janeiro na região ao longo dos anos, aliado a uma alta taxa de impostos cobrados, que não eram revertidos em melhorias na infraestrutura local. Propunham que a Barra se separasse oficialmente da cidade do Rio de Janeiro e se tornasse um município próprio, com uma prefeitura específica, que arrecadaria os impostos devidos e os aplicaria no desenvolvimento local. Os possíveis candidatos a prefeito desse nosso município da Barra da Tijuca, que se estenderia do Joá até o Grumari, retirando o bairro de Jacarepaguá, e que contava com 140 km² e 118 mil habitantes em 1988, seriam o empresário Roberto Medina, Ney Suassuna, proprietário do colégio Anglo americano, e Saldanha Marinho, ex-administrador regional da Barra.

Segundo a proposta do grupo⁸⁴, a “nova prefeitura da Barra” teria uma administração enxuta, que usaria prédios administrativos já existentes no bairro e utilizaria todo os recursos

⁸³ Vide nota 83.

⁸⁴ “Prós e contras da emancipação da Barra”. Acervo Jornal o Globo, Grande Rio, 26 de junho de 1988, p.22. Acesso em 30/06/2020. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=pros+e+contras+a+emancipa%C3%A7%C3%A3o&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1980&anoSelecionado=1988&mesSelecionado=6&diaSelecionado=26>. Acesso em março de 2018.

arrecadados pelos impostos em melhorias urbanas, tais como pavimentação e iluminação de vias públicas, bem como a construção de conjuntos habitacionais para a população residente em favelas na região. E novos recursos seriam criados, com medidas tais como a ampliação do comércio e do setor turístico, como a implantação de um parque temático.

Para esse grupo, não havia sido o poder público que realizou, ao longo dos anos, todos os serviços relacionados à infraestrutura do bairro, como o próprio saneamento básico dos loteamentos Jardim Oceânico e Recreio dos Bandeirantes, por exemplo, cuja responsabilidade era da construtora, mas recaiu sob a municipalidade, como apontado pelas reportagens. Para eles, a Prefeitura do Rio só tinha realizado as obras viárias, sendo que todas as “outras” obras urbanas na região só teriam sido possíveis por meio dos investimentos feitos exclusivamente pela iniciativa privada:

Falar em unidade histórica e cultural da Barra com o Rio não tem sentido. Há 15 anos, a Barra não existia, não existia unidade. Depois, emancipar não é separar ninguém de ninguém. **Será uma separação meramente administrativa. Seremos cariocas da Barra.**

Se a Prefeitura da Barra existisse, o Viaduto do Joá não estava caindo, vamos também ao governo federal, que tem o seu fundo perdido, **tem o Bird - organismo financeiro internacional que tem investimentos para projetos de recolhimento de lixo e esgoto - mas não estão indo lá porque são incompetentes.** A Barra tem 120mil pessoas, uma das maiores rendas per capital do Rio. Só uma besta não vê que a Barra é auto-suficiente.

É preciso proibir o crescimento das favelas, o dinheiro recebido será aplicado metade na construção de habitações populares, **isso é socialismo de verdade, é o rico financiando o pobre** – Roberto Medina, Jornal O Globo⁸⁵ – grifos nossos

Nos 140 milhões de metros quadrados da Barra, a Prefeitura tem 70 milhões de metros quadrados em sua propriedade – não existe cidade do sudoeste que disponha de tanta área para desenvolver o problema do carente [ao se referir a cerca de 25 favelas da Barra à época, que receberiam uma habitação digna] – Ney Suassuna, Jornal do Brasil⁸⁶ – grifos nossos

O grupo propunha a realização de um plebiscito que contaria com os votos dos moradores locais no intuito de verificar, democraticamente, se a maioria preferia manter a Barra como um bairro e uma região administrativa “dependente” do Rio de Janeiro ou se seria favoráveis a emancipação. Foram realizadas campanhas publicitárias desde 1987, com entrega de panfletos e anúncios em grandes veículos midiáticos na televisão e na rádio à época, e

⁸⁵ Vide nota 85.

⁸⁶ “Oposição se mobiliza contra emancipação da Barra”. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 20 novembro de 1987, Cidade, p.3. Acesso em março de 2018. Disponível em: <https://news.google.com/newspapers?id=sGspAAAIBAJ&sjid=8s0EAAAIBAJ&pg=6957%2C3903395>.

encontros semanais na sede da Associação Comercial e Industrial da Barra da Tijuca (Acibarra), como pontua a reportagem do Jornal do Brasil⁸⁷:

A esses encontros, comparecem regularmente três dos quatro maiores proprietários de terras desocupadas da região: o construtor Carlos Carvalho, da Carvalho Hosken, dono de 52% dos 18mil quilômetros quadrados reservados a futuras construções; o chinês Tiong Hiong Oei, diretor da Empresa Saneadora e Territorial Agrícola, segundo em propriedades, e o proprietário da Fazenda Nova Calábria, no Recreio, o italiano Pasquale Mauro. O quarto é o empresário Múcio Athayde que, depois de tentar se eleger deputado por Rondônia e fracassar, vive em Brasília.

Segundo o mesmo veículo jornalístico, compareceria também a essas reuniões o então presidente da Assembleia Legislativa da cidade do Rio de Janeiro, Gilberto Rodrigues do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o que poderia justificar a aprovação do plebiscito pela votação da emancipação da Barra, realizado no dia 18 de novembro de 1987, por 36 deputados, dos quais a grande maioria tinha ligação direta com os quatro proprietários fundiários da Barra através de doações de campanha.

Fica bastante evidente, dessa forma, a real intenção de separação da Barra da Tijuca do restante da cidade, ou, pelo menos, os interesses envolvidos para esse debate. Com o apoio dos quatro grandes proprietários fundiários, seria possível não só uma ampliação nas construções que já estavam em curso nos fragmentos espaciais do bairro, mas que ainda eram norteadas e contidas via ordenamentos jurídicos ainda vigentes, tanto do Plano Piloto quanto do decreto de 1981 que o precedeu, como também poderiam anexar novas terras públicas ao seu já extenso patrimônio. Restrições impostas pelos planos urbanos ao parcelamento e zoneamento do solo da Barra da Tijuca, seriam, então, as grandes barreiras à própria ampliação dos negócios pretendidos pelo grupo econômico hegemônico, principalmente no que tange às construções na orla marítima, que tinham uma altura de construção e limites de áreas pré-estabelecidos no Plano Piloto ainda em vigor. O lucro imobiliário advindo da construção acima do permitido e da posterior venda desses imóveis, conseqüentemente, seria enorme, com a justificativa de uma pretensa ajuda humanitária, os “ricos financiando os pobres”, para a construção de habitações dignas para os moradores das favelas da Barra, cujos primeiros assentamentos, realizados pelo próprio Estado, sempre foram um entrave, uma outra barreira, à valorização da terra pretendida por esse grupo.

Esse processo é significativo para uma problematização de como os planos de ordenamento urbano ganham protagonismo ou não, dependendo do momento da reprodução do

⁸⁷ Vide nota 87.

capital no espaço. Como já discutido, em um primeiro momento, os planos foram essenciais como representação e como norteadores dos investimentos públicos que seriam direcionados aos fragmentos espaciais para forjar uma centralidade, que potencializava a ocupação da Barra e a valorização fundiária. Nesse segundo momento, o movimento é outro: é o da negação dos planos, que, nos discursos e por suas características, justamente impedem o desenvolvimento almejado pelos grupos hegemônicos.

É importante salientar que a tentativa de emancipação e o próprio plebiscito não aconteceram sem resistência. Um grupo, formado principalmente por representantes da Associação de Moradores da Barra (Amabarra), presidido por Claudio Becker e Vera Chevalier, que era a administradora regional da Barra à época, se mobilizaram para a realização de campanhas informativas aos moradores do bairro a respeito das propostas de emancipação, colocando os pontos críticos à campanha, principalmente no que se referia ao mote principal do grupo de empresários, a arrecadação e utilização dos recursos públicos. Os representantes da associação alertavam para o fato de que a emancipação significaria mudanças profundas, que afetariam a vida diária de seus moradores, como taxas intermunicipais para o transporte público e a rede telefônica, por exemplo, bem como a própria dívida do bairro frente à municipalidade. Segundo Vera, “A arrecadação da Barra hoje é menor do que suas despesas: em 87 foram arrecadados CZ\$ 536 milhões⁸⁸ e os investimentos da Prefeitura foram de CZ\$ 640 milhões. A Barra é deficitária porque é muito grande, tem poucos moradores e não tem indústria”.

Da mesma forma, pontuavam que as reais propostas da emancipação estavam relacionadas à valorização fundiária dos proprietários de terras da Barra, com intenções já mencionadas de construção de um cassino na área de reserva ambiental do Grumari, bem como do imbróglcio que se daria a respeito dos bens construídos com verbas públicas e administrados à época por empresas privadas, como o Autódromo de Jacarepaguá e o Riocentro.

Em 30 de junho de 1988, o Ibope realizou uma pesquisa com os moradores da Barra sobre a intenção de voto, com 54% sendo contra a emancipação⁸⁹. No domingo, dia 3 de julho de 1988, compareceram às urnas apenas 6.217 moradores dos 47.995 habilitados a votar, não atingindo o mínimo necessário de votantes no plebiscito, fato que invalidou as eleições⁹⁰.

⁸⁸ A moeda à época era o Cruzeiro.

⁸⁹ “Barra: 54% são contra a emancipação”. Acervo O Globo, Grande Rio, 30 de junho de 1988, p.12. Acesso em 30 de junho de 2020. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=pros+e+contras+a+emancipa%C3%A7%C3%A3o&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1980&anoSelecionado=1988&mesSelecionado=6&diaSelecionado=30>

⁹⁰ “Valeu o plebiscito. A Barra ainda é do Rio”. Acervo O Globo, Barra, 7 julho de 1988, p.26. Acesso em 30 de junho de 2020. Disponível em:

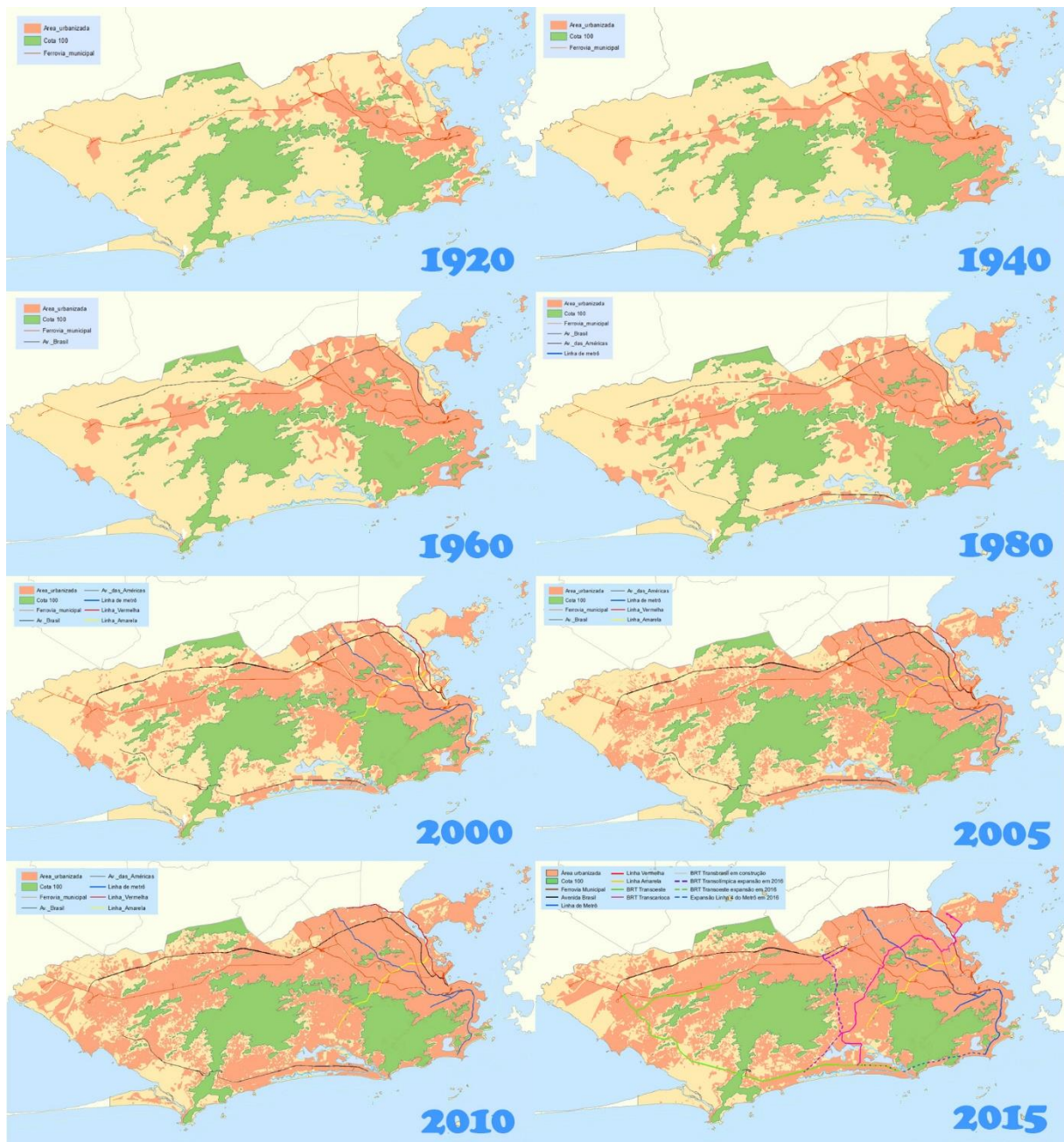
O que o movimento de tentativa de emancipação da Barra revelou, mesmo não se concretizando, foi a força social e política dos grandes capitais imobiliários dessa parte da cidade. Esse momento sinalizou para a potência possível de uma valorização espacial como uma frente de acumulação do capital em sua consolidação, enquanto uma fronteira de expansão imobiliária para a metrópole, em uma mistura de territórios híbridos, como colocados por Simoni-Santos (2015), entre espaços já plenamente inseridos dentro do modo de produção capitalista, que já se colocava enquanto reprodução dos espaços urbanos, e os espaços ainda não totalmente inseridos nesse ciclo, como os fragmentos ocupados pelas comunidades, que ainda carregavam consigo o uso coletivo do espaço, em detrimento da fragmentação, seletividade e hierarquização intrínsecas à propriedade privada.

2.2. Anos 90 – A inserção da Barra no mercado mundial

Através do estudo desenvolvido por Compans (2002, p.1), verifica-se que entre os anos de 1980 e 2000, a população do bairro da Barra da Tijuca aumentou significativamente, “passando de 28.528 moradores, em 1980, para 114.901, em 2000, embora corresponda a apenas 2% da população total do Município, segundo os resultados preliminares do Censo Demográfico de 2000, divulgados pelo IBGE”.

Como é possível observar nas imagens dos mapas na figura a seguir, é bastante perceptível o adensamento populacional para a Zona Oeste da cidade, principalmente a partir dos anos 80, marcado pelo incremento das manchas laranjas, que ficavam concentradas nas zonas central/portuária e Zona Sul até os anos 60, quando é possível notar uma intensificação do crescimento urbano em direção à Zona Norte, possivelmente com a abertura da Avenida Brasil. A partir dos anos 2000, o adensamento populacional na Zona Oeste é bem visível e exponencial, com o aumento também nas obras viárias, como construção da Linhas Vermelha e Amarela, ampliação de avenidas e linhas de metrô e, após 2015, traçados do BRTs e da Linha Amarela 4 do metrô, com parada no Jardim Oceânico na Barra da Tijuca. O que fica evidente na análise das imagens acima e dos fatos históricos trazidos até esse momento é que **há um elemento basilar em todo o processo de avanço da fronteira Barra da Tijuca: as vias de articulação com o restante da cidade.**

Figura 14 – Crescimento da área urbanizada da cidade do Rio de Janeiro



Fonte: Data Rio, Armazeninho, Crescimento área urbanizada, disponível em:

<http://apps.data.rio/armazeninho/pages/evolucaoUrbana/?tipo=1&app=areaUrbanizada> – produção própria

Ao mesmo tempo, Compans (2002, p.2) identificou que a concentração imobiliária da cidade do Rio de Janeiro estava focada no bairro da Barra da Tijuca, o que poderia explicar em parte o aumento nas construções dos conjuntos residenciais na região, “com 97,6% da área total licenciada, contra 2% no Itanhangá e apenas 0,4% no Joá -, e, nesse, em poucas subzonas. Tal concentração decorre da combinação de um potencial construtivo elevado - dado pela legislação urbanística -, com a disponibilidade de grandes lotes ainda edificáveis”, como conclui a autora.

Nas discussões realizadas por Molina (2013) e Cosentino (2015), um dos fatores que contribuiu para essa concentração de investimentos imobiliários na região foi a realização, em 1992, do evento internacional Rio-92, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, que concentrou suas atividades no Centro de Convenções Riocentro, na Barra da Tijuca. Realizada vinte anos após a primeira edição de 1972 que ocorreu em Estocolmo, na Suécia, essa conferência reuniu diversos chefes de Estado do mundo todo em onze dias de discussões e palestras referentes ao meio ambiente, gerando um documento conhecido como Agenda 21. Em função da grande visibilidade mundial que o evento alcançou, é possível traçar um paralelo entre sua realização e a intensificação da valorização da terra nessa parte da cidade do Rio de Janeiro.

Outro desdobramento da Rio-92 tange à questão da mobilidade urbana. O então governador do Estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, implantou naquele ano, a Linha Vermelha (Via Expressa Presidente João Goulart), demonstrando a preocupação com o deslocamento das autoridades participantes da Rio-92 a partir do Aeroporto Internacional do Galeão. Este projeto viário já constava no Plano Dioxiádis (década de 1960), tendo seu primeiro trecho (com 7km de extensão, chegando ao centro do Rio) inaugurado em 30 de abril de 1992 (menos de dois meses antes do Rio-92), e o segundo, em 11 de setembro de 1994 (Molina, 2013, p.117).

Para Molina (2013, p.106), o planejamento da cidade do Rio de Janeiro se volta definitivamente para a construção de “uma ideologia de competitividade internacional entre cidades”, que iria se intensificar ao longo dos próximos anos na captação de outros eventos internacionais de grande visibilidade mundial, tais como os Jogos Pan-americanos de 2007.

A realização de grandes eventos esportivos, culturais ou tecnológicos durante alguns anos, tem sido a estratégia de muitos governos para atrair investimentos, principalmente estrangeiros, para suas cidades, com intuito de potencializar uma imagem positiva, segura e mais qualificada em termos de infraestrutura para escoamento do capital⁹¹. Ao tornar as cidades mais “atraentes” para os investimentos estrangeiros, o megaevento potencializa uma forma “esquizofrênica” de competição entre as cidades mundiais. Desde as Olimpíadas de Barcelona (1992), tida como referência de “sucesso” de renovação urbana⁹², o poder público de diversos

⁹¹ Estudos mais detalhados sobre impactos negativos e positivos de megaeventos esportivos podem ser encontrados nas pesquisas feitas por: LENSKEY, Helen Jefferson. When winners are losers: Toronto and Sydney bids for the Summer Olympics. *Journal of Sport and Social Issues*, Vol.24, p.392-416, 1996; HILLER, Harry H. Assessing the Impact of Mega-Events a Linkage Model. *Current Issues in Tourism*, vol.1, n.1, 1998; PILLAY, Udesch; BASS, Orli. Mega-events as a response to poverty reduction: The 2010 FIFA World Cup and its Urban Development Implications. *Urban Forum*, Vol.19, n.3, p.329-346, 2008; entre outros.

⁹² Principalmente no trabalho desenvolvido por: CASTELLS, Manuel & BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. *Novos Estudos, CEBRAp*, n.45, p.152-166, jul.1996.

municípios tem investido na realização de megaeventos esportivos como um modelo a ser imitado, através principalmente da adoção e implementação de planos estratégicos.

Os fragmentos do espaço designados para receber o aporte do capital são escolhidos dentro das cidades de acordo com os interesses de alguns proprietários em detrimento de outros. De acordo com a análise de Harvey (2005, p.170), a cidade passa então a ser compreendida como uma arena esportiva, onde o interesse e os embates entre os diversos sujeitos sociais “interagem por meio de uma configuração específica de práticas espaciais entrelaçadas”. Como resultado desse processo, pode-se verificar “uma aliança regional (territorial e espacial) de classes, que, normalmente, estabelece-se sobre o aparelho estatal” (Harvey, 2005, p.167).

O Estado e a Empresa, como dizíamos, se esforçam por absorver a cidade, por suprimi-la como tal. O Estado age, sobretudo por cima e a Empresa por baixo (assegurando a habitação e a função de habitar nas cidades operárias e os conjuntos que dependem de uma “sociedade”, assegurando também os lazeres, e mesmo a cultura e a “promoção social”). **O Estado e a Empresa, apesar de suas diferenças e às vezes de seus conflitos, convergem para a segregação** (Lefebvre, 2001, p.98-99 – grifos nossos).

É possível refletir que as intervenções urbanas realizadas na cidade do Rio de Janeiro, ao longo de sua história, priorizaram a construção de atrativos turísticos, econômicos e culturais voltados às classes dominantes, aprofundando cada vez mais o processo de segregação socioespacial. Primordialmente, isso acontece quando o poder público deixa claro, por exemplo, a intencionalidade de colocar o megaevento como uma estratégia de transformação do espaço com objetivo de aumentar sua valorização imobiliária para uma pequena parcela da elite hegemônica da cidade.

A lógica de valorização imobiliária pretendida pelas empresas privadas, especialmente dos quatro grandes proprietários de terras da região da Barra da Tijuca, se concretizou, em um primeiro momento, pela participação efetiva do Estado na construção das vias e acessos terrestres de conexão com as outras regiões da cidade. Nas últimas décadas, foram as intervenções relacionadas aos megaeventos que potencializaram a expansão imobiliária na Barra, seja pelas edificações, ou pela especulação gerada em torno delas.

É nítida a relação entre os planos e a captação ou realização de megaeventos, no intuito de justificar ou mesmo proporcionar mudanças morfológicas na cidade. Como discute a atual moradora da Vila Autódromo, Sandra Maria, quando fala sobre a estruturação urbana da cidade do Rio de Janeiro desde a sua fundação - com a vinda da população escravizada para trabalhar na agricultura e nas casas do centro da cidade - até os dias presentes, a urbanização produz a segregação:

Na medida que essa área é urbanizada, essa população é expulsa do local e aí a população vai ocupar outra área abandonada da cidade. Então dentro desse movimento você vai ter: a ocupação do centro da cidade, depois a expulsão; aí vai ter a ocupação da zona sul, depois a expulsão; a ocupação da zona norte. Aí nesse processo, eles vão construir a linha férrea, a Leopoldina, que tem a mesma função do BRT atualmente, de trazer a mão de obra barata pra atender os interesses da nobreza, que mora no centro da cidade ou na zona sul (Entrevista Sandra Maria, 19 de janeiro de 2018).

O Estado, nesse contexto, assumiu uma posição dominante na produção do espaço urbano da cidade, propiciando a produção do capital por meio de intervenções urbanas em fragmentos escolhidos na cidade, inserindo-os de modo mais intensivo no processo geral de circulação do capital, aumentando as conexões do local com os fluxos de capitais internacionais, pela mediação do Plano Estratégico de 1996⁹³. A captação do megaevento esportivo já se fazia presente, tendo a cidade enviado a documentação da primeira candidatura para sediar os Jogos Olímpicos ao Comitê Olímpico Internacional (COI) nesse mesmo ano, e que foi negado ainda na fase de aspiração. O objetivo da candidatura olímpica, nesse primeiro plano, era unir a cidade em prol de um objetivo em comum (Prefeitura, 1996), que visasse à dinamização da economia, estagnada desde a transferência da capital para Brasília, em 1960.

Importante apontar que, em praticamente todas as edições dos PECRJ ao longo dos anos, principalmente nas edições de 1996, 2009 e 2013, as diretrizes voltadas para a captação e realização dos Jogos Olímpicos e de outros eventos faziam parte integrante das metas e objetivos, tais como a construção do Porto Maravilha que traria uma “revitalização” para a região central e dos modais de transporte, como os BRTs da Zona Oeste e o VLT na área central.

Os governos que se sucederam na cidade nos próximos dez anos tentaram a captação do megaevento olímpico por mais três vezes, sendo duas delas negadas para os Jogos Olímpicos de 2004 e 2012. No entanto, conseguiram a realização dos Jogos Pan-americanos em 2007, focando grande parte dos investimentos públicos na região da Barra da Tijuca, o que foi utilizado como chamariz para a captação e posterior realização dos Jogos Olímpicos Rio-2016, cuja escolha pelo COI foi anunciada em 2009, quando também foi publicado o terceiro Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro (2009-2012), intitulado: “Pós-2016 – O Rio mais integrado e competitivo” (Prefeitura, 2009).

⁹³ Para a elaboração desse plano, a Prefeitura contratou a empresa de consultoria catalã responsável pela Olimpíada de Barcelona (1992), a Tecnologias Urbanas Barcelona SA – TUBSA, liderada por Jordi Borja e Manuel de Forn. Foi então firmado um consórcio paradigmático entre a Prefeitura carioca, a Associação Comercial do Rio de Janeiro – ACRJ e a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro – Firjan (Vainer, 2002b), numa clara demonstração de como seria pensada a cidade desse momento em diante, através das parcerias público-privadas.

A justificativa para utilização dos planos estratégicos pelos governos municipais e estaduais do Rio de Janeiro, como instrumento de regulamentação da cidade, substituindo o Plano Diretor de 1996⁹⁴ até os dias atuais, esteve ancorada principalmente na captação de investimentos estrangeiros e em uma pretensa tentativa de ordenamento do “caos urbano” em relação ao adensamento populacional frente às crescentes desigualdades socioespaciais, que os planos urbanos anteriores não tinham sido eficazes em evitar. Dessa forma, uma série de estudos e relatórios foram lançados sucessivamente, principalmente entre o período compreendido pelos dois primeiros PECRJ, com uma intensificação maior no segundo plano, denominado de “As Cidades na Cidade”, que compreendeu o período 2001-2004.

Um dos principais objetivos explicitados no II PECRJ era colocar em prática uma série de ações que dariam a materialidade pretendida para a inserção da metrópole carioca em um rol das denominadas “cidades globais”, aptas a receberem investimentos de agências e instituições internacionais, como o Banco Mundial. Para atingir tal objetivo, como apontado por Arantes, Maricato e Vainer (2002), as cidades são tratadas como sujeitos sociais, dentro da concepção dos planejamentos estratégicos, conforme fica evidenciado no relatório do próprio plano, lançado pela prefeitura da cidade em 2002, onde é explicitado que “as cidades competitivas serão aquelas capazes de enfrentar os desafios dos novos paradigmas trazidos pela revolução tecnológica e pela globalização: cidades adaptáveis, flexíveis, receptivas e capazes de inovar” (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2002c, p.1).

Nesse cenário, o objetivo da requalificação urbana ganha uma nova dimensão, agora também apoiado na imagem da cidade como um potencial local para o investimento, onde a gestão eficiente expressa duplamente a simbologia do orgulho cívico e a confiabilidade para a captação de recursos no mercado mundial. Entram em cena as agências internacionais de classificação e qualificação das condições de risco de investimento, especialmente de créditos, que, através de uma série de levantamentos, traçam objetivos para redução de custos internos das cidades e uma otimização de seus potenciais de forma a minimizar os riscos de investimentos potenciais⁹⁵.

⁹⁴ O Plano Diretor Decenal – PDD – do Rio de Janeiro foi formulado em 1992, através de Lei complementar n.16 de 06 junho de 1992, sendo efetivamente publicado somente em 2011. Todas as diretrizes do plano enquanto um instrumento de ordenamento espacial da metrópole carioca, foram substituídos pelo conjunto de estratégias, objetivos e ações dos Planos Estratégicos Municipais pelos governos que se sucederam. Uma análise detalhada de todo o processo de tramitação das diversas revisões e grupos de trabalho que atuaram na elaboração do Plano Diretor pode ser consultada em Santos, (2013).

⁹⁵ Modelo VAR (*value at risk*) - perigo de perda que decorre de flutuações em variáveis financeiras. Medição de risco de taxa de juros (Prefeitura, 2002b).

O próprio PECRJ de 2001-2004 trazia como um dos seus marcos a divisão da cidade em doze regiões onde ficam situadas as bases das subprefeituras⁹⁶ que, pretensamente, deveriam focar em suas “potencialidades endógenas”, criando uma diferenciação regional que se converteria em diferentes formas de investimentos e ações materiais a serem realizadas em cada um desses fragmentos espaciais. Segundo o plano, a classificação das regiões teria sido realizada através de dados qualitativos extraídos de órgãos governamentais tais como PNUD/IPEA, IBGE e IPP e também por meio de questionários aplicados a habitantes e comerciantes, gerando uma análise posterior em grupos de trabalho, e tabelas, mapas e gráficos que possibilitariam estabelecer um:

[...] *ranking* dos bairros da Cidade segundo a qualidade de vida, com faixas fatoráveis (pontos fortes) e desfavoráveis (pontos fracos) relacionadas para todos. As informações analisadas e utilizadas permitiram a identificação das ameaças e oportunidades das regiões (Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 2002c, p.8).

Almejava-se uma hierarquização ainda mais evidente dos espaços da cidade, pelos investimentos seletivos que seriam realizados por meio do próprio plano de ordenamento urbano, condizente com as premissas que foram estabelecidas na análise realizada pelo Banco Mundial sobre a cidade do Rio de Janeiro no ano de 1999 sobre o primeiro PECRJ: “Fruto de uma parceria público-privada, o Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro provocou, mudou e inovou. Foi, segundo avaliação do Banco Mundial, “um sucesso sem precedentes” (Prefeitura, 2001c, p.2). Portanto, em conformidade com as diretrizes apontadas pelo Banco Mundial, o II PECRJ foi anunciado novamente como fruto de uma parceria público-privada, enquanto uma ferramenta que seria utilizada não só na criação de um modelo que nortearia os investimentos que seriam direcionados para cada uma das regiões da cidade, mas também como elemento de captação de potenciais interessados em aplicar seus ganhos nesses espaços selecionados, os denominados parceiros.

O relatório elaborado pelo Banco Mundial sobre a cidade do Rio de Janeiro, publicado em dois volumes na Coleção Estudos da Cidade (Prefeitura, 2001a, 2001b), aponta, como um dos fatores negativos, a dependência econômica do município frente à dívida pública com o Governo Federal e enfatiza a necessidade de um aumento nas parcerias público-privadas, aliado a políticas de redução da pobreza em frentes como educação, urbanização de favelas – pelo programa Favela-Bairro, saúde pública e fornecimento de água e esgoto. A conclusão do

⁹⁶ A saber, por ordem alfabética: Bangu, Barra da Tijuca, Campo Grande, Centro, Grande Méier, Ilha do Governador, Irajá, Jacarepaguá, Leopoldina, Tijuca/Vila Isabel, Zona Norte e Zona Sul.

relatório é de que o governo municipal deve atuar como “planejador e agente de desenvolvimento urbano”, nos níveis econômico e social, fortalecendo suas ações nas áreas prioritárias listadas como:

Administração de incentivos e programas: projeto e implementação de políticas municipais para melhorar a competitividade das empresas da cidade, especialmente atacando os problemas enfrentados por pequenas empresas;
 Coordenação das políticas: determinação desapaixonada das respostas apropriadas para os problemas de coordenação de políticas com os governos federal e estadual;
 Avaliação: sistemática e regular dos custos e eficiência das políticas, despesas e programas especiais, eficiência dos serviços da cidade, com uma ênfase na determinação dos efeitos dessas políticas sobre os pobres e as pequenas empresas da cidade;
 Informação: coleta e disseminação de informação atualizada, relevante e detalhada sobre as tendências econômicas e níveis de pobreza da cidade (Prefeitura, 2001b, p.28).

As recomendações seguem os padrões estabelecidos pelo próprio Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) em documento publicado em 2000, intitulado “*Ciudades en Transición*” (Banco Mundial, 2000), cujas premissas básicas seriam estabelecer parâmetros para o desenvolvimento econômico das cidades de países subdesenvolvidos, ao longo do século XXI, como Brasil e México, por exemplo, salientando que haverá um incremento demográfico significativo nas áreas urbanas e que os países devem preparar suas gestões e suas políticas de forma a atender essa população.

Três fatores são então elencados como necessários para atingir tais metas, com ações que o próprio BIRD poderia ajudar a promover, como: a “competitividade das cidades”, que devem estar “aptas para o mercado mundial”, reduzindo as ineficiências de uma administração pública; uma “boa gestão de governo e administração”, por meio de mecanismos que controlem a corrupção e realizem uma boa comunicação entre os entes públicos e a população, principalmente por meio de parcerias público-privadas e inserção de projetos urbanos financiados pelo órgão, que poderiam melhorar a eficiência pública no auxílio à população mais pobre das cidades⁹⁷. E por último, o documento elenca a “solvência financeira” que significaria uma:

[...] solidez financeira no tratamento de fontes de receita e despesa e, no caso de algumas cidades, uma capacidade de crédito que lhes permite acessar o mercado de capitais. As operações de desenvolvimento urbano do Banco e o diálogo político relacionado promovem a adoção de sistemas claros e consistentes de receita e despesa local, incluindo transferências

⁹⁷ “Los objetivos de mejorar la calidad de la gestión de gobierno municipal y la administración urbana propuestos por la estrategia constituirán el punto de enlace de los gobiernos urbanos y locales con el renovado interés del Banco en reformar las “reglas de juego” institucionales” (Banco Mundial, 2000, p.18).

intergovernamentais transparentes e previsíveis e prudência no endividamento do município, além de contabilidade financeira, gestão de ativos e práticas de contratação geralmente aceitas. Para uma boa gestão das finanças urbanas, é importante adotar um critério comercial para muitos dos serviços e funções administrativas das cidades, sem perder de vista os interesses sociais. Esse critério comercial também é essencial para a participação do setor privado ou a privatização dos serviços urbanos (Banco Mundial, 2000, p.19 – tradução nossa)⁹⁸

Para atingir essa solvência financeira, os municípios teriam que ampliar, portanto, sua emissão de títulos de dívidas, com avaliações das empresas de risco que definem a credibilidade ou não dos títulos no mercado financeiro. A captação de mais recursos públicos poderia ser implementada via recolhimento de mais impostos, por meio da inserção de trabalhadores informais na economia, bem como das parcerias público-privadas na execução de projetos ligados à infraestrutura, com destaque para distribuição de água e esgoto, no caso específico do Rio de Janeiro (Prefeitura, 2001b).

Coloca-se, dessa forma, uma série de práticas relativas às diretrizes neoliberais emanadas pelo consenso de Washington⁹⁹ e que seriam adotadas na cidade ao longo dos anos, utilizando os planos estratégicos como marcos reguladores das políticas de ordenamento urbano e a captação de megaeventos como justificativas para a implementação de projetos que visam atender às exigências impostas pelas agências internacionais de investimento, que requerem, por sua vez, uma racionalidade empresarial governamental que recai na forma como a reprodução dos espaços se concretiza nos fragmentos que são selecionados para receberem os aportes financeiros. A valorização fundiária e a apropriação dos espaços pelas populações que residiam nesses mesmos espaços se colocam enquanto conflitos que são aprofundados por esse processo que visa o lucro e o dinamismo empresarial em contraponto ao uso.

Assim, se a produção do espaço, do ponto de vista econômico, ocorre sob a racionalidade da busca do lucro e do crescimento, no plano político, sob a lógica do planejamento, o espaço se normatiza e se instrumentaliza. Já no

⁹⁸ “[...] solidez financiera en el tratamiento de las fuentes de ingresos y los gastos y, en el caso de algunas ciudades, una capacidad crediticia tal que les permita el acceso a los mercados de capitales. Las operaciones de desarrollo urbano del Banco y el correspondiente diálogo sobre políticas fomentan la adopción de sistemas claros y coherentes de ingresos y gastos locales, con transferencias intergubernamentales transparentes y predecibles, y prudencia en el endeudamiento del municipio, así como contabilidad financiera, gestión de activos y prácticas de contratación generalmente aceptadas. Para una buena gestión de las finanzas urbanas es importante adoptar un criterio comercial para muchos de los servicios y las funciones administrativas de las ciudades, sin perder de vista los intereses sociales. Este criterio comercial también es indispensable para la participación del sector privado o la privatización de los servicios urbanos”.

⁹⁹ Reunião formulada em 1989 na cidade de Nova York por grupos ligados a instituições financeiras internacionais como FMI, Banco Mundial e Tesouro Norte Americano que deram origem a recomendações e medidas que deveriam ser seguidas por países da América Latina e em desenvolvimento enquanto um ajuste econômico, dando origem a ampliação do neoliberalismo. Maiores informações sobre o tema podem ser acessadas em: The World Bank, 2005 e Rodrick, 2006.

plano social, o espaço denuncia a vida, e, desse modo, a sociedade em seus conflitos, pois o econômico e o político se confrontam com as necessidades da realização da vida humana, que se concretizam e se expressam na e através da vida cotidiana, isto é, no plano do lugar (Carlos, 2011, p.79).

Nas reflexões de Lefebvre (2001), como já apontado, a reprodução do espaço se insere, principalmente após os anos 1970, como uma possibilidade de alavancar a produção de mais-valia dentro do processo de crise do sistema capitalista, pois envolve o setor da construção civil, que ainda tem uma composição orgânica do capital baixa, ou seja, ainda incorpora trabalho vivo em maior quantidade do que outros setores da economia produtiva.

Nesse sentido, as ações presentes nos planos estratégicos, mobilizados pelo poder público na cidade do Rio de Janeiro desde os anos 90, como foi problematizado, traziam, em sua essência, a utilização do setor imobiliário enquanto um setor chave e essencial na economia da metrópole, para atração de investimentos que possibilitariam a continuidade da reprodução capitalista pelo e no espaço. Da mesma forma, a mobilização constante da Barra da Tijuca, enquanto um fragmento espacial que detinha a quantidade de áreas construtivas disponíveis, através da ideologia propagada ao longo dos anos, de uma área nobre da cidade, principalmente através dos elementos da raridade espacial, como as belezas naturais e “selvagens” da região, carregavam consigo, na realidade, os interesses dos poucos proprietários fundiários em aumentar suas rentabilidades através das construções, viabilizadas, por sua vez, por meio das obras de infraestrutura realizadas pelo poder público.

Um caderno de reportagem no jornal O Globo, de 17 de janeiro de 1999¹⁰⁰, já apontava que a Barra da Tijuca estava em sua “última etapa de desenvolvimento urbano”, com o lançamento dos edifícios comerciais de tecnologia. A matéria apresenta uma imagem com os diversos empreendimentos e faz uma espécie de linha do tempo dos lançamentos imobiliários que teriam sido significativos para desenvolvimento urbana da Barra da Tijuca, mostrando um aumento populacional ao longo dos últimos vinte anos, cuja população era de cerca de “40.726 em 1980 para quase 150.000 em 1998, em um crescimento de 270%. O mercado imobiliário fez do bairro sua galinha dos ovos de ouro e, nas últimas duas décadas, cerca de 17 mil unidades residenciais foram lançadas na Barra da Tijuca”.

Para confirmar essa afirmação, a reportagem elenca grandes lançamentos imobiliários de prédios com estruturas tecnológicas compatíveis com o mercado de multinacionais, o que

¹⁰⁰ “Era uma vez um balneário”. Acervo O Globo, Morar Bem, 17 de janeiro de 1999. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=&ordenacaoData=relevancia&allwords=balne%C3%A1rio&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1990&anoSelecionado=1999&mesSelecionado=1&diaSelecionado=17>. Acesso 26 de janeiro de 2020.

poderia abrir a potencialidade da ocupação desses lançamentos de forma rápida, principalmente ao afirmar que a Barra da Tijuca seria a única parte da metrópole carioca onde esse tipo de construção seria possível à época, em função do alto número de terrenos ainda disponíveis para construção, ao contrário de zonas como Central ou Sul que já estariam densamente ocupadas.

Tabela 1 – Área de construção nova licenciada em m² segundo GLF e DLF¹⁰¹ 1998-2005

GLF/DLF	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Total
Total	1 996 187	2 437 847	3 024 829	2 232 329	2 419 276	2 311 849	2 284 541	3 007 055	
Centro	30 211	222 527	107 794	161 846	258 056	91 279	106 647	191 580	1 169 940
Botafogo	53 382	93 684	175 615	204 438	152 884	161 029	96 029	209 112	1 146 173
Méier	101 146	116 817	181 926	128 031	91 612	122 851	116 684	82 830	941 897
Barra	585 501	393 746	740 415	520 118	364 867	706 194	569 651	850 354	4 730 846
C. Grande	51 898	130 789	279 212	82 190	121 125	94 482	83 830	172 696	1 016 222
Lagoa	82 149	103 349	159 191	118 115	152 927	98 418	64 510	138 959	917 618
Tijuca	121 543	179 101	55 969	119 957	95 401	86 584	67 161	55 841	781 557
Madureira	16 962	224 495	19 851	28 928	32 831	15 605	29 218	11 772	379 662
Ramos	28 238	31 748	57 183	37 242	29 072	74 795	60 138	52 340	370 756
Ilha	61 391	48 602	76 486	57 421	60 613	39 298	34 666	37 909	416 386
Irajá	159 486	98 204	60 989	77 293	83 933	35 259	55 696	32 260	603 120
Jacarepaguá	304 388	290 108	438 893	321 946	322 611	391 044	438 211	659 887	3 167 088
Recreio	337 767	363 480	550 901	322 222	615 089	330 265	533 692	437 116	3 490 532
Bangu	49 593	70 505	94 000	36 172	8 469	17 822	15 026	801 796	1 093 383
Santa Cruz	12 532	70 692	26 406	16 411	29 786	46 924	13 382	66 385	282 518

Fonte: Instituto Pereira Passos, Data Rio. SMU. Disponível em: <http://www.data.rio/> - grifos nossos

Conforme dados da tabela acima, é possível verificar o aumento nas áreas licenciadas para construção entre os anos de 1998 e 2005, destacando-se três áreas assinaladas, o Centro da cidade (azul), Botafogo (verde) que fica na Zona Sul e os três bairros que apresentaram o maior crescimento em construções, Barra, Jacarepaguá e Recreio (laranja). As diferenças em termos de tamanho das terras disponíveis para construção nessas três áreas de planejamento: AP-1 (Centro), AP-2 (Zona Sul) e AP-4 (Jacarepaguá e Barra) – trazem elementos que ajudam a ressaltar a posição de fronteira de expansão imobiliária da Barra da Tijuca. É importante perceber também nos momentos da valorização trabalhados até aqui, que a variação de terrenos aptos a receberem construções aumenta em determinados anos e tem uma redução em outros, condizente com os momentos do próprio ciclo de valorização e saturação de construções já lançadas, como é possível observar, por exemplo, no aumento verificado nos anos 2000 e 2005 em relação ao restante do período.

¹⁰¹ Gerência de Licenciamento e Fiscalização – (GLF) e Departamento de Licenciamento e Fiscalização – (DLF) da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

Dessa forma, desde a formação do bairro até sua consolidação no final dos anos 2000, com os posteriores investimentos no bairro de Jacarepaguá, direcionados para a realização dos Jogos Olímpicos, possibilitaram a garantia necessária aos investidores privados, de que a terra ganharia uma valorização em termos locacionais, relacionados às vias de acesso e obras de mobilidade empreendidas.

Nesse contexto de intensa valorização, em 2005, a construtora Carvalho Hosken encomendou um relatório à Cohidro, uma consultoria que estuda projetos urbanos e faz diagnósticos para a implementação ou análise de viabilidade dos empreendimentos na cidade. O documento consistia em uma análise detalhada de todos os aspectos necessários para a realização das futuras construções no espaço destinado ao Centro Metropolitano, como a drenagem do solo muito pantanoso, que requereria também processos de aterramento e desmatamento da vegetação. Igualmente, o documento apontava necessidades mais gerais e estruturais, como intervenções necessárias para a dragagem do canal de Sernambetiba, que cortava o terreno, bem como as ligações fluviais necessárias com a bacia hídrica da região, cujo principal afluente converge para a Lagoa de Jacarepaguá.

Mas, além de indicar as partes mais técnicas da implementação do futuro Centro Metropolitano em si, esse relatório com quase 400 páginas, elenca diversos aspectos mais gerais da AP-4, tais como o histórico de formação, distribuição de terras, construções imobiliárias ao longo dos anos, adensamento populacional, áreas de maior crescimento, além de trazer um inventário detalhado de todos os serviços que são ofertados na região, como principais shoppings, *malls*, escritórios, hospitais, delegacias, edifícios públicos, indústrias, farmacêuticas, mineração, agricultura e pecuária. Também faz um estudo detalhado da viabilidade técnica de abertura de vias, salientando a importância da confluência da Barra da Tijuca e do Centro Metropolitano enquanto uma das três centralidades pretendidas para a metrópole do Rio de Janeiro:

Retoma-se assim o conjunto de propostas urbanísticas que previa a polinucleação do espaço urbano do RJ com 3 centros bem caracterizados:

1) na extremidade leste da cidade: o centro histórico de negócios e também centro comercial, tanto do pequeno varejo como do comércio internacional; **2) na extremidade oeste do espaço municipal:** o centro industrial utilizando a base instalada em Santa Cruz, as ligações rodoferroviárias e atuando como retaguarda para o Porto de Sepetiba;

3) na posição central da Baixada de Jacarepaguá: o Centro Metropolitano administrativo-financeiro de serviços avançados, desenvolvendo também atividades ligadas à formação tecnológica e à informática como suporte as trocas e transações de informações gerenciais.

Nessa visão, a Barra da Tijuca tem o potencial de tornar-se o Centro da Inteligência na Metrópole do Rio de Janeiro, potencializando sua vocação

voltada às atividades econômicas superiores, **seja pelos seus acessos e pela sua centralidade metropolitana, seja pela tranquilidade favorecida pela sua esplêndida paisagem, seja pelo espírito aberto às novas experiências de suas habitantes, seja pela qualificação dos serviços que dispõe, seja enfim por sua própria organização espacial que permite a localização de extensas áreas edificadas, altamente articuladas entre si** (Relatório Cohidro, 2005, p.191 – grifos nossos).

A centralidade que assumiria o Centro Metropolitano é assim novamente mobilizada, não só enquanto uma zona de confluência espacial dos eixos norte-sul e leste-oeste, como já apontado no Plano Piloto, mas enquanto uma centralidade que uniria as outras centralidades apontadas pelo documento, como o porto de Sepetiba e o centro histórico, cada uma com suas especificidades e atribuições particulares. Coloca-se a Barra da Tijuca como o local que abrigaria e administraria o setor de serviços avançados, por sua “vocação natural” de confluência dos estabelecimentos de lazer e de serviços, ao aliar seus atrativos naturais com uma gama variada de estabelecimentos modernos do comércio, como os gigantescos shoppings centers interligados, os *boulevards* ou *malls*, com seus estacionamentos privativos, com a implanta o de prédios corporativos com tecnologia avançada para atra o de negócios internacionais e como principal sede de bancos, supermercados e farmácias.

A Barra da Tijuca, “projetada para ser uma cidade moderna”¹⁰², representa, para os autores do relatório, “o topo da pirâmide social carioca”, atrás apenas da Zona Sul, cuja renda populacional superaria em muito pouco a de seus moradores, representando uma alternativa a elite carioca, em busca de “residência em espaços mais amplos, generosos, menos degradados ambientalmente pelas grandes massas construídas do mercado imobiliário”, assim como por “ reas residenciais mais protegidas da violência urbana conforme prometem os condomínios fechados multi e unifamiliares da região” (Relatório Cohidro, 2005, p. 157-158).

Por este relatório, observa-se que o planejamento da Barra trata, na verdade, de produzir a sua hierarquiza o e segrega o, visando atrair os investimentos econômicos e, nesse caso específico, um público de classe alta como compradores dos imóveis que serão construídos. Esse segmento populacional de maior renda garante uma redu o nos riscos de possíveis inadimplências nos pagamentos e uma garantia de uma demanda que busca um diferencial

¹⁰² Carlos Carvalho, proprietário da Carvalho Hosken S/A, define a Barra como uma cidade, devido às características próprias da região: “A Barra é uma cidade planejada, não cresceu espontaneamente, como um povoado que circunda uma praça, uma igreja, uma esta o de trem. Ela já saiu de um planejamento urbanístico e teve sua ocupa o acelerada com a inaugura o da Linha Amarela”. “Sorria, você está na Barra”. Acervo Jornal O Globo, Suplemento Especial, Barra: o futuro é aqui, 30 de novembro de 2006, p.2. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=Sorria&anword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2000&anoSelecionado=2006&mesSelecionado=11&diaSelecionado=30>

espacial na cidade e tem meios financeiros que sustentam as altas taxas de valorização da terra. Unem-se tanto as ideologias necessárias para criar os desejos e necessidades desse potencial comprador, ao caracterizar a Barra da Tijuca como um espaço de natureza selvagem, com grandes espaços “livres” e baixa taxa de criminalidade, quanto ao seu potencial econômico de pagar por essa diferenciação espacial criada. No entanto, tal concretização depende diretamente das obras de infraestrutura que devem ser realizadas pelo poder público, sem as quais se tornam inviáveis em suas realizações e rentabilidades pretendidas.

Em 2006, depois portanto da publicação desse relatório da Cohidro encomendado pela Carvalho Hosken, foi criado um grupo formado por representantes de diversas secretarias, com intuito de nortear o zoneamento e a ocupação do terreno, que pertence à construtora¹⁰³, onde Lúcio Costa pretendia ter construído o seu Centro Metropolitano. Usando o mesmo nome e praticamente o mesmo traçado proposto dentro do Plano Piloto, os detalhes contabilizados por esse grupo deram origem a um relatório, intitulado “Centro Metropolitano da Barra”, publicado dentro dos Cadernos de comunicação social da Prefeitura do Rio de Janeiro (Relatório Centro Metropolitano, 2006)¹⁰⁴.

O relatório elenca as áreas que deveriam sofrer intervenções mais profundas de drenagem e escoamento do solo, bem como impactos ao sistema viário externo ao terreno, que prejudicariam ainda mais o trânsito já bastante congestionado da região. Também estabelece parâmetros construtivos para os edifícios residenciais e comerciais, retirada de vegetação nativa e sua compensação ambiental, iluminação e arborização internas ao futuro Centro Metropolitano, bem como arruamento e pavimentação. As principais determinações estão relacionadas às flexibilizações no zoneamento, que permitiriam um potencial construtivo maior do que o previsto inicialmente no Plano Piloto, bem como a própria construção de edifícios residenciais, que também não havia sido proposto no plano inicial. O traçado dos lotes permaneceu praticamente inalterado.

Talvez a contribuição mais importante do relatório seja o apontamento de que o Centro Metropolitano seria construído como um bairro autônomo da Barra, como outros condomínios multifuncionais já estabelecidos, ao contrário do plano inicial de ser uma zona de confluência entre as partes “perdidas” da cidade, como apregoado por Lúcio Costa, ou como o próprio

¹⁰³ Decreto Municipal no 26.566 de 26 de maio de 2006. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2006/2656/26566/decreto-n-26566-2006-cria-grupo-de-trabalho-com-a-finalidade-de-fixar-diretrizes-para-a-urbanizacao-do-centro-metropolitano-na-baixada-de-jacarepagua-ze-5-do-decreto-municipal-n-322-de-3-marco-de-1976-regulamentado-pelo-decreto-municipal-n-3046-de-27-de-abril-de-1981>

¹⁰⁴ O Prefeito à época foi Cesar Maia, eleito em 2000 pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB e reeleito em 2004 pelo Democratas – DEM.

relatório da Cohidro da Carvalho Hosken estabelece, ainda enquanto uma das três centralidades da metrópole carioca. Esse fato traz à tona novamente as contradições entre os discursos e a consolidação prática da centralidade proposta, entre a valorização que se pretende para as terras nesse segundo momento da fronteira urbana, e sua real consolidação.

Segundo matéria publicada no jornal O Globo, em maio¹⁰⁵ desse mesmo ano, a estimativa seria a construção de “23 mil apartamentos e 85 mil salas comerciais”, com prédios de até 35 andares, sendo a altura máxima das edificações teria sido determinada pela proximidade física com o aeroporto de Jacarepaguá. Igualmente, estavam previstas construções de escolas e do hospital Sarah, já em andamento há época. Metade dos quatro milhões de metros quadrados da área total do terreno eram de propriedade da Carvalho Hosken, e a outra metade dividida entre outros proprietários, que estariam pressionando o poder público há anos pela liberação da ocupação. Ainda que tais números não tenham sido realizados, a projeção indica novamente que a centralidade almejada era, na realidade, a do mercado imobiliário.

No relatório do grupo de trabalho, são elencadas etapas para a entrega final do plano de ocupação, sendo a terceira delas uma apresentação aos proprietários do terreno do projeto elaborado pelo grupo para análise e possível aprovação, bem como o inverso: a análise por parte do grupo de trabalho de propostas e projetos já formulados pelos proprietários para a eventual ocupação. Sinalizam para a utilização de parte dos terrenos para construção de quadras de tênis para serem utilizadas durante os Jogos Pan-Americanos, que poderiam ser depois incorporadas às escolas que seriam construídas nesses mesmos lotes.

Mas, sem dúvida, o que a análise do Relatório revela, para além das especificações técnicas e daquilo que foi de fato construído posteriormente no terreno do Centro Metropolitano, foi a intrínseca relação entre o Estado, representado pelo município e pelos técnicos que desenvolverem todo o projeto, e a Carvalho Hosken, proprietária privada do terreno. O relatório, elaborado por técnicos do poder público, foi uma importante ferramenta utilizada pela construtora para parcelar os lotes e vendê-los, nos anos subsequentes para outras empresas, como será melhor analisado no próximo subcapítulo. Da mesma forma, todo o mapeamento que compõe o relatório foi produzido pela mão de obra de trabalhadores públicos, funcionários da municipalidade, para uma obra que foi totalmente privada. As imbricações entre o político e

¹⁰⁵ “Uma cidade no meio da Barra”. Acervo Jornal O Globo, 27 de maio de 2006, Rio, p.15. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=barra&anyword=&nword=&exactword=&decadaSelecionada=2000&anoSelecionado=2006&mesSelecionado=5&diaSelecionado=27>

o econômico ficam evidentes nesse caso em especial, o que recoloca a discussão sobre a necessidade de se pensar a produção do espaço enquanto uma estratégia de classe.

Sob esse aspecto, importante salientar que, na mesma reportagem do jornal O Globo, de 27 de maio de 2006¹⁰⁶, há menção de um processo de indenização pagas aos 67 moradores da comunidade Arroio Pavuna, que teriam sido removidos pela Prefeitura do Rio de Janeiro, em fevereiro deste mesmo ano, do terreno pertencente à construtora Carvalho Hosken, situado entre o condomínio Rio-2 e parte da área pretendida para o Centro Metropolitano.

Segundo a reportagem, foi realizada uma denúncia por alguns vereadores e líderes da comunidade, alegando que os moradores teriam sido pagos com cheques administrativos da própria construtora, com valores de cerca de R\$ 5 mil. O processo de remoção era público, a encargo da municipalidade e a entrega dos cheques teria sido efetuada na própria sede da Secretaria da Habitação, no centro da cidade. Os moradores teriam sido cadastrados dentro de um programa de remoção e a desocupação e demolição das habitações teria sido realizada por integrantes da guarda municipal, com apenas duas semanas entre a data da primeira notificação e a da atual remoção. A denúncia era, portanto, referente à ilegalidade das indenizações terem sido realizadas pela própria proprietária do terreno, de modo ocultado, no claro intuito de valorização da futura área de construção.

A necessidade de expulsão de uma população que habitava a área demarcada para ser o Centro Metropolitano, pertencente à construtora privada, por intermédio do órgão público, traz indícios do sentido da produção do espaço planejado para essa parte da Barra, onde a vida, os corpos dos trabalhadores que até então serviram para a própria consolidação da vida urbana nesse local, não eram mais necessários e precisavam ser realocados para outros espaços onde sua presença física não interferiria na valorização que se almejava.

No entanto, mesmo com todas essas intervenções apontadas pelo Relatório e pela reportagem, nenhuma construção foi de fato erguida dentro do perímetro do Centro Metropolitano, mas a intensificação das construções ao redor do terreno continuou ao longo dos anos seguintes, principalmente com a realização dos Jogos Pan-Americanos no ano de 2007. Embora seja um evento considerado de menor porte, serviria como uma espécie de teste preparatório para que a cidade pudesse se candidatar mais efetivamente para receber o megaevento olímpico já almejado há alguns anos.

Quatro partes da cidade foram então planejadas pelo poder público para recebimento das instalações para os Jogos Pan-americanos, em uma distribuição muito semelhante na

¹⁰⁶ Vide nota 104.

reproduzida durante a realização do Rio-2016¹⁰⁷. Segundo um estudo de viabilidade econômica e de infraestrutura encomendado à Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV/RJ) pelo Comitê Olímpico Brasileiro (COB), foi decidida a concentração da maior parte dos equipamentos na Barra da Tijuca, com a justificativa de que, no local, haveria terras livres disponíveis para a construção dos equipamentos necessários (Governo Federal, 2008).

Em um documento publicado na Coleção Estudos da Cidade, em uma edição especial de 2005, fica bastante evidente, através do conteúdo disponibilizado pela prefeitura, que a realização dos Jogos Pan-Americanos foi integralmente possibilitada na cidade por meio de um compromisso firmado entre o órgão organizador e o governo municipal, que se comprometeu a arcar com todos os custos referentes ao megaevento:

Em novembro de 2003, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro assinou com o Comitê Organizador dos Jogos Pan-Americanos de 2007 convênio de custeio e manutenção no valor **de R\$ 7.988.720,00. Ficou estabelecido que o Município arcará sozinho com os custos dos profissionais e equipamentos necessários à organização do evento.**

O convênio se encerrará no final de fevereiro de 2005. **Um novo convênio de custeio e manutenção já foi solicitado pelo Comitê Organizador dos Jogos.** A Prefeitura está concluindo a análise do segundo termo de compromisso, de forma que os trabalhos de organização do Rio 2007 não sofram interrupção (Prefeitura, 2005, p.2).

Colocava-se em prática a realização de um megaevento que poderia ser a alavanca principal para a captação dos almejados Jogos Olímpicos, supostamente trazendo consigo uma visibilidade e investimentos propalados pelo Estado. A “cidade mercadoria”, conforme já problematizavam Arantes, Maricato e Vainer (2002), “vendida” aos investidores internacionais enquanto um local confiável e seguro para receber aportes e recursos direcionados para os mais variados setores da economia, se consolidava principalmente através das intervenções urbanas realizadas pelo Estado. E o fragmento espacial que foi mais beneficiado, tanto com as construções em si, mas também com a produção imagética por meio de campanhas publicitárias divulgadas à população da cidade e de todo Brasil, foi a Barra da Tijuca.

¹⁰⁷ Durante a candidatura da cidade aos Jogos Olímpicos em 1996 para sediar a edição de 2004, que foi negada pelo COI na fase preliminar, o então prefeito da cidade, César Maia (MDB), alegou que a negativa do movimento olímpico residia em função da escolha espacial de distribuição dos equipamentos dos jogos pela cidade, principalmente no que tange à região do Fundão, que abriga o campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro e o complexo de favelas da Maré e que, portanto, essa localização teria que ser repensada para as próximas candidaturas da cidade. Essa declaração pública também explicita o caráter segregador que assumiriam as construções dos equipamentos destinados ao megaevento olímpico na cidade:

“Os Jogos são, antes de tudo, um evento econômico relacionado ao esporte. Ele tem suas lógicas e suas exigências. Imaginem uma foto de capa de jornal mostrando um atleta e no fundo uma favela com um homem esqualido. Nós não precisamos e nem queremos esconder nossas dificuldades, mas é preciso entender a complexidade dos Jogos Olímpicos (Governo Federal, 2008, p.12 – grifos nossos)”.

Interessante apontar que, no mesmo documento onde a Prefeitura deixa explícita sua contribuição financeira na realização dos Jogos Pan-Americanos, é exaltada a solidez financeira da cidade, por meio de uma série de ações que estavam sendo colocadas em prática junto às agências internacionais de fomento ao desenvolvimento urbano, como o Banco Mundial. Conforme afirma Cardoso, I. (2009, p.3), a cidade segue um “passo-a-passo definido pelo BIRD em sua nova estratégia para os governos urbanos e locais dos municípios”, principalmente dos países ditos subdesenvolvidos, como o Brasil, na reestruturação produtiva do neoliberalismo que tem suas ações intensificadas no final dos anos 90 e início dos anos 2000 em diversas cidades mundiais.

Entre essas medidas adotadas pelos governos do Rio de Janeiro, estão listadas uma série de privatizações realizadas ao longo do final da década de 90, que foram então elencadas pelo Banco Mundial como sendo necessárias para a melhoria no desempenho econômico do Rio, que potencializariam, por sua vez, as possibilidades dos empréstimos almejados pelos governos para a metrópole:

O governo do estado do Rio de Janeiro, através da figura do então governador Marcelo Alencar (PSDB), obteve uma linha de financiamento do Banco Mundial, em 1997, no valor de US\$250 milhões, para encaminhar o Programa Estadual de Desestatização (PED). O exercício de um governo local que teve como partido o mesmo PSDB do então presidente Fernando Henrique Cardoso, colocou o Rio de Janeiro como verdadeira antesala do PND. **Não casualmente o Rio foi o primeiro estado a implantar o PED e a criar uma “Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos do Estado do Rio de Janeiro” (ASEP-RJ), em 1997. No início deste processo de “desestatização” foram 27 empresas incluídas no PED. O saldo deste processo, no final dos anos 90, foi o desmantelamento da base pública dos serviços de infraestrutura urbana e a privatização do Banco do estado.** Dentre as 27 empresas inicialmente arroladas pode-se citar as seguintes desestatizações: Cia. de Navegação do Estado do RJ (CONERT); LIGHT e Cia. de Eletricidade do Rio de Janeiro (CERJ); Cia. do Metropolitano ; Cia. de Desenvolvimento Rodoviário e Terminais do Estado do RJ; Cia. Estadual de Gás do RJ e RIOGÁS; Trecho rodoviário de ligação entre os municípios de Rio Bonito, Araruama, São Pedro da Aldeia; Cia. Fluminense de Trens Urbanos-FLUMITRENS; TELERJ-Telecomunicações do Rio de Janeiro; Banco do Estado do Rio de Janeiro-BANERJ (Cardoso, I., 2009, p.5 – grifos nossos).

Dentre o “saldo positivo” dessas medidas, o documento da Prefeitura (2005) listava uma série de porcentagens que comprovariam as possibilidades de uma “alavancagem” da economia do município em relação a outras cidades brasileiras, principalmente no que tange à capacidade de endividamento frente as receitas advindas de captação de impostos, dos processos de privatizações e dos fundos de pensão e previdência. Esse último é apontado como o garantidor dos recursos necessários aos investimentos que seriam realizados no evento esportivo: o Previ-Rio – Previdência e Assistência do Município do Rio de Janeiro, com

estimativa de disponibilidade de cerca de R\$ 1,9 bilhão em caixa, que seria utilizado primordialmente na construção dos equipamentos para os Jogos. Assim, o documento aponta para um gasto estimado de R\$ 350 milhões, dos quais cerca de um terço teriam sido gastos com as construções dos equipamentos e com o Comitê Organizador dos Jogos em eventos, consultorias e direitos de transmissão. O restante do montante estimado foi elencado enquanto “investimentos indiretos”, apontados como ações realizadas para valorização dos terrenos, com alterações nas legislações, do potencial de construção como, por exemplo, no terreno do Autódromo de Jacarepaguá, que recebeu vários equipamentos para os jogos e foi denominado de Parque Olímpico do Rio, ou no terreno onde foi construída a Vila Pan-Americana.

Conforme destaca Sanchez, Bienenstein e Guterman (2013, p.201), o terreno onde foi erguida a Vila dos Atletas ficava localizado em meio às glebas da construtora Carvalho Hosken, “uma das últimas grandes proprietárias de terra na região da Baixada de Jacarepaguá”. E salientam:

Parece ser ela a grande beneficiária dos investimentos públicos realizados para o PAN 2007 e dos efeitos de transformação no uso do solo, dentre os quais, a Vila Olímpica, que poderá representar o impulso final que faltava para a ocupação das áreas contíguas de propriedade da empresa” (ibidem).

A efetivação das construções dos Jogos Pan-Americanos na Barra da Tijuca seguramente se colocou como o principal fator de valorização dos empreendimentos já consolidados, como os bairros-condomínios construídos pela Carvalho Hosken nas proximidades, como o Rio-2, o Península e o Cidade Jardim, bem como proporcionou as diretrizes posteriores para a utilização dos terrenos da construtora para a construção dos equipamentos dos futuros Jogos Olímpicos em 2016.

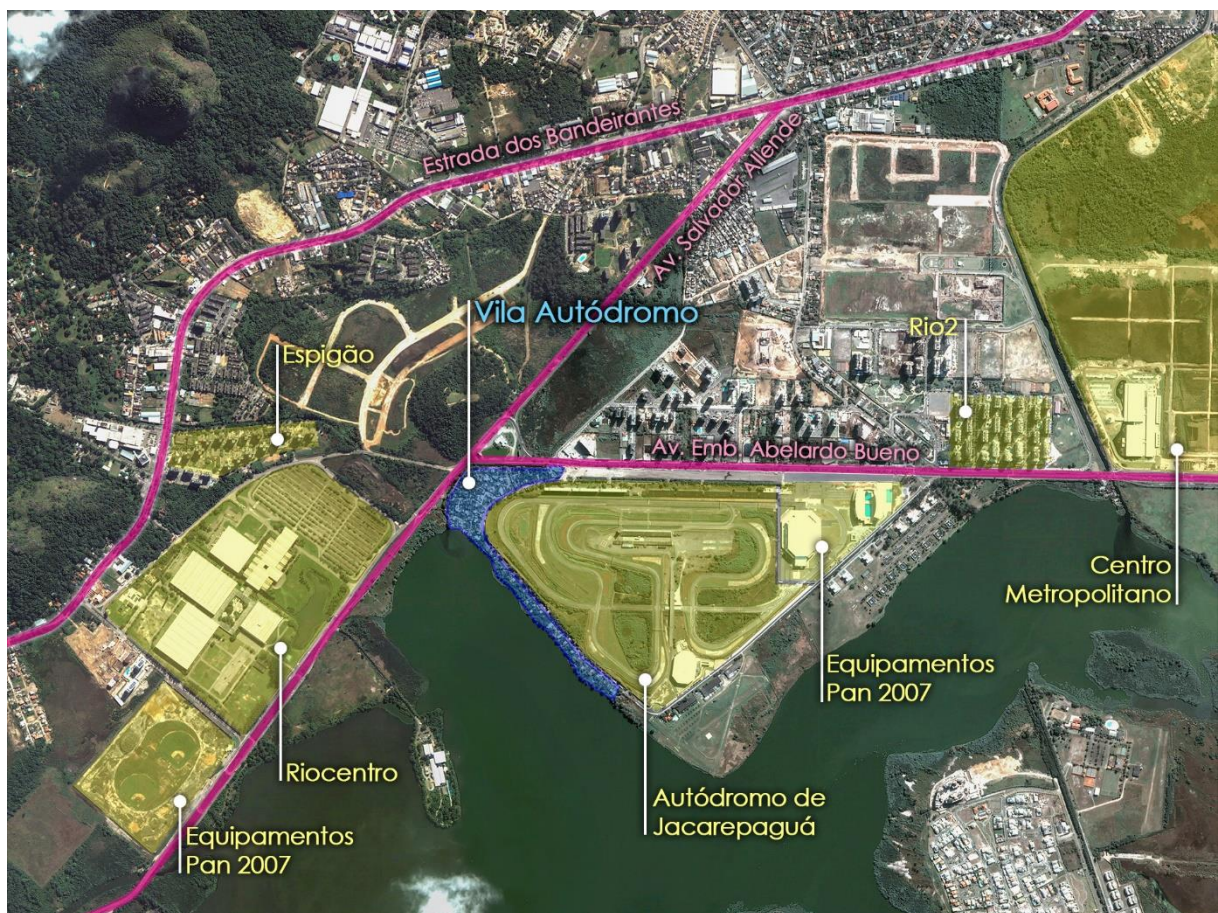
Ao mesmo tempo, a proximidade das construções para a realização dos jogos Pan-Americanos foi um dos motivos utilizados pelo poder público para novas tentativas de remoção de comunidades na região, como a própria Vila Autódromo, mas tal fato não ocorreu naquele momento.

Na figura abaixo, extraída e modificada do site do Sistema de Assentamentos de Baixa Renda¹⁰⁸ (Sabren), são apontados alguns elementos necessários para a compreensão do processo de ocupação desse fragmento espacial ao longo dos anos, com destaque para os equipamentos construídos para os Jogos Pan-Americanos e sua proximidade com outros

¹⁰⁸ Aplicativo da prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, criado nos anos 90 com intuito de disponibilizar informações sobre as favelas cariocas. Disponível em: <https://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=4df92f92f1ef4d21aa77892acb358540>

espaços já mencionados ao longo dessa parte da pesquisa, e que serão futuramente edificados, como o Centro Metropolitano e o Autódromo de Jacarepaguá, assim como as principais avenidas de ligação entre esses empreendimentos que também sofreram alterações urbanas futuras a esse período, como a Avenida Embaixador Abelardo Bueno e a Avenida Salvador Allende. Em destaque na figura, identifica-se a Vila Autódromo em sua espacialidade no ano de 2008, colocando em evidência a proximidade física dessa comunidade e as mudanças morfológicas no seu entorno, cuja valorização da terra vai proporcionando um alto grau de rentabilidade aos proprietários fundiários ao longo do tempo.

Figura 15 – Equipamentos Jogos Pan-Americanos e entorno no ano de 2008



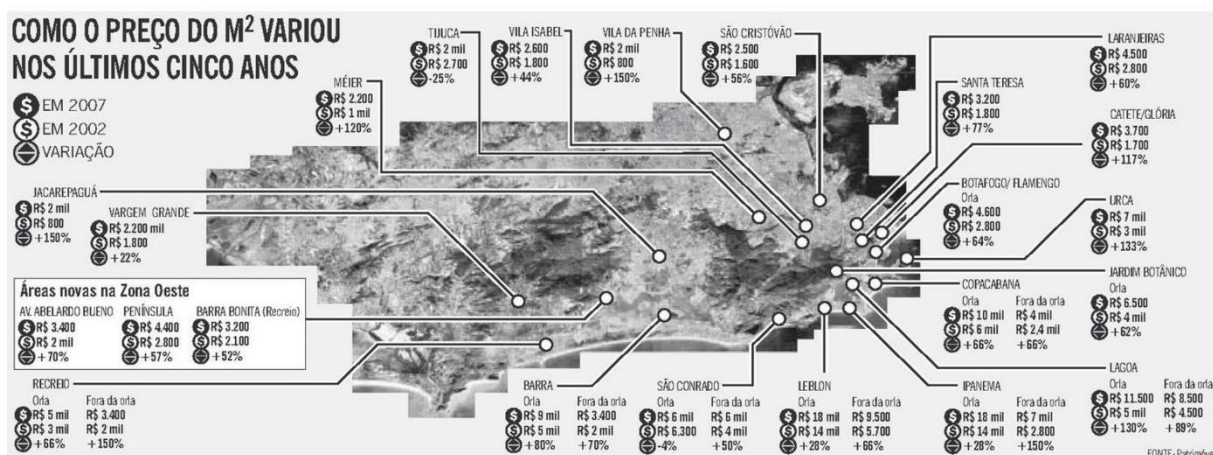
Fonte: SABREN, 2018. Produção nossa.

Esse segundo momento da valorização das terras na área de planejamento da Baixada de Jacarepaguá, coloca em evidência a correlação direta entre o monopólio de terras, o papel do Estado e das agências internacionais, que representam os interesses ligados à circulação do capital no plano global, na seletividade e localização das construções públicas e privadas. Essa articulação que radicaliza a produção do espaço como mercadoria, se realiza no plano do lugar

e tem como pressuposto a destituição das parcelas mais pobres da classe trabalhadora, para viabilizar seu projeto.

Nesse sentido, a segregação espacial é constitutiva do movimento de hierarquização e homogeneização que visam uma valorização seletiva dos espaços urbanos em sua fragmentação. Essa valorização seletiva pode ser mais bem compreendida, por exemplo, ao analisar a variação dos preços dos metros quadrados por bairros na cidade do Rio de Janeiro, no período de 2002 a 2007, publicada em uma representação do mapa da cidade em uma reportagem do jornal O Globo em 2007¹⁰⁹. Notabiliza-se que o propósito da matéria era demonstrar como a distância física de áreas de favelas influenciava diretamente sobre o valor dos preços dos imóveis em decorrência de uma alta procura de moradores cariocas por áreas mais seguras para se morar na cidade, o que explicaria a própria expansão imobiliária da Zona Oeste.

Figura 16 – Valorização de imóveis na cidade do Rio de Janeiro 2002-2007



Fonte: Acervo do Jornal O Globo, 17 de outubro de 2007

Em destaque na caixa branca à esquerda da imagem, é possível verificar os valores nos imóveis situados na Avenida Abelardo Bueno, com uma valorização de 70% entre os anos de 2002 e 2007, cujo valor do metro quadrado passou de R\$ 2 mil para R\$ 3.400. **Mas a área mais valorizada seria a de Jacarepaguá, onde fica localizado o próprio Centro Metropolitano, com variação de 150% no preço do metro quadrado no período analisado, sendo de R\$ 800 em 2002 para R\$ 2 mil em 2007.** Outra área apontada como tendo uma alta na valorização na Zona Oeste seria a orla do bairro do Recreio dos Bandeirantes, com aumento de 66%, sendo os valores contabilizados em 2002 de R\$ 3.000/m² e em 2007, R\$ 5 mil/m². Somente para

¹⁰⁹ “Quanto mais seguro, mais caro”. Acervo do Jornal O Globo, 17 de outubro de 2007, Rio, p.19. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=mais+caro&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2000&anoSelecionado=2007>

comparação, elencam-se valores em bairros elitizados da Zona Sul, como a orla de Ipanema, que teria tido nesse período uma variação do metro quadrado em torno de 28%, mas com os valores muito acima dos praticados nessa época na Zona Oeste, chegando a R\$ 14.000/m² em 2002 e R\$ 18.000/m² em 2007 e a orla de Copacabana, com variação de 66%. É oportuno lembrar que, nestes bairros já consolidados, a produção implica a destruição; é um processo de reprodução do espaço urbano e a própria escassez das terras aumenta o custo das construções, enquanto na Barra, ainda existem muitos terrenos aptos a receberem novas construções.

O aumento percentual muito superior dos valores imobiliários na Zona Oeste, conforme desvelado pela reportagem, coloca mais uma vez em evidência o forte caráter de fronteira que assume a Barra da Tijuca na metrópole carioca frente ao seu crescimento e adensamento populacional ao longo dos anos.

O valor mais baixo do metro quadrado também possibilitou a compra de imóveis residenciais de maneira mais atrativa aos residentes de outras áreas da cidade e aluguéis mais baixos, que viabilizou, por exemplo, a transferência de sedes de várias empresas para a Barra da Tijuca, como as do ramo de telecomunicações, TIM, Nokia e Vivo e também empresas no ramo de saúde, como Amil e Unimed.

Segundo dados extraídos dos habite-se emitidos pela Secretaria de Habitação da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, através do portal do Instituto Pereira Passos (IPP) e Data Rio, em 2006¹¹⁰, foram lançadas cerca de 2.146 unidades habitacionais em toda a cidade, **com concentração de mais de 80% nos bairros de Jacarepaguá, Recreio dos Bandeirantes e Barra da Tijuca**. Se levarmos em considerações os dados relativos à licenciamentos de imóveis, realizados pela Gerência de Licenciamento e Fiscalização (GLF) ou pelo Departamento de Licenciamento e Fiscalização (DLF) da Prefeitura, houve um aumento de 5% na emissão de registros entre os anos de 2005 e 2006 nesses mesmos bairros.

Uma nova onda de construções irá se estabelecer nos próximos anos na região, no que procuramos chamar de terceiro momento da valorização imobiliária, agora pautadas pela intensificação nas construções de muitos dos equipamentos e imóveis residenciais e comerciais. Dentro desse cenário, a construção efetiva do Centro Metropolitano foi retomada no início de 2009, quando foi feito o anúncio da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos Rio-2016 e da utilização do bairro da Barra da Tijuca, especialmente no entroncamento entre as Avenidas Embaixador Abelardo Bueno e Salvador Allende, como local onde seria realizada a maior parte das construções para atender ao megaevento, como será discutido a seguir.

¹¹⁰ Dados disponíveis em: Instituto Pereira Passos, Data Rio. SMU. Disponível em: <http://www.data.rio/>.

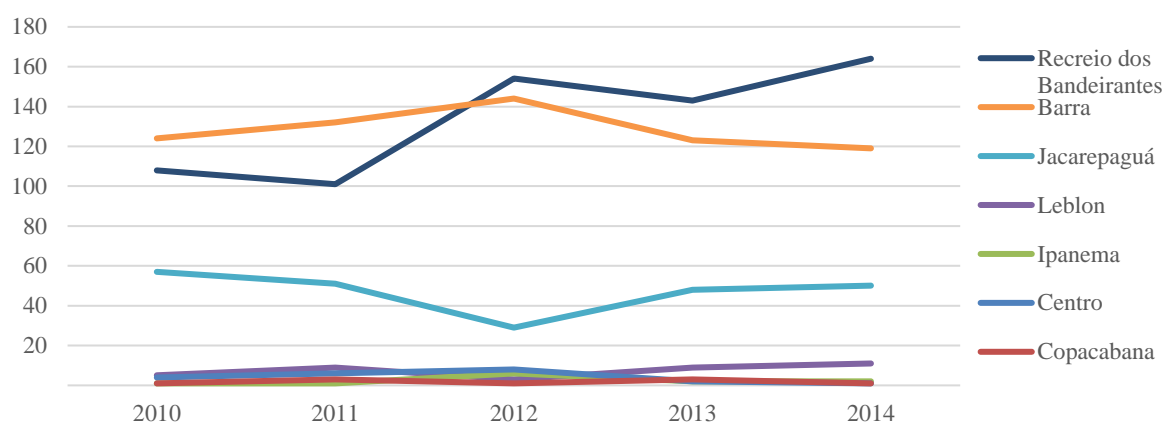
2.3. Jogos Olímpicos e a consolidação da Barra como produto imobiliário

A nova rodada de valorização da terra urbana na Área de Planejamento da Baixada de Jacarepaguá, notadamente dos três bairros que apresentaram um grande salto de construções e investimentos imobiliários já apontados, Jacarepaguá, Recreio dos Bandeirantes e Barra da Tijuca, se intensificam com o anúncio da realização dos Jogos Olímpicos na metrópole carioca e os preparativos subsequentes nas construções dos equipamentos dos jogos e, principalmente, na infraestrutura em vários pontos da cidade.

Através das parcerias público-privadas e dos contratos realizados, das garantias firmadas por leis, decretos e normativas, os equipamentos destinados ao megaevento e as obras de infraestrutura na cidade tomam forma. No momento da execução desses projetos, no entanto, diversas contradições se apresentam, demonstrando claramente o jogo de interesses que permeia esse processo, que fragiliza ainda mais os moradores de baixa renda, perpetuando uma urbanização já segregacionista e excludente.

A efetivação de muitas das edificações que foram sendo anunciadas nesse terceiro momento de valorização da Barra, revelam, portanto, que a produção de normas legais, de publicidade, de construção de consensos e de ideologia que foi sendo trabalhada, é uma produção concreta da Barra como fronteira. No momento mais recente, essa produção é marcada pela realização das construções no Centro Metropolitano, na ampliação de avenidas para a implementação das linhas de BRT, com a construção do Parque Olímpico e plano para posterior utilização por empresas privadas na construção de novos condomínios multifuncionais fechados, enfim, com diversas obras públicas de infraestrutura anunciadas desde o Plano Piloto, em 1969, bem como finalmente a consolidação das construções privadas, notadamente no eixo que compreende os terrenos da construtora Carvalho Hosken.

O aumento significativo nas licenças concedidas pela Prefeitura da metrópole do Rio de Janeiro para novas construções é uma prova concreta do aumento das edificações nesse terceiro momento da valorização, como é possível observar no gráfico. Importante mencionar como o número de licenças concedidas aos bairros da Barra da Tijuca e do Recreio dos Bandeirantes foram muito superiores, no período analisado, de 2009 a 2014, em relação aos bairros da região central e da Zona Sul, o que pode sinalizar, nesse período, para a concentração dos investimentos construtivos na AP-4, em consonância com todos os serviços de infraestrutura que já vinham sendo colocados em prática pelo governo.

Gráfico 2 – Habite-se - Número de certidões de área licenciada residencial e comercial 2009-2014

Fonte: Instituto Pereira Passos, Data Rio. SMU. Compilação de dados disponíveis na tabela 2944. Disponível em: <http://www.data.rio/> - produção nossa

Para atingir os objetivos imobiliários, no entanto, foram imprescindíveis as alterações nos parâmetros de construção, ou seja, nas leis de zoneamento e nas possibilidades de alterações mais pontuais nos fragmentos que deveriam receber os aportes financeiros para a efetivação das construções. As modificações no ordenamento espacial também possibilitaram um maior lucro advindo das construções, possíveis por exemplo, por meio do aumento no potencial construtivo, tanto em termos espaciais, com ampliação de áreas passíveis de receberem construções, como pelo aumento na altura das edificações. Como decorrência dessas alterações nas leis urbanas, a tal “solvabilidade” exigida pelas agências avaliadoras de risco e dos organismos internacionais, como o BIRD, são alcançadas, conforme trecho extraído de uma publicação da Prefeitura (2005, p.1 – grifos nossos):

A solidez financeira da cidade pode ser comprovada na avaliação da Moody’s Investors Service, agência internacional de análise do risco de crédito, que este mês **elevou a posição da cidade em relação à capacidade de contrair dívida em moeda estrangeira** do nível B1 para B1 positivo, mesmo nível de avaliação do Brasil.

De acordo com as regras das agências internacionais de avaliação de risco de crédito, uma cidade ou um estado não pode ultrapassar a classificação conferida ao seu país.

Esta melhora no rating confirma a trajetória já delineada em setembro do ano passado, quando a agência elevou a nota do Município do nível B2 para o B1. A Moody’s é uma das mais conceituadas agências de qualificação de risco de crédito do mundo e os seus relatórios avaliam a receita e o patrimônio, **que servem como referência para as tentativas da Prefeitura de captar recursos de fontes nacionais e estrangeiras.**

A captação de investimentos estrangeiros, portanto, é possibilitada através de uma série de alterações nas leis, que acarretam, por sua vez, as modificações pretendidas pelas

frações dos capitais associados ao setor imobiliário, principalmente o corporativo, nos fragmentos espaciais da metrópole. É essencial discorrer brevemente sobre dois instrumentos normativos que foram executados ao longo dos anos 2000 na metrópole, através de leis complementares, instituindo alterações urbanas significativas, que serão responsáveis pelas modificações urbanas realizadas nesse terceiro momento de análise.

A primeira delas a ser discutida é a Lei Complementar nº 74 de 14 de janeiro de 2005, (Rio de Janeiro, 2005), que instituiu a Área de Especial Interesse Social (AEIS) na comunidade Vila Autódromo. Esse instrumento modificou principalmente o uso do solo, abrindo a possibilidade para a edificação de hotéis, equipamentos esportivos e turísticos, bem como comércios e serviços, o que ia ao encontro às formulações propostas para a construção do Parque Olímpico no perímetro do Autódromo de Jacarepaguá, adjacente à comunidade, no Dossiê de Candidatura aos Jogos Olímpicos (Dossiê, 2008). Abriu a possibilidade da concretização futura de obras de construção dos equipamentos esportivos que seriam utilizados para os jogos, bem como de rede hoteleira e residenciais de luxo previstos no projeto original.

Mas também foi um dos instrumentos normativos mais utilizados pelos moradores da Vila Autódromo no processo de remoção, principalmente pela atuação da Defensoria Pública, na defesa de que era uma área destinada à moradia de populações de baixa renda, o que coloca em evidência os conflitos pelo espaço que se estabelecem mediante os embates entre os interesses de classes, nesse caso, distintas na luta pela permanência na cidade em detrimento da sua utilização como propulsora de investimento internacional e fundiário dos poucos proprietários da região.

Outra lei implementada que acarretou futuras alterações nesse fragmento espacial foi o Projeto de Estruturação Urbana (PEU) das Vargens, formulado em 2006 e formalmente instituído em 2009 pela Lei Complementar nº 33 de 2009¹¹¹. Através desse instrumento normativo, uma área foi delimitada, compreendendo partes dos bairros da Barra da Tijuca, Jacarepaguá, Recreio dos Bandeirantes, Camorim, Vargem Grande e Vargem Pequena, e dividida em onze setores com possibilidades de incremento no potencial construtivo dentro dos terrenos de 20% para 50% e pagamento de outorga onerosa à municipalidade, instrumento urbanístico que permite expandir o gabarito das edificações¹¹², passando de doze andares

¹¹¹ Institui o Projeto de Estrutura Urbana – PEU nos Bairros de Vargem Grande, Vargem Grande Pequena, Camorim e parte dos bairros do Recreio dos Bandeirantes, nas XXIV e XVI regiões administrativas, integrantes das unidades espaciais de planejamento números 46, 47, 40 e 45 e dá outras providências (Rio de Janeiro, 2009).

¹¹² “Peu das Vargens muda regras de construção”. Acervo Jornal O Globo, Rio, p.13, 4 de novembro de 2009. Acesso em março de 2019. Disponível em:

constantes no zoneamento do Decreto nº 3.046 de 1981, para dezoito andares. O PEU das Vargens ainda alterou alguns parâmetros já estabelecidos de ocupação, possibilitando também o aproveitamento de lotes que antes estavam “engessados” para construção, por serem áreas alagadas, pantanosas ou com embargos ambientais prévios, por exemplo.

Tratou-se de uma medida que proporcionou a efetivação de obras ligadas aos Jogos Olímpicos, com compromissos que haviam sido assumidos no Dossiê de Candidatura da cidade junto ao COI e também de outras construções, que assegurou lucros extraordinários aos proprietários privados. A nova legislação favoreceu diretamente, por exemplo, a construtora Carvalho Hosken, tanto no que diz respeito ao coeficiente de construção maior por gleba, quanto pelo aumento no potencial construtivo e nas facilitações ambientais que seriam proporcionadas pelos órgãos públicos, em pelo menos dois grandes empreendimentos nos quais a construtora atuaria em parceria público-privada para o megaevento: a Vila dos Atletas, ou residencial Ilha Pura, e o Parque Olímpico, como será melhor aprofundado adiante.

A aprovação dessa lei complementar e de muitas outras de modo muito rápido pelo Governo, com a justificativa de atender às exigências do megaevento olímpico, no entanto, suscitaram conflitos dentro do próprio segmento de proprietários fundiários, como fica bastante evidente em publicação do jornal O Globo no dia anterior à efetiva aprovação do plano pela Câmara dos Vereadores, no dia 3 de novembro de 2009¹¹³. Um proprietário de terreno no bairro do Recreio dos Bandeirantes questiona a nova legislação frente a antiga estabelecida no Plano Lúcio Costa, ao argumentar que, dentro da sua propriedade, em diferentes lados da rua, potenciais construtivos distintos foram estabelecidos. Do lado da rua que ele já vinha construindo prédios com até seis andares, por exemplo, agora passaria a valer a construção somente de casas planas e ele teria que pagar a outorga onerosa à Prefeitura para efetivar as construções já feitas de seis andares. Esse mesmo proprietário questiona que os valores das terras sofreriam alterações substantivas, no seu caso, um terreno de sua propriedade teria uma diminuição pela metade do valor antes do PEU.

Essa discussão ilumina como as intervenções são pontuais e priorizam frações específicas do capital, não sendo, portanto, ações homogêneas e pautadas em uma racionalidade

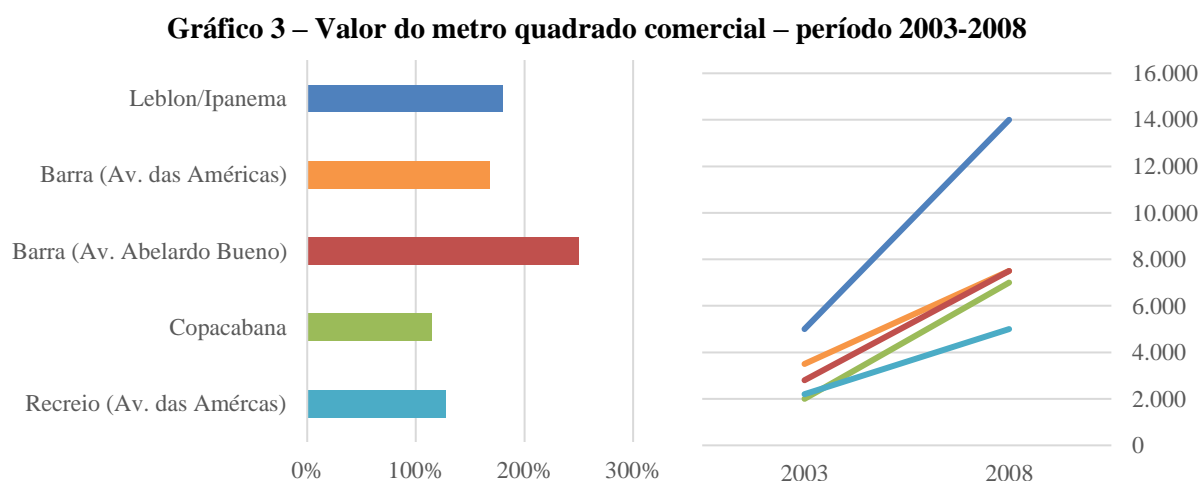
https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_paginas%2Fo_globo%2F2009%2F11%2F04%2FRIO%2FGE041%E2%80%A6

¹¹³ “PEU das Vargens pode ser votado sem debate”. Acervo Jornal O Globo, Rio, p.12, 03 novembro de 2009. Acesso em março de 2019. Disponível em:

https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_paginas%2Fo_globo%2F2009%2F11%2F03%2FRIO%2FGE031%E2%80%A6

técnica, como se anuncia, mas intermediadas por uma série de interesses de classe que colocam em evidência as contradições do próprio processo da reprodução.

Em publicação do jornal O Globo em 2008¹¹⁴, uma análise sobre a variação do metro quadrado comercial entre alguns bairros da Zona Sul e Oeste, no período compreendido entre os anos de 2003 e 2008, apontava que **houve aumento no valor da venda para imóveis comerciais de até 250% em alguns espaços analisados, como o dos imóveis localizados na Avenida Abelardo Bueno e de 168% nos localizados na Avenidas das Américas**, considerado um crescimento significativo se comparado ao de Copacabana (114%), e ao apresentado nos bairros de Leblon e Ipanema na Zona Sul (180%), como é possível observar no gráfico abaixo, construído por meio dos dados apontados por essa reportagem:



Fonte: compilação dados reportagem O Globo, junho 2008 – produção nossa

Como se nota, toda a estratégia que foi se desenvolvendo nas últimas décadas para colocar a Barra da Tijuca como uma nova fronteira para o setor imobiliário, vai se consolidando. Conforme matéria do Jornal O Globo,

A cidade cresce em direção à Barra, que já rivaliza com o Centro e a Zona Sul por ainda possuir espaços relativamente baratos. Empresas de saúde, petróleo e derivados já aportaram no bairro. **A Abelardo Bueno será o endereço corporativo do Rio. Ela ainda não pegou preço de verdade.** Quando isso acontecer, vai se equiparar em valor à Avenida das Américas, no esteio dos novos empreendimentos. Declaração do presidente da Patrimóvel e vice-presidente da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário, Rubem Vasconcellos. Jornal O Globo, 2008.

¹¹⁴ “Muita oferta e muita procura”. Acervo Jornal O Globo, Rio, p.18, 22 junho de 2008. Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_paginas%2Fo_globo%2F2008%2F06%2F22%2FRIO%2FGE220608018RIO1-%E2%80%A6. Acesso em março de 2019.

Por esse trecho, é possível depreender que a suposta centralidade metropolitana da Barra da Tijuca realizou-se, de fato, como a criação de um espaço corporativo e de serviços que atendem à uma parcela elitizada da sociedade carioca, que pode pagar para usufruir dos modernos prédios residenciais e comerciais, além das lajes corporativas adaptadas às necessidades das empresas locatárias.

A expectativa dos proprietários fundiários em relação às construções que seriam realizadas no Centro Metropolitano ficou ainda mais aparente durante as votações para as emendas que comporiam a publicação definitiva do Plano Diretor, em 2011, documento que havia passado por inúmeras alterações desde seu lançamento em 1992, nunca sendo efetivamente implantado na cidade enquanto um instrumento de ordenamento urbano como era sua prerrogativa oficial.

Algumas dessas emendas propunham aumentar o potencial construtivo na orla da Barra da Tijuca bem acima do já estabelecido, bem como a realização de construções dentro do perímetro compreendido pelo Centro Metropolitano, sem a realização prévia de obras de infraestrutura indispensáveis às edificações – apontadas pelo grupo de estudos em 2006, tais como drenagem e remoção da vegetação existente nos terrenos e implementação de saneamento básico. A intenção, portanto, **era alterar os parâmetros estabelecidos das macrozonas de planejamento, dividindo Jacarepaguá, que compunha a área de ocupação controlada em área de ocupação incentivada, mostrando os reais interesses do setor imobiliário nesse processo.**

Pelo novo Plano Diretor, a cidade do Rio de Janeiro ficava dividida em quatro zonas denominadas de Macrozonas de Ocupação, que tinham por objetivo determinar os referenciais normativos que incidiriam sobre a expansão urbana, o desenvolvimento pretendido para cada área e principalmente, sobre as regulamentações e aplicação dos instrumentos urbanísticos e da densidade populacional. Dessa forma, ficaram estabelecidas as áreas que ficaram na Macrozona de Ocupação Controlada, abarcando principalmente as regiões Central e Zona Sul; a Macrozona de Ocupação Incentivada, onde se localizava Jacarepaguá; a Macrozona de Ocupação Condicionada, abrangendo a Região Administrativa da Barra da Tijuca, entre outras e a Macrozona de Ocupação Assistida, compreendendo as áreas administrativas de Campo Grande e Santa Cruz, prioritariamente.

Segundo as diretrizes do Plano Diretor, na área incentivada seriam estimuladas as construções de pequeno e grande porte mediante a adoção de uma série de estratégias definidas por bairro ou por prioridades de intervenção do poder público, e, nas áreas condicionadas, “onde o adensamento populacional, a intensidade construtiva e a instalação das atividades econômicas”

seriam restringidos “de acordo com a capacidade das redes de infraestrutura e subordinados à proteção ambiental e paisagística, podendo ser progressivamente ampliados com o aporte de recursos privados” (Plano Diretor, 2011, Sessão I, Cap. II, p.14-15).

Assim, a área do Centro Metropolitano, estando dentro da ocupação condicionada, não poderia receber construções sem antes ter passado pelo processo de instalação de infraestrutura adequada. Os parâmetros de ocupação da área foram determinados pelo Plano Piloto, com possibilidade de construção de até 23 mil apartamentos residenciais e 85 mil salas comerciais com até 35 andares. A emenda apresentada ao Plano Diretor, que a colocava em área de ocupação incentivada, tinha por justificativa a proximidade do Centro Metropolitano com o local onde seria construído o Parque Olímpico e, portanto, seria uma área de interesse público que demandaria um processo de ocupação mais rápido e “menos burocrático”. Como não foi possível identificar os vereadores responsáveis por essa emenda, ela não foi incluída no Plano Diretor final, mas esse episódio traz indícios da disputa no campo político que se estabelecia em vários os âmbitos governamentais.

A realização dos Jogos Olímpicos na cidade em 2016 intensificou o processo de produção dos espaços desiguais na cidade, ao concentrar a maior parte dos equipamentos e investimentos na Área de Planejamento da Baixada de Jacarepaguá, principalmente em terras pertencentes à incorporadora Carvalho Hosken. Tal fato se mostrou avassalador para a população trabalhadora de baixa renda que antes vivia nesses espaços, intensificando processos de remoções, alguns plenamente concretizados, como foi o caso da comunidade Vila Recreio II, ou de tentativas, como no caso da Vila Autódromo, como será detalhado na segunda parte dessa pesquisa.

Nesse cenário, também em 2016 foi publicado o Plano Estratégico atual, com vigência entre os anos de 2017 e 2020, intitulado: “Plano Estratégico Rio 2017-2020: O Rio do amanhã - Visão Rio 500” (Prefeitura, 2016). Tendo sido lançado antes dos Jogos Olímpicos, esse Plano Estratégico tem por principal objetivo dar continuidade às obras urbanas que não foram cumpridas dentro dos prazos previstos para a realização do megaevento, bem como uma proposta de continuação do modelo público-privado na gestão da cidade para os próximos quatro anos, conforme observa-se na apresentação feita pelo então Prefeito Eduardo Paes por ocasião da publicação do Plano. Importante realçar algumas passagens desse discurso, destacadas em negrito:

2016: nunca se falou tanto sobre um ano, nunca se esperou tanto por um ano. Desde 2009, quando o Rio de Janeiro venceu a disputa para sediar os primeiros Jogos Olímpicos da América do Sul, o ano de 2016 virou aspiração, marco, futuro. Os grandes projetos de infraestrutura, a preparação da Cidade, as

promessas de um Rio melhor, tudo apontava para 2016 – que já é hoje. **Os dois primeiros Planos Estratégicos da nossa administração, referentes aos períodos de 2009-2012 e 2013-2016, que definiram metas, estabeleceram prioridades, orientaram as nossas ações ao longo dos últimos oito anos, tiveram como referência justamente o ano de 2016 na busca por uma Cidade mais integrada e competitiva.** E depois? Qual o Rio que queremos daqui para frente?

Antes de falar do futuro que virou presente, vale voltar um pouco ao passado. A Cidade, hoje olímpica, que já fora capital da colônia, império e república, passou décadas numa espécie de crise existencial após ser trocada por Brasília como centro do poder político do Brasil. Presa às lembranças de um passado glorioso que não voltaria, a Cidade outrora maravilhosa isolou-se, perdeu o viço e esvaziou-se política, econômica e culturalmente.

A oportunidade olímpica representou uma ruptura desse processo, uma virada importante na autoestima e na vocação da Cidade. O Rio de Janeiro voltou a ganhar protagonismo no Brasil e no mundo. O lema da Prefeitura tem sido de que a Cidade deve se servir dos Jogos em vez de somente servir ao evento. **Isto é, com o pretexto olímpico, conseguimos tirar do papel projetos de infraestrutura, mobilidade, drenagem e urbanização sem relação direta com as competições e que representam benefícios para a população, principalmente das regiões mais carentes** (Prefeitura, 2016, Carta do Prefeito, p.11 – grifos nossos).

Pelos trechos destacados da declaração acima, é possível voltar para a discussão da utilização do megaevento olímpico pelo Governo da cidade do Rio de Janeiro como uma justificativa para implementação de projetos que já existiam em outros momentos, mas que não haviam sido realizados, principalmente por falta de investimentos, fator que os Jogos Olímpicos irão proporcionar¹¹⁵ através, principalmente, da potencialidade de investimentos futuros.

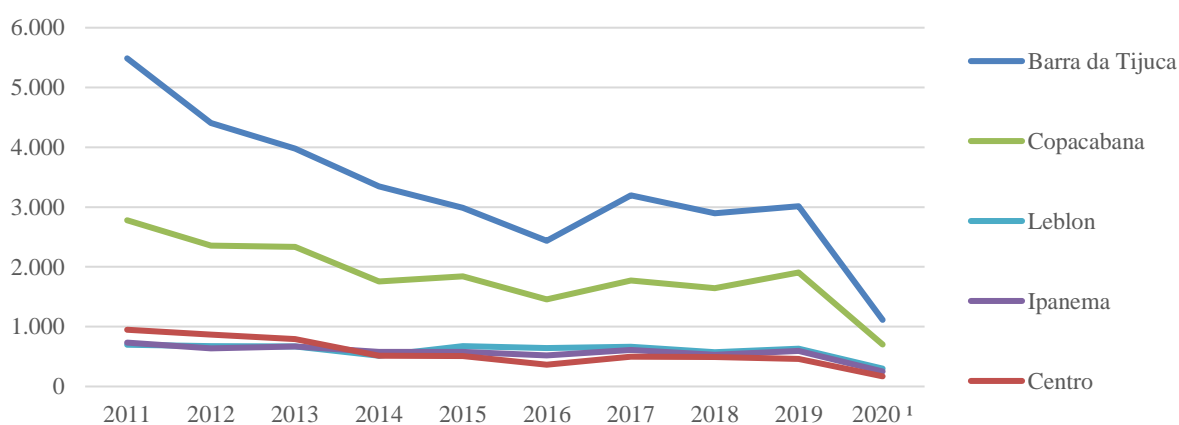
O Estado, nesse contexto, procura dar credibilidade aos investimentos ao assumir, por exemplo, a construção do conjunto habitacional Ilha Pura através do financiamento da Caixa Econômica Federal (CEF), bem como de toda infraestrutura viária necessária a um deslocamento terrestre mais rápido entre a região da Barra da Tijuca e da Zonas Sul e Central da cidade, por meio da construção dos BRTs e da linha amarela do metrô. Todos esses investimentos públicos agregam valor ao lugar e, ao mesmo tempo, estimulam um processo especulativo em torno da produção desse novo espaço, sinalizando para o investidor privado e, neste caso em particular, para os grandes proprietários fundiários da Barra, a potencial

¹¹⁵ Segundo relatório encomendado pela Câmara dos Deputados em 2017, intitulado: “Informações sobre despesas com os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016”, o orçamento final dos Jogos Rio 2016 foi de cerca de R\$43.7 bilhões, dos quais R\$22.2 bilhões seriam provenientes de recursos privados e R\$21.5 bilhões de recursos públicos, dos quais R\$8.3 bilhões seriam do governo federal. As isenções fiscais tinham sido computadas, até o momento da publicação do estudo, somente pela União, no valor total de R\$3.8 bilhões. As conclusões do estudo são de que ainda não seria possível confirmar o montante final dos gastos com o megaevento e que o retorno dos investimentos não foi identificado. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2017/inf-112-2017_-informacoes-sobre-despesas-com-os-jogos-olimpicos-e-paraolimpicos-rio-2016. Acesso em janeiro de 2021.

valorização futura dos seus empreendimentos, nos fragmentos onde as obras são realizadas, mas também naquelas propriedades que ficam retidas, aguardando um novo momento para entrar no mercado.

Segundo dados fornecidos no último Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro (2015), verificou-se um crescimento muito grande no valor dos imóveis da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, principalmente aqueles relacionados a bairros populares próximos às construções olímpicas, tais como: “Camorim, com variação de 243,1%; Curicica, variação de 230,3%; e Gardênia Azul variação de 213,4%. Os imóveis de Jacarepaguá valorizaram 237,8%, bem mais do que na Barra da Tijuca (166,2%) e no Recreio (132,2%)” (Dossiê Violações, 2015).

Gráfico 4 – Negociações residenciais concretizadas (via pagamento do ITBI) por bairro entre os anos de 2011 e 2020



Fonte: dados Secovi-RJ fornecidos para essa pesquisa. 2020¹: somente 1º semestre.

No gráfico acima, elaborado segundo dados do SECOVI-RJ entre o ano 2011 ao primeiro semestre de 2020, é possível observar uma clara prevalência de vendas na Barra da Tijuca em relação a outros bairros. No entanto, é perceptível que ocorreu uma queda consistente nas vendas em todo o período analisado, exceto entre 2016 e 2019, com uma leve alta na Barra e em Copacabana. Portanto, é possível argumentar que o aumento no valor dos imóveis não foi acompanhado pelo respectivo aumento nas vendas, pelo contrário, o que sinalizaria para uma possibilidade de crise na realização plena das construções.

Três empreendimentos se colocam enquanto pontos essenciais para o entendimento dessa alta nos preços dos imóveis na Barra da Tijuca, mas também iluminam o movimento que remete a atual crise a qual se refere o mercado imobiliário nas reportagens apresentadas, como será abordado a seguir.

2.3.1. *Os empreendimentos na constituição da fronteira urbana*

Em entrevista concedida a agência de reportagem BBC Brasil em 2015, Carlos Carvalho, na época com 91 anos de idade, reafirma grande parte da sua posição da entrevista realizada em 1981 ao Jornal do Brasil, sobre as potencialidades da região da Barra em se concretizar como uma nova centralidade na cidade do Rio de Janeiro, além de mencionar os problemas de venda do novo condomínio fechado, o Ilha Pura, conforme desprendemos de trechos selecionados da reportagem abaixo:

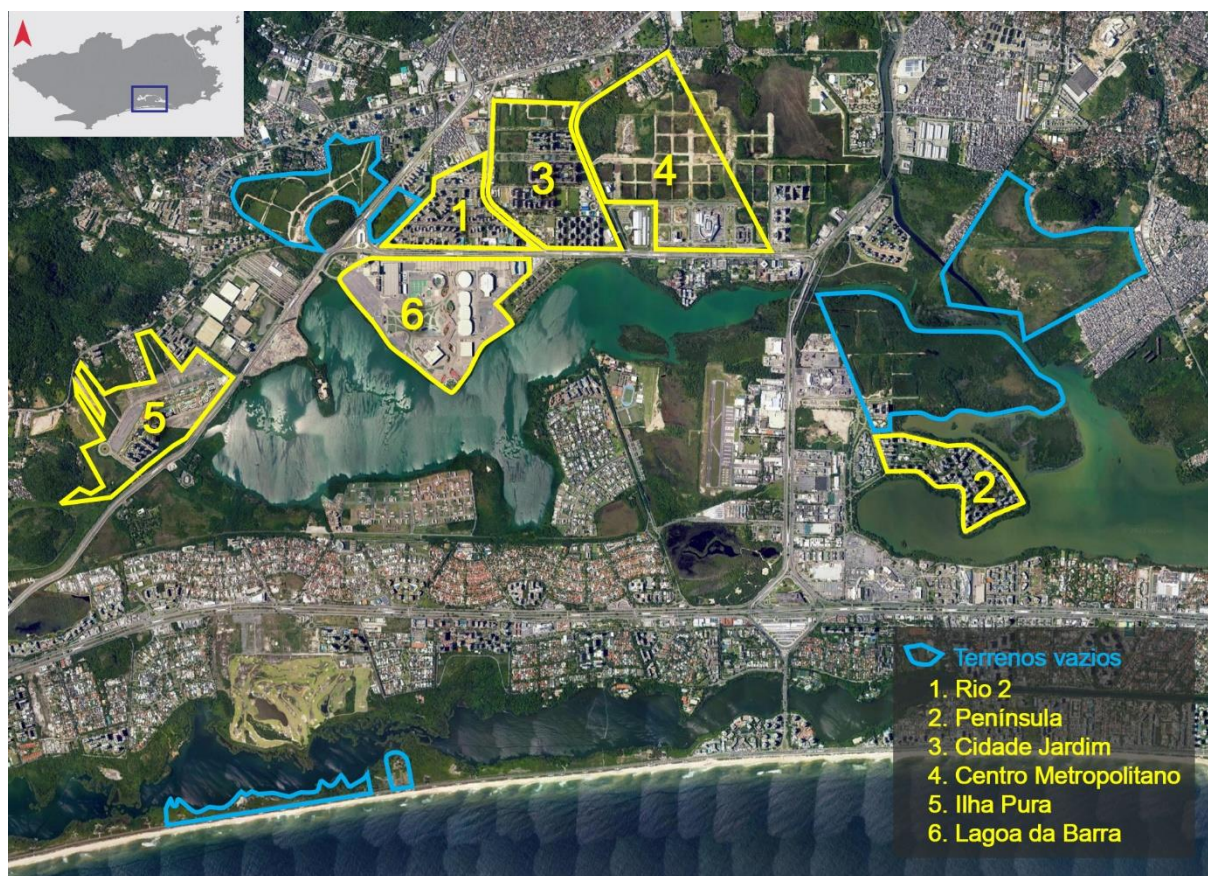
[...] A Olimpíada está trazendo essa cidade para todos, estão integrando o Rio. As obras vão trazer toda a Baixada para cá, o que vai desafogar a cidade. O legado é incomensurável. **Este espaço privilegiado está recebendo uma infraestrutura que permitirá um desenvolvimento urbano ordenado, que evite que o povo sofra por erros urbanos.** [...] Os Jogos vão dar a essa cidade aquilo que ela realmente representa no contexto nacional e internacional. [...] Eles (Comitê Rio 2016 e Comitê Olímpico Internacional) vão usar e devolver depois de um ano. Daí em diante, teremos ali apartamentos com serviços, em tamanhos maiores e menores. **A área é do tamanho de Ipanema.** Vou ter que resolver comercialmente e ver as coisas que a gente precisa fazer **para que as pessoas se interessem a ir para lá. Tenho que conquistar o cliente.** **E nós achamos que isso é que é fazer o lado social: ter a inteligência de gerar conforto para aqueles que podem usufruir dele.** Se não as pessoas ficam só desejando, mas nunca chegam lá. Temos que fazer com que aquilo seja um encantamento, que faça com que muitas pessoas melhorem de vida para poderem usufruir. **A Ilha Pura vai ter os Jardins do Rei.** Nós vamos transformar todo mundo em rei. **Estamos partindo para criar as bases para que uma nova cidade se desenvolva com condições satisfatórias para os moradores. Agora, se vai morar o pobre ou o rico, o problema é do governo. Que subsidiem os pobres e os botem lá então [...]** [...] Não adianta você brigar com os fatos. **De repente a solução seja encher aquilo lá de favelados, ou encher de rico. Eu prefiro encher de rico,** até porque se enchermos de favelados vai criar um bocado de problemas para eles [...] – grifos nossos¹¹⁶.

Por esse relato, para o proprietário de grande parte das terras da Baixada de Jacarepaguá, a Barra da Tijuca por ele almejada há tantos anos se concretiza pela realização dos Jogos Olímpicos e do ordenamento urbano que para ele é adequado, que potencializa sua valorização. Nesse caso específico, como já assinalado, o decreto de 2009, o PEU das Vargens, aumentou o potencial construtivo e o gabarito dos terrenos de propriedade da Carvalho Hosken, ao mesmo tempo em que as obras de infraestrutura para os Jogos ampliaram as ligações dos seus empreendimentos atuais e potenciais.

¹¹⁶ BBC Brasil, 2015. “Como é que você vai botar pobre ali?” diz bilionário “dono da barra da tijuca”. Publicado em 10 de agosto de 2015. Acesso em 17 de junho de 2018. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150809_construtora_olimpiada_jp.

Na figura abaixo, foram demarcadas as terras¹¹⁷ que ainda pertencem à Carlos Carvalho e à sua empresa, possíveis de receberem novos empreendimentos. É fundamental observar justamente como todos os terrenos estão muito próximos geograficamente de outras áreas que também são ou eram propriedades da construtora e que hoje possuem empreendimentos, muitos deles realizados pela própria companhia, como o Península, Rio-2, Cidade Jardim, Ilha Pura e o futuro Lagoa da Barra – onde é atualmente o Parque Olímpico.

Figura 17 – Terrenos e empreendimentos de propriedade da Carvalho Hosken



Fonte: Mapa base do Jornal The Guardian - com produção própria

Sendo uma das três integrantes do consórcio Rio Mais¹¹⁸, composto também pelas empresas Odebrecht Realizações e Andrade Gutierrez, e a única proposta enviada para a construção em regime de parceria público-privada do Parque Olímpico, a Carvalho Hosken

¹¹⁷ “O empresário carioca na esperança de um bilionário legado olímpico”. Jornal The Guardian. Rio 2016, 12 agosto de 2015. Disponível em: <https://www.theguardian.com/sport/2015/aug/12/o-empresario-carioca-na-esperanca-de-um-legado-olimpico-proprio-de-bilhoes>. Acesso janeiro de 2019.

¹¹⁸ O consórcio Rio Mais teve uma webpage até julho de 2021, quando foi retirado. Como não foi possível localizar se foi realocado para outro endereço, mantenho aqui o arquivo do site original: <https://web.archive.org/web/20160101120604/http://www.riomais.net/sobre-rio-mais/legado-pos-jogos/>. Acesso em 13 de agosto de 2021.

detém, assim como as outras empresas, a potencialidade de construção futura de 1,18 milhão de metros quadrados dentro das imediações do parque, conforme constava no modo Legado apresentado pela concessionária durante as construções para os Jogos, como mostra a figura 18.

Figura 18 – Parque Olímpico modo Legado 2030
Destaques à esquerda: antiga Vila Autódromo sem as habitações na faixa marginal



Fonte: Rio 2016 (2011) – produção utilizada em Previatti (2016)

Segundo consta na última Matriz de Responsabilidade¹¹⁹ (APO, 2016), o projeto integral de construção do Parque Olímpico custou o valor total de R\$ 1,685 bilhão, dos quais R\$ 535 milhões foram aportados pela Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e R\$ 1,15 bilhão pelo consórcio. Como esclarece Cosentino (2013), o valor do terreno público de R\$ 850 milhões foi somado ao custo das obras com as construções dos prédios do IBC/IBS, no valor de R\$ 300 milhões¹²⁰, constando na Matriz de Responsabilidade como um investimento privado, o que é claramente errôneo. O aumento no gabarito de toda a área, viabilizado pelo PEU das Vargens, também teria que ser contabilizado, como argumenta o pesquisador:

¹¹⁹ Documento oficial dos Jogos Olímpicos onde foram elencadas todas as obras relacionadas diretamente à realização da Rio-2016, sendo a última versão publicada em 2016.

¹²⁰ O mesmo valor é citado por Carlos Carvalho em sua entrevista ao Jornal The Guardian, como sendo o valor investido por sua empresa na construção dos equipamentos olímpicos IBC/IBS.

Essas informações, no entanto, são ignoradas pela Matriz de Responsabilidade, que dá a entender que não há contraprestação pública no contrato da PPP; como se o terreno público e a alteração legislativa não tivessem valor monetário mensurável, apesar de todo o controle de andamento das obras e de repasse de terrenos por conclusão de etapa ser feito através do custo por metro quadrado. Considerando esse fato, pode-se entender que não há investimento privado nas obras que envolvem a PPP do Parque Olímpico, já que os pagamentos estão sendo feitos pelo poder público através das Contraprestações Pecuniárias e Imobiliárias por Término de Etapa, além das Contraprestações Pecuniárias Mensais. (Cosentino, 2013, p.93-94).

Uma nova empresa foi aberta, em 8 de abril de 2012¹²¹, denominada de Lagoa da Barra Incorporações e Construções S.A.¹²², que irá construir e comercializar os empreendimentos no modo Legado do Parque Olímpico, e passará a ser o novo bairro residencial de luxo, similar ao Península, com nome homônimo ao da construtora. O anúncio do empreendimento¹²³ sinaliza para a localização privilegiada do novo bairro modelo, com acesso às linhas de BRT e às margens da Lagoa de Jacarepaguá, local que antes era vizinho da antiga Vila Autódromo e cuja vista da lagoa também era apreciada pelos moradores da comunidade, muitos dos quais ainda viviam da pesca como atividade profissional e que foram privados desses momentos de reprodução da vida.

No que se refere às obrigações do contrato da PPP, a concessionária Rio Mais assumiu a responsabilidade pelas obras de alargamento das Avenidas Salvador Allende e Embaixador Abelardo Bueno e pela construção da “futura Vila Autódromo”, em área designada para reassentamento dos moradores. Conhecido posteriormente como Parque Carioca, esse conjunto habitacional para onde foram levados os primeiros moradores da Vila Autódromo que aceitaram as negociações com a Prefeitura, foi construído por meio de financiamento do programa federal para habitações populares Minha Casa Minha Vida (MCMV), primeiramente anunciado pela prefeitura como sendo para uso exclusivo do reassentamento das famílias oriundas da Vila Autódromo, mas depois sendo utilizado para assentamento de outras comunidades removidas pelo poder público no mesmo período. Também faria parte do contrato firmado entre o ente público e a concessionária, a remoção da comunidade e todo tipo de indenização compensatória advinda desse processo, como consta em contrato firmado entre as partes:

Contrato: Proc° 01/001685/11 de 24/04/2011
Contratação em Regime de Parceria Público Privada, Modalidade Concessão Administrativa, dos Serviços de Implementação, Operação e Manutenção do

¹²¹ Documento disponível em: <http://cnpj.info/Lagoa-da-Barra-Incorporacoes-e-Construcoes-S-A-Or-Rj-03>. Acesso em junho de 2020.

¹²² Interessante notar que Carlos Fernando de Carvalho consta como sócio e Conselheiro de Administração na ainda ativa Concessionária Rio Mais e no Lagoa da Barra Incorporações.

¹²³ Site oficial do empreendimento disponível em: <http://www.lagoadabarra.com.br/>. Acesso em junho de 2020.

Parque Olímpico para a realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 no Rio de Janeiro.

(iii) Desocupação da totalidade da área atualmente ocupada pela comunidade denominada 'Vila Autódromo', mediante regularização da situação imobiliária perante o 9º Registro Geral de Imóveis (incluindo todas e quaisquer parcelas que tenham sido acrescidas ao Imóvel em decorrência de aterros, aluviões etc.);

(iv) Desocupação de todas as parcelas do Imóvel que se encontram ocupadas por terceiros em conformidade com termos de concessão de uso anteriormente celebrados com o Estado do Rio de Janeiro (i.e., o Clube Esportivo de Ultraleve - CEU e todos os demais beneficiários), sendo responsável pelas respectivas indenizações, conforme o caso;

4.1. Constitui obrigação da Concessionária a realização de construções, obras, intervenções, reurbanizações, benfeitorias e demais serviços de engenharia, previstos no Plano Geral de Urbanização da Área do Parque Olímpico, no Projeto Conceitual do Parque Olímpico, **a construção da infraestrutura da futura Vila Autódromo** e da Vila Olímpica e Paraolímpica bem como a demolição e remoção do Centro Esportivo de Ultraleve, como atividades associadas e relacionadas à prestação dos Serviços, exigíveis na forma desta Cláusula (Processo No 0075959-18.2013.8.19.0001, Anexo 6, p.17 - grifos nossos).

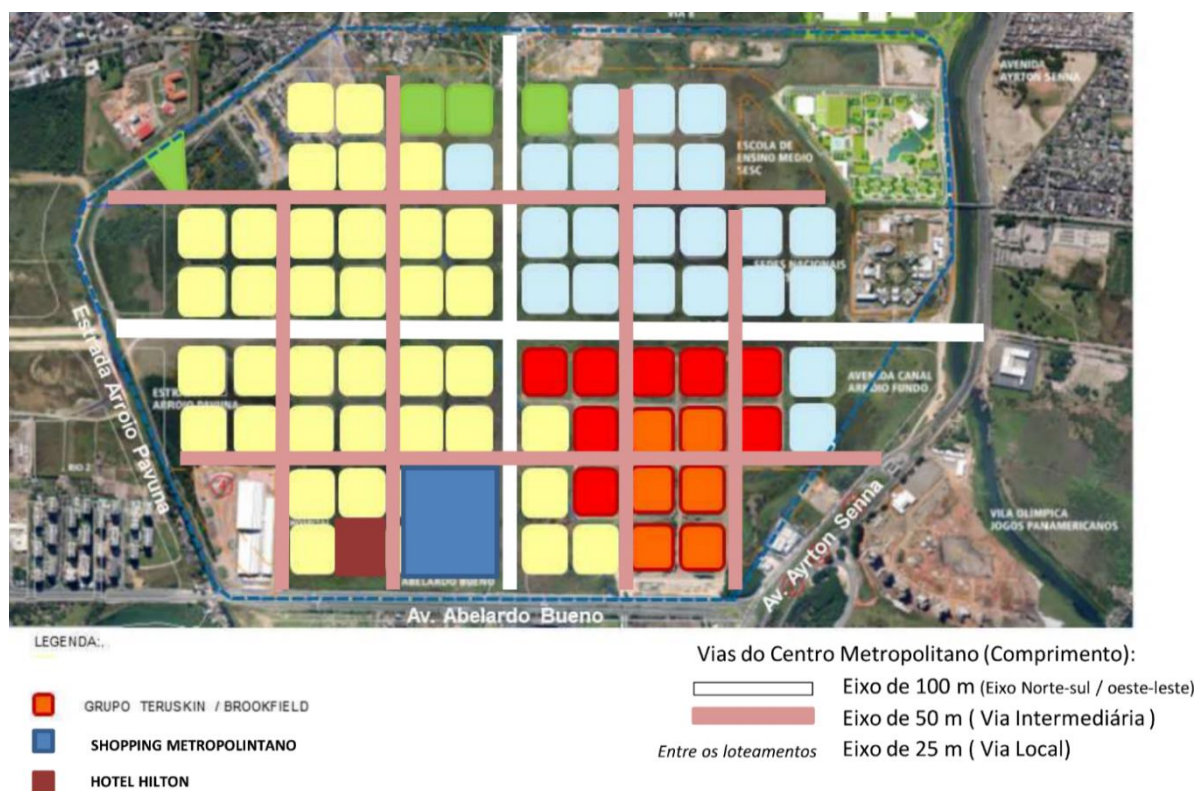
De acordo com a mesma reportagem da BBC de 2015, para Carlos Carvalho, estava bastante claro que o investimento que sua empresa realizaria na construção dos equipamentos para os Jogos, na PPP, valeria enquanto lucros potenciais advindos da construção de um novo bairro planejado, agora às margens da lagoa de Jacarepaguá. Quanto à remoção da Vila Autódromo para a realização de seus objetivos na área e suas ligações com o então Prefeito, Eduardo Paes, também ficam explícitas em trecho da sua entrevista destacados:

[...] O Parque Olímpico é o local onde depois as crianças vão brincar e se divertir. Na área remanescente, que o município nos vendeu por cerca de R\$ 1 bilhão, vamos construir empreendimentos imobiliários a partir de 2018. **Alguns dos prédios vão ser construídos aqui nesta área (apontando para a faixa de terra em frente à Vila Autódromo, transformada em área verde no plano, diante dos condomínios de alto padrão). Mas tem gente que não concorda, que acha que isso não é bom, e que tinha que deixar os que estavam lá, mas esse problema não é meu. É um problema político, que eles sabem como resolver. Quem está dando o tom é o prefeito, e nós naturalmente estamos juntos, e achamos que as providências são adequadas. É uma opinião técnica, e não política.**

A união entre os interesses privados na valorização dos seus empreendimentos e do interesse político, representado por Eduardo Paes, fica evidente também no apagamento das diferenças e em uma pretendida criação, por meio dos planos, de uma intensificação nos processos que se pretendem homogeneizantes, dos grandes condomínios fechados e multifuncionais, nas “bolhas sociais” que não podem ser vizinhas a uma população composta majoritariamente, por trabalhadores com remunerações intermitentes.

E é nesse cenário que, no mesmo ano do anúncio oficial da realização das Olimpíadas no Rio, em 2009, obras de loteamento, arruamento e construção começaram a ser efetivadas no Centro Metropolitano. Seguindo o Plano Piloto, com poucas alterações, as empresas proprietárias¹²⁴ dos lotes onde tinha sido planejado o Centro, realizaram a construção de prédios comerciais, residenciais, um shopping center e um hotel de luxo da rede Hilton. A concretização do Centro foi justificada pela construção do Parque Olímpico, situado na mesma avenida, a Embaixador Abelardo Bueno, assim como também de outras obras realizadas para os jogos, como a Vila dos Atletas, que se tornaria o residencial de luxo Ilha Pura.

Figura 19 – Atual Centro Metropolitano – distribuição por empresas



Legenda: lotes amarelos pertencem à construtora Carvalho Hosken

Fonte: Croqui Apresentação Centro Metropolitano. Disponível em:

<https://pt.slideshare.net/PedroRicardobs/material-tnico-centro-metropolitano>. Acesso em março de 2018.

O croqui acima mostra a divisão interna dos lotes do Centro por algumas das empresas que efetivaram as construções nos últimos anos. Ressalta-se que somente a parte da frente de todo o terreno foi construída, ou seja, dos 4 milhões de metros quadrados totais da área, com possibilidade de construção de cerca de 1,3 milhão de metros quadrados, apenas uma parte muito pequena foi realmente utilizada nas atuais construções, sendo cerca de 200.000 m² na

¹²⁴ A empresa que detém a maior parte dos lotes dentro do terreno do Centro Metropolitano é a Carvalho Hosken.

construção dos primeiros prédios e do Shopping Metropolitano. Cortando toda a via do Centro, existe um grande eixo norte-sul/leste-oeste marcado em linhas brancas no croqui, que são as avenidas principais, já construídas em toda a extensão do terreno pela Carvalho Hosken, tendo cada uma cerca de 100 metros de largura.

Figura 20 – Centro Metropolitano - 2018



Legendas: da esquerda para a direita: Placa Centro Metropolitano, localizada na Avenida Des. Abelardo Bueno; Placas informativas dentro do empreendimento; Placa de obra – abertura de lotes internos; Rua interna dos eixos do Centro Metropolitano – lotes aguardando construções

Fonte: fotografias retiradas em visita de campo, Rio de Janeiro, dezembro 2018

Atualmente, no Centro Metropolitano, estão construídos três empreendimentos da Carvalho Hosken: o Shopping Metropolitano¹²⁵, que possui dois andares e cerca de 40 mil metros quadrados para locação com 197 lojas e 7 salas de cinema, administrado pela Cyrela Commercial Properties S.A. (CCP), inaugurado em 2013. O Hotel Hilton Barra Rio de Janeiro¹²⁶, o segundo da rede internacional de luxo inaugurado no Brasil em 2015, cujo custo

¹²⁵ Disponível em: <https://shoppingmetropolitanobarra.com.br/o-shopping/>

¹²⁶ Disponível em: https://www.hiltonhotels.com/pt_BR/brasil/hilton-barra-rio-de-janeiro/

estimado de construção foi de R\$ 250 milhões¹²⁷. E um complexo de prédios comerciais com salas modulares para reuniões e um centro de convenções, denominado de Universe Empresarial¹²⁸, também construído e ainda administrado pela Carvalho Hosken e inaugurado também em 2015.

Essas primeiras construções realizadas no terreno, após quarenta anos da sua primeira menção no Plano Piloto, sinalizam para os investidores que é seguro construir nesse local, que haverá uma valorização futura¹²⁹, confirmado pelo fato de a própria empresa proprietária do terreno encabeçar as construções através do shopping, do hotel Hilton e do complexo de edifícios comerciais. Ao mesmo tempo, apontam para o público que se pretende que frequente esses mesmos espaços que, em seu conjunto, representam modernas formas arquitetônicas espelhadas, condizentes com uma padronização espacial que se pretende para essa parte da cidade há muitos anos.

No início das inaugurações, foram investidos cerca de R\$ 10 milhões declarados pela incorporadora Carvalho Hosken e a construtora RJZ Cyrela no paisagismo, não só do Centro Metropolitano em si, mas de toda área no entorno. Esse valor teria sido destinado à construção de um parque, denominado “Parque Fontes da Barra”, que teria chafarizes com águas e luzes que se movimentariam no ritmo de músicas clássicas, inspirada no Hotel Cassino Bellagio, da cidade de Las Vegas, nos Estados Unidos¹³⁰, que ficaria localizado no terreno em frente ao Centro Metropolitano, mas que não foi executado.

Em quatro dos 19 lotes pertencentes ao Grupo Teruskin¹³¹, com total de 1 milhão de metros quadrados edificáveis, foram construídos quatro grupos de prédios pela antiga Brookfield, hoje Tegra incorporadora¹³²: o *Brookfield Place Offices*, um complexo com três torres comerciais, uma delas com lajes corporativas, estacionamento, recepção, lojas e dois auditórios com capacidade para até 240 pessoas; o *One World Offices*, que foi lançado junto ao

¹²⁷ No documento das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (Demonstrações, 2018, p.25), chama a atenção o fato de, por ter ganhado prêmios arquitetônicos e pretensamente “sustentáveis” pelo projeto do Hotel, a Carvalho Hosken conseguiu um abatimento junto ao financiamento de construção do empreendimento no BNDES que era inicialmente de: A - 2,28% aa e B - 3,28% aa, reduzidos ambos para 2,28% aa e depois para 1,88% aa, com amortização inicial 150 meses a partir de agosto de 2015 para 186 meses.

¹²⁸ Disponível em: <https://universeempresarial.com.br/>

¹²⁹ Vídeo promocional realizado pela Carvalho Hosken e RJZ Cyrela de 2015, que mostra todo o potencial da região para os investidores e futuros compradores. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HxwUuFp7Msw>

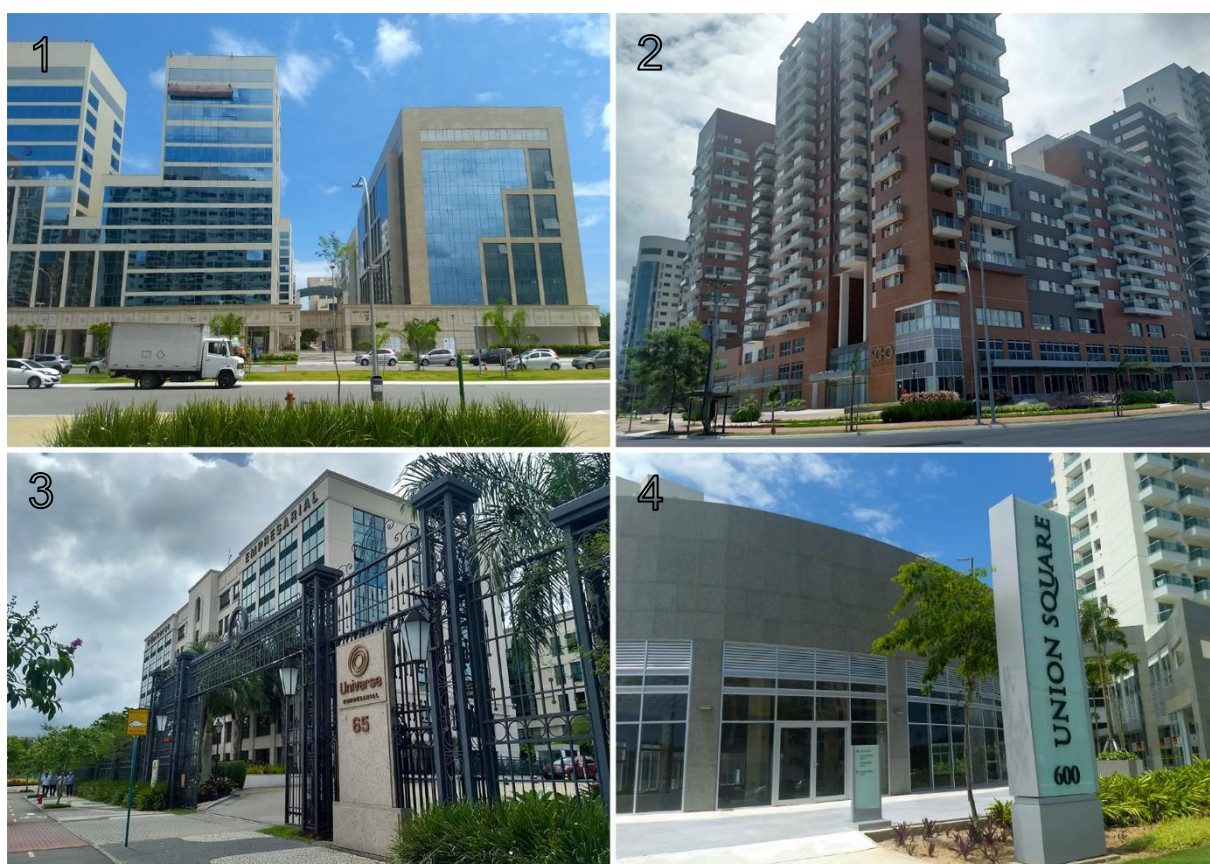
¹³⁰ “Muita oferta e muita procura”. Acervo Jornal O Globo, Rio, p.18, 22 Junho de 2008. Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/?service=printPagina&imagemPrint=https%3A%2F%2Fduyt0k3aayxim.cloudfront.net%2FPDFs_XMLs_paginas%2Fo_globo%2F2008%2F06%2F22%2FRIO%2FGE220608018RIO1-%E2%80%A6. Acesso em março de 2019.

¹³¹ Disponível em: <http://grupoteruskin.com.br/pt-br/land-bank/centro-metropolitano>

¹³² Disponível em: <https://www.tegraincorporadora.com.br/unionsuites/>

Brookfield Place e possui também três prédios comerciais, um terraço para eventos e um mini shopping; o *Union Square*, que seria um complexo de prédios denominados de *mixed use*, por conter apartamentos e *studios* residenciais, salas comerciais, um pequeno shopping e lojas, divididos no Union Home, Union Suítes, Union Mall e no Union Work, lançados em 2017 e o *Soho Residence*, lançado em 2018 e composto por dois edifícios residenciais que ficam mais ao fundo do Centro Metropolitano.

Figura 21 – Empreendimentos Centro Metropolitano - 2018



Legenda: da esquerda para a direita: 1) Brookfield Place Offices /One World Offices 2) Soho Residence
3) Universe Empresarial 4) Union Square

Fonte: fotografias retiradas em visita de campo, Rio de Janeiro, dezembro 2018

Ainda há, portanto, muito espaço disponível dentro do perímetro do Centro Metropolitano para a construção de novos edifícios. Segundo Carlos Carvalho, a previsão de conclusão total das construções para esse fragmento espacial da metrópole é de cerca de doze anos, o que poderia ser entendido em parte, como a mesma estratégia utilizada no início das construções dos condomínios residenciais fechados das décadas de 70 e 80, ou seja, de construções em etapas para que o escoamento dos imóveis já construídos pudesse ser efetuado sem prejudicar as novas edificações pretendidas. Segundo Teixeira (2018, p.78):

A resiliência demonstrada pela Carvalho Hosken na comercialização de outros empreendimentos da região mostra-se bem-sucedida, quando observa-se os prazos para o desenvolvimento comercial de empreendimentos como Rio2 (10 anos), Península (8 anos), Cidade Jardim (5 anos) [...].

De acordo com o estudo desenvolvido pelo autor, a credibilidade da construtora permitiria uma elevação gradual nos valores dos metros quadrados, ao longo dos anos, desses outros empreendimentos. O estudo considera uma estratégia da construtora ter se posicionado como o único “fornecedor de serviços e ativos (terrenos)” (Teixeira, 2018, p.77) para a realização do megaevento, com concentração dos investimentos na Barra da Tijuca, mas esse fator não é considerado quando assinala o “mérito” de uma pretensa “resiliência” e solidez financeira e simbólica que proporcionaria à Carvalho Hosken o aumento nos preços dos metros quadrados nos empreendimentos já construídos ao longo dos anos. Também não problematiza o tempo entre a concretização das construções e sua idealização, o que coloca em evidência as discontinuidades entre a rotação cada vez mais frenética que se exige da reprodução ampliada do capital e seu potencial de crise, principalmente relacionado ao tempo lento da venda e da locação do imobiliário.

Apesar dos imóveis hoje construídos no Centro Metropolitano congregarem todos os referenciais da arquitetura moderna e contarem com certificações e validação das agências internacionais de risco, o que a pesquisa de campo mostrou foi sua baixíssima taxa de ocupação. Esses dados podem ser interpretados como um processo de crise nas vendas e na locação dos imóveis, que se coloca como uma barreira dentro do próprio processo de expansão da fronteira, crise essa que se apresenta de forma mundial, e acentuada no Brasil após a realização dos Jogos Olímpicos. Mas também pode ser analisada enquanto uma estratégia que prioriza as vendas para futuras locações, realizando, portanto, os lucros almejados.

Em janeiro de 2018, durante a pesquisa de campo, foi possível apurar que os escritórios dos complexos One World Offices e Brookfield Place Offices tinham, juntos, apenas 7% de ocupação. O Residencial Soho encontrava-se praticamente vazio, apesar dos anúncios dentro da própria Tegra que informam terem sido 100% vendidos, o que contradizia, por outro lado, os estandes de vendas e as placas para alugar ou vender imóveis, espalhados por todo o local. Não havia cafés, restaurantes nem lanchonetes operando dentro do Centro Metropolitano e a presença de vários vendedores ambulantes, com suas banquinhas que forneciam café, suco e lanches aos trabalhadores do local se colocavam como alternativa de alimentação para quem tinha que permanecer nesse espaço, como os diversos seguranças privados, jardineiros e equipe de limpeza.

Figura 22 – Espaços dentro do Centro Metropolitano



Legenda: da esquerda para direita: senhora vendendo salgados, área para restaurantes sem movimento, ruas internas desertas, stand de venda

Fonte: fotografias retiradas em visita de campo, Rio de Janeiro, dezembro 2018

Em reportagem publicada pelo jornal O Globo online, em 2017¹³³, é apontado que um evento denominado “Integra” estaria sendo organizado dentro dos empreendimentos da Tegra incorporadora para o público em geral. Esses eventos, denominados de “ocupação criativa” pela reportagem, teriam por finalidade mostrar aos potenciais compradores ou locatários os espaços disponíveis dentro dos imóveis já construídos, através de ações culturais e gastronômicas promovidas nas áreas livres dentro do Centro Metropolitano. Como afirmou o diretor da incorporadora à reportagem, esse público visitante poderia aproveitar o evento para conhecer os empreendimentos, “projetos de altíssima qualidade, com acabamento de primeira linha” e o próprio Centro, experimentando “uma nova Barra da Tijuca”.

Ao mesmo tempo em que Carlos Carvalho, em suas entrevistas, deixa nítida sua visão sobre o lugar social do “pobre” na própria reprodução do sistema, apenas como trabalhadores, que não podem pagar ou usufruir das melhorias urbanas feitas nesse mesmo espaço com aportes

¹³³ “Tegra torna real o sonho do Centro Metropolitano”. Jornal O Globo online, Rio, 22 de setembro de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/tegra-torna-real-sonho-do-centro-metropolitano-21856770>. Acesso março de 2019.

públicos, a valorização pretendida e almejada para seus negócios ainda não está plenamente realizada e uma série de conflitos com outros proprietários imobiliários se estabelece atualmente.

Em pesquisa de campo realizada no dia 17 de janeiro de 2018, foi possível identificar que nenhum apartamento do empreendimento Ilha Pura havia sido entregue para os primeiros compradores, com a justificativa primeira de que era necessária uma adequação dos imóveis utilizados pelos atletas para os novos moradores e, posteriormente, de que haveria ainda uma baixa taxa de ocupação dos apartamentos, o que inviabilizaria a abertura e a consequente manutenção necessária para conservar o condomínio funcionando.

Os apartamentos comprados, que foram utilizados pelos atletas durante o período de realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, compreendido de 3 de agosto a 18 de setembro de 2016, só foram efetivamente entregues aos seus novos moradores em março de 2018, dois anos após o término do evento olímpico.

A construção desse conjunto residencial de luxo, no terreno de propriedade da Carvalho Hosken, onde antes eram realizados os shows do Rock in Rio, foi viabilizado por meio de uma PPP e abertura de consórcio, denominado de Ilha Pura 01 Empreendimento Imobiliário S.A.¹³⁴, que congregava as empresas do ramo de construção civil e engenharia Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções e Odebrecht Realizações Imobiliárias S.A., empresas que já integravam o consórcio Rio Mais.

A Ilha Pura 01, o Município do Rio e Janeiro, a Carvalho Hosken e o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos RIO 2016 (“RIO 2016”), celebraram em 16 de novembro de 2011 Contrato de Assunção de Obrigações Recíprocas, no qual ficou acordado que a Ilha Pura 01 deveria construir as unidades que servirão para acomodação dos atletas e delegações dos países participantes dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016 (“Jogos”), as quais serão cedidas ao RIO 2016 pelo período dos Jogos (Balanço 4T, 2015, p.1).

¹³⁴ “foi constituída em 29 de setembro de 2010 como sociedade limitada empresarial sob a denominação social CH-12 Empreendimentos Imobiliários Ltda. e, em 25 de outubro de 2011, foi transformada em sociedade anônima pela acionista Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções (“Carvalho Hosken”), sob a denominação social Ilha Pura Empreendimentos Imobiliários S.A [...] Em 29 de outubro de 2012, a Companhia, antes denominada Ilha Pura Empreendimentos Imobiliários S.A. (“Ilha Pura”), teve sua denominação social alterada para Ilha Pura 01 Empreendimento Imobiliário S.A. e passou a ter como objetivo social unicamente a construção e incorporação dos empreendimentos imobiliários que constituirão a Vila dos Atletas dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos RIO 2016 (“Vila dos Atletas”) [...]” (Balanço 4T, 2015).

Figura 23 – Ilha Pura



Legenda: da esquerda para a direita: 1) complexo de prédios construídos; 2) estande de vendas ao lado dos prédios; 3) detalhe em destaque para o gesso caindo do teto em um dos apartamentos situado em prédio mais ao final do complexo; 4) acessos ao Ilha Pura bloqueados

Fonte: Fotos registradas pela pesquisa em 17 de janeiro de 2018

Ao contrário da Vila dos Atletas de edições anteriores dos Jogos Olímpicos, o Ilha Pura não foi projetado para ser parte do propalado legado social dos jogos, a ser vendido posteriormente à realização do megaevento para a população trabalhadora, mas para ser um condomínio residencial de luxo.

No terreno, dos cerca de 820 mil metros quadrados, foram utilizados 260 mil metros quadrados na construção de sete condomínios de três categorias distintas, compostos por trinta e um prédios de dezessete andares¹³⁵ cada, totalizando 3.604 apartamentos. Pelo contrato da PPP, discriminado na Matriz de Responsabilidade (APO, 2016), como obra de aporte privado, R\$ 579,5 milhões seriam relativos ao valor do terreno e um aporte para financiamento da construção para o consórcio feito pela Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 2,33 bilhões. O financiamento foi realizado em sete contratos, referentes a cada um dos sete condomínios de edifícios e teria uma taxa de 8,5% ao ano, no período da construção. Durante a organização dos jogos, entre dezembro de 2015 e março de 2017, foi firmado em contrato que os custos do financiamento e dos juros deveriam ser saldados pela Rio 2016.

¹³⁵ Pelo instrumento de lei complementar PEU das Vargens de 2009, o potencial de construção nessa área foi aumentado com contrapartida de 12 para 18 andares em relação ao decreto de 1981.

As garantias do financiamento eram os próprios imóveis do empreendimento Ilha Pura, todas as ações da companhia, por meio de alienação fiduciária, bem como o terreno do empreendimento, assinado em contrato como:

[...] promessa de compra e venda junto a Carvalho Hosken para cada um dos terrenos que serão construídos os sete condomínios componentes da Vila dos Atletas [...] a serem pagos com a entrega das unidades imobiliárias prontas e acabadas que irão representar à fração de 20,6% retida pela Carvalho Hosken. Os saldos de adiantamento de clientes no montante de R\$ 48.143 em 31 de dezembro 2015 referem-se a compromissos assumidos na compra de terrenos para incorporação de empreendimentos imobiliários, sendo que a liquidação ocorre até a entrega das unidades imobiliárias concluídas, mediante a transferência da posse das unidades, conforme previsto no contrato, e correspondem a parcela proporcional da receita ainda não reconhecida até a mesma data, tendo em vista o valor justo dos terrenos permutados no total de **R\$ 749.242**” (Balanço 4T, 2015, p.2).

De acordo com esse documento, portanto, o valor do terreno não foi o que havia sido computado pela Matriz de Responsabilidade, mas cerca de R\$ 200 mil excedentes, que seriam referentes às benfeitorias realizadas nos terrenos, “como terraplanagem e custos de construção dos empreendimentos” (Balanço, 4T, 2015, p.1). Benfeitorias essas que obviamente seriam feitas, tendo em vista que o próprio empréstimo foi realizado para a construção do empreendimento, o que coloca em relevo os aspectos nebulosos desse contrato.

Segundo reportagem publicada pelo Portal Uol¹³⁶, o contrato de financiamento do empreendimento havia sido assinado efetivamente em 2014, mas as obras de construção do condomínio já teriam sido iniciadas com aportes das duas construtoras que compunham o consórcio da PPP. Pelo contrato, as duas parcelas iniciais do financiamento seriam retidas pela Caixa como garantia e poderiam ser liberadas somente após a venda dos apartamentos que equivalesse a R\$ 921 milhões, o que não aconteceu. Um aditivo ao contrato original foi assinado em julho de 2015 liberando o valor total do financiamento ao consórcio, que alegou necessitar desse aporte adicional para finalizar as obras e os compromissos assumidos junto aos órgãos organizadores dos Jogos Olímpicos. Em função disso, somou-se como garantia à CEF, os imóveis da construtora Carvalho Hosken que possuíam valor equivalente e que não poderiam ser comercializados até que as vendas no Ilha Pura atingissem a marca dos R\$ 921 milhões em apartamentos vendidos.

¹³⁶ “Caixa socorre Odebrecht ao antecipar R\$240 mi da Vila Olímpica”, Portal Uol, Rodrigo Mattos, 21 de outubro de 2016. Disponível em: <https://rodrigomattos.blogosfera.uol.com.br/2016/10/21/caixa-socorre-odebrecht-ao-antecipar-r-240-mi-da-vila-olimpica/>. Acesso em janeiro de 2020.

É crucial destacar que a Carvalho Hosken, como proprietária do terreno e como empresa construtora, buscava a remuneração de seu capital e das suas propriedades fundiárias que provém do circuito de valorização. Pelos documentos contábeis analisados (Balanço, 4T, 2015; APO, 2016; Demonstrações, 2018), não fica claro se o valor do terreno foi ou não subtraído do montante final do financiamento contraído com a Caixa Econômica Federal, mas a dúvida colocada pela pesquisa foi de que, como aparentemente todo o empreendimento foi pago pelo órgão público, por meio do financiamento, com adicional de cerca de R\$ 200 mil no valor acordado inicialmente ao preço do terreno, os lucros que poderiam ser adquiridos pela Carvalho Hosken com a venda dos apartamentos do Ilha Pura seriam enormes, previstos em R\$ 4 bilhões no lançamento, já tendo garantida desde o início a realização plena da propriedade fundiária.

Em visita de campo realizada ao empreendimento no dia 3 de dezembro de 2018, foi possível entender um pouco melhor algumas particularidades do empreendimento e das condições de vendas e ocupação.

Primeiramente, é importante pontuar que 72 mil metros quadrados do terreno foram designados para a construção de um “parque linear”, denominado de Parque Frans Krajcberg¹³⁷, cujo acesso é viabilizado para todos os moradores do “bairro residencial” Ilha Pura e possui uma variedade de equipamentos, como: oito quadras poliesportivas, uma ciclovia que abarca todo o terreno, pista de skate, além de lagos e fontes. A visita ao empreendimento foi realizada dentro de um carrinho de golfe que, segundo o corretor, estava disponível aos possíveis compradores para facilitar a visita, a qual demoraria muito tempo para ser feita a pé.

O restante da metragem do terreno ficou reservado para a construção de um shopping center que irá dispor de supermercados, farmácias e outras lojas para atendimento dos moradores, conforme foi explicado por corretor de vendas do empreendimento, visto que no entorno próximo, não existem serviços ou qualquer tipo de comércio. Os moradores teriam que percorrer cerca de 4 km a pé da portaria do empreendimento até chegar à Avenida das Américas em uma extremidade e cerca de 6 km até o supermercado mais próximo no bairro de Curicica, na outra extremidade, por exemplo.

Em janeiro de 2020, quando foi realizada a última viagem de campo, verificou-se que um posto de combustível com loja de conveniência foi construído em frente a uma das entradas do condomínio, que ainda permanecia fechada, como destacado na figura abaixo. O estande de

¹³⁷ Artista plástico polonês, radicado no Brasil e falecido em 2017. É possível acessar parte de sua história de vida e obras artísticas em: <https://www.ecycle.com.br/frans-krajcberg/>. Acesso em dezembro de 2018.

vendas monumental, com uma maquete de 165 m² de todo o complexo, salas de conferência e pelo menos um quarto decorado de cada categoria dos prédios, tendo sua construção estimada a um custo de R\$ 40 milhões¹³⁸, continua sendo utilizado e está em destaque na figura abaixo.

Figura 24 – Ilha Pura e imediações



Legenda: 1) Posto de combustível com loja de conveniências; 2) Espaço reservado à construção do futuro Shopping dentro das dependências do empreendimento; 3) Estande de vendas.

Fonte: Google Maps 2019 - produção nossa

Existem três categorias de construção dos edifícios: *Saint Michael*, o mais “sofisticado”, com apartamentos de 3 e 4 quartos de 131 e 160 m² e coberturas; *Viure*, de padrão intermediário, com apartamentos de 2 e 3 quartos de 84 e 115 m² e o *Millenio*, categoria voltada para plataformas de locação, com 2 quartos de 77 e 82 m², que podem ser separados com uma entrada única. As portarias são específicas para cada categoria dos prédios, ou para cada um dos sete condomínios, e que não podem ser acessadas pelos moradores ou visitantes das outras categorias. No bloco de prédios do Saint Michael, por exemplo, os moradores têm acesso compartilhado para todas as áreas comuns que compõem essa categoria, como piscinas cobertas e abertas, salões de festas para crianças, adolescentes e adultos, espaço para o animal de

¹³⁸ A justificativa para tamanho gasto é colocada tanto no documento do balanço patrimonial do Ilha Pura (Balanço T4, 2015), como no relatório de demonstrativo da Carvalho Hosken (Demonstrações, 2018), a seguinte forma: “A Ilha Pura 01 pretende realizar lançamentos no bairro por pelo menos 20 anos e utilizará a estrutura do atual estande de vendas em todos os lançamentos do período”.

estimação, espaço para tratamentos de beleza, com futuras salas para profissionais tais como cabelereiros, manicures, massoterapeutas, salas de ginástica, cinema, churrasqueira, espaço gourmet e outras “facilidades”, que são vendidas enquanto um diferencial de classe até dentro do próprio “bairro residencial”.

O preço dos imóveis difere bastante, existindo uma hierarquização entre as categorias das construções dos edifícios, dos andares e da localização do apartamento em cada prédio, conforme foi pontuado pelo corretor durante a visita de campo, tais como:

1) entre a categoria de construção dos prédios, sendo Saint Michel a que apresenta os preços por metro quadrado para venda mais elevados; Viure como categoria intermediária e Millenio o que apresenta menor preço do metro quadrado em relação às outras categorias – não pode, no entanto, ser classificado como “barato”;

2) o andar escolhido do apartamento: quanto mais alto, mais elevado o preço;

3) localização do apartamento dentro dos edifícios: os que apresentam vista para a Lagoa de Jacarepaguá têm preços mais elevados do metro quadrado dos que os apartamentos com vista para o parque linear que, por sua vez, têm preços mais elevados do metro quadrado do que os apartamentos que ficam no meio, com vista para outros prédios.

A compilação abaixo traz algumas exemplificações da hierarquização dos preços dos imóveis, adquiridas durante a pesquisa de campo:

Tabela 2 – Valores de venda apartamentos Ilha Pura em 3 dezembro de 2018

Categoria	Apartamento	Descrição	Apartamento	Descrição
Saint Michael 3 quartos	3 suítes/134,01 m ²		1 suíte/131,30 m ²	
Valor mais “barato”	926.500,00	1º andar	860.000,00	1º andar
Valor mais “caro”	1.070.150,00	4º andar em diante com vista livre	1.034.450,00	4º andar em diante com vista livre
Viure 2 quartos	85,29 m ²		85,46 m ²	
Valor mais “barato”	603.000,00	sol da manhã	583.450,00	apto 103
Valor mais “caro”	677.000,00	apto 1206	693.600,00	apto 1503
Viure 3 quartos	115 m ²		110 m ²	
Valor mais “barato”	777.750,00	apto 201	758.200,00	apto 104
Valor mais “caro”	889.100,00	apto 1508	901.000,00	apto 1605

Condomínio: isento até 2019 Previsão: R\$10/m²

Formas de pagamento: 15% entrada e 85% financiado (Banco Bradesco ou outro)

Durante a pesquisa realizada no mestrado, Previatti (2016), também foi possível adquirir os valores praticados àquela época de alguns apartamentos do Ilha Pura. O estande de vendas acessado, nessa ocasião, estava situado dentro do condomínio residencial Rio-2,

também de construção e administração da Carvalho Hosken. O valor praticado no dia 23 de janeiro de 2015, para um apartamento na categoria do “mais caro”, ou seja, em andares mais altos – Viure 3 quartos (115 m²) e Saint Michael (131,30 m²) – foi de respectivamente R\$ 1.183.000,00 e R\$ 1.436.000,00, ou seja, **houve uma redução de quase R\$ 300 mil no imóvel vendido na categoria Viure e de quase R\$ 400 mil no imóvel vendido na categoria Saint Michael, ou uma redução do valor praticado inicialmente de cerca de R\$ 11.000/m² para cerca de R\$ 7.500/m² em 2018.**

Interessante mencionar que, ao questionar o corretor de vendas sobre a taxa de ocupação do condomínio e das vendas dos novos imóveis na pesquisa de campo realizada em 218, foi afirmado por ele já terem sido vendidos cerca de 70% dos apartamentos disponíveis. No decorrer da visita, no entanto, ficou claro que, **dos trinta e um** prédios construídos, apenas **sete** estavam sendo comercializados e que a taxa de venda divulgada pelo corretor se referia somente a esses sete edifícios. De acordo com o documento do balanço patrimonial do empreendimento, apenas 230 unidades das 600 ofertadas teriam sido vendidas por um total de R\$ 35 milhões (Balanço 4T, 2015). Quando questionado sobre como os poucos moradores estavam arcando com o condomínio total, que deveria ser, portanto, muito oneroso, foi declarado que a própria construtora estava arcando com essa taxa, que provavelmente não seria cobrada integralmente de nenhum morador até metade do ano de 2019.

De acordo com Teixeira (2018, p.63), “foram negociadas algumas concessões tributárias (ex.: Os 31 prédios que compõe a Vila dos Atletas foram “habitados” durante a Olimpíada, mas 28 deles não têm habite-se, portanto, ainda não pagam IPTU)”, referindo-se ao ano de 2017. A pesquisa não localizou confirmação dessa informação sobre os impostos, somente constando, no relatório patrimonial da empresa (Demonstrações, 2018, p.31), uma despesa extra no condomínio relativa à emissão dos habite-se das unidades, que teria sido iniciado em abril de 2018, dois meses, portanto, antes dos apartamentos começarem a ser entregues aos compradores.

A baixa taxa das vendas dos apartamentos, para Teixeira (2018) decorreria, primeiramente, de um atraso na entrega dos imóveis utilizados durante os Jogos pela agência Rio 2016 ao consórcio e da impossibilidade de comercialização nesse período, de aproximadamente um ano, entre março de 2017 e março de 2018. O segundo motivo seria a “perda” do momento ideal para as vendas:

O lançamento comercial estava previsto originariamente para ocorrer entre 2012 e 2013, mas em função de discussões contratuais com o COI sobre as condições de devolução dos imóveis após os Jogos, ocorreu apenas em novembro de 2015, com 100% da obra concluída. Este atraso fez com que se

perdesse o bom momento do mercado, ainda na fase pré-crise econômica e com os preços dos imóveis em alta, fazendo com que o lançamento ocorresse no momento de queda de valorização e num momento de crise econômica e política [...] (Teixeira, 2018, p.58-59).

Em uma reportagem publicada pela revista *Veja Rio* em 2017¹³⁹, fala-se sobre a dificuldade enfrentada pelo proprietário Carlos Carvalho – cuja fortuna estimada, somente em terrenos, é de R\$ 4 bilhões – em vender os apartamentos. De acordo com essa publicação, ele já teria tentado vender a parte da Carvalho Hosken à parceira de construção, a Odebrecht Realizações imobiliárias¹⁴⁰, sem sucesso; teria tentado comprar a parte do parceiro comercial a um preço inferior, o que também não foi aceito e, sem conseguir pagar o empréstimo realizado junto à Caixa Econômica Federal para a construção, poderia sofrer um processo de tomada do imóvel nos próximos meses.

A não venda dos imóveis do residencial de luxo, além de causar uma crise de liquidez dentro da própria incorporadora, também é elencada pela reportagem como “um imbróglio que provocou espasmos em todo o setor imobiliário carioca. O mercado de novos apartamentos de alto padrão simplesmente parou diante da quantidade de unidades encalhadas [...] de pelo menos 7 000 imóveis na região da Barra, Recreio e Jacarepaguá”.

No entanto, uma possível solução para a venda dos imóveis do Ilha Pura foi levantada, conforme publicado em reportagem do jornal *O Globo* em 1º de fevereiro de 2017: em decorrência da pouca comercialização dos imóveis – teriam sido vendidos 260 dos 3.604 apartamentos, como relatou “o diretor executivo de Marketing da Carvalho Hosken, Henrique Caban”, foi divulgado um possível acordo entre a Prefeitura, a construtora Carvalho Hosken e a CEF, para financiamento, a custos menores dos praticados pelo mercado imobiliário na região, para servidores públicos da marinha e outros interessados em comprar os apartamentos.

De acordo com fontes que participam das discussões, a avaliação é que o metro quadrado dos apartamentos da Vila dos Atletas esteja valendo em torno de R\$ 8 mil. No entanto, devem ser vendidos com preço mais barato. A ideia inicial é cobrar cerca de R\$ 7.800 pelo metro quadrado dos apartamentos maiores (com três ou quatro quartos) e R\$ 6.800 pelo dos menores (de um a dois quartos). Os detalhes, no entanto, ainda estão em negociação entre a prefeitura, a Caixa e o grupo Carvalho Hosken, dono dos imóveis e responsável pela construção. — Todo mundo tem pressa: o investidor quer

¹³⁹ “Ilha Pura se transforma em herança maldita da Olimpíada”. Revista *VejaRio* online, Cidade, atualizada em 13 de novembro de 2017. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/cidade/ilha-pura-se-transforma-em-heranca-maldita-da-olimpiada/>. Acesso em dezembro de 2018.

¹⁴⁰ O conglomerado Odebrecht teve grande parte de seus proprietários e acionistas apontados em escândalos de corrupção, lavagem de dinheiro, formação de cartel para obras de licitação pública e superfaturamento de obras públicas em 2014 e passa por um processo jurídico que teve grandes repercussões interacionais. O nome da Odebrecht foi retirado da placa que ficava em frente ao estande do Ilha Pura.

recuperar o investimento, a Caixa quer receber pelo financiamento e a prefeitura quer arrecadar — disse uma fonte¹⁴¹.

Provavelmente em função dessa nova aliança sinalizada novamente entre a Carvalho Hosken e a municipalidade que, por meio da atual gestão, se coloca como um importante agente na própria venda dos apartamentos do empreendimento, ficou comprovada, no relatório financeiro da construtora (Demonstrações, 2018, p. 13), a compra efetiva das ações da Odebrecht no Ilha Pura 01 Empreendimentos pela Carvalho Hosken, realizada em 12 de novembro 2018, nos seguintes termos:

Pelo presente Instrumento a Carvalho Hosken S.A. Engenharia e Construções concluiu a aquisição de 50% do capital votante da Ilha Pura Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A. pertencente a Odebrecht Realizações Imobiliárias e Participações S.A. (“Odebrecht Realizações”).

Para a contabilização da combinação de negócios, a Companhia optou por aplicar o método de aquisição previsto no CPC 15 (R1) que estabelece que o adquirente identifique o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos à data de aquisição. O período de mensuração termina assim que o adquirente obtiver as informações que buscava sobre fatos e circunstâncias existentes na data da aquisição, ou quando o adquirente concluir que mais informações não podem ser obtidas. Contudo, o período de mensuração não pode exceder a um (01) ano da data da aquisição¹⁴².

A justificativa da compra, apresentada pela Carvalho Hosken, seria a potencialidade do empreendimento, tendo em vista sua localização geográfica e posicionamento estratégico no mercado. Mas uma possível explicação para a aquisição de todas as ações, além da possibilidade de compra dos apartamentos pelos funcionários públicos com juros reduzidos pela CEF, poderia ser explicada pelo aditivo ao contrato de financiamento do empreendimento com a própria Caixa, firmado em 25 de outubro do mesmo ano, em que uma nova data e potenciais reduções nas taxas de juros foi estipulada para que o Ilha Pura liquide a dívida total¹⁴³: a amortização do valor deverá ser realizada por mês e por condomínio até 29 de junho de 2026, com “metas acumuladas de pagamento da dívida para aplicação de benefício de redução da taxa de juros”.

¹⁴¹ Jornal O Globo: “Prefeitura negocia venda de imóveis na Vila dos Atletas para servidores”, publicado em 01 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-negocia-venda-de-imoveis-na-vila-dos-atletas-para-servidores-20853503>. Acesso em julho de 2017.

¹⁴² Também consta no documento uma “Integralização de mútuos na Ilha Pura no valor de R\$ 127.848 dos acionistas Carvalho Hosken e Odebrecht Realizações” (Demonstrações, 2018, p.20). Mútuos são empréstimos, e havia um empréstimo da CH para o Ilha Pura Empreendimentos, também constando no relatório da seguinte maneira: “A Companhia efetuou empréstimos de mútuo para a investida Ilha Pura Empreendimentos Imobiliários e Participações S.A. durante o exercício de 2018. Foram feitas liberações mensais, de maio a outubro, no montante total de R\$12.140. Os valores são corrigidos pela variação de 135% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Em novembro de 2018 a Companhia capitalizou R\$63.924 de mútuos na Ilha Pura” (Demonstrações, 2018, p.19).

¹⁴³ No montante já apontado de R\$2,33 bilhões, com juros de 8,8% aa.

Por essa nova determinação, a construtora “ganha” oito anos a mais para o pagamento do financiamento do que tinha sido previsto no contrato original.

O processo da produção do espaço se coloca de forma evidente na análise do empreendimento Ilha Pura: o Estado é mobilizado para realizar as obras de infraestrutura necessárias para viabilizar as construções do condomínio privado, também financiando sua construção e, no momento em que as vendas necessárias para reverter aos cofres públicos parte do montante dispendido não se concretizam como esperado, é também o poder público que agora deve apoiar na própria comercialização desses apartamentos. O aumento no tempo do pagamento do financiamento e também potenciais reduções nas taxas de juros, refletem uma política que se perpetua na consolidação da fronteira da Barra da Tijuca: a mobilização do poder público por meio de planos, leis, construção de infraestrutura, abertura de avenidas, pontes, viadutos, canalização de córregos, asfaltamento e arruamento, enfim, a mobilização da produção do espaço por meio de investimentos públicos, na valorização efetiva da propriedade privada de poucos proprietários. Para além da discussão se a Carvalho Hosken está ou não em dificuldades financeiras frente aos investimentos realizados no empreendimento Ilha Pura, o que o processo revela é que apenas o ente público assumiu todos os riscos desse empreendimento, ficando agora com o ônus desse processo: o não recebimento do financiamento no tempo almejado.

O Ilha Pura vazio ou com uma venda muito inferior ao que foi originalmente pretendido, bem como grande parte dos imóveis do Centro Metropolitano, revelam, em si, uma crise do próprio sistema capitalista na metrópole carioca, entre a valorização pretendida para essa parte da cidade e discutida ao longo dessa primeira parte da tese, com processos que apontavam para uma potencial valorização nos momentos ou ciclos de formação dos bairros, que agora se efetiva na construções físicas realizadas mas não vendidas. Mas isso não significa que frações desse capital não tenham sido realizadas como por exemplo, a renda através da propriedade fundiária. Mesmo com todas as intervenções do Estado ao longo dos anos para viabilizar a valorização pretendida para as futuras construções privadas, a realização dessa valorização não se concretiza na velocidade ou na forma almejada.

Como é possível visualizar na Figura 17, ainda existem muitos terrenos de propriedade da Carvalho Hosken aptos a receberem novas construções. Talvez esse processo intensificado da construção das edificações não tivesse parado, caso todo o lucro esperado tivesse de fato se realizado com as vendas do empreendimento Ilha Pura. Ainda há o projeto do Legado 2030 para o Parque Olímpico na construção do futuro Lagoa da Barra, que colocará ainda mais apartamentos de luxo no mercado imobiliário do Rio de Janeiro.

Pode-se problematizar que a nova estratégia da construtora se volta agora, como em momentos anteriores, para um possível processo de valorização futura visando, potencialmente, projetos de longo prazo que possam trazer os benefícios e os lucros almejados. Uma provável frente para essa hipótese seria o projeto que a Prefeitura do Rio tentou lançar em 2017, com o anúncio do Prefeito Marcelo Crivella, do Partido Republicano Brasileiro (PRB), da Operação Urbana Consorciada (OUC) Rio das Pedras, que abarcaria toda a área morfológica da comunidade, hoje considerada a maior em termos demográficos e espaciais da Zona Oeste da cidade e terceira maior favela do Rio, e que seria responsável pela verticalização e consequente remoção de todos os seus habitantes. Pela proposta apresentada, na área onde se encontra a comunidade seriam construídos prédios de doze andares através da venda de Cepacs – Certificados de Potencial Adicional de Construção – instrumento urbanístico utilizado dentro de OUCs ¹⁴⁴ para aumento no potencial construtivo, mesmo instrumento urbanístico amplamente utilizado na cidade de São Paulo e um modelo que a prefeitura implementou no Porto Maravilha¹⁴⁵.

As Operações Urbanas Consorciadas têm, por objetivo específico, proporcionar que mudanças urbanas sejam realizadas dentro do fragmento espacial determinado, seja por meio jurídico, com alterações de zoneamento e parcelamento do solo através de novos decretos ou leis, seja por investimentos diretos de órgãos públicos ou privados direcionados para a realização do planejamento proposto no plano da OUC. Um efeito dessa forma de se fragmentar as cidades é o de mostrar o potencial futuro de valorização da área determinada, normalmente por meio de uma pretensa homogeneização do espaço.

A atração dos investimentos aos fragmentos espaciais selecionados para as OUCs depende desse potencial de valorização, ou seja, em certa medida, da garantia ofertada pelo Estado de que a área irá se valorizar, o que normalmente se inicia com as propostas indicadas no plano da OUC e das alterações espaciais públicas previstas nele. Desse modo, legislações são criadas para atender esse objetivo, trazendo uma representação do planejamento e das leis no espaço. A venda dos Cepacs seria realizada dentro desse espectro temporal entre o lançamento do projeto da OUC e o início das construções, normalmente feitas pelo órgão

¹⁴⁴ Operações Urbanas Consorciadas são um instrumento urbanístico que começou a ser implementado no Brasil a partir dos anos 90, com a inserção do modelo neoliberal. Legislações são criadas para atender a modificações urbanas no fragmento espacial selecionado para receber a operação, normalmente através de venda dos CEPACs, títulos do mercado financeiro imobiliário, que são vendidos pelo governo às empresas privadas em troca de um aumento no potencial construtivo daquela área. OUC alteram zoneamentos e legislações prévias, criam uma exceção em pedaços escolhidos para receber as intervenções. Pode ser considerado como um marco para a passagem da hegemonia do capital industrial ao financeiro.

¹⁴⁵ Maiores detalhes sobre todo o Projeto do Porto Maravilha podem ser acessados em GIANNELLA, 2015a.

público, que também vão gradativamente valorizando os próprios títulos imobiliários. Os Cepacs supostamente deveriam pagar por todas as obras públicas das operações urbanas, mas são vendidos em lotes, seguindo as próprias intervenções que não se realizam todas ao mesmo tempo. Esse longo período entre o lançamento do plano e sua efetiva realização podem ocasionar a não rentabilidade pretendida pela Operação Urbana, o que poderia acarretar uma desvalorização do próprio ativo financeiro de emissão pública atrelado ao mercado de imóveis.

O plano da OUC de Rio das Pedras estaria em conformidade com a meta nº 74 do novo Plano Estratégico da cidade, que entrou em vigor em 2020, dentro da dimensão urbano ambiental, território descentralizado, incluso e conectado: “concluir os estudos para requalificação urbano de Rio das Pedras até 2018” (Prefeitura, 2017).

Apresentado aos moradores da comunidade por uma equipe de funcionários e técnicos da Prefeitura da cidade, e não aceito por eles¹⁴⁶, o projeto OUC Rio das Pedras, estava ancorado em dispositivos de financiamento habitacional e de construção via Programa Minha Casa Minha Vida, que seriam oferecidos aos moradores em fases pré-determinadas. Não ficou claro, no entanto, como relatado por lideranças da comunidade, em entrevista realizada no dia 28 de maio de 2019 para essa pesquisa, onde os moradores residiriam durante a execução das obras que foram anunciadas.

O alto valor das parcelas que seriam cobradas dos moradores no financiamento, mesmo que no contexto de um programa de habitação subsidiada, foi outro problema apontado por eles. Como muitos trabalham sem qualquer tipo de registro, em sua maioria, são trabalhadores informais, como ambulantes, empregadas domésticas e prestadores de serviços em geral, o receio de não ter como continuar pagando as parcelas e perder o imóvel foi apontado pelos moradores na reunião com a Prefeitura. Por último, o ponto mais preocupante referia-se aos comércios que, segundo os entrevistados, seria fonte de mais de 90% da renda dos moradores da comunidade, que ou trabalham nas pequenas lojas dispostas nas diversas ruas de Rio das Pedras, ou possuem pequenos comércios informais nas garagens ou mesmo em suas residências, o que não seria possível dentro de um conjunto habitacional de blocos de prédios. A figura abaixo ilustra dois esquemas apresentados aos moradores nessa reunião, de como seria a “paisagem” do conjunto habitacional proposto.

¹⁴⁶ Rio das Pedras rejeita projeto de verticalização da prefeitura. O Globo. Bairros, 05 de outubro de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/rio-das-pedras-rejeita-projeto-de-verticalizacao-da-prefeitura-1-21908631#> Acesso em maio de 2019.

Figura 25 – Apresentação do conjunto habitacional OUC Rio das Pedras



Fonte: Rio das Pedras, OUC zona oeste, fevereiro de 2017

A construção dos blocos habitacionais em fases dividia a comunidade em três setores. A fase A seria a primeira e a maior, abarcando 4.422.877 m² de terreno, onde seriam construídos 99 blocos com 15.312 unidades habitacionais, que atenderiam 35.218 moradores. A segunda fase, denominada de B, abarcaria a construção em 189.518 m² de terreno, com 56 blocos com 8.808 unidades habitacionais, atendendo 20.258 moradores. E a terceira e última fase contemplaria a zona C, com 241.822 m² de terreno onde seriam construídos 68 blocos com 10.680 unidades habitacionais para atender 24.564 moradores. Em cada uma dessas etapas também seriam construídos os parques, praças e áreas de lazer comuns a todos os moradores, bem como a Estação Aquaviária Rio das Pedras¹⁴⁷.

Interessante destacar que, em 2013, foi feito um levantamento detalhado de toda a comunidade em um documento, também da Prefeitura do Rio, denominado “Pouso Rio das Pedras”, de execução da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU), da Coordenadoria Geral dos Programas de Interesse Social e da Coordenadoria de Pousos. Conforme é esclarecido no próprio documento, POUSO seria um Posto de Orientação Urbanística Social, um programa da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro criado em 2003, que operava dentro da SMU e que dispunha, em 2013, de 33 sedes que atendiam 80 comunidades localizadas em várias regiões da cidade. Para fins dessa tese, se enfatiza que a sede do Pouso Rio das Pedras ficava localizada em frente à sede da Associação dos moradores, na área denominada de centro, na Rua Nova. Uma discussão mais aprofundada sobre esse tema será realizada na parte II dessa pesquisa.

Dessa forma, no Pouso (2013), elencam-se informações relevantes sobre a comunidade, como a delimitação de áreas e seu histórico de formação, o aumento gradual da densidade demográfica ao longo dos anos e a distribuição de moradias pelo território, a delimitação das

¹⁴⁷ Muitos moradores de Rio das Pedras utilizam como transporte aquaviário, as balsas que atravessam a Lagoa da Tijuca rumo ao Jardim Oceânico. É uma forma de diminuir muito o tempo de percurso, em vista das vias engarrafadas da Barra e também em função da instalação do metrô linha amarela. O serviço de balsa, hoje, é considerado clandestino e operado principalmente por grupos de milícia.

Áreas de Especial Interesse Social, com respectivas leis de implementação, as vias principais, secundárias, becos e vielas, levantamento de edificações por setores – tipos de atividades e altura das edificações – e dados relativos aos moradores. Pelo censo de 2010, Rio das Pedras teria um total de 63.482 habitantes, mas pelas estimativas da Associação de Moradores, seriam de fato 140.000 moradores distribuídos em 40 mil moradias.

As conclusões do Pouso (2013), remetem às ações que deveriam ser realizadas pelo poder público no que tange ao Plano de Estruturação Urbanística (PEU), tais como “estruturação e sustentabilidade urbanística e ambiental de Rio das Pedras”, através de regularização de edificações e recuperação dos canais que afluem na Lagoa. No entanto, questiona-se justamente se tal levantamento não foi a base necessária para a própria elaboração da OUC de 2017, trazendo todos os subsídios necessários à municipalidade na formulação dos cálculos relativos as construções pretendidas.

Além disso, nenhum dos dois documentos analisados, nem o Pouso ou no projeto da OUC da Zona Oeste, menciona que Rio das Pedras está construída, quase em sua totalidade, em solo de turfa, que foi assentado pelos próprios moradores ao longo de muitos anos com entulho e outros materiais. Esse questionamento também foi feito pelos moradores na apresentação realizada pela Prefeitura da cidade: como construir tantos prédios com 12 andares e um solo tão imprevisível? Um estudo de viabilidade não foi apresentado.

Junto às fases da construção dos condomínios (Rio das Pedras, 2017), a prefeitura apresentava um cálculo relativo ao valor que seria cobrado pelas habitações aos moradores, considerando o total de habitantes declarado no censo de 2010 e a quantidade necessária de prédios que seriam construídos para atender a demanda. As habitações propostas seriam de um ou dois quartos, com cerca de 50 m² cada e que as moradias poderiam acomodar de 2 a 3 pessoas, muito abaixo do atual número de moradores reais da comunidade, tanto em termos absolutos quanto em termos de domicílio. Também eram elencados os valores que seriam dispendidos com obras de infraestrutura no entorno e o que poderia ser obtido de retorno financeiro pela Prefeitura através da venda dos Cepacs nos valores propostos, mais altos do que os estimados em função do aumento no potencial construtivo. Dessa forma, o documento chega ao seguinte resumo de valores:

Tabela 3 – Resumo da Operação Urbana Zona Oeste

Custos x Arrecadação OUC Rio das Pedras	
1. Custos – TOTAL R\$6,3 Bilhões	
- Infraestrutura em Rio das Pedras	- R\$ 2 Bilhões
- Infraestrutura no entorno	- R\$ 0,9 Bilhões
- Construção de habitações subsidiadas	- R\$ 3,4 Bilhões
2. Receitas – TOTAL R\$6,4 Bilhões	
- Venda de CEPACs	- R\$ 2,4 Bilhões
- Venda habitações	- R\$ 4 Bilhões

Fonte: Rio das Pedras, OUC zona oeste, fevereiro de 2017

As obras que receberiam os aportes destinados a infraestrutura do entorno eram, prioritariamente, referentes a duplicação de avenidas e abertura de novas vias, como: duplicação da Avenida Engenheiro Souza Filho, que atravessa a comunidade de Rio das Pedras, construção da ponte Via Parque, Mergulhão Ayrton Senna e Avenida das Américas, duplicação da Avenida Arroio Fundo e do Canal do Anil e obras de urbanização na Via 5.

Entretanto, o que realmente chama atenção nesse processo é o que não está escrito no projeto e que pode ser apreendido pela observação da área pretendida para receber a OUC, destacando-se, visualmente, uma zona de confluência para o Centro Metropolitano.

Igualmente, os terrenos ao redor da comunidade e que também estão na zona de influência proposta pela OUC são de propriedade da Carvalho Hosken, trazendo à tona, mais uma vez, uma tentativa de valorização da propriedade privada por meio de operações urbanas públicas. De certa forma, é possível afirmar que a tentativa de transformação do Centro Metropolitano, enquanto “um eixo de ligação entre as partes da cidade”, continua sendo colocado ao longo dos anos, em diversas tentativas de ordenamento espacial, alterações nas leis urbanísticas, implementação de obras viárias e de mobilidade e agora, por fim, com uma operação urbana consorciada que, em sua essência, é um instrumento urbanístico que gera processos de remoção e de gentrificação, mesmo que pontuais.

Figura 26 – Delimitação área OUC Rio das Pedras



Fonte: Rio das Pedras, OUC zona oeste, fevereiro de 2017

O papel de fronteira dos capitais do setor imobiliário da Barra da Tijuca se consolida e se intensifica ao longo dos anos, por todos os processos discutidos. A representação da fronteira é mobilizada pelo poder público como uma maneira de captação de recursos para a cidade, de novos investimentos, e vendida como um modelo para novas formas de viver da população, ao mesmo tempo em que é indutora dos próprios processos de crise do capital. Seu pressuposto é a segregação socioespacial e sua consequência direta é a expropriação das terras e moradias dos trabalhadores, principalmente os de baixa renda, que não podem arcar com o alto preço cobrado nos imóveis construídos em locais onde antes eles moravam. Ao mesmo tempo, a intensificação da expropriação acarreta a destituição do vivido, das sociabilidades, dos corpos e da convivência entre esses moradores.

O Estado, nesse cenário, com frequência assume a posição da classe hegemônica, de permitir a realização da propriedade privada por meio dos planos de ordenamento, das obras de infraestrutura e, quando necessário, por meio da violência física em processos de remoção dos moradores que agora não podem mais permanecer na Barra, planejada de forma a apagar os diferentes.

A destituição dos moradores que, ao longo dos anos, estabeleceram suas vidas nessa região da cidade do Rio de Janeiro, para a construção de uma pretensa nova centralidade na Barra da Tijuca, com elementos tais como Centro Metropolitano, o Parque Olímpico e os

conjuntos habitacionais de alto padrão, é parte do próprio processo de produção do espaço, que auferem ganhos extraordinários aos poucos proprietários fundiários e aos seus empreendimentos, mesmo que, nesse momento, ainda esteja no plano potencial, pois não plenamente realizada no sentido de atender à todas as frações do capital que foram ali investidas ao longo dos anos.

3. Considerações parciais – Parte I

A tendência ideologicamente dominante divide o espaço em partes integrais de acordo com a divisão social do trabalho. As forças que ocupam o espaço são representadas como um receptáculo passivo. Em vez de descobrir as relações sociais (incluindo relações de classe) implícitas nos espaços, em vez de concentrar a atenção na produção do espaço e nas relações sociais inerentes a essa produção (relações que introduzem contradições especificadas na própria produção, retomando a contradição entre a propriedade privada dos meios de produção e o caráter social das forças produtivas), caímos na armadilha de tratar o espaço como espaço "em si" e como tal. Começamos a pensar em termos de espacialidade, deslizamos pela fetichização do espaço, do mesmo modo como antes se caiu na armadilha da troca, na fetichização da mercadoria e da "coisa considerada e apreendida isoladamente, isto é, como a coisa "em si" (Lefebvre, 2013, p.145 – tradução nossa)¹⁴⁸.

A continuação dos processos de remoção de moradores de comunidades que ainda permanecem na Barra da Tijuca aponta para o fato de que o processo de acumulação do capital pelo reordenamento espacial está em andamento e de que os processos de expropriação, em toda sua amplitude econômica e social, são parte constitutiva desse momento em que ocorre, de modo mais acentuado, a centralização de capitais fundiários e rentistas nas mãos de poucos proprietários, dentro da perspectiva atual que se volta para a reprodução dos espaços urbanos.

Como afirma Lefebvre (2009)¹⁴⁹, é por meio da relação intrínseca entre o espaço e o Estado que é possível compreender os processos de continuidade da reprodução do capital na contemporaneidade, visto que o espaço está conectado ao estado em sua gênese, cuja ação e poder só podem ser concretamente realizadas no espaço. Segundo o autor, em um nível global, os modos de produção em sua temporalidade histórica, produziram modos de ordenação espacial e relações sociais distintas, mas que, dialeticamente, também possuem continuidades que se mesclam.

¹⁴⁸ "La tendencia ideológicamente dominante divide el espacio en partes integrales de acuerdo con la división social del trabajo. Las fuerzas que ocupan el espacio se representan como un receptáculo pasivo. En lugar de descubrir las relaciones sociales (incluidas las relaciones de clase) implícitas en los espacios, en lugar de centrar la atención en la producción del espacio y en las relaciones sociales inherentes a esa producción (relaciones que introducen contradicciones especificadas en la producción misma, retomando la contradicción entre propiedad privada de los medios de producción y del carácter social de las fuerzas productivas), caemos en la trampa de tratar el espacio como un espacio "en sí mismo" y como tal. Comenzamos a pensar en términos de espacialidad, deslizándonos por la fetichización del espacio, del mismo modo que antes se cayó en la trampa del intercambio, en la fetichización de la mercancía y de la "cosa considerada y aprehendida aisladamente, es decir, como cosa "en sí"".

¹⁴⁹ A versão aqui utilizada é a da tradução feita para o idioma inglês por N. Brenner, S. Elden, G. Moore, A. Kowalski e A. Passell. Não há uma tradução oficial para o português, somente versões não publicadas que foram resultado de traduções da obra original do autor e que contemplam, ao contrário da tradução para o inglês que omite cerca de 20 parágrafos, a integralidade do texto escrito por Henri Lefebvre no capítulo IV de sua obra D'Etat, publicada em 1976.

Os espaços têm conteúdo, são mais do que representações simples, e é a partir dessa análise que o autor problematiza o espaço denominado de “capitalístico” (2009), o qual detém um novo papel no processo de acumulação, principalmente por meio de intervenções estatais. Ao considerar como o processo da acumulação do capital estava dominando relações, não só da produção das mercadorias concretas, produzidas nas fábricas, mas abarcando todas as relações da vida, o cotidiano programado, o autor encontra o que denomina de “o ponto crítico”, por onde o capital poderia encontrar meios econômicos para sua reprodução em seus momentos de crise, colocando a cidade e o urbano enquanto elementos que revelariam o mundo moderno, no início do século XX.

Lefebvre (2016) aponta que o Estado não está acima da sociedade, mas, pelos mecanismos da gestão e da violência, suas ações penetram na vida social. Do ponto de vista institucional, o Estado é abstrato, mas concentra em sua realização os processos reguladores que acontecem na vida cotidiana, a ordenação dos espaços para a própria realização da vida, ou seja, está pelo espaço, permitindo a reprodução generalizada, mas ao mesmo tempo, colocando os limites para as relações sociais que nele se inscrevem, inclusive aquilo que poderia negar esse processo, as próprias formas de resistência.

Em análise realizada por Poulantzas (2015, p.37), não é possível dissociar o Estado do sistema capitalista de produção, das suas diversas camadas de interferência e atuação enquanto um poder institucionalizado e político:

O Estado baliza desde então o campo de lutas, aí incluídas as relações de produção; organiza o mercado e as relações de propriedade; institui o domínio político e instaura a classe politicamente dominante; marca e codifica todas as formas de divisão social do trabalho, todo o real no quadro referencial de uma sociedade dividida em classes.

Nesse aspecto, para o autor, não é possível conceber o Estado burguês apenas por sua dominação política de classe, que é fundamental, visto estar materialmente inscrita em sua institucionalidade, mas não seria a única maneira de gestão possível, sendo indispensável o entendimento do que denomina de “ossatura material própria” ao Estado, com suas particularidades e conflitos e contradições internas. Defende que, mesmo sendo um campo gerido pela burguesia e, portanto, com ações que visam garantir e reproduzir os privilégios de uma classe hegemônica, o Estado precisa mediar os conflitos entre as classes dominantes e as classes dominadas por meio de medidas materiais, ações e intervenções que nem sempre favorecem somente à classe detentora dos meios de produção. Igualmente, não é possível regular os conflitos e as contradições de modo a priorizar todas as frações de classe dos capitalistas da mesma maneira, havendo também um conflito interno à essa própria classe que

se gesta dentro da instituição estatal. Dessa forma, o Estado exerceria um poder que incidiria sobre “todas as relações de poder a fim de lhes consignar uma pertinência de classe e inseri-las na trama dos poderes de classe” (Poulantzas, 2015, p.41).

Mas o Estado não é pura e simplesmente uma relação, ou a condensação de uma relação; é a condensação *material e específica* de uma relação de forças entre classes e frações de classe (ibidem, p.131).

O Estado concentra não apenas a relação de forças entre frações do bloco no poder, *mas também a relação de forças entre estas e as classes dominadas* (Ibidem, p.143).

Portanto, se coloca a compreensão de que uma real transformação das formas de vida vigentes recairia na necessidade de superação do próprio Estado, que está inserido e imbricado na produção capitalista, fazendo parte de sua constituição enquanto modo concreto da sociedade e de seus fundamentos. O que o processo de constituição da fronteira urbana do capital ligado ao setor imobiliário na Barra da Tijuca talvez tenha apontado é que, atualmente, se colocou em curso um estilhaçamento do papel de mediação do Estado, como apontado por Poulantzas (2015), entre as classes sociais, que já não ocorre mais de maneira predominante na resolução dos conflitos e dos interesses entre os trabalhadores e os proprietários privados, mas age no sentido de reforçar essas diferenças, ainda que se destaque a atuação de alguns setores da Defensoria Pública, por exemplo, que se mostrariam contrários a esse processo.

Em Lefebvre (2009, 2013), a regulação do espaço pelo Estado coloca em evidência que não é somente o setor imobiliário que produz o espaço, mas que existem interesses que se articulam, sinalizando para a necessidade de pensar também nos planos e níveis dessas dimensões. A produção do espaço carrega consigo contradições e é necessário problematizar também outros planos de análise, se quisermos pensar em uma superação dessa realidade, em um projeto possível de mudança.

Nesse aspecto, a reprodução do espaço urbano se torna um objeto de diferentes frações do capital em seus ciclos de acumulação, mas também é um campo de disputa dos usuários. Dito de outro modo, a concentração de muitas pessoas, atividades e capitais tornam as cidades centros fundamentais para o processo de acumulação e a gestão estatal que se implementa passa a ser central para a continuidade dos ciclos do capital. Ao mesmo tempo, no entanto, os corpos desse mesmo conjunto populacional que habitam, trabalham, constroem suas vidas e suas relações sociais nesses espaços tendem a reivindicar e a lutar para que a constituição da vida não seja suplantada pela forma mercadoria, mesmo que, muitas vezes, já inserida e interconectada no próprio processo da reprodução.

Conforme já abordado nessa primeira parte da tese, parte-se do pressuposto de que na produção da metrópole do Rio de Janeiro, a Barra da Tijuca foi mobilizada enquanto uma fronteira de acumulação do capital rentista e produtivo ao longo dos anos, que se interconectou com o objetivo da construção de uma centralidade na região, com suas continuidades e descontinuidades. Esse processo, que se pretendia homogêneo, ao transformar a morfologia espacial em sua concretude, aprofundou processos de segregação, principalmente por meio dos projetos estatais e privados, que colocam a valorização da terra em detrimento à vida dos moradores que habitavam esses mesmos espaços.

Desse modo, através do conceito proposto por Lefebvre (2009), da *morfologia hierárquica estratificada*, é possível depreender que coexistem a produção de formas definidas que são sobrepostas umas sobre as outras, ou seja, os espaços se justapõem, mas são dialeticamente dominantes e dominados ao passo que separados. Por consequência, a ação concreta do Estado como agente da produção é a violência, a repressão, a regulação e o ordenamento do espaço de maneira racional; ao controlar e definir os espaços, a sobreposição das hierarquias sociais se traduzem na produção do espaço e nas relações sociais. Assim, a ação estatal não se realiza no espaço somente por meio do poder hegemônico, mas ele regula inclusive, sob muitos aspectos, as próprias formas de resistência a esse processo, porque também são constitutivos dele.

A transformação da Barra da Tijuca em um espaço produtivo, do ponto de vista da valorização do capital, das rendas, da dominação e da opressão, das segregações, revela o sentido da mobilização do espaço, que nega o uso, a apropriação, a presença do diferente, dos corpos. O sentido hegemônico é outro, é o da produção abstrata do espaço, via alianças entre o poder econômico e o político, solapando a vida, ainda que haja conflitos, barreiras, haja o outro, a resistência.

Como já colocava Lefebvre (2016), ao observar o processo da reestruturação espacial na cidade de Paris no início do século XX, o corpo é colocado enquanto parte da forma como o próprio espaço é produzido: passa a ser muito mais uma representação visual do que a própria presença, a fruição ou a apropriação. “O corpo humano desapareceu dentro de um espaço que é equivalente a uma série de imagens [...] No espaço moderno, o corpo não tem mais presença; ele é somente representado, em um meio espacial reduzido a seus componentes óticos [...]” (Lefebvre, 2009, p.234 – tradução nossa)¹⁵⁰. Logo, cada espaço produzido é determinado para

¹⁵⁰ “[...] The human body has disappeared into a space that is equivalent to a series of images [...] In modern space, the body no longer has a presence; it is only represented, in a spatial environment reduced to its optical components [...]”.

uma atividade específica, reduzindo as relações sociais a espaços pré-programados, racionalizados.

Este espaço implica não só que a vida cotidiana seja programada e idealizada por meio do consumo manipulado, mas também que a espacialidade seja hierarquizada para distinguir os espaços nobres dos vulgares, espaços residenciais de outros espaços. Implica também uma centralidade burocrática, denominada "cívica", mas ocupada pelos poderes de decisão. É um espaço organizado de forma que, a menos que se revoltem, os "usuários" sejam reduzidos à passividade e ao silêncio. Sua revolta pode e deve partir da apresentação de contra-projetos, de contra-espaços, levando algumas vezes a protestos violentos, e culminando em uma revolta radical que coloca em questão a totalidade do espaço intercambiável, espetacular, implicando a cotidianidade, a centralidade, e a hierarquização espacial (Lefebvre, 2009, p.235 – tradução nossa)¹⁵¹

O espaço produzido pelo modo de produção capitalista só pode ser abstrato, homogêneo, produzido pelo Estado, não somente na sua concretude física, mas em relação a quantificação de todos os momentos da vida em que tudo se torna uma mercadoria, passível de troca. Ao mesmo tempo e de maneira contraditória, o próprio processo do valor de troca requer que o espaço seja fragmentado, para ser vendido em pedaços e ter sua valorização e rentabilidade melhor dividida entre as diversas frações do capital, nas práticas dos agentes presentes nos níveis local e global (Lefebvre, 2009, p.238-239), que remete ao terceiro termo, a hierarquização necessária desses mesmos espaços, tanto na perspectiva do nível intermediário, quanto no próprio sistema de produção mundial, carregando consigo a segregação como consequência concreta desse modo de produzir os espaços:

Os lugares são organizados de forma desigual em relação aos centros, que são eles próprios desiguais - de centros comerciais a centros administrativos. A ação do Estado exacerba esta disposição: os espaços formam hierarquias acentuadas, desde os centros de dominação até as periferias empobrecidas, mas, todavia, mais fortemente controladas. Daí o aspecto paradoxal do espaço que assim se constitui. É difícil localizar *classes* (sociais) dentro dela; no entanto, a *segregação* continua (Lefebvre, 2009, p.243 – grifos do texto, tradução nossa)¹⁵²

¹⁵¹ “This space implies not only that everyday life is programmed and idealized through manipulated consumption but also that spatiality is hierarchized to distinguish noble spaces from vulgar ones, residential spaces from other spaces. It also implies a bureaucratic centrality, termed "civic" but occupied by the decision-making powers. It is a space organized in such a way that, unless they revolt, "users" are reduced to passivity and silence. Their revolt can and must start from the presentation of counter-projects, of counter-spaces, leading to sometimes violent protests, and culminating in a radical revolt that calls into question the entirety of interchangeable, spectacular space, with its implication of everydayness, centrality, and spatial hierarchization”.

¹⁵² “Places are arranged unequally in relation to the centers, which are themselves unequal-from commercial centers to administrative centers. State action exacerbates this situation: spaces form extreme hierarchies, from the centers of domination to the peripheries that are impoverished but still all the more strongly controlled. Hence the paradoxical aspect of the space that is constituted in this way. It is difficult to locate (social) classes within it; however, segregation continues”.

Lefebvre (2009) encontra, na produção do espaço, os níveis e dimensões do Estado, as diferentes frações do capital, seus grupos econômicos, e alianças estratégicas entre o Estado e o econômico que viabilizam a reprodução do espaço para gerar mais rendimentos em detrimento à vida, ao social e à apropriação. Não há uma separação, portanto, entre a materialidade concreta produzida e as próprias relações de produção do capital, que pelo viés econômico, aprofundam as formas de segregação da população que fica impossibilitada de morar nas centralidades construídas.

Logo, não é possível acreditar que o Estado vai engendrar uma racionalidade sobre o espaço que seja distinta da própria lógica do modo de produção capitalista. É possível afirmar, por exemplo, que ele foi mobilizado ao longo dos anos como uma alavanca para os negócios, especialmente os imobiliários, pelos capitais privados na Barra da Tijuca na captação dos megaeventos, principalmente aqueles realizados após os anos 90, ao mobilizarem, por meio do espaço, a garantia mínima da circulação do capital. No caso específico da realização dos Jogos Olímpicos, como procurou-se problematizar, as grandes corporações mundiais entram como aliadas ao processo mais geral da acumulação via renda fundiária das empresas locais, através da execução das construções planejadas há muitos anos para os terrenos do Centro Metropolitano e para o Parque Olímpico, por exemplo, utilizando recursos públicos para a construção de infraestrutura que, ao mesmo tempo que possibilita a posterior utilização desses espaços pela população em termos de mobilidade, também permite sua valorização imobiliária, que são, em sua maioria, privados.

Igualmente, é por meio da gestão e da violência que o Estado atua na remoção dos moradores das comunidades que habitavam o entorno dessas construções, e que agora precisam ser retirados utilizando todos os argumentos possíveis, sejam eles pautados em uma pretensa análise jurídica, ou apenas mobilizados ideologicamente com argumentos tais como áreas de risco habitacional. Quando nenhuma dessas ações estratégicas consegue atingir o seu objetivo, como no caso da Vila Autódromo por exemplo, o poder público e as empresas privadas, notadamente as construtoras e incorporadoras imobiliárias dos poucos proprietários fundiários dessa parte da metrópole carioca, oferecem indenizações monetárias elevadas aos moradores que agora, plenamente inseridos dentro do processo capitalista, passam a priorizar o valor de troca de suas habitações, plenas de sociabilidade, em detrimento ao seu uso.

As construções atuais teriam também, por finalidade, sinalizar para os potenciais investidores que seria seguro investir, tanto na compra ou locação dos imóveis já finalizados, quanto na construção de novos empreendimentos, colocando em evidência a potencialidade da localização e da valorização pretendida para esse espaço na cidade como uma confluência de

ligação, como uma nova centralidade na Barra da Tijuca. Não só o plano de construção do parque olímpico, dos BRTs e do entorno e da própria remoção parcial da comunidade Vila Autódromo sinalizam para isso, mas também a continuidade desse processo, como a atual Operação Urbana Consorciada de Rio das Pedras.

Dentro dessas discussões, é possível apontar que as OUCs, como a pretendida pela Prefeitura do Rio de Janeiro para a comunidade de Rio das Pedras, por exemplo, cumprem o papel, nesse momento, de mobilização do espaço na metrópole carioca para a rentabilidade de frações do capital: uma racionalização que incide sobre a vida das pessoas que habitavam o lugar há gerações, ocasionando uma luta e um conflito entre as práticas sociais possíveis de serem realizadas no cotidiano das famílias residentes em relação ao que se impõe a elas por meio do projeto da OUC. Como já alertava (Lefebvre, 2013, p.161 – tradução nossa)¹⁵³: “Desta forma, o espaço social se reduz ao espaço mental por uma operação "científica" cuja cientificidade oculta a ideologia”.

O papel da ideologia, como meio e fundamento de sustentação das políticas públicas, que molda o debate do cotidiano programado (Lefebvre, 1991), coloca em evidência a realização do valor por meio da reprodução do espaço em detrimento ao uso e a apropriação. Enquanto constituidora de uma classe social, a ideologia permeia o cotidiano, “uma vez que a ideologia é a consciência prática das sociedades de classe, a solução dos problemas gerados nos confrontos ideológicos não é inteligível sem a identificação de sua dimensão prática, material e culturalmente eficaz” (Mészáros, 2014, p.115).

A ideologia não consiste somente ou simplesmente num sistema de ideias ou de representações. Compreende também uma série de *práticas materiais* extensivas aos hábitos, aos costumes, ao modo de vida dos agentes, e assim se molda como cimento no conjunto das práticas sociais, aí compreendidas as práticas políticas e econômicas. As relações ideológicas são em si essenciais na constituição das relações de propriedade econômica e de posse, na divisão social do trabalho no próprio seio das relações de produção. O Estado não pode sancionar e reproduzir o domínio político usando como meio exclusiva a repressão, a força ou a violência “nua”, e, sim, lançando mão diretamente da ideologia, que legitima a violência e contribui para organizar um *consenso* de certas classes e parcelas dominadas em relação ao poder público. A ideologia não é algo neutro na sociedade, só existe ideologia de classe. A ideologia dominante consiste especialmente num poder essencial da classe dominante (Poulantzas, 2015, p.27).

Nesse aspecto, é importante uma dimensão reflexiva – e também prática – que contextualize a mobilização do espaço como uma chave interpretativa necessária para se

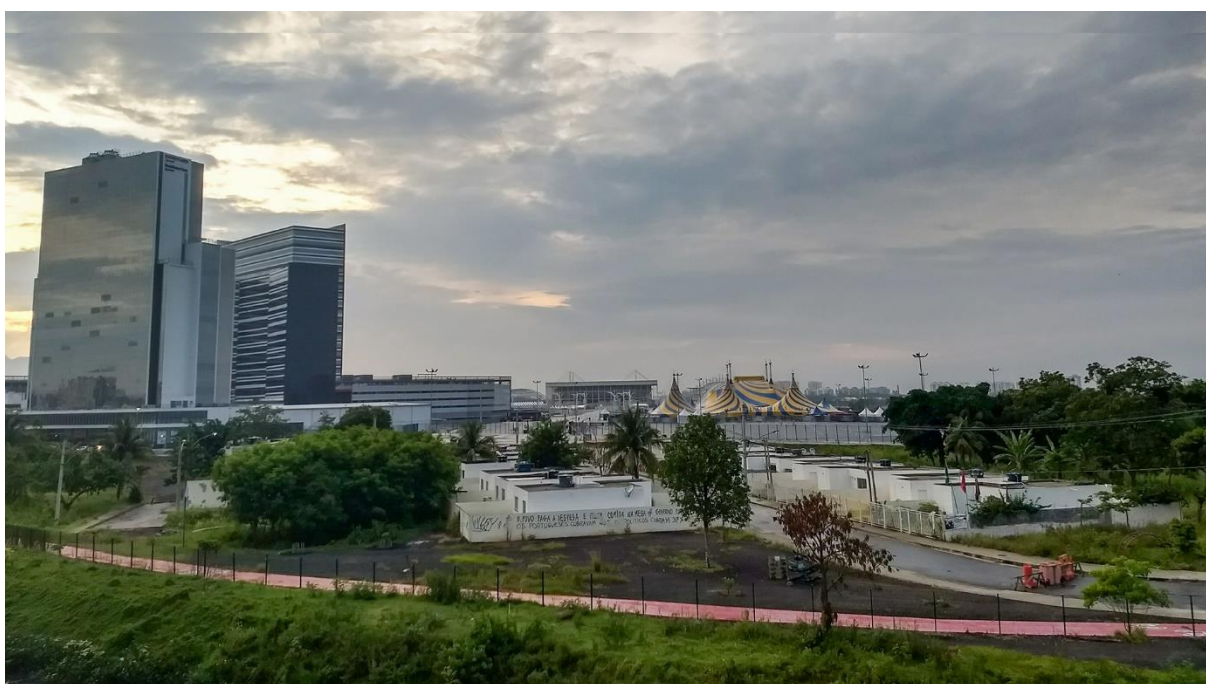
¹⁵³ “De ese modo, el espacio social se reduce a espacio mental por una operación "científica" cuya cientificidad disimula la ideología”.

entender os processos de reprodução do capital. Fragmentos do espaço são escolhidos pelas classes que detêm um poder econômico em parcerias com o Estado, para receber aportes de capital e atender determinados interesses de alguns grupos em detrimento de outros, sinalizando um momento fundamental no processo de reprodução do capitalismo nos tempos contemporâneos. O aprofundamento dos ciclos de acumulação por meio de processos financeiros na produção dos espaços urbanos, dentro do neoliberalismo atual, trouxe mais elementos em relação a rapidez e liquidez no retorno dos investimentos, exigidas pelas diversas frações da classe capitalista, movimento que radicalizou ainda mais os processos expropriatórios, colocando em evidência o conflito pelo espaço, como lugar de apropriação e uso, em contraposição ao espaço como reprodução de valor e de valor de troca. As lutas da população trabalhadora de poder aquisitivo intermitente para permanecer ocupando esses espaços, a perda social nesse processo e as diversas estratégias e formas de resistência empregadas serão debatidas com maior profundidade a seguir.

II. A DESTITUIÇÃO DO VIVIDO

Os últimos barracos na favela pareciam estar ali de teimosos. Eram poucos, pouquíssimos. Lembrou-se dos que já haviam sido derrubados. Lembrou-se também de que contaram sempre Tio Totó e Maria-Velha, de como era ali na época em que chegaram. Muitos becos já haviam desaparecido. Agora, sobre aquela planura, era impossível reconstituir plena e fielmente onde ficavam o barracão do Geraldão, do Zé, da Maria da Luz e dos outros. Um terreno, que antes era reconhecível até de olhos fechados, de um momento para outro perdera todas as suas características. Perdera todo o tortuoso relevo. Os becos de onde saltavam tantas vidas desapareceram como se nunca houvessem existido (Evaristo, 2017, p.179)

Figura 27 – Vila Autódromo atual - vista panorâmica



Legenda: em primeiro plano, a rua Nelson Piquet com as casas brancas padronizadas, fechadas pela cerca ao redor da ciclofaixa. Ao fundo, prédio espelhado do Hotel *Marriot* e armação de circo dentro do Parque Olímpico.

Fonte: Fotografia registrada pela pesquisadora no dia 21 de janeiro de 2015, em cima do viaduto da Transolímpica.

4. Cotidiano, apropriação e resistência

Que assim tem gente que nem sabe, ah, tem comunidade na Barra? Tem, eu sou, eu posso te enumerar várias, aqui próximas, mais a maioria delas são comunidades pequenas, como a nossa, passa um pouco despercebido.
(Entrevista Jaqueline, atual moradora Barrinha, 28 de maio de 2019)

Lorena: foi pelo amor a comunidade né? O medo, quando a gente está com medo de uma coisa aquilo nos transforma né? E foi isso que aconteceu com a gente. O medo de pensar que a gente não iria mais ter a nossa casa, o medo de pensar que onde vamos morar, como vai ser, entendeu? Como eu vou criar meus filhos se eu não tenho emprego, como eu vou criar meus filhos se eu não tenho mais o que levar? Porque não tenho, eu sou nascida e criada aqui, o que eu tenho foi o que minha mãe construiu [...] então assim, eu tenho minha creche aqui, eu tenho meu emprego aqui, e eu vou viver de que? Como é que eu vou criar meus filhos? Como é que eu vou recomeçar de novo, como assim?
(Entrevista Comissão de moradores de Rio das Pedras, 28 de maio de 2019)

Daí então começou essa luta toda e eu fui entender que o que eu pensava que era meu não era meu, se eu fosse brigar por ele, se eu fosse pensar daquele jeito só ia ficar dentro de casa e não era meu [...] pra mim ter o que era meu, vai ter luta, luta de classes, luta de tudo, não é isso a vida? Uma classe querendo sobrepor a outra que quer sobrepor a outra e na verdade somos todos escravos da elite né? É que a gente ainda não conseguiu se entender, a classe média com os pobres. Na verdade, somos todos pobres né? (Entrevista Jorge, ex-morador Vila Recreio II, 29 de maio de 2019).

Isso é história de vida, ninguém compra sua história. Isso é uma comunidade, a gente tem um elo, uma história. Essa capela, a construção dela, teve a participação de todos, não é só a casa. Mas aquele que não se apega a essa luta, ele está largando a história dele de lado.
(Entrevista Maria da Penha, atual moradora de Vila Autódromo, 24 de janeiro de 2015).

Para tentar compreender o que são os processos de remoção das populações trabalhadoras com rendimento intermitente que habitavam os espaços de abertura e expansão da fronteira do capital urbano na Barra da Tijuca, foi considerado fundamental recorrer à ideia de que o processo de acumulação do capital pressupõe não apenas a expansão da produção, mas também se realiza por meio de processos cada vez mais ampliados de expropriação desses habitantes.

Compreende-se que o processo de valorização imobiliária e do avanço da fronteira urbana, com as diversas tentativas e utilização da representação de construção de uma nova centralidade na Barra da Tijuca, tem como pressuposto o processo que aqui será denominado de *destituição do vivido*, que compreenderia a somatória das expropriações econômicas, mas sobretudo sociais, da negação às possibilidades de apropriação dos espaços para a realização da vida das populações que habitavam ou ainda resistem em permanecer, nos fragmentos da Barra da Tijuca.

Nesse sentido, a contradição mais evidente sinalizada pela pesquisa se coloca na tríade entre: a apropriação – o uso pelo corpo, o lugar enquanto identidade nos termos trabalhados por Carlos (2007b); a vida cotidiana, representada pela forma das relações de troca e pela propriedade privada, nos termos apontados por Lefebvre (1991); e as resistências, evidenciadas na luta pela permanência na cidade, tendo por ponto de partida a luta pela moradia, como problematizado em Ribeiro, (2012).

O que a pesquisa revelou, sobretudo, foi que, por meio do vivido, dos corpos e das resistências dos moradores das comunidades estudadas, partindo primeiramente do local da moradia, abre-se a possibilidade de uma luta de classes que se inscreve no cotidiano, com a potência para a produção de uma utopia. No encontro com o outro, durante a luta pela resistência, foi possível, para muitos dos entrevistados, vivenciar e entender não apenas as demandas próprias dos locais da moradia, mas toda a produção do espaço da Barra da Tijuca enquanto uma produção que segrega e fragmenta. Assim, entendemos que a necessidade de radicalizar as expropriações nos três momentos de valorização apontados na primeira parte da tese, mostra-se necessária não apenas com o a expropriação econômica, mas, sobretudo, com o a destruição dos laços sociais, do corpo que vivencia a cidade de uma maneira distinta, muitas vezes, das relações pautadas somente pelo valor de troca e pelo universo das mercadorias e da propriedade privada.

É possível afirmar, então, que a luta e a resistência pela permanência dos moradores entrevistados das quatro comunidades – Vila Autódromo, Vila Recreio II, Rio das Pedras e Barrinha – se apresentou, ao longo dos períodos de remoção, enquanto práxis do vivido, apontando para a possibilidade de transformar a realidade vivida em algo distinto da subsunção à vida cotidiana. Portanto, a hipótese que percorre essa segunda parte da tese é a de que a radicalidade das expropriações na produção do espaço urbano da Barra da Tijuca se coloca enquanto um processo da destituição do vivido, sinalizando para a impossibilidade desses moradores construir coletivamente uma sociabilidade distintiva daquela marcada e determinada pela forma mercadoria. Uma sociabilidade que se materializaria pela construção e vivência em espaços coletivos, abrindo-se à possibilidade da formulação de uma nova sociedade e um novo espaço.

Portanto, a destituição do vivido se coloca enquanto estratégia necessária para a acumulação do capital relacionado aos setores imobiliários na Barra da Tijuca: o movimento de constituição da fronteira urbana, que necessitou da mobilização do alibi da centralidade para a representação e forma do urbano, tem, por pressuposto, a radicalidade dos processos expropriatórios da população trabalhadora com rendimentos intermitentes, a destruição dos

laços sociais, das relações de vizinhança, da comunidade – em um sentido de pertencimento com o lugar, que continha não só o espaço da moradia, mas da constituição da vida.

Somente a prática, o encontro com o outro, a luta e a resistência, podem colocar em movimento a potencialidade para que haja a construção de algo novo, de um caminho que possa ser construído em direção à superação da acumulação das riquezas e da propriedade privada, e à produção de uma utopia.

Redes intrincadas, relações que se afirmam interferindo mutuamente, ocupam esse espaço. Sua homogeneidade corresponde a alguma coisa: por um lado, a vontades, estratégias unitárias, lógicas sistematizadas; por outro, a representações redutoras e, conseqüentemente simplificadoras. Ao mesmo tempo, porém, acentuam-se as diferenças no povoamento desse espaço que, como espaço abstrato, tende ao homogêneo (o quantitativo, o espaço geométrico e lógico). Daí resulta um conflito e um curioso mal-estar. Esse espaço, de um lado, tende para um código único, para um sistema absoluto, o da troca e do valor de troca, da coisa lógica e da lógica da coisa. Ao mesmo tempo, ele se torna pleno de subsistemas, de códigos parciais, de mensagens e de significantes que não entram na conduta unitária que esse espaço estipula, prescreve, inscreve de todas as maneiras (Lefebvre, 2019, p.183-184).

Do ponto de vista empírico, a análise que movimenta esta segunda parte da tese foi baseada nas pesquisas de campo, primeiramente realizadas na comunidade Vila Autódromo com grande parte dos atuais moradores e também com aqueles que aceitaram a negociação com o poder público para saírem das suas habitações em troca de um apartamento do Programa Minha Casa Minha Vida no condomínio Parque Carioca ou de uma indenização monetária, acordada frente às benfeitorias realizadas na residência. Em um segundo momento, foram conduzidas entrevistas com as lideranças de três outras comunidades localizadas na Barra da Tijuca e no Recreio dos Bandeirantes, ameaçadas ou totalmente removidas pelo poder público: Barrinha, Vila Recreio II e Rio das Pedras.

Determinados trechos de algumas das entrevistas realizadas com os moradores, transcritas no início do capítulo, nos levou à reflexão de que a luta pela permanência dessas famílias abarca um processo mais amplo do que a da moradia individual. As histórias de resistência dessas comunidades evidenciam uma luta pela permanência na cidade, nos espaços habitados e compartilhados que, em muitos momentos, foram construídos pelos próprios moradores, por meio de atividades coletivas e ao longo de muitos anos. A luta pela permanência os colocou diante da realidade da própria produção do espaço urbano, com os processos de segregação e com as possibilidades de transformação por meio do contato com o outro.

Logo, é necessário compreender o espaço enquanto um produto do trabalho humano, portanto, concreto, real e historicamente construído, por meio de um tempo e de uma sociedade,

de relações sociais concretas, um percurso que coloca como central a produção do espaço muito mais como processo do que como uma abstração, percebida enquanto ideias no âmbito do cotidiano.

Lefebvre (2013), problematiza a abstração enquanto produção da própria sociedade, sendo prática e também concreta: é uma abstração que entra na prática, que muda a vida, só tendo uma concretude na sociedade, por meio da prática. Desse modo, ele aponta como a problemática não advém da nossa cabeça somente como ideia, mas por meio de uma vivência real. O autor percorre um movimento que aponta para como a forma mercadoria orientaria as relações sociais, redefinindo essas relações, ou seja, como a mercadoria, enquanto relação social, é uma abstração, como já apontado por Marx (1978), que penetra na prática e redefine as relações e, portanto, a preocupação encontrada em muitas obras lefebvrianas (1991, 2013, 2019), foi de sempre frisar que o espaço não é um vazio, mas um produto social, no âmbito das relações reais de produção.

O ponto de partida para analisar e compreender a prática social que se realiza no espaço, não mais apenas como um espaço matemático – racional, lógico e meramente descritivo – seria por meio das contradições: como a sociedade vivencia a produção da materialidade e uma possível abertura ou caminho para ir além da reprodução das relações de produção. Nesse âmbito, Lefebvre (2013) afirma ser importante reconhecer que o capitalismo não é homogêneo, mas que também detém contradições, interesses que movem ou destroem a produção do espaço. O autor aponta, assim, para a problemática da produção do espaço enquanto concreta e real, sendo sua principal preocupação entender como a sociedade se reproduz produzindo uma condição em que a positividade da técnica não resolve os problemas sociais mais latentes.

Lefebvre (2013) debruça sua análise para as contradições reais, para o concreto, mas também para as abstrações que penetram nesse real e o modificam ou o moldam almejando a criação de modelos mentais que devem ser seguidos de forma a criar uma pretensa homogeneização socioespacial. O autor enfatiza que o sistema não busca o conflito, mas uma coesão, uma harmonia, obscurecendo e, cada vez mais, produzindo um espaço que se afasta da realidade vivida, deixando-a cada vez mais abstrata, também no processo de conhecimento, por meio das ciências parcelares e de uma compreensão fragmentada desse mundo. O projeto de ruptura, nesse aspecto, é teórico, prático e político, mas não enquanto uma somatória de níveis: eles se interconectam, são partes constitutivas de uma totalidade da análise que Lefebvre (2013) frisa em diversos momentos. Não se pretende enquanto um modelo a ser seguido, não se apresenta tal qual uma verdade absoluta, mas é um caminho, um movimento de pesquisa.

Portanto, para o autor (*ibidem*), o espaço não é um lugar passivo, mas contém um lado ativo, operacional e instrumental dentro da hegemonia capitalista e, para compreender como se dá esse imbricamento entre as relações concretas e abstratas e suas mediações, ele propõe a tríade, como um instrumento metodológico de análise, sendo fundamental perceber a dialética entre os três termos:

A tríade percebido-concebido-vivido (que em termos espaciais pode ser expressa como prática do espaço-representações do espaço-espacos de representação) perde seu alcance se lhe for atribuída a condição de "modelo" abstrato. Ou capta o concreto (como outra coisa que não o "imediate") ou então tem apenas uma importância limitada, a de uma mediação ideológica entre tantas outras.

Que o vivido, o concebido e o percebido se encontrem, para que o "sujeito", o membro de um determinado grupo social possa passar de um a outro sem confusão, é algo que tende a se impor. Eles constituem um todo coerente? Talvez em circunstâncias favoráveis eles possam ser, uma vez que uma linguagem comum, consenso e código tenham sido estabelecidos (Lefebvre, 2013, p.99 – tradução nossa)¹⁵⁴.

Como estabelece Lefebvre na citação acima, o embate entre o concebido, o realizado e o vivido se articula com a tríade da concepção e produção do espaço pelo Estado, sendo, portanto, indissociáveis. O espaço concebido traz os elementos do planejamento em sua estrutura, normatizando as ações da vida que são controladas e que devem ser pautadas dentro de um espaço teoricamente neutro, mas que oculta suas próprias contradições. A dimensão do vivido coloca em relevo o espaço concebido, por ser o plano da realização da vida, que se dá nesse espaço normatizado, mas que almeja mudá-lo a partir da prática socioespacial. “Nesse sentido, surge o novo com potencialidade que emerge da vida, talvez na sua forma mais radical, dada pela necessidade da sobrevivência [...] Estamos falando do limite de manter-se vivo em nossa sociedade” (Alves, G. 2019, p.559). A dimensão do vivido acentua o espaço percebido através do corpo, visto que a prática é socioespacial e articulária as outras duas dimensões.

No nível do vivido, haveria também o percebido, enquanto uma “zona de penumbra” – a realização da vida cotidiana, onde a mercadoria e os processos da troca permeiam os tempos da vida e os espaços designados para atos específicos. A alienação que caracteriza a sociedade capitalista impõe, no cotidiano, signos e representações, regras e atitudes, que são não apenas

¹⁵⁴ “La tríada percibido-concebido-vivido (que en términos espaciales puede expresarse como práctica del espacio-representaciones del espacio-espacios de representación) pierde su alcance si se le atribuye el estatuto de un "modelo" abstracto. O bien capta lo concreto (como algo distinto de lo "inmediato") o entonces sólo tiene una importancia limitada, la de una mediación ideológica entre muchas otras.

Que lo vivido, lo concebido y lo percibido se reúnen, de suerte que el "sujeto", el miembro de un grupo social determinado puede pasar de uno a otro sin confusión, es algo que tiende a imponerse. ¿Constituyen acaso un conjunto coherente? Quizás en circunstancias favorables puedan serlo, una vez establecidos un lenguaje común, un consenso y un código”.

parte do modo como as relações sociais se estabelecem, mas se traduzem na produção do espaço onde a vida se realiza. Dessa forma, a fragmentação dos espaços se traduz na vida pelas mediações impostas pelo mundo das mercadorias, conforme apontava Lefebvre (2013, p.388 – tradução nossa):

Assim, não há espaço global (espaço concebido) de um lado e, por outro, um espaço fragmentado (espaço vivido), como se houvesse um cristal intacto aqui e ali um vidro ou espelho quebrado. O espaço é total e quebrado, global e fraturado. Do mesmo modo que é concebido, percebido e vivido¹⁵⁵.

As incursões a campo e as análises das entrevistas nos levam a refletir sobre as contradições e conflitos que se estabelecem na vida cotidiana e na reprodução dos sujeitos sociais, enquanto especificidades próprias de uma luta pelo espaço representada, no caso estudado, pelos embates entre as necessidades e desejos dos moradores das comunidades, que se pautam no uso do espaço, e os interesses dos poucos proprietários fundiários da Barra da Tijuca e do Estado, presentes na constituição da fronteira de expansão do capital da metrópole do Rio de Janeiro. A dialética entre os processos mais gerais da produção do espaço não estão, portanto, apartados do espaço e do tempo nos quais as relações sociais cotidianas se inscrevem. Como salienta Alvarez (2013), o espaço abstrato, projetado, não substitui totalmente as contradições presentes no plano do vivido, na realidade prática, o que dá origem às remodelações de fragmentos selecionados do espaço e aprofunda sua segregação, acentuando as contradições que são inerentes à própria produção do espaço.

A radicalidade desse processo culmina na destituição do vivido, dos corpos e da vida social da população trabalhadora que, em muitos momentos, procura resistir por meio da luta pela permanência no lugar, aqui apontado enquanto identidade e pertencimento (Carlos, 2007b). Os moradores das comunidades que resistiram e resistem a esse processo mais geral de expropriação urbana, ao longo de todos os momentos já apontados da valorização da terra na Barra da Tijuca, sofrem um processo de perdas materiais relacionadas à sua habitação, mas passam, principalmente, por um encadeamento de perdas sociais, do corpo e das relações afetivas que são apagadas pelos processos de remoção. Nesse sentido, o conceito que será aqui problematizado, denominado de destituição do vivido, traz elementos que procuram refletir sobre como os bens de uso coletivo e os locais de moradia nessas comunidades são repassados

¹⁵⁵ “Así pues, no hay no espacio global (espacio concebido) de un lado y de otro un espacio fragmentado (espacio vivido), como si aquí hubiera un cristal intacto y allá un cristal o un espejo roto. El espacio es a la vez total y quebrado, global y fracturado. Del mismo modo que es a la vez concebido, percibido y vivido”.

à esfera privadas, principalmente de grupos econômicos locais, seja para valorizar os empreendimentos já concretizados, seja para abrir espaço para novas construções.

Procura-se questionar que, para além desse processo que tem um fundamento econômico e de dominação a partir do Estado, há uma dimensão sobre a vida e os corpos das pessoas. A pesquisa empírica realizada com visitas a comunidades que resistem a processos de tentativas de remoção na Barra da Tijuca há muitos anos, mostra que, de fato, todas as coações e violências, todo o processo se realiza pelo corpo: as pessoas perderam não só os seus bens comuns de vida, o local comum de vida, mas, principalmente, a rede de solidariedade que compunham os mecanismos próprios ao cotidiano dessas famílias. Alguns perderam a própria vida nesse processo, ou a tiveram ameaçada, o que contribuiu para muitas perdas dentro do próprio processo de resistência ao plano da expropriação praticada pelo Estado em parceria com as empresas privadas.

A análise aqui procura, enfim, compreender, mesmo que por meio de um pequeno fragmento espacial da metrópole carioca, como se realiza o movimento que atinge as pessoas, os corpos, determinando quem pode ou não pode permanecer na cidade, ou até mesmo viver. Como questiona Butler (2020), quais corpos merecem ser protegidos de ações violentas praticadas pelos entes públicos e privados e quais corpos precisam lutar para ter essa proteção? De que maneira se realiza o processo mais amplo, de uma retirada de bens materiais como o espaço da casa, da vida comunitária, de modos de vida baseados em ações coletivas e solidárias, para a maior integração desses corpos e desses espaços no circuito econômico do capital pautados pelo valor de troca e pelas mercadorias?

Do ponto de vista da produção do espaço como produto imobiliário, a Barra da Tijuca se inscreve hoje enquanto uma fronteira do capital relacionado ao setor imobiliário, que precisa irremediavelmente da expulsão da população trabalhadora que reside na área para garantir a lucratividade almejada, seja para produzir sobre as áreas ocupadas por essa população, ou simplesmente porque a existência de seus espaços de vida constitui uma barreira aos processos especulativos com a propriedade imobiliária. E ainda, porque as redes de solidariedade e experiências comuns precisam ser destituídas, aumentando a centralidade da propriedade privada. Há uma razão propriamente econômica ao processo, vinculada às possibilidades de ganhos com a valorização e a especulação, mas a expropriação se insere também no campo mais geral da luta de classes no urbano, visando destituir as possibilidades do encontro, das experiências políticas e, a noção de pertencimento, construída a partir do lugar.

Se, em um primeiro momento, a presença dessa população foi necessária para dar uso ao lugar, iluminando uma valorização futura e, ao mesmo tempo, servindo como fonte de mão

de obra barata para as empresas de construção e na manutenção dos condomínios fechados destinados à elite carioca, ela agora precisa ser removida, retirada dessa terra, para a realização de um novo momento da acumulação.

Há, portanto, uma luta pelo espaço, no sentido de que a produção do espaço urbano implica na impossibilidade da realização da vida para parte da população. A destituição do vivido é necessária enquanto uma radicalidade desse processo, para a realização da produção do espaço mediado pela propriedade privada e pelas relações de troca.

Existe um valor objetivo e material das propriedades, da habitação e dos espaços de uso coletivo dentro das comunidades, ou seja, são valores de uso enquanto atividade principal, servem à realização primeira da vida, do descanso dos corpos dos trabalhadores, do lazer e da sociabilidade. Estão inseridos também no circuito mais geral da troca, visto que existem pequenos comércios necessários à manutenção da vida, por exemplo, uma vez que os moradores são constituídos, em sua maioria, por trabalhadores com um poder aquisitivo intermitente. A pesquisa empírica revelou ainda que muitas das experiências individuais se constituem somente por meio da vivência coletiva, no âmbito social. Seria então possível afirmar que a fragmentação das comunidades, aqui estudadas, até a perda total de seu sentido enquanto propriedade comum, coletiva, perde seu caráter de apropriação ou a própria resistência teria a potência para transformar novos usos e novas relações nesses espaços?

As resistências, nesse contexto, são compreendidas, primeiramente, como uma das formas de negação aos processos que compõem a segregação socioespacial, como discute Ribeiro, (2012). A partir delas, é possível compreender o processo de apropriação do espaço, do uso cotidiano e das práticas sociais que se realizam no plano do vivido, e que se contrapõem aos processos de mercantilização da terra urbana e aos interesses privados e públicos, os quais são mediados pela cidade, mas se estabelecem em ações econômicas e políticas que se encontram no plano global. Ao mesmo tempo, as resistências evidenciam o caráter contraditório que se estabelece no plano do vivido, porque o vivido não é puro, não pode ser idealizado, como um nível descolado dos interesses, ideologias e das relações sociais de produção, ele está imbricado aos planos político e econômico. Dessa forma, estudar os conflitos pela moradia urbana pressupõe entender que os próprios processos cotidianos do vivido estão pautados também pelo mercado, pela troca e pelo valor que adquire socialmente a propriedade privada.

A própria vida cotidiana dos moradores entrevistados se realiza, em inúmeras passagens, como uma transgressão diária: é preciso superar todos os dias os obstáculos que se apresentam, principalmente no que diz respeito aos serviços públicos básicos tais como saneamento, luz elétrica e transporte público; é preciso lidar com preconceitos e estigmas

sociais que, invariavelmente, associam comunidades à violência e criminalidade; é, portanto, tornar diária a luta para morar na cidade. Como é possível depreender dos pequenos fragmentos de algumas das entrevistas dos moradores das comunidades estudadas, a luta pela permanência se tornou, em um primeiro momento, um mecanismo de sobrevivência, para permanecer habitando um espaço social construído e partilhado ao longo de muitos anos.

A reflexão que a pesquisa coloca é que o conflito pela terra urbana traz uma dimensão da própria luta de classes, agora inserida dentro do processo de reprodução do urbano, sendo este entendido como produto e condição para a realização do próprio processo de reprodução do capital, como discute Carlos (2011), com suas inúmeras contradições e conflitos, que abarcam todos os momentos da vida cotidiana. Ao mesmo tempo em que é produto do processo mais amplo de reprodução do capital, também é condição e produto das necessidades de realização da vida, o que causa as contradições e os conflitos pelo espaço.

No processo de produção da Barra da Tijuca como fronteira imobiliária, fica evidente o papel que a propriedade da terra, concentrada nas mãos de apenas quatro famílias, exerceu na definição das estratégias de produção e valorização do espaço. Se, por um lado, a posse e o domínio das terras por esses proprietários ainda aparecem enquanto um processo legalmente nebuloso, de outro, o domínio real exercido sobre elas é claro e se realiza em consonância com ações e intervenções do Estado, através da elaboração de planos e execução de obras que valorizam seletivamente o espaço, conformando “eixos” de valorização que vão se constituindo ao longo das últimas décadas.

O exercício desse domínio tem por objetivo assegurar que as frações de terra que são empreendidas em novos produtos imobiliários e/ou equipamentos esportivos e infraestrutura, engendrem um processo de valorização e especulação, que é potencializado pelo padrão das construções, e destinadas a um público específico, em termos de rendimentos. Desse modo, a morfologia expressa a mercantilização total do espaço, a homogeneização social pretendida e a produção do espaço urbano como negócio. Essa tendência implica na absorção de recursos públicos estatais por grupos privados, evidenciada não apenas na construção das obras que orientam a valorização, mas também no uso gratuito da tecnocracia estatal para elaboração de planos urbanos e de consultoria aos proprietários fundiários e construtores.

Além disso, a remoção de comunidades pelo Estado também revela que um processo de expropriação cada vez mais radical é inerente às estratégias de valorização. A remoção da antiga Vila Autódromo, por exemplo, deu lugar a construção de uma estação de BRT e sua bilheteria, bem como novos traçados para as diversas entradas do Parque Olímpico e ampliação das avenidas adjacentes. Viabilizou, indiretamente, a construção do Ilha Pura nas terras

pertencentes à Carvalho Hosken, o futuro empreendimento Lagoa da Barra, bem como o eixo de valorização do Centro Metropolitano.

Por isso, coloca-se como necessária uma reflexão sobre o papel da expropriação enquanto um movimento que é intrínseco à própria expansão do sistema capitalista em seus momentos de acumulação e crise. Diante da constituição da Barra da Tijuca, enquanto uma fronteira de expansão do capital ligado ao setor imobiliário, a pesquisa procurou considerar se o processo da acumulação primitiva, como discutido por Marx (2017a), ainda é uma chave explicativa para compreender a acumulação da riqueza e a amplificação dos processos de expropriação da classe trabalhadora, agora estabelecidos no urbano. A destituição do vivido, no processo de produção do espaço urbano, implicando não apenas a dimensão econômica ou política desse processo, mas abarcando também a dissolução de relações pessoais, de vivências, de memórias, de trajetos e encontros, seria um desdobramento desse movimento? Tais reflexões orientam a exposição a seguir.

4.1. Acumulação primitiva, despossessão e expropriação

Esse mundo me mostrou Rio de Janeiro, me mostrou São Paulo, me mostrou tanta coisa né? Me mostrou as grandes cidades, lindas, enquanto eu lá tem que montar num burrinho, pra mim andar 10km eu levo 2, 3 horas em sol quente; me mostra agora ônibus, me mostra várias coisas que eu vou de um lugar pro outro; me mostra também uma possibilidade de ganhar dinheiro. Me diz, me conta uma história dizendo que se eu for pra lá eu vou ficar rico, que eu vou isso, vou aquilo, vou evoluir, vou estudar... vou não sei o que. Esse mundo, esse tal mundo me contou uma história muito bonita, esse mundo me convenceu e eu agora fui descobrir por quê. Porque aqui tinha alguns poucos, mas alguns que tinha muito dinheiro, e ele queria fazer esse dinheiro dele dar muita cria. [...]

Então a gente tava em pequenas propriedades, tava aqui e ali, e tava vivendo bem, tava tranquilo, cada um no seu canto, com a sua realidade. Mas daí juntou várias realidades, trouxe tudo na cidade, nos empilhou nas beira de rio, nas ponta de morro, nos jogou lá igual lixo. Não organizou nada, não deu educação, não deu direção, não deu nada pra nós. [...]

E esse milionário daqui que me botou na beira do rio, [...] na aba do morro, em tudo que é lugar onde não tinha valor nenhum, Barra, Recreio e tudo mais, hoje ele quer esse local que eu tou, esse local agora vale dinheiro, entendeu? Ele quer esse local para ganhar mais dinheiro ainda. Aí eu penso: então vou voltar pro meu lugar. Chego lá, esbarro com ele lá, porque ele ganhou tanto aqui que ele comprou lá também. Ele ganhou tanto aqui, ele é dono daqui e agora ele é dono de lá também e aí ele não precisa de mim em nenhum dos dois lugar, e agora?

O trecho acima foi extraído da entrevista realizada com Jorge em 29 de maio de 2019, antigo morador da Vila Recreio II, comunidade totalmente removida pelo poder público em

2011¹⁵⁶. Como esse pequeno trecho da entrevista revela, houve uma luta pela permanência dos moradores da comunidade e, nesse processo, uma conscientização política dos moradores que estiveram à frente da resistência. A percepção mais latente é de que a mão de obra trabalhadora vinda do nordeste brasileiro, foi essencial para a construção da infraestrutura na Barra da Tijuca, necessária, portanto, nos momentos de constituição da fronteira urbana, da passagem da terra rural para a urbana e sua posterior valorização por meio, principalmente, de obras viabilizadas ou até mesmo realizadas, pelo poder público.

O que a entrevista revela, sobretudo, é que a expropriação dos meios de produção se coloca como um movimento permanente na vida da classe trabalhadora, que demanda também os locais da vida, onde a vida dessa população acontece, do local a partir do qual se vive o mundo.

No capítulo 23 do Livro I de *O Capital*, Marx (p.689-784, 2017a) analisa o que define como sendo a Lei geral da acumulação capitalista enquanto o sistema base do próprio capital, de um processo de antagonismo entre as classes sociais e como o resultado social e político da lógica própria da exclusão: o capitalista exclui o trabalhador dos meios de produção para então o incluir como mão de obra – por isso, ele só pode incluir se ele excluir e vice-versa. Marx se refere à lei como particularidades de cada caso, não enquanto uma lei que se impõe em todos os momentos, sendo como uma força que vai sugando, trazendo para dentro do sistema e vai multiplicando, dependendo de cada fase do processo de acumulação e também de cada local e cada período. O que vai predominar nesse processo, como o autor salienta, são os processos de inclusão e de exclusão, dependendo do momento e das estruturas de cada período. A lei geral de acumulação seria então a produção das duas almas antagônicas e esse conflito entre elas, que tende a ser sempre mais radical: do trabalhador contra o trabalhador, do capitalista contra o capitalista, do capitalista contra o trabalhador e vice-versa, sendo, dessa maneira, um sistema cuja base é o conflito social.

Quando Jorge, em seu relato, coloca o movimento da própria classe trabalhadora que construiu a Barra da Tijuca ao longo dos anos, agora impossibilitado, por meio de ações dos proprietários fundiários e do poder público, de permanecer nesses mesmos espaços que ela construiu, sinaliza justamente para como a destituição do vivido se coloca hoje, como o momento de acumulação necessário para a própria valorização pretendida para esse fragmento espacial na metrópole carioca. Igualmente, o movimento reverso, de tentar retornar para sua

¹⁵⁶ A justificativa para a remoção foi a necessidade de alargamento de avenidas para a construção do BRT Transoeste, que ligaria o Recreio dos Bandeirantes a Guaratiba e Santa Cruz, por meio da abertura do Túnel da Grota Funda.

cidade de origem à procura de trabalho e de um pedaço de terra em que pudesse viver, foi-lhe negado por meio do mesmo processo de acumulação ampliada, enquanto um excedente dispensável ao processo de produção do capital. Sua mão de obra, como a entrevista revela, não é mais necessária e, portanto, nem seu corpo, e em última instância, nem sua vida.

As “leis naturais de produção” garantem a manutenção do processo de produção, com o trabalhador sendo forçado a vender sua força de trabalho em troca de sua própria sobrevivência. Ao longo da consolidação do processo capitalista de produção, a naturalização recai sobre a vida dos trabalhadores, “isto é, à dependência em que ele mesmo se encontra em relação ao capital, dependência que tem origem nas próprias condições de produção e que por elas é garantida e perpetuada” (Harvey, 2014, p. 125). Como já alertava Marx (2010), a violência passa a ser incorporada no próprio processo econômico, de forma mascarada, sendo utilizada enquanto um mecanismo de repressão, especialmente em momentos de crise do capital.

Marx (2017a) também apontava em suas análises que a acumulação primitiva, além de ter sido um processo essencial na transição dos sistemas econômicos feudais para o capitalismo na Europa e em outros países do mundo, continuaria a desempenhar um papel crucial dentro do próprio movimento de acumulação, de forma ampliada, como uma continuidade própria da separação violenta do homem dos seus meios de produção, constitutiva, ela também, do próprio modo de existência do sistema em si. Em nossa compreensão, suas análises permitem entender elementos que são constitutivos da vida da população que é expropriada, mostrando como os processos econômicos sempre foram partes intrínsecas às próprias relações sociais, impactando e moldando a maneira como os indivíduos se relacionavam entre si, como vivem em uma sociedade subsumida aos processos do capital.

No capítulo 24 do tomo I de *O Capital* (p. 785-833, 2017a), Marx dedica-se a uma análise mais profunda da expropriação, quando faz uma análise da categoria que denomina de acumulação primitiva, enquanto uma forma de acumulação prévia ao modo de produção capitalista, “seu ponto de partida” (Marx, 2017a, p.785). Na análise do autor, foi necessário um momento historicamente definido que propiciou o surgimento do sistema capitalista, baseado prioritariamente, na separação do trabalhador dos seus meios de produção, forçando-o a vender sua força de trabalho para sobreviver, “processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados” (Marx, 2017a, p.789). A expropriação das terras comunais, dos meios de subsistência e das ferramentas do trabalho foi a condição necessária à formação e acumulação de capital que, Marx salienta, foram roubados do trabalhador de forma violenta, principalmente no período histórico de transição do modo feudal de produção na Europa:

Os roubos dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado inteiramente livre (Marx, 2017a, p.804).

O autor faz um relato detalhado sobre o que ele denomina de os três momentos históricos dessa transição na Inglaterra, “o prelúdio da revolução que criou as bases do modo de produção capitalista ocorreu no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI” (Marx, 2017a, p.789). Resumidamente, esses momentos assumirão as formas da dissolução das pequenas propriedades de subsistência feudais para monopólios de terras transformados em pastagem de ovelhas e posterior produção de lã, através de inúmeras leis, decretos e, acima de tudo, usurpação de terras comunais; pela Reforma Protestante e anexação dos bens e terras pertencentes à Igreja católica e por fim, por um processo denominado de “*clearing of estates*” (clareamento das propriedades rurais, o que significa, na verdade, varrê-las de seres humanos)” (Marx, 2017a, p.800)¹⁵⁷. Em Marx, portanto, a expropriação é o cerne da acumulação primitiva e, dessa forma, da formação do capital.

Rosa Luxemburgo, no livro *A acumulação do Capital* (1985), retoma o debate sobre acumulação primitiva para discutir as crises do capital. A autora aponta que a lógica própria do processo de acumulação capitalista leva o sistema a buscar constantemente novos espaços para sua contínua reprodução. Nessa interpretação, dentro do processo de acumulação do capital, haveria sempre um excedente na produção que não poderia ser plenamente absorvido, gerando a necessidade de o capital constantemente ser reinvestido em novos processos produtivos, migrando para locais externos, ainda não dominados pelo modo de produção capitalista, como no movimento do imperialismo. Interessava à Luxemburgo (1985) provar a inviabilidade da acumulação do capital nas interpretações econômicas de sua época, que procuravam justificar

¹⁵⁷ Na passagem sobre o último processo de expropriação na Inglaterra no século XIX, no “clareamento de terras” realizado pela duquesa e Sutherland em propriedades suas na Escócia, Marx descreve como a duquesa se apropriou violentamente das terras de todo um condado para transformá-las em pastagens de ovelhas e como exterminou por meio de soldados britânicos, “aproximadamente 3 mil famílias” de suas casas: [em] “1825, 15 mil gaélicos já haviam sido substituídos por 131 mil ovelhas” (Marx, p.802, 2017a). Aos poucos sobreviventes foi permitido que habitassem em uma faixa de terra próxima ao mar, onde tiveram que mudar seus hábitos e sobreviver da pesca, “tornando-se anfíbios, vivendo, como diz um escritor inglês, metade sobre a terra, metade na água e, no fim das contas, apenas metade em ambas” (Ibidem). Depois de alguns anos, o autor descreve como o interesse por essas terras foi intensificado em função do comércio da pesca e como essas famílias foram expropriadas novamente de suas casas, da terra e das formas de sociabilidade.

que a resolução de crises dentro do sistema capitalista de produção poderia ser resolvida por si só, que haveria uma sintonia perfeita de funcionamento na reprodução do capital¹⁵⁸.

Nesse sentido, Luxemburgo (ibidem), colocava em evidência que o processo da acumulação primitiva não foi necessário somente no momento histórico de transição entre os modos de produção feudal e o surgimento do capitalismo na Europa, mas como um processo contínuo, intrínseco ao próprio sistema, necessário e mobilizado nos momentos de crise do capital, através da acumulação de recursos naturais e culturais de locais ainda não plenamente inseridos ao modo capitalista de produção¹⁵⁹. Segundo Simoni-Santos (2015, p.297), “é o reconhecimento de que as crises que abalam frequentemente os processos circulares e repetitivos de acumulação são gestados no interior e do mesmo modo de produção para o qual aparecem e se efetivam como negatividade”.

No caso já não se trata de acumulação primitiva, mas de um processo que prossegue inclusive em nossos dias. Cada nova expansão colonial se faz acompanhar, naturalmente, de uma guerra encarniçada dessas, do capital contra as relações econômica-sociais dos nativos, assim como pela desapropriação violenta de seus meios e produção e pelo roubo de sua força de trabalho (Luxemburgo, 1985, p.254-255).

No entanto, ao analisar que o sistema capitalista detém, dentro do seu próprio processo, um desequilíbrio nos ciclos de realização da mais-valia e encontra no deslocamento espacial, no imperialismo e nos processos de acumulação primitiva uma maneira para a sua expansão e reprodução, Luxemburgo vislumbrou a possibilidade para o fim do próprio sistema capitalista, ao apontar que a concorrência, cada vez mais aguda entre os países capitalistas frente às colônias, agravaria os processos de destruição dos recursos e culturas não capitalistas, o que poderia ser um fim ao ciclo da acumulação do capital. Como assinalou a autora, “A própria tendência de atingir essa meta do desenvolvimento capitalista reveste-se de formas que caracterizam a fase final do capitalismo como período de catástrofes” (Luxemburgo, 1985, p.305).

¹⁵⁸ A teoria proposta pela autora parte da publicação, no final do século XIX, do livro II de O Capital (Marx, 2014, p. 495-634), principalmente em relação a conteúdos desenvolvidos nos capítulos denominados de “Reprodução Simples” e “Acumulação por reprodução ampliada”, argumentando que a acumulação capitalista se daria por meio de um duplo aspecto. No primeiro deles, na produção, ela questiona que o excedente produzido não poderia ser plenamente absorvido pelos trabalhadores/consumidores e seria necessário, ou sua destruição, através do aumento no número de trabalhadores desempregados ou por meio de forças naturais como terremotos e secas; mediante a destruição dirigida pelas guerras, por exemplo; e por fim, por meio da expansão contínua do capital para locais ainda não capitalizados, que colocariam em evidência o segundo aspecto da acumulação do capital em sua fase ampliada, mediante o Imperialismo e destruição de formas de vida ainda não inseridas no processo de produção capitalista.

¹⁵⁹ Luxemburgo (1985), discute exemplos dos processos de acumulação primitiva na Índia (p.255 a 258) e Argélia (p.258 a 264) pela colonização inglesa e francesa respectivamente, no capítulo XXVII; na China (p. 265 a 270) no capítulo XXVIII; e dos Estados Unidos (p.271 a 281) e África do Sul (p.281 a 286) no capítulo XXIX.

Ao ancorar sua teoria na necessidade de transformar e inserir no sistema capitalista um estoque de reservas não plenamente capitalistas de forma progressiva, Luxemburgo colocava um limite físico que apontava como possibilidade para o fim do próprio sistema. Infelizmente, o capital, como afirmava Marx por toda sua obra, tem por pressuposto a acumulação em uma perspectiva sempre ampliada e circular, como discute Simoni-Santos (2010, p.36):

Para Marx, o fim da acumulação é o próprio processo de acumulação, numa dinâmica que escraviza o capital e todas as forças que lhe servem no cativeiro da valorização. Não compreender o capitalismo como origem ou afã de acumular por acumular ou de produzir por produzir barra a possibilidade de compreensão de que essa circularidade, que é própria do atual modo de produção, se ponha como a manifestação mais fiel do próprio processo de acumulação. Trata-se do pressuposto social da época mais atual. Realizar a mais-valia, sua produção, portanto, a partir de si mesmo é a condição ideal de reprodução capitalista. Ter de satisfazer demandas e necessidades humanas e sociais gera toda uma ordem de constrangimentos absolutamente indesejados do ponto de vista do afã pela acumulação.

David Harvey (2014), ao analisar as crises do sistema capitalista em sua vertente neoliberal do final do século XX, em diálogo com a teoria de Rosa Luxemburgo no capítulo denominado “A acumulação por espoliação”, sugere que a frente imperialista do capital, em sua acumulação primitiva, tal qual apontado pela autora, limitaria sua compreensão uma vez que a acumulação primitiva só poderia ocorrer em lugares que não estivessem submetidos plenamente ao modo de produção capitalista, como uma acumulação original do capital em um sentido “exterior” a ele próprio, por meio de uma análise espaço-temporal.

O autor argumenta que a violência do processo de expropriação seria própria do modo de produção capitalista desde sua origem e que sua expansão geográfica agora se realizaria em áreas já plenamente inseridas nesse modo de produção, através de uma categoria que denomina de acumulação por espoliação ou por despossessão, enquanto uma extensão ampliada do processo da acumulação primitiva em Marx (2017), mas que apresentaria características qualitativas diferentes. “A implicação disso é que a acumulação primitiva que abre caminho à reprodução expandida é bem diferente da acumulação por espoliação, que faz ruir e destrói um caminho já aberto” (Harvey, 2014, p.135).

Dessa forma, as crises de sobreacumulação explicariam melhor, para o autor, os processos da acumulação e reprodução ampliada do capital no neoliberalismo, cujo excedente de capital ou de força de trabalho necessitariam de meios de reinvestimentos produtivos ou tenderiam à desvalorização: “Se se deve evitar a desvalorização, é imperativo descobrir maneiras lucrativas de absorver os excedentes de capital. A expansão geográfica e a reorganização espacial proporcionam tal opção” (Harvey, 2014, p.78).

As formas possíveis para sanar as crises de sobreacumulação, como assinala o autor, se respaldariam primordialmente na reinserção produtiva via expansão geográfica ou reordenamento espacial e através da acumulação por espoliação, desvalorizando, destruindo ou reinserindo ativos para a estabilização econômica, ao alienar setores sociais ainda não inseridos no processo capitalista de produção, como a educação, a agricultura familiar, a água e a privatização de indústrias e empresas nacionais (Harvey, 2014). A expansão geográfica permitiria a extensão do sistema capitalista para locais ainda não plenamente inseridos ao sistema, bem como o reordenamento espacial, que poderia absorver os excedentes de forma lucrativa em espaços já previamente estruturados, mas reinseridos em um novo ciclo de reprodução.

As especificidades contemporâneas dos mecanismos da acumulação por espoliação apresentados por Harvey (2014) se ancoram, principalmente, em processos de privatizações de bens públicos nas mãos de poucos proprietários privados, bem como nos processos financeiros do endividamento, ligados ao movimento de financeirização do capital mundial e do sistema de crédito, impactando também no estabelecimento de perdas de direitos trabalhistas, conquistados de forma histórica. Como salienta Bensaïd (2008, p.65):

A privatização generalizada do planeta estende-se às informações, ao direito (prevalecendo o contrato privado sobre a lei geral), à solidariedade (seguro privado e fundos de pensão em oposição aos seguros mútuos e à seguridade social), à violência (na França, há mais seguranças e milícias privadas do que policiais “públicos”) e até mesmo aos presídios.

Ela vai ainda mais longe. A terra já era propriedade privada. Agora, trata-se das cercanias da cidade, com seus bairros protegidos e seus condomínios fechados em conglomerados urbanos que privilegiam a segurança pública para os abastados; a água, com a canalização lucrativa de Veindi e companhia; o ar, com o projeto de um mercado mundial de direito de poluir; o organismo vivo, com o frenesi do patenteamento, com a perspectiva plausível, a partir de agora, de um mercado de embriões e de clones ou de exploração privada do genoma humano. Esse estreitamento do espaço público reduzido a uma pele de onagro é cheio de perigos para a democracia, formal ou não.

Esse processo, como salienta Harvey (2014), não pode ser desassociado do papel central desempenhado pelo Estado, que exerce funções relacionadas à desregulamentação de leis, cobrança de impostos, privatizações e outros meios, e pelas agências internacionais, principalmente ligadas aos bancos e sistemas de crédito e débito, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, e se desdobraria na privatização de bens estatais; na regressão dos direitos trabalhistas; na mercantilização da natureza, dentre outros. “O cordão umbilical que une acumulação por espoliação e reprodução expandida é o que lhe dão o capital financeiro

e as instituições de crédito, como sempre com o apoio dos poderes do Estado” (Harvey, 2014, p.126).

Seria possível estabelecer que a produção do espaço na Barra da Tijuca, enquanto uma fronteira do capital relacionado aos setores imobiliários e fundiários, carregava elementos da acumulação primitiva ou da externalidade, como apontado respectivamente por Marx (2017a) e Luxemburgo (1985)? Ou que os processos agora identificados poderiam ser apontados nos termos propostos por Harvey (2014), de uma acumulação por espoliação ou por despossessão?

Acreditamos que algumas características, sendo a principal delas, a expropriação, se mantêm ao longo de todos os processos de produção do espaço, mas se intensifica e se radicaliza ao ponto da vida e do uso serem suplantados pelas relações de troca e pela propriedade privada. Nesse movimento, a destituição do vivido se apresentaria enquanto a impossibilidade do nascimento de uma utopia, do total apagamento dos corpos e principalmente das relações de sociabilidade presentes nas comunidades que sofreram ou sofrem processos de remoção, da impossibilidade da construção de um exercício político que nasce da e na resistência aos processos de expropriação e que carregariam a potencialidade do nascimento de algo novo. Esse debate implicaria uma reflexão que coloca a realização dos espaços da vida como central enquanto apropriação, ao passo que subsumido pelo cotidiano, nos termos trabalhados por Lefebvre (1991), ou seja, espaços da vida que são permeados por contradições e embates.

Mesmo inseridos de forma precária, exercendo trabalhos com remunerações intermitentes, os moradores entrevistados sempre estiveram subsumidos à vida cotidiana (Lefebvre, 1991), programada, com seus signos e representações próprios de um sistema capitalista de produção. Mas as relações sociais, o vivido, não eram necessariamente pautadas por relações de troca, e os processos de resistências parecem carregar o caráter de identidade e pertencimento das pessoas com o lugar (Carlos, 2007b), abrindo brechas para a constituição de momentos coletivos, de projetos em comum. A atual remoção desses moradores, no âmbito do eixo de valorização pretendido para essa parte da metrópole carioca, se concretiza por meio da realização dos Jogos Olímpicos, enquanto violência física e também social. Portanto, a radicalidade do processo de expropriação, característico do próprio sistema de acumulação do capital, requer também o apagamento desses corpos e dos modos de vida que se colocam enquanto barreiras à consolidação do processo econômico.

Uma análise que coloca em relevância a necessidade constante de mecanismos cada vez mais ampliados de expropriação para o próprio processo de sobrevivência do capitalismo, frente às suas crises, é trabalhada por Fontes (2010).

Para a autora (ibidem), a teoria e as formulações propostas por Luxemburgo (1985) foram importantes para os debates críticos sobre o imperialismo do início do século XX mas, assim como Harvey (2014), ela ressalta que a justificativa das externalidades oferecidas pela pensadora polonesa limitam a compreensão do próprio processo, de expropriação do capital em sua vertente interna às “condições sociais que estão na sua base” (Fontes, 2010, p.71), colocando em evidência que há um intrínseco imbricamento não homogêneo da acumulação capitalista, que “tende a eliminar qualquer externalidade, à medida em que impõe sua dominação, subalternizando e mutilando as relações sociais precedentes” (Ibidem).

Porém, para a pesquisadora brasileira, a teoria proposta por Harvey (2014), apesar de justamente criticar Luxemburgo (1985) quanto ao caráter necessariamente externo para a sustentação da sua teoria do imperialismo, acaba replicando o mesmo processo, ao apontar que o capital neoliberal dos anos 90 precisava da destruição de ativos já plenamente inseridos ao sistema de acumulação, mas que:

Tal como no caso da oferta de trabalho, o capitalismo sempre precisa de um fundo de ativos fora de si mesmo para enfrentar e contornar pressões de sobreacumulação. Se esses ativos, como a terra nua ou novas fontes de matérias-primas, não estiverem à mão, o capitalismo tem de produzi-los de alguma maneira (Harvey, 2014, p.119).

Para Fontes (2010), essa seria uma das três análises propostas pela teoria de Harvey (2014) que dificultariam a real compreensão do fenômeno da expropriação enquanto intrínseca ao próprio movimento da acumulação do capital atualmente¹⁶⁰. O autor inglês, segundo Fontes, acaba por sobrepor, em sua análise, uma prática à outra, mesmo que tente estabelecer um imbricamento entre as duas formas de expropriação, o que acarreta uma perda de relevância da própria luta de classes no momento atual.

O que a autora argumenta é que há justamente a intensificação dos processos de violência na atualidade, enquanto fundamental para a contínua extração de novas formas de acumulação. Tal processo se mostra evidenciado em nossa pesquisa, sendo fundamental para a compreensão da constituição da fronteira urbana na Barra da Tijuca e da expropriação radical da população trabalhadora, da destituição do vivido.

¹⁶⁰ Valendo-se de uma espécie de dualidade entre os países capitalistas, cujas formas de coação econômica teriam por pressuposto a exploração da mão de obra “livre” assalariada, denominada de acumulação produtiva por Harvey (2014), e seriam normalizadas dentro do processo de acumulação do capital em seus momentos de crise e uma forma que se apresentaria qualitativamente diferente, de uma acumulação predatória, com necessidade do uso da violência física como instrumento primordial para os processos de acumulação em sua forma originária, que seria mais presente em espaços ou países ainda não plenamente inseridos ao processo capitalista mais geral, ou seja, da existência de uma dualidade entre países de economia “avançada” e de países “subdesenvolvidos”.

A violência primordial do capital é permanente e constitutiva: a produção em massa da expropriação, sob formas variadas, em função da escala da concentração de capitais, jamais se reduziu ou “normalizou” em escala mundial. Mais ainda: esse fenômeno não resulta necessariamente de uma coexistência entre países capitalistas (“normalizados”) e não capitalistas (primitivos), mas, ao contrário, das formas históricas da expansão desigual do capitalismo, tanto no interior de cada país, quanto entre os países. Todos, porém, respondem crescentemente a uma mesma dinâmica social. Em outros termos, a normalização das relações capitalistas corresponde à expansão sempre mais truculenta, de expropriações, tornando normalizada a existência de massas crescentes da população do planeta necessitadas da venda de sua capacidade de trabalho e, deste ponto de vista, disponíveis sem a utilização de coerção direta pelo capital que as explora (Fontes, 2010, p.64-65).

Pelos autores até aqui analisados haveria, portanto, três linhas de consideração sobre o papel da acumulação primitiva em relação à sobrevivência do sistema capitalista em seus momentos de crise: sua continuidade, ou seja, o movimento do processo original do capital teria como natural seu seguimento, mesmo para locais não propriamente capitalistas - tese defendida por Luxemburgo (1985). Para Simoni-Santos¹⁶¹, interpretando os apontamentos de Luxemburgo (1985), seria o modo como a acumulação primitiva se estenderia, não estando presa nem na origem do capital, nem espacialmente a um local – ou seja, espaço-temporal, como elemento constitutivo da história do próprio sistema capitalista. Essa teoria representaria uma emancipação da acumulação primitiva de sua gênese geográfica e histórica, das relações com formações sociais, espaciais e institucionais não propriamente capitalistas, que necessitariam de uma “inclusão”, normalmente por meio de ações do Estado, como as guerras, por exemplo.

A segunda posição sobre o papel da acumulação primitiva ou originária do capital em seus ciclos de valorização posteriores é discutida por Harvey (2014), que considera a necessidade dos espaços ou ativos permanecerem “externos” ao sistema capitalista para a sobrevivência do capitalismo, mas também aponta para o fato de que a realização dos excedentes de produção pode ser absorvida, avançando sobre o meio, a população e o espaço já propriamente capitalistas.

Já para Fontes (2010), o hibridismo entre as formas de coação do capital seria parte constitutiva de seus ciclos de valorização, principalmente alavancados nos momentos de crise, onde as formas “primitivas” descritas por Marx (2017a), como o furto, a violência física, o saque, roubo, grilagem de terras entre outros, estariam inseridos no sistema capitalista, sendo a força viva do trabalho cada vez mais expropriada para que a acumulação possa ser distribuída

¹⁶¹ Tal discussão esteve presente nas aulas ministradas pelo Prof. Dr. Cesar Ricardo Simoni Santos no curso de pós-graduação em Geografia Humana “FLG5130 Urbanização e reprodução do espaço urbano no Brasil”, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP no segundo semestre de 2018.

entre as diversas frações do capital na atualidade. A destruição dos espaços que tiveram seus ciclos de valorização pretéritos para a criação de novos processos de acumulação por meio da abertura de fronteiras internas ou da reprodução dos espaços, se inscreveria como parte desse processo mais geral das formas de acumulação via expropriação.

Assim, reforça-se novamente a necessidade de uma problematização que coloque em evidência, na constituição da fronteira urbana na Barra da Tijuca, um processo cada vez mais ampliado de expropriações, cuja radicalidade se apresenta na destituição do vivido, no apagamento dos corpos e dos modos de vida que se apresentam de forma diferente nesse movimento.

A destruição dos laços de sociabilidade, formados e construídos por muitos dos moradores entrevistados das comunidades, se coloca nesse processo como necessário para que não haja mobilização, não exista a possibilidade da luta, do encontro com o outro, que potencialize as maneiras de pensar algo que se contraponha à propriedade privada e as relações da troca. O corpo enquanto forma de apropriação do lugar por meio de uma identidade com a moradia e com as relações sociais que se inscreveram nesses espaços e que foram destruídos ou totalmente modificados ao longo dos processos de remoção precisam ser melhor compreendidos quanto aos seus fundamentos e seus conteúdos.

4.2. A apropriação do lugar pelo corpo

Todo o espaço (social) vem do corpo, mesmo que sofra tais metamorfoses que o fazem esquecer, mesmo que dele se separe até morrer. A gênese da ordem distante não pode ser explicada exceto a partir da ordem mais próxima de nós, a ordem do corpo. No próprio corpo, considerado espacialmente, as sucessivas camadas de sentidos (do olfato à visão, tratadas como diferenças em um campo diferencial) prefiguram as camadas do espaço social e suas conexões. O corpo passivo (os sentidos) e o corpo ativo (o trabalho) conjugam-se no espaço e a análise dos ritmos deve servir à necessária e inevitável restauração do corpo total (Lefebvre, 2013, p.435 – tradução nossa)¹⁶².

Para Lefebvre (1991), o corpo individual é transpassado, a todo momento, pelas relações sociais que o constituem. Deste modo, o autor coloca o corpo em relação intrínseca com o espaço, lugar da práxis, que não pode ser dissociado, igualmente, dos níveis que o constituem, representados pelo embate constante entre a ordem próxima ou nível imediato (o

¹⁶² “El espacio entero (social) procede del cuerpo, aunque sufra tales metamorfoses que lo hagan olvidar, aunque se separe de él hasta matarlo. La génesis del orden lejano no puede exponerse sino a partir del orden más cercano a nosotros, el orden del cuerpo. Em el cuerpo mismo, considerado espacialmente, las sucesivas capas de sentidos (del olfato a la vista, tratados como diferencias en un campo diferencial) prefiguran las capas del espacio social y sus conexiones. El cuerpo passivo (los sentidos) y el cuerpo activo (el trabajo) se conjugan en el espacio El analisis de los ritmos debe servir a la necesaria e inevitable resttución del cuerpo total”.

vivido), e a ordem distante (as instituições), mediada pelo nível intermediário (a cidade), na procura por uma coesão do espaço e sua homogeneização e hierarquização, dialeticamente fragmentado e trazendo à tona os conflitos sociais que se estabelecem pelo e no espaço (Lefebvre, 2019).

Carlos (2007b) acrescenta que o uso representaria a apropriação por meio do corpo, o qual se vincula a uma identidade e à percepção do pertencimento a um lugar. Para a autora, não é possível que exista uma subsunção total da vida ao valor de troca, visto que o uso pressupõe a realização imediata da vida, nem sempre pautada somente pelas relações de consumo. Dessa forma, segundo a autora, é por meio de uma relação intrínseca entre o uso, a apropriação do lugar e a produção do espaço no capitalismo, que se coloca enquanto dominação por meio da propriedade privada, que abriria a possibilidade para uma compreensão do imbricamento entre os níveis local e mundial: “[...] os lugares da metrópole espelham o fato de que existe uma morfologia espacial hierarquizada e estratificada como produto de uma morfologia social diferenciada” (Ibidem, p.43).

Isto é, o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento a vida possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo. O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo *o lugar* se apresentaria como *ponto de articulação* entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento (Ibidem, p.14).

Seguindo esses pensamentos, é possível argumentar que a destituição do vivido se apresenta na pesquisa enquanto um processo que procura, por meio da destruição das relações concretas vivenciadas pelos moradores das comunidades em luta e resistência aos processos de remoção que se constituem no local, a impossibilidade da construção de uma superação aos processos mundiais de produção do urbano enquanto crise.

Como alertava Lefebvre (2016), as relações sociais dentro do modo de produção capitalista, são mediadas pela relação entre o valor de uso e o valor de troca no plano do valor; todas as relações sociais passam por essas “etapas” ou ligações de forma mediada, não direta. No entanto, como coloca o autor, as relações imediatas, quando o uso não necessita de nenhuma mediação do mercado, ocorrem nos interstícios da vida cotidiana; se apresentam enquanto momentos de festa, fruição, apropriação do lugar por meio do corpo social; persiste nos atos afetivos, na constituição do vivido.

Quando perdemos certas pessoas, ou quando somos despossuídos de um lugar, ou de uma comunidade, podemos simplesmente sentir que estamos passando por algo temporário, que o luto passará e que alguma restauração da ordem

anterior será alcançada. Mas talvez, quando passamos pelo que passamos, algo sobre o que somos nos é revelado, algo que delinea os laços que mantemos com os outros, que nos mostra que esses laços constituem o que somos, laços e elos que nos compõem. Não é como se um “eu” existisse independentemente aqui, e não simplesmente perdesse um “você” ali, especialmente se o apego ao “você” é parte do que compõe o eu. Se eu perco você, nessas condições, não apenas passo pelo luto da perda, mas torno-me inescrutável a mim mesmo. Quem “sou” eu, sem você? Quando perdemos alguns desses laços que nos constituem, não sabemos quem somos ou o que fazer. De certa maneira, acho que perdi “você” apenas para descobrir que “eu” desapareci também. De outra maneira, talvez o que eu tenha perdido “em” você, aquilo para o qual não tenho um vocabulário pronto, seja uma relacionalidade composta não exclusivamente nem de mim e nem de você, mas concebida como o *laço* pelo qual esses termos são diferenciados e relacionados (Butler, 2020, p.42).

Ao debruçar sua análise sobre os corpos que merecem ter sido “vividoss” e os corpos que não possuem nem o “direito” ao luto, Butler (2018, 2020), procura examinar como a representação social nos Estados Unidos, após os atentados do onze de setembro de 2001, produziram uma dualidade entre os corpos que são apresentados publicamente enquanto um processo de perda ou de um luto coletivo, e os corpos que não possuem essa condição¹⁶³. Para aprofundar essa análise, autora desenvolve o conceito de “vida precária” (Butler, 2020, p.157).

Não é nosso intuito adentrar esse debate, mas as formulações propostas por Butler (2018) possibilitaram reflexões no sentido de pensar como a vida, os corpos da classe trabalhadora moradora das comunidades da Barra da Tijuca sofrem justamente um processo de apagamento que se inicia pelo corpo, na constituição de uma vida e das relações sociais que se colocam como barreiras ao movimento da expansão da fronteira urbana e da acumulação das riquezas.

Dentro dessa discussão, Harvey (2015, p.136) adverte para uma necessária problematização do corpo enquanto um conceito que, na sua visão, não poderia ser colocado como “uma medida de todas as coisas”, principalmente ao pontuar que nosso corpo é, a todo momento, permeado pelos processos sociais em movimento, ou seja, é passível de absorver, ou mesmo repudiar, mudanças que se realizam no meio social em que vivemos. Nega-se assim, o carácter absoluto de um corpo individual e privado, afirmando-se uma identidade política capaz tanto de absorver como ser absorvido pelas relações que o cercam.

Corpos imersos num processo social como a circulação do capital variável nunca devem ser concebidos como dóceis ou passivos [...] E mesmo que o trabalho esteja em grande parte condenado, sob o domínio do capital, a

¹⁶³ “A perda de algumas vidas ocasiona o luto; de outras, não; a distribuição desigual do luto decide quais tipos de sujeitos são e devem ser enlutados, e quais tipos não devem; opera para produzir e manter certas concepções excludentes de quem é normativamente humano: o que conta como uma vida vivível e como uma morte passível de ser enlutada?” (Butler, 2020, p.13).

produzir as condições e instrumentos de sua própria dominação (tanto nas esferas do consumo e da troca como na produção ela mesma), as capacidades transformadoras e criadoras do trabalhador sempre trazem em si a potencialidade (por mais imaginável que possa ser nas atuais circunstâncias) de moldar um modo alternativo de produção, de troca e de consumo. Essas capacidades transformadoras e criadoras nunca podem ser eliminadas. Isso traz agudos problemas para a manutenção da autoridade do capitalismo [...] (Harvey, 2015 p.161)

A mera concepção do corpo, enquanto possibilidade política transformadora, não pode cair em um reducionismo que o coloque como portadores ou detentores de possibilidades de mudança do sistema capitalista em escala mundial por si só. A luta é ainda uma luta de classe, que se estabelece no e através dos copos e do espaço, que emerge como possibilidade no processo de realização da vida, mesmo que inserida por processos das relações de dominação e exploração.

“Só existe corpo político”, como adverte Poulantzas (2015, p.28). Para o autor, é necessário separar as dimensões que, por meio do Estado, impõe sobre o corpo do trabalhador dentro do capitalismo, as formas físicas da violência propriamente ditas, e aspectos que dizem respeito, sobretudo, ao poder que esse Estado exerce enquanto formas de manutenção desses corpos, por meio de ameaças e coerções. Nessa análise, não seria possível separar o corpo individual, naturalmente biológico, de sua própria constituição política, exercida no âmbito das próprias relações sociais circunscritas a produção do capital. A constituição desse adestramento dos corpos via Estado, para o autor, se daria sobre dois aspectos principais:

[...] pelas instituições que atualizam a sujeição corporal e a ameaça permanente de mutilação (prisão, exército, polícia); **pela instauração por parte do Estado de uma ordem corporal, que ao mesmo tempo institui e gera os corpos, dando-lhes forma, dobrando-os e encerrando-os nas instituições e aparelhos** (ibidem – grifos nossos).

Se, por um lado, os corpos são moldados para servirem ao capital por meio do que o autor denomina de “ordem corporal”, por outro lado, o movimento das resistências das comunidades da Barra da Tijuca mostrou que esses corpos têm atos de ruptura com a ordem vigente. A luta pela permanência no lugar abriu possibilidades para que os moradores, por meio do corpo, criassem um exercício político que também os moldou de maneira insurgente; que se constituem e se movem nos interstícios das coações e da violência do processo de produção do espaço que impacta o nível da realização da vida.

Na figura abaixo, elencaram-se por meio de algumas fotografias selecionadas ao longo de vários eventos realizados, momentos dessa insurgência, na constituição de um corpo político

no processo de luta pela permanência e na resistência contra os processos da destituição do vivido.

Figura 28 – O corpo que afronta enquanto ato político



Fonte: 1) Manifestação em frente à Prefeitura do Rio de Janeiro, fotografia registrada pela pesquisadora em 05 de agosto de 2015; 2) Manifestação dentro da Vila Autódromo, fotografia registrada pela pesquisadora em 04 de agosto de 2015; 3) Ocupa Vila Autódromo, fotografia registrada por © Luiz Cláudio em 16 de agosto de 2015; 4) Ocupa BRT, fotografia registrada por © León Dênis em 09 de fevereiro de 2018; 5) Barreira/porteira feita por moradores para entrada na Vila Autódromo, fotografia registrada pela pesquisadora em 04 de agosto de 2015; 6) Barreira/porteira, fotografia registrada por © Luiz Cláudio em 26 de junho de 2015.

A destituição do vivido, nesse aspecto, do apagamento dos corpos e das relações sociais enquanto potências para a formulação de uma utopia, se coloca enquanto um processo fundamental para a acumulação do capital, que procura barrar as possibilidades da formação de um corpo político que afronta e que almeja a realização de uma mudança. Os moradores da Vila

Autódromo e das outras comunidades estudadas, junto a seus apoiadores, nesse movimento, colocaram seus próprios corpos nas ruas e nos embates constantes com o poder público e com as empresas privadas durante o processo de resistência às remoções, mostrando uma potência contra hegemônica enquanto constituidores de um movimento que busca mudanças estruturais, que procura a utopia, a potência para uma virtualidade, nos termos trabalhados por Lefebvre (2019).

Federici (2017, p.33), ao discutir as expropriações sofridas pelas mulheres no processo de passagem do feudalismo para o sistema capitalista na Europa dos séculos XIV e XVII, e as mudanças decorrentes nos processos de reprodução da força de trabalho e da própria reprodução social, enfatiza que o “corpo é o lugar de uma alienação fundamental que só pode ser superada com o fim da disciplina-trabalho que o define”. Desse modo, para a autora, o corpo feminino deve ser compreendido no âmbito das diversas formas de expropriação, portanto, de uma indissociabilidade entre corpo e reprodução social.

Sua análise centra-se em uma determinada abordagem histórica que, segundo ela, não foi apropriadamente discutida ou desenvolvida por nenhum pensador marxista: o nascimento do modo de produção capitalista necessitou, na Europa, de um intenso processo de expropriação das mulheres, não só de seus bens materiais, como as terras comunais, mas, principalmente, da domesticação dos corpos e mentes femininos. A autora discute que, sem os princípios socialmente aceitos do papel feminino da procriação e dona de casa submissa, mãe e cuidadora da família, o processo de acumulação primitiva que foi essencial para o surgimento do capitalismo, não poderia ter sido plenamente realizado.

Como consequência, Federici (2017, p.31), afirma que uma guerra contra as mulheres foi perpetrada e colocada em prática através do movimento conhecido como “caça às bruxas”, onde mulheres que detinham propriedades rurais, e conhecimentos tradicionais transmitidos de forma oral de geração para geração, foram caçadas e mortas nas fogueiras por toda Europa: “[...] se na sociedade capitalista a “feminilidade” foi construída com uma função-trabalho que oculta a produção da força de trabalho sob o disfarce de um destino biológico, a história das mulheres é a história das classes [...]”.

Importante salientar que a autora não atribui a opressão de gênero nos seus aspectos sociais somente ao período do capitalismo, mas também discute o seu aprofundamento, principalmente no que tange à acumulação primitiva do corpo, dos simbolismos e da sexualidade femininos no mercado capitalista em processo de ascensão, como problematizado por Engels (2019, p.68): “a primeira opressão de classe coincide com a do sexo feminino pelo sexo masculino”.

Igualmente, Federici (2017, p.12) analisa que o trabalho doméstico feminino não remunerado será a base necessária para a própria produção capitalista até os dias atuais, “ao ser o trabalho que produz a força de trabalho”. A autora discute, portanto, o papel essencial exercido pelo Estado, pela criação de leis e ações efetivas para disciplinar os corpos femininos e as relações de gênero, desacreditando e modificando a imagem da mulher enquanto detentora de um conhecimento necessário para a vida em sociedade, como a parteira, a curandeira ou a anciã que usava o conhecimento em ervas e plantas selvagens para atenuar ou curar doenças, como bruxas, feiticeiras, que passam a ser vistas como um mal social a ser extirpado, cujos corpos precisam ser transformados em meros receptáculos reprodutores. Foi necessário combater a imagem da mulher que pensava de forma diferente e que não seguia as regras estabelecidas, como a esposa infiel, a que não queria se casar e conseqüentemente deixar de gerar mais mão de obra assalariada disponível futuramente para o capital. Logo, foram garantidos os processos da acumulação primitiva das terras, dos conhecimentos e do próprio corpo feminino, despossuído de sua vontade e forçado a ser uma máquina à serviço do capital – em escala ampliada, em um processo que se mantém, sob outros aspectos, como observa Federici (2017, p.27):

Cada fase da globalização capitalista, incluindo a atual, vem acompanhada de **um retorno aos aspectos mais violentos da acumulação primitiva**, o que mostra que a contínua expulsão dos camponeses da terra, a guerra e o saque em escala global e a degradação das mulheres são condições necessárias para a existência do capitalismo em qualquer época¹⁶⁴.

¹⁶⁴ Federici realiza essa discussão contrapondo o que Marx (2017a) haveria dito no tomo I de O Capital, no capítulo 24 “A assim chamada acumulação primitiva”, ao afirmar que a violência necessária nas primeiras etapas para o surgimento do capitalismo, não seria mais primordial em suas etapas posteriores, visto que haveria uma normalização do trabalhador por meio das leis econômicas. No entanto, no tomo III (2017b), há uma discussão sobre as formas ampliadas dos processos de expropriação enquanto constitutivas do próprio sistema capitalista, principalmente quando Marx fala sobre as contradições internas, na passagem: “Esse divórcio entre as condições de trabalho, de um lado, e os produtores, de outro, é o que forma o conceito de capital; um divórcio que tem início com a acumulação primitiva (Livro I, capítulo 24) aparece em seguida como processo constante na acumulação e na concentração do capital e, por fim, se expressa aqui na centralização de capitais já existentes em poucas mãos e na descapitalização de muitos (fenômeno no qual se converte agora a expropriação) (Marx, 2017b, p.286). Também dá ênfase sobre como as expropriações seriam partes constitutivas do sistema, ao discutir o papel do crédito e do capital portador de juros, na passagem: “Os triunfos e os fracassos levam aqui simultaneamente à centralização dos capitais e, portanto, à expropriação na escala mais alta. A expropriação se estende, então, desde os produtores diretos até os próprios capitalistas pequenos e médios. Tal expropriação forma o ponto de partida do modo de produção capitalista; realizá-la é seu objetivo; o que se busca, em última instância, é expropriar todos os indivíduos de seus meios de produção, que, ao desenvolver-se a produção social, deixam de ser meios e produtos da produção privada para se converter em meios de produção nas mãos dos produtores associados, portanto, em propriedade social destes últimos, uma vez que já são seu produto social. No interior do próprio sistema capitalista, porém, essa expropriação se apresenta como figura antagônica, como apropriação da propriedade social por poucos, e o crédito confere a esses poucos indivíduos cada vez mais o caráter de simples aventureiros (Marx, 2017b, p.498).

A discussão apresentada por Federici (2017) trouxe importantes reflexões acerca do papel das mulheres como lideranças das lutas contra os processos expropriatórios das comunidades da Barra da Tijuca, muitas delas formadas enquanto corpo político no próprio processo de remoção. As resistências aos processos de destituição do vivido trouxeram para a realidade da vida dessas mulheres da Vila Autódromo, da Barrinha e de Rio das Pedras, por exemplo, necessidades de se contrapor ao processo mais geral de acumulação do capital que, por meio das remoções, ameaçava as sociabilidades construídas por elas em suas comunidades e em suas famílias ao longo de tantos anos. A luta de classe no urbano se inscreve, nesse aspecto, pela insurgência dos corpos femininos que, na resistência, se colocam contra os processos de domesticação do capital e da padronização da vida cotidiana, almejando uma mudança que possa inscrever as relações de maneira distinta ao poder hegemônico dos proprietários fundiários e do Estado.

Como aponta Bensaïd (2008, p.52):

Mas as formas de opressão e de dominação têm uma história. Elas se transformam com o conjunto das relações sociais. Uma formação social dominada pelo critério do lucro produz uma estreita imbricação entre divisão social e divisão sexual do trabalho, uma mutação das relações entre esfera privada e esfera pública, uma transformação do papel da família, uma desvalorização do trabalho doméstico em relação ao trabalho assalariado. Se relações de classe e relações de sexo são irreduzíveis umas às outras, então elas se determinam e se condicionam reciprocamente, de tal forma que não se poderia lutar de maneira eficaz contra a opressão sem lutar também contra a exploração.

Fontes (2010) argumenta que é possível encontrar nas próprias produções de Karl Marx, inúmeras passagens onde o autor enfatiza o caráter permanente da acumulação do capital em escalas cada vez mais ampliadas, que continuam precisando da violência explícita como condição social para sua reprodução. A autora se debruça sobre como as expropriações, em seus mais diversos níveis e dimensões, continuam sendo essenciais à manutenção do sistema capitalista, não como algo exterior ao ciclo de acumulação, mas intrínseco a ele: “as expropriações constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de se estabilizar, aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista” (Fontes, 2010, p.45).

Ora, a totalidade da forma capital – em sua potência expropriadora, base da subordinação das forças de trabalho – não é homogênea e move-se através de procedimentos históricos variados, híbridos, desiguais. Promove fraturas profundas no interior das classes subalternas e, se tais fraturas forem recobertas de preconceitos e segregações diversas, ainda permitem que apenas o próprio capital se apresente como “universal” (e, neste caso, com forte cunho eurocêntrico), enquanto todas as demais relações seriam apenas formas

específicas e insuperáveis, marcas culturais sempiternas, culpa inexplicável dos segmentos mais frágeis (Fontes, 2010, p.87).

Como a autora adverte (Ibidem, p.44), é fundamental salientar que nem todas as expropriações partem ou são decorrência do capitalismo, mas que, sem dúvida, o “predomínio do capital no plano mundial tende a exigir e impulsionar constantes expropriações, além de nutrir-se como as aves de rapina, da concentração de recursos que a desgraça alheia favorece”. Ou seja, seria muito difícil atualmente pensar em um “lado de fora” do capital, visto que a extensão da própria reprodução da vida individual e coletiva depende, em graus diferentes e até mesmo desiguais, dos mecanismos que expropriam e exploram a força viva do trabalho, colocada, em muitos momentos, nos limites para garantir sua própria sobrevivência.

Desse modo, de acordo com a autora, as múltiplas maneiras de expropriação sob o capitalismo, poderiam ser analisadas sob dois grupos, que ela denomina de “primárias” e “secundárias”. As primárias poderiam ser compreendidas enquanto um movimento próximo ao que Marx (2017a), denominou de “original”, ou seja, de um aprofundamento das expropriações “de grandes massas camponesas ou agrárias, convertidas de boa vontade (atraídas pelas cidades) ou não (expulsas, por razões diversas, de suas terras, ou incapacitadas de manter sua reprodução plena através de procedimentos tradicionais, em geral agrários)” (Fontes, 2010, p.44). As expropriações secundárias seriam um desdobramento dessas formas originárias da acumulação primitiva, da perda da propriedade dos meios de produção e a necessidade da venda da mão de obra para sobrevivência dos trabalhadores “livres”, sendo, portanto, relacionada pela autora a um movimento impulsionado pelas formas assumidas pelo capital-imperialismo. Com a grande concentração de capitais nas mãos de poucos proprietários, e a extensão dos processos de extração de mais valor por meio dos sistemas de crédito e dívida, é necessário compreender quais frações do capital predominam sobre as outras e como essas relações impactam diretamente na própria relação social entre os trabalhadores, com o objetivo de iluminar os diversos modos que a luta de classes assume hoje no universo das expropriações.

A expropriação, ora sob aspecto unicamente econômico, ora demográfico, abrange praticamente todas as dimensões da vida. Incide sobre direitos tradicionais, como uso de terras comunais, direitos consuetudinários, relação familiar mais extensa e entajuda local, conhecimento sobre plantas e ervas locais, dentre outros aspectos, e envolve profundas transformações culturais, ideológicas e políticas (Fontes, 2010, p.51).

Essas expropriações estariam intrinsecamente relacionadas aos momentos da reprodução do capital, se intensificando ou assumindo diferentes formatos e ações ao longo dos anos, como o processo da destituição do vivido das comunidades da Barra da Tijuca revela ao

longo da pesquisa. Se, no início do processo de constituição da fronteira, no primeiro momento da valorização identificado, da passagem da terra rural para a urbana, a expropriação foi engendrada por meio da remoção das comunidades de pescadores e pequenos agricultores que viviam nesse fragmento da metrópole do Rio de Janeiro, o que o segundo movimento da valorização revelou foi uma nova camada de expropriações, agora direcionada para a remoção das comunidades como a do Jorge da Vila Recreio II, cujos moradores participaram da própria produção da Barra enquanto uma pretensa nova centralidade. O terceiro momento da valorização, por sua vez, requer um processo expropriatório ampliado, não só mais das casas, dos espaços físicos ocupados pelos trabalhadores de menor rendimento e de seus laços sociais, mas das próprias resistências, que colocariam os moradores em contatos com o outro e com a possibilidade de formulação de novos caminhos e práticas sociais. Precisam do apagamento desses corpos e dessas vivências que se colocam como barreiras, enquanto o diferente ao processo de produção do espaço pretendido pelos poucos proprietários privados e pelo poder público, sinalizando para a destituição do vivido como parte desse processo.

Muitos moradores da antiga Vila Autódromo, por exemplo, haviam recebido do Estado uma documentação que lhes dava a concessão de uso para fins de moradia de suas habitações por noventa e nove anos revogáveis, ou seja, não detinham a propriedade privada da terra, como será mais aprofundado no capítulo 5.1. Enquanto um bem coletivo, a tentativa primeira de resistência aos processos de remoção se respaldou juridicamente em um processo civil público da comunidade, não em processos individuais. Estrategicamente, durante o processo de remoção, foi colocado um valor de troca para as residências pelo poder público, acarretando uma cisão do processo coletivo em processos individuais, enfraquecendo-o.

Foram necessárias a força estatal e a criação de consensos sociais para que a desapropriação, como um processo econômico, pudesse ser possível por meio de indenizações financeiras compensatórias à perda material da habitação, seja pelo recebimento de dinheiro, seja na troca e na promessa de uma nova casa, da propriedade privada, nos edifícios construídos pelo poder público para habitação popular.

As relações afetivas, os desdobramentos da vida em sua realização no cotidiano, o uso, o pertencimento ao lugar, foram suplantados pelo valor de troca para grande parte dos moradores que saíram durante o processo de remoção. Para os poucos moradores que ficaram, na Nova Vila Autódromo, agora construída por meio de casas iguais, padronizadas pela prefeitura do Rio de Janeiro em 2016, a representação do vivido que existia na comunidade só pode ser reconstruída por meio da memória, visto que a destruição das casas, e de outros espaços comuns, significou a destituição do vivido pois abarcou também os laços e as vivências sociais

que não podem ser continuadas, nem para os moradores que resistiram ao processo de remoção, nem para os moradores que saíram.

Portanto, os processos de remoção na Barra da Tijuca são entendidos como expropriações, à medida que abrem o caminho para novas incorporações imobiliárias e para a valorização do espaço, e se realizam sobre a destituição do vivido, com a mutilação das relações sociais e afetivas presentes e se apresentam enquanto a radicalidade do processo de expropriação na Barra da Tijuca. A resistência a tal processo se confronta a todo o momento com as novas tentativas de avanço da fronteira do capital, o que coloca em evidência o processo mais geral da acumulação por frações do capital rentista e imobiliário, revelando as contradições e as lutas pelo espaço em seus diversos níveis e dimensões.

O novo projeto Operação Urbana Consorciada Rio das Pedras, como já apresentado na primeira parte da tese, trouxe, por meio da representação do espaço via plano de ordenamento, a potencialidade para novas camadas de expropriação a uma comunidade que abriga a maior população da Zona Oeste da metrópole carioca.

A violência em diferentes dimensões praticada pelo poder público se constituiu na forma de gestão desse fragmento espacial da metrópole, a começar pelo plano elaborado e apresentado, que evoca uma racionalidade homogeneizante e, mesmo tão abstrato em sua concretude futura, já revela de antemão que não há lugar para os atuais moradores neste futuro projetado. A propriedade privada e o processo de valorização e especulação impediriam a apropriação do novo espaço pelos atuais moradores. Conforme indicado pelos próprios moradores, ao se referirem a apresentação da OUC pelo então prefeito, Marcelo Crivella à comunidade:

Andreia: O que a gente ficou se perguntando é o seguinte: é um projeto lindo. A gente não tem dúvida que o projeto é maravilha, realmente ele falou e era verdade. A gente teve oportunidade de estar com ele e ele fazer mais ou menos uma hora de apresentação do projeto [...] prédio de 12 andares, era um condomínio de luxo realmente. Porque assim, nós estamos aqui a 10, 15min, se não tiver trânsito, da Barra da Tijuca, temos um...

Penha: Agora uma pergunta, esses condomínios era pra vocês?

Lorena: não

Andreia: segundo ele sim, mas a gente entendeu que não era pra gente... [...]

Lorena: a gente fez essa pergunta pra ele e quando ele mostrou o projeto inteiro que ele deu a palavra, que eu falei, que ela falou, no final do meu discurso eu falei pra ele: Prefeito, se o senhor conseguisse fazer o projeto que o senhor quer fazer, porque nós não vamos deixar, se o senhor conseguisse, quem ia morar lá era o senhor, não era eu. Quem ia morar lá era o senhor porque o senhor tem dinheiro para bancar tudo isso que o senhor falou, nós não temos dinheiro pra bancar isso que o senhor tá falando, entendeu? Jamais as pessoas de Rio das Pedras, os moradores de Rio das Pedras iam ter dinheiro para manter [...] (Entrevista Comissão de Moradores de Rio das Pedras, 28 de maio de 2019).

Ao verem o projeto pretendido pela municipalidade, os moradores não se reconhecem mais habitando esse lugar, e logo percebem que as construções não serão efetivamente realizadas para que eles possam morar em condições ditas “melhores” pela prefeitura, mas sim, que o condomínio de prédios terá outros usuários, aqueles que possam pagar pelo valor que será auferido nas construções, pela propriedade privada. A violência, nesse sentido, gestada diretamente pelo estado, está interligada à própria realização concreta da vida, que não será mais possível frente às novas condições que estão sendo estabelecidas para Rio das Pedras.

O que fica muito evidente é que a OUC Rio das Pedras não será produzida para ser usufruída pelos atuais moradores, mas sim em função de um processo de valorização que possa auferir ganhos a todas as frações do capital envolvidas em sua realização. Para usar esse novo espaço, será preciso pagar por ele, será uma propriedade privada, elemento chave que garante ou não o acesso a determinados lugares e a forma como será possível se relacionar com o restante da sociedade. O morar está, dessa forma, relacionado ao papel desempenhado por cada um dentro da divisão social do trabalho, o quanto é possível para cada um, dentro da sua renda, pagar para morar em determinados espaços. Em Rio das Pedras, onde a grande maioria dos atuais moradores depende dos pequenos comércios para sobreviver, que seriam extinguidos na construção da OUC, não será, dessa forma, possível arcar financeiramente com os custos do financiamento habitacional proposto pela Prefeitura e, portanto, esse lugar não está sendo construído para eles, mas para outros usuários.

Soja (1997, p.13) já alertava para a necessidade de olhar criticamente para como o espaço está sendo produzido, de forma a não ocultar como, a todo momento, “as relações de poder e disciplina se inscrevem na espacialidade aparentemente inocente da vida social, e de como as geografias humanas tornam-se repletas de política e de ideologia”.

Igualmente, Lefebvre (1968) adverte para a necessidade de se descortinar as ilusões que muitas vezes se mantêm dentro de um pretenso conhecimento da sociedade em seu conjunto. Sem uma relativização da complexificação das relações sociais e do seu imbricamento com os planos econômicos e políticos, ou seja, na reprodução das relações sociais (1973), no sentido amplo, não é possível uma real conscientização, que fica muitas vezes presa às estratégias dos poderes estatais e às ideologias. Nessa perspectiva, o autor se questiona:

Mas ainda existe o *possível* (existem aberturas) neste mundo fechado por todos os lados? Os oponentes e as oposições estão reduzidos ou reintegrados, esmagados ou recuperados. A sociedade aniquila, ou recupera, até mesmo o espaço da imaginação. Ela oferece um mundo de objetos mudos, sem sujeito, ao qual falta uma prática que o oriente em direção a outra coisa [...] o que existe diante de nós? Um rochedo intransponível? Um muro que pode

desmoronar em bloco diante dos empurrões? Brechas por onde passam força novas que empurram ou arrastam velhas forças, ou as que deixam para trás? Não poderia acontecer que contradições (novas e antigas) operem de tal maneira que o edifício se fenda enquanto as autoridades e as ideologias tapam algumas brechas? (Lefebvre, 1968, p.87-88).

Esse projeto possível/impossível apontado por Lefebvre (2001), coloca a utopia enquanto um movimento de compreensão da realidade presente direcionada para o futuro, procurando não apontar a realidade enquanto emergência, mas sim como contraditória e em construção, passível, portanto, de uma superação da prática existente que é a da sociedade capitalista. O autor dá ênfase ao método, como uma articulação da teoria e da prática na formulação do projeto utópico, da revolução, que visa colocar a vida urbana por meio da apropriação. As urgências imediatas que se colocam, cada vez mais, como necessidades de sobrevivência para grande parte da população mundial, acabam por camuflar a vida cotidiana, a subordinação de todos os momentos da vida à mercadoria e ao capital, ou seja, as imediatezidades acabam por obscurecer o horizonte utópico, colocando como única via possível, a vida regida pelo sistema capitalista.

Adicionalmente, como adverte Ribeiro, (2012), pensando nas dinâmicas que regem a reprodução dos espaços nas metrópoles brasileiras, inseridas pelo modo de produção na periferia do capitalismo mundial, no extremo da crise urbana em que vivemos atualmente, é necessário pensar nas possibilidades e impossibilidades das resistências aos processos hegemônicos, com suas ambiguidades e contradições.

Damiani (2004), partindo da análise das constituições das periferias da cidade de São Paulo, aponta para um processo que vem se acentuando ao longo dos anos e que se inscreve de forma permanente nas relações sociais, na habitação, no trabalho, ou seja, no cotidiano da população das cidades brasileiras: ela conceitua a urbanização crítica, isto é, a compreensão de que não há o urbano para todos.

Para a autora, existe um movimento do próprio processo de acumulação do capital no espaço urbano que permitiria a existência de uma vida plena para alguns moradores, incluídos na vida urbana ao ter acesso à moradia, ao trabalho, ao transporte, aos serviços públicos de infraestrutura e serviços que, por outro lado, são inexistentes para a outra parcela da população. “A luta pela sobrevivência e pela cidadania pode, dependendo de seus termos, expulsar e selecionar e essa seleção é quase naturalizada – aparece como natural” (Damiani, 2004, p.33).

O caminho para a construção de uma utopia recairia na necessidade de uma mudança radical ao processo de acumulação do capital, ou seja, uma superação da propriedade privada que segrega e fragmenta os acessos aos espaços para grande parte da população brasileira; a

crise urbana explicitaria o fundamento da produção do espaço como negócio, que exclui os trabalhadores não somente por meio de rendimentos intermitentes, mas também por meio da negação ao urbano.

Considerando-se os limites da inserção, no mercado de trabalho, da força de trabalho disponível nas grandes cidades; considerando-se, também, como fundamento e base de desenvolvimento das cidades, como corpo citadino ou na sua materialidade, a propriedade da terra capitalizada, que sustenta um amplo campo de negócios urbanos, a urbanização em nosso país *é crítica*. A tentativa de reunir urbanização e industrialização num par coerente, sem fissuras, embora específico, é insuficiente.

O que é a *urbanização crítica*? É a impossibilidade do urbano para todos, a não ser que se transformem radicalmente as bases da produção e da reprodução sociais (Damiani, 2004, p.30).

Por essa perspectiva, a luta pelo espaço poderia ser analisada sob dois vieses que se interconectam: a reprodução da vida no seu limite pela sobrevivência e pelo ponto de vista da construção de uma utopia. Esse movimento não pode ser colocado em separado das próprias contradições do modo de produção capitalista e na subsunção da vida à mercadoria, ou seja, a vida cotidiana, nos termos trabalhados por Lefebvre (1991).

Para o autor, o cotidiano explicitaria a prática: onde é possível encontrar o homem dividido e fragmentado, onde a mercadoria domina as relações sociais, mas é dentro do seu espaço-tempo onde também é possível encontrar as transgressões que envolvem um projeto de futuro, que negam o espaço somente como mercadoria, como valor de troca, àquilo que se contrapõe ao homogêneo, que se diferencia, explicitando as contradições inerentes ao espaço urbano, enquanto um lugar que reúne todos os níveis de realidade de consciência, os núcleos e as estratégias, abrindo a potencialidade de se formular uma nova sociedade.

Sob esse aspecto, a expansão dos processos de expropriação visualizados por Fontes (2010), em suas vertentes primárias e secundárias, que se mesclam de forma desigual sobre as populações mundiais na atualidade, poderiam ser formas mais explicativas para a intensificação dos processos de expropriação que se realizam, como até agora foi sendo problematizado, não somente por meio dos processos de separação do trabalhador dos seus meios de subsistência e das ferramentas de seu trabalho, mas também de formas híbridas cada vez mais amplificadas que incidem, sobremaneira, nos espaços que ainda resistem à subsunção total ao capital: “Não se trata de um processo de retorno a modalidades anteriores, primitivas, mas de um *desenvolvimento do capital* que é, ao mesmo tempo, o aprofundamento da tragédia social” (Fontes, 2010, p.93).

A resistência, enquanto um processo, é colocada em marcha contra as expropriações por muitas populações que reagem em oposição aos movimentos da acumulação do capital e de

sua valorização no urbano. As comunidades da Barra da Tijuca se mantêm enquanto resistências ao processo hegemônico de reprodução das relações sociais revelando, portanto, as contradições frente a uma pretensa padronização na produção dos espaços e no plano do vivido. Dessa maneira, trouxeram as perspectivas de uma luta contra-hegemônica à destituição do vivido, por meio de processos de resistência que tinham, como primeiro objetivo, barrar tentativas de remoção das suas casas e dos seus espaços de convivência diária. Conforme salienta Bensaïd (2001, p.35-36 – tradução nossa)¹⁶⁵: “Porque toda resistência é uma ruptura com o que é, uma ruptura lógica com as opiniões circulantes e dominantes. Essa ruptura é o gesto fundador que permite assumir o risco de arriscar”.

Por meio da luta de resistência, alguns moradores questionaram certas formas do produzir a cidade apenas como um produto do processo capitalista, mediada enquanto propriedade privada em seu valor de troca; a fragmentação dos espaços e sua produção por meio de uma pretensa homogeneização das construções implica diretamente na forma como a própria vida pode ou não pode se realizar nesses espaços. Os laços criados durante os processos de luta pela permanência, para muitos moradores, podem ter sido iniciados por meio dessa ruptura ao processo mais geral, como uma forma de reivindicar os espaços que eles próprios haviam construído e ocupado durante tantos anos, mas também se tornaram constitutivos de uma nova possibilidade de viver a cidade; o encontro com o outro, a ajuda mútua, sinalizariam para a potencialidade de uma negação da própria fragmentação das relações sociais e do cotidiano programado, em busca da retomada da apropriação do vivido.

4.3. O cotidiano e as resistências enquanto um processo

A contestação é a recusa global inteira, das alienações pressentidas ou ressentidas. É a vontade de não recuperação. O movimento nascido no negativo e na negação, é radical por excelência. A contestação ou é radical ou não é nada (Lefebvre, 1968, p.111).

Alguns pesquisadores vêm dedicando suas análises à intensificação dos processos de expropriação, principalmente no que tange a populações ou grupos originários e também aos trabalhadores de menor poder aquisitivo, cujas relações não eram pautadas plenamente por processos capitalistas, seja por questões relacionadas à tradição e/ou cultura ou por necessidade de sobrevivência. Nesses grupos, as relações solidárias, as vivências e experiências comuns criavam laços de pertencimento ao grupo e ao lugar, possibilitando uma discussão sobre a

¹⁶⁵ “Porque toda resistencia está en ruptura con lo que es, en ruptura lógica con las opiniones circulantes y dominantes. Esta ruptura es el gesto fundador que permite asumir el riesgo de arriesgar”.

potencialidade “revolucionária” que poderia se inscrever nesse movimento, pensando na perspectiva de todas as formas mais violentas possíveis de apropriação desses espaços e desses corpos pelo capital.

As comunidades da Barra da Tijuca, cujos moradores foram entrevistados para a pesquisa, em nenhum dos momentos de valorização analisados, se incluíam em uma classificação de grupos originários¹⁶⁶ e/ou não plenamente inseridos aos processos mais gerais do capital, visto serem, em sua grande maioria, trabalhadores com poder aquisitivo e rendimentos econômicos intermitentes. No entanto, durante o desenvolvimento da pesquisa, procurou-se compreender como esses processos apontados por alguns autores poderiam acrescentar reflexões e caminhos de entendimento ao movimento da destituição do vivido enquanto uma radicalidade nas formas de expropriação praticadas pelo Estado e por agentes privados. Nesse intuito, uma das pesquisas estudadas foi desenvolvida por Zibechi (2015), que fez uma análise da luta de alguns grupos populares de países latino-americanos, de resistência a processos de expropriação de suas terras e bens considerados comunitários, movimento esse que o autor acredita abrir possibilidades de transformação.

O autor realizou um levantamento bibliográfico minucioso com grupos de povos originários de países tais como Chile, Peru, Bolívia e outros, onde surgiram os movimentos contra a onda dos “novos cercamentos”: “Assunção, em março de 1999; Quito, em fevereiro de 1997 e janeiro de 2000; Lima e Cochabamba, em abril de 2000; Buenos Aires, em dezembro de 2001; Arequipa, em junho de 2002; Caracas, em abril de 2002; La Paz, em fevereiro de 2003 e El Alto, em outubro de 2003 [...]” (Zibechi, p.17, 2015).

A expropriação, pelo capital, de pequenas comunidades de povos originários desses países da América Latina analisados pelo autor, bem como de comunidades com prevalência de processos rurais de sobrevivência e sua luta na tentativa de preservação de suas tradições culturais e modos de vida se colocam no movimento que Zibechi (Ibidem) encontrou, a partir do qual essas populações expropriadas de seus locais de moradia e possibilidades de subsistência, principalmente por meio de processos de expansão de terras agrícolas para o agronegócio, ou do próprio espaço urbano, passam a procurar trabalho e habitações nas grandes

¹⁶⁶ Segundo apontamentos de dados oficiais, existem e resistem na cidade do Rio de Janeiro hoje, somente quatro comunidades quilombolas tradicionais, duas localizadas na zona oeste: o quilombo de Camorim, localizado no maciço da Pedra Branca em bairro homônimo e o quilombo Cafundá Astrogilda, em Vargem Grande. Os outros dois quilombos estão localizados na zona sul – próximo a Lagoa Rodrigo de Freitas – e no centro, respectivamente: quilombo da Sacopã e Pedra do Sal. Maiores informações sobre as lutas de resistência pela permanência desses grupos, podem ser obtidas em: <http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/rj-quilombolas-de-alto-camorim-lutam-por-territorio-contr-especulacao-imobiliaria-e-grandes-eventos/>.

idades, formando então o que o autor denomina de “novos territórios urbanos”, que ele aponta como potenciais espaços emancipatórios.

De acordo com a análise realizada pelo autor, esses grupos, ao se encontrarem nas cidades, eram forçados muitas vezes a transgredir às normas estabelecidas para morar, ocupando locais que não eram antes habitados e que, naquele momento, não detinham a valorização necessária para atração de capital imobiliário, como margens de rios, encostas de morros e edifícios desocupados nas cidades.

Como resultado, Zibechi (2015, p.100) analisa que essa população criou, dentro das cidades e nessas pequenas comunidades, **novos territórios**, pautados em princípios da “autonomia, autogestão e autodeterminação”. Para o autor, nasce com esses territórios o conflito social pelo espaço nas metrópoles, marcado pela presença negativa de elementos da cultura dominante, como a falta de serviços básicos, da natureza, da segurança. “A estratégia territorial se desdobra de dentro para fora, numa relação de imanência, surgindo aqui e ali nos interstícios e nas brechas da dominação do capital” (Ibidem, p.157). São, para o autor, locais onde é possível pensar o nascimento de uma nova estrutura social, denominados de “territórios de resistência”. A principal consideração do autor ao analisar esses casos foi a de que não houve uma organização prévia dos moradores; que a opressão e o processo de expropriação dos seus bens naturais ou de vida trouxeram a mobilização em torno do que estava sendo expropriado imediatamente, mas que, ao longo do processo de resistência, os grupos foram se conscientizando sobre as causas que levam aos processos de expropriação.

O conceito de “territórios de resistência” de Zibechi (2015) apresenta uma potência explicativa dos processos vivenciados pelos moradores da Barra, no sentido de serem movimentos de resistência contra formas de expropriações imediatas, mas que durante processo de luta, abriram a possibilidade para pensar em uma utopia. No entanto, as comunidades pesquisadas, como já assinalado, não nasceram de um movimento de comunidades originárias, o que colocaria um caráter distinto ao próprio movimento de resistência enquanto um processo, com particularidades específicas nas estratégias empregadas, por exemplo.

Para o autor, as comunidades originárias teriam criado os “novos territórios” no urbano, locais onde foi possível, conforme ele argumenta, formular práticas socioespaciais que caminhariam em direção a uma emancipação desses habitantes. Já as resistências das comunidades estudadas na Barra da Tijuca não se originaram em um processo novo, mas sim em função da luta pela permanência e pela noção de apropriação com o lugar, o que apontaria para os conflitos e as contradições próprias ao modo de produção do espaço no urbano,

enquanto pretensamente homogeneizante e hierarquizado frente a outras partes da metrópole carioca, ao mesmo tempo em que totalmente fragmentado e segregador.

Dentro dessa perspectiva, seria possível afirmar, por exemplo, que os denominados “territórios de resistência” apontados por Zibechi (2015), poderiam ser emancipatórios do ponto de vista de uma mudança nas lógicas do capitalismo? A subsunção social à mercadoria e a formas pautadas pelas relações de troca poderiam ser de fato superadas ou mesmo transformadas a partir dessas pequenas iniciativas?

A pesquisa empírica com as comunidades da Barra da Tijuca sinalizou, principalmente por meio dos relatos dos entrevistados, que não necessariamente as resistências trouxeram a possibilidade da “emancipação” enquanto uma espécie de consequência “natural” da própria luta contra hegemônica, mas que, sobretudo, revelaram as contradições e os conflitos que se engendram na vida cotidiana. Em alguns aspectos, a luta e a resistência trouxeram uma maior conscientização sobre a produção do urbano para alguns moradores, o que nem sempre resultou em o que poderia ser apontado como “emancipatório” do ponto de vista das relações pautadas pelo capital e pela propriedade privada. O próprio processo de resistência acarretou ganhos econômicos para uma parcela dos moradores da Vila Autódromo, por exemplo, mas também criou um marco de resistência e de luta pela permanência para outras comunidades, como será aprofundado no capítulo 5.1.

Para Bensaïd (2001), as resistências, enquanto um movimento, uma ação, se iniciam por meio da prática social como uma reação a atos ou processos que seriam “injustos” a determinadas populações. No entanto, o autor adverte que o engendramento das reivindicações, quando abarcadas pelo poder dominante, podem acabar reduzido as resistências a uma retórica que não efetivamente conseguirá algum tipo de mudança. É necessário, na visão ao autor, que os atos se tornem afirmativos para guiar as mudanças e não sucumbir às forças hegemônicas.

Sendo, portanto, um processo, a resistência, como estabelece o autor, nasce de uma imediaticidade posta enquanto ato do pensar e do agir próprios da reação necessária para, muitas vezes, garantir a sobrevivência imediata, que pode se expandir para abarcar outros processos e outros momentos da prática social: “É resistindo que se encontram as razões para resistir”¹⁶⁷ Bensaïd (2001, p.32 – tradução nossa). E prossegue sua definição de resistência, ao citar Françoise Proust, estabelecendo que:

[...] a resistência não é inativa nem passiva. É primeiro um tremor, uma "sacudida". Ele não resiste em nome de algo. A resistência é uma lei do ser, imanente a um sujeito. É um fato lógico e não uma obrigação ética. Um estado

¹⁶⁷ “[...] Es resistiendo que se encuentran las razones para resistir”.

além (deste lado?) Do bem e do certo. Fora da lei e fora da lei, “pontos de resistência” aparecem de todos os lados nas redes de poder, como sua nomeação irreduzível. Não como consequência de uma ideia, mas como sua fonte. Secundária em relação ao evento ao qual reage, a resistência é primeira em relação ao pensamento: a ideia desperta resistindo; nasce da primeira resistência¹⁶⁸.

As resistências e as lutas no contexto da segregação socioespacial, em um país na periferia do capitalismo, como o Brasil, carregam as contradições do imbricamento entre as reivindicações da população para a realização da vida – muitas vezes partindo do lugar de moradia, de condições dignas de trabalho ou de acesso a própria cidade em relação a serviços de infraestrutura e transporte – e a lógica da dominação privada e do capital, que impedem muitas vezes, o próprio uso do espaço.

Para Ribeiro, (2012, p.153): “viver na cidade capitalista significa praticar a transgressão como primeira resistência para, no processo de descoberta, resistir às expropriações em outro nível”, ao se referir a uma grande parcela da população brasileira.

De acordo com a autora, a transgressão do morar é o primeiro momento de resistência, muitas vezes como uma prática individual, enquanto uma ação que visa resolver um problema imediato, tendo em vista a necessidade do próprio ser humano em habitar um local para o descanso do corpo, por exemplo. As transgressões representariam, desse modo, formas e ações que não estariam em acordo com as leis, regras e normas vigentes, como a construção de habitações em áreas como beiras de rios e córregos, morros e beiras de rodovias.

Em função de todo o processo de segregação socioespacial historicamente construído pelo movimento da acumulação do capital – na destruição e no abarcamento de espaços, trabalhadores e relações sociais no processo de produção pautado pela propriedade privada, pelo valor de troca e pelas mercadorias – as formas de transgressão primeiras, enquanto um movimento que nasce da imediatividade pela sobrevivência, se mostram como a forma do possível para muitas pessoas, principalmente ao olharmos para os processos de constituição do urbano brasileiro.

A transgressão nesse movimento é importante porque sinaliza para o debate que se inscreve dentro do mundo da mercadoria, vista como potência homogeneizadora. Dessa forma, as transgressões evidenciam as contradições que, através do que Lefebvre (1967) denomina de

¹⁶⁸ “[...] la resistencia no es inactiva ni pasiva. Es primero un temblor, una “agitación”. No se resiste en nombre de algo. La resistencia es una ley del ser, inmanente a un sujeto. Es un hecho lógico y no una obligación ética. Un estado más allá (¿de este lado?) del bien y del derecho. Fuera del recho y fuera de la ley, surgen de todas partes en las redes del poder “puntos de resistencia” como su irreductible cita. No como consecuencia de una idea, sino como su fuente. Secundaria con relación al acontecimiento ante el cual reacciona, la resistencia es primera con relación al pensamiento: la idea se despierta resistiendo; nace de la resistencia primera”.

resíduos, podem carregar consigo a possibilidade do devir, daquilo que pode vir a ser. Teriam a capacidade de descobrir as fissuras do mundo da mercadoria e ganhar forças destrutivas dessa estrutura, significando, portanto, uma potência transformadora da sociedade atual.

O resíduo, para o autor, seria a negação do processo do cotidiano, já inserido dentro do mundo das mercadorias: “[...] A totalidade das contestações e a contestação da totalidade, isto é, a negatividade, só se reconstituem a partir do cotidiano” (Lefebvre, 1967, p.372). Nesse sentido, para o autor, a contestação dessa vida subsumida ao valor de troca representaria uma negatividade e uma crítica radical, uma revolução na forma de se viver e produzir os espaços, que deveriam ser pautados pelos processos do uso, do vivido. A transgressão, nesse movimento, seria representada por um resíduo dentro do processo, “que lhe escapa, que lhe resiste, e de onde pode partir uma resistência efetiva (prática)” (Lefebvre, 1967, p.373).

É a luta que potencializa o resíduo, mas o autor deixa claro que não é possível identificar quais as contradições e quais resíduos vão se realizar, pois serão ou não revolucionários no plano da prática, da práxis social. Nesse movimento, Lefebvre (1986), potencializa a importância para a dialética entre teoria e prática, sempre na afirmação de que uma está intrinsecamente relacionada a outra.

Esse “método dos resíduos” não é utópico, nem abstrata nem concretamente. [...] Não é, tampouco, prospectivo. Não mostra uma imagem enganadora do futuro, embora esteja voltado para o futuro e faça apelo ao possível (logo, à imaginação). Parte do atual, sem omitir o imprevisto e o imprevisível – esses resíduos da previsão racional que sempre intervém e fazem que o novo, diferente do que pensava e queria, surja de uma história. É, pois ato e método em ato. A aposta nos resíduos nada lhe acrescenta. Nada é por si mesma. Não é “operacional”. E, no entanto, é decisiva. Comporta a ideia de que nada é eterno, de que nada é completamente durável. Não apenas os resíduos são o mais precioso, mas roem, destroem por dentro, fazem explodir os sistemas que querem absorvê-los [...] (Lefebvre, 1967, 376-377).

Então, para o autor, os resíduos se inscrevem dentro de uma dialética circunscrita à conteúdos contrários à ordem estabelecida, mas podem ter potência ou não na direção do possível, carregam em si a dialética do possível/impossível. Pode ser impossível agora, mas, utopicamente, pode ser possível em um outro momento. O que carrega sua potência é a capacidade de reunião das forças que se opõem à coação e à passividade, à homogeneização e à fragmentação (Lefebvre, 2002).

De certa forma, é possível afirmar que o processo de resistência de alguns moradores pela permanência na Vila Autódromo acarretou esse movimento de explosão em direção a algo novo. Se não possibilitou que as famílias remanescentes continuassem nas suas próprias casas,

as que foram, ao longo de muitos anos, construídas por eles, ao menos permitiu a preservação de suas vidas no espaço da comunidade, mesmo já não sendo mais necessariamente a mesma.

Ainda que tenha restado efetivamente poucos moradores na atual Vila Autódromo – 20 famílias remanescentes das cerca de 596 da comunidade original – é possível discutir que a resistência dos poucos moradores atuais e a visibilidade dessa luta, através das articulações realizadas abriu possibilidades para que outras comunidades, tanto na região da Barra da Tijuca, como na cidade do Rio de Janeiro e até mesmo no Brasil e em outros países, pudessem tentar permanecer em seus locais de moradia. As estratégias e as práticas de resistência se colocam também no encontro com o outro, com a socialização e a troca e, nesse movimento, saem do lugar e vão em direção à cidade, se ampliam e buscam uma compreensão de processos que se apresentam no nível global, nas instituições privadas e no Estado. O que a luta dos moradores da Vila proporcionou foi a potencialidade para se pensar uma outra forma de construção da cidade, que não atenda somente aos interesses do setor imobiliário, mas também à reprodução da vida e seu uso, a uma utopia.

Sem dúvida, o caso mais emblemático desse processo de luta pela permanência foi o protagonizado pela família de Maria da Penha, que pode ser apontada como a personificação da resistência ao processo de destituição do vivido. Tendo se tornado, durante o processo de remoção, uma das lideranças mais ativas da Vila Autódromo, os membros principais dessa família ajudaram a organizar todos os movimentos de resistência: culturais, ações, passeatas, assembleias, reuniões, planos de ordenamento, entre outros.

Em março de 2015, o então prefeito da cidade, Eduardo Paes, assinou um Decreto para desapropriação por utilidade pública¹⁶⁹ de vinte e quatro imóveis situados na Vila, alegando a necessidade de construções para a realização dos Jogos Olímpicos, tais como construção da bilheteria da estação do BRT e ampliação das avenidas adjacentes à comunidade. Curiosamente, as casas de todos os líderes comunitários, bem como a sede da Associação de Moradores, a Ampava, estavam nesse decreto e foi interpretada, portanto, como uma das últimas estratégias dos agentes da prefeitura e do poder público à época, para desestabilizar a união e a luta pela permanência dos moradores que ainda resistiam aos processos de remoção.

Por todo o processo jurídico já em curso na comunidade desde 1993, com direta assessoria dos defensores públicos do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH) da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro – ficou acordado que a ação de demolição dessas residências listadas no decreto de 2015 só poderiam ser efetivamente demolidas após o depósito

¹⁶⁹ Decreto disponível em: https://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/48766Dec%2039853%20_2015.pdf.

do valor indenizatório pela Prefeitura, que seria referente às benfeitorias nas habitações realizadas pelos moradores. Nesse ponto da luta, muitos moradores resolveram receber o valor acordado e depositado em juízo nas suas contas bancárias e sair da Vila Autódromo antes da demolição definitiva de suas casas.

No entanto, a família da Maria da Penha negou o valor oferecido pela Prefeitura e, por meio do NUTH, escolheu manter o pedido de permanência na comunidade, mesmo ainda sem ter certeza se, de fato, poderiam ficar. Após a demolição de sua casa, que ocorreu no dia 8 de março de 2016, viveram por cerca de três meses na igreja da comunidade, único prédio original que foi mantido pela Prefeitura, e foram posteriormente morar nos contêineres montados pela municipalidade enquanto aguardavam a construção das suas novas habitações, agora padronizadas (Previatti, 2016).

Muita coisa, muita violência foi cometida aqui dentro. E cada vez que uma violência dessa acontecia, aumentava a minha convicção de ficar. E falava: não vou sair. Chegou um ponto, por isso que algumas pessoas não entendem, como a casa da Maria da Penha por exemplo, a Prefeitura oferece R\$2 milhões e meio praticamente e ela fala que não quer. Ai algumas pessoas falam: “que loucura, isso é maluquice, não entendo isso!” A pessoa não entende por que não tava aqui. Se você vivesse todas essas violências aqui você entenderia. Porque chega um ponto que o dinheiro perde completamente o valor diante da injustiça. Tu fala: “não, tudo o que eu quero agora é justiça. Eu quero ficar aqui por uma questão de justiça. Pra é, reparar de alguma forma o sangue derramado, as lágrimas derramadas dessa população (Entrevista Sandra Maria, 19 de janeiro de 2018 – grifos nossos).

PELO ARQUIVAMENTO COM RECOMENDAÇÃO nos termos do voto do relator – Processo(s):

40/005786/2016 - **Ação de indenização** - Objeto: Ação de desapropriação do imóvel situado na Avenida Autódromo, nº 31, sendo titular das benfeitorias senhora Maria da Penha Macena. - Partes: SECPAR e Maria da Penha Macena e Luiz Claudio da Silva - **Valor: R\$ 2.322.836,92**

(Publicado no D.O. Rio, 04 agosto de 2017 – grifos nossos)

Ao negar o recebimento de uma indenização milionária, a família de Maria da Penha negou o valor de troca da habitação e priorizou seu uso, as vivências diárias, a sociabilidade adquirida no lugar, demarcando, ao mesmo tempo, uma posição política mais ampla contra os processos de remoção e a forma como estavam sendo conduzidos pelo poder público. A vida e a luta pelo lugar, em diferentes momentos, trouxeram a capacidade de organização e a saída da transgressão para a busca do possível-impossível. "*Nem todo mundo tem um preço*", foi uma das frases mais ditas por Maria da Penha ao longo do processo de resistência à remoção, como um lema, uma forma de firmar sua posição individual, mas também de toda sua família, de que eles iriam permanecer na comunidade, independentemente do valor monetário ou das ofertas

diversas que pudessem ser oferecidas, estabelecendo a construção da resistência para além de conceitos como ética ou honra, mas, acima de tudo, enquanto uma ação política. O corpo que impede e que afronta os processos expropriatórios foi o mesmo que, ao sofrer as agressões físicas e ter seu nariz quebrado por agentes da guarda municipal no dia 3 de julho de 2015 (Previatti, 2016), encorajou outros moradores a resistirem ao processo de remoção e a permanecerem na luta, ou seja, se fez enquanto um corpo político que foi moldado pela luta e pela resistência. Como reflete Ribeiro, (2012, p.156):

Quando se alarga, saindo do lugar para o encontro de sujeitos que padecem dos mesmos confrontos na cidade, a prática socioespacial se estende, porque, no desenvolvimento da resistência primeira, as ações exigem a articulação com o outro na produção de uma identidade que não apenas se remete ao lugar, mas está articulada ao nível intermediário, isto é, ao da cidade.

É possível afirmar que o movimento de resistência como o realizado pelos moradores da Vila Autódromo não foi linear e muito menos homogêneo. Ao longo de todo o processo, que durou praticamente sete anos, de 2009 a 2016 (Previatti, 2016), houve um aumento na conscientização de grande parte dos habitantes quanto ao próprio processo de remoção em si, da produção dos espaços desiguais na cidade, do apagamento de seus corpos e dos seus laços sociais e de vivência para que fosse possível, por meio dos planos, a pretendida padronização desse fragmento espacial da Barra da Tijuca e a valorização pretendida pelos poucos proprietários fundiários. Ao mesmo tempo, esse mesmo movimento da luta possibilitou indenizações monetárias maiores ou negociações mais favoráveis, para alguns moradores.

Algumas lideranças do processo de permanência, por exemplo, acabaram cedendo às investidas da Prefeitura e negociando em algum momento, por diversas razões. Essas contradições refletem, portanto, as ambiguidades do processo de luta: ao resistir ao processo de remoção, houve também, sob muitos aspectos, um “reforço” da moradia como propriedade privada e como mercadoria, acentuando seu valor de troca. O conflito entre os próprios moradores, quem aceitou negociar contra quem ainda queria permanecer, foi bastante complexo e cheio de ambiguidades, como é possível identificar na fala do então presidente da Ampava, Altair Guimarães, ex-morador da atual Vila Autódromo, em entrevista concedida em 2014, durante o período das remoções:

*Você não vê na história desse país nenhuma comunidade recebeu um valor de dois milhões de reais. E isso está sendo pago aqui. Eles [se refere à Prefeitura] saíram fora dessa tabela porque gente fez uma luta de resistência aqui muito grande e acabou essa comunidade **ficando como símbolo de resistência das outras**. E não foi fácil para eles tirarem como tirou outras comunidades nossas, como irmãs aqui vizinhas. **Então eles não tiveram outra opção a não ser ganhar o povo no dinheiro. Porque eles sabem que a maior parte dos***

trabalhadores aqui são assalariados e aí vê um dinheiro desse na mão, vê a chance de melhorar de vida. É o sonho de ter ganhado na loteria, o cara tá vendo o sonho de ter ganhado na loteria e aí a luta fica desigual, você não tem como lutar contra isso.

*E as vezes não dá nem pra culpar essas famílias e sabe por quê? Porque foram famílias que receberam a vida toda dois salários-mínimos. E que viu a chance de ter um sonho que muita gente tem. Eu digo mesmo com sinceridade, eu vou continuar lutando pelos que querem ficar. Pelos que querem sair eu não vou brigar pra não demolir, sabe por quê? Porque no final eu vou ter um desgaste, vou ter um infarto e os caras ainda vão sair rindo igual todo mundo sai, nem te dá um obrigado, nem dizer, ó, valeu enquanto foi, a gente lutou, né? Eu vou defender sim aqueles que realmente querem. **Porque todo dia a gente faz reuniões, todo dia, muita gente vem as reuniões, mas no dia seguinte está negociando, então, como é que você consegue conviver e lutar como uma situação dessa.** Você vai levando porque é aquilo que você escolheu pra fazer e eu escolhi isso. **Mas isso mexe muito com a minha cabeça** (Entrevista Altair Guimarães, 20 de dezembro de 2014 – grifos nossos).*

O processo de resistência dos moradores da Vila Autódromo, mesmo dos que aceitaram, por fim, negociar com a prefeitura, colocam em evidência o embate constante entre o plano do vivido, da realização da vida e as estratégias utilizadas para a concretização e efetivação de interesses econômicos e políticos, notadamente dos poucos proprietários das terras da Barra da Tijuca e das empresas imobiliárias, em parceria com instituições no plano global. A destituição do vivido dos moradores da Vila se tornou um processo necessário frente à valorização imobiliária que se pretendia para a região, no avanço da fronteira de acumulação urbana do capital na metrópole carioca, especialmente com a realização do Jogos Olímpicos.

Quando o antigo presidente da Ampava declara, em seu depoimento, sobre o “sonho de ter ganhado na loteria”, da chance de um trabalhador ganhar um valor indenizatório por sua casa que nunca conseguiria por meio de seu trabalho, de certa forma, exemplifica justamente esse embate entre a necessidade do morador em viver, na realização prática da vida diária, as inúmeras formas de impedimento de realização dessa vida utilizadas pelo poder público durante o processo de remoção frente às inúmeras formas de coação praticadas, como será apontado com maiores detalhes ao longo do capítulo 5, e, por fim, os altos valores pagos de indenização nas casas, acima dos valores de mercado, iluminando o interesse da remoção e a perspectiva de valorização que ela poderia gerar.

Ao mesmo tempo, as altas indenizações proporcionaram a muitos dos moradores que saíram e que foram entrevistados, a possibilidade da compra de um imóvel com titulação de propriedade, o que lhes dá maior garantia de permanência e uma inserção desse imóvel no circuito do mercado imobiliário. O processo revelou como a vida cotidiana desses moradores foi atravessada pelos elementos e relações de produção capitalistas, também durante o processo de resistência, colocando em evidência as contradições e os conflitos constantes e, de certa

forma, também limitando a potência da construção de uma utopia ou de uma emancipação, nos termos empregados por Zibechi (2015).

Nesse sentido, o processo de destituição do vivido se apresenta como a chave explicativa desse processo, por permitir compreender que a resistência do cotidiano programado, se tornou estratégia de impedimento da apropriação do lugar e do uso, mobilizada, nesse caso específico, pelo poder público e pelos proprietários privados.

As contradições do processo de produção capitalista, que subsume todos os momentos da vida cotidiana, são parte constitutiva do próprio processo de resistência. Foi a luta pela permanência, em toda sua complexidade, que será melhor discutida neste capítulo, que também contribuiu para que o poder público pagasse indenizações monetárias altas aos moradores da Vila Autódromo, fato que fica evidente quando se analisam outros processos de remoção praticados pelo Estado no mesmo ano ou em anos anteriores, a outras comunidades na Barra da Tijuca, como a Vila Recreio II, totalmente removida em 2011 com baixas indenizações ou em muitos casos, sem qualquer tipo de indenização, ou seja a luta tornou o sofrimento, a violência e as perdas em um valor monetário: o dinheiro de certa forma, equiparou o processo.

Os altos valores indenizatórios ofertados aos moradores da Vila Autódromo contribuíram sobremaneira para a desistência de grande parte dos moradores ao longo dos anos de resistência, ao ponto de restarem hoje somente vinte famílias no local, divididas em nove núcleos familiares diferentes. Nem todos os que ficaram o queriam de fato, como foi possível constatar nas entrevistas, o que dá ao processo um caráter ainda mais complexo. O próprio ex-presidente da Ampava acabou negociando com a Prefeitura em 2015, após anúncio da demolição da sua casa em um decreto de desapropriação por utilidade pública e, portanto, não mora mais na comunidade. Um dos atuais moradores entrevistados, admitiu que a Prefeitura não pagou o valor indenizatório que ele e sua família queriam, e por isso “acabou ficando”:

Eu, no fundo, no fundo não optei tanto. O que eu queria era sair. Porque as propostas de dinheiro era boa, eu queria montar um negócio pra mim porque eu tô com 54 anos agora cê vê; agora eu me machuquei da coluna, aí eu não ganho nada se eu não trabalhar. E hoje agora tive que ir correndo lá pagar meu INSS [...] Eu queria sair, mas a mulher não queria sair, não vamos sair, não vamos sair... Bom, não quer sair não vai, mas aí quando chegou na reta final, que fizeram a proposta, ela disse: “então tá bom, vamos ajeitar a casa pra sair”. Quando a gente pensou em ajeitar a casa para sair o prefeito cortou a verba. Aí disse que não ia mais remover ninguém então acabou ficando (Entrevista Niro (Gaúcho), 15 de janeiro de 2018).

A entrevista de Niro é muito significativa a respeito das diversas contradições que se colocaram ao longo do processo de remoção da comunidade da Vila Autódromo, ao deixar muito claro que a sua precariedade enquanto trabalhador coloca limites possíveis para sua

reprodução no universo do trabalho. O valor da indenização que estava sendo oferecida pela Prefeitura para as casas de outros moradores era atrativo para ele e sua família, que poderiam abrir um negócio, comprar uma outra propriedade, ter uma seguridade para a reprodução de suas vidas em outro lugar. No entanto, houve um embate familiar, sua esposa queria ficar, perderam o momento da negociação oferecido pelo poder público e restou a eles ficar na atual comunidade.

Adicionalmente, não é possível ter certeza de que as famílias que aceitaram as ofertas da prefeitura para sua saída da comunidade, mesmo adquirindo um outro imóvel em um outro espaço, não terão que passar por novas remoções em suas vidas futuras, como também não é possível garantir que as famílias que foram para o Parque Carioca conseguirão pagar as taxas de condomínio, luz, água e gás todos os meses. A prefeitura está quitando as parcelas referentes às prestações dos imóveis junto à Caixa Econômica, banco responsável pelo financiamento da construção do conjunto habitacional MCMV, mas essas despesas fixas são de responsabilidade de cada morador e muitos deles não tinham conhecimento disso ao aceitar o acordo de troca de chaves com a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro.

Por exemplo, na entrevista concedida por Sônia, a antiga moradora da Vila Autódromo relata como quase passou por novo processo de remoção, logo após ter comprado um novo imóvel com o valor da indenização recebida por ela e sua família da residência que tinham na Vila Autódromo:

[...] quando eu fui morar lá eu como tava indo lá pra prefeitura eu procurei ver se esse local que eu, que eu ia passar a morar ia ter alguma obra, porque nessa época tava acontecendo obra no Rio de Janeiro pra tudo quanto é lugar e eles tinham um projeto de construir a transolímpica na André Rocha que fica atrás da minha rua. Aí com tempo depois eles falaram que não teria obra pra aquela região que eu ia ir, a rua era tranquila e então eu fui. Depois que eu fui morar ali eles mudaram o projeto, ai eles construíram a transolímpica nos fundos da minha casa. Na época eu ia até passar por uma fase de remoção de novo porque pegaria a metade do meu terreno, mas aí como eles recuaram a construção aí não me pegou [...] (Entrevista Sônia, 14 de janeiro de 2018 - grifos nossos).

Como já mencionado, a política de remoção dos trabalhadores, principalmente os moradores de comunidades, foi prática constante nos governos da metrópole do Rio de Janeiro, intensificadas em alguns períodos específicos, como na Reforma Passos de 1902 a 1906 e no período da ditadura militar, como apontam pesquisas de Perlman (2003) e Brum (2013). Mais recentemente, com a realização dos megaeventos esportivos, essa política foi novamente intensificada, principalmente a partir de 2009 em diante, como será brevemente abordado a seguir. O intuito desse retorno à gênese das remoções praticadas pelo governo carioca, ao longo

dos anos, é colocar em perspectiva um processo contínuo que está atrelado aos momentos de acumulação e valorização do capital pela produção do espaço urbano, tendo como consequência a intensificação e radicalização dos processos de expropriação.

5. As remoções no Rio de Janeiro

Em outras palavras, “essa será uma vida que terá sido vivida” é a pressuposição de uma vida cuja perda é passível de luto, o que significa que esta será uma vida que poderá ser considerada vida, e será preservada em virtude dessa consideração. Sem a consideração de ser enlutada, não há vida, ou, melhor dizendo, há algo que está vivo, mas que é diferente de uma vida. Em seu lugar, “há uma vida que nunca terá sido vivida”, que não é preservada por nenhuma consideração, por nenhum testemunho, e que não será enlutada quando perdida. A apreensão da condição de ser enlutada precede e torna possível a apreensão da vida precária. A condição de ser enlutado precede e torna possível a apreensão do ser vivo como algo que vive, exposto a não vida desde o início (Butler, 2018, p.33).

Em um estudo desenvolvido para seu doutorado entre os anos de 1968 e 1969, Perlman (2002) coletou dados referentes a aplicação de 750 entrevistas a residentes de favelas da Zona Sul, Zona Norte e de municípios vizinhos à cidade do Rio de Janeiro, com objetivo de entender principalmente o local de origem dessas pessoas e suas formas de vida diária. O livro publicado com os resultados dessa pesquisa fazia uma crítica aos “Mitos da marginalidade”, como o próprio título já enfatiza, não só no âmbito teórico dessa corrente de pensamento à época¹⁷⁰, mas especialmente no que tange as implicações da utilização do conceito de “marginal” à vida social, cultural, política e econômica dos moradores das áreas por ela pesquisadas.

As conclusões de Perlman (2002, p. 290), já apontavam e entravam nesse debate teórico, com análises da vida diária dos moradores das favelas entrevistados, principalmente em relação às formas como o conceito de “marginal”, enquanto um “mito”, continuava a ser uma realidade vivida por essa população e servia a uma “função ideológica-política de preservar a ordem social que os gerou”. Dessa forma, ela estabelece que existem três elementos que estão interligados e que poderiam contribuir para o entendimento da perpetuação do mito, mesmo no universo da vida diária das próprias pessoas entrevistadas: determinadas formas de práticas

¹⁷⁰ O conceito de marginalidade teve muitas interpretações e um debate profícuo que procurou, por meio muitas vezes de uma análise que partia da prática social, atualizar a teoria para a realidade vivenciada nos países da América Latina a partir do final dos anos 60 (Simoni-Santos, 2017). De forma geral, a teoria da marginalidade abordava os aspectos relativos à pobreza urbana como um aspecto específico e apartado do crescimento econômico advindo da industrialização e urbanização. Havia, por exemplo, por uma das vertentes dessa análise, uma separação entre o que era considerado pobreza rural das populações “marginais” urbanas, essa última como sendo um processo transitório, marcadamente presente em um período de reorganização produtiva e intensificação de processos de migração interna entre estados e cidades brasileiras. Com isso, julgava-se que as famílias migrantes que se estabeleciam nas cidades à procura ou em função de ofertas de trabalho seriam eventualmente absorvidas pela economia urbano-industrial e “melhorariam de vida”. Ou seja, em um primeiro momento, procurariam locais com menos ou nenhuma infraestrutura para estabelecer suas moradias, mas quando estivessem inseridas dentro do sistema econômico vigente, poderiam arcar com as despesas de uma habitação em áreas mais consolidadas da cidade. O conceito de “massa marginal” da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), já havia sofrido severas críticas no debate com Francisco de Oliveira (2013a), que procurou abordar as especificidades da relação dos processos dualistas cepalinos por um viés dialético (Simoni-Santos, 2017).

sociais que estariam interligadas à pobreza urbana e que criam estereótipos propagados pelo senso comum; a ideologia da marginalidade enquanto condição de práticas diárias e a teoria intelectual que criou e propagou o mito.

As conclusões desse primeiro estudo da autora apontam que os:

[..] "mitos" existentes sobre marginalidade social, cultural, política e econômica eram “empiricamente falsos, analiticamente enganosos e devastadores quanto às suas implicações em políticas públicas direcionadas a favelas”. Conclui que os favelados não eram “economicamente ou politicamente marginais, mas explorados e reprimidos; não eram socialmente ou culturalmente marginais, mas estigmatizados e excluídos de um sistema social fechado”. A pesquisa serviu como crítica aos estereótipos predominantes sobre migrantes e moradores de favelas que fomentaram as políticas de erradicação, desabonando pressuposições como a de que favelados eram "elementos marginais" e representavam uma ameaça à estabilidade política (Perlman, 2003, p. 3).

Essas reflexões foram relevantes à época, pois colocavam uma dimensão mais complexa em relação a realidade prática vivenciada pelas populações de trabalhadores com menor rendimento e que moravam em locais mais desprovidos de acesso à infraestrutura e a serviços públicos na metrópole carioca. Ela justamente aponta para o fato de que o modelo da teoria da marginalidade pressupunha que existisse um equilíbrio dentro de um sistema cujas ações supostamente atenderiam ao bem comum, mas que, no entanto, esse sistema “estável” tenderia justamente a beneficiar determinadas parcelas da população ao explorar outras, concluindo que: “Os grupos assim explorados não são marginais, mas integrados em larga medida no sistema, funcionando como uma parte vital do mesmo” (Perlman, 2002, p.288).

Dessa forma, as análises da autora traziam considerações importantes para o debate há época, mesmo não aprofundando nas especificidades trabalhadas por Oliveira (2013a)¹⁷¹, ou

¹⁷¹ A principal argumentação colocada pelo autor é a relação dialética do atraso como fundamento do moderno – o moderno se realiza pautado no atraso, naquilo que não é plenamente capitalista, mas está integrado de certa forma ao sistema, como a precarização do trabalho e formas de expropriação advindas de uma análise ampliada do conceito de acumulação primitiva. Nesse sentido ele faz a Crítica à Razão Dualista, ao afirmar que no Brasil, existiria o moderno e o atrasado de forma intrínseca, um fazendo parte do outro na constituição não só da economia, mas principalmente da exploração da força de trabalho. Problematisa que as formas extraeconômicas observadas por ele nas áreas rurais brasileiras enquanto características desse imbricamento do atrasado e do moderno, como as pequenas lavouras de subsistência com trabalho não pago, a grilagem de terras com um trabalho pretérito incorporado por exemplo, enquanto dispositivos para o próprio processo de modernização nas cidades, vão ter continuidade no urbano. O autor analisa uma espécie de economia de subsistência urbana, presente no debate da autoconstrução das habitações por exemplo, item que deveria ser computado como um elemento pago aos trabalhadores assalariados enquanto necessidades de subsistência, a moradia, enquanto um elemento do conjunto das coisas que representam a força de trabalho. No entanto, o trabalhador usa suas horas livres, o tempo não remunerado, para arcar com o custo que é próprio da remuneração da sua força de trabalho. A autoconstrução foi lida pelo pensamento crítico da urbanização como uma chave de interpretação de como esse processo se naturaliza dentro das relações sociais, no cotidiano dos trabalhadores de menor renda nas cidades, e se torna um elemento estrutural para a reprodução social no Brasil. O trabalhador, portanto, reduz o custo da sua própria reprodução social, fazendo cair os salários e gerando uma alta taxa de rentabilidade para o capital brasileiro.

por Kowarick (1979)¹⁷², por exemplo, mas sinalizando para temas conceituais que não eram discutidos, especialmente em se tratando do período da realização da pesquisa de Perlman (2002), que Brum (2012) denominou de “A Era das Remoções” na cidade do Rio de Janeiro.

Para Brum (2013), houve a criação de um órgão governamental específico nessa época, especialmente em função da instauração da ditadura militar no país a partir de 1964, e que estabeleceu, como um de seus objetivos, erradicar as áreas de favelas no Rio de Janeiro, especialmente as concentradas nas áreas central e sul da metrópole. A prática, segundo Abreu (2013), foi desenvolvida pelo governo militar de forma autoritária, principalmente pela supressão dos direitos civis das populações afetadas, abrindo espaços para novas frentes de investimento do setor imobiliário nessas regiões.

Sem embargo, a partir de 1968, o ideal remocionista toma forma com a criação da CHISAM (Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana), vinculada ao Ministério do Interior (assim como o BNH), com a autarquia assumindo o controle direto de vários órgãos do governo do estado da Guanabara. A criação da autarquia assegurava que a política para as favelas na Guanabara e na região metropolitana, no Estado do Rio, ficaria sob controle do governo federal (Brum, 2013, p.182).

Uma das missões da CHISAM era erradicar as favelas do Estado do Rio de Janeiro e da cidade até 1976, objetivo que seria alcançado por meio de um levantamento quantitativo social e territorial da população moradora de favelas. Conhecida como um “programa de desfavelamento”, uma das características distintivas da CHISAM era a realização de editais que seriam mais flexíveis, possibilitando às empresas privadas utilizarem novos materiais para a construção, preferencialmente padronizados, para aumentar a quantidade e diminuir o tempo de produção. Entravam nesse grupo: instalações sanitárias, janelas, portas e a própria estrutura das edificações. A construção poderia contratar parte da mão-de-obra oriunda dos futuros moradores, o que era visto como uma forma de “elevação de renda” dos “favelados”.

A população removida pelo programa era reassentada em outras partes da cidade, distantes do centro e sem infraestrutura básica, nos loteamentos populares já mencionados da Cidade de Deus, do Gardênia Azul¹⁷³ e de Curicica, na Baixada de Jacarepaguá em 1966, como

¹⁷² O autor aponta para o processo que denominou de “espoliação urbana”, decorrente e interligado às ações da exploração do trabalho e do próprio movimento contraditório da acumulação ampliada do capital. A espoliação urbana se apresentaria como uma gama de expropriações coletivas: a precariedade dos espaços e dos serviços oferecidos pelo poder público em fragmentos da cidade, pouca oferta de transporte público ao trabalhador, a precariedade da oferta de trabalho ou da falta dela e o papel central que assume o Estado nessa dinâmica, principalmente ao escolher fatias da cidade que receberão investimentos em serviços e infraestrutura.

¹⁷³ O loteamento e regularização fundiária das habitações já existentes nesse bairro foi uma das ações empreendidas pela CHISAM, com realização final no ano de 1969, por meio do BNH e Cohab. Os moradores, com suas áreas “regularizadas”, agora deveriam pagar pela habitação ao governo. Fonte: Companhia de Habitação Popular do Estado da Guanabara – COHAB – Relatório de Diretoria, Balanço, Conta de Lucros e

na construção de conjuntos habitacionais do BNH e da COHAB em regiões denominadas de subúrbios cariocas¹⁷⁴. Além da distância do mercado de trabalho, os moradores dos novos conjuntos também não tinham acesso a escolas ou comércio, que era incipiente no início das construções, bem como perdiam a renda advinda dos pequenos comércios que muitos moradores tinham em suas antigas residências. No período de 1968 a 1971, foram removidas pelo órgão cerca de cinquenta favelas, com todas as famílias reassentadas nos conjuntos habitacionais então construídos.

Segundo reportagem publicada pelo O Globo¹⁷⁵, a CHISAM afirmava que nenhum morador era removido para um local que fosse mais do que 10 quilômetros distante de sua antiga residência. Importante mencionar, que as habitações populares construídas por meio desse programa, deveriam ser pagas pelos moradores ao poder público. O levantamento quantitativo socioeconômico dos moradores era uma das prerrogativas da CHISAM, que precisaria ser feito junto aos residentes da favela a ser removida, para determinar a exequibilidade dos futuros pagamentos do imóvel pelas famílias, sendo computados nesse levantamento não somente a renda advinda do trabalho individual e familiar, mas também os bens materiais de cada casa, como eletrodomésticos e mobília.

O ex-presidente da Ampava e ex-morador da Vila Autódromo, Altair Guimarães¹⁷⁶, por exemplo, relatou que foi removido pela primeira vez em sua vida nessa época, quando tinha 14 anos, de uma comunidade chamada Ilha dos Caiçaras, que se localizava na Zona Sul da cidade e reassentado pelo Estado na Cidade de Deus, portanto muito distante, da sua residência anterior. Posteriormente, para a construção da Linha Amarela, o poder público removeu sua família mais uma vez e ele acabou indo morar na Vila Autódromo, onde, conseqüentemente, passava pelo terceiro processo de remoção da sua vida. A vida dele mostra como, para uma parte da sociedade, o urbano é uma somatória de expropriações.

Perdas no exercício de 1969. Acervo Jornal O Globo, 19 de março de 1970. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=CHISAM&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1970>

¹⁷⁴ Para análise mais detalhada sobre a formação dos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro, consultar: FERNANDES, Nelson da Nóbrega. O rapto ideológico da categoria subúrbio Rio de Janeiro 1858 a 1945, Rio de Janeiro: Apicuri, 2011; ABREU, Maurício de A. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 4ª edição, 2013.

¹⁷⁵ “Falta de habitações paralisa remoção de novas favelas”. Acervo Jornal O Globo, 15 de junho de 1971, p.20. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=CHISAM&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1970>

¹⁷⁶ Entrevista Altair Guimarães, 20 de dezembro de 2014.

Mesmo com a extinção da CHISAM em 1973¹⁷⁷, “a política de remoção maciça de favelas erradicou sessenta e duas favelas e deslocaram aproximadamente 17 mil famílias e algo em torno de 100 mil pessoas” (Perlam, 2003, p. 4).

Destaca-se o protagonismo de organizações sociais, nos anos posteriores à extinção da CHISAM, notadamente da igreja católica, pela fundação de um programa de assistência jurídica em 1979, a Pastoral de Favelas, que foi responsável por uma melhor articulação das organizações sociais, das associações de moradores e dos próprios habitantes das favelas cariocas, o que contribuiu para um primeiro movimento de luta pela posse das terras. As reivindicações dessas organizações foram responsáveis pela inclusão das pautas dos trabalhadores de menor renda aos planos de planejamento urbano que seriam desenvolvidos pelos governos nos próximos anos.

Com a redemocratização do país no fim da ditadura militar em 1985, a principal medida habitacional adotada pelo Estado foi a da urbanização das favelas, ou de programas que poderiam ser classificados como paliativos, como os propostos na primeira gestão de Leonel Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT), de 1983 a 1987, como Governador do Estado do Rio de Janeiro: o Projeto Mutirão, com gestão municipal, que pagava aos moradores cadastrados um salário mínimo pelo sobretrabalho da autoconstrução das suas residências e o projeto estadual denominado “Cada Família Um Lote” (CFUL).

O objetivo do projeto estadual era promover a regularização fundiária e titulação de posse de áreas ocupadas pelos trabalhadores com menores rendas, ao mesmo tempo em que previa a implantação de saneamento básico para esses mesmos locais. Como destaca Gonçalves (2013), esse projeto tinha como objetivo, através da Companhia Estadual de Habitação do Rio de Janeiro (Cehab), intermediar a compra financiada dos imóveis pelos moradores que, ao final do pagamento proposto, receberiam o título da propriedade:

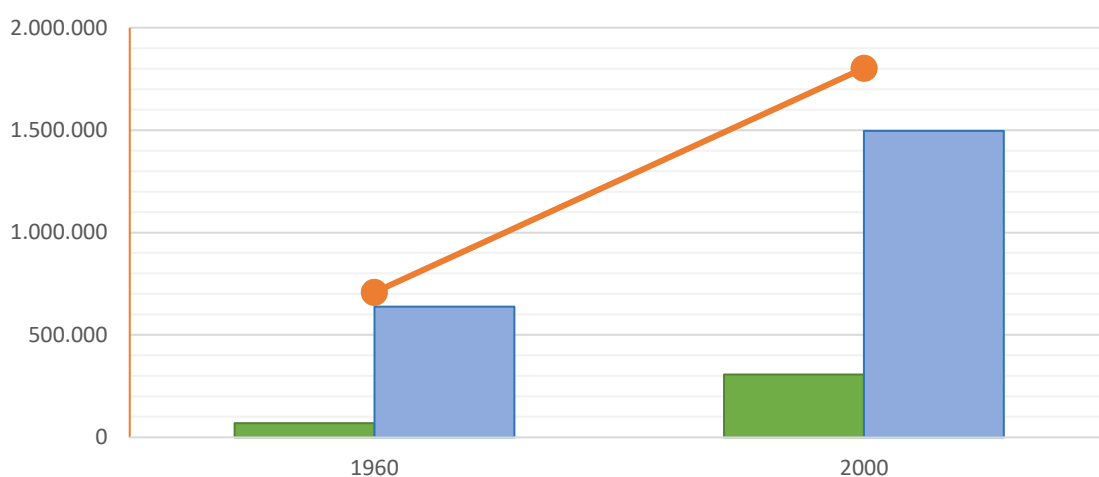
[...] pretendia regularizar 400 mil imóveis, situados em favelas e em loteamentos clandestinos e irregulares na região metropolitana do Rio de Janeiro, mas seus resultados se revelaram bastante modestos: apenas 16 mil títulos provisórios foram entregues e, em vários casos, os documentos definitivos nunca foram outorgados [...] (Gonçalves, 2013, loc 6494).

¹⁷⁷ Extinta pelo então presidente Emílio G. Médici por meio de decreto, após o lançamento por meio da lei n. 6.008, em 26 de dezembro de 1973, da Planhap - Plano Nacional de Habitação Popular. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6008-26-dezembro-1973-357359-publicacaooriginal-1-pl.html>.

Diversos complicadores são atribuídos à falta de amplitude do CFUL, como o endividamento e não cumprimento do pagamento das parcelas acordadas entre a Cehab e os moradores, bem como conflitos relacionados a propriedades que eram alugadas.

Ambos os projetos citados dessa primeira gestão de Leonel Brizola foram encerrados com o fim do seu mandato, em 1987, não tendo continuidade no governo posterior, de Moreira Franco pelo PMDB, de 1987 a 1991, nem no segundo mandato de Brizola, também pelo PDT, de 1991 a 1994.

Gráfico 5 – Índice Domicílios em favelas 1960-2000



Tipo	1960	2000	Var.
Favela	69.690 9,8%	306.609 17,0%	4,40
Fora da favela	638.528 90,2%	1.495.738 83,0%	2,34
Total	708.218	1.802.347	2,54

Fonte: Censos Demográficos 1960 e 2000, IBGE – produção nossa.

Mesmo com as políticas adotadas pelos governos e outras que se seguiram nos próximos anos, agora focadas na urbanização das áreas de favelas ou aglomerados subnormais, conforme os termos atuais¹⁷⁸, o número de pessoas morando em áreas destituídas de

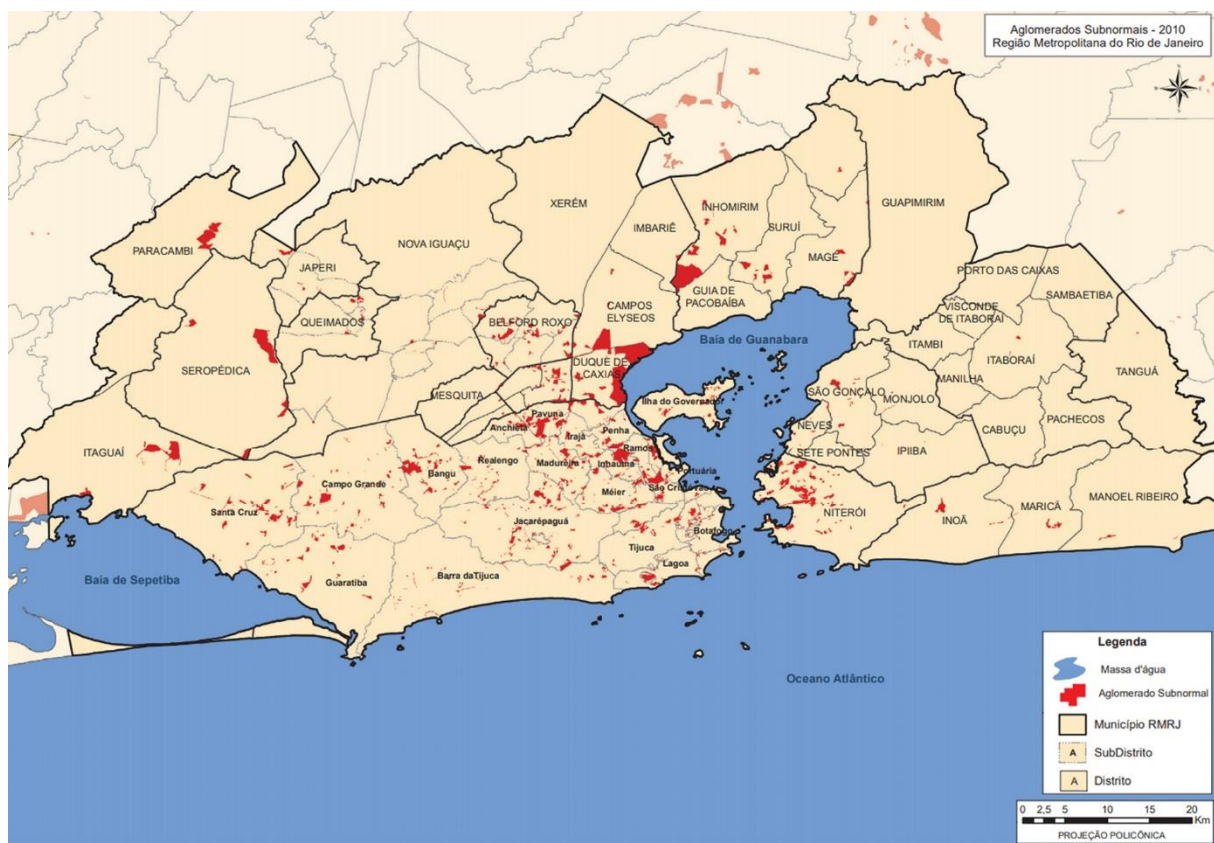
¹⁷⁸ Segundo a classificação do Sistema de Assentamento de Baixa Renda – SABREN – da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, o termo “favela” refere-se a: “área predominantemente habitacional, caracterizada por ocupação clandestina e de baixa renda, precariedade da infraestrutura urbana e de serviços públicos, vias estreitas e alinhamento irregular, ausência de parcelamento formal e vínculos de propriedade e construções não licenciadas, em desacordo com os padrões legais vigentes”. O termo “Aglomerado Subnormal” refere-se a: “o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma dessas características: 1- irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou; 2- carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública)”. Disponível em:

infraestrutura oferecida pelo Estado cresceu consideravelmente na metrópole do Rio de Janeiro entre os anos de 1960 e 2000, conforme é possível observar no gráfico 5.

Pelos dados levantados pelo IBGE, é possível analisar que os 69.690 domicílios em áreas de favelas no ano de 1960 passam para 306.609 em 2000, representando, portanto, um aumento de 236.919 domicílios em 40 anos, e praticamente dobrando a participação de domicílios em áreas de favelas nesse período, de 9,8% para 17%. Enquanto o número total de residências aumentou em 154% no período, o número de domicílios em áreas de favelas variou 340% no mesmo período.

O último Censo Demográfico, no caderno “Aglomerados Subnormais”, publicado no ano de 2010, traz referência ao crescimento das áreas subnormais na Zona Oeste da cidade, citada no relatório como sendo “um dos principais eixos de expansão urbana no Município do Rio de Janeiro” (Censo 2010, p.67).

Figura 29 – Aglomerados Subnormais Censo 2010



Fonte: Censo 2010, p.65 – reprodução nossa

O interessante do relatório, que pode ser observado na figura 29, são os elementos que distinguem visualmente a concentração e adensamento entre as áreas marcadas na Zona Sul da cidade, notadamente de favelas consolidadas e muito povoadas como Rocinha e Vidigal, em contraste com as áreas destacadas dos assentamentos na Zona Oeste, mais dispersos espacialmente e menos condensados, com exceção da área ocupada por Rio das Pedras, em Jacarepaguá, hoje considerada a terceira maior favela da cidade¹⁷⁹.

Uma das questões apresentadas pela continuidade da pesquisa de Perlman (2003, p. 4-5), realizada a partir do ano de 1998¹⁸⁰, se referia ao aumento populacional nas áreas de favelas e a queda proporcional de crescimento da população no restante da cidade nos últimos anos, de acordo com os dados levantados pelo IBGE em 2000: “entre 1990 e 2000 a população da cidade cresceu 6.9% ao ano enquanto as favelas cresciam em 24%. A porcentagem da população do Rio morando em favelas, de acordo com as estatísticas oficiais apresentadas, é agora a mais alta entre as cidades brasileiras”. A autora indaga então, de onde estariam vindo esses moradores, se seriam migrantes de outras regiões do país ou moradores de outras áreas da própria cidade que estariam ocupando áreas nas favelas por um processo de empobrecimento – perda de trabalho, alto custo de vida – que colocariam a impossibilidade da permanência dessa população em outras áreas da cidade.

No entanto, as estatísticas coletadas pela CHISAM em 1971 já apontavam que a maioria dos moradores das favelas não eram provenientes de outras regiões do Brasil, como Minas Gerais ou estados do Nordeste, mas sim de outras cidades do próprio estado do Rio de Janeiro, cujas terras agrícolas se tornaram “incipientes”¹⁸¹ o que os obrigou a migrar para a cidade em busca de trabalho.

Dados do IBGE de 2000, sobre migração da população das favelas podem ajudar a problematizar as questões levantadas por Pearlman (2003) e pelos dados da CHISAM. Analisando os dados de 1960 e 2000, no gráfico 6, é possível destacar que 47,8% das pessoas residentes em favelas em 1960 e 68,8% em 2000 eram provenientes do próprio município. Cerca de 17,1% em 1960 e 3,7% em 2000 eram provenientes do Estado do Rio de Janeiro,

¹⁷⁹ “Rio é a cidade com maior população em favelas do Brasil”. O Globo, Brasil, publicação online. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/rio-a-cidade-com-maior-populacao-em-favelas-do-brasil-3489272>. Acesso em janeiro de 2020.

¹⁸⁰ Esse segundo estudo tinha por objetivo encontrar e entrevistar o maior número possível dos moradores que haviam sido abordados durante a pesquisa que deu origem ao livro “O mito da marginalidade” e suas reflexões e conclusões podem ser acessadas em Pearlman, 2010.

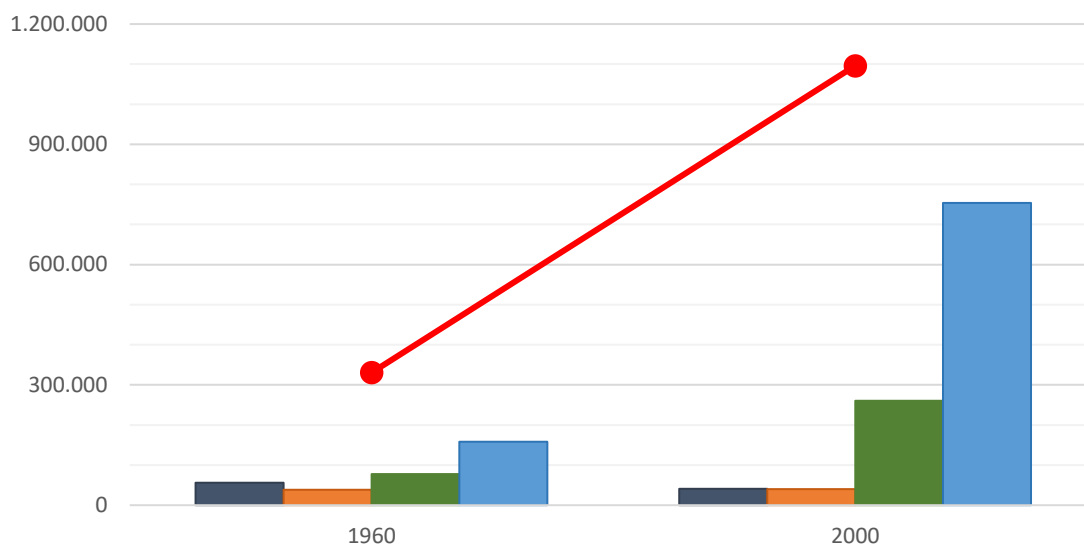
¹⁸¹ “CHISAM não se preocupa com falso favelado”. Acervo Jornal O Globo, 02 de fevereiro de 1971, p.10.

Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=CHISAM&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1970&anoSelecionado=1971>

sendo 11,5% em 1960 e 3,7% em 2000 migrantes do estado de Minas Gerais. Enquanto a população total em favelas tenha aumentado 230% nesse período, o total de pessoas que vieram da própria cidade aumentou 380%. Ou seja, grande parte da população que passou a morar em favelas dentro desse período são provenientes do próprio município do Rio de Janeiro.

Gráfico 6 – Migração para áreas de favelas por Estado/Município 1960-2000



	Local de nascimento	1960	%	2000	%	var.
	Município do Rio de Janeiro	158.166	47,8%	754.048	68,8%	4,8
	Rio de Janeiro (exceto MRJ)	56.377	17,1%	40.658	3,7%	0,7
	Minas Gerais	38.148	11,5%	40.459	3,7%	1,1
	Outros	77.904	23,6%	260.760	23,8%	3,3
	Total	330.595		1.095.925		3,3

Fonte: Censos Demográficos 1960 e 2000 – IBGE – produção nossa.

Por esses dados, é possível inferir que a migração, nesse período analisado, não deteve papel relevante no crescimento da população moradora de favelas, mas sim o empobrecimento de grande parte dos habitantes da própria cidade, que passou a viver em tais áreas. Essas conclusões já haviam sido problematizadas e abordadas em artigo publicado por Taschner (1996), com a ressalva sobre a dificuldade, à época, na coleta de dados mais concretos sobre a dimensão das famílias que moravam em favelas na cidade.

Na década de 90, a intensificação das remoções de moradores entraria novamente na pauta dos governos municipais, principalmente amparados por programas ditos de urbanização

dos aglomerados subnormais na cidade, como o Favela Bairro¹⁸² lançado em 1996 e o Morar Carioca¹⁸³, em 2010.

O Projeto Favela Bairro entra em operação na implementação do Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro de 1996, dentro de uma das sete estratégias propostas. Tinha por objetivo principal, conforme o plano, “normalizar a situação urbanística” e “desestimular a favelização” (Prefeitura, 1996), sem, contudo, ser muito significativo nos anos subsequentes.

Importante salientar que, para a implantação do novo programa de urbanização de áreas subnormais, o Morar Carioca, o município do Rio de Janeiro recebeu um empréstimo de 150 milhões de dólares do BID¹⁸⁴, banco internacional que já havia contribuído financeiramente também para o programa Favela Bairro, enquanto uma das metas de inserção da metrópole carioca no mercado das cidades globais por meio das instituições financeiras internacionais (Banco Mundial, 2000).

Os objetivos dos programas de habitação, nas suas mais diversas fases e governos, tinham por pressupostos a remoção dos habitantes das áreas subnormais, com reassentamento em outros locais, quase sempre muito distantes, e da inserção dessa parcela da população na economia por meio da dívida habitacional.

Além disso, as condições descritas pelos moradores da Vila Autódromo e das outras comunidades da Barra da Tijuca revelam a necessidade de uma luta constante para obter acesso a elementos básicos da urbanização, como saneamento, luz, transporte, não sendo diferente das condições encontradas, por exemplo, na constituição da metrópole paulistana e que foram relatadas e analisadas por vários autores (Carlos, 2004; Alvarez, 2017b; Simoni-Santos, 2006, Alves, 2008).

O que a pretendida homogeneização do espaço, por meio dos planos de ordenamento urbano, como os programas do Favela Bairro ou do Morar Carioca revelam, para além das alterações físicas nas estruturas dos bairros, é uma tentativa de apagamento dos corpos dos trabalhadores de baixa renda que habitam esses espaços por meio dos processos de remoção. A valorização que se pretende para a metrópole carioca, por meio das diversas alianças e frações do capital com as instituições financeiras internacionais, necessita do apagamento do diferente,

¹⁸² Maiores informações sobre o Programa Favela Bairro, disponível em: http://www0.rio.rj.gov.br/habitacao/favela_bairro.htm. Acesso em março de 2018.

¹⁸³ Maiores informações sobre o Programa Morar Carioca, disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smhc/conheca-o-programa>. Acesso em março de 2018.

¹⁸⁴ “Rio de Janeiro recebe empréstimo de U\$150 milhões do BID para melhorar as condições de vida nas favelas”. Disponível em: <https://www.iadb.org/pt/noticias/rio-de-janeiro-recebe-emprestimo-de-us-150-milhoes-do-bid-para-melhorar-condicoes-de-vida>

do corpo, das relações sociais e da vida da população trabalhadora que se colocam enquanto barreiras à continuidade dos processos de fronteira de expansão imobiliária, mas que, contraditoriamente, é necessária como força de trabalho.

Um fato muito significativo desse apagamento foi colocado em prática no primeiro mandato do então Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral do PMDB. Em 2009, o poder público iniciou um processo de invisibilização das favelas da cidade, principalmente das que estavam próximas a grandes vias de circulação na cidade, como o Complexo da Maré e do Alemão. A estratégia utilizada foi a de “murar” esses espaços com barreiras acústicas que impediam também a visualização das estruturas físicas dessas áreas. Por conta da polêmica social que se seguiu ao processo já em curso na cidade, o então prefeito recém-eleito, Eduardo Paes, declarou ser necessário “quebrar o tabu sobre as remoções”, e que havia sido construída na cidade uma ideologia de que não era possível nenhum governo interferir nas áreas de favelas do Rio de Janeiro¹⁸⁵.

Para Mendes (2016, p.148 – grifos nossos), foi a partir do ano de 2009, quando foi sancionado o Plano Estratégico 2009-2012, que se consolidam de fato **as ações de remoção de populações residentes em áreas de favelas enquanto constitutivas de “uma política oficial e publicamente defendida”**. O plano estratégico então vigente previa a diminuição de áreas de favelas pelo poder público, o que institucionalizou as remoções já em curso na cidade e colocou os processos de violação dos direitos das populações residentes em um outro patamar. “Assim, um novo conjunto de discursos e ações é adotado pela Prefeitura do Rio de Janeiro, a partir de 2009: ‘redução de áreas faveladas’, ‘congelamento urbanístico’, ‘choque da ordem’ e ‘remoção para os Jogos Olímpicos’ são expressões que entram no vocabulário político da cidade [...]” (Mendes, 2016, p. 156)

Por conta de todo esse processo publicamente divulgado das remoções, ganham protagonismo, nessa mesma época, as instituições que atuavam na defesa dos moradores, tanto por dentro da burocracia estatal, quanto aquelas que organizavam e repassavam informações aos moradores das comunidades afetadas ou ameaçadas. A busca por um direcionamento jurídico-institucional que pudesse se contrapor aos processos de remoção em curso na cidade aproximou essas instituições e contribuiu para que uma rede de ajuda e acolhida fosse criada e se desenvolvesse ao longo do processo. Dessa forma, um morador que soubesse de uma tentativa de remoção que potencialmente iria afetar a sua comunidade podia entrar em contato,

¹⁸⁵ Disponível em: <http://extra.globo.com/noticias/rio/paes-diz-que-remocao-de-favelas-nao-pode-ser-tabu-265452.html>. Publicado em 11 de abril de 2009. Acesso em maio de 2016.

de acordo com suas vivências cotidianas, com um dos órgãos de ação de forma direta ou indireta, conforme discute Magalhães (2016, p.211), “através da Igreja Católica, da Defensoria Pública ou a partir do contato feito com um ‘militante referência’ da localidade, região ou que já se tivesse conhecimento”.

Em 2013, no lançamento do terceiro Plano Estratégico da cidade de 2013-2016, a Prefeitura coloca explicitamente como meta do setor de Habitação e Urbanização, “alcançar pelo menos 5% de redução de áreas ocupadas por favelas na cidade até 2016, tendo como referência o ano de 2008” (Prefeitura do Rio de Janeiro, 2013, p.55), tornando explícita a intensificação das remoções na preparação da cidade para a realização dos Jogos Olímpicos Rio-2016 e do próprio Projeto Morar Carioca, mobilizado, em muitos casos, para justificar a remoção das pessoas de pretensas áreas de risco, de preservação ambiental ou outros.

Por meio de dados coletados pelo Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro, em três versões da publicação: “Dossiê Megaeventos e Direitos Humanos no Rio de Janeiro” (Dossiês 2013; 2014; 2015), é possível analisar a dimensão desse processo de remoção de moradores de áreas de favela na cidade, intensificados na cidade depois do anúncio do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos, em 2009. Segundo esse levantamento, entre os anos de 2009 e 2015 foram removidas cerca de **22.059 famílias, o que totalizaria 77.206 pessoas** (Dossiê Violações, 2015 – grifos nossos).

É importante considerar, para os objetivos compreendidos pela pesquisa, que por esse levantamento, pelo menos dez comunidades foram ameaçadas de remoção ou já sofreram processos de remoção ligados às obras de infraestrutura ou construção de equipamentos para os Jogos Olímpicos na região da Barra da Tijuca, sendo que cinco delas, localizadas no bairro do Recreio dos Bandeirantes, foram totalmente removidas: Restinga, Vila Harmonia, Vila Recreio II, Notredame e Vila do Amoedo. Pelo documento, ainda seguiam ameaçadas, pelo levantamento, ou com processos em curso, as comunidades de: Arroio Pavuna, Vila União (Curicica), Vila Autódromo, Vila Azaleia e Asa Branca.

Tabela 4 – Comunidades Removidas na cidade do Rio de Janeiro

Comunidade	Tempo da ocupação	Nº de famílias removidas	Nº de famílias ameaçadas	Total de famílias	Justificativa
1. Largo do Campinho/Campinho	1980	65	Totalmente removida	65	BRT Transcarioca
2. Rua Domingos Lopes (Madureira)	s/i	100	Totalmente removida	100	BRT Transcarioca
3. Rua Quáxima (Madureira)	1970	27	Totalmente removida	27	BRT Transcarioca
4. Penha Circular	s/i	40	Totalmente removida	40	BRT Transcarioca
5. Largo do Tanque	s/i	66	Totalmente removida	66	BRT Transcarioca
6. Arroio Pavuna (Jacarepaguá)	1938	68	28	96	Acesso à Condomínio de luxo Viaduto para o BRT Transcarioca Preservação Ambiental
7. Vila das Torres (Madureira)	1960	1017	Totalmente removida	1017	Pq. Municipal de Madureira "Legado" associado à Transcarioca
8. Restinga (Recreio)	1994	80	Totalmente removida	80	BRT Transoeste
9. Vila Harmonia (Recreio)	1911	120	Totalmente removida	120	BRT Transoeste
10. Vila Recreio II (Recreio)	1996	235	Totalmente removida	235	BRT Transoeste
11. Notredame (Recreio)	s/i	52	Totalmente removida	52	BRT Transoeste
12. Vila da Amoedo (Recreio)	s/i	50	Totalmente removida	50	BRT Transoeste
13. Outras remoções[1]		129		129	BRT Transoeste
14. Vila Taboinha (Vargem Grande)	1990	—	400	400	Reintegração de posse
15. Asa Branca (Curicica)	1986	—	s/i	s/i	BRT Transolímpica
16. Vila Azaleia (Curicica)	1990	—	100	100	BRT Transolímpica
17. Vila União (Curicica)	década de 1980	340	—	340	BRT Transolímpica
18. Colônia Juliano Moreira	1935	—	400	400	BRT Transolímpica
19. Metrô Mangueira	1980	566	46	612	Estacionamento para o estádio do Maracanã
20. Vila Autódromo (Jacarepaguá)	1985	430	120	500	Parque Olímpico BRT Transolímpica Preservação Ambiental
21. Belém-Belém (Pilares)	1972	—	300	300	Construção de novo acesso para o Estádio João Havelange (Engenhão)
22. Favela do Sambódromo	s/i	60	Totalmente removida	60	Alargamento do Sambódromo
23. Morro da Providência	1897	140	692	832	(1) Implantação de teleférico e plano inclinado (2) área de risco
24. Ocupação Machado de Assis	2008	150	Totalmente removida	150	Projeto Porto Maravilha
25. Ocupação Flor do Asfalto	2006	30	Totalmente removida	30	Projeto Porto Maravilha
26. Ocupações na Rua do Livramento	s/i	—	400	400	Projeto Porto Maravilha
27. Ocupação Boa Vista	1998	35	Totalmente removida	35	Projeto Porto Maravilha
28. Quilombo das Guerreiras	2006	70	Totalmente removida	70	Projeto Porto Maravilha
29. Zumbi dos Palmares	s/i	133	Totalmente removida	133	Projeto Porto Maravilha
30. Ocupação Carlos Marighela	s/i	47	Totalmente removida	47	Projeto Porto Maravilha
31. Ocupação Casarão Azul	s/i	70	Totalmente removida	70	Projeto Porto Maravilha
Subtotal relativo às remoções vinculadas diretamente aos megaeventos		4120	2486	6606	Copa e Olimpíadas
32. Outras comunidades	Diversos	17939	s/i	17939	A Prefeitura alega que estas famílias foram removidas por estarem em áreas de risco ou que foram reassentadas no mesmo local em razão de obras de melhorias nas suas comunidades.
TOTAL GERAL das Remoções na Cidade do Rio de Janeiro		22059	s/i	s/i	

Fonte: (Dossiê, 2015, p.36).

A resistência ao processo de remoção foi o que concedeu a algumas comunidades desse levantamento a possibilidade de permanência. Dessa lista divulgada pelos Dossiês, é possível citar algumas comunidades que ainda permanecem nos seus locais originais de forma parcial ou total, tais como: Vargens, Horto, Arroio Pavuna, Morro da Providência, Vila União de Curicica e Asa Branca, além da própria Vila Autódromo. Ao mesmo tempo, a comunidade do Metrô Mangueira, listada na tabela como tendo 46 pessoas ameaçadas de remoção na elaboração do Dossiê (2015), foi totalmente removida¹⁸⁶.

Nesse contexto, as resistências devem ser compreendidas enquanto uma prática socioespacial permanente e obrigatória frente à profunda crise urbana na qual estamos inseridos, nos termos trabalhados por Damiani (2004), que revela as contradições do processo de urbanização capitalista periférico. Para a autora, esse processo revela mais do que um crescimento econômico assentado em baixos salários: é o fundamento da urbanização puramente como negócio, excluindo a maior parte da população do acesso à infraestrutura, moradia e, sobretudo, da centralidade. Para que fosse possível uma mudança radical a esse processo, seria necessário um enfrentamento à propriedade privada e ao capital na produção do espaço. A autora supera, assim, a análise da teoria da marginalidade, pois constitui como as diferenças são inerentes ao próprio sistema capitalista em si e não haveria uma forma de mitigar esses efeitos senão por meio da própria superação do capitalismo.

Como já discutido e problematizado ao longo do trabalho, o processo de remoção de comunidades em centralidades do Rio de Janeiro, ou que se localizam, como no caso da Barra da Tijuca, na fronteira de expansão urbana do capital ligado ao setor imobiliário da metrópole carioca, não é linear e nem se encerrou com a finalização dos Jogos Olímpicos¹⁸⁷. É um processo com raízes históricas e ainda em curso na cidade, e que continuará a ameaçar a população trabalhadora, principalmente de baixa renda, que deve resistir para permanecer na cidade.

O espaço na Barra da Tijuca está sendo produzido mentalmente por um discurso de interesse do mercado imobiliário, onde ideologicamente se coloca que, por meio do planejamento urbano, é possível o apagamento de todas as contradições, inviabilizando a permanência das diferenças. O alibi de construção de uma centralidade, como já apresentado, trouxe a força necessária para a captação dos investimentos, ao longo dos anos, na tentativa

¹⁸⁶ “A remoção sem fim: demolição, protesto e violência policial volta à favela do Metrô”. RioOnWatch, Felicity Clarke, 09 de janeiro de 2014. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=9995>. Acesso em abril de 2017.

¹⁸⁷ Dados mais recentes sobre comunidades que estão ameaçadas de remoção na cidade do Rio de Janeiro depois do término dos Jogos pode ser analisado em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/03/moradores-protestam-contra-remocoes-no-rio-de-janeiro>. Acesso em março de 2018.

sempre presente de uma padronização desse espaço. Os corpos da população trabalhadora, moradora de fragmentos desse espaço, precisam ser apagados, e suas formas de vida, que compreendem momentos de realização coletivas, laços de sociabilidade, precisam ser inviabilizadas, ou absorvidas ao processo mais geral, de forma que essa pretensa homogeneização espacial possa se concretizar.

Nesse cenário, a luta pela permanência dos moradores das comunidades pesquisadas na Barra da Tijuca se coloca como uma barreira ao processo mais geral da constituição da fronteira de expansão do capital na metrópole do Rio de Janeiro, mas, como salienta Ribeiro (2012, p.150), é essencial ter uma dimensão desse processo, visto que “a resistência está em não ceder porção da cidade aos negócios urbanos, mesmo que esteja mergulhada em ambiguidades”.

5.1. As comunidades da Barra da Tijuca em resistência

Mas adiante “nós”, está o vazio ou o (muito) cheio? O mais importante não seria o desaparecimento daquilo que atravanca o caminho? Ora, existem os que acreditam que um caminho triunfal está aberto à sua frente; e os que supõem que um monte de escombros lhes impede os passos (Lefebvre, 1991, p.39)

Figura 30 – Placa Vila Autódromo atual – antes e depois da remoção



Fotografia registrada pela pesquisadora no dia 14 de janeiro de 2015

Originalmente uma pequena vila de pescadores que começou a ocupar as margens da Lagoa de Jacarepaguá, em 1960, a Vila Autódromo foi crescendo em número de moradores e espaços ocupados por moradias ao longo desses 58 anos.

Sandra Maria, por exemplo, mora na Vila Autódromo há cerca de vinte e cinco anos e relembra que ainda não haviam sido construídos os condomínios residenciais do entorno quando ela se casou e foi morar na comunidade. Em entrevista realizada no dia 19 de janeiro de 2018, a atual moradora relatou como a área ocupada pela comunidade era um charco, com muita vegetação e animais silvestres, como jacarés, capivaras e garças que habitavam as margens da lagoa. Alguns moradores, nessa época, ainda viviam da pesca e muitos também plantavam pequenas hortas nos quintais, aproveitando principalmente a metragem ampla dos terrenos e a terra fértil proveniente das cheias da lagoa.

Sandra salienta que a paisagem no entorno foi mudando, com desmatamentos e aterramento dos terrenos mais pantanosos para a construção de residenciais de alto padrão. As

melhorias urbanas, tais como arruamento e saneamento básico não chegaram, no entanto, na Vila, se restringindo às novas áreas construídas no entorno da comunidade.

quando eu cheguei ainda era um lugar assim que tinha muito mato, não tinha tantas casas. Mas eu presenciei assim um crescimento. O lugar não teve as melhorias como saneamento básico, essas necessidades básicas mesmo, mas por conta mesmo dos governantes que eles não queriam melhorar porque a intenção era realmente deixar ruim pra quando viesse com essa tentativa ser mais fácil de remover essas pessoas. Era o que eu percebia [...]. Mas quando veio o projeto das Olimpíadas foi que realmente a gente viu que ficou muito difícil e foi mais uma pressão psicológica. A pressão psicológica foi muito grande. Eu tentei resistir ao máximo porque eu tinha a minha casa [...] (Entrevista Maria “Lia”, ex-moradora da Vila Autódromo, 14 de janeiro de 2018).

O ex-morador da Vila Recreio II, Jorge, relatou que soube muito da história de construção da sua antiga comunidade através do relato oral de antigos moradores. Segundo eles, o início da Vila ocorreu por meio da construção de alguns barracos de madeira por alguns poucos trabalhadores migrantes de outros estados do Brasil, como Minas Gerais e Espírito Santo, em uma chácara cujo posseiro era um imigrante português que vendia verduras e legumes no mercado central do Rio de Janeiro. As primeiras famílias eram caseiras da chácara, mas outras vieram depois e a comunidade foi crescendo. Segundo dados da prefeitura¹⁸⁸, os primeiros registros de ocupação da área datariam de 1976, mas pelos relatos dos moradores mais antigos, a comunidade existiria há cerca de 80 anos, tendo sido iniciada por volta de 1939:

Falei, bom, quem tem história são os moradores mais antigos e quem é a história é aqueles que fundaram as coisas, pra mim eles são a própria história. Daí eu perguntei: quem é que começou isso aqui? Ah, foi o Seu Valdomiro, o seu José Mineiro, o Seu não sei quem, foi o Seu João da Banana. Falei: mas como assim que eles começaram isso aqui? Eles me contaram coisa assim do tipo: “cheguei aqui isso era mato puro. Mas quando? Ah, não tenho ideia, hoje eu tenho 90 anos, eu cheguei com 16, com 14... [...] A gente fez os barracos, mas e o que tinha aqui? Nada. E a Avenida das Américas, passava onde? Não existia. E aquela ponte lá embaixo? Aquela ponte lá surgiu 30 anos depois. E o Barra Shopping? Eu cortei de machado aqueles matos para fazer aquilo ali. Tinha umas 10 casas antigas na Barra inteira, depois fui pesquisar, cajueiro, montanhas de areia, era só isso mesmo o que tinha nesses tempos né? [...] fui descobrir aqui a Vila Recreio era I e II, que tinha duas Vilas Recreios, que era muito, muito antiga né? Se começou com eles há quase 80 anos atrás. A Barra da Tijuca começou com eles [...] A vila Recreio ficou muito, muito pequena mas em 1950 quando fizeram os primeiros trilhos pra passar com burros, para carregar bananas das matas, começou a ter mais gente morando, a ter mais barraco, e isso originou 16 barraquinhos meio perto uns dos outros, que era todo mundo vindo de Minas, de não sei onde

¹⁸⁸ Informação obtida junto ao aplicativo da Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro SABREN, disponível em: <https://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=4df92f92f1ef4d21aa77892acb358540>. Acesso em maio de 2019.

[...]E as pessoas tinha documentos desses tempos, alguns tinham conta de luz [...] (Entrevista Jorge, ex-morador da Vila Recreio II, 29 de maio de 2019).

Rio das Pedras teve um processo de formação muito semelhante ao vivenciado pelos primeiros moradores da Vila Autódromo e da Vila Recreio. Oficialmente, por dados da Prefeitura, a comunidade teria iniciado por volta dos anos 1950, com a ocupação das terras por pescadores, ao lado do rio homônimo à comunidade, que deságua na Lagoa da Tijuca. Sua população aumentou muito na década de 60, quando migrantes do norte e nordeste do país foram atraídos para a cidade do Rio de Janeiro à procura de trabalho, principalmente na construção civil. A mão de obra barata foi absorvida nas construções dos condomínios residenciais, shoppings e da própria expansão de toda a Região Administrativa da Barra da Tijuca, principalmente pós Plano Piloto de 1969.

A partir da publicação do Plano, observou-se claramente que a Barra da Tijuca passou a ser objeto de uma política de Estado, que se inicia no começo da década de 70, como apontado na primeira parte da tese, principalmente por meio da construção das vias de ligação entre a Barra e as zonas Central e Sul da metrópole carioca, articulado aos interesses dos proprietários fundiários locais. Como relatam lideranças de Rio das Pedras:

[...]começou do nada, a partir do tempo que eu comecei a me entender por gente, essa parte do Areal ela não existia, ela era tudo mangue, tudo mato, tudo turfa. A gente era conhecido na Barra da Tijuca, quando começou a Barra da Tijuca, como a Andreia falou, a mão de obra de lá sempre foi o pessoal aqui do Rio das Pedras, por ser mais perto, pela passagem ser mais barata, por ser uma passagem só e também pelo pessoal cobrar um valor baixo né? Então assim, a gente era conhecido na Barra da Tijuca pelos pés. A gente chegava em qualquer lugar, as pessoas olhavam pros nossos pés e já sabiam que era do Rio das Pedras. Porque aqui era lama pura, lama pura. A gente ia pro colégio, a gente às vezes ia com saquinho amarrado no pé, minha mãe costumava amarrar um saco no pé daí quando chegava lá fora aí minha mãe tirava aquele saco e botava o sapato da gente porque a gente estudava na Barra (Entrevista Lorena, atual moradora de Rio das Pedras 28 de maio de 2019).

Segundo Bienenstein; Sousa e Bienenstein, (2018), os processos de remoção de diversas comunidades das zonas central e sul da metrópole carioca, intensificados durante a ditadura militar, impactaram também no adensamento da comunidade de Rio das Pedras, pois as pessoas acabavam encontrando na comunidade, então localizada em um terreno público, uma segurança de possível permanência naquele momento¹⁸⁹.

¹⁸⁹ Segundo Zaluar & Conceição (2007), na década de 70 e final dos anos 80, existiam grupos denominados de “polícia mineira” em Rio das Pedras. Esses grupos já eram presentes em partes da Baixada Fluminense, como problematiza estudo desenvolvido por Alves, J. (2003), e representavam, majoritariamente, moradores civis das

Tratava-se também de um processo articulado, ainda que indiretamente, ao projeto de desenvolvimento nacional, que pressupôs a migração como condição da reprodução ampliada do capital. A migração de habitantes do norte e nordeste brasileiros para a cidade do Rio de Janeiro, nessa época, foi preponderante para que ao menos parte das obras pretendidas se realizassem. Atraídos para as grandes cidades através de campanhas da mídia e de ações governamentais, muitos desses migrantes arrumavam trabalhos temporários, principalmente na construção civil, em obras para aberturas de vias de ligação rodoviárias, prédios residenciais ou comerciais ou mesmo obras de infraestrutura. Após a finalização de um trabalho, nem sempre conseguiam arrumar outro imediatamente. O alto custo da habitação e, muitas vezes, a impossibilidade de voltar para suas cidades de origem acarretavam a necessidade de ocupação de espaços distantes do centro das cidades, que não apresentavam infraestrutura pública e que, portanto, ainda não eram interessantes para a expansão do setor imobiliário. *“Eu conheci um senhorzinho que ajudou a fazer o Maracanã, no braço toda a massa do Maracanã foi feita no braço, eu conheci um senhorzinho aqui”* (Entrevista Jorge, ex-morador da Vila Recreio II, 29 de maio de 2015).

A própria trajetória da família do Jorge teve um percurso similar ao de tantos migrantes de outros estados que foram para o Rio de Janeiro em busca de trabalho e melhores condições de vida. Segundo ele, por meio de uma proposta de emprego feita a ele por um imigrante português chamado Manoel Rodrigues, então proprietário de vários terrenos na Barra da Tijuca, Jorge e sua família chegaram à cidade. Primeiro, moraram em um sítio como caseiros desse português, posteriormente indo residir em outras comunidades do Recreio dos Bandeirantes, como a Beira Rio ou em outras propriedades como caseiros, e finalmente se estabelecendo na Vila Recreio II por volta de 1995, onde sua irmã já morava há alguns anos: *“fui lá e consegui um pedacinho pra mim e fiquei 16 anos fazendo minha casa. Porque chovia, enchia, eu levantava, não só eu, mas a comunidade toda[...]*” (Entrevista Jorge, ex-morador da Vila Recreio II, 29 de maio de 2015).

próprias localidades que cobravam de outros moradores, por serviços de segurança, como proteção contra a entrada de traficantes de drogas no local, por exemplo e que impunham, via violência, uma espécie de código de conduta de regras e posturas que deveriam ser seguidos pelos moradores. Essa foi uma época marcada por mortes arbitrárias e muita violência na comunidade. É consenso entre os pesquisadores que estudam o tema, que o nível de organizações desses grupos e as formas de extorsão foram sendo aperfeiçoados e ampliados ao longo dos anos: o controle exercido por milícias em áreas delimitadas acontece através da cobrança de uma ampla variedade de meios, tais como: demarcações de terras, grilagem, venda ou locação de imóveis; taxas para serviços de segurança, coleta de lixo, entrega de gás; taxas para comerciantes; taxas para entrada em condomínios fechados do PMCMV; dentre outras.

Igualmente, no relato da atual moradora de Rio das Pedras, o elemento presente da mão-de-obra trabalhadora aparece como preponderante para a formação das comunidades na Barra da Tijuca, como mão-de-obra barata para as diversas construções que estavam sendo realizadas pelo poder público e pela iniciativa privada nessa parte da metrópole. Em seu relato, Andrea apresenta sua percepção do papel dos moradores das comunidades na produção da Barra da Tijuca e da cidade do Rio de Janeiro:

E também, assim, é bom a gente enfatizar, que as pessoas ficavam aqui em Rio das Pedras porque tinha trabalho na Barra da Tijuca, próximo né? Então a mão de obra, quem construiu na verdade a Barra da Tijuca foi essa mão de obra que era muito barata na época que era de pessoas que morava aqui em Rio das Pedras. Então naquele período ali era interessante manter esse povo aqui também por conta disso né? Porque alguém tinha que construir aquilo lá. Então abriram as portas para aceitar e também isso aqui não tinha valor, naquela época (Entrevista Andrea, atual moradora de Rio das Pedras, 28 de maio de 2019).

Figura 31 – Antiga foto do Autódromo Nova Caledônia, 1950



Legenda: A construção do Autódromo de Jacarepaguá foi realizada em uma ampliação da área já previamente utilizada, desde os anos 50 pelo Nova Caledônia.

Fonte: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/fotos-da-barra-antiga-16077757>.

É interessante observar na imagem do antigo autódromo acima, como as mudanças morfológicas que ocorreram nesse fragmento espacial serão intensas e transformarão a paisagem. A vila de pescadores que posteriormente formaria a Vila Autódromo inicia-se na

década de 60, em uma paisagem muito semelhante à da figura. Igualmente, é possível perceber que a hoje movimentada Avenida Abelardo Bueno, a Via 11 do Plano de Lúcio Costa, ainda era estreita e não pavimentada. A área seria aterrada para a construção do Autódromo de Jacarepaguá, transformando também as cheias da lagoa e mudando, em um primeiro momento, o ecossistema local.

Muito do que era previsto no Plano Piloto (1969), não foi efetivamente concretizado nos anos posteriores, como apontado na primeira parte da tese, mas alguns desses equipamentos construídos se mostraram fundamentais para o estabelecimento de novos moradores no local, bem como para o crescimento do próprio bairro da Barra da Tijuca: o antigo Autódromo de Jacarepaguá (depois Autódromo Nelson Piquet), e o Centro de Convenções RioCentro, ambos em 1977. Para essas construções, foram necessários aterros de lagoas e brejos na região, pelo poder público, o que causou o assentamento das famílias de pescadores e de operários entre os muros do Autódromo, a Lagoa de Jacarepaguá e um córrego que margeava as avenidas Salvador Allende e Embaixador Abelardo Bueno, adensando a antiga vila de pescadores da Vila Autódromo.

Três obras de mobilidade foram cruciais para que essas construções na Barra da Tijuca fossem possíveis, principalmente como ligação com a Zona Sul da cidade, já consolidada à época: o Elevado do Joá e a ponte sobre o Canal da Joatinga, em 1977, e a Autoestrada Lagoa-Barra, em 1971. Essas obras proporcionariam um dos caminhos rodoviários possíveis para a expansão do crescimento demográfico e imobiliário da cidade do Rio de Janeiro, através de investimentos realizados pelo Estado.

Da mesma forma, como foi o processo de adensamento em Rio das Pedras, por meio de assentamentos de moradores removidos de outras comunidades da cidade, assim também ocorreu na Vila Autódromo, para onde foram transportadas, pelo poder público, famílias oriundas da antiga comunidade Cardoso Fontes, que ficava situada em Jacarepaguá, distante cerca de 15 km da Vila, cujo assentamento foi realizado pelo Governo do Estado em 1989 e posteriormente, de um grupo com 60 famílias removidas pela Secretaria de Habitação e Assuntos Fundiários, órgão vinculado à Prefeitura da cidade, assentadas na comunidade em 1994 (Plano Popular, 2012, p.7).

Praticamente todos os moradores da Barra da Tijuca entrevistados para a pesquisa conseguiram identificar as rápidas mudanças socioespaciais da região nas últimas décadas, como apontam algumas passagens dos relatos:

Aqui, quando nós viemos morar aqui, não tinha nada. Ninguém queria morar no meio do charco, da floresta, da taboa. Era uma área lindíssima, melhor do

que agora, mas ninguém queria. A nobreza não queria, porque eles querem a área urbanizada, com infraestrutura. Hoje que está tudo urbanizado, que tem infraestrutura de transporte, de educação e de saúde enfim, urbana, uma infraestrutura urbana, a população é expulsa do local. Aí manda a população pra uma área que não tem essa mesma infraestrutura e a população vai sobrevivendo [...]. (Entrevista Sandra Maria, atual moradora da Vila Autódromo, 19 de janeiro de 2018).

A Barra explodiu né? Assim, cada dia tem um condomínio novo, agora não tanto porque não tem mais espaço tanto que acho que as grandes empreiteiras, os grandes comércios têm olho nisso aqui porque é uma área que seria para eles maravilhosa, milionária né? E pelo fato da região ter crescido muito e eles não terem mais espaço aonde construir nada, nem área comercial nem residencial eles não tem mais espaço. Então a Barra cresceu muito, cresceu comércio, cresceu condomínios e cresceu algumas comunidades também. (Entrevista Jaqueline atual moradora da Barrinha, 23 de maio de 2019).

Olha, as principais mudanças. Poxa vida, a mais notória foi a questão dessa avenida aqui a Salvador Allende. Conforme foi aumentando as moradias aqui no entorno, ela foi ficando mais movimentada. Porque antes ela era muito calminha, muito pacata, quase não passava carro por aqui, sabe? Era difícil de passar, mas assim, quase não passava. Então assim, não só em relação ao entorno, mas aumentaram as moradias, não só em volta de Vila Autódromo, mas nessa área, na área do Recreio também, né? Que essa Salvador Allende leva, conduz ao Recreio. (Entrevista Robson, atual morador da Vila Autódromo, 14 de janeiro de 2018).

Sandra Maria, ao discutir essa primeira ocupação do espaço onde hoje habitam os moradores da Vila Autódromo, percebe justamente uma sobreposição de expropriações. A reflexão que se coloca nesse momento é a da necessidade premente da população trabalhadora de menor poder aquisitivo em adaptar suas vidas a lugares sem acesso à infraestrutura, pelos constantes processos de remoção pelo qual muitos moradores passaram.

Embora estivessem morando na Barra da Tijuca, que passa a receber investimentos e infraestrutura, sobretudo a partir de da década de 1970, a permanência desses moradores necessitou de um processo de luta constante, para conseguir condições mínimas de viabilização de sua vida cotidiana. Como relataram alguns moradores da Vila Autódromo, foi necessário um abaixo-assinado encaminhado à companhia de transporte coletivo Redentor, para que esta disponibilizasse a linha número 706, e que serviria de meio de locomoção para parte dos moradores da Vila que queriam ir em direção a Taquara ou Curicica. Em direção à Barra, o número 708, segundo os relatos, foi oferecido pela mesma companhia muitos anos depois, mas ainda de forma muito precária, com poucos ônibus, ou seja, era necessário esperar até uma hora pelo transporte ou realizar um percurso mais longo a pé, conforme apontou Nathália:

Os colégios mais próximos eram no Riocentro, então a maior parte das crianças estudavam no Riocentro e a gente pegava ônibus lá pra ir pros lugares. Geralmente, o lugar mais próximo pra gente fazer compras por

exemplo era Barra, que era o Carrefour, que já existia, ou os mercados na Taquara. Geralmente as pessoas faziam compra de mês num lugar ou no outro. Médico, enfim, tudo que você iria, tinha que ir pro Riocentro. A gente andava o que? Uma meia hora a pé, 25 minutos, meia hora. Não é tanto tempo, mas assim, a pé todo dia fazer essa caminhada. E era obrigatório, você não tinha outro jeito, ou você fazia essa caminhada pra pegar um ônibus ou você não tinha pra onde ir, não tinha muita opção. Então isso era bem ruim. Inclusive, às vezes, as mulheres eram assediadas nesse percurso, chegou a ter casos de estupro nesse percurso, porque é muito deserto. Quando tinha muita gente era um pouco melhor, que um meio que protegia o outro, vinha todo mundo junto. Quando vinha uma mulher sozinha ali era muito fácil realmente de alguém fazer uma maldade, porque só tinha mato e a pessoa levava a pessoa ali pra dentro do mato. Teve esses tipos de caso, era muito perigoso (Entrevista Nathália, atual moradora da Vila Autódromo, 15 de janeiro de 2018).

O relato da atual moradora da Vila Autódromo revela a necessidade de resistir a todo o momento para obter acesso as condições mínimas que deveriam ser oferecidas pelo Estado aos trabalhadores, em suas vidas cotidianas. Nesse aspecto, a produção do espaço, principalmente nas metrópoles brasileiras e latino-americanas, em países que se encontram na periferia do sistema capitalista, se realiza sob a égide do domínio do capital e da propriedade privada, que define quais corpos podem ou não habitar determinados espaços na cidade. Nessas condições, os trabalhadores, principalmente os com poder aquisitivo intermitente, vivem no limite da sobrevivência diária para se manter na cidade: é preciso resistir a todo o momento e, assim, a resistência se coloca enquanto uma prática socioespacial permanente, entremeada por processos do cotidiano.

Um importante relato sobre as formas e práticas de resistência, enquanto atos permanentes para que essa parcela da população habite a cidade, foi o de uma das lideranças da Barrinha, Jaqueline, ao contar como foi o início de formação da comunidade em uma das áreas com o metro quadrado mais caro da Zona Oeste da cidade¹⁹⁰. Segundo a atual moradora, os primeiros habitantes da Barrinha, comunidade oficialmente cadastrada na prefeitura como “Lagoa da Barra”, eram funcionários da rede Vandara de hotéis, que teria alugado o terreno onde hoje se localizam as 51 famílias para servir de moradia. No entanto, no terreno não haviam sido construídas casas – era, na época, um depósito de lixo clandestino na região – e os então funcionários do Hotel deveriam construir suas próprias residências em cima do lixo.

¹⁹⁰ Somente para comparação, no ano de 2020, o valor médio do m² para compra/venda de imóveis residenciais do bairro Barrinha divulgado no site Nuroa estava no valor de R\$9.638 para apartamentos e R\$6.221 para casas. Em 2019, o valor médio do m² para compra/venda de imóveis residenciais do bairro Recreio dos Bandeirantes divulgado pelo Secovi Rio estava sendo cotado no valor de R\$6.850 para apartamentos e R\$5.600 para casas. Fonte: nuroa.com.br (retornou resultados de Imovelweb, Viva Real, Casa Mineira e outros); Cenário do mercado imobiliário Barra da Tijuca e adjacências, ano 2019.

As pessoas, os condomínios de luxo da Barra, ainda tem isso né? Perdia a função social totalmente, pelo contrário, trazia problemas pra região porque era um terreno onde se depositava lixo. Tinha lixo de todo jeito, me falam que até material hospitalar tinha. Era um terreno particular, que ficava largado. E os moradores mais antigos sempre relatam, [...] que para conseguir acabar com o lixo foi complicado, que eles tiveram que aos poucos ir limpando, queimando, não foi uma coisa rápida porque tinha muita barata, rato, porque o lixo trazia isso né? E até eles conseguiram ir limpando e aterrando, pra poder ficar um lugar habitável né? [...] Mais ai foi isso, com o passar do tempo foram construindo as casas, aumentando e mesmo quando hotel rompeu esse vínculo né, com o proprietário que foram parando de pagar, as pessoas continuaram morando e assim foi surgindo a comunidade mesmo né? Porque as pessoas vieram trazendo parentes, com o passar do tempo outras pessoas até venderam e assim surge a Barrinha, hoje somos cerca de 160 pessoas.

Destaca-se, por esse relato, não só as piores condições possíveis para morar na cidade pelas quais os primeiros moradores da Barrinha tiveram que superar, mas, sobretudo, o caráter de exploração da própria força de trabalho deles, caracterizada pelo sobretrabalho da autoconstrução das moradias e, mais ainda, na limpeza do próprio terreno para que a construção dessas moradias pudesse ser realizada.

No caso da Vila Autódromo, a necessidade dos moradores de se unirem para a realização de obras ou de reivindicações de melhorias para a comunidade deu origem à constituição, em 1987, da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, a Ampava, que tinha por principal objetivo promover e organizar atividades coletivas que beneficiariam toda a comunidade, como recorda Brito (2007, p.34) “Lá, nos anos 70, 80, não tinha transporte, luz, água. Fomos nós mesmos que colocamos, até hoje temos atas documentando essa cidadania. Fizemos cotas entre nós e compramos canos d’água, colocamos água clandestina”.

Além disso, por meio desses relatos, foi possível entender que, por volta do mesmo período das construções imobiliárias na região, a partir dos anos 90, a poluição nas lagoas e mananciais começaram a prejudicar a pesca ainda muito presente na vida dos moradores mais antigos, havendo também uma mudança no tipo de trabalho desempenhado pelos habitantes do lugar.

Ao mesmo tempo em que houve um crescimento nas obras urbanas na Zona Oeste, especialmente na Barra da Tijuca, com a consolidação efetiva dos condomínios fechados multifuncionais, com vias expressas para automóveis e núcleos comerciais, muitas vezes interligados aos condomínios, como shoppings e boulevards com estacionamentos privativos, também houve o aumento nos processos de remoção das comunidades assentadas em espaços antes muito distantes e inacessíveis para as construções, como é o caso dos moradores da antiga

Vila Autódromo, que passaram a enfrentar o primeiro processo civil público aberto pela Prefeitura do Rio de Janeiro, que alegava danos ambientais causados pelos moradores à Lagoa de Jacarepaguá e aos córregos próximos à comunidade.

Segundo a fala do antigo morador e antigo presidente da Associação dos Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, Altair Guimarães, a respeito desse processo jurídico, a prefeitura utilizava o argumento “[...]de que a gente agredia esteticamente e visualmente, chamava a gente de feio [...]” (Entrevista Altair Guimarães, 20 de dezembro de 2014). A violência do processo de remoção começa a tomar forma nesse período, com argumentos tais como os levantados por ele, como se os moradores das comunidades fossem os responsáveis pela falta de saneamento público, pela poluição dos rios e pelo agravamento no desmatamento das áreas ambientais protegidas na região.

Dentro desse cenário, são criados grupos pelo então subprefeito da Barra da Tijuca, Eduardo Paes, que assumiu o órgão entre os anos de 1993 a 1997, para promover desocupações de áreas na Baixada de Jacarepaguá, tanto as utilizadas para moradia pela população quanto por camelôs e ambulantes. Através do slogan denominado de “Caravana da legalidade”¹⁹¹, o objetivo do então subprefeito era “limpar a região” de comunidades que “invadissem” terrenos, bem como de camelôs dentro dos bairros ou nas praias e a adoção de um padrão estético para as fachadas dos estabelecimentos comerciais.

A criação de um consenso entre a população, por meio da mídia e das ações da subprefeitura da Barra, pode ser percebida por algumas ações que surgem nessa mesma época, como a “adoção de favelas por condomínios”¹⁹², que consistiu em uma ação de moradores de condomínios de classe média-alta da região de um modelo “importado de Israel pelo subprefeito Eduardo Paes”. A reportagem de uma página do jornal O Globo de 14 de maio de 1995, apresenta a ação de moradores voluntários dos condomínios da Região Administrativa da Barra da Tijuca que “adotariam” uma favela, promovendo ações para arrecadação de doações para os moradores das comunidades, bem como melhorias de infraestrutura, como pavimentação de vias, saneamento e luz.

Essa mesma reportagem aponta que cerca de sete favelas e outros pequenos loteamentos teriam sido totalmente removidos pelo subprefeito, justificado através de

¹⁹¹ “Invasores na mira da Prefeitura. Acervo O Globo, Rio de Janeiro, 3 de junho de 1993. Barra, p.8. Acesso em 25/01/2020. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=invasores+na+mira+da+prefeitura&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1990>.

¹⁹² “Favelas Emergentes da Barra”. Acervo O Globo, Rio de Janeiro, 14 de maio de 1995. Rio, p.35. Acesso em 25/01/2020. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=favelas+emergentes+da+barra>.

estatísticas que demonstravam que as comunidades haviam crescido cerca de 125% na região: “em 82, eram 16. Em 92, chegavam a 36 e, atualmente, nove novas favelas já estão sendo cadastradas”. Era necessária, segundo esse levantamento, uma contenção dos loteamentos irregulares de forma a preservar a valorização dos imóveis.

Dessa forma, criou-se um discurso, pautado pelas ações do subprefeito da Barra e também pela mídia, que dedicou várias reportagens sobre o aumento no número de favelas na Zona Oeste da cidade, principalmente em bairros como Barra da Tijuca, que no período de doze anos, teria passado de dezesseis para trinta e seis favelas, e no bairro de Jacarepaguá, que nesse mesmo período, passou de vinte e três para sessenta e seis comunidades. Segundo reportagem que foi publicada no Jornal do Brasil em 14 de fevereiro de 1993¹⁹³, o aumento no número de favelas nessa parte da cidade podia ser percebido “facilmente” ao longo dos anos: “Na Barra, em 1980, a população favelada era de 4.609 pessoas. Dez anos depois chegava a 15.392 favelados. Em Jacarepaguá, os 57.656 favelados de 1991 não passavam de 21.939 em 1980”.

As “invasões de terra”, conforme frisa a reportagem, seriam facilitadas pela quantidade de terras vazias disponíveis e por uma pretensa convivência do poder público, mas o que não se menciona é de onde essas pessoas vinham ou porque se estabeleceram no que o jornal denomina, de “os piores lugares possíveis, como beira de canais e encostas”. O caráter da degradação ambiental, nesse sentido, é novamente utilizado como justificativa às remoções dessas populações.

O texto também enaltece as ações de Eduardo Paes à frente da “caravana da legalidade”, enquanto uma forma de barrar a expansão das áreas “invadidas” e das pretensas ligações dos moradores com grileiros de terras, que se utilizam da valorização imobiliária da área para a venda de lotes com documentações irregulares às pessoas. Dessa forma, o poder público estaria preservando “a ordem e fazendo valer a lei”, independentemente de essas famílias saírem duplamente prejudicadas das ações: por terem empregado provavelmente todos os seus recursos na compra de uma casa e a perderem sem qualquer tipo de indenização, como relata a atual moradora da Vila Autódromo, quando seus pais, antigos moradores da Rocinha, chegaram à comunidade no início dos anos 90:

E depois que a gente comprou, vendemos lá e compramos aqui e com 4 meses mais ou menos, começou: os meus pais saberem que tinha esse problema de remoção, de sair. Então pra eles foi um baque né? Porque eles, muito jovens na época e tudo que eles tinham, eles investiram aqui, porque não sobrou

¹⁹³ Barra tem “indústria de ocupação de terras. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 14 de fevereiro de 1993, Cidade, p.20. Acesso em 26/01/2020. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=82770.

dinheiro: vendeu, comprou aqui, ficou sem dinheiro nenhum [risos]. O dinheiro pra construir eles precisavam trabalhar pra poder construir, melhorar a casa. Não sobrou grana pra investir na casa, foi só pra comprar o terreno. E aí foi aquela luta, foi aquele choque muito grande, que caramba: tudo que a gente tinha investimos aqui. E agora? Se aqui sair, daí vem aquele fantasma todo né de: “se sair, as pessoas vão ficar sem nada, como é que vai ser?” A gente não sabia, nunca tinha se deparado com essa situação porque na Rocinha, querendo ou não, era uma coisa meio que certa, a gente não tinha esse problema. Pelo menos lá nunca se ouviu muito isso, quando eles estavam lá, já estava bem consolidada a favela, já era muito grande. Aí foi aquele choque, mas ficamos um bom tempo sem fazer, minha família não fez nenhum tipo de melhoria na casa, ficou com medo que se removesse a gente ficasse no prejuízo (Entrevista Nathália, atual moradora de Vila Autódromo, 15 de janeiro de 2018).

Ao longo dos anos 90, na gestão de Eduardo Paes, várias famílias da Barra da Tijuca passariam por processos de remoção. Dentre as que ele de fato conseguiu retirar dos seus locais de vida e convivência diária, são elencadas as favelas da Via Parque, Restinga do Recreio, da Macumba, Mato Alto, Vale do Sol, Grande Canal e Gilka Machado e pequenos loteamentos que ainda não tinham se formado enquanto comunidades, como publicado pelo jornal O Globo em 14 de maio de 1995¹⁹⁴, em reportagem que enaltecia as ações do subprefeito e colocava o problema da habitação digna enquanto um ato criminoso, “um resíduo de pobreza”, que foi produzido junto da explosão imobiliária da Barra.

Frente aos poucos dados que ainda existem e são disponíveis sobre as comunidades mencionadas, foi possível apurar que a Via Parque já teria sofrido um processo de tentativa de remoção anterior ao período em que Eduardo Paes foi subprefeito da Barra da Tijuca, colocado em prática por meio da construção de casas populares em Curicica para reassentamento dos moradores, em uma parceria firmada no final dos anos 80 entre a Acibarra e a Carvalho Hosken, que construiu as habitações populares e que detinha a propriedade de toda área adjacente à comunidade onde, posteriormente, depois da efetiva remoção, foi edificado o condomínio de luxo Península, dessa mesma construtora, como problematizado por Cosentino (2015, p. 55).

Na base de dados da Sabren¹⁹⁵ existe uma comunidade que está localizada na Avenida das Américas, quase em frente ao atual Shopping do Recreio, de nome “Restinga”, que teria se constituído em 1976, segundo a base de dados, em um terreno que se encontrava vazio à época e que, desde 2009, é uma AEIS. Mas não é possível afirmar que essa seja a mesma comunidade anunciada pela reportagem, como tendo sido removida por Eduardo Paes. Da mesma forma,

¹⁹⁴ “As favelas emergentes da Barra”. Acervo Jornal O Globo, Rio, 14 de maio de 1995, p.35. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?busca=favelas+emergentes+da+barra>. Acesso em 26/01/2020.

¹⁹⁵ Acesso ao longo de toda a pesquisa. Disponível em: <https://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=4df92f92f1ef4d21aa77892acb358540>.

pelo mesmo banco de dados, é possível verificar que existem grandes comunidades hoje situadas próximas à Avenida Gilka Machado, como o Canal das Taxas, conhecida popularmente como Terreirão, e que havia sido mencionada no levantamento feito pela Sudebar em 1979¹⁹⁶, na reportagem do jornal O Globo, assim como uma grande comunidade denominada de Parque Chico Mendes, que fica próxima à praia da Macumba.

Esses exemplos têm por finalidade trazer a discussão sobre como a dinâmica da expansão da fronteira não é homogênea, mesmo que a intencionalidade presente nos planos de ordenamento urbano, ou nas tentativas de remoção, sejam realizados nesse sentido. Apesar das estratégias e das alianças entre as diversas classes detentoras do capital, a vida e os corpos da classe trabalhadora se colocam no movimento da fronteira como barreiras, como contradições a esse processo. A valorização requer o apagamento desses corpos, do diferente, para poder se concretizar conforme desejado pelos grupos dominantes. E as estratégias mais globais, que incidem cada vez mais sobre a produção do espaço e a vida cotidiana de seus moradores, requerem processos cada vez mais ampliados de expropriações, agora subsumindo também o vivido ao processo mais geral de acumulação do capital.

É possível problematizar, portanto, que os projetos econômicos que envolvem infraestrutura urbana, moradia, educação, mobilidade, determinam as melhorias que devem ser realizadas em alguns lugares escolhidos na cidade, que interessam ao grupo hegemônico específico, para alavancar a economia através da atração de investimentos, muitas vezes estrangeiros. Para Simoni-Santos (2006, p.116), a cidade consolida-se, nesse contexto, como um negócio em si, muito mais do que o local onde o negócio é praticado, “através de mecanismos de acumulação por despossessão”. Os locais antes ocupados, que abrigavam no seu cotidiano um fluxo de vivências sociais, são subtraídos na sua forma espacial e social para outros usos e outros usuários.

Isso envolve um novo ciclo que se remete diretamente ao espaço urbano enquanto materialidade das infraestruturas produtiva e de circulação do capital. Logo, o eixo valorização-desvalorização-valorização, decorrente da construção-obsolescência-reconstrução de infraestruturas espaciais para a circulação capitalista apresenta o movimento seguido de perto pelos analistas imobiliários e que dará frutos aos seus investimentos. É aqui que uma sorte de acumulação primitiva do espaço começa a se desenhar no horizonte (Ibidem, p.113).

¹⁹⁶ “Plano Piloto na Baixada já tem 19 favelas”. Acervo Jornal O Globo, 31 de agosto de 1979, Grande Rio, p.9. Acesso em maio de 2019. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=Plano+Paralelo&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1970&anoSelecionado=1979&mesSelecionado=8>.

A partir das colocações do autor, pode-se pensar que a destituição do vivido dos moradores da Vila Autódromo para a construção da pretensa nova centralidade da Barra da Tijuca, com elementos tais como Centro Metropolitano, o Parque Olímpico e os conjuntos habitacionais do Ilha Pura, podem abrir uma reflexão justamente de como a produção do espaço é fundamental para a acumulação das riquezas por meio dos processos de valorização da terra urbana, mesmo que apareça, em muitos momentos, em um plano potencial. A continuação dos processos de remoção de outras comunidades que ainda permanecem na Barra da Tijuca demonstra que esse processo ainda está, de fato, em andamento.

Nesse contexto, podemos recordar da análise de Carlos (2011), para quem a estrutura da cidade é uma dinâmica de conflito, produzida socialmente e historicamente. O Estado representa o agente direto na produção de reprodução do espaço, principalmente através das obras de infraestrutura e do próprio processo de remoção das comunidades que estão no caminho da valorização fundiária, colocando em evidência as contradições que são inerentes ao processo de reprodução do espaço urbano capitalista e que se assenta na lógica da produção de mercadorias e da propriedade privada, tornando as possibilidades de acesso e apropriação mediadas pela capacidade monetária de pagamento.

Alvarez (2013, p.113) discute a importância da compreensão dos processos de segregação dentro do universo dos países situados na periferia do capitalismo, como o Brasil, onde o modo pelo qual os processos de valorização do capital fundiário e da propriedade privada da terra, atreladas ao Estado enquanto parte essencial do processo de urbanização, colocam em evidência o “papel fundamental nas condições de reprodução das relações de dominação e da desigualdade espacial”.

Descortina-se, sobretudo, a realidade urbana preexistente, especialmente quando se trata de assentamentos precários, ou de comunidades de baixos rendimentos. As remoções forçadas têm constituído elemento central da reprodução do espaço urbano contemporâneo, não só no Brasil, o que revela que a expropriação, longe de ser um processo localizado no momento da formação do capital, também não é apenas produto da crise capitalista, mas parte da estratégia de sua superação pela reprodução do espaço, o que atualiza o termo da segregação urbana como negação do direito à cidade (Alvarez, 2013, p.119).

Através da luta construída pela associação de moradores, os habitantes da então Vila Autódromo conseguiram, no ano de 1994, na gestão do então governador do Estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola¹⁹⁷, a concessão de 85 termos para uso do terreno para fins de moradia,

¹⁹⁷ Partido Democrático Trabalhista – PDT – 2ª gestão: 15 março de 1991 a 2 de abril de 1994

inicialmente por 30 anos. No governo de Marcello Alencar¹⁹⁸, as concessões reais de uso foram emitidas para mais 104 casas – que estavam situadas na área maior que constituía a comunidade – e mais 162 títulos para moradores da faixa marginal da lagoa, sendo o tempo da concessão de uso aumentada para 99 anos revogáveis, contemplando todos os termos emitidos até então¹⁹⁹.

Importante problematizar que a concessão de uso para fins de moradia, antes da implementação do Estatuto da Cidade²⁰⁰, em 2001, era considerado um instrumento muito frágil juridicamente contra processos de remoção e era pouco ou praticamente não utilizado, o que se altera consideravelmente depois da publicação do Estatuto e da Medida Provisória 2.220 de 2001²⁰¹. A área ocupada pela Vila Autódromo era pública, pertencente ao Estado do Rio de Janeiro e foi talvez, por meio da intervenção da Associação de Moradores junto a Leonel Brizola, o que possibilitou a entrega das concessões naquele momento.

Esse momento trouxe a primeira conquista concreta do movimento de resistência dos moradores pela sua permanência na Vila e possibilitou, não só a continuidade das ações e estratégias empregadas pelos habitantes do lugar em posteriores embates com o poder público por sua permanência, mas também proporcionando um significativo instrumento jurídico que pôde ser utilizado enquanto uma ferramenta pela Defensoria Pública, junto aos processos movidos contra os moradores pela Prefeitura da cidade (Processo N° 0081973-19.1993.8.19.0001; Processo No 0075959-18.2013.8.19.0001 e Processo No 0159686-98.2015.8.19.0001).

Contraditoriamente, as concessões de uso das moradias, enquanto mediação do Estado, demonstra as descontinuidades e os conflitos que se gestam no âmbito do próprio poder público em suas gestões, e que atendem a interesses específicos do capital em determinados momentos, mas que não são homogêneos. O Estado burguês regula, sob muitos aspectos, inclusive as próprias formas de resistência, por meio de instrumentos e aparatos, legislação, planos, diretrizes e normas que não só hierarquizam os espaços, mas colocam barreiras ao próprio processo de acumulação ou de transgressão. Usando diferentes estratégias, o Estado, por meio da produção do espaço, como apontado por Lefebvre (2009), exerce a mediação entre a

¹⁹⁸ Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB – gestão de 1 de janeiro de 1995 a 1 janeiro de 1999.

¹⁹⁹ Termo de Concessão de Uso, como Direito Real Resolúvel, dos imóveis situados na Av. Embaixador Abelardo Bueno, no Município do Rio de Janeiro, que entre si fazem 1) Estado do Rio de Janeiro e 2) Município do Rio de Janeiro PRIMEIRA - (objeto) - Constitui objeto desta CONCESSÃO DE USO, COMO DIREITO REAL RESOLÚVEL, os imóveis de propriedade do CONCEDENTE, situados na Av. Embaixador Abelardo Bueno, designados Lote 1 do PA 29.656 e Lote 2 do PA 29.656, resignados no 9º Ofício do Cartório do Registro de Imóveis da Cidade do Rio de Janeiro, respectivamente, sob as matrículas n.145.468, 47.121 e 145.469 (Processo N° 0081973-19.1993.8.19.0001).

²⁰⁰ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em janeiro de 2018.

²⁰¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2220.htm. Acesso em janeiro de 2018.

reprodução generalizada do capital e a programação da vida cotidiana, colocando limites para os próprios processos de resistência, mas, em outros momentos, também possibilitando as ferramentas necessárias para que as diversas formas de resistência aos processos do capital possam ser formuladas. Como já alertava Poulantzas (2015, p.29):

Entre outros motivos, porque o Estado, trabalhando para a hegemonia de classe, age no campo de equilíbrio instável do compromisso entre as classes dominantes e dominadas. Assim, o Estado encarrega-se ininterruptamente de uma série de medidas materiais positivas para as massas populares, mesmo quando estas medidas refletem concessões impostas pela luta das classes dominadas.

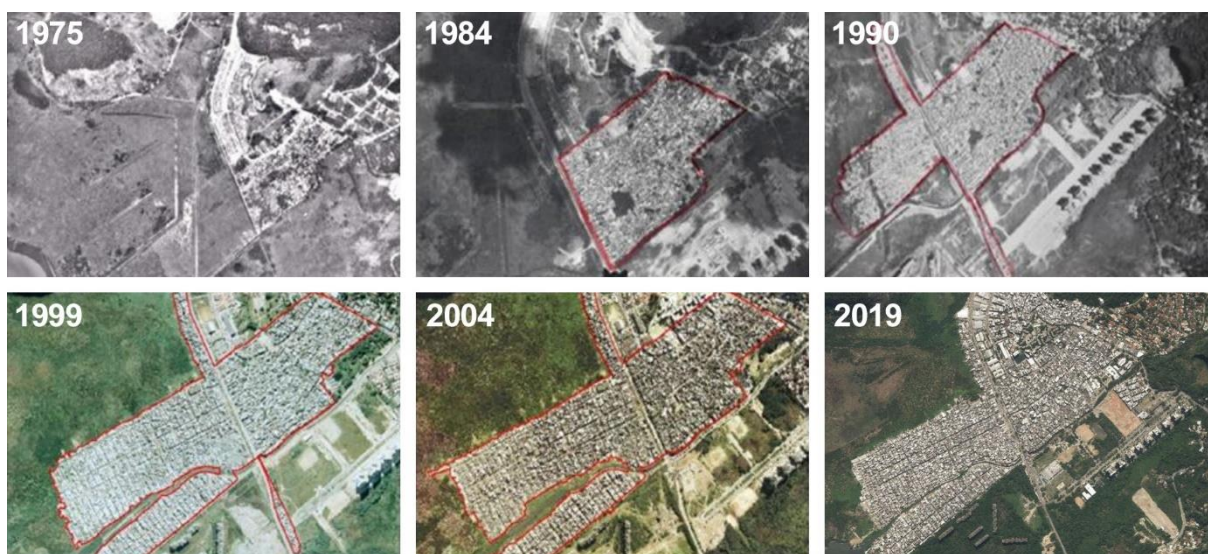
É fundamental pontuar que não foram somente os moradores da Vila Autódromo que conseguiram, por meio de reivindicações, alguns avanços em termos de seguridade de posse nas suas residências. Segundo relatos de lideranças de Rio das Pedras, um grande número de pessoas que não tinham local para morar, junto de suas famílias, ocuparam, em 1991, alguns prédios que estavam vazios (não cumprindo sua função social) e que pertenciam a uma propriedade privada contígua à comunidade, onde ficaram por volta de seis meses. O proprietário do terreno entrou com medida judicial de reintegração de posse e todos foram removidos pela polícia militar, ficando sem local para ficar. Essas famílias compraram grandes lonas e se abrigaram no local onde é a Avenida Engenheiro Souza Filho, que recorta o lado sul e norte da comunidade. Leonel Brizola visitou a comunidade e prometeu aos moradores que realizaria o loteamento da área hoje conhecida como Areal. Até o assentamento ser realizado, as famílias foram abrigadas em um grande barracão, como relatado por Lorena, onde ficaram por cerca de um ano, famílias inteiras separadas por um lençol.

O Brizola veio loteando o Areal né? Loteando e dando para essas famílias, nós temos uma permissão, não a posse. Só que assim, ele deu o terreno e aí vocês vão lá e vão construir, entendeu? Ele não deu ajuda de nada para ser construído. Então assim, as famílias, com muito sacrifício e aqui era mangue mesmo, você pisava e afundava a perna. As famílias foram aterrando, aterrando, fazendo os caminhos primeiro, para poder ter acesso aos terrenos que foram dados e depois disso foi que a gente começou, com muito sacrifício, conseguir os aterros, que assim, onde tinha obra, essas coisas, comprando material para aterrar. A minha infância toda foi trabalhando muito pra aterrar aonde a gente morávamos, porque assim, nossa casa era de madeira, eu passei minha infância toda morando em barraco de madeira e assim, na minha casa não tinha piso, a minha casa, o meu piso era tapete, porque de três em três meses a gente tinha que aterrar a casa, então não tinha como fazer o piso. O terreno ia descendo por causa da turfa, hoje não desce mais porque foram muitos anos de aterro, mas na época não tinha condições. A gente assim, aterrou a vida inteira o Areal. O Areal foi aterrado a vida inteira pelos moradores. Então assim, tudo o que hoje nós temos aqui em Rio das Pedras foi criado pelos próprios moradores, entendeu? Não veio político nenhum, nem ninguém, pra dizer assim, ajudou a construir Rio das Pedras

como tem outros lugares que eles costumam ajudar (Entrevista Lorena, atual moradora de Rio das Pedras, 28 de maio de 2019).

No final desse período, do assentamento das novas famílias em 1998 e do surgimento do Areal, Areinha e Pinheiro em 2002, começou a ser implementado na comunidade o Projeto de reurbanização fundiária Favela-Bairro, que nunca foi plenamente concluído. Na figura abaixo, é possível ter a dimensão da grande área ocupada e do adensamento populacional em Rio das Pedras em sua evolução demográfica:

Figura 32 – Rio das Pedras – delimitação espacial panorâmica por ano



Fonte: POUSO Rio das Pedras, 2013, p.15; Google Maps – imagem de 2019. Produção nossa.

Cosentino (2015, p. 57) relata em sua pesquisa que o agravamento dos conflitos fundiários na cidade do Rio de Janeiro na década de 90, em especial na região oeste da cidade, gerou diversas mobilizações sociais dos moradores locais, através principalmente de denúncias de violações aos direitos humanos e à vida: “Em 1993, a Organização das Nações Unidas (ONU) abriu um inquérito para apurar 36 assassinatos ocorridos desde julho de 1991 de lideranças de comunidades carentes instaladas em terrenos ocupados, a maioria na Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes e Jacarepaguá”. Esse relatório, bem como outros documentos nacionais e internacionais, almejava que o governo brasileiro fosse pressionado a interromper os processos de remoção que estavam acontecendo na cidade, como discute o autor. Dentre os líderes das

comunidades assassinados estava o antigo presidente da Ampava, José Alves de Souza, o Tenório, morto em 1993²⁰².

Sonia, ex-moradora da Vila Autódromo, relatou em sua entrevista, realizada em 14 de janeiro de 2019, que havia passado por uma tentativa de remoção na comunidade muito violenta nesse período, *“foi tiro pra tudo que foi lado, era máquina e isso aconteceu porque naquela época o César Maia vinha para fazer as remoções e não tinha conversa”*.

Segundo reportagem do Jornal do Brasil²⁰³ à época, houve uma reunião entre o então governador, Leonel Brizola, com representantes da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (Faferj), da Federação da Associação de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (Famerj) e lideranças das comunidades afetadas por tentativas de remoção e assassinatos de líderes comunitários. Foram dadas garantias, pelo Governo do Estado, de intervenção no conflito de terras, como a proibição de realização de remoções sem mandados judiciais, como relata a matéria. É possível perceber, por essa reportagem e por outras do mesmo período, que um embate entre os entes estadual e municipal, no que diz respeito aos interesses na Barra da Tijuca, já estava em curso. A “Caravana da legalidade” promovida pelo então subprefeito da Barra da Tijuca Eduardo Paes entre os anos de 1993 e 1997, conforme já discutido, fornece evidência dos conflitos e embates que se colocavam dentro do governo à época, que também revelam as próprias contradições da acumulação da fronteira para atender às diversas frações do capital privado.

Interessante retomar que, em 1993, já havia sido movida a primeira ação civil pública do município do Rio de Janeiro contra a permanência dos moradores da Vila Autódromo por Eduardo Paes, sob a argumentação de “danos estéticos e ambientais” à área (Processo Nº 0081973-19.1993.8.19.0001). Em documento protocolado posteriormente pela própria prefeitura da cidade, fica extremamente claro o conflito que se estabeleceu dentro do âmbito do próprio Estado:

A denominada Vila Autódromo nasceu de uma invasão²⁰⁴, não se sabendo a data precisa de seu início, sendo certo que na planta cadastral de 1975 ainda

²⁰² Assassinado líder de favela em Jacarepaguá. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24 de março de 1993, Cidade, p.15. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=85425. Acesso em 15/01/2020.

²⁰³ Brizola garante segurança da PM em conflito de terra. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24 de março de 1993, Cidade, p.16. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=030015_11&pagfis=85477. Acesso em 26/01/2020.

²⁰⁴ Ao longo do trabalho, o termo “invasão” e seus desdobramentos linguísticos serão sempre tratados em negrito ou em aspas. A pesquisa realizada permite defender que a linguagem também é uma forma dominante apresentada nos discursos a fim de criar ou reforçar preconceitos e visões enviesadas. A utilização de “invasão” pressupõe uma desqualificação da ação legítima de “ocupação”, prevista em lei através do instrumento da função social da propriedade e, portanto, é passível da crítica aqui compreendida.

não havia nenhuma casa no local. O início da invasão somente é detectado na planta cadastral de 1990 [...]

Em clara afronta ao estado de direito, o governo estadual, no curso da ação civil pública, outorgou títulos de concessão de direito real de uso a vários dos invasores [...] (Processo N° 0075959-18.2013.8.19.0001, Anexo 6, p.71-78, grifos nossos).

Ancorados pelos dispositivos legais estabelecidos, mesmo com as ameaças de desapropriação em andamento, os habitantes começaram a fazer melhorias nas suas casas. Somou-se a esse cenário, em 14 de janeiro de 2005, a Lei Complementar nº 74 que designava parte da área ocupadas pelas famílias como Área de Especial Interesse Social (AIES). Esse instrumento normativo permite que áreas sejam indicadas pelo poder público como prioritárias para investimentos em infraestrutura e serviços públicos para a produção e a manutenção de habitações populares destinada a pessoas de menor poder aquisitivo. Nesse caso específico da Vila Autódromo, foi decretada área de AEIS I, designada para assentamentos autoproduzidos por população de baixa renda em áreas públicas sobre a concessão de direito real de uso para fins de moradia nos termos da Lei Orgânica do Município (Lei Orgânica, Seção II, Subseção I, Art. 429 X, p.140).

No entanto, é pertinente apontar que esse mesmo instrumento legal, que teoricamente poderia contribuir para a permanência da população, já abria possibilidade para a utilização da área para outros fins, tais como os grifados no trecho abaixo, apontando, portanto, para novos usos mercadológicos que poderiam ser destinados ao espaço.

Lei complementar n.º 74, de 14 de janeiro de 2005. Modifica a legislação de trecho da subzona A-16-A do Capítulo III do Decreto nº 3.046 de 27 de abril de 1981.

Art. 1º Ficam permitidos na área atualmente ocupada pelo Autódromo do Rio de Janeiro, delimitada pela Avenida Salvador Allende, a Avenida Embaixador Abelardo Bueno, o lado norte da via de acesso ao portão sete do autódromo e seu prolongamento, a orla da Lagoa de Jacarepaguá, e a margem esquerda do Rio Caçambê, excluída a faixa marginal de proteção da lagoa, os seguintes usos:

I – residencial multifamiliar;

II – de comercial e serviços;

III – hoteleiro;

IV – equipamentos esportivos; e

V – os destinados a atividade de lazer e diversões de natureza turística (RIO DE JANEIRO, 2005 – grifos nossos)²⁰⁵

²⁰⁵ Essa lei foi reformulada para atender às modificações realizadas na área para a realização dos Jogos Olímpicos, que incluíram as desapropriações da Vila Autódromo, disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/1dd40aed4fced2c5032564ff0062e425/6ac956bdce1be32d032577220075c824?OpenDocument>. Acesso 12 de março de 2018.

Figura 33 – Delimitação AIES – Vila Autódromo atual



Legenda: sobreposição de mapa de delimitação de AIES original ao espaço hoje ocupado pela atual Vila Autódromo.

Fonte: Google Maps 2020 com produção nossa.

As ampliações das construções e o agrupamento multifamiliar foram bastante comuns nessa época, na comunidade, principalmente em função do tamanho dos terrenos. Esses grandes lotes permitiam que as famílias crescessem ou agregassem membros familiares, com a construção de novas casas no mesmo terreno ou acima das construções já estabelecidas. Ao mesmo tempo, os terrenos grandes possibilitavam, para muitas famílias, cultivar uma pequena horta que contribuía para a subsistência, ou mesmo, alugar cômodos remanescentes como forma de aumentar a renda familiar. Muitos comércios da comunidade também eram localizados dentro dos próprios terrenos multifamiliares, como o bazar da casa da família da Maria da Penha, por exemplo, ou o salão de cabelereiro da Maria Lia. Percebe-se então que a destituição do vivido compreende também essas pequenas atividades econômicas advindas da construção das próprias habitações, se colocando como mais uma forma de expropriação acarretada pelo processo de remoção.

Como relata Nathália, o terreno grande também proporcionou, na sua infância, o contato com a natureza no quintal da sua casa: *“O espaço realmente era privilegiado. Tinha muito verde, eu lembro dos pés de bananeira, eu costumo dizer que ali foi o meu parque de diversões na infância. Porque eu não tinha nem necessidade de ir pra rua, dava pra andar de bicicleta no quintal, correr, caminhar”* (Entrevista Nathália Macena, 15 de janeiro de 2018).

Os grandes terrenos também davam oportunidade para que membros de uma mesma família continuassem juntos, mas com casas separadas, como foi relatado pela moradora Sandra Maria sobre sua residência na Vila Autódromo, inicialmente terreno da sua sogra, onde ao longo dos anos, foram sendo autoconstruídas outras quatro pequenas residências para abrigar as extensões familiares.

Da mesma forma, outros moradores construíram pequenos quartos para locação e obtenção de rendas extras advindas do aluguel. A paisagem da Vila Autódromo ficava cada vez mais diversificada: casas maiores, às vezes com dois pavimentos e acabamento de alvenaria, principalmente localizadas na faixa marginal da lagoa, onde parte da rua também era asfaltada, contrastavam com todo o restante das dez ruas e travessas de terra batida que existiam em 2014, e com casas mais simples, às vezes ainda barracos de tábuas.

No entanto, as residências situadas na faixa marginal eram as mais bem estruturadas do ponto de vista físico; como os terrenos eram praticamente iguais, o que mudava em termos morfológicos eram as próprias construções. Praticamente todas as casas situadas na faixa marginal eram grandes sobrados, de dois ou até três pavimentos, bem estruturados, pintados, ajardinados, que se contrapunham ao restante da comunidade, onde muitas das residências ainda eram de madeira ou de alvenaria sem acabamento.

Para Brito (2007), ex-moradora e uma das lideranças da luta contra os processos de remoção, a diferença das construções dentro da Vila advém de uma conjuntura histórica da própria comunidade, quando pessoas de melhor poder aquisitivo – dentre elas um mecânico aposentado das corridas de automóvel, um policial militar também aposentado – foram atraídas ao local pela proximidade com a natureza e pela ausência de tráfico ou milícia na área. Compravam as casas simples dos pescadores e construíam casas grandes, algumas vezes para segunda residência, e posteriormente se estabeleceram na comunidade em função da valorização do entorno, de certa forma se beneficiando das titulações de posse que haviam sido concedidas aos moradores mais antigos. Havia, segundo entendimento da moradora, uma divisão interna na própria comunidade entre os que moravam nos denominados “casarões” da lagoa e as casas denominadas “da favela”, que ficavam dentro da zona de AEIS. No entanto, como salienta, famílias de poder aquisitivo menor também tinham adquirido terrenos na faixa marginal da lagoa, como ela própria, e foram aos poucos realizando melhorias em suas residências: “é amalgamado. Mesmo na parte privilegiada, não se encontra só gente de casarão, há um casarão aqui, um feirante do lado” (Brito, 2007, p.38).

Essa “mistura” de famílias com rendas distintas dentro da comunidade gerava conflitos entre os próprios habitantes do lugar ao longo dos anos: moradores da faixa marginal não

participavam, por exemplo, das assembleias nem frequentavam as festas e as reuniões na Ampava, como relatou Maria da Penha Macena. Existia uma certa divisão social também dentro da própria comunidade, pois os moradores das outras áreas enxergavam os moradores da faixa marginal como não fazendo parte da comunidade: *“muitos deles na verdade, não moram aqui. Eles alugam as casas ou os terrenos. Tem aquele mecânico aposentado da fórmula 1 que aluga o terreno dele pra estacionar os carros das corridas; tem casa de férias, que as pessoas só vêm em época de férias, entende? Não são moradores da comunidade mesmo”* (Entrevista Maria da Penha Macena, 24 de janeiro de 2015).

Figura 34 – Fotos casas da Lagoa e casas da “favela”



Fonte: Fotografias registradas pela pesquisadora no dia 24 de janeiro de 2015

A Vila já possuía comércios no local, como um pequeno mercado, a padaria dos familiares da Damiana, que negociaram a saída (Entrevista Damiana, ex-moradora de Vila Autódromo, 19 de janeiro de 2018); um salão de beleza da Lia, cuja família também negociou indenização para a saída da comunidade (Entrevista Maria Lia, ex-moradora de Vila Autódromo, 14 de janeiro de 2018), bares e oficinas; uma borracharia e um ferreiro, cujo proprietário é filho da Dona Dalva (Entrevista Dona Dalva, atual moradora de Vila Autódromo, 14 de janeiro de 2018), dentre outros. O espaço foi sendo moldado e construído pelos próprios moradores, por meio da autoconstrução das casas e das áreas comuns. A igreja católica Capela São José Operário começou a ser construída com doações e mão de obra dos próprios moradores, bem como prédios e terrenos de outras religiões, como templos evangélicos e o terreiro de candomblé da Dona Heloísa, removido no final do período das negociações. Percebe-se que as práticas socioespaciais diárias foram a base da constituição de um sentimento de pertencimento

ao lugar, nos termos empregados por Carlos (2007b), de uma sociabilidade, marcada por encontros e conflitos. A Vila era considerada por muitos dos moradores entrevistados como um lugar seguro para viver, para criar os filhos, para “construir uma vida melhor”, como relata Lia:

Mas assim eu percebi o crescimento do lugar, das pessoas, inclusive eu conquistei muita coisa morando aqui. Eu fiz meu curso, eu tinha meu salãozinho na minha casa, eu consegui me manter desse meu trabalho aqui durante 16 anos! [...] consegui comprar minha casa, consegui ampliar ainda porque eu tinha o terreno eu consegui construir uma outra parte do terreno que era onde eu tinha o projeto de terminar a minha nova casa na verdade [...] Entrei pra um curso de graduação que eu nunca imaginei na minha vida uma graduação em estética que era o que eu queria, que é da minha área e eu consegui e assim foram muitas realizações, muitos aprendizados aqui nessa comunidade. E assim cresceu, e tava melhorando, a tendência era mesmo melhorar [...] (Entrevista Maria “Lia”, ex-moradora de Vila Autódromo, 14 de janeiro de 2018).

Figura 35 – Vila Autódromo e entorno 1999



Fonte: SABREN, 2018. Produção nossa.

Ao mesmo tempo, no entorno dessa comunidade, foram sendo construídos condomínios residenciais para classes média e alta, bem como equipamentos públicos e privados que indicavam a presença de uma outra racionalidade pretendida para aquele lugar,

pelos interesses que se colocavam mais distantes da realidade vivida no cotidiano pelos moradores. A morfologia espacial atual, nesse sentido, revela mais do que os planos urbanos ou as construções de edifícios residenciais no entorno da Vila Autódromo. Revela, sobretudo, como o espaço é produzido sob a égide do domínio Estatal, imobiliário, político e privado.

É fundamental a problematização de que as relações sociais estão inscritas entre as normas e as políticas que compõem uma determinada forma morfológica, seja ela expressa no arruamento, na forma física das habitações ou na mobilidade disponível. Como discute Ribeiro, (2012), a morfologia espacial está imbricada na morfologia social e a propriedade revela uma condição social e carrega consigo conteúdos simbólicos que determinam, de forma material, os acessos à riqueza social produzida de forma coletiva dentro do processo de produção.

As resistências, dessa forma, podem ser desdobradas por meio dos conflitos e das contradições dos processos da vida cotidiana, da produção do espaço enquanto um produto do próprio processo de reprodução ampliada do capital, ao mesmo tempo em que revela a constituição de realização da vida e suas formas de transgressão possíveis. O espaço, visto agora não só como um processo, da mera substituição de uma construção por outra, mas no ciclo expandido da acumulação do capital. Dentro dessa problemática, fica evidente que é por meio do movimento da constituição da fronteira de expansão urbana que o capital subsome, atualmente, todos os momentos da vida, se estabelecendo por meio do tempo social, na reprodução das relações sociais e, portanto, econômicas e políticas no espaço, enquanto produto e produtor de uma nova realidade vivida pelo cotidiano. As resistências a esse processo mais geral, que aparecem enquanto resíduos (Lefebvre, 1967), ou por meio das ações de transgressão, ou são “absorvidas” por meio das relações de troca, da propriedade privada e da mercadoria, ou se constituem enquanto possibilidades para uma transformação, que pode ou não se realizar (Lefebvre, 2001).

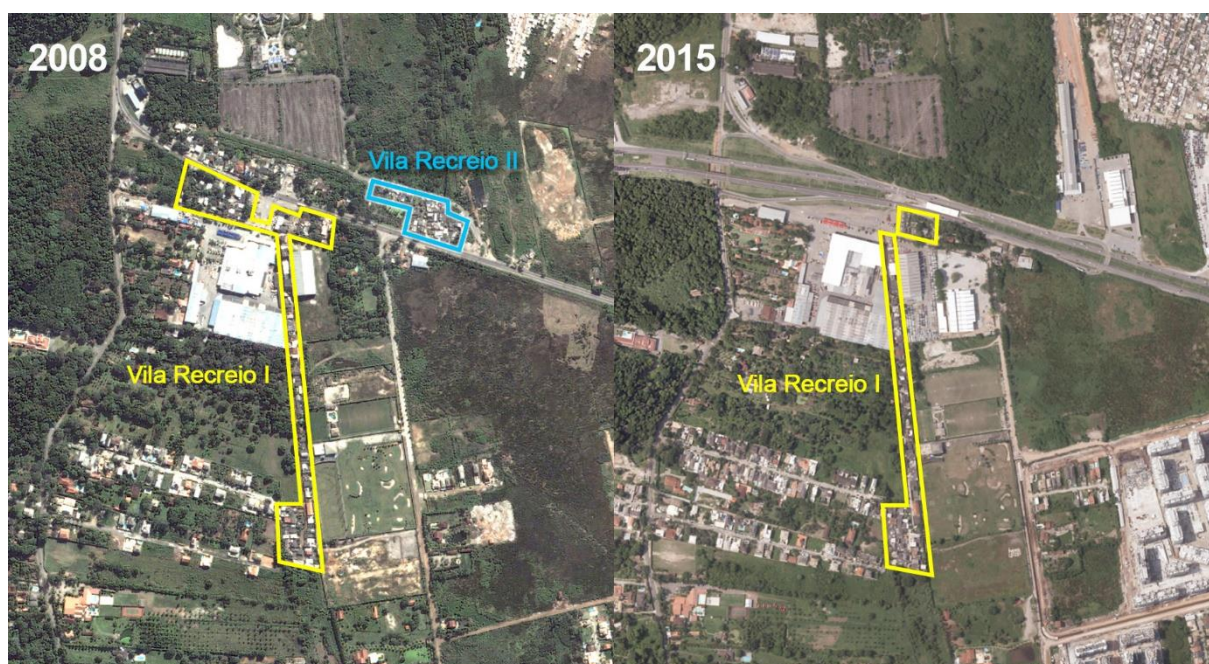
Do mesmo modo, conforme aponta Lefebvre (1991; 2016), os usos e as relações sociais individuais e coletivas se estabelecem dentro de um contexto histórico e produzem o espaço enquanto uma atividade social e não apenas uma materialidade física. A prática social, com seus desejos e suas utopias, suas histórias, e contradições permeiam a prática cotidiana, que está inserida dentro das relações mais gerais do próprio sistema econômico e político, e podem trazer consigo, o sentimento de pertencimento social: partindo da necessidade imediata do morar, os habitantes da Vila Autódromo construíram suas casas e criaram vínculos sociais com seus vizinhos, ao mesmo tempo em que conseguiram concentrar uma rede de colaboradores e apoiadores que sustentaram – por meio das ações culturais, dos atos políticos, das reuniões, das assembleias de moradores, e até mesmo dos planos de ordenamento – uma

luta contra-hegemônica, em oposição à acumulação do capital pelo espaço e à valorização da fronteira urbana da Barra da Tijuca como pretendido pelas alianças dos proprietários fundiários com o poder público.

Parte dessa luta das comunidades pela sua permanência, os embates, conflitos, contradições e desdobramentos, serão apontados a seguir.

5.2. Os processos de remoção e as resistências possíveis

Figura 36 – Vila Recreio I e II – Antes e depois do processo de remoção



Fonte: SABREN, 2021. Produção nossa.

[...] a gente demorou mais de 20 anos pra construir uma casa, né? Uma vida também. Não chegamos a concretizar ela do jeito que a gente gostaria porque obra de pobre tem data pra começar e não tem data pra terminar, e em meia hora a casa foi demolida. Você viu a sua casa, uma história de vida ser construída pra em poucos, praticamente o mesmo o tempo que ela foi construída, digamos 20 anos, mais de 20 anos e mais ou menos 20 minutos, meia hora a casa foi colocada no chão. Eu sempre faço essa analogia, eu sempre faço essa comparação. Eu falo: cara é muito louco né? Você leva uma vida pra construir, aí vem uma pessoa com uma máquina e destrói uma vida de 20 anos em 20 minutos, em meia hora. (Entrevista Nathália Macena, atual moradora da Vila Autódromo, 15 de janeiro de 2018 – grifos nossos)

E aí a Vila Recreio começou a sofrer pressão [...] e nós tivemos uma briga muito grande. A minha casa por exemplo ficou lá, primeiro a minha e mais 11 moradores, nós erámos, segundo a prefeitura 235, mas não era, foi uma maneira deles também roubarem dinheiro do município, porque nós éramos na verdade uns 185 mais ou menos, moradores. Ficamos um ano, mais um ano depois que todo mundo saiu, 12 casas. Arrebentada, esculachada e nós

*ali dentro. Tiramos nossas famílias e a gente ia dormir lá pelo menos. E depois que a casa deles caiu a minha ainda ficou quase mais um ano porque eles queriam que eu assinasse. Porque eles derrubaram casa de gente que deram assim tipo R\$2.000,00 e alguém não deu nada e essas pessoas às vezes era um senhor sozinho, uma senhora sozinha, catadores de reciclagem. [...] contrataram matadores da região para ficar lá me pressionando, então eu aluguei um outro local, botei minha família e todo dia eu ia dormir na casa da Vila Recreio com os outros que ficaram. Por quê? Eu porque não queria abrir mão daquilo ali e eles porque não tinha onde ficar. [...] Ai tinha lá, 5, 10, 15, 20 homens, entre eles matadores, polícia, gente da subprefeitura em volta da minha casa. Jorge, assina aqui. [faz barulho que não], foi derrubaram minha casa um ano e meio depois de todo mundo, em um dia de sábado que a gente estava numa reunião da Fiocruz, ai me ligaram no desespero: Jorge.... acabou até a reunião, foram todo mundo correndo pra lá. **Derrubaram a sua casa.** Mas eu tava esperando aquilo, porque eles queriam que eu assinasse alguma coisa e eu não assinei. **Derrubaram com tudo dentro.** (Entrevista Jorge, ex-morador da Vila Recreio II, 29 de maio de 2019 – grifos nossos)*

*[...] E as pessoas começavam a tirar os escombros, e aí tirar várias coisas de dentro dos escombros. Aí encontra foto, documento, cadernos com estudos das pessoas, os objetos das pessoas, ferramenta, tudo tava soterrado. Foi encontrado, tinha um morador que tinha um cofre em casa. Foi encontrado no meio do entulho esse cofre arrombado. A prefeitura ainda arrombou o cofre, ai viu que não tinha dinheiro, ou tinha, não sei o que tinha, e ai derruba a casa com tudo. Então como é que eu vou esquecer o desespero dessa pessoa, o desespero desse casal também, essa mulher que chega que tinha passado a noite fora, que chega, essa mulher saiu daqui carregada pro hospital. Porque ela começou a passar mal. **Não tem como esquecer isso.** Como é que eu vou esquecer o dia 03 de julho, quando as pessoas foram espancadas, a cabeça do Seu Brasil, 73 anos de idade, aberta a cacetada pelos guardas municipais. **Como é que eu esqueço a cara da Penha ensanguentada, a cabeça do seu Brasil sangrando, o desespero das pessoas naquele momento, como é que eu vou esquecer isso, não tem como esquecer [...]** (Entrevista Sandra Maria, atual moradora da Vila Autódromo, 19 de janeiro de 2018 – grifos nossos).*

Esses três depoimentos são de atuais moradores da Vila Autódromo e do Jorge, ex-morador da Vila Recreio II. Representam, majoritariamente, as memórias que os moradores relataram sobre o período de remoção pelo qual passaram entre os anos de 2011 a 2016 e que remetem à violência do poder público em retirar as comunidades compostas por moradias populares de uma área de intensa valorização da terra urbana na metrópole do Rio de Janeiro. Esse processo foi intensificado, e até mesmo justificado, pela realização dos megaeventos esportivos sediados na cidade, como Copa do Mundo FIFA de Futebol 2014 e, principalmente, os Jogos Olímpicos de Verão Rio 2016.

A justificativa apresentada pela prefeitura para a remoção dos moradores da Vila Recreio I e II, bem como de outras duas comunidades na mesma área, Vila Harmonia e Restinga, foi a construção do BRT Transoeste, que liga a Barra da Tijuca à Guaratiba e Santa Cruz, por

meio do Túnel da Grotta Funda. Inaugurado em 6 de junho de 2012²⁰⁶, o primeiro modal desse tipo de transporte no Rio de Janeiro fez parte do rol de intervenções urbanas abarcadas dentro dos projetos propostos pela cidade para sediar os Jogos Olímpicos em 2016 e consta na Matriz de Responsabilidade.

Para que o túnel e o BRT pudessem ser construídos, foram removidas cerca de 500 famílias, de acordo com o Relatório Dhesca (2011). Na Vila Recreio, onde foram removidas, segundo dados da Prefeitura, 235 famílias, as indenizações variaram de R\$8.700 a R\$30.000, valores insuficientes para que esses moradores pudessem continuar morando na região. Os representantes do Relatório Dhesca visitaram oito comunidades e duas ocupações na metrópole carioca, em função dos diversos projetos e propostas de remoção de moradores dessas áreas pelo Estado, sob a justificativa de realização de obras de infraestrutura para a realização dos megaeventos, e as conclusões da pesquisa foram de que:

As visitas e os depoimentos evidenciam uma clara situação de violação do direito humano à moradia expresso na ausência de discussão de alternativas às remoções; nas indenizações pagas pelos imóveis, muito abaixo do valor praticado no mercado nessa região, impossibilitando a transferência dos moradores para outras unidades habitacionais no mesmo bairro (Relatório Dhesca, 2011, p.14).

Porém, de acordo com os relatos do ex-morador da Vila Recreio II, Jorge, as tentativas de remoção da comunidade começaram bem antes do processo do megaevento, durante os mandatos do então prefeito César Maia²⁰⁷, nos anos de 2000 a 2004, com a remoção de duas casas que estariam em desacordo com a regulamentação urbanística da área, com comércio em zona residencial. Um dos moradores das casas removidas consertava pneus na porta de sua residência e o outro teria uma pequena venda de produtos alimentícios, que ele vendia no farol em frente à comunidade. Após a demolição das casas, os moradores teriam se unido para construir novas habitações para seus moradores.

*Existia, naturalmente, dentro de cada um, indignações contra esses desmandos. Isso existia, mas nada de um conversar com o outro, essa coisa não. Como eu te disse, que vim lá do Espírito Santo, trabalhei por vários locais, mas **cheguei na Vila Recreio como todo mundo chega, com a consciência de que tudo está certo e de que tenho que ir trabalhar e chegar de noite assistir o Jornal Nacional, tomar um banho, jantar, dormir, no outro dia, acordar cedo, botar os filhos pra escola e ir trabalhar de novo e***

²⁰⁶ “Ansiedade na inauguração do 1º BRT do Rio”. Acervo Jornal O Globo, 07 de junho de 2012, Rio, p.20.

Acesso em maio de 2019. Disponível em:

<https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=T%C3%BAnel+da+Grotta+Funda&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2012>

²⁰⁷ Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na primeira gestão, de 2001 a 2005 e Democratas (DEM), na segunda gestão, de 2005 a 2009.

pronto. O meu mundo é até a minha porta. E esse choque de realidade tomei quando a máquina bateu na nossa porta (Entrevista Jorge, ex-morador da Vila Recreio II, 29 de maio de 2019 – grifos nossos).

Jorge, nesse pequeno trecho de seu relato, exemplifica a naturalização da vida cotidiana programada para o trabalhador, com suas obrigações, deveres e pequenos momentos de lazer que são, na verdade, direcionados. A luta por uma mudança, a conscientização sobre o seu vivido mediado pelas formas do capital, como ele mesmo expressa, só foi possível quando “a máquina bateu na nossa porta”, sinalizando para o momento da ruptura com a rotina e as normas vigentes. A partir desse instante, da resistência primeira (Ribeiro, 2012), para manter o seu local de moradia, por meio do encontro com o outro, dos grupos de mobilização social, ele passou a compreender a necessidade de uma luta e a possibilidade da construção de uma utopia.

O morador relata que, em função desse primeiro contato direto com o processo de expropriação ele passou a frequentar reuniões de movimentos de moradia e começou a compreender a necessidade de uma articulação e da luta pelos direitos da habitação, como a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro²⁰⁸, instrumento jurídico utilizado por ele e por outros moradores da Vila Recreio durante o período das remoções, que se iniciaram na comunidade em 2010. A casa do Jorge e de outros onze moradores que permaneceram resistindo, foram demolidas em agosto de 2011. Por não ter aceitado a oferta da prefeitura de recebimento de um apartamento em Campo Grande (que ficava a mais de 25 quilômetros da antiga Vila Recreio II) por sua casa, Jorge recebeu uma indenização monetária e hoje mora com sua família na comunidade Vila Taboinha:

[...] onde lá de cima da minha casa eu vejo onde eu morava até hoje. De vez em quando vai jornalista, vai isso, vai aquilo e eu levo lá no local que eu morava [...] Mas está lá o terreno vazio até hoje, se usaram, mas se usaram, até porque criaram um retorno em cima de parte da onde a gente morava, se usaram foi 30% do espaço (Entrevista Jorge, ex-moradora da Vila Recreio II, 29 de maio de 2019).

Ao mesmo tempo em que as três comunidades no Recreio dos Bandeirantes eram removidas pelo poder público, a iniciativa privada começava a divulgação e a construção de

²⁰⁸ Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro, Título VI – Das Políticas Municipais, Cap. V – Da Política Urbana, Sessão II – Do Desenvolvimento Urbano, Subseção I - Dos preceitos e dos Instrumentos (arts. 429 a 436). Art. 429 - A política de desenvolvimento urbano respeitará os seguintes preceitos: VI - urbanização, regularização fundiária e titulação das áreas faveladas e de baixa renda, sem remoção dos moradores, salvo quando as condições físicas da área ocupada imponham risco de vida aos seus habitantes, hipótese em que serão seguidas as seguintes regras: a) laudo técnico do órgão responsável; b) participação da comunidade interessada e das entidades representativas na análise e definição das soluções; c) assentamento em localidades próximas dos locais da moradia ou do trabalho, se necessário o remanejamento. Acesso em 19/01/2018. Disponível em: <https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/Organica.nsf/24fb20fe68103aa203256493006a7e0a/76beb19da1b8d4ae0325649d00530600?OpenDocument>

conjuntos residenciais de luxo na área, como o empreendimento Pontal Oceânico, por exemplo. Conforme a reportagem do jornal O Globo²⁰⁹, “depois de Jacarepaguá e Camorim, que em alguns pontos ganharam o status da Barra, o mercado investe numa nova região na cidade”. O empreendimento, com parceria entre cinco construtoras, Calçada, Calper, Even Gafisa e RJZ Cyrela, ocupa uma área de 600 mil metros quadrados e será um bairro nos moldes dos outros condomínios multifuncionais da Barra: prédios com oito ou nove andares, com pagamento de outorga onerosa à prefeitura pela construção extra que ultrapassar os seis andares permitidos pela legislação local, ancorada no PEU das Vargens, e infraestrutura completa de lazer. Um dos conjuntos habitacionais, como salienta a reportagem, já estava em construção e seria utilizado por jornalistas que trabalhariam durante os Jogos Olímpicos em 2016. Os apartamentos dessas unidades já teriam sido totalmente vendidos a um custo de R\$ 6.500/m².

Salienta-se, dessa forma, o caráter da fronteira de expansão do capital em seu terceiro momento de valorização, que agora demanda a rentabilidade da propriedade por meio da concretização e da incorporação imobiliária, na continuação do processo de constituição de uma pretendida centralidade na Barra da Tijuca. Esse processo irá se intensificar ainda mais nos anos seguintes, com a proximidade da realização dos Jogos Olímpicos Rio-2016, pelas diversas construções que serão realizadas e pelos processos de remoção, como o que foi vivenciado pelos moradores da Vila Autódromo:

[...] a minha antiga casa, ela foi sendo construída ao longo desses anos e na verdade quando eu fui removida ela ainda não estava pronta [risos]. Ainda tinha algumas partes da minha casa que ainda estavam no tijolo, ainda não estava pronta. Porque é um processo que eu te falo de resistência, sobrevivência, e ao mesmo tempo, você ainda tem aquele fantasma da remoção o tempo todo te ameaçando. Aí você tem até medo, quando você começa a investir na casa, aí vem: “Ah, a comunidade vai sair”. Aí você para, porque você vai precisar daquele dinheiro pra sobreviver em outros lugares. Foi um processo muito lento (Entrevista Sandra Maria, atual moradora de Vila Autódromo, 19 de janeiro de 2018).

Esse “fantasma” da remoção, muito presente na vida dos moradores, se refere justamente a constante tentativa do Estado em remover a comunidade, em vários momentos: o processo de 1993, utilizando prerrogativas do parecer ambiental; a preparação para a realização dos Jogos Pan-americanos na cidade em 2007, que mobilizou investimentos para a região da Barra da Tijuca e, finalmente, a escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede dos Jogos

²⁰⁹ “Mercado dá novo nome ao final do Recreio”. Acervo Jornal O Globo, 26 de maio de 2013, Morar Bem, p. 3. Acesso em maio de 2019. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=mercado+imobili%C3%A1rio+cria+bairro+e+d%C3%A1+novo+nome+ao+final+do+Recreio&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2013>

Olímpicos de Verão Rio-2016 no ano de 2009²¹⁰. Em outubro do mesmo ano, a Prefeitura da cidade publicou o Plano de Legado Urbano e Ambiental Olimpíadas Rio 2016, produzido pela Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU)²¹¹, que elencava comunidades na cidade que precisariam ser removidas para a realização de obras de infraestrutura ligadas aos Jogos. A lista continha cerca de 3.500 famílias que seriam reassentadas com estimativas de custo de R\$ 151 milhões para o poder público na contrapartida oferecida aos moradores para auxílio habitacional (aluguel social) ou cerca de R\$ 186 milhões se a contrapartida fosse para a construção de novas habitações. Dentre as comunidades dessa lista encontrava-se a Vila Autódromo, como descrito:

TR.5.2.1 Reassentamento de famílias da Vila Autódromo

Reassentamento de famílias residentes em área de preservação permanente e nas áreas previstas para implantação do alargamento da Av. Salvador Allende e no alargamento do trecho final da Av. Abelardo Bueno e Av. Ayrton Senna. Inclui cadastro físico e social das 354 famílias que serão reassentadas, com acompanhamento social, elaboração de diagnóstico indicativo da modalidade de reassentamento, considerando o perfil das ocupações e implementação do plano de reassentamento. (Plano Legado, 2008, Objetivos, p.2).

Diante da declarada intenção da Prefeitura em remover a comunidade, os moradores, através da Ampava, se articularam com o apoio de diversos movimentos sociais como o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), o Conselho Popular, a Pastoral das Favelas, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro²¹² e duas universidades públicas da cidade, UFF e UFRJ, saindo, portanto, do movimento da transgressão como apontado por Ribeiro, (2012) e caminhando em direção à formulação de estratégias e ações visando uma resistência. Essa parceria entre os moradores que queriam resistir aos processos de remoção e as instituições foi considerada, por muitos moradores entrevistados, como crucial para as conquistas durante o período mais intenso dos embates com os agentes da prefeitura. Dentre essas conquistas, é importante salientar até mesmo a construção do condomínio Parque Carioca, a aproximadamente 1km de distância da comunidade, o que não acontecia, naquele momento, com outras comunidades removidas na cidade do Rio de Janeiro. Muitas dessas famílias

²¹⁰ As cidades se candidatam para sediar os Jogos Olímpicos onze anos antes da sua efetiva realização. Com sete anos, a cidade sede de uma edição dos jogos é escolhida pelo Comitê Olímpico Internacional dentre o grupo de cidades candidatas.

²¹¹ Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/exibeconteudo?article-id=138922>.

²¹² MNLN foi fundado em 1990 e organizado em vários estados do Brasil, é um movimento social cujo principal objetivo é acabar com o déficit de moradia urbana: <http://mnlmsm.blogspot.com.br/>. O Conselho Popular também é um movimento social que agrega moradores de favelas ameaçadas de remoção na cidade do Rio de Janeiro: <https://conselhpopulard.wordpress.com/sobre/>. A Pastoral de Favelas é uma instituição da Arquidiocese do Rio de Janeiro, ligada à Igreja Católica e que atua desde 1977 na tentativa de promover justiça e igualdade para moradores pobres das favelas cariocas: <http://arqrio.org/>. A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, por meio do Núcleo de Terras e Habitação – NUTH – é uma instituição estatal que tem por objetivo prestar apoio jurídico à população pobre em defesa da moradia: <http://www.defensoria.rj.def.br/Cidadao/NUTH>.

removidas, eram reassentadas pelo governo em condomínios do MCMV bastante distantes das comunidades originais, conforme levantamento feito por Faulhaber & Azevedo (2015).

Através do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza, do Instituto de Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ETTERN/UFRJ), e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos, da Universidade Federal Fluminense (NEPHU/UFF), foi realizado, em parceria com os moradores da Vila Autódromo, um projeto de construção de um plano urbano alternativo à remoção da comunidade, cuja principal proposta seria a urbanização de toda a Vila e o reassentamento dos moradores das casas mais precárias e os da faixa marginal da lagoa dentro da própria comunidade, que totalizavam, de acordo com dados colhidos pelos voluntários que elaboraram o Plano, 82 casas (Plano Popular, 2012). Da mesma forma, foi possível identificar de forma mais clara, com esse levantamento feito para o Plano, algumas particularidades importantes no argumento de permanência dos moradores da Vila Autódromo:

Por meio de questionário exploratório aplicado para a realização de diagnóstico do Plano Popular da Vila Autódromo, verificou-se que 88% das crianças e jovens estudam nas imediações, enquanto 65% dos trabalhadores têm sua ocupação nos bairros próximos (15% não foram definidos e 20% em locais mais distantes). A maior parte dos moradores considera a casa própria, e 10,5% pagam aluguel. O acesso a serviços públicos é limitado, uma vez que os governos estadual e municipal têm restringido seus investimentos na área, inclusive como forma de pressionar a população para induzi-la a aceitar a remoção. Não há creche próxima e o programa saúde da família de posto de saúde próximo não atende a comunidade (Vainer, Bienenstein, Tanaka, Oliveira & Lobino, 2013, p.5).

O Plano Popular foi publicado e entregue à Prefeitura em agosto de 2012²¹³, ganhando um prêmio internacional por sua execução do *Urban Age Award*, uma premiação da Associação *Alfred Herrhausen – Deutsche Bank*, em parceria com a *London School of Economics* (Justiça Global, 2013), com estimativa de gastos em torno de R\$ 13 milhões contra os estimados R\$ 38 milhões propostos pelo poder público para as remoções. No quadro abaixo, estão elencadas as principais diferenças entre as duas propostas, de forma a analisar os desdobramentos posteriores.

²¹³ Jornal a Nova Democracia, disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_kFUV50q1ek&list=PLoipJMW_gcRi7XPRNkMV9-Y5tQ3mwsUdP&index=33. Publicado em 25 de janeiro de 2013. Acesso em março de 2018.

Tabela 5 – Comparativo Plano Popular e Proposta de Remoção da Prefeitura

Plano Popular da Vila Autódromo	Remoção e Reassentamento dos Moradores
<p>Planejamento Popular: O Plano é resultado da organização dos moradores da comunidade, com assessoria das universidades. Para sua elaboração, foram realizadas 3 oficinas de trabalho, 6 Assembleias com ampla participação dos moradores, além de reuniões com grupos de moradores, e do Conselho Popular do Plano, instaurado em janeiro de 2012.</p>	<p>A notícia da remoção chegou para os moradores através da mídia, sem contato anterior ou informações da Prefeitura direta para os moradores. Em reuniões com os moradores, a Prefeitura reafirmou que estava certa a remoção, sem possibilidade de diálogo ou apresentação de alternativas. A proposta de reassentamento foi apresentada aos moradores em uma reunião, e foi questionada pela maioria dos presentes (Veja em http://youtu.be/lrc8AtSFpEo) Não houve audiência pública sobre o empreendimento proposto para reassentamento das famílias.</p>
<p>Custo do Terreno: R\$0,00 Moradores possuem direito de posse do terreno - Concessão de Direito Real de Uso para Moradia, concedido pelo Governo do Estado, desde a década de 1990.</p>	<p>Custo do Terreno: R\$19,9milhões Estão previstas 920 unidades no terreno adquirido, considerando que são 450 famílias da Vila Autódromo (as demais viriam de outras comunidades removidas), a fração da área do terreno para o reassentamento da Vila Autódromo corresponde ao valor de R\$ 9.733.695,60 de terreno. Terreno que está sendo adquirido pela Prefeitura, pertencente a duas empresas que fizeram doações à campanha do Prefeito Eduardo Paes de pelo menos R\$245 mil, e que se beneficiam com a remoção da comunidade com novos lançamentos imobiliários vizinhos à área*.</p>
<p>Custo estimado da Urbanização e Reassentamento na própria comunidade: 13.526.000,00 (Inclui estimativa de custo para urbanização, produção de 82 novas unidades, recuperação ambiental da faixa marginal da Lagoa de Jacarepaguá, e áreas de uso comunitário, esporte e lazer)</p>	<p>Custo estimado da Produção Habitacional para o Reassentamento no novo terreno: 28.350.000,00 (Referência de R\$ 63mil por unidade habitacional, limite do Programa Minha Casa, Minha Vida, para 450 famílias – sem considerar o elevado valor do terreno adquirido pela prefeitura)</p>
<p>Moradores que permanecem em suas casas: 368 Reassentamentos na mesma comunidade: 82</p>	<p>Moradores que permanecem em suas casas: 0 Reassentamento em nova área: 450</p>
<p>Novas Unidades Habitacionais: 82 Área média: 76 m² Unidades variando de 58 m² a 95 m², com 1 a 3 quartos, com tipologias diferenciadas considerando as características das famílias que serão reassentadas. As unidades de 58 m² são sobrados e casas unifamiliares, com possibilidade de ampliação para 72 m² e 93 m², respectivamente. O menor apartamento, de 1 quarto tem área de 66 m². Área de reestruturação para produção de novas moradias: 5.710 m²</p>	<p>Novas Unidades Habitacionais: 920 Área média: 49 m² Unidades variando de 45 m² a 62 m² 50 blocos de 5 pavimentos, com 720 apartamentos de 2 quartos, e 200 de 3 quartos (não é possível identificar quais serão destinados à Vila Autódromo)</p>
<p>Equipamentos sociais, comunitários e áreas de lazer: creche comunitária, praça com áreas de lazer e estar, churrasqueira comunitária, parquinho infantil, academia da 3ª idade, trilha ecológica, campo de futebol.</p>	<p>Equipamentos sociais e áreas de lazer: quadra esportiva, escola, trilha ecológica.</p>
<p>Recuperação Ambiental: O Plano prevê área de recuperação ambiental de Faixa Marginal da Lagoa e Beira de Córrego: 23 mil m² Atende à Resolução CONAMA no. 369/2006, que dispõe sobre a regularização fundiária sustentável em área urbana nos casos de interesse social, para faixas de APP – Área de Preservação Permanente, definidas no Código Florestal.</p>	<p>Fragilidade Ambiental: O terreno adquirido era antiga área de mineração, e a maior parte de sua área está qualificada como de alto e médio risco, segundo mapa de suscetibilidade ao escorregamento da GeoRIO. A implantação das novas unidades, segundo projeto apresentado pela prefeitura desconsidera as fragilidades ambientais do terreno, e não foi apresentado para licenciamento ambiental.</p>

O Plano Popular teve seis alterações nos anos subsequentes ao seu lançamento, na tentativa dos moradores e seus apoiadores em contrapor as investidas do poder público para a remoção completa da comunidade, mas nunca foi efetivamente implementado.

Ocorreu que, com a promulgação da sentença de demolição das casas da margem da lagoa em 2013, um diálogo entre os moradores e a Prefeitura foi estabelecido: os agentes ofereciam uma casa nova, dentro do conjunto habitacional Parque Carioca para todos os moradores que quisessem sair, e não só para os com residências situadas na área a ser demolida pelo processo judicial. As famílias com menor renda aceitaram essa oferta e negociaram suas casas. Muitas das famílias de melhor poder aquisitivo, em sua maioria, cujas casas estavam localizadas na faixa da lagoa, não aceitaram essa primeira oferta, mas negociaram posteriormente com os agentes da prefeitura, boas indenizações financeiras por suas casas.

Assim, quem detinha as melhores residências da faixa marginal, mas pelo processo jurídico teria sua casa demolida sem qualquer tipo de indenização, acabou se beneficiando economicamente de modo individual do próprio processo de resistência coletiva dos moradores. Abaixo, um dos altos valores negociados por uma casa que ficava localizada na faixa marginal da Lagoa de Jacarepaguá:

40/002552/2015 – Termo de Acordo Administrativo e Entrega de Chaves – Celebrado em 02/02/2015 – Objeto: Desapropriação total do imóvel situado na Avenida Autódromo, nº 204. – Partes: SECPAR e [nome do morador] – **Valor: R\$ 2.057.000,00.**

(Publicação D.O. 11 de dezembro de 2015, Ano XXIX, no 183, p.74 – o nome do morador foi preservado – grifos nossos).

É possível afirmar, portanto, que o processo de remoção, propriamente dito, iniciou-se no final de 2013, com a entrega das casas com construções mais precárias na comunidade em troca de um apartamento construído no Parque Carioca, em um acordo então firmado entre os moradores e a prefeitura. O processo de negociação, até a entrega efetiva das chaves aos moradores, foi repleto de contradições e conflitos, não só entre os moradores e os agentes da prefeitura que intermediavam as negociações, mas também entre os próprios moradores da Vila Autódromo (Previatti, 2016).

Essa primeira fase da remoção dos moradores da Vila Autódromo para o conjunto habitacional do MCMV representou uma das grandes contradições do processo. Primeiramente, grande parte das famílias que saíram não tinham suas residências situadas na faixa marginal de proteção da lagoa, portanto, elas, por decreto, não precisavam sair. Depois, o processo jurídico de 1993 havia sido concluído nessa época e a decisão judicial foi favorável à Prefeitura: os moradores que tinham casas situadas na área compreendida dentro da faixa marginal de

proteção à Lagoa de Jacarepaguá deveriam ser removidos sem indenização compensatória e suas casas tinham que ser demolidas (Processo No 0081973-19.1993.8.19.0001).

Adicionalmente, a troca das habitações das casas na Vila pelo apartamento que, a princípio, pareceu boa para os moradores, mostrou ser, na verdade, uma manipulação da prefeitura para a retirada das famílias. Em diversos momentos das negociações, tanto os agentes da prefeitura como o próprio prefeito à época, Eduardo Paes, informaram aos moradores que eles receberiam o apartamento e que poderiam fazer imediatamente o que quisessem com sua nova propriedade: vender, alugar, até abrir um negócio, contradizendo, portanto, a prerrogativa principal do programa de habitação, que demanda o pagamento completo do imóvel que é financiado pelo ente público no nome do morador, bem como um período de 10 anos para a efetivação do título de propriedade do imóvel. Dessa forma, vender ou alugar o apartamento imediatamente, dentro da lei, nunca foi uma possibilidade.

Segundo o atual morador do conjunto habitacional do Parque Carioca²¹⁴, Luiz Felipe, em entrevista realizada no dia 15 de janeiro de 2018, o valor comercial dos apartamentos, quando ele e sua mãe decidiram aceitar as negociações com o poder público, era de R\$290.000,00 para o imóvel com 2 quartos e R\$390.000,00 para o de 3 quartos. Esses valores representariam, portanto, as indenizações para as pessoas que aceitaram ir para o condomínio. Igualmente, relatou que o maior medo atual dos moradores é ficar sem os apartamentos por falta de pagamento das prestações pela Prefeitura²¹⁵. O receio de ter o apartamento tomado pela Caixa Econômica Federal tem levado alguns moradores a vender ou alugar os seus apartamentos, sem documentos legalizados, no chamado “contrato de gaveta”.

As narrativas dos moradores atuais do condomínio são bastante similares no que tange aos conflitos sociais da adaptação ao novo local de moradia. Habitados a morar em casas, na sua grande maioria, com grandes terrenos, a principal reclamação dos entrevistados é falta de espaço livre, havendo disponível somente as áreas comuns, que sempre ficam muito cheias de pessoas, bem como paredes muito finas, e que apresentavam problemas estruturais, como

²¹⁴ Alguns relatos de moradores que se mudaram para o Parque Carioca foram colhidos durante visitas de campo à comunidade Vila Autódromo no período da pesquisa de mestrado. Nunca, no entanto, foi possível a entrada no condomínio em si, as entrevistas foram sempre realizadas na Vila Autódromo, processo que perdurou atualmente, durante novas conversas realizadas para essa tese. A dificuldade de entrada no Parque Carioca se deve ao fato da proximidade pessoal adquirida durante as incursões à campo com as lideranças da comunidade e a presença, desde o início da ocupação do condomínio do programa habitacional, de grupos de milícias, que controlam quem pode ou não entrar ou circular pelo espaço.

²¹⁵ Luiz Felipe relatou que ele e sua mãe recebem todos os meses a cobrança de um cartão de financiamento de móveis, no valor total de R\$5.000,00, que foi entregue aos moradores no ato da entrega do novo imóvel. Ele afirma, no entanto, que nunca foi dito aos moradores que eles deveriam pagar por esse cartão, todos acharam que a transação funcionaria dentro do pacote negociado com a Prefeitura de chave a chave.

rachaduras; alguns vizinhos que não sabem cuidar das áreas comuns como corredores e escadas e deixam objetos pessoais ou sacos de lixo, dentre outras. Como relatou Luiz Felipe: “*não seguem as regras do novo lugar de moradia*”.

Na opinião da ex-moradora da Vila Autódromo, Sônia, hoje moradora do bairro de Curicica, houve manipulação por parte do poder público na negociação feita com os ex-moradores da comunidade para a ida para o Parque Carioca:

Porque eu vejo como uma ilusão o jeito que ele fez [se referindo a Eduardo Paes]. Então o que aconteceu, aqui dentro não acontecia nada, a gente não tinha apoio de ninguém, então não chegava ninguém aqui pra apoiar a comunidade, pra fazer a comunidade crescer, pra fazer a comunidade evoluir em questão de asfalto, melhorar, né? Então não existia isso e tinha pessoas que já estava cansada, entendeu? Cansada da vida que tava levando, a dificuldade e nada via acontecer. Então ele veio com essa construção dando um projeto de vida que pra eles, o que ele falou, que seria um projeto de vida melhor. Eu não sou contra, né? Mas aí as pessoas pensando poxa, vou viver melhor, vou viver no apartamento de 2, 3 quartos cozinha e banheiro, com condomínio, com isso e com aquilo, então a pessoa queria um projeto de vida melhor aceitou. Mas eu creio que hoje em dia muitos que aceitaram e que lá está tá arrependida (Entrevista Sônia, ex-moradora de Vila Autódromo, 14 de janeiro de 2018).

Em diversos momentos, quando questionada sobre o destino que seria de fato dado à área remanescente ocupada pela Vila Autódromo, a Prefeitura apresentou argumentos, tais como: o já referido “dano estético e ambiental” presente no processo de 1993; construção para passagem do BRT Transolímpica; ampliação das Avenidas Embaixador Abelardo Bueno e Salvador Allende; perímetro de segurança do Parque Olímpico; construção do Centro de Mídia Olímpico; construção de estacionamento durante os Jogos Olímpicos. Foram apresentados oficialmente pelo poder público, alguns planos ou documentos que justificariam a retirada da comunidade, planos estes que foram judicialmente contestados pela Defensoria Pública, a qual representava os moradores dentro do embate jurídico com a Prefeitura. O documento abaixo, por exemplo, procura traçar um discurso de que, para sediar os Jogos Olímpicos e realizar obras de infraestrutura ao redor do Parque Olímpico, seria necessária a remoção de parte da comunidade. A intenção do poder público, frente aos documentos jurídicos aqui analisados, foi sempre caminhar na direção de um consenso social, de que, para a realização do megaevento, alguns sacrifícios da sociedade civil seriam necessários e que os moradores da Vila Autódromo deveriam sair em prol de um objetivo que beneficiaria todos os moradores da cidade do Rio de Janeiro:

A área hoje ocupada pela comunidade denominada Vila Autódromo não está incluída no escopo da licitação do PARQUE OLIMPICO, embora tal área seja necessária ao projeto viário e urbanístico da região [...]

Todavia, a possibilidade de realizar uma competição internacional do porte dos Jogos Olímpicos é **uma grande oportunidade que se abre para captação de recursos e viabilização de vários projetos [...]**

Inegável a existência de um grande interesse público na execução dos Jogos Olímpicos de 2016, sendo consenso que tal interesse transcende os interesses da Cidade e do Estado para ser um interesse nacional [...]

O reassentamento, porém, precisa ser efetivado para viabilizar a realização das obras previstas no caderno de encargos encaminhados pela Cidade ao Comitê Olímpico Internacional, tratando-se de área com protagonismo no futuro evento olímpico e essencial à mobilidade urbana da região, pois dois projetos de mobilidade urbana (Transcarioca e Transolímpica) têm seus traçados projetados passando em parte da ocupação. O reassentamento é também necessário ao projeto de recuperação ambiental da área [...] (Processo No 0075959-18.2013.8.19.0001, Anexo 6, p.71-78, grifos nossos).

Mas, na percepção de alguns moradores e ex-moradores, o processo de tentativa de remoção da comunidade não estava diretamente relacionado ao megaevento olímpico – era anterior a ele e dizia muito mais respeito a um crescente processo de valorização imobiliária no entorno da Vila Autódromo do que, de fato, às obras de infraestrutura relacionadas aos Jogos Olímpicos.

Figura 37 – Vila Autódromo – evolução das remoções por ano



Fontes: Fotografias retiradas dos seguintes websites: 2012: <http://comunidadevilaaudromo.blogspot.com/>; 2014: <https://avax.news/pictures/234937>; 2015: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/fotos/2015/08/fotos-vila-autodromo-resiste-em-meio-obras-olimpicas.html>; 2016: <https://riomemorias.com.br/memoria/olimpiadas-das-remocoes/> - produção nossa.

A figura acima tem por intuito mostrar as mudanças relacionadas ao processo de remoção pelo qual passou a comunidade ao longo dos anos. No ano de 2014, já é possível distinguir alguns espaços vazios entre as casas da Vila Autódromo, que tinham sido demolidas com a saída das famílias para o Parque Carioca, por exemplo. Também é possível observar, ao fundo, a total demolição do então Autódromo Nelson Piquet para dar lugar às obras do Parque Olímpico. No entorno da comunidade, eram construídas o conjunto habitacional de luxo Ilha Pura, que abrigaria a Vila dos Atletas durante os jogos, o que aponta para a valorização imobiliária que estava sendo produzida pelo Estado e pela iniciativa privada para essa região da cidade, que estabeleceria por sua vez, a classe social pretendida para habitar esse fragmento da metrópole carioca.

Tirar as famílias da Vila Autódromo se colocava então como uma necessidade, não só para abertura espacial de uma nova frente de expansão imobiliária, que poderia ser concretizada efetivamente pela construção de edifícios residenciais ou corporativos, posteriormente, como também pelo próprio processo de valorização futura pretendida para o entorno da comunidade. Como adverte Damiani (2004, p.41):

É preciso abrigar a ideia de quão estruturais são as mudanças espaciais, movidas pela economia vigente, e o quanto atravessam a vida, especialmente daqueles que moram em lugares ainda a explorar: todas as áreas pobres são potencialmente, novos espaços para valorização do capital. Elas, do ponto de vista dos habitantes parecem ter usos consolidados e a casa conquistada define-se como patrimônio – inclusive a mobilizar, comercializando-a, como forma possível de sobrevivência -; mas, do ponto de vista das estratégias de produção do espaço, são zonas vulneráveis.

Nesse aspecto, o processo de remoção pelo qual os moradores da Vila Autódromo passaram, não difere, em absoluto, do processo relatado por Jorge na remoção da Vila Recreio II, ou de todas as comunidades que foram sendo removidas com justificativas mobilizadas pelo poder público e pela iniciativa privada, de construção de infraestrutura e equipamentos para os megaeventos esportivos.

No período compreendido entre os anos de 2013 e 2015, o processo de remoção da Vila Autódromo se intensificou, culminando na saída praticamente total de seus moradores, com exceção de 20 famílias que permaneceram no local. Os inúmeros embates entre o poder público e os moradores constituíram, nesse processo, diversas formas de coações, cooptações, medo e quebra de laços afetivos dentro da comunidade. No quadro a seguir, procurou-se elencar algumas dessas práticas que serviram como elementos para aumentar a insegurança e enfraquecer os moradores que ainda tentavam permanecer na Vila Autódromo.

Tabela 6 – Lista de práticas que auxiliaram no processo mais geral de remoção

- | | |
|---|---|
| <ol style="list-style-type: none"> 1. Não reconhecimento do direito possessório – processo judicial 2. Moradores acusados em processo jurídico de degradação de área ambiental e dano estético 3. Bem comum: necessidade do espaço para outros fins nunca comprovados 4. Ameaças indiretas: ficarão sem nada; quem ficar por último vai ganhar menos 5. Ameaças diretas: acidentes, morte (milícias) 6. Cooptação de moradores para falar em reuniões e “fazer a cabeça” dos indecisos 7. Ordens judiciais sobre comércios, multas e visitas da vigilância sanitária 8. Marcação das casas: SMH (número) 9. Medição da casa e cadastramento dos moradores do terreno todo, mesmo sem consentimento 10. Ligações telefônicas aos que não deixavam os funcionários da prefeitura entrar nas casas com propostas de negociação 11. “Infiltrados” da prefeitura em reuniões, festas e até dentro da casa de moradores sem serem convidados 12. Propostas diferentes para membros de uma mesma família 13. Discrepância nos valores pagos de indenização às famílias 14. Indenização + apartamento; mais de um apartamento por habitação 15. Desinformação: sobre datas de demolições, sobre eventos, sobre valores, sobre processos jurídicos 16. Aterro das avenidas adjacentes e soterramento da comunidade 17. Tráfego constante de caminhões e operários na construção do Parque Olímpico 18. Barulho de construção 24 horas por dia, 7 dias por semana 19. Passagem de obras para o Parque Olímpico: dutos de esgoto abertos por dias na comunidade 20. Corte de árvores plantadas pelos moradores | <ol style="list-style-type: none"> 21. Desmonte de todas as áreas de lazer e convívio social: parquinho das crianças, mesa de pingue-pongue, quadra da associação 22. Desmonte de todas as áreas de comércio: bares, restaurantes, mercados, padaria, salão de beleza, oficinas mecânicas 23. Demolição de uma casa e parte da do vizinho que não queria negociar 24. Danificação de dutos de água potável 25. Danificação de fios de eletricidade e postes de luz 26. Danificação da comunicação: fios de telefone e cabos de internet 27. Danificação dos sumidouros 28. Não remoção do entulho gerado pela demolição das casas 29. Restos deixados pelas demolições de fios, cabos de metal, cacos de vidro por todas as áreas da comunidade, inclusive ruas e quintais vizinhos 30. Estado de insalubridade atraía carroceiros e pessoas desconhecidas para a comunidade 31. Estado de insalubridade proporcionava esconderijo para usuário de drogas externos à comunidade 32. Abandono de animais: cães, gatos, cavalos, galinhas – que ficavam vagando à procura de alimento por toda a comunidade 33. Alteração do muro do autódromo com tapumes que bloquearam metade da rua principal, a Avenida do Autódromo 34. Não coleta de lixo 35. Não entrega de correspondências do Correio 36. Presença da guarda municipal nas entradas da comunidade e nas imissões de posse 37. Demolições feitas sem aviso prévio ao morador: medo de sair e quando voltar não ter mais casa – consequências múltiplas: perda de emprego, vida social, atendimento médico, abastecimento da casa de itens básicos de alimentação etc. |
|---|---|

Fonte: Elaboração nossa a partir de entrevistas e relatos de moradores, bem como observação participante em atividades ao longo dos anos de 2014-2018

Muitas dessas práticas e discursos não foram novas, tendo sido utilizadas pelo poder público em outros processos de remoção, como discutido e publicado pelos Dossiês do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro²¹⁶, o que evidencia a atuação estatal na

²¹⁶ Contando com várias publicações que procuraram mapear e denunciar as remoções ocorridas na preparação das cidades para a realização dos megaeventos esportivos nos últimos anos – Jogos Olímpicos Rio 2016 e Copa do Mundo FIFA 2014, os Dossiês intitulados: “Megaeventos e violações de direitos humanos no Brasil”, cujas edições

mediação das práticas de remoção para a realização do capital em suas diversas frações, notadamente as pautadas pelo setor imobiliário, através do espaço urbano. Em alguma medida, essas ações sinalizam para os reais interesses e estratégias de mobilização do espaço que, pela sua dinamização como uma fronteira de expansão do capital, produz uma normatização jurídica, por meio dos planos de ordenamento urbano e pela acumulação, por meio de processos de expropriação cada vez mais ampliados, agora também do vivido e dos corpos que habitam esses espaços, com suas relações afetivas e sociais.

O valor final gasto pelo poder público para a remoção da comunidade não é totalmente certo, mas através de levantamento feito pela Pública, agência de jornalismo online, que obteve acesso às planilhas de indenizações e desapropriações pagas pela prefeitura os moradores, estimava-se que foram gastos cerca de R\$ 105 milhões²¹⁷ para a construção do Parque Carioca, R\$ 220 milhões com indenizações e desapropriações e cerca de R\$ 2,9 milhões para a construção das 20 casas remanescentes e com a locação dos contêineres para moradia durante a construção das unidades habitacionais²¹⁸. Os altos valores dispendidos no processo de remoção sinalizam, uma vez mais, para uma expectativa de valorização extraordinária desse fragmento da metrópole, pelos proprietários fundiários, em especial pela construtora Carvalho Hosken, que seria a mais beneficiada com a venda das novas edificações nos empreendimentos Lagoa da Barra, Centro Metropolitano e Ilha Pura, conforme analisado na parte I.

As diversas tentativas de remoção da Vila Autódromo da Barra da Tijuca pelo Estado e, principalmente, os altos valores pagos para indenização das casas dos moradores que aceitaram negociações com a prefeitura revelam o potencial de valorização dessa parte da metrópole e apontam para a racionalidade que ainda se coloca para a construção de uma centralidade nessa região da cidade, mesmo que não seja mais assim declarada. É possível analisar que o evento dos Jogos Olímpicos, enquanto atividade econômica, proporcionou, em certa medida, um consenso entre muitos moradores do Rio de Janeiro sobre a remoção dos moradores das comunidades, mas, sobretudo, proporcionou os meios econômicos necessários, advindos muitas vezes das próprias obras urbanas elencadas como essenciais para a realização do evento, para que o poder público pudesse retirar efetivamente essas famílias dos fragmentos

ocorreram em 2012 e 2014 e “Megaeventos e violações de direitos humanos no Rio de Janeiro”, cujas publicações ocorreram em 2013, 2014 e 2016 – foram produzidos principalmente com o objetivo de denunciar desapropriações de casas populares pelo poder público ou em parcerias público-privadas no entorno das construções de obras de infraestrutura e mobilidade e as consequentes violações aos direitos humanos advindas dessas práticas.

²¹⁷ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-04/familias-de-vila-autodromo-vao-para-o-parque-carioca>. Acesso em março de 2018.

²¹⁸ Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, 29 de março de 2017, Ano XXXI, n.11, p.109. Disponível em: <https://doweb.rio.rj.gov.br/portal/visualizacoes/jornal/3387/#/p:108/e:3387>. Acesso em março de 2018.

espaciais que interessavam, naquele momento, para os ciclos de acumulação e reprodução do capital na metrópole carioca.

As indenizações pagas aos moradores da Vila Autódromo foram publicadas no Diário Oficial do Rio de Janeiro em várias datas diferentes, com nomes dos beneficiados e valores das negociações. Na publicação do dia 26 de janeiro de 2017, por exemplo, ainda é possível achar dois valores de desapropriação firmados entre a Secretaria Especial de Concessões e Parcerias Público-Privadas (Secpar)²¹⁹ e moradores da Vila Autódromo²²⁰:

40/000446/2016 – Termo de Acordo Administrativo e Entrega de Chaves – Celebrado em 26/02/2015 – Objeto: Desapropriação total do imóvel situado na Rua Beira Rio, nº 8, Vila Autódromo. – Partes: SECPAR e [nome do morador] – **Valor: R\$ 206.925,44.**

40/000485/2016 – Termo de Acordo Administrativo e Entrega de Chaves – Celebrado em 07/05/2015 – Objeto: Desapropriação total do imóvel situado na Avenida Autódromo, nº 79. – Partes: SECPAR e [nome do morador] – **Valor: R\$ 940.855,38.**

(Publicação D.O. Rio em 26 de janeiro de 2017 – grifos nossos)

A disparidade dos valores pagos aos moradores para desapropriação dos imóveis e indenizações na Vila Autódromo, como é possível verificar nesse pequeno detalhamento, foi um dos fatores de questionamento durante todo o processo de remoção, tanto dos moradores como da própria Defensoria Pública e de órgãos de controle fiscal²²¹. Da mesma forma, os acordos foram, em sua maioria, firmados entre o morador e a Secpar, Secretaria criada especialmente para a realização dos Jogos Olímpicos Rio-2016, mesmo não sendo computados nenhum dos gastos públicos para a remoção da comunidade nas prestações de conta dos Jogos feitas pela Prefeitura na Matriz de Responsabilidade. Não ficou claro, portanto, nem de onde vieram os recursos para as indenizações, nem o cômputo total dos gastos para a remoção da comunidade de forma pública²²².

²¹⁹ Secretaria criada no âmbito da realização dos megaeventos na cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/decreto/2014/3867/38675/decreto-n-38675-2014-dispoe-sobre-a-estrutura-organizacional-do-poder-executivo-municipal>.

²²⁰ Os nomes dos moradores publicados no D.O. Rio não foram aqui incluídos.

²²¹ “Estima-se que, pelos termos assinados que foram anexados aos processos pela prefeitura, das 557 famílias que habitavam a região da Vila Autódromo, 349 pessoas tenham optado pelo Parque Carioca, 88 preferiram indenizações que totalizaram um valor de R\$ 24.341.960,00 e 50 famílias ainda permanecem no local (Processo Nº 0081973-19.1993.8.19.0001; Processo Nº 0075959-18.2013.8.19.0001). O valor das indenizações, no entanto, deve ser muito superior aos termos apresentados nos processos de 1993 e 2013, visto que outros devem ter sido anexados ao processo de 2015, ainda em curso” (Previatti, 2016).

²²² Um levantamento dos valores indenizatórios pagos aos moradores da Vila Autódromo foi realizado pelo gabinete da Vereadora Teresa Bergher (PSDB) em 2015, que contabilizou um total de R\$ 95 milhões em indenizações aos moradores na data apurada, que poderia ser maior em função da não finalização naquele momento, das negociações entre a Prefeitura e os moradores. Disponível em (próxima página):

O pagamento de valores diferenciados²²³, sem qualquer critério explícito, foi uma das principais táticas usadas pelo poder público para pressionar os moradores a negociarem. Valores maiores eram oferecidos para diferentes membros de uma mesma família e, além disso, caso algum morador conseguisse a adesão de mais alguém, recebia mais, em dinheiro ou associando dinheiro com oferta de apartamentos, como relatou Maria da Penha Macena em entrevistas. Esse foi o caso, por exemplo, de Damiana, que recebeu um apartamento no Parque Carioca e valor indenizatório, com o qual ela comprou uma nova casa no bairro de Curicica, vizinho à Vila Autódromo, conforme descreveu em seu relato.

A reportagem da Pública, através das tabelas de valores pagos pela Prefeitura aos moradores, apontou disparidades semelhantes a essas relatadas pelos moradores para essa pesquisa, observando inclusive, que um mesmo morador teria recebido valores diferentes da Secpar e da Secretaria Municipal de Habitação (SMH). “Dentre um total de 376 ex-moradores da Vila Autódromo listados, 22 receberam menos de R\$ 40 mil em indenização, enquanto 56 estão descritos como tendo recebido mais de R\$ 1 milhão. O maior pagamento foi de R\$ 3,395 milhões, segundo a tabela da prefeitura” e o menor pagamento foi de R\$ 8.181,63²²⁴.

Ao mesmo tempo, é importante problematizar que inúmeros fatores contribuíram para as decisões individuais de cada família sobre sair da Vila Autódromo. Algumas, as primeiras a aceitarem os acordos oferecidos pela Prefeitura para a troca de suas casas pelos apartamentos do Parque Carioca em 2013, eram de fato as famílias que viviam em piores condições, cujas casas alagavam nas cheias da lagoa, algumas construídas com tábuas de madeira e com poucos recursos financeiros. Outras famílias aceitaram as indenizações oferecidas pelo Estado em determinado momento, negociando, portanto, uma titulação de posse pela possibilidade de compra de uma propriedade privada. Para Damiana, por exemplo, o peso da decisão sobre

<https://olimpiadas.uol.com.br/noticias/2015/05/16/reformar-ou-tirar-rio-gastou-r-80-mi-a-mais-para-remover-favela-olimpica.htm>.

²²³ A negociação, conforme relata uma das antigas moradora da Vila, começava com um valor estipulado pelo próprio morador. A prefeitura oferecia então um valor consideravelmente menor, e, dependendo da persistência do morador em continuar indo à Prefeitura ou da sua base de negociação, como por exemplo, convencer outros membros familiares ou mesmo amigos e vizinhos a aderirem ao processo de negociação, esse valor ia subindo ou ofertas de apartamentos se agregavam à indenização em dinheiro. Alguns moradores chegaram a relatar em Assembleia efetuada na Capela São José Operário, em 20 de dezembro de 2014, terem recebido mais de um cheque com valor indenizatório por sua casa em nome de empresas diferentes e, durante entrevista realizada com Damiana, ex-moradora da Vila Autódromo em 19 de janeiro de 2018, essa informação apareceu novamente no relato da entrevistada, que alegou ter recebido da prefeitura um apartamento no Parque Carioca e valor indenizatório, com o qual ela comprou uma nova casa no bairro de Curicica, vizinho à Vila Autódromo.

²²⁴ “Removidos pelo Parque Olímpico lutam por compensação mais justa”. Pública, Mariah Queiroz, 20 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://apublica.org/2017/02/removidos-pelo-parque-olimpico-lutam-por-compensacao-mais-justa/>. Acesso em março de 2018.

aceitar as negociações com o poder público ou ficar na comunidade foi marcado pelas suas relações familiares e pelo medo:

Pedro, tinha 10, ele via aqueles prédios lá, né, e botou o olho, assim, e ficava falando... aí a gente como mãe, né, fica assim, “meu deus, será que vai dar certo, será que não vai...”, eu tenho dois filhos pequenos... meu marido falava assim “você quem sabe, tá nas tuas mãos”, mas ele... aí fica difícil, né, eu tomar essa decisão só... aí ele saía pra trabalhar e quando chegava no trabalho ficava ligando, “e aí, o que que decidiu? O que que resolveu?”, e não é assim né? Eu conhecia que a vontade dele era de sair, que ele tinha medo também... aí minha família também, minha família é grande... irmão... minha mãe faleceu na época da remoção, muita coisa... tudo aquilo, botando aquilo na cabeça, né, aí... saí. Mas saí com o coração apertado... (Entrevista Damiana, ex-moradora Vila Autódromo, 19 de janeiro de 2028).

Muitos moradores, assim como Damiana e sua família, foram sendo acuados frente às inúmeras coações praticadas pela Prefeitura e o medo de ficar sem casa foi suplantando seu amor pelo lugar. A violência desse processo se faz presente na impossibilidade diária de realização de melhorias físicas nas habitações, por exemplo, como ampliação de cômodos ou na abertura de um pequeno comércio que poderia ajudar no orçamento familiar. A incerteza da permanência, não só de algumas casas, mas, em diversos momentos, de toda a comunidade, trouxe consigo implicações sociais complexas que problematizam não só os conflitos sociais que se estabelecem pelo espaço, mas na vida que é circunscrita nele.

Na figura mais abaixo, pode-se perceber as alterações morfológicas na comunidade Vila Autódromo e em seu entorno de forma muito evidente. A grande quantidade de modificações espaciais, a construção do Parque Olímpico e dos empreendimentos como o hotel de luxo e a estação de BRT praticamente dentro da comunidade reforçam o caráter da fronteira urbana e de sua expansão enquanto produto imobiliário para esse fragmento da metrópole do Rio de Janeiro.

É importante pontuar que, muitos dos moradores que aceitaram negociação com o poder público tinham a documentação da concessão de uso por 99 anos revogáveis²²⁵, mas em algum momento durante o processo, resolveram aceitar as ofertas da prefeitura e sair da comunidade, por todas as circunstâncias descritas.

²²⁵ Em 2011, a Prefeitura do Rio de Janeiro solicitou ao governo do Estado a revogação dos termos de concessão de uso dos imóveis da Vila Autódromo, principalmente dos situados dentro da AEIS, mas o pedido foi negado (Processo nº 0075959-18.2013.8.19.0001, Anexo 6, p.145).

Figura 38 – Via Autódromo e entorno em 2016



Fonte: SABREN, 2018. Produção nossa.

Dentro dessas discussões, pode-se apontar para a pesquisa desenvolvida por Ribeiro, (2012), em sua tese, sobre os impactos da posse dos imóveis em detrimento à titulação de propriedade para a população trabalhadora de menor renda na cidade de São Paulo. Ao estudar três comunidades, duas localizadas na Zona Leste e uma localizada na Zona Sul da cidade, cujos moradores reivindicavam a regularização fundiária de interesse social em áreas públicas, a autora percorreu a hipótese de que a conquista pelo direito de posse das casas pelas famílias moradoras desses locais não lhes garantiria, necessariamente, a permanência nesses mesmos espaços, visto que as contradições espaciais existentes são inerentes ao próprio modo como as práticas do vivido estão conectadas ao modo de produção capitalista, que sobrepõe os usos e as relações sociais: que a propriedade privada da terra suplantara seu uso.

Nessa orientação, consideramos que a produção capitalista do espaço urbano nega a possibilidade de uso dos espaços-tempos garantidores da existência humana, pois estão subsumidos a existência da propriedade privada. **Numa sociedade de classes fundada pela desigualdade e a diferenciação, a condição primeira da realização da vida coloca para uma classe a impossibilidade da existência a não ser por uma luta constante** – primeiro pelo acesso à moradia como transgressão à propriedade – como a ocupação de

lugares da cidade aonde se constroem as moradias – em segundo lugar pela manutenção desta moradia (Ribeiro, 2012, p.III – grifos nossos).

Sob muitos aspectos, essa pesquisa revelou que, na Vila Autódromo, os conflitos e as contradições entre a propriedade privada e as relações sociais se colocaram a todo o momento. Os moradores, por diferentes motivos, foram morar nesse local, onde construíram suas casas ao longo dos anos. A ameaça do poder público de remover toda a comunidade sempre foi um assunto presente no cotidiano das pessoas que ali moravam, o que tornava a concretização de muitos planos, como ampliação da casa, abertura de comércio, dentre outros, ainda mais complexos e cheios de incertezas. A segurança da posse, presente na titularidade dos terrenos nunca foi de fato uma garantia prática da permanência desses moradores e isso foi se tornando muito claro para eles, principalmente quando houve a intensificação das ações da Prefeitura para retirar os moradores daquele local. Adicionalmente, essa mesma titulação de posse foi mobilizada como um instrumento jurídico que possibilitou a demarcação da área da Vila Autódromo como de AEIS, tornando o processo de remoção dos moradores mais complicado e mais conflituoso, como foi possível observar ao longo dos anos.

Ao mesmo tempo em que o valor de troca e a propriedade privada suplantaram, para os moradores que aceitaram as negociações com o governo, o uso das antigas moradias e as relações sociais e afetivas com o lugar, outros moradores que ficaram negaram esse processo. Pode-se afirmar que o uso das moradias suplantou, para alguns dos atuais habitantes da Vila Autódromo, o valor de troca, representado pelas indenizações compensatórias oferecidas pela Prefeitura aos moradores para sua remoção ou através da oferta dos apartamentos com documentação regularizada e titulação da propriedade.

Dos 1.252 moradores que residiam na Vila Autódromo em 2010, segundo censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) publicado no banco de dados da Sabren, hoje restam no local cerca de 36 pessoas, distribuídas em 20 casas padronizadas, construídas e entregues pela Prefeitura da cidade. Nas fotografias abaixo, é possível observar a única rua que hoje compõe a comunidade, denominada de Nelson Piquet, bem como os espaços vazios remanescentes da demolição das residências das famílias que aceitaram acordos para a remoção e o prédio espelhado do hotel de rede internacional *Marriot*, construído dentro do Parque Olímpico. A proximidade física entre a nova Vila Autódromo e o Parque Olímpico fica bastante evidente, apontando uma vez mais para como o processo de resistência pela permanência dessa comunidade no espaço ainda é uma necessidade cotidiana para os novos moradores.

Figura 39 – Rua Nelson Piquet – vista dos dois lados



Fotografias registradas pela pesquisadora no dia 14 de janeiro de 2015

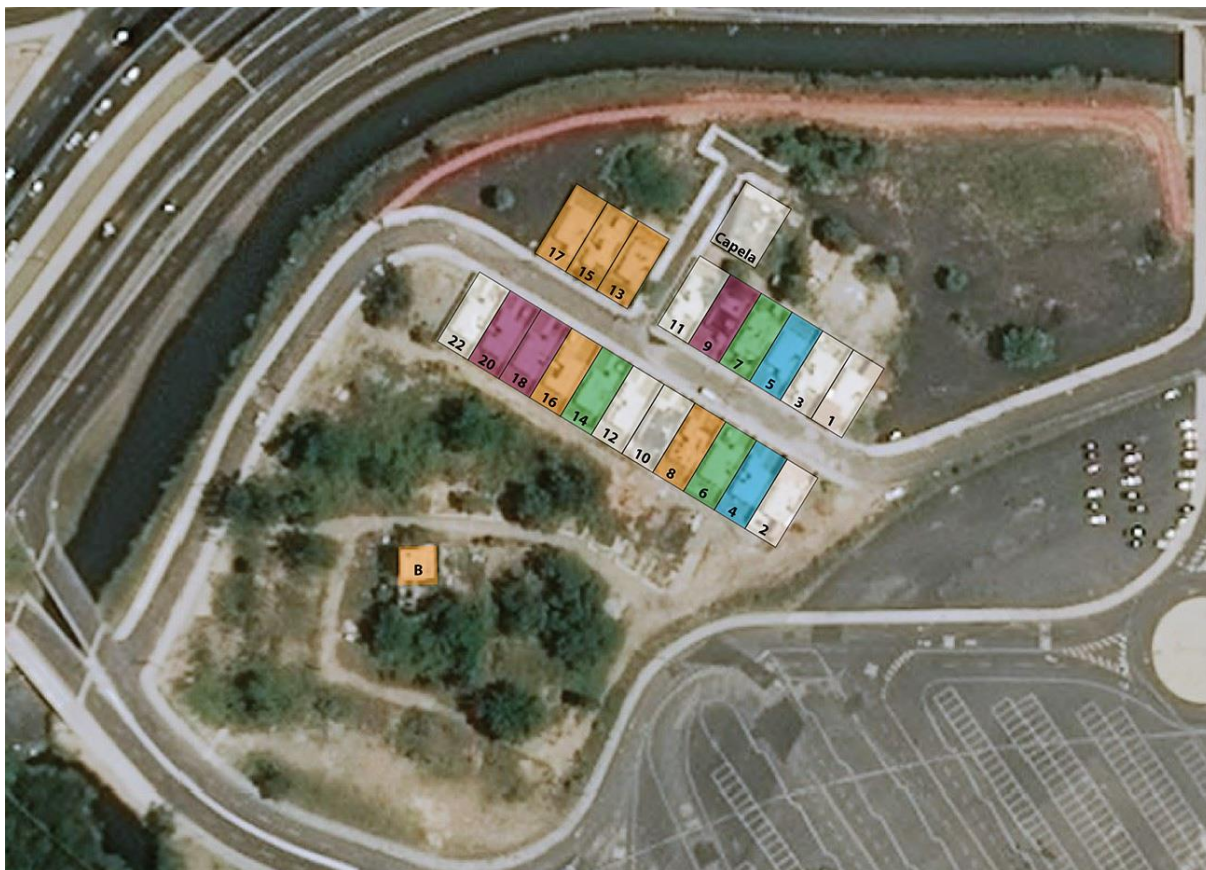
As 20 casas foram construídas em modelo padrão, segundo plano elaborado pela Prefeitura da cidade depois de diversas reuniões de adequação solicitadas pelos moradores, em um processo de negociação que perdurou por cerca de quatro meses – entre a entrega do Plano de Urbanização proposto pelo prefeito aos moradores, realizado no dia 8 de março de 2016²²⁶ e a efetiva entrega das novas casas, no dia 29 de julho de 2016, sete dias antes do início oficial dos Jogos Olímpicos, em 5 de agosto de 2016.

A figura a seguir foi produzida de acordo com pesquisa de campo realizada na comunidade em janeiro de 2018, mostrando um mapeamento das famílias remanescentes: os números são os das residências conforme foram entregues pela Prefeitura e cada família ocupou uma casa de acordo com um sorteio feito entre os moradores, portanto a escolha da localização das casas foi aleatória. Procurou-se, através das cores, representar os núcleos familiares, ou seja, membros de uma mesma família que moravam na antiga Vila Autódromo no mesmo terreno, mas em casas separadas e que receberam novas residências. Por exemplo, a família da Sandra Maria compõe um núcleo de cinco novas casas e a antiga casa remanescente, todas em laranja. Já a família de Maria da Penha, compõe três casas representadas pela cor verde na figura. Já as casas em branco são de famílias que não tem outros núcleos na nova configuração da Vila Autódromo. Essa representação teve o objetivo de demonstrar que, das vinte famílias que

²²⁶ O Plano de urbanização da prefeitura foi publicamente apresentado em um evento realizado no dia 03 de abril de 2016, mas os moradores não haviam sido informados. Na realidade, nesse mesmo dia, a casa da família de Maria da Penha Macena foi demolida, poucas horas antes de ela receber na Câmara Municipal da cidade, a medalha Pedro Ernesto, que é entregue por vereadores a cidadãos cariocas desde 1980 como uma forma de homenagear pessoas que tenham tipo protagonismo na sociedade brasileira. Essa data foi escolhida para a entrega por ser também a celebração nacional do Dia Internacional da Mulher.

permaneceram, na verdade, existem somente nove famílias diferentes – sendo que duas casas estão alugadas para pessoas que não eram moradoras da Vila Autódromo anterior.

Figura 40 – Vila Autódromo – casas atuais e núcleos familiares



Fonte: SABREN, 2018. Produção nossa.

Conforme relatos dos atuais moradores, a construção dessas novas casas foi acordada entre eles e a Prefeitura da cidade, após um período de reuniões com agentes do órgão público. A prefeitura havia, no dia 8 de março de 2016, apresentado publicamente um plano para urbanização do que restava da comunidade da Vila Autódromo, plano esse que só foi efetivamente apresentado aos moradores e seus apoiadores um mês depois. Como algumas famílias que restavam ainda quiseram fazer acordos com a prefeitura, aceitando indenizações financeiras para sair da comunidade e porque os moradores remanescentes não aceitaram totalmente a planta das novas casas apresentada inicialmente no plano, várias reuniões se seguiram até que esse formato da atual construção das casas fosse acordado entre as partes. Durante os quatro meses de construção das novas habitações, os atuais moradores acompanharam diariamente as obras, com supervisão de pessoal técnico das equipes de apoiadores da comunidade – principalmente de profissionais, alunos e professores das

universidades públicas que haviam elaborado as seis versões do Plano Popular da Vila Autódromo ao longo de todo o processo de remoção – de forma a assegurar o mínimo de qualidade, tanto dos materiais empregados como da própria construção.

O principal receio dos moradores, nessa época, era ser alocado em outro lugar enquanto a Prefeitura teoricamente estivesse realizando as obras de construção das novas residências, mas essas não serem efetivamente executadas pela empresa privada contratada pelo poder público.

A Prefeitura, na época da apresentação do Plano de Urbanização aos moradores, ofereceu auxílio aluguel para que as famílias ficassem abrigadas em outros locais enquanto aguardavam as obras de construção das novas casas, visto que suas casas antigas seriam demolidas. O medo, portanto, era sair do lugar e nunca mais poder voltar. Por isso, uma das exigências acordadas foi a permanência nos contêineres até que as novas casas fossem entregues. Os contêineres-casa foram montados também pelo município, através de parceria público-privada, conforme consta em documento publicado no Diário Oficial do município:

SECRETARIA ESPECIAL DE CONCESSÕES E DE PARCERIAS
PÚBLICO-PRIVADAS – SECPAR ERRATA: PUBLICAÇÃO DO
EXTRATO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL

PROCESSO N.º 24/000.067/2016 – CONTRATO N.º: 09/2016

Objeto: execução de obras de construção de 20 unidades habitacionais em Vila Autódromo e locação de módulos habitacionais, conforme Acordo Administrativo assinado entre a Procuradoria Geral do Município e os moradores da Vila Autódromo, com a interveniência da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Justificativa: Ao final das negociações entre a Prefeitura e os moradores da Vila Autódromo, restou um grupo de 24 famílias que não foram atingidas por nenhuma ação judicial de desapropriação. Dessas 24 famílias, 04 (quatro) realizaram acordo amigável com a Prefeitura para desocupação da área com indenização de suas benfeitorias, restando ainda 20 (vinte) famílias, dentre as quais 09 (nove) aguardarão a conclusão das obras de construção das unidades habitacionais no próprio local, acomodadas em Módulos Habitacionais, tipo contêineres, alugados pela Prefeitura.

Partes: SECPAR e MROCHA ENGENHARIA LTDA.

Valor: R\$ 2.975.013,47 (dois milhões novecentos e setenta e cinco mil e treze reais e quarenta e sete centavos).

P.T 48.01.04.122.0389.2137 N. D. 4.4.90.51.01 Fonte de Recursos 100

Prazo: 3 (três) meses.

Data da Assinatura: 09 de maio de 2016

(Publicação no D.O. em 23 de maio de 2016)²²⁷

²²⁷ Disponível em:

http://doweb.rio.rj.gov.br/visualizar_pdf.php?reload=ok&edi_id=00003113&page=108&search=vila%20autodromo. Acesso março de 2018

De acordo com relatos da atual moradora Nathália, em entrevista realizada em 15 de janeiro de 2018, foi necessário um consenso entre os moradores que haviam permanecido na comunidade até a data da entrega do novo plano de urbanização. Sem essa mediação, avalia ela, talvez hoje não existisse mais a Vila Autódromo: *“Eu já escutei muita gente falar: “ah, mas ficou vinte casas, o que que é vinte casas pra uma comunidade que tinha 700 famílias”? Pois é, mas ficou 20 casas, se as 20 famílias não batem o pé, não tinha ninguém aqui hoje”*.

Houve a necessidade de uma adaptação e aceitação dessa última proposta da Prefeitura, por parte dos moradores remanescentes, para que as 20 atuais famílias permanecessem na comunidade. Segundo consta em contrato, os atuais residentes podem fazer algumas modificações nas novas edificações, como construção de segundo pavimento e ampliação de um cômodo na área da frente ou nos fundos da nova residência.

Figura 41 – Fachadas das casas novas



Fotografias registradas pela pesquisadora no dia 14 de janeiro de 2015

Contudo, é importante mencionar um imbróglio que ocorreu no período da entrega das chaves das novas residências, e que coloca em evidência os constantes embates e conflitos que se dão também entre os habitantes remanescentes: um dos moradores, neto de Dona Dalva, não

quis aceitar a nova casa e ganhou judicialmente autorização para permanecer na sua antiga residência, hoje única remanescente das casas originais da Vila²²⁸.

Figura 42 – Casa remanescente



Fotografias registradas pela pesquisadora no dia 14 de janeiro de 2015

A residência nova, de número 2, que foi construída pela prefeitura e que seria destinada à essa família ficou vazia e foi dias depois, ocupada pela família de uma das agentes da subprefeitura que, durante o processo de remoção, estava constantemente na comunidade com intuito de amedrontar os moradores ou persuadir os indecisos a aceitarem acordos com a Prefeitura. Os moradores atuais não a reconhecem como moradora e já existe um processo jurídico movido pela Defensoria Pública contra a ocupação irregular dessa residência. O receio, demonstrado pelos atuais moradores em entrevistas e relatos, é que essa antiga agente da subprefeitura seja uma pessoa infiltrada, seja da municipalidade ou de outra instituição e/ou

²²⁸ Essa residência, hoje com três pavimentos, foi a antiga casa da Dona Dalva e de sua família. O neto de Dona Dalva e novo proprietário da casa número 2 na nova Vila Autódromo não quis receber as chaves da nova residência com a justificativa de que só receberia a nova casa se seu pai, Delmo, também fosse contemplado com uma residência na nova Vila Autódromo. Delmo, filho de Dona Dalva e cunhado de Sandra Maria, participou ativamente das práticas de resistência pela permanência da comunidade durante todo o período de remoção. No entanto, ele não morava originalmente na Vila: tinha uma empresa de solda e ferragem, pela qual recebeu indenização financeira compensatória pela demolição do imóvel. No final do período do embate com a prefeitura, Delmo resolveu construir uma casa nova em cima da estrutura de dois andares já existente de Dona Dalva, com intuito de também ganhar uma nova casa na comunidade. Isso acarretou um impasse entre os moradores remanescentes: como tinha sido muito participativo durante o período mais intensificado das investidas da prefeitura, ajudando sempre vizinhos, familiares e amigos, alguns acreditavam que ele tinha direito a receber uma casa além da indenização já computada. No entanto, a Defensoria Pública só manteve no contrato das novas casas, famílias que efetivamente residiam na Vila e que não tinham negociado com o poder público, por ser essa uma das cláusulas impostas pela prefeitura para a construção das novas habitações.

empresa, e que esteja no local para coletar informações sobre as reuniões e ações dos atuais moradores que continuam ativos aos processos relacionados às remoções, ou talvez intimidar com sua presença, dando continuidade ao processo de medo e incerteza que marcou a vida dessas pessoas durante todo o processo de remoção.

No entorno dessa única rua, que hoje compreende a atual Vila Autódromo, encontram-se dois grandes espaços vazios, assim deixados pelo poder público após a entrega das novas casas e da remoção de quase todo escombros e entulho das edificações previamente demolidas. Ainda é possível encontrar, nesses espaços, restos de algumas casas, ferros, canos, pisos e azulejos, cenários que compõem parte do acervo do Museu das Remoções – cujas ações serão mais aprofundadas no subcapítulo 5.3²²⁹.

Parte dessas áreas hoje vazias estão dentro do AEIS e um novo embate político e social se estabelece atualmente entre os moradores que permaneceram e a Prefeitura da cidade, com mediação jurídica da Defensoria Pública. Como uma Área de Especial Interesse Social, instrumento jurídico que foi muito utilizado durante as tentativas de remoção, a área remanescente deveria ser utilizada para a construção de habitações populares e assim é defendido pelas defensoras públicas, principalmente pela Dra. Adriana Bevilaqua do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH). Em entrevista concedida no dia 18 de janeiro de 2018, a Dra. Adriana disse ser essa uma das principais frentes de luta da Defensoria junto à Prefeitura para a consolidação da segunda etapa do projeto previsto no contrato assinado entre os moradores e o poder público, visto que a argumentação sobre a AEIS para fins de habitação foi muito mobilizada durante a luta jurídica do próprio órgão contra as ações de negociação e demolição das casas pela Prefeitura na antiga Vila Autódromo. Os novos moradores seriam selecionados através do cadastro do sistema de habitação popular da Prefeitura, ou seja, seriam pessoas que precisam de habitação, mas que não teriam necessariamente, o conhecimento de todo o processo que levou a permanência dos atuais moradores.

²²⁹ Disponível em: <https://museudasremocoes.com/>. Acesso em 13 de janeiro de 2018.

Figura 43 – Vila Autódromo – vazio com resto das casas antigas



Fotografias registradas pela pesquisadora no dia 19 de janeiro de 2015

A prefeitura propõe a construção de uma praça pública e a conclusão das obras que foram acordadas na entrega das chaves das casas atuais aos moradores, como consta em contrato:

TERMO DE ACORDO ADMINISTRATIVO

I – Que a Vila Autódromo se encontra em área de especial interesse social para fins de moradia de população de baixa renda, conforme instituído e demilitado pela Lei Complementar 74/2005, assim como em conformidade com a Lei Complementar 111/2011, que dispõe sobre o Plano Diretor do Município do Rio de Janeiro [...]

2. O MUNICÍPIO se obriga e se compromete a construir na Vila Autódromo, em área devidamente urbanizada, situada na atual rua denominada Nelson Piquet (conforme consta do projeto anexo I), unidades imobiliárias para a residência dos Acordantes e suas famílias. O Município deverá ainda erigir um espaço sociocultural (servirá de sede da associação de moradores e centro cultural), uma praça infantil e uma quadra poliesportiva para uso comunitário, tudo conforme projeto que faz parte integrante deste acordo com Anexo I. A construção desses equipamentos se dará imediatamente após o término da construção das unidades imobiliárias residenciais [...]

Rio de Janeiro, 13 de abril de 2016 – grifos nossos

No entanto, até o presente momento, nenhum dos equipamentos adicionais às casas, citados no contrato, foram entregues pelo órgão público nem há previsão para início das obras.

O habite-se das casas, que deveria ter sido entregue aos moradores junto das chaves dos novos imóveis, foi entregue no início de fevereiro de 2018, praticamente dois anos depois. Os moradores ainda não receberam a documentação do título de posse das casas, que foi sem dúvida, o documento mais importante para a permanência dos moradores atuais.

Sem o título de posse dos imóveis e sem a conclusão das obras acordadas com a Prefeitura em contrato, o clima de incerteza quanto a permanência desses últimos moradores nesse local continua. Muitos temem fazer melhorias nas novas casas, como por exemplo, subir um pavimento como permitido no contrato, ou construir uma cobertura para a garagem e abrigo dos automóveis, coisas que ajudariam a solucionar problemas da vida diária dessas pessoas. Uma vez mais, sem a certeza da permanência, alguns temem gastar suas economias e sofrer novo processo de remoção.

A violência do controle estatal sob a vida dessas pessoas se coloca novamente como um fator que perpassa o cotidiano: mesmo após anos de luta e enfrentamento, a resistência se apresenta como prática diária necessária para garantir a sobrevivência no espaço e nas novas habitações. As contradições que se colocam entre a realização da vida cotidiana, mediada pelas relações de troca, a luta pela permanência e os processos de resistência que partem de uma necessidade primeira de morar e vão ao encontro da apropriação do espaço enquanto pertencimento, se radicalizam. Novas estratégias e novas formas de conter possíveis novas investidas do poder público a um novo processo de remoção pairam enquanto necessidades prementes para os moradores que conseguiram permanecer na atual Vila Autódromo, além de conterem, no encontro com o outro, as possibilidades de construção de um caminho alternativo às relações do capital.

Quanto aos espaços vazios que ainda permanecem na comunidade, outra possibilidade que foi colocada ao longo das entrevistas e da própria pesquisa de campo, seria o retorno dos ex-moradores que receberam altas indenizações do poder público por suas antigas casas na Vila Autódromo. Alguns ex-moradores entrevistados para essa pesquisa disseram que, se tivessem a possibilidade de voltar a morar na comunidade, retornariam, pois se arrependem de terem saído. Fatores como a proximidade entre vizinhos, o conhecimento adquirido em anos de convivência social, a tranquilidade do lugar, foram algumas das justificativas que antigos moradores relataram ao falar sobre a falta que sentem de morar na Vila Autódromo.

A destituição do vivido se apresenta aqui, nessa relação entre os moradores que conseguiram, por meio do próprio processo de resistência, obter ganhos econômicos que lhes permitiram comprar uma propriedade privada em qualquer parte da metrópole carioca, mas que ainda pensam em retornar à Vila Autódromo, como um importante e necessário movimento que

coloca em relevo o quanto as relações sociais, os laços e o sentimento de pertencimento criado por alguns moradores com o lugar não foram de todo destruídos. O processo de remoção demandou a destituição desses laços, mas que, de certo modo, não conseguiram ser totalmente apagados. Dessa forma, coloca-se novamente a importância de entender o processo da radicalidade das expropriações que compõem o movimento da destituição do vivido, que se constitui para além de um processo puramente econômico ou de dominação a partir do Estado no planejamento e nos processos de remoção em si, mas sobretudo, da dimensão sobre a vida e os corpos dessa população.

Um dos relatos sobre como o sentimento de pertencimento com a Vila impacta na constituição de uma vida em um outro lugar foi obtido por meio de uma entrevista com Damiana, atual moradora de Curicica, no dia 19 de janeiro de 2018. Sua família estendida, que era proprietária da padaria na antiga comunidade, composta por irmãos e mãe, quiseram negociar com o poder público e ela acabou cedendo às pressões familiares e aceitou. A compra de um terreno no bairro de Curicica, próximo a atual Vila Autódromo, possibilitou a construção de um pequeno prédio de três andares, cada andar com uma casa separada, onde moram atualmente Damiana e suas duas irmãs. A antiga moradora relatou ter procurado durante muito tempo uma casa onde ela se sentisse “pertencendo”, mas nunca a encontrou. Acabou comprando o sobrado por necessidade e vivia nesse prédio construído pelo irmão, próxima a eles, mas não se sentia feliz, não sentia que estava na “casa dela”. No final da entrevista, disse que, se pudesse, largava tudo e ia morar novamente na Vila, trocava sua casa grande, com quatro quartos, totalmente consolidada e mobiliada, pela casa padronizada de 50m² onde as famílias remanescentes moram hoje. Sobre o que sente falta, responde:

*A convivência. Dos vizinhos, da capela, que ali era pertinho, todo dia nós ia lá, limpava a capela... **Eu sinto muita falta da capela... e da convivência... dos vizinhos, que era tudo... assim, porta a porta... estou dois anos que estou aqui, mas eu não conheço, nem sei que é vizinho.** Lá não... lá é muitos anos, né, de convivência, vi aquelas crianças tudo brincando ali na rua... assim, eu trabalhava na padaria, conhecia todo mundo, era “oi, oi, oi”... quando eu vou lá no Parque Carioca, lá nos prédios, gente... que eu faço a minha unha lá, que a menina que eu faço a minha unha, lá da Vila, mora lá ... **é tudo costume... me acostumei a fazer unha com ela então vou fazer lá. Gente, pra eu chegar onde ela mora, é uma luta, porque é “oi, oi”, conversa, é “tudo bem, tudo bem”... não consegue sair, é muita gente, muito conhecido, de muitos anos e... quando eu vou no Autódromo também eu... não quero sair.** Penha morava, né, no Autódromo direto e eu morava na Nelson Piquet, onde ela mora agora, né. Então, mas se ela precisava de alguma coisa... “tem isso?”, “tem”...as vezes eu mandava meus meninos ir levar, aí ela mandava... dona Antônia vinha, a mãe dela... **era boa, uma convivência boa, uma coisa que a gente vê que é uma coisa boa... então eu sinto muita falta disso... a amizade, a convivência... é muito bom... isso aí não tem preço... é isso que***

*eu sinto falta. [...] Lá a gente conhecia todo mundo... quem era envolvido, quem não era envolvido... quem gostava disso, quem não gostava... eu conhecia todo mundo. Então é bom, isso é bom... aqui ninguém sabe quem é quem. Tem que saber viver, né? Por isso... é isso que eu sinto falta... sinto falta do trabalho também... Da padaria, sim, muita falta... [...] **ainda hoje, eu só vivo lá, né... segunda... quarta-feira eu fui lá, porque eu gosto muito dali. É um lugar que eu morei muitos anos, a gente se apega, né... mas enfim... saí, vim pra cá, mas meu coração é lá, né?** (grifos nossos).*

Por meio desse relato, é possível observar como os laços sociais que se inscreveram no espaço, ao longo de muitos anos, ainda não foram totalmente desfeitos. Nesse caso específico, a capela, edifício que foi construído pelos próprios moradores da antiga Vila Autódromo, significa, aos moradores que receberam os acordos econômicos, o lugar para onde é possível voltar e permanecer na Vila por algum tempo, rever amigos, manter o contato com o outro. Ao longo do processo de luta pela permanência, a capela também foi o local onde aconteciam as reuniões e assembleias da comunidade, lugar do encontro onde era possível pensar em estratégias e ações contra o processo de remoção; onde era possível ouvir o outro, escutar seus problemas, e até suas justificativas para sair da luta e da comunidade. Talvez a continuidade das reuniões nesse espaço, ainda hoje, possam ser um caminho para novas formas de se pensar a ocupação dos espaços remanescentes na Vila Autódromo, ou se defender das prováveis investidas do poder público em um novo processo expropriatório.

Importante mencionar, no entanto, que para além da discussão sobre os laços afetivos que foram construídos e que ainda se mantém entre alguns dos antigos e atuais moradores, pensar no retorno dos habitantes que, em algum momento, negociaram com o poder público, não seria uma prática juridicamente correta: o instrumento de AEIS não teria o seu destino cumprido. Também significaria que quem aceitou indenizações para sair acabaria conquistando o mesmo direito de ficar que as famílias remanescentes, que perseveraram dentro do processo de resistência até o final porque não queriam negociar, passando por todos os processos de violência e coações já mencionados. De certa forma, seria como essas 20 famílias tivessem “defendido a terra” para que outros moradores ganhassem compensações econômicas por suas casas demolidas e voltassem para o mesmo lugar numa condição financeira melhor. Como garantir que, no caso efetivo da construção de mais casas, essas sejam destinadas a quem de fato precise, para quem esteja esperando nas listas de habitação social da cidade, uma oportunidade para ter onde morar?

Outra preocupação que fica bastante clara na fala dos atuais moradores entrevistados é que a Vila Autódromo sempre foi uma comunidade pacífica, sem domínio do tráfico de drogas ou atuação de grupos de milícias. A vinda de novos moradores poderia mudar essa realidade, o

que impossibilitaria a continuação da vida dos que lutaram tanto para ficar. Construir uma praça ou um parque, como proposto atualmente pela prefeitura, seria positivo para os moradores atuais, mas, por outro lado, mas não daria a destinação jurídica adequada à AEIS.

Pelas considerações realizadas nessa pesquisa, é possível refletir que essas preocupações dos atuais moradores e de seus apoiadores são necessárias enquanto caminhos na formulação das estratégias para as ações futuras. No entanto, não se colocam efetivamente enquanto reais possibilidades no curto prazo.

O único e talvez mais concreto dos fatos seja a não entrega, pelo poder público, dos documentos de posse das residências aos atuais moradores, o que havia sido acordado em reuniões anteriores à construção das novas residências. Esse elemento coloca em perspectiva possíveis tentativas para novos processos de remoção que possam ser perpetrados pelo Estado, o que possibilitaria a continuidade dos processos de valorização, ao absorver também o espaço diferencial no plano da reprodução do espaço, em função dos interesses dos proprietários fundiários – em especial da empresa Carvalho Hosken.

O que talvez fique mais evidente nesse processo é que, mesmo com todas essas possibilidades que foram e são elencadas pelos atuais moradores e pelos integrantes da Defensoria Pública, os espaços ao redor da atual Vila Autódromo continuam vazios²³⁰. Por todas as considerações que a pesquisa suscitou, é possível formular a hipótese de que a valorização pretendida para esse fragmento da metrópole carioca ainda está em andamento e precisará de um novo processo de destituição do vivido. Se olharmos para os planos propostos pela empresa Carvalho Hosken para os empreendimentos Lagoa da Barra ou o próprio Ilha Pura e seu entorno, o que se coloca enquanto possibilidade para os moradores remanescentes da Vila Autódromo são novos embates e novas lutas que serão travadas pela permanência no lugar.

Nesse aspecto, o movimento da resistência não pode ser pensado somente enquanto circunscrito ao passado, ao período da remoção da maior parte dos moradores da comunidade, mas, acima de tudo, enquanto uma prática constante, que agora faz parte da vida dos atuais moradores, não só para garantir a sua permanência no lugar, mas também por meio do encontro com outras comunidades ameaçadas ou passando por processos de destituição do vivido: por meio da prática das resistências, na troca e no encontro com o outro, a comunidade da Vila Autódromo potencializou formas de resistir aos processos expropriatórios, como será apontado a seguir.

²³⁰ Fator que se mantém em dezembro de 2021, quando da entrega desta pesquisa.

5.3. A resistência enquanto um processo de apropriação

Figura 44 – Percurso Museu das Remoções – Placas com frases dos moradores



Fonte: Fotografias retiradas pela pesquisadora em abril de 2019

O conceito da Vila Autódromo havia se expandido para representar uma luta social ampla, até mesmo global, refletida em um dos muitos slogans da comunidade, que estava estampado em suas paredes; “Nem todo mundo tem um preço”. Penha cunhou o slogan, resumindo o movimento para os visitantes e a imprensa. E foi exatamente essa noção que cativou tantas pessoas a aceitarem a comunidade como se pertencessem a ela (Williamson, 2018, p.76-77 – tradução nossa)²³¹.

Como Williamson pontua nessa passagem, a comunidade da Vila Autódromo passou a receber muitos visitantes, de todas as partes do mundo, principalmente estudantes, jornalistas²³² e militantes, que buscavam no contato com os moradores remanescentes maiores

²³¹ “The concept of Vila Autodromo had expanded to represent a broad, even global, social struggle reflected in one of the community's many slogans, which was stamped on its walls; "Not Everyone Has a Price". Penha coined the slogan, summarizing the movement for visitors and the press. And it was exactly that notion that captivated so many who grew to embrace the community as their own”.

²³² Diversos artigos foram publicados sobre a Vila Autódromo em veículos midiáticos em todo o mundo, principalmente em redes alternativas. Destacam-se a publicação periódica do RioOnWatch, disponível em: <http://www.rioonwatch.org/>. E o artigo de Lawrence Vale & Annemarie Gray publicado em 2013 “The

informações sobre o processo violento de remoção e auxiliavam na realização de passeatas, vigílias à demolição de casas, atividades culturais – eram os denominados apoiadores da comunidade. A permanência não gerou somente assembleias e discussões entre os moradores e seus apoiadores, mas também muitas atividades culturais, como festas, peças de teatro, intervenções culturais, festivais e apresentação de filmes e documentários²³³, em diversos idiomas, que foram realizados durante o período das remoções com os moradores.

Por meio dessas práticas, que colocavam os moradores em resistência em contato com o outro, foi possível não só uma ampla divulgação da luta dos moradores da Vila, atingindo todas as partes do mundo, mas, sobretudo, a formulação de estratégias que foram fundamentais para a permanência dos atuais moradores. Essas práticas socioespaciais ocorriam nos escombros da Vila Autódromo, no nível local, mas impactavam diretamente ações e diretrizes que se estabeleciam no nível mundial, se levarmos em consideração a realização dos Jogos Olímpicos e toda a cobertura midiática advinda com o megaevento. Dessa forma, os moradores da Vila Autódromo utilizaram os argumentos amplamente divulgados pela Prefeitura do Rio de Janeiro quanto às declarações iniciais do prefeito à época, Eduardo Paes, de “quem quisesse poderia ficar”²³⁴, em contraste com as ações violentas e as coerções praticadas pelo governo na vida diária da população.

A resistência enquanto um processo, nos termos trabalhados por Ribeiro, (2012), se colocou para a Vila Autódromo enquanto uma prática de luta que foi sendo transformada ao longo desse processo, moldada e trabalhada pelos moradores e por seus apoiadores, não somente enquanto objeto de embate para a permanência no lugar, mas enquanto também possibilidade concreta da construção da utopia, como apontava Lefebvre (2019).

Essa luta é de boca em boca mesmo, a gente tá sempre dando entrevista, sempre divulgando, sempre tentando contar nossa história, porque no começo o Eduardo Paes dizia que todo mundo quer ir embora. Mas era mentira, então a gente tinha que contar que nem todo mundo quer ir (Entrevista Maria da Penha, 24 de janeiro de 2015).

Luiz Cláudio, morador atual da Vila Autódromo e Jorge, ex-morador da Vila Recreio II, em seus relatos, remetem para o quanto as ações dessas intervenções, de divulgação e do

displacement Decathlon. Olympian struggle to affordable housing from Atlanta to Rio de Janeiro”. Disponível em: <https://placesjournal.org/article/the-displacement-decathlon/>. Acesso em março de 2018.

²³³ Uma seleção dos documentários e curtas metragens podem ser acessados em:

<https://museudasremocoes.com/filmes-e-documentarios-2014/#>

²³⁴ “Pref. Eduardo Paes declara sobre a Vila Autódromo: sai da comunidade quem quiser”, 13 de outubro de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RZG1S9hxHuE>. Acesso em janeiro de 2018.

trabalho de muitos apoiadores, se colocaram enquanto fundamentais para a própria luta e para uma mudança nas suas próprias percepções sobre o processo de resistência:

*[...] eu passei a lutar pelos apoiadores. Gente vindo de bicicleta de Niterói, cara, sabe, apoiar nossos atos. Gente de todas as partes do Rio de Janeiro, umas pessoas que vinham de outros estados, sabiam da luta, vinham aqui e recebíamos tantas pessoas sabe? Aquilo ali eu achava incrível assim sabe? Falava: “gente, esse pessoal podia estar em casa, né, vendo um filme [risos]. Podiam estar na praia, um sol danado, e eles com a gente aqui fazendo oficina. Um sol, rapaz, de rasgar assim, e eles fazendo oficina e eu ficava olhando aquele povo sabe? Aquele povo vindo de bom grado sabe? [...] Então em respeito esse povo, esses apoiadores, eu falei: **“gente, a gente tem que respeitar isso, essa galera vem de longe apoiar a gente, não pode se vender. Poxa, eles acreditam em nós né?”** (Entrevista Luiz Cláudio, 18 de janeiro de 2018 – grifos nossos).*

*Mas Jorge você está perdendo tempo. Eu falava não, nós estamos valorizando quem valoriza a luta, porque quando vocês saem dos seus cantos para vir colher uma matéria com a gente, poxa vida, quem vai fazer isso por uma coisa de pobre, **uma coisa que não dá lucro**. A gente tem que agradecer vocês [...] nesse momento você é todo esse povo de mídia que veio na Vila Autódromo e nós temos que agradecer vocês. Até a mídia podre, até ela, pelo menos ela mostra alguma coisa, mesmo que seja distorcida, ela fala alguma coisa. Eu falava: perdendo tempo? Mas se alguém está ocupando um tempo, são eles e nós temos que aproveitar isso né? **Então a Vila Recreio foi isso e foi muito mais que isso** (Entrevista Jorge, ex-morador da Vila Recreio II, 29 de maio de 2019 – grifos nossos).*

As atividades culturais realizadas na Vila Autódromo tinham por objetivo primeiro dar visibilidade aos moradores, culminando na realização de vários projetos, colocados em prática durante o processo de resistência, como o “Ocupa a Vila Autódromo”, que organizava peças teatrais, festivais de música, oficinas culturais, projeção de documentários e filmes e festas diversas na comunidade, como a “Festa Junina”, o “Fim de Ano” na comunidade, entre outros. O intuito dessas ações era sempre ocupar o espaço e trazer mais colaboradores e apoiadores para a Vila e para a tentativa de permanência. Também fizeram parte desse rol de projetos o “Adesivando a Cidade”, que consistia em colar adesivos com o logo da comunidade, que havia sido feito pelos moradores, em diversas partes da cidade do Rio de Janeiro e outras cidades do Brasil, através principalmente de apoiadores e moradores e o “Urbaniza já”, que foi um dos projetos mais emblemáticos do processo de resistência. Essa campanha foi divulgada em meios de comunicação eletrônicos e consistia em uma pessoa fazer um breve relato sobre a Vila Autódromo, principalmente focado nas promessas da prefeitura em urbanizar a comunidade e em manter os moradores que quisessem ficar no espaço. Essa pessoa, ao final do relato, deveria convidar mais três pessoas do seu círculo de conhecidos, familiares ou amigos, a fazerem o mesmo. Dessa forma, o projeto alcançou grande visibilidade, com participação de atores

conhecidos pela sociedade brasileira, bem como acadêmicos reconhecidos internacionalmente, como os professores doutores David Harvey²³⁵ e Raquel Rolnik.

Recentemente, uma parceria com o Instituto Goethe deu origem à publicação de um livreto denominado “Vocabulários em movimento – vidas em resistência”, que traz trechos de falas e atividades praticadas pelos moradores da comunidade com seus apoiadores, bem como à construção de uma área de convivência ao lado da Igreja e uma churrasqueira itinerante para usufruto dos moradores. Essa parceria com o Instituto também proporcionou uma exposição de fotografias registradas pelo morador Luiz Cláudio²³⁶ durante todo o processo de resistência da Vila. Com sua máquina fotográfica, o morador comparecia a todos os momentos e atividades que eram realizados na comunidade, principalmente no período compreendido entre os anos de 2014 e 2016, resultando em uma exposição que retrata os diversos momentos vivenciados pelos moradores.

O uso das fotografias e da mídia impressa e digital foi muito utilizado por moradores e apoiadores durante todo o processo de luta pela permanência, e continua a ser uma ferramenta mobilizada pelos atuais moradores, principalmente com objetivo de dar visibilidade e movimento à Vila atual. A Prefeitura da cidade, por exemplo, não sinalizou adequadamente as duas entradas oficiais da comunidade, muito menos o seu entorno. Placas de sinalização oficiais para o Centro de Convenções Rio Centro, Parque Olímpico e até para o Hotel *Marriot* foram colocadas pelo poder público nos entroncamentos das Avenidas Embaixador Abelardo Bueno e Salvador Allende, mas nenhuma delas se refere à comunidade. Uma ação empreendida pelos moradores, nesse sentido, foi sinalizar todo o entorno com placas improvisadas ou pichações com o nome da comunidade no viaduto adjacente, até que finalmente a Prefeitura colocasse placas adequadas.

Outra ação recente pede a mudança do nome da parada do BRT de “Centro Olímpico” para estação “Vila Autódromo”²³⁷. Os atuais moradores da comunidade tiveram essa ideia em função da grande confusão que o nome dessa estação causa nos usuários, pois a parada anterior é denominada de “Parque Olímpico”. No relato dos moradores, é muito comum os usuários se

²³⁵ Vídeo disponível em: <https://www.facebook.com/vivaavilaaudromo/videos/930789193694630/>. Publicado em abril de 2015. Acesso em 22 de junho de 2018.

²³⁶ Uma exposição das fotografias de Luiz Claudio da Vila Autódromo também foi montada nos Estados Unidos, no Museu de Arte de Orange County de Newport Beach em 2017. Acervo Jornal O Globo, 06 de julho de 2017, Matutina, Jornais de bairro, Barra, p.10. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=Exposi%C3%A7%C3%A3o+permanente+no+Rio+&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=2010&anoSelecionado=2017&mesSelecionado=7>

²³⁷ Link para o Projeto de Lei pode ser acessado pelo link: <http://bit.ly/32jznes>. Acesso em agosto de 2019.

confundiram e desceram na estação errada, tendo que percorrer o restante do percurso que leva de fato até a entrada do portão do Parque Olímpico a pé.

A proposta foi primeiramente colocada pelos moradores em reunião realizada no dia 6 de dezembro de 2018, do Museu das Remoções e seus apoiadores, no Museu de Arte do Rio (MAR), no centro da cidade. Foi discutido como poderia ser feita uma ação de visibilização da proposta, com uma ocupação cultural na plataforma da estação, que foi chamada de OcupaBRT. Foram definidos grupos culturais que poderiam ser contactados para fazer parte da ação, bem como quem poderia confeccionar faixas e cartazes e a definição de uma data: 9 de fevereiro de 2018, próximo ao Carnaval²³⁸.

O projeto foi encaminhado à Câmara Municipal e foi aprovado em 27 de agosto de 2019. Para ser aprovada como lei e implementada, o projeto de lei precisaria da sanção do Prefeito atual, que foi negada alguns dias depois da aprovação da Câmara. No entanto, os três vereadores responsáveis pela emenda entraram com recursos e a medida aguarda decisão até os dias atuais.

Figura 45 – BRT Trans Olímpica – Estação Parque Olímpico



Fonte: Fotografias 1 e 2 registradas pela pesquisadora no dia 21 de janeiro de 2015; 3 e 4, Ato Ocupa BRT no dia 9 de fevereiro de 2018, créditos © León Dênis.

²³⁸ OcupaBRT Vila Autódromo. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=38913>. Acesso em fevereiro de 2018.

Essa ação, além de atender a uma demanda os usuários do BRT e do Parque Olímpico, é sobretudo interpretado pelos atuais moradores e apoiadores como uma forma de reparação simbólica à Vila Autódromo, pois, como eles argumentam, muitas casas tiveram que ser removidas para a construção da bilheteria e da passarela de embarque à plataforma do transporte público. “Sabemos muito bem que isso não traz de volta os ex-moradores, **mas nossa luta também se dá no território da memória**”.²³⁹

Nesse sentido, umas das ações mais mobilizadas pela luta de permanência tem sido o Museu das Remoções da Vila Autódromo. Idealizado para ser um museu a céu aberto, primeiramente contendo partes das casas demolidas, o Museu das Remoções é hoje uma das grandes conquistas da resistência dos moradores, contando com diversos apoiadores e projetos. Algumas dessas peças recolhidas das casas demolidas foram incorporadas ao acervo permanente de História Contemporânea do Museu Histórico Nacional da cidade do Rio de Janeiro. Do mesmo modo, o site do Museu começa a ser estruturado para abrigar links de reportagens, filmes e documentários feitos sobre o processo de remoção e a permanência da comunidade, bem como um acervo documental de artigos, teses e dissertações acadêmicas sobre a Vila Autódromo. O objetivo é poder disseminar informação sobre todo o processo, para o maior número possível de pessoas que se interessem por conhecer um pouco da história do lugar e dos seus moradores. O Museu funciona também na Vila Autódromo, e recebe, através do trabalho voluntário dos moradores e de apoiadores, grupos de pessoas interessadas em conhecer o que restou da comunidade, sua história e sua memória.

Outra atividade recente dos apoiadores da comunidade foi o grafite retratando três moradoras remanescentes da Vila Autódromo em um muro próximo ao Museu do Amanhã, no centro da cidade: Maria da Penha, Dona Dalva e Sandra Regina. O trabalho foi realizado por duas artistas uruguaias na preparação para um documentário intitulado: “As 1000 mulheres de luta”, com produção da Daza Filmes e retrata as três moradoras nos escombros de suas antigas residências, com a frase do projeto do Museu das Remoções, cujo slogan é “Memória não se remove”. A proximidade física desse mural com a área do Porto Maravilha, expressam também uma simbologia, da resistência dessa comunidade contra os processos de destituição do vivido, ao mesmo tempo que procuram dar visibilidade constante à comunidade.

²³⁹ Disponível em: <https://museudasremocoes.com/>. Acesso em 28 de agosto de 2019.

Figura 46 – Mural retratando as mulheres e a luta da Vila Autódromo



Fotografias registradas pela pesquisadora no dia 18 de janeiro de 2015

Todas essas ações propositivas, que se relacionam tanto ao próprio processo do período das remoções da Vila Autódromo, mas também de uma permanência para os atuais moradores, carrega ainda uma dimensão do próprio processo da resistência, enquanto um movimento contínuo. As estratégias de resistência se dão no encontro com os outros na cidade, não somente no âmbito do lugar, visto que é somente no nível intermediário onde é possível congregiar as forças e as parcerias que continuam alimentando todo o movimento, como afirma Jorge:

[...] isso aqui é o coração da luta, de todas as lutas do Rio de Janeiro, a Vila Autódromo é o coração da luta porque aqui foi uma coisa tremenda, tudo foi demais aqui, o absurdo foi demais. Aqui tinha documento do governo do estado, aqui tinha caracterização ainda que não tivesse documento de ninguém que eles eram donos porque estava aqui há quase 100 anos, se for começar lá nas origens, nos pescadores, e tinha documento dado por um governador de Estado, uma concessão de posse com documento escrito, bonitinho, na mão, então aqui foi o centro do absurdo. E aqui também encontrou pessoas diversas, cada um com seus tipos de luta, pessoas violentamente guerreiras, não violenta na razão não, mas no sangue mesmo [...] Nisso tudo, a Vila Autódromo é um centro, não da atenção, mas o centro até para Prefeitura era o centro da grande vitória. Que se passou em cima, se extingui a Vila Autódromo, pronto. Como é que as outras comunidades, que não tem nada, não tem nem uma liderança, as comunidades não têm nem uma liderança, todas vendidas para a Prefeitura ou pra milícia ou sei lá pra que, todas vendidas para esses grupos. Aqui tem várias lideranças,

extraordinárias, cada um com sua linha de ideias, mas extraordinárias, e surgindo novas, né? Então se ela derruba aqui, automaticamente ela cria um medo tremendo nas outras. Mas se a Prefeitura fazia essa leitura, mas a gente também fazia essa leitura, a gente também tinha a Vila Autódromo como nosso centro de vitória! (Entrevista Jorge, ex-moradora da Vila Recreio II, 29 de maio de 2019 -grifos nossos).

A resistência da Vila Autódromo possibilitou, além da permanência dos atuais moradores, uma simbologia do processo de luta contra as remoções, servindo não só como exemplo, mas principalmente como apoio a outras comunidades ameaçadas. Nesse cenário pós-Olimpíadas e pós processos mais intensificados das remoções, nasceu um grupo denominado “Jornada contra as remoções”, que congregava, em suas primeiras reuniões e ações, líderes de 22 comunidades da metrópole do Rio de Janeiro que foram ou estão sem processo de ameaça de remoção pelo poder público²⁴⁰.

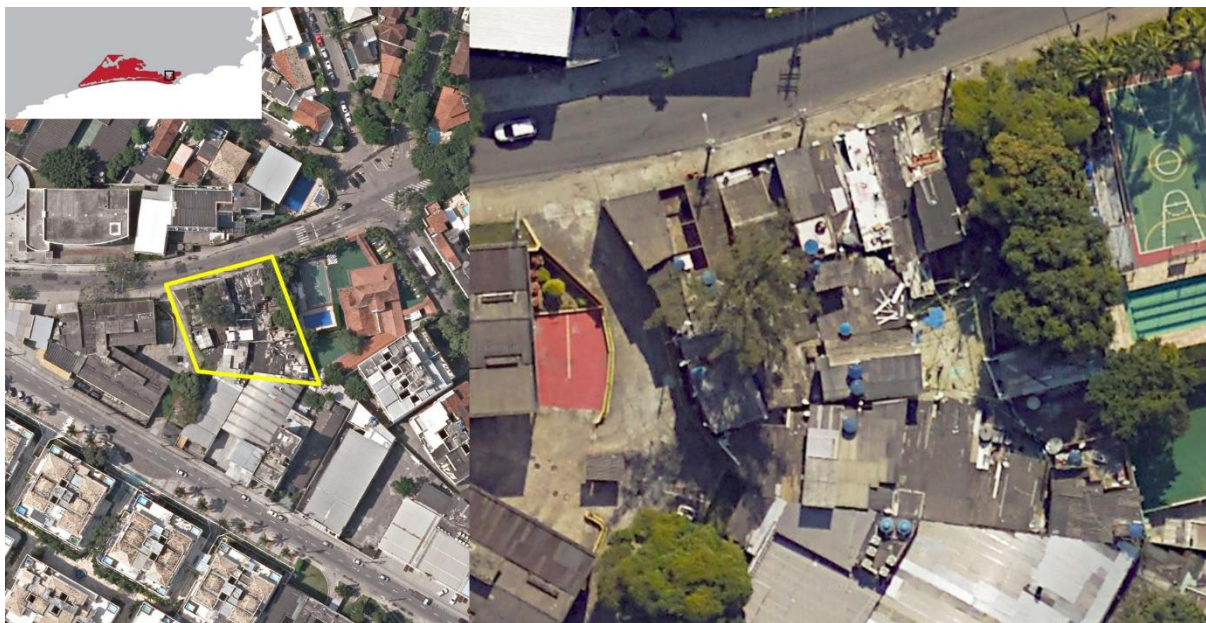
O objeto do grupo era reunir as lideranças e traçar estratégias, em parceria com o NUTH e a Pastoral de Favelas, para barrar os processos de remoção em curso e evitar os que foram anunciados pela nova gestão da Prefeitura. Esse grupo pretendia, através das estratégias, conquistas e fracassos já vivenciados pelas comunidades e por seus apoiadores, conseguir conscientizar os moradores das áreas potencialmente ameaçadas e utilizar as assessorias técnicas para reforçar e dar suporte aos moradores aos pontos mais institucionais, tais como os processos jurídicos, a produção de mapas e planos populares, por exemplo. “Existe uma consensual percepção que esse arranjo comunitário-institucional colaborou diretamente para a obtenção de resultados favoráveis na luta contra a remoção” (Pontes & Mendes, 2016, p.137).

A formação desse grupo foi recente, organizada após o período mais intenso de remoções na cidade, que teve início em 2009 e ainda está em curso, mesmo após o término dos Jogos Olímpicos, o que reforça a percepção do megaevento ser apenas uma justificativa – mais uma ferramenta utilizada pelo poder público em parceria com o setor privado – para colocar em prática a reprodução de fragmentos selecionados na cidade para a produção continuada do capital. O grupo, agora reunido sob o nome “Conselho Popular”, se encontra todos os meses com pautas e estratégias a serem debatidas em busca de soluções ou mesmo assistências jurídicas ou técnicas à processos de novas remoções, colocadas em prática sob a gestão do então

²⁴⁰Foi possível uma participação em uma reunião do grupo em pesquisa de campo realizada no dia 13 de janeiro de 2018 Disponível em: <http://www.global.org.br/blog/jornada-contra-remocoes-22-comunidades-se-unem-contra-ameacas-de-crivella/>. Acesso em janeiro de 2018.

prefeito Marcelo Crivella²⁴¹ em 2017 nas comunidades da Barrinha e de Rio das Pedras, por exemplo.

Figura 47 – Barrinha ou Lagoa da Barra



Legenda: Figura da esquerda: delimitação da área ocupada pela comunidade; figura da direita, zoom na área da comunidade.

Fonte: Sabren e Google, 2021 – produção nossa

Conforme o relato de Jaqueline, atual liderança da comunidade Barrinha, em entrevista no dia 28 de maio de 2019, o processo de desapropriação do terreno particular onde hoje se situa a comunidade foi recebido pelos moradores em 2017 e os desdobramentos desse primeiro momento de medo e incertezas que a notificação causou foi suplantado pela rede de informações e acolhida de moradores de outras comunidades, como a Vila Autódromo, enquanto detentores de possíveis caminhos que pudessem barrar o processo expropriatório; seria a construção de um movimento em direção ao possível-impossível (Lefebvre, 2013).

Era uma notificação da prefeitura, alegando que a gente estava fora dos padrões urbanísticos, dizendo que a gente não poderia ter construído em mais de 50% da área total da comunidade, dizendo que a gente, que nosso esgoto era inadequado, dizendo que a testada de frente que as casas estavam muito próximas da calçada a metragem né? Alegando essas normas técnicas e aí a gente ficou apavorados. Começamos, conhecemos o Conselho Popular, aí fomos conhecendo as lideranças de outras comunidades que estava vivendo ou tinham vivido isso, foi aí que eu conheci a Dona Penha também. E a gente vai se fortalecendo, vai se engajando nas lutas, e pedindo ajuda. E a

²⁴¹ PRB - Partido Republicano Brasileiro, gestão 1º de janeiro de 2017 a 1º de janeiro 2021, sendo os últimos 9 dias do seu mandato exercidos pelo presidente da Câmara Municipal, Jorge Felipe, em decorrência de prisão e processo judicial.

Defensoria também foi, lá na justiça, foi fazendo nossa defesa, foi nos ajudando, até que nós conseguimos suspender essa notificação que tinha ficado, ela²⁴² conseguiu uma liminar e aí suspendeu e a gente pode dar uma respirada. Mas não foi de cara, porque o juiz de cara não deu, daí ela teve que recorrer aí foi e conseguiu. Aí depois teve uma outra análise pelos desembargadores, tipo quase um ano depois, teve de novo. Daí teve uma votação lá e eles deram de novo. Então aí, tipo não é que o processo acabou, esse processo da notificação, mas enquanto ele não acabar, enquanto ele estiver correndo e assim, graças a deus é uma coisa que demora muito, a liminar tá valendo né? Ela suspende. Então assim, tipo a prefeitura agora tem que arranjar um outro motivo, porque esse não pode mais (Entrevista Jaqueline, moradora da Barrinha, 28 de maio de 2019 -grifos nossos).

A proposta da prefeitura não previa indenização nem qualquer outro benefício social para as quase 260 pessoas que moram na Barrinha. Com a suspensão dessa ação, em 2019, os moradores receberam uma nova notificação, agora de um processo movido pelo Ministério Público contra a permanência das famílias. Esse processo, mais extenso do que o anterior, aparentemente foi movido a partir de denúncias protocoladas pela associação de moradores do bairro, contendo informações do processo anterior da prefeitura, mas com mais apontamentos sobre pretensas irregularidades cometidas pela comunidade em relação à regulamentação urbanística da área, como comércio em zona residencial, por exemplo, processo muito semelhante ao relatado por Jorge, pelo ex-morador da Vila Recreio II. Jaqueline afirmou que os comércios mencionados no processo eram na realidade, três pequenos negócios dos próprios moradores: seriam duas costureiras que teriam colocado plaquinhas no muro da comunidade para anunciar os seus serviços, um morador que realizava concertos em bicicletas e “*tinha uma portinha*” e um outro que era mecânico e que montou uma pequena borracharia, fechada há mais de 10 anos atrás.

E aí isso foi o suficiente. Aí a gente ficou conversando, conversando com ele e tal, e sei que conseguimos que ele fechou a porta. E as vizinhas tiveram que, uma inclusive ficou bastante prejudicada porque ela não tem outra renda e não tem como anunciar, mas daí a gente fez um acordo né, porque é nossa moradia, se é necessário, daí a gente fez um acordo e não tem mais nenhum anúncio.

A comunidade, com ajuda principalmente do NUTH, regularizou o CNPJ da Associação dos Moradores e, com a documentação em ordem, entraram com processo de usucapião por tempo de moradia no local, comprovado por vários moradores mais antigos através de contas de luz e água, que comprovam o tempo de residência. Simultaneamente, um

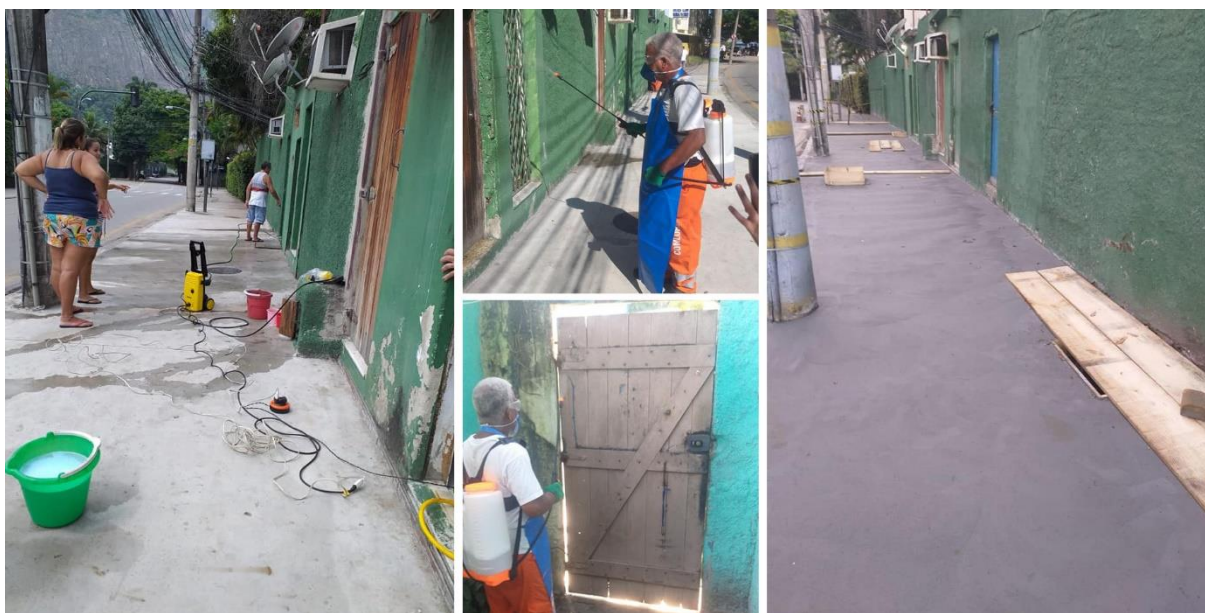
²⁴² Jaqueline se refere aqui à Dra. Adriana Beviláqua, Defensora Pública do NUTH e uma das responsáveis pelo processo de defesa contra o despejo da comunidade.

processo para decretar a área como AEIS também estava sendo elaborado pela Defensoria, como mais uma maneira jurídica possível para a luta pela permanência da comunidade.

Os moradores, por sua vez, fazem mutirões frequentes para manter a fachada da Barrinha sempre limpa e arrumada. Uma das estratégias foi pintar o muro de comunidade na mesma cor do hotel que fica adjacente, camuflando, de certa forma, a presença deles ali, como relatou Jaqueline em sua entrevista: *“Isso aí até foi uma das coisas do processo, quando a gente andou pra luta, pra poder se engajar mais pra poder lutar pelo espaço, decidiu que a gente quer ficar e que a gente vai lutar para poder continuar aqui”*.

A estratégia de um “apagamento” da comunidade em relação ao seu entorno serve aos propósitos de uma busca pela permanência, mas também revela como as próprias táticas de resistências estão inter-relacionadas a um cotidiano que, mediado pelo Estado, precisa de uma homogeneização do espaço para a realização da sua hierarquização perante o restante da metrópole. Os espaços segregados se apresentam enquanto produtos de uma justaposição hierarquizada entre o plano social, definido pelas classes sociais, e o espacial sendo, portanto, processos inseparáveis. A área ocupada pela comunidade da Barrinha, por seu alto custo comercial e imobiliário, é um espaço onde a população trabalhadora de rendimentos intermitentes não pode habitar senão enquanto apagamento.

Figura 48 – Barrinha ou Lagoa da Barra – vista e delimitação de área



Fonte: Fotografias do Facebook Fica Barrinha – produção nossa – acesso em maio de 2019.

Os corpos dos trabalhadores são, nesse processo, invisibilizados em sua materialidade ou colocados em uma relação em que precisam ser maleáveis ou mesmo conformados em relação às decisões e imposições socialmente vigentes por meio do recorte de classe.

Deste modo, o percebido, como conceito proposto por Lefebvre (2013) imbricado na relação com o corpo que vivencia o espaço, carrega consigo a dimensão de um pertencimento ao lugar, mas também de uma necessidade de se inserir, por meio desse próprio espaço concebido, normatizado, em uma lógica que priorize a homogeneização, mas que contraditoriamente, procura mudá-lo por meio de uma prática do vivido. A analogia proposta por Lefebvre (2013, p.98-98), do entendimento das relações socioespaciais com o corpo humano elucida esse embate constante do plano da realização da vida, em sua instância da sobrevivência, mediada pelo mundo das mercadorias, da vida cotidiana e da propriedade privada que se inscrevem nas próprias formas de luta e resistência possíveis:

Considerada globalmente, a prática social implica um uso do corpo: o uso das mãos, dos membros, dos órgãos sensoriais e dos gestos do trabalho e das atividades fora dele. Trata-se da esfera do percebido (base prática da percepção do mundo externo e do sentido psicológico). Já as representações do corpo vêm de uma ampla experiência científica mesclada com ideologias: conhecimentos anatômicos e psicológicos, relacionados a doenças e remédios, à relação do corpo humano com a natureza e com seu entorno ou com o meio ambiente. O vivido, a experiência corporal vivida, devido ao seu porte, atinge um alto grau de complexidade e peculiaridade, pois a cultura aqui intervém na ilusão do imediatismo, do simbolismo e na antiga tradição judaico-cristã, cujos aspectos foram revelados por discurso psicanalítico. O coração vivido (a ponto de causar desconforto e doença) difere estranhamente do coração pensado e percebido – (tradução nossa)²⁴³.

Outra comunidade que foi ameaçada de remoção em 2017, por meio de projetos apresentados pela gestão do então prefeito Marcelo Crivella, foi Rio das Pedras, comunidade localizada no bairro e na Região Administrativa de Jacarepaguá, sendo limítrofe à Itanhangá e ao Parque Nacional da Tijuca. Segundo dados disponíveis na plataforma da Sabren, a comunidade possuía, no ano de 2010, 63.453 habitantes e 22.131 domicílios, divididos em uma

²⁴³ Considerada globalmente, la práctica social supone un uso del cuerpo: el empleo de las manos, de los miembros, de los órganos sensoriales y de los gestos del trabajo y de las actividades ajenas a éste. Se trata de la esfera de lo percibido (base práctica de la percepción del mundo exterior, e el sentido psicológico). En cuanto a las representaciones del cuerpo, éstas provienen de una experiencia científica difundida y mezclada de ideologías: conocimientos anatómicos, psicológicos, relativos a las enfermedades y remedios, a la relación del cuerpo humano con la naturaleza y con sus entornos o con el medio. Lo vivido, la experiencia corporal vivida, por su parte, alcanza un alto grado de complejidad y peculiaridad, porque la cultura interviene aquí bajo la ilusión de la inmediatez, e los simbolismos y en la vieja tradición judeocristiana, algunos de cuyos aspectos han sido revelados por el discurso psicoanalítico. El corazón vivido (hasta el malestar y la dolencia) difiere extrañamente del corazón pensado y percibido.

área recortada de 637.698 m²²⁴⁴. De modo não oficial, a comunidade foi dividida por seus moradores em áreas, denominadas de: Casinhas – chamada de A.M. Amigos de Rio das Pedras pelo levantamento oficial da Prefeitura – e Pantanal, e ao sul, dividida pela Avenida Engenheiro Souza Filho, Areal, Areinha e Pinheiro. Da mesma forma não oficial, a comissão de moradores alega que a comunidade possui hoje, tem cerca de 180 mil moradores.

Figura 49 – Rio das Pedras por áreas



Fonte: Mapa Google – produção nossa

A Operação Urbana Consorciada – OUC Rio das Pedras²⁴⁵, como mencionado na primeira parte da tese, abarcaria toda a área morfológica da comunidade e seria responsável pela verticalização e consequente remoção de todos os seus habitantes. Pela proposta apresentada, na área onde fica a comunidade seriam construídos prédios de 12 andares através da venda de Cepacs – Certificados de potencial adicional de construção – instrumento urbanístico utilizado dentro de OUCs para aumento no potencial construtivo.

O plano da OUC estaria em conformidade com a meta 74 apresentada no novo Plano Estratégico da cidade, que entra em vigor em 2020, dentro da “dimensão urbano ambiental, território descentralizado, incluso e conectado: concluir os estudos para requalificação urbano de Rio das Pedras até 2018” (Prefeitura, 2017).

²⁴⁴ SABREN, Sistema de Assentamento de Baixa Renda, Favela de A a Z. Considerou-se aqui, os dados disponíveis de A.M. Amigos de Rio das Pedras e de Rio das Pedras, somados. Disponível em: <http://pcrj.maps.aregis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=4df92f92f1ef4d21aa77892acb358540>. Acesso em maio de 2019.

²⁴⁵ Rio das Pedras rejeita projeto de verticalização da prefeitura. O Globo. Bairros, 05 de outubro de 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/rio-das-pedras-rejeita-projeto-de-verticalizacao-da-prefeitura-1-21908631#>. Acesso em maio de 2019.

Como relatam algumas das lideranças da comissão de moradores, quando ficaram sabendo do projeto, duas moradoras começaram a questionar os agentes da prefeitura e até mesmo os moradores sobre como, de fato, seriam realizadas essas obras. Alguns moradores tiveram acesso a uma reunião com o Prefeito e sua equipe para ver a apresentação do projeto, e concluíram que a proposta era muito bonita, prédios de 12 andares com elevadores, porteiros, seguranças, cabeamento de internet pelo chão, conforme exposto por elas, um condomínio de luxo. A compreensão de que estão em uma área valorizada pelo capital relacionado ao setor imobiliário, há cerca de 10 ou 15 minutos de deslocamento para a Barra da Tijuca, e a certeza de que aquele condomínio proposto não seria construído para os moradores de Rio das Pedras, fez com que as suas moradoras, Andrea e Lorena, que se conheciam de vista pela comunidade, mas que não eram próximas, se unissem para tentar reverter o projeto.

A violência do processo da destituição do vivido se coloca também no não reconhecimento do próprio lugar de vida e convivência diárias. Ao verem os projetos colocados pela Prefeitura, os moradores de Rio de das Pedras não reconheceram o lugar, a dimensão do concebido, como coloca (Lefebvre, 2019), de uma projeção abstrata de como, por meio de um planejamento estatal, aquele espaço seria complementemente alterado e não seria mais o lugar que Andrea, Lorena e os outros moradores da comunidade reconheciam como sendo seus, construídos por eles, habitados e vividos no seu cotidiano até então.

Na visão das moradoras, o poder público propunha cobrar uma mensalidade para pagamento das prestações dos novos apartamentos, mas como o morador conseguiria arcar com esse custo, visto que a grande maioria trabalha e, portanto, recebe o salário com o qual vive, principalmente no comércio da região, que seria extinguido pelo plano. Outro ponto levantado por elas, seria a manutenção e a própria vida em apartamentos, uma realidade totalmente distinta da vivenciada pela grande maioria que vive na comunidade.

Como relatam Andrea e Lorena, em entrevista no dia 28 de maio de 2019, se referindo ao Prefeito Marcelo Crivella e ao processo da OUC:

Andrea: Ele não chegou aqui e falou: olha, a gente vai remover a comunidade. Não é assim que funciona né? Dona Penha que nos ajudou muito. Dona Penha eu falo pra todo, onde eu ando eu falo: sem ela a gente não teria conseguido nada. A melhor orientação que nós recebemos foi: vai na Vila Autódromo ouvir a Dona Penha porque eles têm muito pra poder passar. E lá ela passou pra gente o B-a-bá, tipo assim olha, vocês têm que procurar a Defensoria Pública, tem um órgão que é a Pastoral de Favelas que vai ajudar vocês, vocês não devem falar assim, vocês devem agir assado, foi tudo o que a gente recebeu dela, né? E ela sempre falou, vai com muito amor, não bate, porque assim, a revolta é grande... é muita covardia, o poder público nunca aparece no lugar e quando vem a gente na esperança de ser algo bom, positivo, pra ajudar, e na verdade não era. [...]. E assim, o nosso trabalho, que é trabalho

da comissão foi o que? Foi simplesmente passar essas informações para a comunidade, que a comunidade também não tinha. Então muitas pessoas sem instrução nenhuma. Por exemplo, a gente tem um nível muito alto de pessoas que não sabem nem assinar o nome, são analfabetos mesmo. Então assim, é difícil você explicar o tamanho do estrago que eles estão querendo, porque eles chegaram aqui e olha, a gente vai melhorar a comunidade. [...] Uma das nossas perguntas, aonde a gente ia morar?

Lorena: a gente fez essa pergunta pra ele e quando ele mostrou o projeto inteiro que ele deu a palavra, que eu falei, que ela falou, no final do meu discurso eu falei pra ele: Prefeito, se o senhor conseguisse fazer o projeto que o senhor quer fazer, porque nós não vamos deixar, se senhor conseguisse quem ia morar lá era o senhor, não era eu. Quem ia morar lá era o senhor porque o senhor tem dinheiro para bancar tudo isso que o senhor falou, nós não temos dinheiro pra bancar isso que o senhor tá falando, entendeu? Jamais as pessoas de Rio das Pedras, os moradores de Rio das Pedras ia ter dinheiro para manter

Através, portanto, de um primeiro contato com as lideranças da Vila Autódromo, as moradoras, agora já reunidas em um grupo de 15 moradores, que compõem até hoje a Comissão de Moradores de Rio das Pedras, foram procurar informações e ajuda jurídica na reunião do Conselho Popular, principalmente junto ao NUTH e à Pastoral de Favelas. Membros do NUTH, da UFF, também participaram de muitas reuniões, com assessoria técnica ao plano da OUC. Fizeram também muitas ações dentro da própria comunidade, para conscientizar os moradores sobre as reais intenções do plano. Primeiro através das redes sociais, depois arrecadando recursos para locação de carro de som, com o qual percorreram a comunidade dando informações sobre o plano e seus desdobramentos. Depois realizaram uma passeata até a casa do Prefeito, com moradores de Rio das Pedras, apoiadores e lideranças de outras comunidades.

Conseguiram uma Audiência Pública na Câmara dos Vereadores no centro da cidade do Rio de Janeiro: *“a gente colocou 22 ônibus aqui na Engenheiro Souza Filho. A gente levou o Rio das Pedras, todo não né? Mas foi muita gente, a gente lotou as duas galerias da câmara, o salão nobre e lotamos a parte externa, a rua, a praça, a frente... teve que colocar um telão, pra eles verem a audiência”* (Entrevista Lorena e Andrea, 28 de maio de 2019).

Mas talvez a mais emblemática de todas as ações realizadas pela Comissão de Moradores contra o projeto de remoção foi uma grande passeata realizada dentro da comunidade, que reuniu cerca de 10 mil pessoas e bloqueou as duas entradas principais de Rio das Pedras, impactando diretamente no trânsito de toda a região. Todas essas ações e estratégias de resistência foram dando visibilidade ao projeto da prefeitura e desencadearam questionamentos de pesquisadores e da sociedade civil como um todo sobre a viabilidade da sua implantação e inclusive da má gestão municipal em toda a cidade.

O projeto da OUC está desde então, suspenso. Oficialmente o poder público aguarda as propostas e os estudos de viabilidade das cerca de onze empresas privadas que demonstraram interesse por sua realização²⁴⁶. Segundo relatos dos moradores, no entanto, já surgiram boatos em reuniões na sede da Associação de Moradores de Rio das Pedras sobre um novo projeto que seria proposto pela prefeitura, com prédios de seis andares e taxa de condomínio de R\$250,00, mas nada oficial foi publicado.

Para o grupo que compõe a Associação de Moradores de Rio das Pedras, o processo de remoção ainda está em curso; a não efetivação do OUC, ou sua suspensão, temporariamente, não significa que esse projeto ou novas propostas para a retirada da população trabalhadora de menor rendimento que habita esse fragmento espacial na Barra da Tijuca tenha terminado, muito pelo contrário: *“a gente não vai acabar nunca com essa luta né? Ela vai ser pra sempre porque esse interesse não vai acabar por parte de quem se interessou uma vez. **Porque a aérea aqui é muito boa, muito valorizada, o que atrapalha realmente é a comunidade**”* (Entrevista Lorena, atual moradora de Rio das Pedras, 28 de maio de 2019 – grifos nossos).

Para esse grupo de moradores, as práticas de resistência representam, portanto, um processo maior, da luta constante para permanecer na cidade, que não pode ser realizado somente por eles, olhando para um processo imediato que acarretou toda a luta, mas por meio da união com outras pessoas, que, como eles, passam cotidianamente por conflitos similares:

Eu sempre falo isso nessa proposta de unir todas as comunidades, a força está nas comunidades. Eu acho que a gente vai chegar em um determinado momento, de tanto eles ficarem fazendo covardia com as comunidades, que eles vão obrigar as comunidades a se unir. Porque o que aconteceu aqui em Rio das Pedras é que fomos obrigados a se unir, ou a gente se unia ou a gente perdia. Então assim a gente tem que acordar pra isso, eles têm que aprender a respeitar o morador de favela, sabe? (Entrevista Andrea, atual moradora de Rio das Pedras, 28 de maio de 2019).

Uma das possibilidades de realização dessa reunião das comunidades, como colocado por Andrea, pode talvez ser concretizado por meio dos encontros periódicos do “Conselho Popular”, enquanto uma estratégia que se voltaria para a união das comunidades que estão passando ou que já passaram por processos de tentativas de remoção praticadas pelo poder público. A proposta das reuniões é relatar fatos diários, problemas identificados ou mesmo

²⁴⁶ Crivella lança operação urbana para requalificação de Rio das Pedras. Portal do Republicanos, 17 de maio de 2017. Disponível em: <https://republicanos10.org.br/noticias/municipios/crivella-lanca-operacao-urbana-para-requalificacao-de-rio-das-pedras/>. Acesso em janeiro de 2020.

intervenções dos órgãos públicos e traçar, conjuntamente, por meio das experiências já adquiridas pelo grupo, estratégias de luta e resistência²⁴⁷.

É importante pontuar que as meras soluções às imedaticidades podem obscurecer as estratégias para que se alcancem objetivos de superação. Se as práticas de resistência partem de uma necessidade em resolver privações imediatas, a permanência nos grupos formados pelas lideranças das comunidades acaba por revelar processos de expropriação que se dão no âmbito da vida cotidiana de todos os participantes. Em tempos-históricos e espaciais distintos sem dúvida, mas que carregam um movimento contínuo e, em muitos momentos, que foram vivenciados por eles, amplificados pelos processos de expropriação econômica de suas casas e formas de subsistência, para processos de destituição do vivido, das relações sociais, dos corpos e das vidas que estão estabelecidas nesses espaços. Como já alertava Lefebvre (1968, p. 117):

Cada estratégia faz entrar em seus cálculos forças que correm o risco de transbordá-la. Essas forças não ficam fora da logística e dos cálculos; são previstas. Propõe-se ora captá-las, ora destruí-las, uma vez descobertas. O que não deixa de apresentar novos perigos. Como em qualquer elaboração estratégica, o comando tem a escolha entre duas opções, a que tenta minimizar as possibilidades do adversário, e a que tenta levar ao máximo suas próprias possibilidades. Não existe operação tática e estratégica que possa se desenrolar sem riscos. Os projetos estratégicos e sua análise só se fazem em termos de possibilidades e probabilidades. Aqueles que temem a “aventura” até o ponto de excluí-la em nome de uma lógica da situação ou de uma situação reduzida à lógica, não tem estratégia, ou não querem ter, ou ainda, então, dissimulam-na sob essa lógica. A lógica das estratégias não é uma lógica formal, mas uma lógica dialética (grifos do autor).

Percebe-se que as reuniões dos grupos das lideranças das comunidades ameaçadas por processos de remoção no Rio de Janeiro, por meio do “Conselho Popular”, trazem a dimensão

²⁴⁷ No dia 28 de agosto de 2019 foi possível participar presencialmente em uma dessas reuniões do grupo, que ocorreu na sede da Pastoral de Favelas, no centro da cidade do Rio de Janeiro. Estiveram presentes líderes de diversas comunidades da cidade, que já costumam participar mensalmente das reuniões e das ações propostas e acordadas no grupo, bem como representantes da Pastoral, do NUTH e dois representantes de políticos da cidade que atuam junto aos movimentos sociais de moradia. Um grupo de moradores de uma ocupação de antigo barracão de escola de samba, denominada de Porto da Pedra, que fica situada na área compreendida no perímetro da operação urbana consorciada do Porto Maravilha, estavam a primeira vez participando da reunião. As pautas giraram em torno de reivindicações de algumas comunidades cujos representantes estavam presentes, como novo processo de remoção da prefeitura atual em Rio das Pedras, desabamento de prédios em Muzema, problemas com distribuição de água no Horto e incêndio que comprometeu a estrutura do barracão onde moram as famílias dessa ocupação do Porto da Pedra. Cada assunto levantado era primeiramente escutado por todos, depois direcionado para potenciais visitas técnicas de apoiadores do grupo, ou de medidas judiciais ou cautelares que poderiam ser encaminhadas via NUTH, a Pastoral ou por intermédio da equipe de gabinete dos assessores dos políticos presentes. O grupo também propõe ações sociais que visam arrecadar fundos ou dar visibilidade para alguma causa, como Festas Juninas ou celebrações específicas, como datas comemorativas de algumas comunidades, por exemplo. Segundo foi verbalizado durante o encontro, os membros dizem se sentirem pertencentes à um grupo onde suas pautas, angústias, incertezas e sofrimentos cotidianos serão ouvidas e atendidas e de que, sobretudo, existem pessoas que podem ajudar a resolver problemas mais imediatos ou a prevenir processos ou ações que começam a ser sinalizadas pelo órgão público.

do pertencimento, não somente às suas próprias comunidades, mas a um grupo que pensa para além do lugar, que entende as estratégias enquanto formas mais amplas de inserção da vida dessas famílias no plano da metrópole, ou até mesmo no âmbito global (Lefebvre, 2004). As resistências dos moradores dessas comunidades ameaçadas de remoção se colocam, portanto, como um contraponto aos processos de destituição do vivido que, segundo a hipótese colocada pela pesquisa, é indispensável à construção e constituição dos processos de fronteira urbana do capital.

Por meio da pesquisa de campo realizada, pode-se afirmar que a Vila Recreio II e a Vila Autódromo, com as diferenças e particularidades de cada uma, colocam-se hoje como espécies de memórias de resistência que foram mobilizados pelas lideranças de Rio das Pedras e da Barrinha enquanto mecanismos de auxílio na produção de estratégias às tentativas de remoção. Processo semelhante foi relatado por outras comunidades do Rio de Janeiro e de outras cidades do Brasil, como o exemplo da comunidade do Banhado (Tavares & Fantin, 2019), localizada na cidade de São José dos Campos, que recebeu as lideranças da Vila Autódromo no dia 25 de maio de 2019. O objetivo era passar informações e relatar experiências do processo de luta pela permanência, de forma a dar algum tipo de suporte ao próprio processo de remoção pelo qual os moradores do Banhado estavam sofrendo naquele período.

São constantes as participações dos líderes da Vila Autódromo em debates acadêmicos, palestras e aulas nacionais e internacionais. O protagonismo da luta pela permanência, enquanto memória, também foi utilizado por moradores da cidade de Tóquio²⁴⁸, no Japão, durante os preparativos para os Jogos Olímpicos de 2020.

A memória, dessa maneira, é mobilizada como uma forma de ressignificação aos processos da destituição do vivido. Por meio dos relatos, daquilo que ficou de materialidade da antiga Vila Autódromo, das fotografias, dos atos, das reuniões, da solidariedade, das amizades, dos laços afetivos criados e perpetuados agora por meio da memória, do Museu das Remoções e das ações de divulgação, se ressignifica todo o processo de perdas materiais e sociais, do processo de remoção. As diferenças, agora só enquanto memória, se colocam enquanto partes essenciais que revelaram as contradições do processo de remoção em sua concretude, mas agora foram suprimidas dentro da produção padronizada das casas da Vila Autódromo e de um cotidiano que tenta se impor e subsumir todos os momentos na vida dos moradores que restaram.

²⁴⁸ No dia 13 de julho de 2021 foi realizado um debate online sobre a realização dos Jogos Olímpicos em Tóquio, adiado para esse ano em função da pandemia do vírus SARS-Covid-2, entre integrantes e apoiadores do Museu das Remoções e lideranças japonesas contra as remoções praticadas no país. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ks-inSqM-78>. Acesso em 13 de julho de 2021.

A resistência, então, se coloca também enquanto memória, que dá a base e a sustentação para novas formas de luta e de estratégias para novos processos de remoção que são vivenciados cotidianamente por moradores de comunidades na metrópole do Rio de Janeiro, e, pode-se dizer, no mundo. É por meio da ação, da realização efetiva de práticas de resistência diárias, do contato com o outro, que se revelam as contradições, e pode-se pensar onde seria possível formular uma maneira de se viver que suplantasse a propriedade privada, o valor de troca e o próprio sistema de reprodução das relações de produção. O projeto possível-impossível se coloca enquanto fundamental para entender o mundo em movimento e em constituição (Lefebvre, 2019).

6. Considerações parciais – Parte II

[...] vemos surgir novas formas de resistência dos despossuídos – os “sem” (sem-documento, sem-domicílio, sem-teto, sem-emprego, sem-direito) – pela defesa dos serviços públicos, pela soberania energética e alimentar dos países sujeitados à pilhagem imperialista, pelos bens comuns (água, terra, ar, vivente) cobiçados por empresas canibalescas ou companhias farmacêuticas à espreita de novas moléculas patenteáveis. Ou, simplesmente, em favor do direito de ter direitos! As reivindicações de reconhecimento das línguas e culturas indígenas contra uma globalização uniformizante participam dessas resistências à despossessão. Ainda que essas lutas sejam iniciadas com frequência em nome da defesa de “usos e costumes” ou tradições, é importante lembrar da preocupação de Marx em seus artigos sobre o furto da madeira. Por trás da aparência consensual dos costumes, subsiste um antagonismo latente entre os direitos consuetudinários dos dominantes e os dos dominados (Bensaïd, 2017, p.63),

As entrevistas e observações de campo com os moradores das comunidades estudadas sinalizou que o processo de luta e resistência os conduziu à necessidade de superar o movimento das transgressões primeiras, como tentativas ou soluções para a resolução das urgências que se colocam contra os processos expropriatórios, em direção à compreensão e construção de um campo de lutas para uma mudança efetiva, que só pode ser construída por meio do encontro com o outro que passa por processos semelhantes, ou o outro que compartilha conhecimentos, na formulação de estratégias que tenderiam a pôr fim aos processos da destituição do vivido.

No entanto, ao longo da elaboração da pesquisa, um questionamento foi sendo formulado: poderiam as pequenas iniciativas, como as vivenciadas pelos moradores da Vila Autódromo, da Barrinha, de Rio das Pedras e da Vila Recreio II, serem potencializadores reais de uma utopia?

Questionamentos similares também movem as análises realizadas por alguns autores e correntes do pensamento contemporâneo, por meio de um debate sobre as pequenas iniciativas contra hegemônicas espalhadas por diversas partes do mundo, que abarcam diferentes grupos, causas e práticas de luta. Uma dessas correntes é atualmente denominada de “comum”:

Em todos os manifestos, plataformas e declarações publicados nos últimos dez anos em nome da luta “contra a globalização”, o termo “comuns” ou a expressão “bem(ns) comum(ns)” servem para traduzir lutas, práticas, direitos e formas de viver que se apresentam com contrários aos processos de privatização e às formas de mercantilização que se desenvolveram a partir dos anos 1980. A palavra “comum”, como adjetivo ou substantivo, no singular ou no plural, começou a funcionar como bandeira de mobilização, palavra de ordem da resistência, fio condutor da alternativa. É por esse motivo que a atual convergência das mobilizações contra o neoliberalismo que se faz em nome

do *comum* marca um novo momento na história das lutas sociais contra o capitalismo em escala mundial (Dardot & Laval, 2017, p.101).

Os autores partem de uma análise dos balanços das teorias revolucionárias ao longo do século XX, colocando como pressuposto que o “inimigo” é o neoliberalismo – ou o “cosmocapitalismo”, no termo usado por eles – enquanto um conjunto de normas. Apoiam seus estudos como se o conjunto de correlações de forças entre o homem e a natureza, fundamento da análise marxiana, não mais existisse e as forças produtivas e as contradições, baseadas em forças apriorísticas, ficassem somente focadas e reduzidas ao conjunto de normas. Dardot & Laval (2017), por exemplo, não trabalham com o conceito de exploração, só da degradação da natureza ou do espaço, enquanto momentos descolados de uma realidade que é fruto de uma construção histórica. Ademais, tendem a não contextualizar os diversos momentos históricos que compõem cada luta dos movimentos e teorias revolucionárias, apontados ao longo do livro. O anacronismo desse tratamento acaba por não apresentar as particularidades históricas e sociais construídas pelos diversos movimentos sociais, povos e nações, que são elencados como detentores de um novo modo de viver o mundo ou de reivindicar direitos humanos.

Se, de acordo com os autores, a nova vertente rumo a uma nova forma de reprodução social não seria mais pela via do trabalho, se o proletariado, que foi o detentor da possibilidade de uma revolução em Marx, já não apresenta mais a possibilidade concreta de uma mudança, por estar já totalmente alienado e fragmentado pelos processos do capital que se inscrevem na vida diária, a via que se abre, para Dardot & Laval (2017), seria uma luta que se inicia nas micro ações locais, mas que detém a potência para mudar a realidade de todas as pessoas no mundo.

A crítica colocada por Bensaïd (2008, p.51), no entanto, nos faz refletir sobre as reais possibilidades de mudança nos termos propostos pelos autores do “comum”, ao argumentar que:

Essa proposição pode ser compreendida como uma banalidade que consiste em lembrar que a luta pela emancipação do proletariado constitui, sob o capitalismo, a mediação concreta da luta pela emancipação universal. Nela, é possível ver também uma inovação carregada de consequências estratégicas: se a exploração de classe é, a partir de então, secundária em relação à alienação universal, a questão da apropriação social deixa de ser essencial. [...] Por mais legítima que seja, a temática da libertação individual acaba então em um prazer solitário. E a emancipação social se perde em uma poeira da humanidade.

Adicionalmente às problematizações já colocadas, mesmo procurando observar os fatos por uma perspectiva crítica que perpassa as históricas formas de acumulação do capital e que reconhece seu aprofundamento em todos os seus desdobramentos atuais – privatizações, extinção de recursos naturais, cercamentos de terras indígenas, patentes privadas, segregação

socioespacial – há uma limitação do pensamento que percorre os argumentos apresentados por Dardot & Laval (2017, p. 104), que acreditam que “ler as transformações do mundo apenas no ângulo negativo da expropriação leva a uma interpretação parcial e lacunar dos processos em curso, ou mesmo à delimitação do pensamento do comum a uma reflexão estratégica essencialmente defensiva”.

O que pode conduzir os autores a terem essa perspectiva é a própria noção de que a polarização e a fragmentação das classes operárias, e seus dispositivos de luta na esfera do trabalho, não poderiam mais ser a resposta às diversas formas de opressão e dominação da reprodução capitalista ampliada, desdobrada em nuances e complexidades que afetam a vida cotidiana de maneira brutal, especialmente das populações mais vulneráveis. Ou seja, para os autores, seria o reconhecimento de que a luta contra o domínio atual do capital não pode ser pautada ou pensada somente pelo viés dos processos de cercamento, do negativo, que impediriam uma perspectiva realmente positiva de transpor o sistema capitalista para algo novo.

Dardot & Laval (2017, p.140) propõem que essa superação poderia ser realizada pela via denominada de “difusão por fora”, isto é, seria uma retomada do comum “apenas fora da esfera capitalista *stricto sensu*, e seria suficiente defender e desenvolver comuns externos ao capitalismo para superá-lo”. A proposta seria, assim, a manutenção ou mesmo criação de espaços onde prevalecessem relações sociais que não fossem pautadas pelo capitalismo, pelo valor de troca e pelas mercadorias, como superação do sistema de forma potencialmente mundial, ou, dito com outras palavras, partir do individual para o universal.

Novamente, abre-se a tese da externalidade, de que, para superação do capital, seria necessário aquilo que está “de fora” a ele, nesse caso, de espaços e populações que se mantivessem apartados do sistema capitalista de produção, não na perspectiva defendida por Harvey (2014) ou por Robira (2018), de se manterem “territórios adormecidos” ou “de reserva” para novas investidas do capital em seus ciclos de crise, mas como exteriores ao sistema enquanto uma forma contra-hegemônica de atuação que levaria, na união de todas essas individualidades locais, a uma superação do sistema capitalista em sua escala universal.

Segundo considerações de Bensaïd (2008, p.12-13), o movimento emancipatório proposto por John Holloway, através de um modelo teórico da experiência zapatista no México em 2002, o “mudar o mundo sem tomar o poder”²⁴⁹, não passava de uma ilusão, principalmente por colocar as respostas aos problemas de superação do sistema capitalista nas pequenas

²⁴⁹ Holloway, John. Mudar o mundo sem tomar o poder: o significado da revolução hoje. São Paulo: Viramundo, 2003.

iniciativas dos movimentos sociais, sem estabelecer questões necessárias sobre as formas de dominação do capital no trabalho, que são as bases para a real compreensão da atuação estatal sobre o espaço e as relações sociais: “prova de que não é possível escapar, por simples decreto da vontade, dos efeitos concretos da subalternidade, e de que não é possível escapar, por uma mudança de vocabulário, do léxico dos dominantes se a realidade das relações de forças não for alterada”.

De acordo com Harvey (2015), as lutas dos movimentos sociais, após a tese zapatista, nasceram de uma necessidade primeira de um objetivo relacionado à sobrevivência e então escalonaram para um discurso anticapitalista, de forte tom antineoliberal e, até mesmo, anticomunista. Há um traço comum aos grupos, que seria marcado justamente pelo sentimento de autenticidade das causas defendidas, como se não houvesse causas históricas e relações sociais, políticas e econômicas que interconectariam as demandas, as privações e as opressões em todo o mundo. É como se esses movimentos carregassem consigo, na luta por suas causas, “uma verdadeira alternativa ao capitalismo homogeneizante e globalizador” (Harvey, 2015, p.106). E prossegue ao argumentar que:

O que falta aqui é uma compreensão das forças que constroem legados histórico-geográficos, formas culturais e modos de vida distintivos – forças onipresentes na longa história da cultura capitalista da mercadoria e de sua dinâmica espaço-temporal, sem a ela confinar-se. Os zapatistas, por exemplo, foram profundamente afetados por processos capitalistas e de colonização durante um longo período. Seu movimento e suas exigências de valores iluministas como a “dignidade” – conceito onipresente na Declaração dos Direitos Humanos, da Organização das Nações, firmada em 1948 – são tanto produto da história quanto reflexo das circunstâncias (Harvey, 2015, p.107).

Portanto, para o autor, é necessário que “ultrapassemos as particularidades e enfatizemos o *padrão* e as qualidades sistêmicas do mal que vem sendo feito nas várias escalas e diferenças geográficas” (Harvey 2015, p.115). O autor propõe, então, que essa análise se realize através do estudo das formas geográficas desiguais, sob a qual seria possível, globalmente e de modo ampliado, localizar uma perspectiva mais profunda de ações, movimentos e lutas que aparentemente não tem conexões entre si, enquanto lutas de classe, mas que impactam umas às outras. “Enfatizo que não se trata de fazer um apelo ao pluralismo, mas do esforço de buscar desvelar o conteúdo de classe de uma diversificada gama de preocupações anticapitalistas” (Harvey, 2015, p.115-116). Essa análise, para o autor, teria que partir, inevitavelmente, da luta popular diária em suas diversas escalas sem, contudo, abandonar as abstrações marxistas, mas, por meio delas, conectar as lutas que nem sempre se caracterizariam, em um primeiro olhar, enquanto proletárias.

Para Mészáros (2014, p.51 – grifos do autor), o único “denominador comum” que poderia unir todos os grupos que reivindicam reais mudanças em relação ao sistema capitalista, às suas opressões e expropriações cada vez mais ampliadas, em termos de uma superação qualitativamente diferente, seria o “trabalho como antagonista estrutural do capital”, em direção a construção de um objeto “comum da alternativa hegemônica do trabalho à ordem social do capital”.

Por sua vez, Bensaïd (2008, p.37) questiona as análises que colocam as individualidades enquanto reais detentoras de uma mudança da ordem vigente. O autor aponta que, em um mundo subsumido pelas formas da mercadoria, do tempo comprimido, “reino do efêmero e do instantâneo”, quando as lutas diárias da população em todas as partes do mundo se colocam no patamar da sobrevivência imediata, seria possível “formular projetos duráveis, para além dos momentos de intensidade de fusão sem dia seguinte?”.

Principalmente fazendo uma crítica ao que o autor denomina de “jargão do pós-modernismo”, Bensaïd (2008, p.28), procura problematizar pontos críticos que têm sido ocultados nos debates atuais acerca das microiniciativas locais, do apolítico, da globalidade. E coloca que, “enquanto a mercantilização do mundo e o fetichismo da abstração monetária uniformizam os espaços, somente a luta de classes, sustentava Henri Lefebvre, ainda pode produzir diferenças espaciais irreduzíveis à lógica econômica única”.

Nesse aspecto, as transgressões anunciam o outro da mercadoria, uma possível potencialidade, uma virtualidade (Lefebvre, 2019). O que seria capaz de reunir as transgressões, as reivindicações dos movimentos sociais, para uma transformação? Tal questionamento não foi respondido por Lefebvre, que, em toda sua obra, frisa a importância de não formularmos modelos, mas sim táticas e estratégias que visam uma mudança. Para o autor, o movimento do possível-impossível se localizaria na luta de classes, nas táticas enquanto construção de um novo mundo, de direitos renovados, em uma sociedade urbana que contenha a virtualidade enquanto estratégia de classe, que se confrontaria a todo momento, com a manutenção do poder: enquanto estratégia do Estado e das classes detentoras dos meios de produção para a reprodução do capital.

Desse modo, é possível afirmar que se, em um primeiro momento, a luta pela permanência dos moradores entrevistados pode aparecer enquanto parte das pequenas iniciativas individuais, olhar para o processo de constituição da fronteira urbana na Barra da Tijuca ao longo dos anos, coloca essas resistências em perspectiva frente à força avassaladora do capital, dos trabalhadores com baixos rendimentos sendo expropriados, destituídos do único lugar onde eles se sentiam menos alienados.

Lefebvre (2019), discute a virtualidade enquanto um movimento que pode ser iniciado por meio da problemática urbana. A pesquisa desenvolvida revela a vivência dessa problemática. Por meio das entrevistas dos atuais moradores da Vila Autódromo, por exemplo, que não se reconhecem mais como lugar, como identidade, apesar de todos os ganhos políticos e sociais da luta pela permanência, é possível desprender, por outro lado, que as memórias permanecem enquanto bases necessárias que movem as práticas de resistência e o movimento pela luta que se volta contra os processos da destituição do vivido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não! Este é *precisamente* o momento no qual os artistas devem trabalhar. Não há tempo para desespero, não há lugar para autopiedade, não há necessidade de silêncio nem espaço para medo. Nós falamos, escrevemos, fazemos linguagens. E é assim que as civilizações se curam.

Sei que o mundo está machucado e sangrando, e embora seja importante não ignorar sua dor, também é crítico recusar-se a sucumbir à sua malevolência. Como o fracasso, o caos contém informações que podem levar ao conhecimento – até mesmo sabedoria. Assim como a arte. (Discurso Tori Morrison, eleição George W. Bush, 2015 – tradução nossa)²⁵⁰.

Ao longo de toda a pesquisa, especialmente durante as incursões a campo, foi possível compreender que as práticas de resistência dos movimentos sociais, das comunidades estudadas, estão imbricadas pelas relações do cotidiano, pois se inscrevem enquanto pertencimento com o lugar por meio da apropriação do espaço. Essa relação dialética revela, sobretudo, as contradições e os conflitos que fazem parte do plano do percebido, como apontava Lefebvre (2013) – uma “zona de penumbra”, que se realiza na práxis socioespacial. A pesquisa realizada permite sinalizar para a necessidade de uma compreensão mais geral do processo que produz os espaços de forma cada vez mais fragmentada, por meio de práticas e alianças do poder público com os proprietários privados, na busca por uma homogeneização cada vez maior dos espaços e do apagamento dos corpos dos diferentes que resistem a esse movimento. Partindo de uma análise do plano do lugar, das resistências aos processos de remoção das comunidades da Barra da Tijuca, foi possível uma compreensão da própria constituição desse fragmento espacial da metrópole carioca enquanto uma fronteira de acumulação dos capitais relacionados ao setor imobiliário, colocando em evidência os conflitos e as contradições próprias da produção do espaço urbano em um país na periferia do sistema capitalista mundial.

A lógica de valorização imobiliária pretendida pelas empresas privadas, notadamente dos poucos proprietários de terras da Barra da Tijuca, só foi capaz de se concretizar com a participação do Estado, por meio da construção dos acessos terrestres de conexão com as outras partes da metrópole do Rio de Janeiro ao longo dos anos e, mais recentemente, com o grande investimento em infraestrutura por meio da justificativa de realização dos Jogos Olímpicos. Essa parceria poderia ser entendida não como homogênea, mas permeada por descontinuidades

²⁵⁰ “This is *precisely* the time when artists go to work. There is no time for despair, no place for self-pity, no need for silence, no room for fear. We speak, we write, we do language. That is how civilizations heal. I know the world is bruised and bleeding, and though it is important not to ignore its pain, it is also critical to refuse to succumb to its malevolence. Like failure, chaos contains information that can lead to knowledge—even wisdom. Like art”. “No place for self-pity, no room for fear”. The Nation, 23 março de 2015. Disponível em: <https://www.thenation.com/article/archive/no-place-self-pity-no-room-fear/>

e conflitos de interesses, até mesmo dentro dos grupos hegemônicos, o que traz à tona a luta pelo espaço em seus mais diversos níveis e dimensões (Lefebvre, 2001).

Igualmente, se colocamos que o Plano Piloto teve o peso de ser a base de sustentação para a formulação e efetivação de diversos outros planos de ordenamento urbano, para a produção do espaço de forma desigual e descontínua, ficou evidente a necessidade de mobilização da forma centralidade enquanto uma representação para a captação do investimentos necessários na construção da Barra da Tijuca que se destina a uma classe econômica dominante, por meio da reunião de atividades econômicas, imobiliárias e do setor de serviços. Centralidade essa que pressupunha, em um primeiro momento, a presença de uma parcela de população trabalhadora, migrante, em comunidades ou conjuntos habitacionais populares. Mas que, durante o avanço da fronteira urbana, necessita de forma cada vez mais ampliada, da retirada desses corpos para que a valorização pretendida possa ser efetivada.

Nos três momentos da constituição da fronteira urbana na Barra da Tijuca, foram apontados marcos que justificam a escolha metodológica por essa repartição. Os momentos, como procuramos debater, não são separados uns dos outros, mas assumem a dimensão do avanço da fronteira que necessita dos momentos anteriores para sua continuidade. Fazem parte do movimento mais geral que procura transformar o espaço desse fragmento da metrópole carioca de forma elitizada, condizente com os interesses dos poucos proprietários fundiários, por meio do apagamento dos corpos diferentes que habitam essa área, iluminando que o processo da fronteira é pressuposto da destituição do vivido.

A fronteira, nesse aspecto, pode ser compreendida em sua representação também enquanto luta e resistência, mobilizada pelos trabalhadores que são constantemente ameaçados pelo poder público e pelos interesses dos proprietários privados que almejam a consolidação do produto Barra relacionado ao capital imobiliário, principalmente se refletirmos sobre como a fronteira urbana é mobilizada para abarcar - principalmente nos três momentos que foram apontados pela pesquisa - para avançar, para conquistar e apagar as fronteiras de resistência que foram sendo construídas pelos trabalhadores ao longo desse mesmo processo.

Nesse sentido, e como foi problematizado, a destituição do vivido é um fundamento da produção do espaço, que tem por objetivo a impossibilidade da apropriação e do uso, o apagamento das existências diferentes, das possibilidades do encontro e da luta por sua integração a um cotidiano programado através da construção de um espaço que se pretende homogêneo e fragmentado.

Por essa leitura, podemos entender a constituição da fronteira urbana da Barra da Tijuca mais do que uma abertura, mas sim como um avanço de dominação da fronteira do

capital sobre as fronteiras de luta e de resistências, sinalizando para o fato de que a luta de classes é urbana, ela se realiza no espaço, nos conflitos e nas contradições de uma produção do espaço que prioriza a realização do capital em detrimento à apropriação pelos corpos dos trabalhadores que representam a mão de obra que constrói, muitas vezes, esses mesmos espaços.

Nessa perspectiva, se as estratégias para a consolidação da fronteira urbana de expansão do capital ligado aos setores imobiliários nessa parte da metrópole carioca levaram décadas para serem formuladas e efetivadas, há uma intensificação das ações que, se por um lado, colocam a empresa de construção Carvalho Hosken enquanto um agente produtor do espaço, por outro lado, radicalizam os processos expropriatórios dos trabalhadores que moram das comunidades na área, por meio do aprofundamento da violência que atravessa a vida cotidiana.

Os empreendimentos que ficam ao redor da atual comunidade da Vila Autódromo, como o Ilha Pura, o futuro Lagoa da Barra e o Centro Metropolitano, representam a consolidação do pretendido processo econômico – e político – que almeja suplantar os sentimentos de pertencimento com o lugar. O futuro projeto da OUC de Rio das Pedras sinaliza para uma possível consolidação do eixo de valorização do Centro Metropolitano e dos negócios imobiliários, rentistas e elitistas da Carvalho Hosken e dos agentes do poder público.

A mediação do Estado nessas relações foi de atuar preservando, em alguns momentos, a vida cotidiana do trabalhador por meio de ações, leis, diretrizes que foram essenciais para barrar ou postergar alguns processos de remoção ao longo dos anos, mas, ao mesmo tempo, o Estado também atuou aplicando a violência, seja física ou econômica, preservando os interesses dos construtores e proprietários imobiliários. Esse embate não homogêneo, mas sem dúvida hegemônico, coloca em evidência todas as estratégias formuladas pela Carvalho Hosken, por meio de ações políticas e econômicas para atingir a valorização pretendida para seus terrenos e seus futuros empreendimentos, o que reforça a grandeza das resistências dos moradores das comunidades contra esse processo.

A oferta de R\$2 milhões pela casa da família da Maria da Penha, por exemplo, coloca em evidência a força econômica desse processo que sinaliza para a pretendida acumulação privada da construtora Carvalho Hosken para esse fragmento espacial da Barra da Tijuca, na consolidação do eixo de valorização previsto desde a publicação do Plano Piloto em 1969, mas, por outro lado, a recusa em aceitar essa compensação monetária por sua casa reafirma as práticas de resistência enquanto apropriação pelo lugar. Ao negar a indenização ofertada pela prefeitura pela sua residência, a família de Maria da Penha recusou o valor de troca da sua habitação, carregada de pertencimento, que ela e sua família, como sua filha Nathália afirmou

em sua entrevista, “*demoraram cerca de 20 anos para construir e que foi destruída em menos de 20 minutos*”.

A prática da resistência se coloca aqui como a negação da mercadoria, do valor de troca, da propriedade privada e da vida subsumida pelas relações capitalistas, uma negação que tem por pressuposto a apropriação pelo lugar e o sentimento de pertencimento que foi ampliado e potencializado durante a luta pela permanência. Esse movimento do encontro com o outro, as trocas de experiências adquiridas durante o processo expropriatório, gerou as possibilidades utópicas presentes no plano da virtualidade, como colocado por Lefebvre (1991, p.203):

Com efeito. Não considero essa palavra uma injúria. De fato: visto que não ratifico as opressões, as normas, os regulamentos e regras, visto que enfatizo a apropriação, visto que não aceito a “realidade”, e que para mim o possível faz parte do real, então sou um amante da utopia. Não digo utopista, veja bem. Amante da utopia, partidário do possível [...].

A prática social coloca-se, então, como central para o movimento em direção a construção do projeto possível-impossível, enquanto uma prática revolucionária. A utopia, nessa discussão, está presente como realidade, não como um sonho, mas na concretude das práticas, enquanto uma virtualidade. No plano da prática, as determinações se realizam de forma contraditória, propiciando o surgimento de resistências, a luta de classes no urbano, que podem carregar uma mudança.

As determinações, como aponta Lefebvre (2019), não se apresentam em um único plano: elas atravessam os níveis e as dimensões, e se interconectam. Aquelas que dizem respeito às estratégias abstratas de transformar a Barra da Tijuca em um produto imobiliário ao longo dos anos, por exemplo, se interconectam por meio das instituições e das empresas privadas na mediação da metrópole carioca, que incidem sobre as normas que apontam para como se deve viver no nível local, na imposição da vida cotidiana programada nos espaços construídos de forma fragmentada e hierarquizada no plano da metrópole. O nível do vivido está imbricado pela vida cotidiana que nega a apropriação do lugar e os laços sociais que ainda resistem às relações mediadas pelo capital.

A pesquisa sinalizou para a vivência da problemática urbana apontada por Lefebvre (2019), enquanto virtualidade: as camadas de possibilidades que persistem nas comunidades estudadas enquanto memória, por meio das ações concretas, como o Museu das Remoções, as palestras, as discussões no Conselho Popular, o encontro com outro que se coloca enquanto destituído do urbano no processo de constituição da fronteira de acumulação do capital na Barra da Tijuca; são virtualidades que se abrem frente à todo o processo analisado. Todas as práticas de resistência ainda em curso caminham no sentido de lapidar as táticas, mesmo com todas as

coações e violências que persistem – existem possibilidades em aberto que visam uma utopia, porque ainda existe a possibilidade do irreduzível a esse processo, do encontro com o outro e das formulações de um movimento que caminhe em direção a novas possibilidades de se vivenciar o urbano.

A constituição do movimento da fronteira urbana na Barra da Tijuca, enquanto uma estratégia de classe mediada pelo Estado, carregou consigo as tentativas de destituição da vida dos moradores das comunidades estudadas e revelou, sob muitos aspectos, que a luta pela permanência na cidade necessita ser pensada enquanto uma tática de superação do próprio sistema capitalista de produção, que segrega as pessoas e fragmenta o espaço, priorizando o econômico, e não a realização da vida. A resistência dos moradores e a luta pela permanência são movimentos que sinalizam para o fato de que uma superação em busca da utopia pode ser possível, mesmo que pareça, ainda, tão impossível.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício de Almeida. Contribuição ao estudo do papel do Estado na evolução da estrutura urbana. In.: Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, ano 43, nº.4, p.577-585, out./dez. 1981.
- ABREU, Maurício de Almeida (Org.). Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações. Estudos de Geografia Histórica Carioca. Faperj, CNPq, 2005.
- ABREU, Maurício de Almeida. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 4ª edição, 2013.
- ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. A reprodução da metrópole: o projeto Eixo Tamanduathy. Tese do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, 2008.
- ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. As políticas espaciais contemporâneas e a reprodução do capital e do urbano. In: Revista Cidades, vol.9, nº. 16, p.62-85, 2012. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/revistacidades/article/viewFile/2373/2116>.
- ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano. In: A cidade contemporânea: segregação espacial. Orgs.: Vasconceslo, Pedro de Almeida; Corrêa, Roberto Lobato; Pintaui, Silvana Maria. São Paulo: Contexto, p.111-126, 2013.
- ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. Cidade em disputa. In: Revista Caros Amigos. São Paulo. Ano XIX, nº. 76, agosto de 2015.
- ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. Produção do espaço em tempos de crise. In.: Justiça espacial e o direito à cidade. Carlos, Ana Fani Alessandri; Alves. Gloria da Anunciação; Pádua, Rafael Faleiros (Orgs.). São Paulo: Contexto; p.63-78, 2017ª.
- ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. A produção de espaços financeirizados na metrópole de São Paulo. In.: O espaço e a metropolização, cotidiano e ação. Orgs.: Ferreira, Álvaro; Mattos, Regina Célia de; Rua, João. São Paulo: Consequência, p.241-266, 2017b.
- ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. Neil Smith: o pensamento teórico como instrumento de transformação do mundo. In.: Geografia Urbana: desafios teóricos contemporâneos. Orgs.: Serpa, Ângelo & Carlos, Ana Fani Alessandri. Salvador: EDUFBA, p.471-497, 2018.
- ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. Planejamento e produção do espaço. In.: A necessidade da Geografia. Orgs.: Carlos, Ana Fani Alessandri; Cruz, Rita de Cássia Ariza da. São Paulo: Contexto, p.68-78, 2019ª.
- ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. A noção de mobilização do espaço em Henri Lefebvre. Revista GeoUSP Espaço e tempo. Dossiê Henri Lefebvre e a problemática urbana. Vol. 23, nº. 3, p.494-505, 2019b.

ALVES, Gloria da Anunciação. O papel do patrimônio nas políticas de revalorização do espaço urbano. Scripta Nova, Revista Eelectrónica de Geografía y Ciencias Sociales, vol. XII, nº. 270, 2008.

ALVES, Gloria da Anunciação. A mobilidade/imobilidade na produção do espaço metropolitano. In: A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios. Org.: Carlos, Ana Fani Alessandri; Souza, Marcelo Lopes de; Sposito, Maria Encarnação Beltrão. São Paulo: Contexto; p.109-122, 2014.

ALVES, Gloria da Anunciação. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. In.: Revista GeoUSP Espaço e tempo. Dossiê Henri Lefebvre e a problemática urbana. Vol. 23, nº. 3, p.551-563, 2019.

ALVES, José Cláudio Souza. Dos barões ao extermínio: uma história da violência na baixada fluminense. Rio de Janeiro: Biblioteca Comunitária Oscar Romero, APPH, CLIO, 2003.

APO, 2016. Autoridade Pública Olímpica. Matriz de Responsabilidade versão 5.0, publicado em 29 de janeiro de 2016. Disponível em:
<http://www.apo.gov.br/index.php/matriz/atualizacao/>.

ARANTES, Pedro. O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas. Dissertação Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2004.

ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. A cidade do Pensamento único. Editora Vozes, 2002.

AUGÉ, Marc. Não lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. 9ª ed. Campinas – SP: Papyrus, 2012

BALANÇO 4T anual, 2015. Ilha Pura 01 Empreendimento Imobiliário, Central de resultados. Disponível em: Jornal Valor Econômico, Setor exploração de imóveis.
<https://valor.globo.com/valor-ri/empresa/ilha-pura-01-empreendimento-imobiliario/>.

BANCO MUNDIAL. Ciudades em transicion: resume366ociedade366ia del Banco Mundial para los gobiernos urbanos y locales. Washington, D.C.: World Bank Group, 2000. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/441601468762573050/Ciudades-en-transicion-resumen-estrategia-del-Banco-Mundial-para-los-gobiernos-urbanos-y-locales>

BAIXADA de Jacarepaguá – 1980. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, 1980, 66 páginas. Disponível em: Plano Piloto Lúcio Costa – consulta e disponibilização de documentos originais e transcritos:
<http://www.jobim.org/Lucio/handle/2010.3/83>

BENSAÏD, Daniel. Resistencias: ensayo de topologia general. El viejo Topo, 2001.

BENSAÏD, Daniel. Os irreduzíveis: teoremas da resistência para o tempo presente. São Paulo: Boitempo, 2008.

BENSAÏD, Daniel. Os Despossuídos: Karl Marx, os ladrões de madeira e o direito dos pobres. In.: Os Despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. Marx, Karl. São Paulo: Boitempo, p. 11-48, 2017.

BIENENSTEIN, Glauco; SOUZA, Daniel Mendes Mesquita de; BIENENSTEIN, Regina (Orgs.). Universidade e luta pela moradia. Rio de Janeiro: Consequência, 1ª edição, 2017.

BIENENSTEIN, Glauco; SOUZA, Daniel Mendes Mesquita de; BIENENSTEIN, Regina. Urbanização de Rio das Pedras: por que uma Operação Urbana Consorciada? Seminário de Pesquisa Programa de Pós-graduação em arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, p.1-19, 2018.

BINSZTOK, Jacob; BARBOSA, Jorge Luiz. Modernização fracassada: dossiê Comperj. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

BOAS, Taylor C.; HIDALGO, Daniel F.; RICHARDSON, Neal P. The spoils of victory: Campaign donations and government contracts in Brazil. The Journal of Politics, vol. 76, nº. 2, abril 2014, p.415-429. Disponível em: http://people.bu.edu/tboas/political_investment.pdf.

BOSI, Ecléa. Memória e Sociedade. Lembranças de velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

BOTELHO, Adriano. O financiamento e a financeirização do setor imobiliário: uma análise da produção do espaço e da segregação sócio-espacial através do estudo do mercado da moradia na cidade de São Paulo. Tese doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2005.

BRASIL, 1992. Lei Complementar nº 16, de 4 de junho de 1992. Institui o Plano Diretor Decenal da cidade do Rio de Janeiro e dá outras providências. Rio de Janeiro: Câmara Municipal do Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/bff0b82192929c2303256bc30052cb1c/758414dfce085d47032577220075c7e4?OpenDocument>. Acesso em fevereiro de 2018.

BRITO, Inalva Mendes. Relato sobre Vila Autódromo. Publicado em 15 de março de 2006. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2006/04/351095.shtml>. Acesso em janeiro de 2017.

BRITO, Inalva Mendes. Entrevista Inalva Mendes, Especial do Pan 2007. Democracia Viva, nº.35, p.32-41, 2007. Disponível em: http://www.ibase.br/userimages/dv35_pan1_entrevista.pdf. Acesso em março de 2018.

BRUM, Mario. Cidade Alta: História, memórias e estigma de favela num conjunto habitacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

BRUM, Mario. Favelas e remocionismo ontem e hoje da ditadura de 1964 aos grandes eventos. In: O Social em questão. Ano XVI, nº 29, p.179-208, 2013.

BURGOS, Rosalina. Direito à cidade: utopia possível a partir do uso e apropriação dos espaços públicos urbanos. XIV Coloquio Internacional de Geocritica. Las utopias y las construcción de l367ociedadead del futuro. Barcelona, 1-19, 2016.

BUTLER, Judith. *Dispossession: the performative in the political*. Conversations with Athena Athanasiou. Cambridge: Polity Press, 2013 – ebook Kindle.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 5ª edição, 20ª8a.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: Notas sobre uma teoria performativa de assembleia*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2018b.

BUTLER, Judith. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. 1ª ed., 1ª reimp., Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

CARDOSO, Adauto Lúcio. *O Espaço do Capital: a Barra da Tijuca e a Grande Promoção Imobiliária*. In: *Anais do III Encontro Nacional da ANPUR, Águas de Santa Bárbara*, vol.1, p. 156-175, 1989.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. *O II Plano Estratégico do Rio de Janeiro: a anulação da política frente ao ajuste urbano da cidade*. In.: *Anais do XIII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em planejamento urbano e regional*. Florianópolis, p.1-23, 25 a 29 de maio de 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A mundialidade do Espaço*. In.: *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. MARTINS, José de Souza (org.). São Paulo: Editora Hucitec, p.121 a 134, 1996.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *São Paulo: do capital industrial ao capital financeiro*. In: *Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI*. São Paulo: Contexto, 2004.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano. Novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: FFLCH, 20ª7a.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007b.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A “ilusão da transparência do espaço e a “fé cega” no planejamento urbano: os desafios de uma geografia urbana crítica*. In: *Revista Cidades. A cidade e o urbano: uma busca conceitual*, vol.6, nº.10, p.289-306, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A condição espacial*. São Paulo: Ed. Contexto, 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A reprodução da cidade como “negócio”*. In: *Carlos, Ana Fani Alessandri; Carreras, Carlos (Org.). Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. 2ª edição. São Paulo: Contexto; p. 29-38, 2012.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico*. In: *A cidade contemporânea: segregação espacial*. Org.: Vasconcelos, Pedro de Almeida; Corrêa, Roberto Lobato; Pintaudi, Silvana Maria. São Paulo: Contexto, p.95-110, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A reprodução do espaço urbano como condição da acumulação. In: O espaço e a metropolização. Cotidiano em ação. Org.: Ferreira, Alvaro; Rua, João; Mattos, Regina Célia de. Rio de Janeiro: Consequência; p.51-69, 2017.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Henri Lefebvre: a problemática urbana em sua determinação espacial. In.: Revista GeoUSP Espaço e tempo. Dossiê Henri Lefebvre e a problemática urbana. Vol. 23, nº. 3, p.458-477, 2019.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). A Crise Urbana. São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel A. P. (Org.) A cidade como negócio. São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, Ana Fani; ALVES, Gloria da Anunciação; PADUA, Rafael Faleiros de (Org.). Justiça espacial e o direito à cidade. São Paulo: Contexto, 2017.

CARLOS, Ana Fani; SIMONI-SANTOS, César Ricardo; ALVAREZ, Isabel A. P. (Orgs.). Geografia urbana crítica: teoria e método. São Paulo: Contexto, 2018.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana. São Paulo: Paz e Terra, 7ª edição, 2020.

CASTELLS, Manuel & BORJA, Jordi. As cidades como atores políticos. Novos Estudos CEBRAP, nº.45, p.152-166, jul. 1996.

CASTELLS, Manuel. La urbanización dependiente en America Latina. In: Castells, Manuel (org.) Imperialismo y urbanización en America Latina. Barcelona: Gustavo Gili, p. 07-26, 1973.

CASTRO, Maurício Amoroso Teixeira de. Estudo resumido e documentado sobre a Baixada de Jacarepaguá. Rio de Janeiro, 1977. Acervo online do Instituto Carlos Jobim, disponível em: <http://www.jobim.org/Lucio/handle/2010.3/901>. Acesso em janeiro de 2018.

CASTRO, Vicente Ferreira de; CUSTÓDIO, Denise Vogel. Barra da Tijuca 2000-2020: consolidação do desenvolvimento. Rio de Janeiro, 2005.

CENSO Demográfico 2010. Caderno Aglomerados Subnormais – informações territoriais. Instituto Brasileiro de Estatística – IBGE, 2010. Acesso em 26/01/2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agrn_if.pdf

CHESNAIS, François. A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

CID, Gabriel da Silva Vidal. Segregação urbana e segmentação escolar: efeitos do lugar num equipamento público de ensino no interior de um condomínio fechado no bairro da Barra da Tijuca. Dissertação Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

COHRE – Centre on Housing Rights & Evictions. Fair Play for Housing Rights: Mega-Events, Olympic Games and Housing Rights, opportunities for the Olympic movement and others, 2007. Disponível em: www.cohre.org/mega-events. Acesso em janeiro de 2018.

COMPANS, Rose. Barra da Tijuca em números: um estudo sobre o licenciamento de construções nos anos 2000 e 2001. In.: Coleção Estudos Cariocas. Nº. 20020601. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Urbanismo, Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos. Armazém de Dados, p.1-9, junho 2002. Disponível em: www.armazemdedados.rio.rj.gov.br. Acesso em janeiro de 2018.

COMPANS, Rose. A emergência de um novo modelo de gestão urbana no Rio de Janeiro: planejamento estratégico e 'urbanismo de resultados'. Anais: Encontro Nacional da ANPUR, 2013, p.1721-1734.

COMUNIDADE Vila Autódromo. Disponível em: <http://comunidadevilaautodromo.blogspot.com.br/>. Acesso em março de 2018.

CORRÊA, Magalhães. O sertão carioca. Edição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1936. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasgerais/drg3817/drg3817.html#page/14/mode/1up.

COSENTINO, Renato Vianna Guimarães. Barra da Tijuca e o Projeto Olímpico: a cidade do capital. Dissertação de Mestrado apresentada no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

DAMIANI, Amélia Luisa. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: Carlos, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Ubelino (Orgs.) Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004, p.19-58

DAMIANI, Amélia Luisa. Cidades médias e pequenas no processo de globalização. Apontamentos bibliográficos. In: América Latina: cidade, campo e turismo. Orgs: Lemos, Amalia Inés Geraiges de, Arroyo, Mónica; Silveira, María Laura. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, São Paulo, p.135-147, 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/08damiani.pdf>

DAMIANI, Amélia Luisa. Introdução a elementos da obra de Henri Lefebvre e a Geografia. In.: Revista do Departamento de Geografia – USP, Vol. Especial 30 anos, p.254-283, 2012.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 1ª edição, 2017.

DAVIS, Mike. Planeta Favela. São Paulo: Boitempo, 2006.

DAVIS, Mike. Cidades Mortas. Rio de Janeiro: Record, 2007.

DAVIS, Mike. Apologia dos Bárbaros: ensaios contra o império. São Paulo: Boitempo, 2008

DAVIS, Mike. Cidade de Quartzos: escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo: Boitempo, 2009.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

Demonstrações Financeiras 2018. Carvalho Hosken. Disponível em:
<https://www.carvalhohosken.com.br/wp-content/uploads/2019/05/Rel118.pdf>.

DIÁRIO OFICIAL do Município do Rio de Janeiro. Decreto Rio nº. 39853 de 18 de março de 2015. Disponível em:
https://smaonline.rio.rj.gov.br/legis_consulta/48766Dec%2039853%20_2015.pdf. Acesso em março de 2021.

DINIZ, Nelson. Porto Maravilha: antecedentes e perspectivas da revitalização da região portuária do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Letra Capita, 2014. Disponível em versão epub em:
https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/biblioteca/?sortby=default&searchbytitle=title&searchbyauthor=author&searchbycategory=category&searchterm=maravilha&querytable=wp_wpbooklist_jre_saved_book_log.

DOSSIÊ, 2008. Candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Disponível em: <http://rio2016.com.br/comite-organizador/transparencia/documentos>.

DOSSIÊ VIOLAÇÕES, 2014a. Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas. Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro, 2014. Disponível em:
https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dossiecomiterio2014_web.pdf. Acesso em dezembro de 2017.

DOSSIÊ VIOLAÇÕES, 2014b. Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa e Olimpíadas. Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil, 2014. Disponível em:
http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=663:dossi%C3%AA-nacional-2014. Acesso em dezembro de 2017.

ENGELS, Friedrich. A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. São Paulo: Boitempo, tradução de B. A. Schumann, 2010.

ENGELS, Friedrich. Sobre a questão da moradia. São Paulo: Boitempo, tradução de Nélio Schneider, 1ª edição, 2015.

ENGELS, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado: em conexão com as pesquisas de Lewis H. Morgan. São Paulo: Boitempo, tradução de Nélio Schneider, 1ª edição, 2019.

EVARISTO, Conceição. Becos de Memória. Rio de Janeiro: Pallas, 3ª edição, 2017.

FAULHABER, Lucas; NACIF, Cristina Lontra. Rio Maravilha: desapropriações, remoções e reforço do padrão de organização espacial centro-periferia. In: Anais Encontros Nacionais da ANPUR, 2012. Disponível em:
<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/viewFile/4222/4092>.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

FAULHABER, Lucas; SIQUEIRA, Hipólita. Grupos econômicos e acumulação urbana na cidade do Rio de Janeiro: Odebrecht e Carvalho Hosken. In.: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, São Paulo, v. 21, nº.3, p.586-604, set-dez 2019.

FELTRAN, Gabriel. Fronteiras de Tensão. Políticas e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Unesp, 2011.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. O rapto ideológico da categoria Subúrbio. Rio de Janeiro, 1858 – 1945. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

FERNANDES, Tatiana. Barra da Tijuca (RJ), Plano Piloto, Legislação e Realidade: o processo de urbanização, ocupação e suas consequências ambientais. Revista VITAS, Ano III, nº. 6, abril de 2013. Disponível em:
[http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/248/1/Fernandes%20Tatiana.%20Barra da Tijuca plano e realidade.pdf](http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/248/1/Fernandes%20Tatiana.%20Barra%20da%20Tijuca%20plano%20e%20realidade.pdf)

FERREIRA, Álvaro. A cidade do século XXI: segregação e banalização do espaço. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.

FERREIRA, João Settle Whitaker. O mito da cidade-global: o papel da ideologia na produção do espaço terciário em São Paulo. In Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP. São Paulo, nº.16, p.26-49, dez. 2004.

FREITAS, Maria do Carmo de. Agonia da Fome. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003 – ebook Kindle.

FIX, Mariana. Parceiros da exclusão: duas histórias da construção de uma “nova cidade” em São Paulo: Faria Lima e Água Espreada. São Paulo: Boitempo, 2001.

FLORENTINO, Renata. Como transformar o direito à mobilidade em indicadores de políticas públicas? Uma contribuição. In: Revista Eletrônica e-metropolis. nº.7. Rio de Janeiro, 2011.

FONTES, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 3ª edição, 2010.

GIANNELLA, Leticia de Carvalho. Revirando o “Porto Maravilha”. Luta pelo espaço e contradições urbanas na zona portuária do Rio de Janeiro. Niterói, 2015a.

GIANNELLA, Leticia de Carvalho. A luta pelo espaço no contexto do Projeto Porto Maravilha: novos sujeitos e contradições. In.: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol.17, nº 3, setembro-dezembro, p.150-171, 2015b.

GIANNOTTI, Claudia Santiago. Experiências em comunicação popular no Rio de Janeiro ontem e hoje. Uma história de resistência nas favelas cariocas. Rio de Janeiro: Núcleo Piratininga de Comunicação, 2016.

GONÇALVES, Rafael Soares. Favelas do Rio de Janeiro: história e direito. Rio de Janeiro: Pallas: Ed. PUC-Rio, 2013 – livro Kindle.

GUSMÃO, Nelma de Oliveira. O poder dos jogos e os jogos do poder: os interesses em campo na produção de uma cidade para o espetáculo esportivo. Tese Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2012.

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1973.

HARVEY, David. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. Revista Geosp. Espaço e tempo. São Paulo, no 26, p.09-17, 2009.

HARVEY, David. Os Limites do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2014.

HARVEY, David. Espaços de Esperança. São Paulo: Loyola, 7ª edição, 2015.

HARVEY, David. Marx, Capital and the madness of Economic Reason. Oxford Published Press, 2018.

HOLSTON, James. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. Portal de publicações ANPOCS, p.1-25, 2007. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_21/rbcs21_07. Acesso em 24 de junho de 2010.

HOLSTON, James. Cidadania insurgente: Legalizando o ilegal – propriedade e usurpação no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

JENNINGS, Andrew.; SIMSON, Vyv. The Lord of the Rings. Power, money and drugs in the modern Olympics. Transparency Books, 2012 – ebook Kindle.

JUSTINO, Diogo. As remoções no início da gestão Paes (2009-2010): casos emblemáticos. In: MENDES, Alexandre F.; COCCO, Giuseppe (Orgs.). A Resistência à Remoção de Favelas no Rio de Janeiro. Instituições do comum e resistências urbanas: a história do Núcleo de Terras e Habitação e a luta contra a remoção de favelas no Rio de Janeiro (2007-2011). Rio de Janeiro: Revan, 2016.

KAUTSKY, Karl. The Agrarian Question. London: Zwan Publications, 1988.

LACERDA, Larissa; WERNECK, Mariana; RIBEIRO, Bruna. Cortiços de hoje na cidade do amanhã. Notas sobre a pesquisa Prata Preta e o levantamento de cortiços na área portuária do Rio de Janeiro. Revista e-metropolis, nº. 30, ano 8, setembro de 2017. Disponível em: http://emetropolis.net/system/artigos/arquivo_pdfs/000/000/229/original/emetropolis30_especial.pdf?1508981680.

LEFEBVRE, Henri. Metafilosofia. Prolegômenos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

LEFEBVRE, Henri. A irrupção: a revolta dos jovens na sociedade industrial – causas e efeitos. *l’homme et la Société*. Revista internacional de pesquisas e sínteses sociológicas. São Paulo: Editora Documentos Ltda, 1968.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica Formal, lógica dialética*. Madrid: Siglo XXI de España Editores, 1970.

LEFEBVRE, Henri. *A re-produção das relações de produção*. Publicações Escorpião, Porto: Antropos. Introdução, capítulo 1 e capítulo 2, 115 páginas, 1973.

LEFEBVRE, Henri. *The Survival of Capitalism. Reproduction of the relations of production*. London: Anthros. 131 páginas, 1978.

LEFEBVRE, Henri. Urbain (L’), in: *Le retour de la dialectique: douze mots clefs pour le monde modern*. Paris, Messidor/Éditions Sociales. Tradução de Margarida de Andrade (versão preliminar), p.159-173, 1986.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

LEFEBVRE, Henri. *O direito a cidade*. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. *Quand la ville se perd dans la métamorphose planétaire*. *La Some et le Reste*, n. 3, p.21-23, févr. 2004. Disponível em:
<http://ddata.over-blog.com/xxxyyy/2/48/95/06/La-Somme-et-le-Reste/S-R-3.pdf>

LEFEBVRE, Henri. *State, Space, World. Select Essays by Henri Lefebvre*. Editado por Neil Brenner e Stuart Elden. Tradução de Gerald Moore, Neil Brenner e Stuart Elden. Londres: University of Minnesota Press, 331 páginas, 2009.

LEFEBVRE, Henri. *La producción del espacio*. Alcobendas, Madrid: Capitán Swing, 2013.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política. O direito à cidade II*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2ª edição, 2019.

LENCIONI, Sandra. *Metrópole, metropolização e regionalização*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

LONGHI, Claudia Miguez. *Análise da ocupação urbana dos loteamentos Jardim Oceânico e Tijuca*. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento urbano e regional, 1989.

LOPES, Rodrigo. *A Cidade Intencional: O planejamento Estratégico de Cidades*. Rio de Janeiro. Editora Mauad, 1998.

LUXEMBURGO, Rosa. *A Acumulação do Capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. Anticrítica. 2ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LUZ, Alfredo da. O Centro Metropolitano da Baixada de Jacarepaguá. Uma crítica às suas diretrizes de ocupação. Dissertação Programa Pós-graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

MAGALHÃES, Alexandre. A atuação do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro na trama movimentalista contra as remoções de favelas. In: MENDES, Alexandre F.; COCCO, Giuseppe (Orgs.). A Resistência à Remoção de Favelas no Rio de Janeiro. Instituições do comum e resistências urbanas: a história do Núcleo de Terras e Habitação e a luta contra a remoção de favelas no Rio de Janeiro (2007-2011). Rio de Janeiro: Revan, 2016.

MARTINS, José de Souza. Henri Lefebvre e o retorno à dialética (org.). São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

MARTINS, José de Souza. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, José de Souza. A vida privada nas áreas de expansão da sociedade brasileira. In: SCHWARCZ, L. (org.) História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, p. 659-726, 1998.

MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo. Novos estudos sobre a exclusão, pobreza e classes sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Contexto, 2015.

MARTINS, José de Souza. A sociabilidade do Homem Simples. São Paulo: Contexto, 2017.

MARTINS, José de Souza. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2ª edição, 3ª reimpressão, 2018.

MARX, Karl. O Capital. Livro I, capítulo IV (inédito), 1ª edição. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas Ltda, 1978.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo, tradução Jesus Ranieri, 4ª reimpressão, 2010.

MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, tradução Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman), 2011.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, tradução Rubens Enderle, 2ª edição, 2017a.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, edição de Friedrich Engels, tradução e seleção de textos Rubens Enderle, 1ª edição, 2014.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro III: o processo global de produção capitalista. São Paulo: Boitempo, edição de Friedrich Engels, tradução Rubens Enderle, 1ª edição, 2017b.

MARX, Karl. Os despossuídos: debates sobre a lei referente ao furto de madeira. São Paulo: Boitempo, tradução Nélio Schneider, 1ª edição, 2017c.

MATTOS, Carlos A. & Link, Felipe (orgs.). Lefebvre revisitado: capitalismo, vida cotidiana y el derecho a la ciudad. Santiago: RIL editores – Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales UC, 2015.

MENDES, Alexandre F. O Núcleo de Terras e Habitação no enfrentamento de um novo ciclo de remoções no Rio de Janeiro: o ano de 2009. In: MENDES, Alexandre F.; COCCO, Giuseppe (Orgs.). A Resistência à Remoção de Favelas no Rio de Janeiro. Instituições do comum e resistências urbanas: a história do Núcleo de Terras e Habitação e a luta contra a remoção de favelas no Rio de Janeiro (2007-2011). Rio de Janeiro: Revan, 2016.

MÉSZÁROS, István. O poder da ideologia. São Paulo: Boitempo, 1ª edição, 2014.

MÉSZÁROS, István. A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 1ª edição, 2015.

MÉSZÁROS, István. A teoria da Alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 1ª edição, 2016.

MOLINA, Fabio Silveira. Mega-eventos e produção do espaço urbano no Rio de Janeiro: da “Paris dos Trópicos” à “Cidade Maravilhosa”. Tese Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-10042013-105124/pt-br.php>

MÜNCH, Marcela. Direitos Humanos e a colonização do urbano. Vila Autódromo na disputa. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

NUNES-FERREIRA, Carlos Eduardo. Barra da Tijuca. Um exemplo híbrido de cidade contemporânea. De *Ville Contemporaine a Generic City*. Tese Programa de Pós-graduação em urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A lógica da especulação imobiliária. In.: Boletim Paulista de Geografia, v.55, p.75-92, nov. 1978.

OLIVEIRA, Fabrício Leal de; SÁNCHEZ, Fernanda; TANAKA, Gisele; MONTEIRO, Poliana (org.). Planejamento e conflitos urbanos: experiências de luta. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

OLIVEIRA, Francisco de. Crítica à razão dualista o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 1ª ed., 4ª reimpressão, 2013a.

OLIVEIRA, Francisco de. Estado e urbano no Brasil. In: Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil contemporâneo. Barros, Joana; Silva, Evanildo Barbosa da; Duarte, Livia (orgs.). FASE – Solidariedade e Educação. Programa Nacional Direito à Cidade. Rio de Janeiro, 1ª edição, 2013b.

PÁDUA, Rafael Faleiros de. O habitar como horizonte utópico. In.: Revista GeoUSP Espaço e tempo. Dossiê Henri Lefebvre e a problemática urbana. Vol. 23, nº. 3, p. 478-4, 2019.

PARECER técnico Vila Autódromo, 2013. Proposição da Associação de Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo (AMPAVA) e Proposição da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (PMRJ). Publicado em 2013. Disponível em:

http://s3.amazonaws.com/portalsenge_prod_assets/documents/135/original/ParecerVilaAut%C3%B3dromo.pdf?1376071635. Acesso em março de 2018.

PECHAMAN, Robert. Formação histórica da estrutura fundiária na Zona Oeste do Rio de Janeiro e Barra da Tijuca. In.: Produção imobiliária e uso do solo urbano: estudo das relações entre capital e propriedade fundiária na estruturação da cidade do Rio de Janeiro. Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz (Coord.). Rio de Janeiro: UFPJ/IPPUR, 1987.

PERLMAN, Janice E. O mito da marginalidade. Favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3ª edição, 2002.

PERLMAN, Janice E. Marginalidade: do mito a realidade nas favelas do Rio de Janeiro 1969-2002. In: Anais do X Encontro Nacional da ANPUR, localização 23-547, p.1-16, 2003.

PERMAN, Janice. Favela: four decades of living on the edge in Rio de Janeiro. Oxford University Press, 2010 – ebook Kindle.

PIETRO, Gustavo Francisco Teixeira. Rentismo à brasileira, uma via de desenvolvimento capitalista: grilagem, produção do capital e formação da propriedade privada da terra. Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2016.

PIETRO, Gustavo Francisco Teixeira. Aliança entre terra e capital no capitalismo rentista à brasileira: a inversão do modelo “clássico” e o deslocamento da contradição campo-cidade via grilagem de terras”. In.: Anais do XV SIMPURB, Salvador, 2017. Disponível em: <http://www.inscricoesxvsimpurb.ufba.br/>. Acesso em novembro de 2017.

PIETRO, Gustavo Francisco Teixeira. A problemática da formação nacional: da gênese aos fundamentos da propriedade privada. In.: Geografia urbana crítica: teoria e método. Carlos, Ana Fani; Simoni-Santos, César Ricardo; Alvarez, Isabel A. P. (Orgs.). São Paulo: Contexto, p. 139-153, 2018.

PINA, Alice de Matos de. A aparente contradição do Centro Metropolitano: uma abordagem Lefebvriana dos Planos urbanos para a cidade do Rio de Janeiro no processo de expansão para a Baixada de Jacarepaguá. Dissertação Programa de Pós-graduação em urbanismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PINASSI, Maria Orlanda. Da miséria ideológica à crise do capital: uma reconciliação histórica. São Paulo: Boitempo, 2009.

PLANO Diretor Decenal de 1992: subsídios para sua revisão, 2005. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Turismo/ EBAPE-FGV, 2005. Disponível em: www.armazemdedados.rio.rj.gov.br Acesso em março de 2018.

PLANO Legado, 2008. Plano do Legado Urbano e Ambiental. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/exibeconteudo?article-id=138922>. Acesso em novembro de 2014.

PLANO Piloto para a urbanização da Baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá. Estado da Guanabara, 1969. Disponível em: <http://www.jobim.org/Lucio/handle/2010.3/1524>. Acesso em março de 2018.

PLANO Popular Vila Autódromo, 2012. Plano de Desenvolvimento Urbano, Econômico, Social e Cultural. Disponível em: <http://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaautodromo.pdf>. Acesso em março de 2018.

PLANO urbanização da Vila Autódromo, 2016. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5977874/4156506/vilaautodromo2.pdf>. Acesso em março de 2016.

PONTES, Maria Lucia de; MENDES, Alexandre F. O caso Canal do Anil e sua importância da reestruturação do Núcleo de Terras e Habitação: um novo começo. In: MENDES, Alexandre F.; COCCO, Giuseppe (Orgs.). A Resistência à Remoção de Favelas no Rio de Janeiro. Instituições do comum e resistências urbanas: a história do Núcleo de Terras e Habitação e a luta contra a remoção de favelas no Rio de Janeiro (2007-2011). Rio de Janeiro: Revan, 2016.

POULANTZAS, Nicos. O estado, o poder, o socialismo. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

POUSO Rio das Pedras: Diagnóstico Urbanístico e ambiental. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Urbanismo, Coordenadoria Geral dos Programas de Interesse Social, Coordenadoria de Pousos, setembro 2013.

PREFEITURA da cidade do Rio de Janeiro. Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro – Rio Sempre Rio. Rio de Janeiro: Prefeitura, 1996.

PREFEITURA da cidade do Rio de Janeiro. Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro – As Cidades da Cidade: Prefeitura, 2004.

PREFEITURA da cidade do Rio de Janeiro. Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro – Pós-2016, o Rio mais integrado e competitivo. Rio de Janeiro: Prefeitura, 2009.

PREFEITURA da cidade do Rio de Janeiro. Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro – Pós-2016, o Rio mais integrado e competitivo: Prefeitura, 2013.

PREFEITURA da cidade do Rio de Janeiro. Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro – O Rio do amanhã. Visão Rio 500: Prefeitura, 2016.

PREFEITURA da cidade do Rio de Janeiro. Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro – Rio 2020: mais solidário e mais humano, 2017.

- PREFEITURA da cidade do Rio de Janeiro. Coleção Estudos da Cidade. Rio de Janeiro: Um estudo da cidade (parte 1). Publicado em Rio Estudos, nº 32, setembro 2001a.
- PREFEITURA da cidade do Rio de Janeiro. Coleção Estudos da Cidade. Rio de Janeiro: Um estudo da cidade (parte 2). Publicado em Rio Estudos, nº 33, setembro 2001b.
- PREFEITURA da cidade do Rio de Janeiro. Coleção Estudos da Cidade. Nota técnica BID nº 5. Publicado em Rio Estudos nº 43, janeiro 2002a.
- PREFEITURA da cidade do Rio de Janeiro. Coleção Estudos da Cidade. Carteira de Títulos da PCRJ e o risco da taxa de juros. Publicado em Rio Estudos, nº 66, agosto 2002b.
- PREFEITURA da cidade do Rio de Janeiro. Coleção Estudos da Cidade. Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro: As cidades da cidade 2001-2004. Publicado em Rio Estudos nº 78, novembro 2002c.
- PREFEITURA da cidade do Rio de Janeiro. Coleção Estudos da Cidade. Banco Central divulga relatório sobre investimentos estrangeiros no Brasil. Publicado em Rio Estudos nº 86, janeiro de 2003a.
- PREFEITURA da cidade do Rio de Janeiro. Coleção Estudos da Cidade. Um panorama dos investimentos na última década - Relatório Focus. Publicado em Rio Estudos nº 89, fevereiro de 2003b.
- PREFEITURA da cidade do Rio de Janeiro. Coleção Estudos da Cidade. Desafios ao crescimento da economia brasileira. Publicado em Rio Estudos nº 112, julho 2003c.
- PREFEITURA da cidade do Rio de Janeiro. Coleção Estudos da Cidade. Cidade apresenta maior capacidade de investimento no Brasil. Publicado em Rio Estudos Especial, janeiro 2005.
- PREVIATTI, Carine Botelho. Segregação Socioespacial na realização dos Jogos Olímpicos Rio 2016 na região da Barra da Tijuca – RJ: comunidade Vila Autódromo. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/100/100134/tde-24082016-101115/pt-br.php>
- RELATÓRIO Cohidro. Consultoria de Estudos e Projetos. Estabilização da Barra do Canal de Sernambetiba e sua interligação com o complexo lagunar de Jacarepaguá e Barra da Tijuca. 336 páginas, 2005.
- RELATÓRIO Centro Metropolitano da Barra. Rio Estudos número 213. Prefeitura do Rio de Janeiro, Armazém de dados. Instituto Pereira Passos. Disponível em: www.armazemdedados.rio.rj.gov.br
- RELATÓRIO Dhesca 2011. Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais. Projeto Relatores Nacionais. Relatório dos Direitos Humanos à Cidade. Relatório Missão da Relatoria do Direito à Cidade. Plataforma Dhesca, Rio de Janeiro, 18 a 20 de maio de 2011, 41p. Disponível em: <https://www.plataformadh.org.br/relatorias/relatorios/impactos-da-copa-2014-e-olimpiadas-2016-no-rio-de-janeiro/>

REVISÃO do Plano Piloto da Baixada de Jacarepaguá – planejamento integrado. FIB-Rio, julho de 1982, 28 páginas. Disponível em: Plano Piloto Lúcio Costa – consulta e disponibilização de documentos originais e transcritos:

<http://www.jobim.org/Lucio/handle/2010.3/83>

REZENDE, Vera. O planejamento de cidades nos anos 60: uma reflexão a partir do Plano Doxiadis para o Estado da Guanabara. In.: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, p.1-14, 2014.

REZENDE, Vera; LEITÃO, Gerônimo. Plano Piloto para a Barra da Tijuca e Baixada de Jacarepaguá: avaliação dos ideais modernistas após três décadas. Disponível em:

<https://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/148R.pdf>

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. A produção do lugar na periferia da metrópole paulistana. São Paulo: Labur-FFLCH, 2010.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. A luta pelo espaço: da segurança da posse à política de regularização fundiária de interesse social em São Paulo. São Paulo, 2012. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-26032013-122231/pt-br.php>

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Coord). Produção imobiliária e uso do solo urbano. Estudo das relações entre capital e propriedade fundiária na estruturação da cidade do Rio de Janeiro. Autores: Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz; Cardoso, Adauto Lúcio; Carvalho, Eduardo Guimarães de; Lago, Luciana Corrêa do; Aizen, Mario; Kleiman, Mauro; Pechman, Robert Moses. Relatório Parcial-versão preliminar, 4 volumes, 1.500 páginas, 1987.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; BÓGUS, Lucia. Apresentação do Caderno Metrópole. São Paulo, v.16, nº 31, p.9-16, 2014.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Ed.). Rio de Janeiro: transformações da ordem urbana. Metrôpoles: território, coesão social e governança democrática. Série estudos comparativos. 1ª edição. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, Letra Capital, 2015.

RIGOL, Sergi M. A gentrification: Conceito e Método. In.: Urbanização e Mundialização: Estudos sobre a Metrópole. Orgs.: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carlos. São Paulo: Editora Contexto, 2ª edição, 1ª reimpressão, p.98-121, 2018.

RIO 2016, 2009. Acordo com a cidade sede – Hosty City Contract, 2009. Publicado em 2009. Disponível em:

http://www.rio2016.com/sites/default/files/parceiros/hc_en.pdf. Acesso em novembro de 2017.

RIO 2016. Documentos. Disponível em: <http://www.rio2016.com/jogo-aberto/documentos>. Acesso em novembro de 2017.

RIO 2016, 2008. Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, 2008. Disponível em: <http://rio2016.com.br/comite-organizador/transparencia/documentos>. Acesso em novembro de 2017.

RIO 2016, 2011. Escolhido projeto para plano geral do Parque Olímpico Rio 2016. Publicado em 19 de agosto de 2011. Disponível em: <http://www.rio2016.com/noticias/noticias/escolhido-projeto-para-plano-geral-do-parque-olimpico-rio-2016>. Acesso em novembro de 2017.

RIO das Pedras, 2017. Operação Urbana Consorciada. Zona Oeste, Urbanização e Revitalização, Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, fevereiro de 2017.

RIO DE JANEIRO (Município), 2005. Lei complementar nº 74 de 14 de janeiro de 2005. Modifica a legislação de trecho da subzona A-16-A do Capítulo III do Decreto nº 3046 de 27 de abril de 1981. Rio de Janeiro, Câmara Municipal, 2005. Disponível em: <https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/1dd40aed4fced2c5032564ff0062e425/6ac956bdce1be32d032577220075c824?OpenDocument>. Acesso em março de 2018.

RIO DE JANEIRO (Município), 2009. Projeto de Lei complementar nº 33/2009. Institui o Projeto de Estrutura Urbana – PEU nos Bairros de Vargem Grande, Vargem Grande Pequena, Camorim e parte dos bairros do Recreio dos Bandeirantes, nas XXIV e XVI regiões administrativas, integrantes das unidades espaciais de planejamento números 46, 47, 40 e 45 e dá outras providências. Rio de Janeiro: Poder Executivo, 2009. Disponível em: <http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro0711.nsf/449a94f8ca1f125a832566ec00172e93/4741b71605fb9dbd032576af007ae536?OpenDocument>. Acesso em março de 2019.

RIO DE JANEIRO (Município), 2010. Lei Orgânica do Município. Procuradoria Geral do Município do Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4946719/4136646/Lei_Organica_MRJ_comaltdo2052303.pdf. Acesso em março de 2018.

ROBIRA, Rosa Tello. Áreas metropolitanas: espaços colonizados. In: Urbanização e Mundialização: Estudos sobre a Metrópole. Orgs.: CARLOS, Ana Fani Alessandri; CARRERAS, Carlos. São Paulo: Editora Contexto, 2ª edição, 1ª reimpressão, p.9-20, 2018.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Na procura do lugar o encontro da identidade: um estudo do processo de ocupação de terras: Osasco. São Paulo: Labor-FFLCH, 2009.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Os Megaeventos na produção e reprodução do espaço urbano. GeoTextos, Vol.9, nº.2, p.13-25, 2013.

RODRIK, Dani. Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion? A review of the World Bank's Economic Growth in the 1990s: learning from a decade of reform. In.: Journal of Economic Literature, vol. XLIV (December), p. 973-987, 2006.

ROLNIK, Raquel. Report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living, and on the right to non-discrimination in this context. Human Rights Council, ONU, 2009. Disponível em: http://www.ohchr.org/Documents/Issues/Housing/A-HRC-19-53_en.pdf. Acesso em março de 2018.

RUDGE, Raul Telles. As sesmarias de Jacarepaguá. São Paulo: Livraria Kosmos Editora, 1983.

SADER, Emir (org.). Vozes do século: entrevistas da New Left Review. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

SADER, Emir. Estado e Política em Marx. São Paulo: Boitempo, 2014.

SÁNCHEZ, Fernanda. Políticas Urbanas em Renovação: Uma leitura crítica dos modelos emergentes. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. n.º.1, p.115-132, 1999.

SÁNCHEZ, Fernanda. A reinvenção das cidades para um mercado mundial. Chapecó: Argus, 2010.

SÁNCHEZ, Natália. A invenção da Barra da Tijuca: a anticidade carioca. Dissertação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Mackenzie, São Paulo, 2009.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Transportes de Massa – condicionadores ou condicionados? In.: Revista de Administração Municipal, ano 24, n.º.144, setembro/outubro 1977.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. A Desordem é só uma ordem que exige uma leitura mais atenta. In.: Revista de Administração Municipal, ano 54, n.º 271, julho/setembro 2009.

SANTOS, Rosane Rebeca de Oliveira. Para uma 'nova cidade' um 'novo plano': o processo de revisão do Plano Diretor do Rio de Janeiro à luz dos preparativos para os megaeventos. In: XV Enanpur, 2013, Recife. Anais do XV Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Planejamento Urbano, 2013.

SANCHEZ, Fernanda; BIENESTEIN, Glauco; GUTERMAN, Bruna da Cunha. Jogos Pan-Americanos Rio 2007: um balanço multidimensional. In: CUENYA, Beatriz; NOVAIS, Pedro, VAINER, Carlos. (Orgs.) Grandes projetos urbanos: olhares críticos sobre a experiência argentina e brasileira. Buenos Aires/Porto Alegre, Coedição Café de las Ciudades e Maquatro, p.191-214, 2013.

SEABRA, Odette. Territórios do uso cotidiano e modo de vida. Revista Cidades, Volume 1, n.º.2, p. 181-206, 2004.

SERPA, Ângelo. Teoria das representações em Henri Lefebvre: por uma abordagem cultural e multidimensional da geografia. Revista GEOUSP - Espaço e Tempo. São Paulo, vol. 18, n.º.3, p. 487-495, 2014a.

SERPA, Ângelo. Lugar e centralidade em um contexto metropolitano. In: A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios. Org.: Carlos, Ana Fani Alessandri; Souza, Marcelo Lopes de; Sposito, Maria Encarnação Beltrão. São Paulo: Contexto; p.97-108, 2014b.

SILVEIRA, María Laura. Concretude territorial, regulação e densidade normativa. São Paulo: Loboplan, Revista Experimental, n.º.2, p. 35-45, março de 1997.

SILVA, Luciana Araújo Gomes da. Barra da Tijuca: o concebido e o realizado. Revista Geopaisagem, ano 3, nº 6, julho/dezembro de 2004. Disponível em: <http://www.feth.ggf.br/Barra.htm>

SIMONI-SANTOS, Cesar Ricardo. Dos negócios na cidade a cidade como negócio: uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço. In: Revista Cidades, v.3, nº. 5, p.101-122, 2006.

SIMONI-SANTOS, Cesar Ricardo. Da urbanização do território ao urbanismo de requalificação dos espaços centrais: a reprodução do espaço urbano como fronteira interna da expansão capitalista. In: Revista GEOUSP – Espaço e Tempo. São Paulo, nº. 24, p. 28-49, 2008

SIMONI-SANTOS, Cesar Ricardo. Territórios não-capitalistas e reprodução do capital: o papel de Rosa Luxemburgo. In.: Mercator – Revista de Geografia da UFC, vol.9, nº. 18, enero-abril, p.27-38, 2010.

SIMONI-SANTOS, Cesar Ricardo. A gentrificação como atualização das estratégias imobiliárias: os novos dispositivos da acumulação. In: Anais do XIV Encontro nacional da ANPUR, Rio de Janeiro, 2011.

SIMONI-SANTOS, Cesar Ricardo. A Fronteira Urbana: urbanização, industrialização e mercado imobiliário no Brasil. São Paulo: Annablume, 2015.

SIMONI-SANTOS, César Ricardo. Da marginalidade à segregação: contribuições de uma teoria urbana crítica. Economía, Sociedad y Territorio, vol.XVII, n.55, p.619-646, 2017.

SIMONI-SANTOS, Cesar Ricardo. Programa habitacional e renda fundiária na rentabilidade financeira: um arranjo contratendencial. In.: Geografia Urbana: desafios teóricos e contemporâneos. Serpa, Ângelo; Carlos, Ana Fani Alessandri (Org.). Salvador: EDUFBA, p.195-214, 2018.

SIMONI-SANTOS, Cesar Ricardo. Henri Lefebvre e a morfologia de uma dialética espacial. In.: Geousp – Espaço e Tempo (online), Dossiê Henri Lefebvre e a problemática urbana, v. 23, nº. 3, p.525-550, dez. 2019.

SINGER, Paul. Economia política e urbanização. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1973.

SLATER, TOM. Planetary Rent Gaps. In: Antipode, vol. 49, nº. S1, p.114-137, 2015.

SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SMITH, Neil. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: Arantes, Antônio A. (Org.). O espaço da diferença. São Paulo: Papirus, p. 132-175, 2000.

SMITH, Neil. Gentrificação, a Fronteira e a reestruturação do espaço urbano. In: GEOUSP – Espaço e tempo. São Paulo, nº 21, p.15-31, 2007.

SMITH, Neil. *The new urban frontier: gentrification and the revanchist city*. London: Routledge, 1996.

SOUZA, Renata. *Cria da Favela: resistência à militarização da vida*. São Paulo: Boitempo, 2020.

TASCHNER, Suzana Pasternak. Favelas e cortiços: vinte anos de pesquisa urbana no Brasil. In: *Cadernos IPPUR/UFRJ/Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Ano 1, vol. X, nº. 2, ago-dez, 1996, p. 89-115.

TAVARES, Jefferson; FANTIN, Marcel (Coord. e Org.) *Plano de Urbanização e Regularização Fundiária do Banhado*. Relatório Final. São Carlos-SP: IAU-USP; Grupo PExURB, 2019. Disponível em:

<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/447#:~:text=O%20Plano%20de%20Urbaniza%C3%A7%C3%A3o%20e,S%C3%A3o%20Jos%C3%A9%20dos%20Campos%20DSP>.

TEIXEIRA, Allan Leocadio. *Estudo de caso da Vila dos Atletas das Olimpíadas Rio 2016: utilização de ativos intangíveis para criar valor em megaprojetos*. Dissertação de Mestrado apresentada à Escola Brasileira de Administração Pública e de empresas – FGV, Rio de Janeiro, 2018.

THE World Bank, The International Bank for Reconstruction and Development. *Economic Growth in the 1990s: learning from a decade of reform*. Washington, D.C., 355 p., 2005.

VAINER, Carlos Bernardo. *Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro*. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos & MARICATO, Ermínia. *A cidade do Pensamento único*. Editora Vozes, 2002a.

VAINER, Carlos Bernardo. *Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano*. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos & MARICATO, Ermínia. *A cidade do Pensamento único*. Editora Vozes, 2002b.

VAINER, Carlos Bernardo. *Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro*. In: *Anais do XIV Encontro da Associação Brasileira de Planejamento Urbano e Regional (ANPUR)*, Rio de Janeiro, 2011.

VAINER, Carlos Bernardo. *Grandes Projetos Urbanos. Significado e formas de avaliação*. In: CUENYA, Beatriz; NOVAIS, Pedro, VAINER, Carlos. (Orgs.) *Grandes projetos urbanos: olhares críticos sobre a experiência argentina e brasileira*. Buenos Aires/Porto Alegre, Coedição Café de las Ciudades e Maquatro, p.135-166, 2013.

VAINER, Carlos; BIENENSTEIN, Regina; TANAKA, Giselle Megume Martino; OLIVEIRA, Fabrício Leal de; LOBINO, Camilla. *O Plano Popular da Vila Autódromo, uma experiência de planejamento conflitual*. In: *Anais do Encontro Nacional do ANPUR*, v. 15, p.1-18, 2013.

VAINER, Carlos; BROUDEHOUX, Anne Marie; SÁNCHEZ, Fernanda; OLIVEIRA, Fabrício Leal de (Org.). *Os megaeventos e a Cidade: perspectivas críticas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

VILLAÇA, Flávio. O Espaço Intra-urbano no Brasil. Studio Nobel, Fapesp. São Paulo: Lincoln Institute, 1998.

VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba & SCHIFFER, Sueli R. (org). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: FUPAM/Edusp, p.170-243, 1999.

VOLOCHKO, Danilo. Henri Lefebvre: totalidade, radicalidade e dialética espacial. In.: Revista Geosp - Espaço e Tempo (online). Dossiê Henri Lefebvre e a problemática urbana. Vol. 23, nº. 3, p.506-524, dez.2019.

WACQUANT, Loïc. As duas faces do gueto. São Paulo: Boitempo, 2008.

WILLIAMSON, Theresa. Not Everyone Has a Price. How the small favela of Vila Autódromo's fight opened a path to Olympic resistance. In: ZIMBALIST, Andrew (Org.). Rio 2016: Olympic Myths, Hard Realities. The Brookings Institution, Four, Loc 1164, 2017 – ebook Kindle.

ZALUAR, Alba; SOUZA, Marcos Alvito Pereira de. (Orgs.). Um século de favela. Rio de Janeiro: FGV, 5ª edição, 2006.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro – que paz? São Paulo em Perspectiva, v.21, nº. 2, p. 89-101, 2007.

ZIBECHI, Raúl. Territórios em resistência: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

ZIMBALIST, Andrew. Circus maximus: the economic gamble behind hosting the Olympics and the World Cup. Massachusetts: The Booking Institution, 2015.

ZIMBALIST, Andrew (Org.). Rio 2016: Olympic Myths, Hard Realities. Washington, D.C.: The Brookings Institution, 2017 – ebook Kindle.

ANEXO A – Roteiro para entrevista dirigida

Há quantos anos mora aqui? Por que veio morar aqui? Poderia contar um pouco sobre sua história/percurso de moradia anterior e o processo que o fez vir a morar nesse local? Quais momentos são mais significativos para você? Por quê?

Durante esse tempo que mora aqui, quais foram as principais mudanças que presenciou?

Como era o espaço quando você veio morar aqui? Era igual ao que está hoje? O que mudou, na sua visão? Essas mudanças foram boas ou ruins? Poderia falar um pouco mais a esse respeito?

Qual sua idade? E sua profissão? Trabalha onde atualmente? Como faz para chegar ao trabalho diariamente, qual é o seu percurso? Sempre foi assim ou era diferente antes? Poderia contar um pouco sobre seus trabalhos anteriores e formas de se deslocar casa/trabalho?

Quantas pessoas moram na sua casa? Ela foi construída como? Demorou quanto tempo? Como era sua casa logo quando você veio morar aqui?

Quando você pensa na sua casa, qual é o sentimento que lhe aparece?

Qual a sua formação educacional? Tem algum tipo de curso técnico? Caso não, gostaria de ter feito um? Qual? Poderia estimar sua renda mensal familiar? Quantas pessoas dependem desse valor para viver?

Durante seu tempo livre, quais atividades pratica? Costuma ficar mais em casa, ou passear para outros locais da cidade? Se sim, quais e como é o percurso para chegar nesses lugares?

Somente para as comunidades que tiveram remoção anterior:

Em sua opinião, por que ocorrem as remoções?

Durante o processo que passaram de remoção anterior, poderia citar pontos positivos e negativos? O que ficou mais presente na sua mente, quando alguém te pergunta sobre a remoção? Algum episódio em particular ou algum sentimento/impressão?

Você participou de reuniões ou assembleias durante o processo de remoção? Como você se sentia? Você aprendeu algo nestas reuniões?

O que foi significativo pra você?

Você vive/ nasceu no Rio de Janeiro? Como é esta cidade para você? Quais lugares da cidade você vai - trabalho, lazer, saúde, compras?

Como é a experiência de dividir o tempo cotidiano entre as tarefas que tem que ser cumpridas e as reuniões e outras atividades para resistir às remoções?

Qual seria seu desejo com relação a sua moradia?

Quais são seus planos para o futuro? O que vocês, enquanto uma comunidade que resistiu à um processo de remoção, pretendem realizar daqui para a frente? Quais são as demandas, as lutas, as conquistas que almejam conseguir?

Somente para os que foram removidos:

Por que você saiu da comunidade? Poderia falar um pouco sobre esse processo?

No seu novo local de residência, você consideraria que existem os mesmos laços sociais presentes na sua antiga comunidade? Se sim, poderia falar sobre quais são eles? Se não, poderia explicar sua opinião sobre por que não existem?